



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Relatório de Inspeção Ordinária no

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

(Portaria CJF-POR-2014/00232, de 2/6/2014,
do Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal)

**Brasília-DF
2014**

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Corregedor-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos
Judiciários

ELABORAÇÃO

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

REVISÃO E EDITORAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	007
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	009
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	012
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	026
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	026
Presidência: Desembargador Federal FÁBIO PRIETO DE SOUZA	026
Vice-Presidência: Desembargadora Federal CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES	034
Corregedoria Regional: Desembargadora Federal MARIA SALETTE CAMARGO NASCIMENTO	043
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	050
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)	050
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI	050
Juiz Federal Convocado MÁRCIO MESQUITA	062
Juíza Federal Convocada DENISE AVELAR	072
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)	083
Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR	083
Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES	089
Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO	096
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)	104
Desembargador Federal MÁRCIO MORAES	104
Desembargadora Federal DIVA MALERBI	112
Desembargador Federal NERY JÚNIOR	119

Desembargador Federal CARLOS MUTA -----	127
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA (2ª SEÇÃO) -----	134
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE -----	134
Desembargadora Federal MARLI FERREIRA -----	142
Desembargadora Federal ALDA BASTO -----	150
Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE -----	158
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA (4ª SEÇÃO) -----	167
Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW -----	167
Desembargador Federal PAULO FONTES -----	179
Juiz Federal Convocado HÉLIO NOGUEIRA -----	191
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA (2ª SEÇÃO) -----	204
Desembargador Federal MAIRAN MAIA -----	204
Desembargador Federal CONSUELO YOSHIDA -----	211
Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO -----	217
Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS -----	224
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA (3ª SEÇÃO) -----	231
Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS -----	231
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO -----	241
Desembargador Federal MARCELO SARAIVA -----	250
Juiz Federal Convocado VALDECI DOS SANTOS -----	258
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA (3ª SEÇÃO) -----	268
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA -----	268
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA -----	279
Desembargadora Federal TÂNIA MARANGONI -----	293
Desembargador Federal DAVID DANTAS -----	302
GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA (3ª SEÇÃO) -----	313
Desembargadora Federal MARISA SANTOS -----	313

Desembargador Federal NELSON BERNARDES	322
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA	328
Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO	335
GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA (3ª SEÇÃO)	342
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA	342
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO	349
Desembargador Federal WALTER DO AMARAL	357
Desembargadora Federal LÚCIA URSAIA	367
GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA (4ª SEÇÃO)	380
Desembargadora Federal CECÍLIA MELLO	380
Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI	387
Desembargador Federal NINO TOLDO	394
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	402
Subsecretaria de feitos da Vice-Presidência	402
Assessoria de Apoio aos Gabinetes	409
Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário	414
Secretaria Judiciária	420
Subsecretaria de Registros e Informações Processuais	428
1ª Seção	434
Secretaria da 1ª Turma	442
Secretaria da 2ª Turma	450
2ª Seção	457
Secretaria da 3ª Turma	463
Secretaria da 4ª Turma	469
Secretaria da 6ª Turma	480
3ª Seção	486
Secretaria da 7ª Turma	492
Secretaria da 8ª Turma	500
Secretaria da 9ª Turma	506

Secretaria da 10ª Turma-----	515
4ª Seção -----	524
Secretaria da 5ª Turma -----	531
Secretaria da 11ª Turma-----	538
F. UNIDADES ESPECIAIS-----	543
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais-----	543
Gabinete da Conciliação-----	549
Conselho de Administração e Conselho da Justiça Federal da 3ª Região -----	555
Escola de Magistrados da Justiça Federal – EMAG -----	561
G. UNIDADES ADMINISTRATIVAS -----	567
Introdução -----	567
Controle Interno – Licitações e Contratos -----	567
Tecnologia da Informação-----	576
Recursos Humanos-----	585
Segurança Institucional -----	592
Estatística-----	595
Sistemas Judiciais Eletrônicos-----	602
H. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----	606
I. ANEXOS-----	607

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 11.798/2008; do art. 3º, inc. III, do Provimento 1/2009; e das Portarias CJF-POR-2014/00232, CJF-POR-2014/00293, CJF-POR-2014/00329 e CJF-POR-2014/00335, respectivamente, de 2/6, de 1/7, 1/8 e de 8/8 do corrente ano, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) prestação jurisdicional; 2) controle interno; 3) tecnologia da informação; 4) estatística; 5) sistemas judiciais eletrônicos; e 6) parâmetros de segurança do Tribunal, com base na Resolução 104/2010.

As equipes dos trabalhos de inspeção foram designadas pelas referidas portarias, constantes do Processo CJF-PCO-2014/00021 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Para os trabalhos de inspeção, utilizou-se *site* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se num único ambiente *web* os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelas unidades inspecionadas. Nesse *site* foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Antes do início da inspeção foram solicitadas estatísticas processuais dos gabinetes dos desembargadores federais e das unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra. A seleção observou, principalmente, o critério de antiguidade da última movimentação processual.

A inspeção foi realizada no período de 18 a 29/8/2014, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inc. IV do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – o Desembargador Federal da 1ª Região Kássio Nunes Marques; o Desembargador Federal da 2ª Região José Antonio Lisboa Neiva; o Desembargador Federal da 4ª Região Otávio Roberto Pamplona; o Desembargador Federal da 5ª Região Manoel de Oliveira Erhardt; o Juiz Federal Auxiliar da Corregedoria Rubens de Mendonça Canuto Neto – que coordenou os trabalhos de inspeção no TRF 3ª Região; bem como os Juízes Federais da 1ª Região Hermes Gomes Filho e Itelmar Raydan Evangelista; Fabíola Utzig Haselof, Kelly Cristina Oliveira Costa e Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, da 2ª Região; Rony Ferreira, da 4ª Região e os Juízes Federais André Luís Maia Tobias Granja e Walter Nunes da Silva Júnior, da 5ª Região.

Para auxiliar na inspeção foram designados os servidores Alessandra Karina Beskow Giordani, Bethânia Pereira Pires Peres Soares, Cláudio Fiuza Alonso,

Cláudio Oliveira Nascimento, Cristinne de Fátima Rojas Barros, Débora Cristina Jardim Vaz, Denise Guimarães Tângari, Denise Vasconcelos Souto, Divailton Teixeira Machado, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Elder Nasário Carneiro, Evandro Nobre Soares, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Fábio Rodrigo de Paiva Henriques, Fernando Monteiro de Barros Reis, Guilherme Ribas da Silva Santos, Gunnar Dorneles Trenenpohl, Gustavo de Melo Silva, Joelmir Rodrigues da Silva, Luiz Fernando Oliveira Trajano, Luiz Henrique Pimentel Santos, Marcelo Dutra de Freitas, Marcelo Pereira Pitella, Maria da Conceição de Araújo Albuquerque, Maria Evelyne Dias Câmara, Newton Dênis de Oliveira Cruz, Nilton Leal da Silva, Paulo José Ribeiro Alves, Paulo Martins Inocência, Rafael de Figueiredo Santos, Renato de Oliveira Paes, Roberto Junio dos Santos Moreira, Roberto da Mota Arbo, Rosa Miriam Farias Prysthon, Rosane Maria Palaoro, Solígia Torres de Araújo e Viviane Araújo de Melo.

Para a abertura e acompanhamento da inspeção foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas duas Seções Judiciárias em que o TRF 3ª Região possui jurisdição, quais sejam, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

As citadas portarias foram publicadas no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do Tribunal, em local de destaque nas suas dependências, no período de 12 a 29/8/2014.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 3ª da Região prosseguissem normalmente.

A inspeção iniciou-se no dia 18/8/2014, às 10 horas. Foram realizadas constatações *in loco*, com exame por amostragem de autos de processos judiciais e administrativos, instrumentos de contratos, convênios, precatórios, nomeações e requisições de servidores, pagamento de diárias e passagens a magistrados e servidores, e convocações de magistrados de 1º grau efetivadas pelo Tribunal.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram enorme evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e de controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

As inspeções realizadas nos TRF1, TRF5, TRF4 e TRF3 marcam uma fase inovadora dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, cujas sementes foram lançadas na gestão do Ministro João Otávio de Noronha, quando instituída a autoinspeção e o manual destinado a orientar os tribunais regionais federais na salutar prática do autoconhecimento visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Pautado pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas para ostentar a condição de práticas rotineiras, feitas a cada 2 anos em cada tribunal regional federal, dentre os 5 atualmente existentes.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atual da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, que permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se no ano anterior ao da abertura dos trabalhos nos respectivos tribunais regionais federais. O primeiro passo é dado com a autoinspeção anual, gerando relatórios com ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são detidamente analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para acompanhamento permanente da situação processual e administrativa desde a anterior inspeção e como base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal Regional Federal a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por certas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como, por exemplo, tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das

prioridades legais e outras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação e em conclusão; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal etc.

A partir da análise de processos da amostragem listada, as equipes de inspeção, quando não é necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais, processantes e administrativas. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e o relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações e dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Pela primeira vez, foi introduzida uma análise preliminar minuciosa do Tribunal inspecionado, a título de “Observações Gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF3, foi feito com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências ou eventuais pontos fora da curva geral de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção das unidades jurisdicionais, unidades processantes e unidades administrativas. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete dentro da respectiva seção e turma para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Assim também é feito na inspeção das unidades processantes e administrativas.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, denotando inclusive a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo. Assim, por exemplo, quanto aos dados estatísticos, informações do sistema processual e condições físicas do ambiente de trabalho.

A apresentação deste relatório não poderia, finalmente, deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado, que ora se apresenta, retrata a enormidade de informações e dados colhidos na verificação de mais de 3.176 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico real e atual da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo/SP, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 18 a 29 de agosto de 2014. Na ocasião, compunham o quadro do TRF3 os Desembargadores Federais FÁBIO PRIETO DE SOUZA (Presidente), CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES (Vice-Presidente), MARIA SALETTE CAMARGO NASCIMENTO (Corregedora Regional), MÁRCIO JOSÉ DE MORAES, DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI, PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA, ANDRÉ NABARRETE NETO, MARLI MARQUES FERREIRA, NEWTON DE LUCCA, OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR, THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA, MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR, NERY DA COSTA JÚNIOR, ALDA MARIA BASTO CAMINHA ANSALDI, LUIS CARLOS HIROKI MUTA, CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO, NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS, SÉRGIO DO NASCIMENTO, ANDRÉ CUSTÓDIO NEKATSCHALOW, NELSON BERNARDES DE SOUZA, WALTER DO AMARAL, LUIZ DE LIMA STEFANINI, LUÍS PAULO COTRIM GUIMARÃES, MARIA CECÍLIA PEREIRA DE MELLO, ANTÔNIO CARLOS CEDENHO, MARIA LUCIA LENCASTRE URSAIA, JOSÉ MARCOS LUNARDELLI, DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, FAUSTO MARTIN DE SANCTIS, PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES, NINO OLIVEIRA TOLDO, MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, TORU YAMAMOTO, MARCELO MESQUITA SARAIVA, TÂNIA REGINA MARANGONI, LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO e DAVID DINIZ DANTAS.

Estavam convocados no TRF3 os Juízes Federais HÉLIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA, MÁRCIO SATALINO MESQUITA, VALDECI DOS SANTOS, CARLOS EDUARDO DELGADO e DENISE APARECIDA AVELAR.

Além dos gabinetes dos desembargadores federais, ainda foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades do TRF3: Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais; Gabinete da Conciliação; Conselho da Justiça Federal da 3ª Região; Conselho de Administração; Escola de Magistrados da Justiça Federal – EMAG; Secretaria Judiciária, Subsecretaria de feitos da Vice-Presidência, Assessoria de Apoio aos Gabinetes, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, seções e secretarias das 1ª, 2ª, 3ª 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Turmas); Controle Interno, Gestão de Tecnologia da Informação; Segurança Institucional e Núcleo de Estatística.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das respectivas Seções na organização interna da Corte. O objetivo

foi identificar pontos de convergência e divergência, assim como o perfil médio do Tribunal pelas respectivas Seções e Gabinetes.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados mais de 3.200 processos, cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores. O acervo inspecionado abrangeu feitos nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, assim como a de boas práticas para efeito de orientar o aprimoramento da gestão processual, além da disseminação de experiências positivas. O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, constará dos relatórios individuais das unidades.

A inspeção adotou como referência de análise o período de agosto/2013 a julho/2014, partindo de informações estatísticas oficiais do TRF3.

Embora tenha havido uma melhora na qualidade da estatística do tribunal, as bases de dados ainda estão muito comprometidas, notadamente em razão da falta de alimentação adequada do sistema, seja pela omissão no lançamento de movimentações processuais, seja pelo lançamento de fase equivocada. Com isso, muitas vezes os dados estatísticos não retratam a real situação dos gabinetes ou unidades processantes, razão por que alguns desembargadores realizam controles próprios em seus gabinetes.

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade diante da distribuição nas 4 diferentes Seções do TRF3, as quais possuem competências especializadas. A avaliação das turmas com competência exclusivamente criminal foi avaliada de acordo com suas competências anteriores, considerando que a especialização nas causas penais deu-se apenas em julho deste ano, aproximadamente um mês antes da inspeção.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu, no período de agosto/2013 a julho/2014, a distribuição de 143.132 processos para as 11 Turmas da Corte. A 3ª Seção teve participação superior à média de 18%, tendo recebido, 62,85% (89.956 processos); enquanto que a 1ª e a 2ª Seções tiveram distribuição abaixo com, respectivamente, 9,69% (13.869 processos) e 18,85% (26.987 processos) e a 4ª Seção 8,61% (12.320 processos).

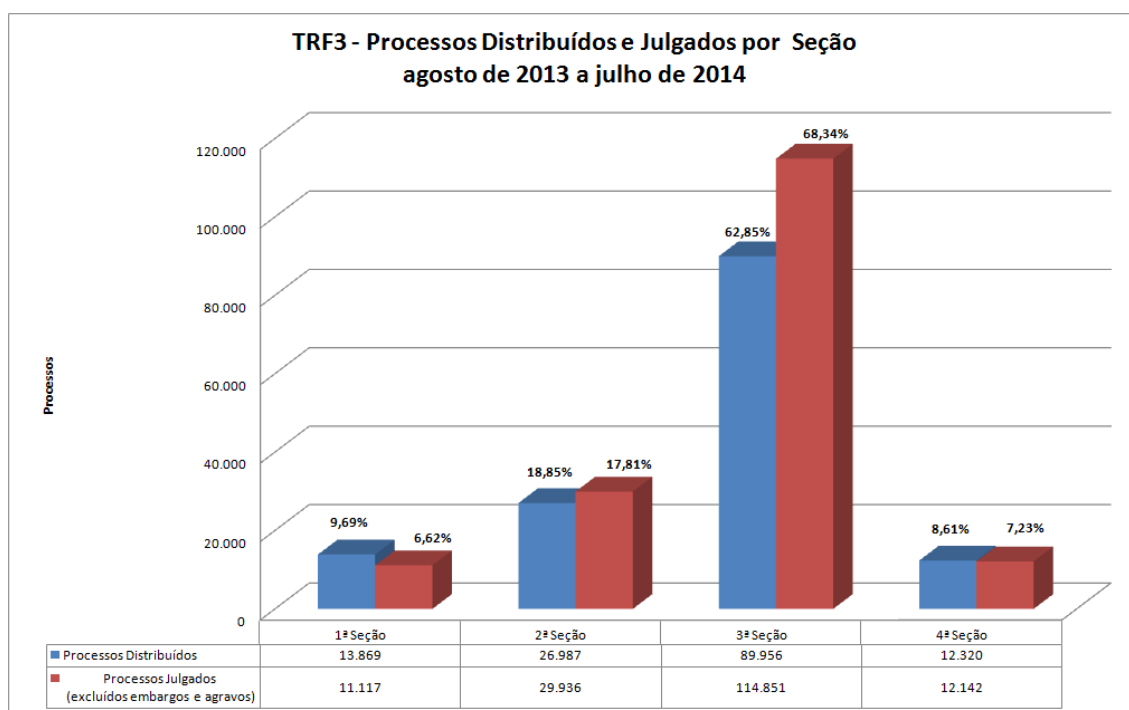
Verificou-se a prevalência de desempenho processual com fluxo positivo e redução de acervo em maior (3ª Seção, saldo positivo de 24.895 processos) ou menor grau (2ª Seção, 2.949 processos). A 1ª e 4ª Seções tiveram fluxo negativo, participando cada uma, respectivamente, com o equivalente a 6,62% e 7,23% dos feitos julgados, tendo recebido, respectivamente, 9,69% e 8,61% da distribuição

afeta às Seções, gerando um aumento do acervo em 2.752 processos para a 1ª Seção e, 178 processos para a 2ª Seção.

Cabe lembrar que esta análise não individualiza gabinetes, mas desempenho geral das Seções e que eventual problema específico será objeto do relatório de inspeção da unidade respectiva.

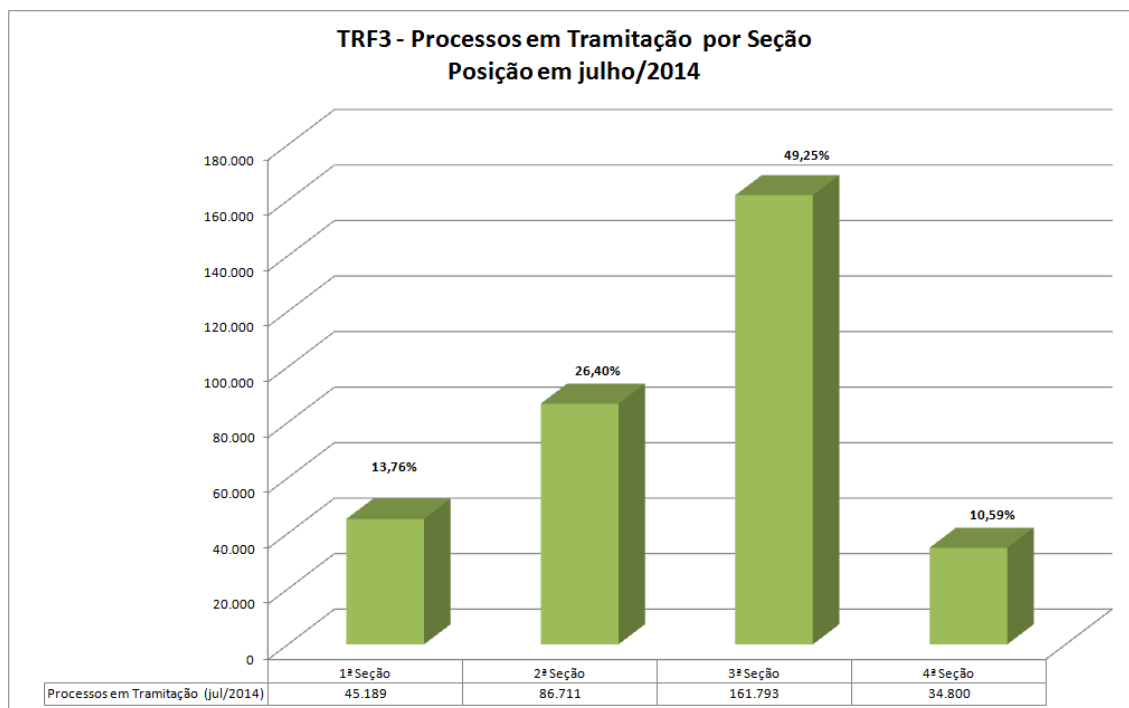
O objetivo da análise de desempenho geral por Seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, os quais devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e cobrar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal inspecionado antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas quatro seções do TRF3 é mostrada abaixo:

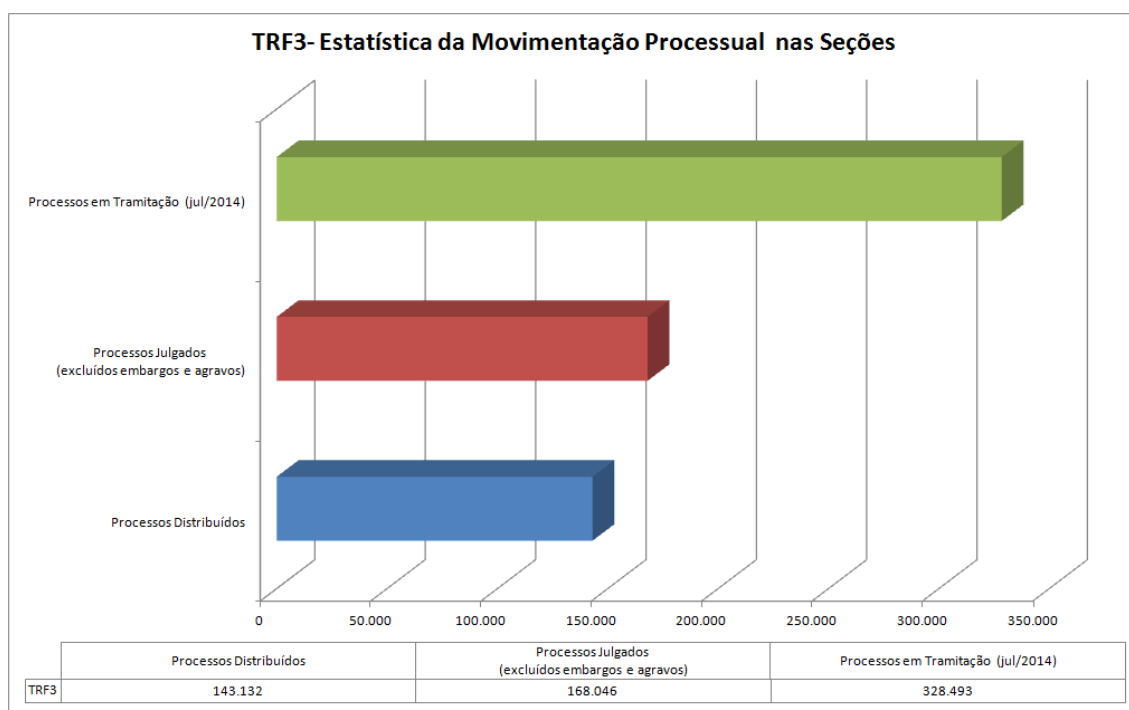


A diferença entre distribuição e produtividade resulta em estoque de processos a julgar e, considerados os dados de julho/2014, a 3ª Seção concentrava metade do acervo em tramitação no TRF3, enquanto que a 4ª Seção apenas 10,59%:

Em termos comparativos, os acervos em tramitação em cada colegiado:



Em termos de análise global, verifica-se que, no período de agosto/2013 a julho/2014, o TRF3 registrou a distribuição de 143.132 e o julgamento de 168.046 processos, com leve decréscimo de 4,1% no acervo em tramitação que, em julho/2014, totalizava 328.493 feitos, conforme abaixo demonstrado:



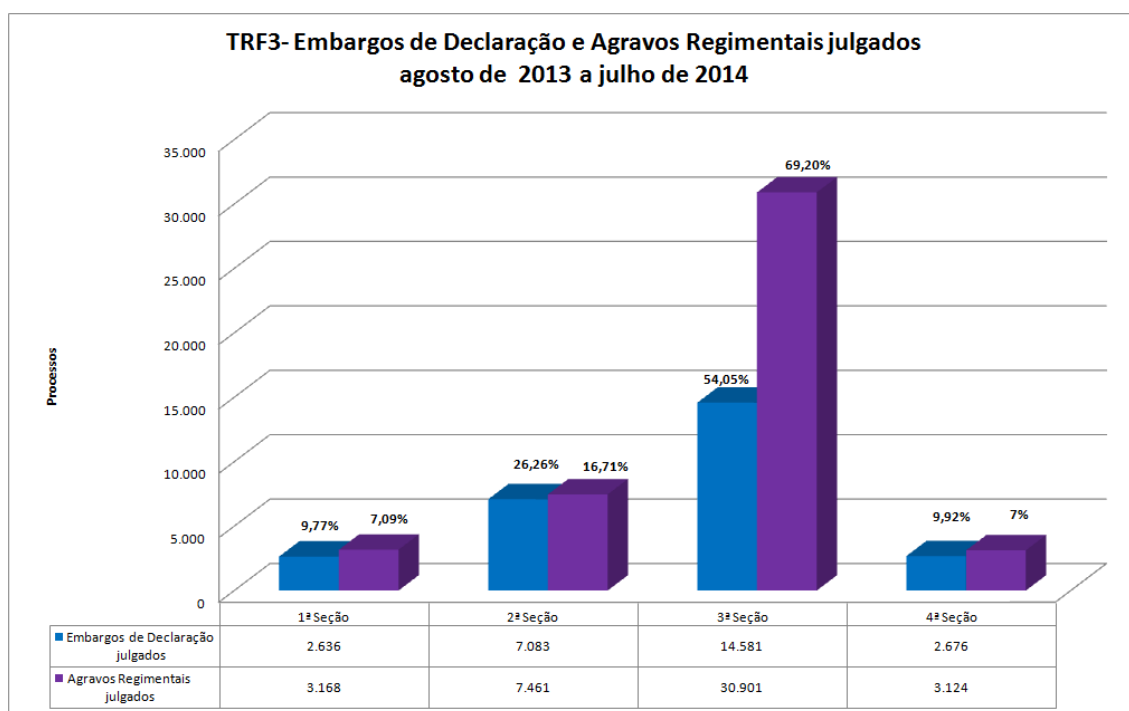
No período, a distribuição de 143.132 processos, embora superior se comparada a de outros Tribunais (por exemplo, no TRF1 foi de 117.764 feitos entre setembro/2012 a agosto/2013), não gerou acréscimo no acervo em tramitação (328.493 processos). O motivo determinante é, evidentemente, a produtividade, que foi de 168.046 processos julgados no período, equivalendo a 117% da distribuição, gerando fluxo positivo com redução de 24.914 processos no estoque anterior, ou algo em torno de 7,5% do acervo processual em tramitação.

Com os dados disponibilizados foi possível avaliar o volume de julgamentos feitos por Seção, aferindo participação percentual, considerando a produtividade integral no período entre agosto/2013 e julho/2014, conforme tabela abaixo:

ÓRGÃO	JULGADOS	PARTICIPAÇÃO
1ª Seção	11.117	6,62%
2ª Seção	29.936	17,81%
3ª Seção	114.851	68,34%
4ª Seção	12.142	7,23%
TOTAL: 168.046		

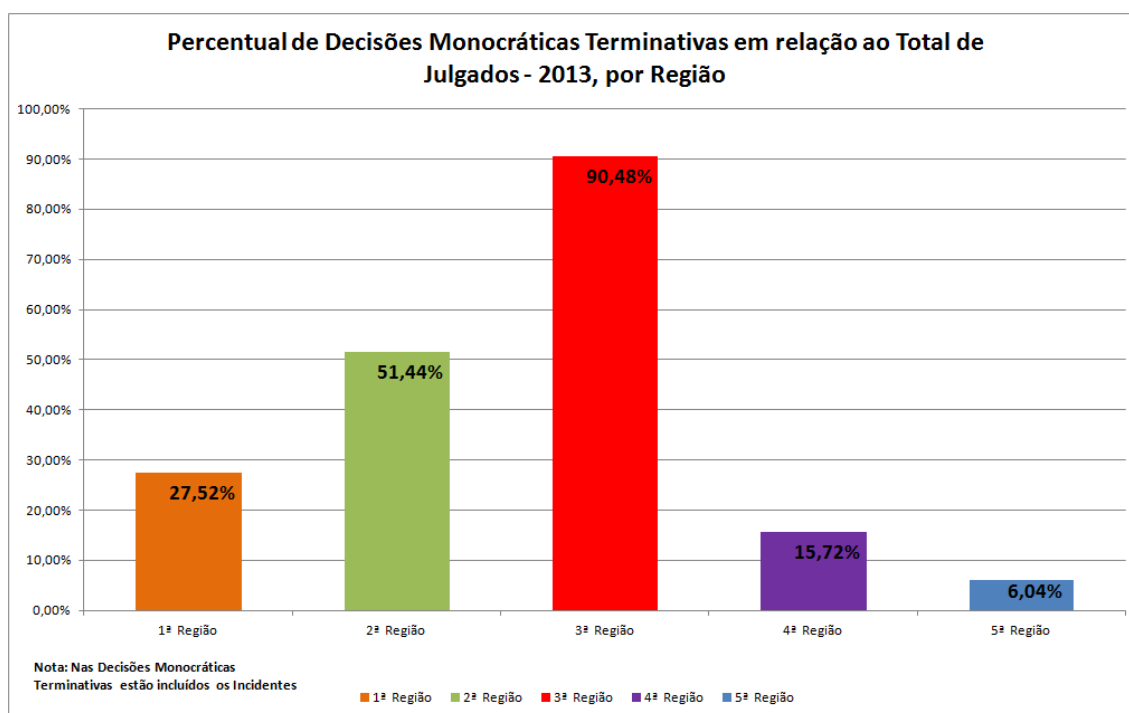
Quanto aos embargos declaratórios, apurou-se que a 1ª Seção foi responsável pelo julgamento de 9,77% de todo o volume julgado, a 2ª Seção por 26,26%, a 3ª Seção por 54,05% e a 4ª Seção por 9,92%. Os resultados, em termos gerais, são coincidentes com o desempenho verificado no julgamento de processos distribuídos, tabela abaixo, indicando existência de correlação entre número de processos julgados e número de recursos internos gerados e julgados.

Em relação a agravos legais ou regimentais, verificou-se a seguinte situação: do total de agravos internos julgados, a 1ª Seção julgou 7,09%, enquanto a 3ª Seção julgou 69,20%, a 2ª Seção julgou 16,71% e a 4ª Seção 7,00%. A propósito o quadro ilustrativo correspondente:



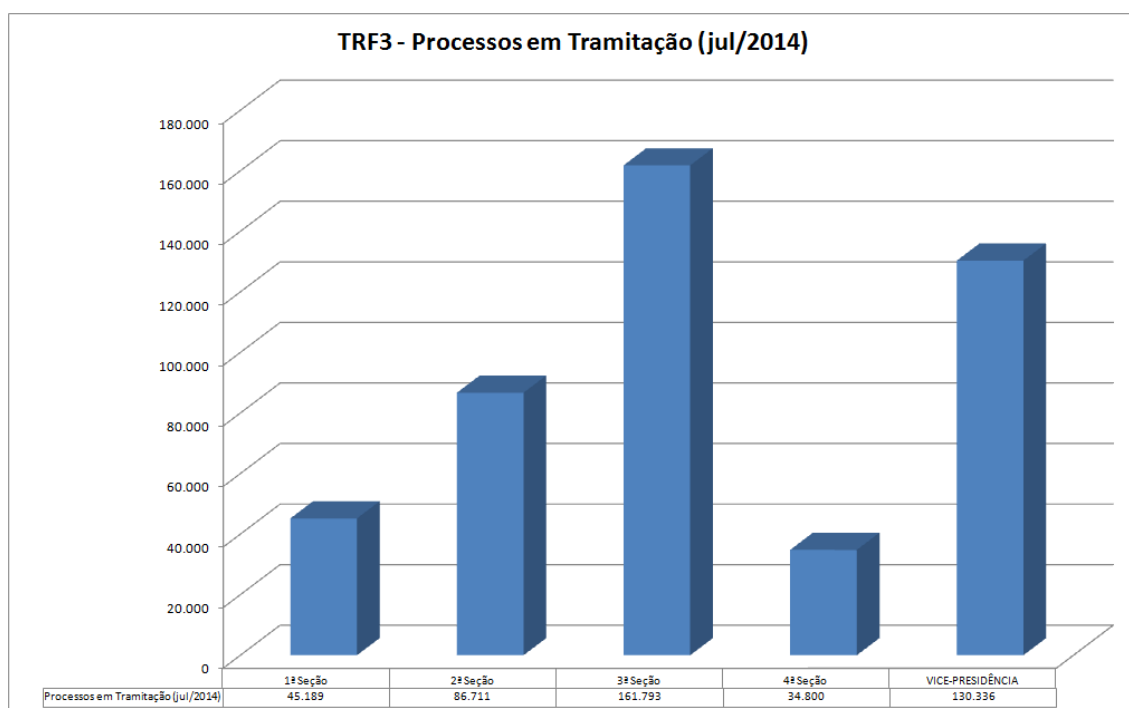
Estudo comparativo sobre a participação e importância dos julgamentos monocráticos terminativos em cada tribunal regional federal permitiu traçar um paralelo entre acervo em tramitação e volume de decisões monocráticas terminativas como técnica preferencial de julgamento.

O gráfico seguinte revela que, efetivamente, já em 2013, era alto o volume de decisões monocráticas terminativas no âmbito do TRF3, cujo acervo é dos maiores dentre as Cortes Federais, explicando o grande montante de agravos internos gerados e julgados mesmo no período inspecionado:



O restante dos processos ativos está na Vice-Presidência (130.336 processos), na Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência (20.888 processos) e no Plenário (87 processos). Foram localizados ainda 50.702 processos sobrestados em razão de repercussão geral ou recursos repetitivos.

Nesse sentido o gráfico específico:



Como se observa, constata-se elevada concentração de feitos em tramitação na Vice-Presidência e na Secretaria de Recursos. A equipe de inspeção constatou que, no período a que se refere à inspeção, foram julgados na unidade 30.843 processos e proferidas 70.799 decisões, dentre as quais 30.839 monocráticas terminativas

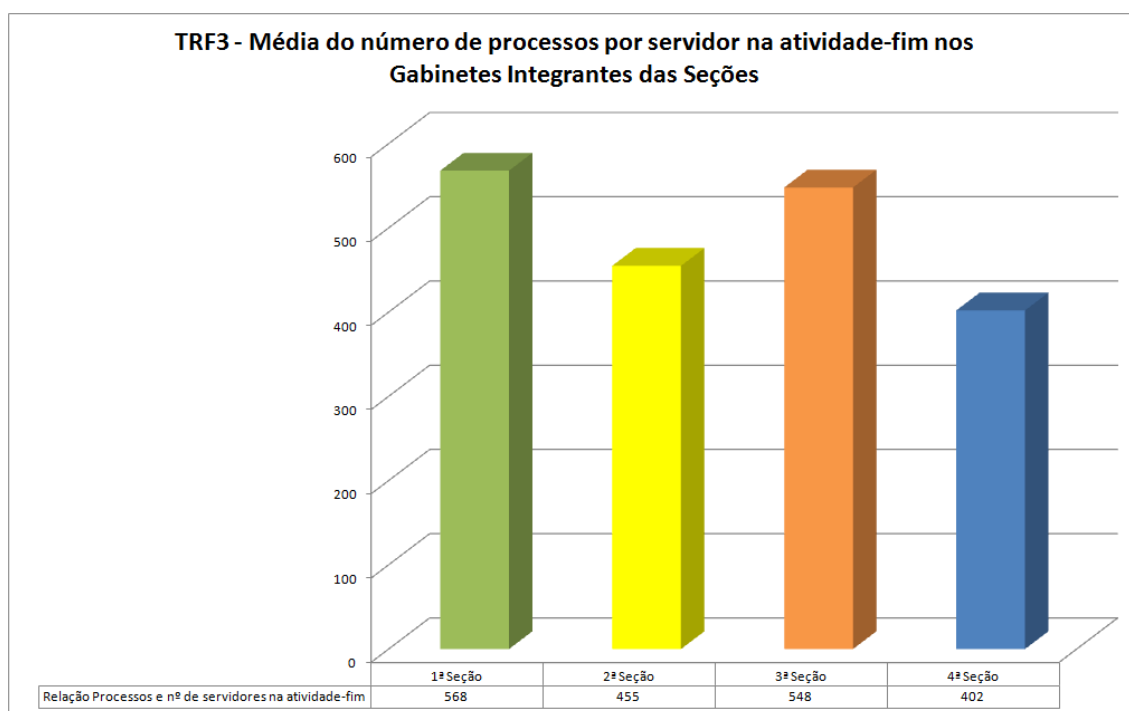
A inspeção não se ateve simplesmente à tarefa de apontar problemas, mas buscou elaborar um diagnóstico da situação geral do TRF3, quanto a alguns aspectos importantes, para orientar a discussão das soluções respectivas.

Um dos principais entraves à boa gestão processual é a falta ou a má distribuição dos recursos humanos pelas diversas unidades jurisdicionais.

Nos Tribunais com grande acervo ou com acervos diferenciados pela natureza dos processos, o problema tende a agravar-se, como é o caso do TRF3. De qualquer forma, não é demais registrar a importância de que, além do número mínimo idêntico para todas as unidades do Tribunal, a exigir reposição imediata e constante conforme verificadas as vacâncias, seja avaliada a necessidade de alocação de força de trabalho extra para determinadas situações.

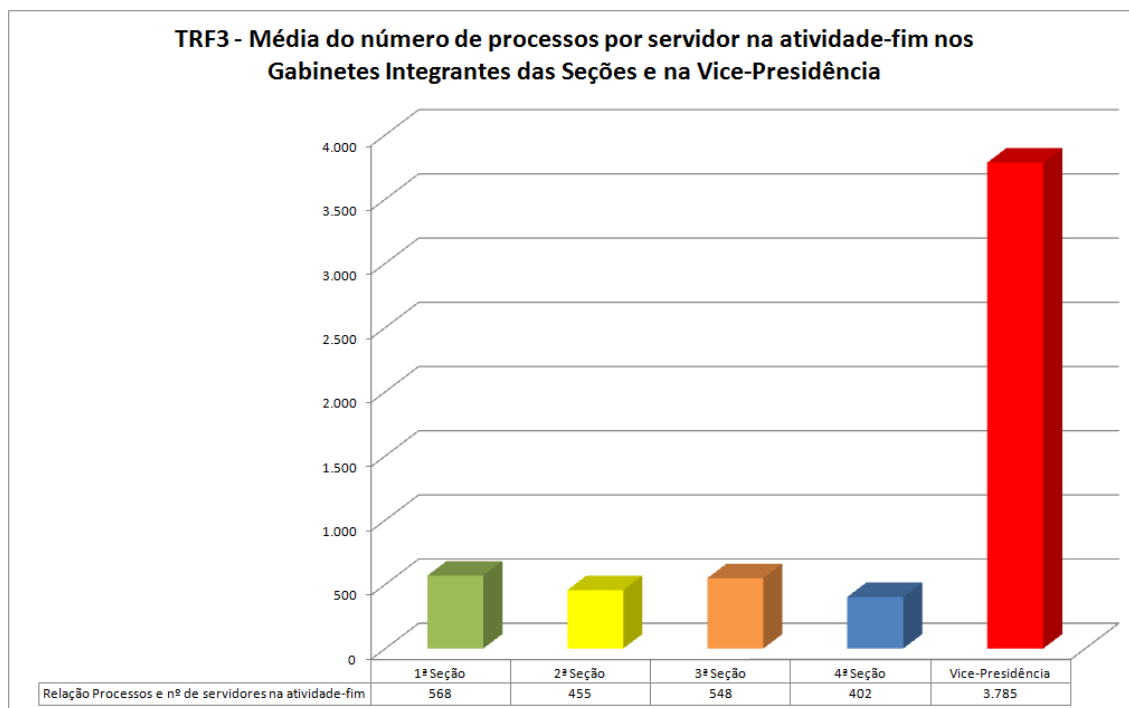
Houve preocupação da Corregedoria-Geral em comparar atuação e desempenho sob condições semelhantes de trabalho. A carga individual de trabalho, medida pelo número de feitos em tramitação na unidade por servidor em atividade fim, é importante indicativo para avaliar as possíveis causas que atuam no desempenho das unidades em termos de produtividade e acervo.

Na 1ª Seção, em média, cada servidor em atividade fim responde por 568 processos do acervo respectivo; na 2ª Seção por 455; na 3ª Seção por 548; e na 4ª Seção por 402, conforme assim demonstrado:



A carga de trabalho é calculada pela divisão do acervo da unidade pelo número de servidores em atividade fim. No comparativo destaca-se a 1ª Seção, que possui carga de trabalho de 568 processos por servidor, a maior no comparativo interno ainda que muito inferior à verificada em Turmas/Seções de outros Tribunais, e participa com 9,69% de todos os julgamentos feitos pelas Seções do TRF3 no período entre agosto/2013 e julho/2014.

Todavia, a carga de trabalho é significativamente maior no âmbito da Vice-Presidência do TRF3, órgão no qual cada servidor em atividade fim atua e responde por 3.785 processos em tramitação:

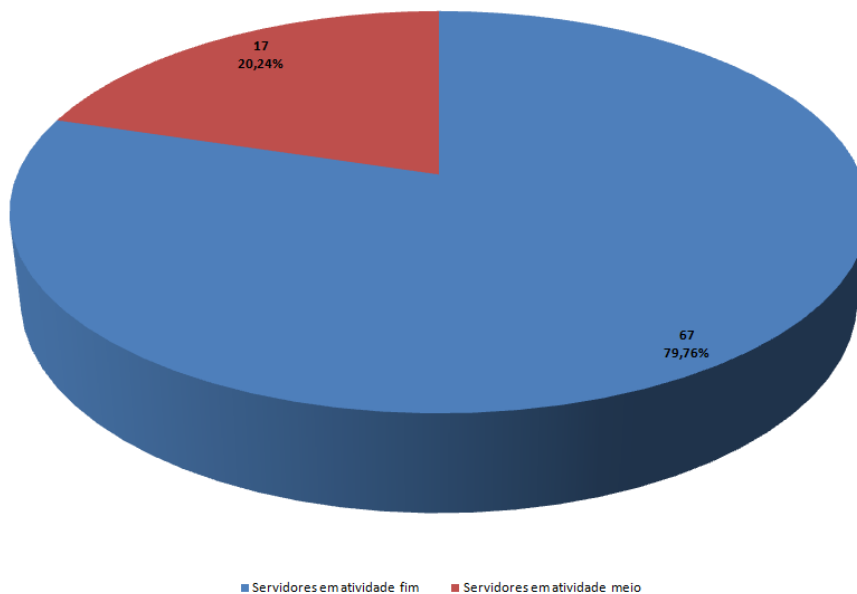


Independentemente de qualquer outra análise, evidencia-se que o volume de processos, a estrutura funcional e a carga de trabalho exigem tratamento diferenciado a este órgão do TRF3, a fim de não inviabilizar o seu adequado funcionamento e garantir melhores condições de desenvolvimento de suas importantes atribuições.

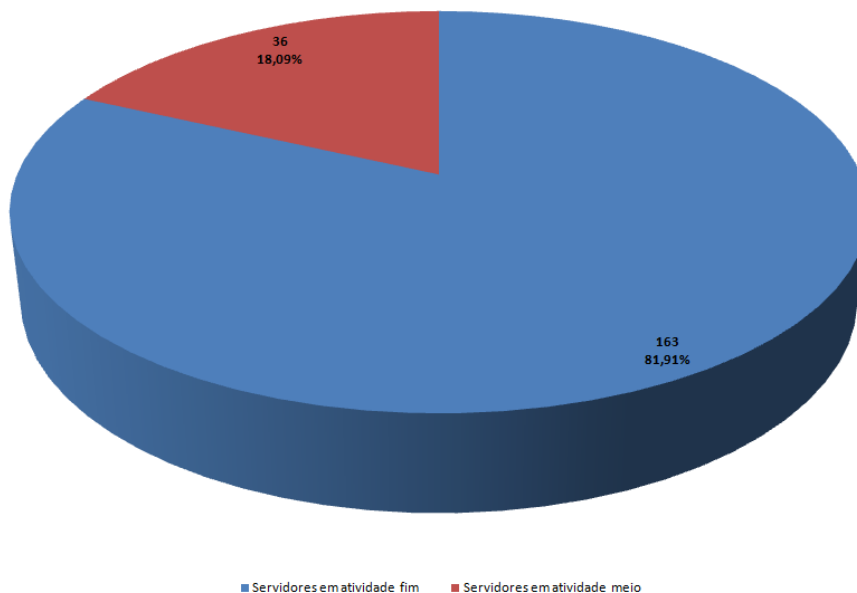
Nas Seções inspecionadas foi elevado o grau de servidores envolvidos com a atividade fim, constatando-se qualificação e motivação para as funções exercidas.

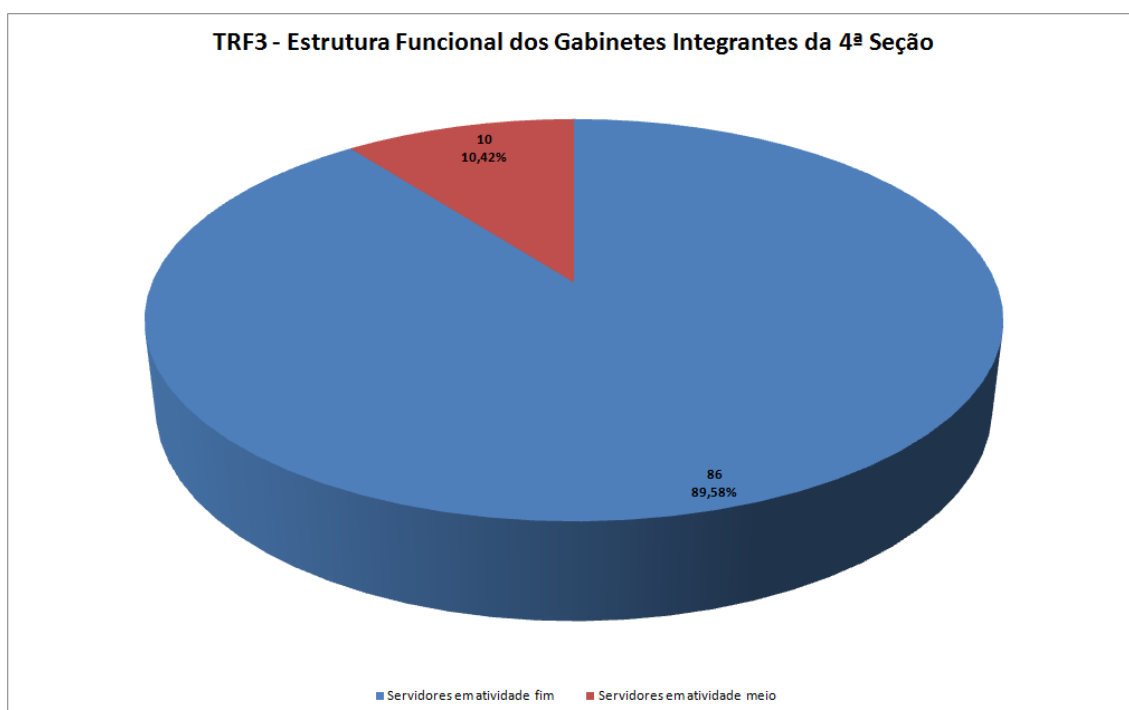
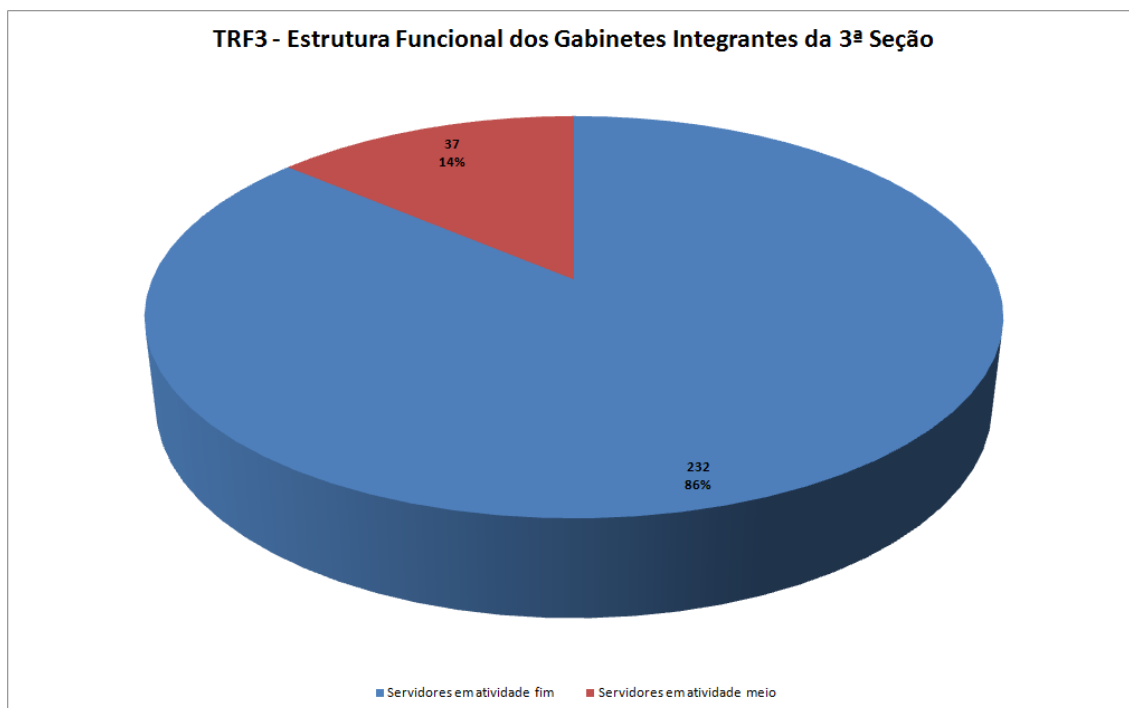
Abaixo os quadros indicativos da destinação média da força de trabalho nas Seções inspecionadas:

TRF3 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 1ª Seção

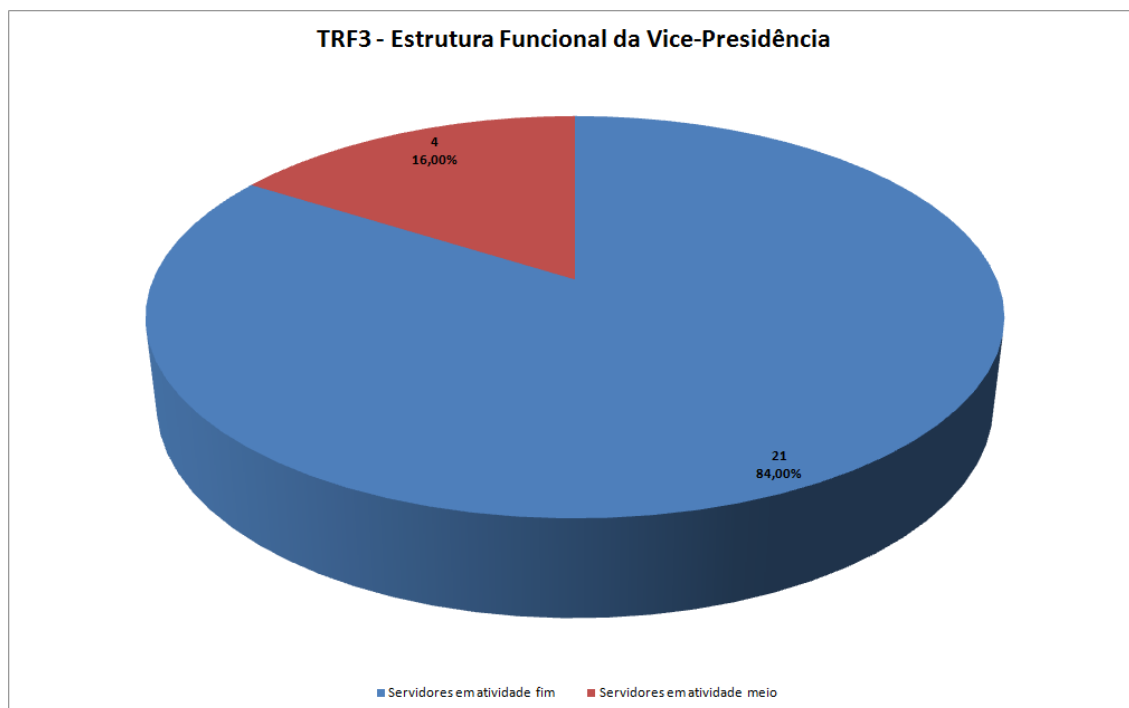


TRF3 - Estrutura Funcional dos Gabinetes Integrantes da 2ª Seção





Também na Vice-Presidência os servidores em atividade fim são maioria e, no caso, a mais expressiva dentre os colegiados inspecionados:



Destaque-se o cumprimento da recomendação específica à Presidência do Tribunal, à época da Inspeção CJF em agosto de 2012, com a edição da Resolução n. 455/2012, de 16/07/2012, do Conselho de Administração do TRF/3, que dispôs sobre a criação da Assessoria de Apoio aos Gabinetes – ASAG, e que já se verificou como importante auxílio aos gabinetes no julgamento dos feitos mais antigos (especialmente os de Meta CNJ n. 2/2009).

E com louvor, ressalte-se o empenho da Corte quanto ao cumprimento da recomendação específica havida por ocasião da Inspeção do CJF/2012, qual seja, a instalação das 1ª e 4ª Seções, bem como das 1ª, 2ª, 5ª e 11ª Turmas, no dia 02/07/2014, por força da Resolução n. 392, de 18/06/2014.

Os dados gerais expostos a respeito da prestação jurisdicional, independentemente da análise da situação de cada unidade, confirmam, em regra, as conclusões já firmadas em inspeções anteriores. O TRF3 encontra-se bastante dimensionado para atender às necessidades e demandas da região jurisdicionada. Os recursos humanos, materiais e tecnológicos atualmente reclamam alguns aprimoramentos específicos. O tempo de tramitação, o volume do acervo administrado e a produtividade atingida, no período objeto da inspeção, comprovam a existência, em regra, de razoável tempo de gestão processual e administrativa nos gabinetes. Os pontos específicos, em que cabível alguma correção ou aprimoramento, foram tratados no relatório de inspeção específico de cada unidade.

Não houve, porém, salvo algumas situações pontuais, identificação de problemas sistêmicos e graves na gestão processual por parte das unidades jurisdicionais.

No campo administrativo, a equipe de inspeção analisou contratos administrativos de alta complexidade relacionados aos principais sistemas em produção no TRF3; verificou o cumprimento de Resoluções 90, 91 e 99/2009 do Conselho Nacional de Justiça; avaliou condições de segurança institucional e transportes; acompanhou organização e funcionamento de serviços de apoio como contadoria e estatística; e inspecionou os sistemas judiciais eletrônicos.

Foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas, objetivando adequar os procedimentos a parâmetros legais ou normativos da Administração, e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

Sem prejuízo das recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade e setor, recomenda-se ao TRF3: planejar e executar, em conjunto com os respectivos desembargadores federais, ações específicas de redução de acervo e tempo de tramitação processual nas unidades em que a situação seja discrepante da existente na média do Tribunal; rever estrutura de pessoal e de recursos em geral para atender às necessidades do volume de processos atualmente a cargo da Vice-Presidência ou melhorar a distribuição interna da competência quanto à admissibilidade de recursos extraordinário, especial e ordinário às instâncias superiores; aprimorar inserção, registro e atualização de fases processuais no sistema eletrônico, assim como promover adequação de lançamentos processuais nos autos físicos, objetivando evitar discrepâncias e inconsistências prejudiciais ao controle e ao acompanhamento processual; quanto ao PJ-e, recomenda-se que o Tribunal crie mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma apresentado, a fim de garantir o sucesso da implantação do sistema; o TRF3 deve adotar medidas para endurecer a política de segurança de acesso aos sistemas judiciais.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção, tanto os integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como os membros e servidores, no caso, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I - GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA – Desembargador Federal FÁBIO PRIETO DE SOUZA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **FÁBIO PRIETO DE SOUZA**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial, Conselho de Administração, Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e Conselho da Justiça Federal.

1.3. Tempo de atuação no órgão: desde 17 de fevereiro de 2014.

1.4. Quadro de pessoal: 55 auxiliares (49 servidores efetivos, sendo 9 do Gabinete da Presidência, 13 do gabinete do Des. Federal Fábio Prieto de Souza, e 27 da SEBE; 4 estagiários de nível superior, sendo 1 do gabinete da Presidência e 3 da SEPE; 2 estagiários de nível médio da SEPE). 44 funções gratificadas (4 CJ3, sendo duas do gabinete da Presidência, uma do gabinete do Des. Federal Fábio Prieto de Souza e uma da SEPE; 4 CJ2, sendo duas do gabinete da Presidência, uma do gabinete do Desembargador Fábio Prieto de Souza e uma da SEBE; 2 CJ1 da SEBE; 2 FC6, sendo uma do gabinete da Presidência e uma do gabinete do Desembargador Fábio Prieto de Souza; 8 FC5 da SEPE; 6 FC4, sendo duas do gabinete da Presidência e quatro do gabinete do Des. Federal Fábio Prieto de Souza, 17 FC3, sendo quatro do gabinete Fábio Prieto de Souza e treze da SEPE; 1 FC2 da SEPE).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (fevereiro/2014):	42.152 (incluídos precatórios e RPVs)
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	53.578, sendo 53.547 Precatórios e RPVs
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	25
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	00
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	25

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total	229.659, incluídos Precatórios e RPVs
2.3.2. Média mensal	19.138

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	não informado
2.4.2. Média mensal	não informado

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	515
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	3
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	0
2.5.4. Declarações de voto	2
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	14
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	21
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	473
2.5.9. Mero expediente	2

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	0
2.6.2. Total de processos julgados	0
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	0
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	0
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	0
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	0
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	3
2.7.2. Acórdãos lavrados	3
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	3
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	0
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade está dividida em Gabinete da Presidência - GABPRES e Secretaria da Presidência - SEPE. O gabinete cuida especificamente do protocolo de expedientes e requerimentos da Presidência, da agenda do Presidente, dos expedientes administrativos e processos judiciais (Suspensões de Segurança, Avocatórias, entre outros), e de todo o gerenciamento e coordenação dos órgãos diretamente ligados à Presidência.

A Secretaria, por sua vez, gerencia os procedimentos relativos ao pagamento dos valores referentes aos ofícios requisitórios, requisição de pagamento oriundo do cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, por meio do trabalho realizado pela Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP (Precatórios) e, ainda, processa as Suspensões de Segurança e Avocatórias.

Os processos físicos do Gabinete da Presidência estão localizados na sala da Assessoria. Os da SEPE, na própria Secretaria, no caso das Suspensões de Segurança e Avocatórias, em curso.

E na Subsecretaria dos Feitos da Presidência - UFEP (Precatórios), no caso dos requisitórios anteriores a 2007, ainda em papel, e que estão por algum motivo em curso, como é o caso dos precatórios parcelados e dos expedientes desarquivados e/ou sobrestados em Secretaria.

Os precatórios que tramitam na UFEP são, na grande maioria, digitais e, portanto, armazenados em sistemas e banco de dados e os físicos em armários próprios.

As Suspensões de Segurança e Avocatórias são guardadas no Gabinete da Presidência.

No Gabinete da Presidência não são utilizados métodos auxiliares de controle, devido ao pequeno número de feitos judiciais físicos.

Na SEPE, há planilha para controle dos feitos em trâmite, com anotação a respeito de eventual localização em outro setor.

Na UFEP (Precatórios), o gerenciamento dos expedientes é realizado por meio de sistemas eletrônicos próprios, que abarcam desde as rotinas mais básicas de verificação de inconsistências, geração de ofícios, minutas de despachos, envio de informações, até o controle mais rigoroso de bancos de dados (Delphi, C#, Excel, Access, ODBC, SQL), além de outros sistemas comuns aos demais setores do Tribunal, como é o caso do SEI e do SIAPRO.

O planejamento do setor se baseia, fundamentalmente, na divisão de tarefas e gerenciamento de atividades voltadas para o fechamento de propostas orçamentárias mensais das requisições de pequeno valor – RPVs e da proposta orçamentária anual dos precatórios.

Nesse sentido, o trabalho é pautado pela observância dos prazos constitucionais, bem como pelos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções 115/2010-CNJ e 168/2011-CJF.

No caso das suspensões/avocatórias, atende-se às demandas do Gabinete da Presidência de acordo com os despachos exarados, que são cumpridos conforme modelos já previamente estabelecidos.

Tanto no Gabinete da Presidência, quanto na SEPE, para a distribuição das atividades entre os servidores, são aplicados critérios técnicos, procurando-se alocar cada servidor na atividade que melhor se adapte às suas capacidades profissionais.

Não há metas individuais de produtividade, pois, segundo a unidade, em razão das atividades desenvolvidas, não se torna necessária a sua aplicação.

Não há controle periódico de produtividade, pois, segundo a unidade, em razão das atividades desenvolvidas, não se torna necessária a sua aplicação.

Há marcadores de gestão que são aplicados regularmente, por meio de reuniões entre as diretorias, para avaliação dos resultados das atividades da unidade.

Não há necessidade de mutirão.

Quanto às férias dos servidores da unidade, são organizadas em sistema de rodízio, observadas as demandas e peculiaridades de cada setor. Com relação à SEPE são organizadas, prioritariamente, de acordo com as datas de fechamento das propostas orçamentárias, em razão dos prazos constitucionais.

Em relação às substituições de servidores, são utilizados critérios técnicos e de confiança. As substituições são atribuídas aos servidores familiarizados com as atividades a serem desenvolvidas, objetivando a continuidade e regularidade do serviço.

No caso da existência de feito com prioridade legal ou meta do CNJ, a eles é dado tratamento de forma prioritária.

As publicações da SEPE são de despachos/decisões e observam o prazo de 48 horas para disponibilização do ato.

Os controles estatísticos da unidade são realizados com a compilação de todos os dados gerados pelos relatórios internos e externos, enviados ao Setor de Estatística da Corte, com cópia para o Gabinete da Presidência. Há dados que são retirados do SIAPRO e há outros dados, como é o caso dos ofícios requisitórios, que são obtidos a partir dos bancos de dados próprios.

Os atendimentos às partes e advogados são realizados em balcão próprio localizado no 3º andar, das 9 horas às 19 horas. Também há o atendimento via e-mail institucional, sobretudo para as dúvidas que surgem quanto ao pagamento e processamento dos ofícios requisitórios (precatórios).

Com relação à consulta dos autos, quando ainda físicos, são observadas as normas de atendimento da Corte.

Como práticas positivas, a unidade destacou a evolução dos sistemas eletrônicos internos de recepção, processamento e pagamento dos requisitórios da UFEP, que proporcionam maior agilidade aos trabalhos, bem como aumentam a segurança das operações, que envolvem valores disponibilizados pelo erário.

Por fim, o Presidente do TRF apontou, entre outras, três metas fundamentais da atual gestão, a saber:

a) implantação das Turmas especializadas em matéria criminal, o que foi efetivado no início de julho de 2014;

b) a redução do quantitativo de processos de natureza previdenciária e assistencial, o que, segundo o Presidente, já vem ocorrendo, em razão da implantação de nova metodologia de trabalho na Assessoria de Apoio aos Gabinetes;

c) a implantação do processo judicial eletrônico, cuja implementação está prevista para outubro de 2014.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O Presidente, Des. Federal Fábio Prieto de Souza, tem assento e preside o Plenário, o Órgão Especial, o Conselho de Administração e o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. É membro do Conselho da Justiça Federal, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça.

No período de 5 anos, o magistrado, que atuava em Turma, foi eleito para o cargo de Corregedor Regional do TRF da 3ª Região para o biênio 2014/2016. Em 17 de fevereiro de 2014, tomou posse como Presidente do Tribunal, para o biênio 2014/2016, com término previsto para 17/02/2016.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

A unidade não está contemplada com auxílio de juízes federais. Inclusive, não há juízes de primeiro grau atuando no Tribunal, salvo dois convocados junto à Vice-Presidência.

Foram distribuídos, entre agosto de 2013 a julho de 2014, 229.659 processos, incluídos os precatórios e as RPVs. A maior distribuição ocorreu no mês de junho de 2014 (29.490) e a menor no mês de dezembro de 2013 (15.787). A média mensal, no período, foi de 19.138 feitos.

No que diz respeito aos aspectos processuais, constatou-se, primeiramente, que o setor de processamento de precatórios estava devidamente em ordem, com o fluxo normal nos andamentos dos requisitórios.

Os processos de relatoria da Presidência, em pequeno número, estavam em regular tramitação.

O atual Presidente recebeu, na data da sua assunção, da presidência anterior, 25 processos de natureza jurisdicional.

Foram distribuídos, em 2014, 14 processos que estão em regular movimento, sendo 3 de natureza administrativa e 11 de natureza jurisdicional.

Os feitos cíveis que estão na unidade são os seguintes: 10 SLAT, 14 Exceções (a ficha de inspeção apontava 13, mas fisicamente havia 14), 4 SuExSe, 1 Cautelar e 3 Avocatórias, e se encontram todos em regular tramitação, num total de 32. Há, ainda, 6 processos em Secretaria. O total de feitos de natureza jurisdicional afetos à unidade, portanto, é de 38.

As 14 exceções de suspeição se encontravam com minuta de decisão pronta, para conferência do Presidente.

Encontram-se prontos para julgamento 25 (a ficha de inspeção apontava 25, mas fisicamente haviam 26 processos) conclusos para julgamento, dos quais 14 com minutas prontas para conferência.

Dos 19 processos separados pela Corregedoria do CJF para serem inspecionados, que constavam no sistema como em tramitação, todos se encontravam baixados definitivamente. Foi constatada pela equipe de inspeção apenas a ausência de lançamento da fase de baixa definitiva no momento próprio, o que já foi devidamente providenciado pela unidade.

Não existem pendências relativas às inspeções anteriores e à autoinspeção, nem pendências quanto a processos das Metas do CNJ.

A força de trabalho alocada para as atividades da unidade se mostra adequada, inexistindo juízes convocados, não se mostrando necessária a realização de mutirão.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O empenho da Administração no estabelecimento de metas, destacando três, a saber:

a) a especialização das Turmas penais, já efetivamente implantadas, observando-se sugestão da inspeção anterior;

b) a priorização da baixa do acervo de demandas previdenciárias, em execução com resultados positivos;

c) a determinação para a implantação do processo judicial eletrônico, ainda em fase preparatória para a efetiva implementação.

A utilização do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), que implicou a total tramitação por meio eletrônico dos procedimentos e expedientes administrativos, gerando a supressão da intervenção humana na efetivação de rotinas procedimentais simples, com o melhor aproveitamento dos recursos humanos.

A dinamização do processamento dos precatórios e das RPVs, mediante a utilização de sistema totalmente informatizado.

A coordenação eficiente da equipe que trabalha na unidade, que faz reuniões periódicas para avaliar os resultados dos trabalhos, e se mostra muito coesa e motivada.

O lançamento da fase de baixa definitiva em todos os processos inspecionados, que já se encontravam, de fato, baixados antes do início dos trabalhos de inspeção, recomendando-se, quanto a esse aspecto, que sejam lançadas no momento processual próprio, de modo a que a movimentação processual que é informada no sistema de informações processuais espelhe a realidade fática.

Considerando as metas estabelecidas pela Presidência, a equipe de inspeção recomenda que sejam enviados, semestralmente, à CGJF os resultados estatísticos para avaliação da implantação da especialização das turmas criminais e da redução do acervo de processos de natureza previdenciária/assistencial, em face das metas estabelecidas.

Recomenda que seja implementado, em observância ao cronograma informado, o quanto antes, o processo judicial eletrônico, tendo em vista que a implantação do PJe, sem dúvida alguma, implicará a dinamização do processamento e julgamento de todos os feitos na Região, bem como levará à redução das rotinas processuais que, presentemente, são realizadas manualmente pelos servidores, com a efetiva alocação da força de trabalho para as atividades fins, que exigem maior esforço intelectual, as quais se mostram, segundo observação geral da equipe de inspeção, defasada.

Essas as constatações e recomendações da equipe de inspeção.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA: Desembargadora Federal CECÍLIA MARIA
PIEDRA MARCONDES**

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargadora Federal **CECÍLIA MARCONDES**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial, Seções (Presidente), Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e Conselho de Administração.

1.3. Tempo de atuação no atual gabinete: desde 17/02/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 49 auxiliares (25 servidores efetivos, 2 sem vínculo, 7 requisitados, e 15 estagiários); 21 em atividade fim; e 29 funções gratificadas (5 CJ3, 2 CJ2, 2 FC6, 9 FC4, 10 FC3, 1 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (fev/2014):	128.667
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	130.351
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	58.756
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	50.702
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	58.756

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	19.937
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	4.564
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	7.808
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	10.910
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	11.449
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	141
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	74

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	34.935
2.3.2. Média mensal:	2.911

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	30.843
2.4.2. Média mensal:	2.570

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	70.799
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	1
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	3
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	30.839
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	55
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	37.886
2.5.9. Mero expediente:	2.015

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	34.935
2.6.2. Total de processos julgados:	30.840
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	7
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	0
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	1
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	4.094

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	4
2.7.2. Acórdãos lavrados:	4
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	4
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	0
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Unidade organizada em 4 núcleos: previdenciário, penal, tributário/cível em geral, processos repetitivos e de repercussão geral – NURE. Acervo físico em 7 locais: Processos conclusos: matéria penal (TRF3, Torre Sul, 12º andar, quadrante 2); matéria tributária e cível em geral (quadrante 3); matéria previdenciária (8º andar, quadrante 2); matéria previdenciária-triagem inicial (6º andar, quadrante 4 - anexo); matérias diversas, exceto penal (Edifício Praça da República, térreo e sobreloja); Processos sobrestados e suspensos (Prédio Presidente Wilson). Os processos são submetidos à triagem e verificação individual, separados por matéria, alocados em armários e cadastrados no SIAPRO, levando-se em conta: a) aspectos processuais; b) prioridades legais e metas do CNJ; c) modelos já aprovados pela Desembargadora; d) identificação de matérias em quantidade e relevância para suscitar paradigmas representativos de controvérsia.

Nos processos penais (prioridade da unidade) é realizada triagem diária. Nos previdenciários e tributários/cíveis, em geral, os processos são agrupados por matéria, necessitando os últimos de triagem mais acurada.

A especialização dos servidores se dá pela matéria. Previdenciário: 8 servidores, sob a coordenação de Juiz Federal Convocado em auxílio à Vice-Presidência; Penal: 1 assessor e 3 servidores (1 em licença-maternidade desde fev/2014), sob a coordenação da Desembargadora Federal Vice-Presidente; Tributário/Cível: 2 chefes de gabinetes, 1 assessor e 9 servidores, sob a coordenação de Juiz Federal Convocado em auxílio à Vice-Presidência (feitos cíveis de competência das 1ª e 2ª Seções).

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ nas seguintes hipóteses: a) previdenciário: por determinação legal e, absoluta, nos processos com pedido justificado de preferência (doença grave, idade extremamente avançada e outros); b) penal: processos com réu preso e com prazo de prescrição relativamente curto; c) tributário/cível: ação civil pública por ato de improbidade, fornecimento de medicamentos, antiguidade de processos na unidade, idade extremamente avançada e outros.

Há metas individuais de produtividade, mas apenas na triagem de processos, bem como controle periódico de produtividade e de resultados das atividades da unidade, revistas mensalmente de acordo com a evolução dos trabalhos.

O atendimento das partes é feito pela assessoria e, o de advogados constituídos nos autos, pelas assessoria e Des. Federal Vice-Presidente.

Para consulta aos autos é necessário pedido de vista programado pelo *site* do TRF3 nos processos conclusos e petição nos casos de processos suspensos e sobrestados.

As pendências da inspeção anterior foram regularizadas mediante a certificação de autos findos nos processos n. 0038543-87.1999.4.03.0000 e 0007806-28.2004.4.03.0000.

Como boas práticas, a unidade apontou: a) a subdivisão interna da assessoria judiciária em núcleos especializados por matéria; b) serviço extraordinário com metas estabelecidas e acompanhamento; c) colaboração de prestadores de serviços temporários (servidores que aguardam lotação) e de cidadãos que cumprem pena alternativa (apenados); d) articulação com órgãos da União que atuam nos processos conclusos à Vice-Presidência; e) estabelecimento de metas, tais como: e.1) zerar o acervo de feitos penais até o final do mês de agosto de 2014, noticiado à equipe de inspeção como atingido na data de 28/08/2014; e 2) priorização da análise dos feitos de natureza previdenciária/assistencial, com preferência dos feitos que envolvem concessão de benefícios e dos embargos à execução, sendo o objetivo zerar o passivo desses feitos até o final de 2014, iniciando, a partir de então, a apreciação dos feitos previdenciários de natureza revisional; e 3) quantos aos demais feitos, até o final de 2014, equiparar o número de decisões prolatadas ao número de feitos distribuídos no mês e realizar mapeamento dos processos conclusos, alocados no Prédio da República, para melhor identificação e apropriação do acervo; e a partir de jan/2015, decidir os processos que estavam sobrestados e suspensos em razão de recurso repetitivo e/ou repercussão já definidos pelo STJ/STF, com trânsito em julgado.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A desembargadora tem assento no Plenário, Órgão Especial, Seções (Presidente), Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e Conselho de Administração.

No período de 5 anos, a magistrada não requereu remoções internas, tendo tomado posse como Vice-Presidente em 17/02/2014.

A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuam por meio de mutirão.

Na atual gestão, segundo dados informados pela unidade, constatou-se a redução do acervo de matéria penal e previdenciário.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 3.785 processos por servidor, o que se mostra inadequada para a gestão célere e eficiente da unidade, exigindo, portanto, o aumento de servidores lotados na unidade e designados para a atividade fim.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 34.935, com média mensal de 2.911 processos. A menor distribuição foi de 1.935 processos em dez/2013, e a maior foi de 3.876 em jul/2014. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 30.843 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 2.570). Houve, portanto, fluxo negativo de 4.092 processos.

Em termos de organização dos processos, foram identificados problemas na unidade, relacionados aos seguintes pontos: a) diversidade de locais para alocação dos processos; b) ausência de normatização interna acerca das rotinas de movimentação processual; c) alimentação insuficiente/inadequada do registro de fases processuais no atual sistema; d) volume de processos recebidos; e) movimentação/reativação de feitos que deveriam estar baixados ou já baixados.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 79 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 2 processos em tal situação, os quais foram regularizados na data da inspeção.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem não constaram processos extraviados; e no acervo geral foram apurados processos extraviados (roubo de malote do Correio) sem restauração (num total de 26 processos). Segundo informado pela unidade (item 3.10 do questionário), tais processos encontram-se aguardando pronunciamento do e. STJ acerca do procedimento a ser adotado para a restauração dos autos, uma vez que em tramitação virtual naquele Tribunal, tendo sido oficiado aos respectivos ministros relatores, sem resposta até a data da realização da inspeção.

A amostragem revelou a existência de 24.501 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 19.937 processos, representando, portanto, 15,29% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão para juízo de admissibilidade e/ou suspensos/sobrestados, não havendo elementos para aferir quantos se encontram nas fases referidas.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 7.808 em 2007, 10.910 em 2008, 11.449 em 2009, 15.124 em 2010, 22.032 em 2011, 19.546 em 2012, 14.368 em 2013 e 1.100 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2008 e 2013, portanto com cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feito criminal com réu preso, mas verificou-se 1 processo da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011 (2009.60.03.000493-9), remetido ao STJ somente em 02/07/2014.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Foram localizados processos paralisados há mais de um ano na unidade, porém, com justificativa (item 5 deste Relatório – Observações Gerais).

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ ou de determinação da Vice-Presidência nos casos de repetitivos/repercussão geral, envolvendo diversas matérias.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 34.935 e julgamento de 30.843 processos, resultando, assim, na produtividade de 88,29%, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2005 e, portanto, com mais de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, ainda que não desde a distribuição, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS/RECOMENDAÇÕES

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, com listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a) espaço físico visitado adequado e devidamente organizado (gabinete sede da Vice-Presidência); b) servidores capacitados e motivados; c) chefia experiente e focada para a solução dos problemas da unidade; d) existência de integração entre os servidores da unidade; e) priorização de feitos de natureza penal e previdenciária; f) excessivo volume de processos em inadequação com o número de servidores; g) dificuldade nos trabalhos em face da descontinuidade pela mudança periódica de gestões; h) inexistência de corpo permanente de servidores na unidade; i) alta rotatividade do quadro de estagiários; j) descompasso do registro de movimentação processual com a situação do processo, gerando passivo maior do que o existente; k) inexistência de normativa acerca das rotinas de procedimentos no tocante ao trâmite dos processos.

A equipe de inspeção constatou que a situação processual e de espaço físico, considerados os vários prédios em que se encontra o acervo da Vice-Presidência, é preocupante e exige medidas imediatas para a sua regularização.

Esclarece-se que a situação não foi gerada pela atual gestão, vindo de longa data.

Como forma de melhoria dos trabalhos, recomenda-se:

a) Adoção do processo judicial eletrônico, o que a médio e longo prazo, amenizaria a situação. Não haveria a resolução imediata dos problemas, em face do grande acervo físico existente, o qual levará um tempo para ser eliminado.

b) Criação de um corpo permanente de servidores lotados na Vice-Presidência, com funções gratificadas compatíveis com a importância e responsabilidade que a eles devem ser afetadas, de modo a evitar a descontinuidade dos trabalhos.

c) Aperfeiçoamento dos sistemas informatizados da Corte, na medida em que a unidade vem-se utilizando de controles paralelos.

d) Realização de mutirão, em face do elevado acervo de feitos que se encontram parados há bastante tempo aguardando juízo de admissibilidade, com a convocação de juízes especializados nas devidas matérias, bem como de servidores de outras unidades, de modo a que sejam impulsionados tais feitos. Isso porque, o tempo de conclusão dos processos deve ser considerado no seu conjunto, não se afigurando lógico que tenha uma tramitação rápida em primeiro e segundo graus, ficando estagnado na unidade. A convocação de juízes justifica-se em função da situação de excepcionalidade da unidade, que conta, atualmente, com apenas dois juízes convocados.

e) Encaminhamento de relatório, no prazo de 6 meses, considerando as metas estabelecidas pela unidade, devidamente arroladas ao final do item 3, acerca dos resultados obtidos, mediante expedição de ofício à CGJF.

f) Observar o cumprimento das Metas do CNJ.

g) Reiterar os ofícios aos ministros relatores quanto aos processos pendentes de restauração de autos.

Em relação aos processos inspecionados (num total de 79 na unidade), **recomenda-se:**

a) Proceder à baixa dos autos: 200503000615506; 200503001012625; 200703001028174; 200803000235670; 200903000162724; 200903000193976; 200803000415403; 200603000733015; 200903000110049.

b) Dar andamento: 200703000930731; 200703000933380; 200803000135972; 200903000172651; 200861140041655; 200803000363877; 200903000083216; 200803000271806; 200903000374880; 201003000079446; 201003000194570; 201003000211026; 201060020026898; 200903000261441; 200603000528298; 200803000163311.

c) Regularizar a situação dos autos: 200903000446349; 201003000002474; 200903000375355; 200903000398100; 200903000409389; 200603000827757; 200603001018231; 200603001018243; 200703000983115; 200803000358766; 200903000417581; 200903000411177.

d) Consultar andamento no STF: 200803000487610.

GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL: Desembargadora Federal MARIA SALETTE CAMARGO NASCIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Corregedoria Regional da 3ª Região.

1.2. Corregedora Regional: Desembargadora Federal **SALETTE NASCIMENTO**, desde 17/02/2014. É membro do Plenário, Órgão Especial e Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

1.3. Assessora: Anna Lúcia Malerbi de Castro, desde 17/02/2014 na Corregedoria, mas desde 1996 trabalhando com a Desembargadora Salette Nascimento.

1.4. Quadro de pessoal: 35 auxiliares (16 servidores do Gabinete da Desembargadora Federal Salette Nascimento e 15 da Corregedoria; 1 servidor sem vínculo, 1 servidor requisitado da SJSP e dois estagiários de nível superior); 26 funções gratificadas (2 CJ2, 4 CJ3, 1 FC6, 8 FC4, 10 FC3 e 1 FC2 – somadas as funções originárias do Gabinete e da Corregedoria).

2. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

A Unidade está organizada em equipes internas com as seguintes atribuições:

a) RH-Magistrados: processamento de pedidos de ausência; controle anual do exercício de magistério; pesquisa prévia, em apoio às atividades de correição.

b) Julgamento e Normatização: triagem, elaboração de minutas de decisões e acompanhamento do processamento de expedientes e recursos (inclusive de relatoria junto ao Órgão Especial), excetuadas Correições e Inspeções Gerais; expedientes preparatórios dos concursos de promoção; procedimento de vitaliciamento.

c) Normatização: acompanhamento das normas expedidas pelos juízes de 1º grau e Conselhos, elaboração de minutas, pesquisas e pareceres.

d) Secretaria: recebimento de processos, expedientes, documentos e cartas, cabendo-lhe sua autuação, registro e encaminhamento ao setor competente; processamento de expedientes administrativos, competindo-lhe proceder às comunicações necessárias; recebimento de intimações e acompanhamento eletrônico nos sistemas: e-CNJ, Justiça Plena e PJe; encaminhamento de formulários de alvará de levantamento; disponibilização eletrônica dos atos normativos elaborados, exceto portarias do Setor Correicional; controle da agenda da corregedora; supervisão do arquivo de feitos iniciados no Setor.

e) Estatística: recebimento, processamento, conferência e acompanhamento de dados informativos quanto à tramitação processual em 1º grau, e à produtividade dos magistrados; gerenciamento e cadastramento nos sistemas BACENJUD, INFOSEG, SNCI, CNIA, CNIEP, SNBA, BNMP e Controle de Prisão Provisória; elaboração de material de apoio, quanto à produtividade dos magistrados, para fins correccionais.

f) Correições: auxiliar o Des. Fed. Corregedor nas correições gerais ordinárias (CGOs), inspeções administrativas de avaliação (IAA), assim como processa os expedientes de Inspeção Geral Ordinária.

Os processos de relatoria da Des. Fed. Salette Nascimento (Órgão Especial) estão acondicionados em armário próximo à sala da Corregedora, separados por tipo e, dentro do tipo, por ano.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correccionais ainda pendentes ficam em armários localizados junto à Assessoria Jurídica da Corregedoria Regional, acondicionados segundo tipo e data.

O critério interno para organização do acervo e controle de movimentação interna é feito pela tabela de acompanhamento processual dos feitos de relatoria da Des. Fed. Salette Nascimento: a equipe mantém tabela atualizada com todos os processos em andamento junto ao Órgão Especial, o que facilita o acompanhamento, notadamente durante os períodos de ausência da Relatora em razão de Correição nas unidades judiciárias em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Já quanto aos expedientes afetos à Corregedoria, há uma planilha específica do acervo, com a catalogação dos feitos administrativos em curso, segundo o tema envolvido.

No que se refere ao planejamento da unidade, no início da gestão a Des. Fed. Corregedora Regional passou as diretrizes dos trabalhos aos 5 gestores encarregados de organizar cada um dos núcleos existentes. Os gestores providenciaram a execução das diretrizes, comunicando as adequações diretamente à desembargadora e demais gestores.

Em relação à distribuição interna das atividades, num primeiro momento, elas são distribuídas segundo seu volume (os servidores são alocados segundo a necessidade de serviço). Num segundo momento, perquire-se das habilidades de cada servidor, individualmente, de forma que possa bem desempenhar sua função.

Considerando as peculiaridades das atividades correccionais, não se apresentam necessárias, segundo a unidade, o estabelecimento de metas de produtividade individuais, a avaliação periódica de produtividade, a avaliação periódica dos resultados, nem a fixação de metas periódicas de produtividade da unidade.

Há a realização de mutirões, conforme projetos estabelecidos pela Corregedora, tendo sido realizados os seguintes:

- Projeto digitalização: conferência manual de todo arquivo da Corregedoria Regional, atualmente acondicionado de forma dispersa, seguido de sua integral digitalização. Com isso, facilita-se a pesquisa e a consulta, bem como se contribui para a manutenção das instalações do Tribunal. A execução do projeto cabe à Secretaria da CORE. A primeira fase encerrou-se em julho/2014. A CORE desocupou e devolveu à administração do TRF3 as salas no subsolo, anteriormente ocupadas com acervo físico, hoje digitalizado.

- Projeto saneamento: conferência manual de todos os procedimentos pendentes junto à Corregedoria Regional, com arquivamento daqueles prejudicados em razão do decurso do tempo; levantamento e catalogação de processo ainda pendentes, separando-os segundo prioridade legal de julgamento. A execução do projeto incumbe à Assessoria da CORE, com apoio da Secretaria da CORE.

- Projeto Normatização: levantamento da normatização local, para consolidação e adequação às diretrizes do CNJ/CJF. A execução do projeto incumbe à Assessoria da CORE.

- Projeto Estatístico: adequação do sistema estatístico do Tribunal às mais recentes alterações legais, notadamente a Lei 12.694/12 (julgamento colegiado), bem como atualização do acompanhamento das Metas do Judiciário, nos moldes estabelecidos para os tribunais brasileiros pelo Conselho Nacional de Justiça. A execução do projeto incumbe à Assessoria da CORE.

- Projeto Execução Fiscal: objetivo de reduzir o acervo de executivos fiscais antigos e/ou de pequeno valor, mediante estabelecimento de tratativas com a Procuradoria da Fazenda Nacional. A execução do projeto incumbe à Assessoria, durante a realização das Correições locais (em que se verifica a possibilidade in loco).

Relativamente às férias dos servidores da unidade, no começo da atual gestão, cada gestor solicitou aos servidores componentes de seu Grupo de Trabalho que indicassem o período pretendido de férias ao longo do ano. Coube a cada gestor definir a possibilidade de gozo nos períodos pretendidos, considerando-se os interesses do Setor. Em algumas oportunidades, solicitou-se que servidores entrassem em acordo.

A substituição de servidores é feita entre aqueles do respectivo setor do Gestor, segundo critério de maior capacidade ao atendimento das demandas prementes à época.

O tempo de tramitação dos procedimentos na unidade é variável, segundo a complexidade do tema. Em regra, uma reclamação acerca de morosidade processual é concluída, na Corregedoria, em 50 dias.

Quanto ao atendimento às partes e advogados, há balcão para atendimento, observando-se as normas pertinentes do CNJ. No entanto, o atendimento é feito preferencialmente via meio eletrônico.

O controle estatístico da unidade é feito mensalmente, sendo prestadas informações estatísticas seguindo padronização do CNJ/CJF, observadas as peculiaridades da Corregedoria Regional.

Considerado o reduzido acervo processual (restrito a processos do Órgão Especial e Plenário), o controle do acervo processual da unidade é feito manualmente pelos assessores, por meio de Tabela de Acompanhamento Processual.

Toda movimentação interna é registrada no SIAPRO e na tabela de acompanhamento.

Para cumprimento da Meta 10/2010 do CNJ, a unidade utiliza-se do sistema de malote digital. Em paralelo, adota-se a comunicação preferencial via *e-mail* com partes, procuradores, magistrados e servidores. É utilizado o SEI nos procedimentos e expedientes administrativos.

Não existem pendências da inspeção anterior, nem da autoinspeção.

Quanto às boas práticas, a unidade apontou práticas modelares executadas, destacando-se as seguintes.

- Digitalização do arquivo: dando concretude às orientações mais atuais do CNJ/CJF, a equipe formada na gestão da Des. Fed. Salette Nascimento tem promovido minucioso levantamento de feitos arquivados, sua conferência e posterior digitalização.

- Tabela de acompanhamento processual dos feitos de relatoria da Des. Fed. Salette Nascimento: a equipe mantém tabela atualizada com todos os processos em andamento junto ao Órgão Especial, o que facilita o acompanhamento, notadamente durante os períodos de ausência da Relatora em razão de Correição.

A Corregedoria pontuou que a informatização completa contribuirá (e muito) ao integral cumprimento das Metas estabelecidas pelo C. CNJ e, principalmente, a celeridade processual. Os serviços correccionais serão igualmente beneficiados pela informatização, que facilitará o acesso ao acervo e aos procedimentos adotados no 1º grau.

E, especificamente na Corregedoria, a manutenção de núcleo fixo de servidores para que os trabalhos não sofram solução de continuidade a cada gestão.

Por fim, a unidade apontou, de forma minuciosa, os trabalhos e práticas desenvolvidos desde a assunção da Corregedoria Regional em 17/02/2014, nos seguintes termos:

Nesses seis meses foram avaliados a multiplicidade de encargos afetos à Corregedoria, a melhor forma de enfrentá-los, buscando sempre a otimização dos serviços.

Foram feitas inúmeras correções nas unidades judiciárias dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com os respectivos relatórios em fase de apresentação ao Conselho. Ressaltou a importância do contato da Corregedoria com as diferentes Subseções para se avaliar as peculiaridades de cada local, necessidade de pessoal, entre outros dados, no sentido de se buscar, cada vez mais, o aprimoramento dos serviços judiciários.

Assinalou que a Corregedoria se ocupa, preponderantemente, da colheita e remessa de dados dos magistrados federais, para fins de vitaliciamento, remoção e promoção.

Reiterou que as atividades próprias da Corregedoria são distribuídas para uma equipe multidisciplinar. Todas as solicitações recebidas na atual gestão foram devidamente encaminhadas e apreciadas, sendo respondidas as solicitações do Conselho Nacional de Justiça no que tange às representações deduzidas em face dos juízes.

Concluiu, que, do que foi vivenciado nesses seis meses na Corregedoria, acredita que esse importante órgão deve ter um núcleo fixo de servidores para manter a plena continuidade dos serviços a cada nova gestão, ponderando que teve uma proveitosa experiência quando na Vice-Presidência desta Corte, com a criação de um núcleo (NURE) fixo de servidores para acompanhamento dos feitos submetidos à sistemática do art. 543 do CPC, cumprindo determinação do CNJ. Nesses termos, concluiu que tal providência seria útil para os trabalhos da Corregedoria.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

Está adequadamente instalada, na Avenida Paulista, no prédio sede do TRF da 3ª Região.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior, nem da autoinspeção.

A desembargadora corregedora recebeu o coordenador da equipe de inspeção e entregou relatório por ela subscrito, descrevendo, com riqueza de detalhes, as atividades da Corregedoria.

A Desembargadora Salette Nascimento tem um excelente controle da sua unidade, conhecendo as especificidades das subseções judiciárias da região e vem fazendo, com regularidade, inspeções nessas unidades.

Tem adotado a Corregedoria práticas salutaras para o bom desenvolvimento das atividades no órgão.

Além dos feitos específicos da Corregedoria, a desembargadora continua a receber distribuição de feitos de natureza jurisdicional, enquanto membro do Órgão Especial, além de feitos administrativos do Plenário e do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, órgão no qual, regimentalmente, tem assento.

Os dados estatísticos apresentados informaram, no período inspecionado, a distribuição de 42 de processos cíveis, sendo 16 mandados de segurança, 15 conflitos de competência, 1 ação rescisória e 10 feitos diversos. Foram distribuídos, na área penal, 3 ações penais e 4 procedimento criminais diversos. Havia no gabinete, segundo os dados enviados na ficha de inspeção, 2 processos conclusos com vista, um deles há mais de 30 dias. Havia, também, 6 processos para declaração de votos, sendo que, na data da inspeção, permanecia apenas um processo concluso para declaração de voto-vista.

Quanto ao número de servidores alocados na unidade, considerando a realidade do TRF 3, poderia ser aumentado, porém, se comparado com outros setores inspecionados, está mais bem servido de auxiliares.

A equipe de inspeção concorda com a concepção da Corregedora no sentido de que, diante da especificidade do órgão, seja mantido um corpo de servidores permanentes na Corregedoria (atualmente 15 servidores), de modo a não haver solução de continuidade nas atividades a cada mudança de gestão, o que ocorre bienalmente.

Constatou-se que o SEI tem sido uma ferramenta importante para a agilização dos procedimentos e expedientes administrativos, que tramitam todos nessa plataforma.

Não há juízes auxiliares na Corregedoria.

A equipe de inspeção entende, tal qual a Corregedoria, que a adoção do processo eletrônico na 3ª Região, será uma ferramenta muito importante para a agilização do andamento dos processos judiciais, com a eliminação de rotinas que, presentemente, são feitas manualmente, podendo, com a adoção do PJe, serem os recursos humanos alocados para áreas fins, com melhor aproveitamento desses servidores.

A agilização das rotinas já vem ocorrendo nos procedimentos e expedientes administrativos, com a utilização do SEI, e o aperfeiçoamento dos sistemas de informática da Corte.

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ DE LIMA STEFANINI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ STEFANINI**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 1ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 03/08/2009, com a ressalva de que se mudou da Quinta Turma para a Primeira Turma em 02/07/2014, mantendo o acervo.

1.4. **Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (18 servidores efetivos e 4 estagiários de nível superior); 13 em atividade fim; e 18 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3, 2 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (mês/ano): 03/08/2009	4.561
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	11.071
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	8.776
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	8.775

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	599
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	283
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	714
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	928
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	705
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	102
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	84

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.429
2.3.2. Média mensal:	202

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	3.052
2.4.2. Média mensal:	254

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	4.885
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	443
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	844
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.755
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	10
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	176
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	84
2.5.9. Mero expediente:	1.573

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.429
2.6.2. Total de processos julgados:	2.226
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.106
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	584
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	253
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	53
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados - redistribuídos (saída):	150

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.207
2.7.2. Acórdãos lavrados no prazo de 10 dias:	1.178
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	28
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	1

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.231
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	52
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	6

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade encontra-se organizada em grupos de servidores especializados nas diversas matérias de competência do Gabinete. Dos 13 servidores que realizam atividade fim, quatro cuidam dos processos criminais e nove dos processos cíveis. Com a mudança ocorrida a partir de 2 de julho de 2014, consistente na exclusão da competência de feitos de natureza penal, a intenção é transferir os servidores que trabalham nos criminais para a matéria cível na medida em que os feitos criminais forem reduzindo.

Parte dos autos fica localizada no gabinete e outra parte em uma sala no subsolo do prédio, separados por matéria.

A organização do acervo se faz mediante triagem dos processos cíveis, separando por assunto e por grupos de trabalho especializados de servidores, ocasião em que são etiquetados por critérios previamente estabelecidos. Após, são armazenados em armários aguardando a minuta aplicável ao caso, sendo submetidas posteriormente à análise do desembargador. Aos processos criminais é adotado o mesmo procedimento, porém, verifica-se a data de prescrição do crime e se há réus presos. A unidade utiliza planilhas de contagem de prescrição para auxiliar no controle do acervo.

A estratégia principal no planejamento das atividades consiste em realizar triagens constantes para identificação de processos com matérias repetitivas, a fim de ser realizado julgamento em bloco, possibilitando-se, com isso, maior vazão de processos do gabinete. Outra estratégia é a especialização de servidores em determinada matéria.

A distribuição das atividades entre os servidores se faz mediante a especialização na matéria, concentrando todos os processos criminais em determinado grupo e subdividindo em diversos grupos na área cível, que possui alcance mais abrangente, tais como SFH, servidor civil e militar, execução fiscal e feitos diversos.

Não há metas individuais, havendo apenas meta coletiva. A meta definida para o gabinete é o julgamento de 400 processos mensalmente e movimentação de até mil processos por mês. A meta é do grupo, não havendo metas individuais de produtividade. O controle periódico da produtividade é feito por meio das estatísticas elaboradas pelo setor competente do Tribunal. São realizadas avaliações periódicas para avaliação das metas e resultados do trabalho. São adotados mutirões de trabalho eventualmente.

As férias dos servidores são planejadas de forma a evitar que muitos servidores saiam de férias no mesmo período. Os critérios para substituição das funções

comissionadas são: antiguidade no gabinete e merecimento. Merecimento engloba não só produtividade, mas postura profissional, relacionamento com os colegas, aceitação de hierarquia.

A unidade assevera conferir preferência aos processos das METAS do CNJ, assim como para os feitos com prioridade legal.

Todos os advogados e partes que comparecem ao gabinete são atendidos, podendo examinar os autos que estejam conclusos, à exceção dos processos sigilosos, aos quais apenas advogados com procuração nos autos têm acesso.

Os acórdãos são, normalmente, lavrados em até cinco dias úteis. O controle estatístico é feito pelo setor de Estatística do Tribunal.

A unidade cita como boas práticas as triagens constantes para identificação de processos com matérias repetitivas, a fim de ser realizado julgamento em bloco, bem como a especialização de servidores em determinadas matérias. Do ponto de vista organizacional, a unidade sugere a contratação de mais servidores para o aprimoramento dos serviços.

O controle de processos pendentes de declaração de voto e lavratura de acórdão é feito pela chefia e assessoria do gabinete, utilizando-se uma lista com os feitos pendentes, que vão sendo excluídos na medida em que são julgados. As movimentações internas são registradas em localizações específicas.

A unidade buscar dar cumprimento à Meta 10 do CNJ, procurando julgar os processos de acordo com a antiguidade. Foram relacionados 48 processos incluídos com pendência na inspeção anterior e 23 feitos da autoinspeção.

Na autoavaliação, a unidade menciona mutirão de dez dias úteis em feitos criminais, com resultado positivo. Mas relatam dificuldade em dar continuidade à iniciativa, tendo-se em vista o aumento da distribuição após a alteração da competência da 1ª Turma.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 1ª Turma. No período de cinco anos, o magistrado não requereu movimentação interna.

A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais.

A competência do TRF3 sofreu alterações que foram implementadas em julho de 2014, afetando a 1ª Turma que deixou de ter competência em matéria penal. Entretanto, os processos criminais remanescentes permaneceram vinculados ao gabinete. Por outro lado, verificou-se uma elevação significativa na distribuição dos feitos à unidade.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 675 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.289, com média mensal de 191 processos. A menor distribuição foi de 141 processos em junho/2014, e a maior foi de 298 em julho/2014, merecendo o registro que este foi o primeiro mês de distribuição após a alteração de competência da 1ª Turma.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.226 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 186), além de 467 agravos legais/regimentais e 352 embargos de declaração. Houve, portanto, excluídos embargos e agravos julgados, fluxo negativo de 63 processos.

Em termos de organização dos processos, foi verificado que o gabinete passou por alteração de competência em julho de 2014, encontrando-se, ainda, em fase de adaptação, passando por triagem e agrupamento de feitos de acordo com a natureza dos recursos. Referida alteração de competência ainda não trouxe nenhum benefício para o gabinete no que diz respeito à especialização na nova matéria, porquanto os processos criminais remanescentes permaneceram na unidade e ocupam assessores que poderiam estar atuando em outras áreas. Ademais, constata-se que houve elevação significativa da distribuição de feitos após a modificação da competência. Diante dos fatos acima apontados, pode-se deduzir que a especialização somente se efetivará em um tempo futuro indeterminado.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Não foi localizado um feito da lista de inspeção para análise da equipe (199303010246104r, Ações Originárias). Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 87 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 12 processos em tal situação, dos quais um (200361050082749) em situação regular, e 11 em situação irregular. Em situação irregular encontram-se os seguintes feitos: 0000021232009403618, distribuído em 10.10.2011 e conclusos desde 28.10.2011; 00005930320064036110, distribuído em 28.09.2007 e conclusos desde 28.09.2007; 00314218520014036100, distribuído em 17.09.2007 e conclusos desde 08.08.2010; 197661000328415r, distribuído em 22.11.2011 e conclusos desde 22.08.2011; 199703010131136r, distribuído em 10.03.1997, conclusos desde 18.04.2007; 199703010675744r, distribuído em 13.10.1997 e conclusos desde 14.10.1997; 199803010057378r, distribuído em 11.02.1998 e conclusos desde 13.02.1998; 200203990217122, distribuído em 19.07.2002 e conclusos desde 08.10.2013; 200203990268610r, distribuído em 16.08.2002 e conclusos desde 18.05.2007; 200303990104721r, distribuído em 27.03.2003 e conclusos desde 27.03.2003; 200703000926491r, distribuído em 25.09.2007 e conclusos desde 08.01.2008. O feito mais antigo (199803010057378r) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 11/02/1998 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 13/02/1998. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à ausência de movimentação processual.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, foram inspecionados 2 processos (198903010095081, distribuído em 10.05.1989, junto ao TFR, remetidos ao TRF3 em 10/05/1989; 199403010906066, distribuído em 26/10/1994 e sem movimentação desde 20/03/2000) provenientes da autoinspeção, com a constatação de que não foram sanados, estando ainda pendentes de providências consistentes em movimentação processual inicial.

Na listagem, constou um processo extraviado (199303010246104r, distribuição em 01/03/1993) e ainda pendente de restauração de autos. Não foram apurados outros processos extraviados sem restauração no acervo geral.

A amostragem revelou a existência de 3 feitos com distribuições originárias no TRF3, anteriores a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199303010246104r, distribuído em 01/02/1993 e extraviado; 199703010576419r, distribuído em 03/09/1997; 200503000210300r, distribuído em 02/05/2005). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, é de 882 processos, representando, portanto, 10% de todo o estoque de processos conclusos. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, num total de 3.229, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão sem movimentação há muitos anos.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 714 em 2007, 928 em 2008, 705 em 2009, 960 em 2010, 1.236 em 2011, 1.063 em 2012, 1.189 em 2013 e 1.176 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 a 2014, portanto com cinco anos de tramitação no TRF3. Mas ainda existem muitos processos anteriores a 2010.

Também foi verificada a existência, na amostragem, de 4 feitos criminais com réus presos (ACr200961170030720, distribuído em 17/01/2011 e concluso desde 28/03/2011; ACr 200861810141826, distribuído em 05/10/2011 e concluso desde 23/01/2012; ACr200861100040100, distribuída em 21/08/2009 e concluso desde 19/08/2011; ACr 200861020021239, distribuído em 05/08/2011, concluso desde 27/03/2012). A situação mostra-se grave em todos os feitos relacionados, exigindo urgente priorização e saneamento.

Em relação às METAS 18/2013 e 4/2014 CNJ, que tratam de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011 e 2012, respectivamente, não foi verificada a existência na amostragem, mas foi informada a existência de 185 processos no acervo geral. De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de conclusão após a distribuição.

A amostragem revelou a existência de 47 processos sem movimentação desde a respectiva distribuição ou com paralisações superiores há um ano, alguns já contavam com o parecer do Ministério Público, sendo que o mais antigo remonta a 10.05.1989: (00000212320094036181, distribuição em 10.10.2011 e concluso desde 28.10.2011; 00005930320064036110, distribuído em 28.09.2007 e concluso desde 28.09.2007; 00314218520014036100, distribuído em 17.09.2007 e concluso desde 17.07.2007; 197661000328415r distribuído em 22.11.2011 e concluso desde 22.08.2011; 198903010095081, distribuído em 10.05.1989 e concluso desde 10.05.1989; 199403010906066, distribuído em 26.10.1994 e concluso desde 18.08.1995; 199603010325297, distribuído em 10.05.1996 e concluso desde

10.05.1996; 199603010665771, distribuído em 27.08.1996 e concluso desde
03.09.1996; 199603010665862, distribuído em 27.08.1996 e concluso desde
09.09.1996; 199603010796312, distribuído em 09.10.1996 e concluso desde
09.10.1996; 199603010838215r, distribuído em 22.10.1996 e concluso desde
20.05.2005; 199703010081479, distribuído em 18.02.1997 e concluso desde
05.10.2006; 199703010205119r, distribuído em 11.04.1997 e concluso desde
11.04.1997; 199703010435538r, distribuído em 17.07.1997 e concluso desde
01.08.1997; 199703010576419r, distribuído em 03.09.1997 e concluso desde
30.11.1998; 199703010675215r, distribuído em 13.10.1997 e concluso desde
05.07.2006; 199703010675744r, distribuído em 13.10.1997 e concluso desde
14.10.2007; 199803010057378r, distribuído em 11.02.1998 e concluso desde
13.02.1998; 199803010390705, distribuído em 11.05.1998 e concluso desde
26.03.2009; 199803010602708, distribuído em 14.07.1998 e concluso desde
13.08.1998; 199903990123709, distribuído em 28.04.1999 e concluso desde
29.04.1999; 199903990549440, distribuído em 24.07.1999 e concluso desde
20.01.2000; 199903990887114r, distribuído em 21.09.1999 e concluso desde
25.09.2000; 199961000211093, distribuído em 16.03.2001 e concluso desde
01.02.2000; 199961000305397r, distribuído em 13.03.2001 e concluso desde
01.03.2005; 199961020051307r, distribuído em 13.03.2001 e concluso desde
25.05.2009; 200003000147331, distribuído em 29.03.2000 e concluso desde
04.03.2004; 200003000291533r, distribuído em 08.06.2000 e concluso desde
16.08.2000; 200061000127815, distribuído em 02.01.2003 e concluso desde
19.11.2007; 200061000458777, distribuído em 12.03.2007 e concluso desde
12.03.2007; 200061040040745, distribuído em 13.06.2007 e concluso desde
13.06.2007; 200103000077886r, distribuído em 12.03.2001 e concluso desde
06.07.2001; 200103000091019r, distribuído em 29.03.2001 e concluso desde
07.05.2001; 200160000027604, distribuído em 22.05.2009 e concluso desde
08.09.2009; 200203000262580, distribuído em 04.07.2002 e concluso desde
16.12.2005; 200203990186848, distribuído em 24.06.2002 e concluso desde
16.03.2009; 200203990268610r, distribuído em 16.08.2002 e concluso desde
18.05.2007; 200203990403549, distribuído em 30.10.2002 e concluso desde
22.06.2009; ACP 200261000104642, distribuído em 06.04.2010 e concluso desde
06.04.2010; 200261260099490, distribuído em 01.10.2007 e concluso desde
01.10.2007; 200303990104721r, recebido em redistribuição em 03.08.2009 e sem
andamento; 200361000220671, recebido em redistribuição em 03.08.2009 e sem
andamento; Projeto de Súmula 200503000210300r, concluso desde 03.05.2005;
ACP 200603990120983, distribuído em 12.04.2006 e concluso desde 30.05.2008;
200661130042344, distribuído em 28.04.2008 e concluso desde 04.12.2008; ACP
200961000116857, distribuído em 15.06.2010 e concluso desde 15.06.2010; AReg
201103000355946 apresentado em 30.03.2012 e concluso desde 30.03.2012).

Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 25 anos, tratando-se do processo 198903010095081, distribuído em 10.05.1989. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com muitos processos distribuídos ainda na década de 1990.

Foram listados 13 agravos de instrumentos, dos quais 6 com pendências de julgamento ou providência na unidade: 199903000576456, distribuído em 19.11.1999, pedido suspensivo decidido em 13.01.2000, redistribuído ao Relator em 03.01.2008; 200003000147331, concluso desde 29.03.2000; 200103000077886r, concluso desde 12.03.2001; 200103000091019r, concluso desde 23.03.2001; 200203000147996, distribuído em 29.04.2002, pedido liminar apreciado em 06.05.2002 e concluso desde 06.05.2002; 200203000262580, concluso desde 04.07.2002. Observa-se que o mais antigo foi protocolado em 19.11.1999, estando na conclusão desde 03.01.2008.

Verificou-se a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida há mais de 5 anos e ainda pendentes de exame pelo colegiado (199903000576456, 199903000589610, 200003000147331, 200003000291533, 200103000077886, 200103000091019, 200203000147996 e 200203000262580), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 7 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, ação civil pública, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, mandado de segurança originário (199403010906066, 199603010838215, 200261000104642, 200603990120983, 200961000116857, 201103000355946, 201261060026630). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando-se as seguintes situações: (Processo 199403010906066 – Interesse de Idoso. Distribuído em 18/08/1995, concluso, e sem movimentação de 18/08/1995 a 20/03/2000. Autor peticionou postulando pela prioridade de tramitação por várias vezes. Novamente conclusos em 29/08/2005 e novos pedidos de prioridade de julgamento por parte do autor. Novamente conclusos em 08/04/2010); (Processo 199603010838215 – Ação Rescisória. Distribuição em 23.10.1996. Conclusos desde 20.05.2005); (Processo 200261000104642 – Ação Civil Pública. Distribuição em 06.04.2010 e conclusão em 06.04.2010); (Processo 200603990120983 – Ação Civil Pública. Distribuição em 17.04.2006. Conclusos desde 30.05.2008); (Processo 200961000116857 – Ação Civil Pública. Distribuição em 15.06.2010. Conclusos desde 15.06.2010); (Processo 201103000355946 – Mandado de Segurança. Distribuição em 11.11.2011 – Conclusão em 31.10.2012); (Processo 201261060026630 – Exceção de Suspeição Criminal. Distribuição em 25.07.2012. Despachos de mero expediente nos dias 10.08.2012, 29.01.2013 e 25.04.2014 – Determinada a inclusão em pauta em 21.08.2014).

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão que deferiu suspensão por motivo de pagamento parcelado, relativamente apenas ao feito 201161240013723.

Verificou-se, ainda, que não existem processos com o(a) Revisor(a). Existem processos do gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Os mais antigos desde 25/11/2013 (200961810015205, 200703000075764, 200703000445555, 200461000314463, 201303000223108, 00158534420114030000, 200960020021709 e 201403000021486). Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se 07 para voto-vista, todos há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 14 agravos legais/regimentais (199703010421527, 199703010535200, 199803010390705, 199803010991749, 199961000211093, 199961000575480, 199961020051307, 200061000127815, 200203990186848, 200203990403549, 200303990104721, 200603990186398, 200903000147917 e 201103000355946) e 2 embargos de declaração (200861810075830 e 200961810080532), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 536 embargos de declaração, dos quais 516 com conclusão há mais de 30 dias, além de 883 agravos legais/regimentais, dos quais 850 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 4 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (199703010576419, 200903000147917, 200961000120861, 201003000223636, 201103000355946).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.289 e julgamento de 2.226 processos, com aumento não significativo do acervo. Entretanto, o gabinete conta com acervo que apresenta processos paralisados em longos períodos, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inclusão desse acervo no fluxo processual para melhor qualificação do controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos entre 2008 a 2013 e, portanto, com até 5 anos de tramitação no TRF3, mas há muitos processos mais antigos.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há muitos anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, a recente alteração da competência sem a redistribuição dos feitos criminais implicará, inexoravelmente, no crescimento contínuo do acervo, já que a distribuição dobrou, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O TRF3 apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional do gabinete inspecionado, encontrando-se o quadro de servidores completo, apresentando-se com boas condições físicas e bem servido de equipamentos. Entretanto, o gabinete se mostra com significativos atrasos no andamento dos processos.

A gestão administrativa adotada não vem conseguindo produzir bons resultados, consoante se comprova pelos dados apurados na inspeção, vez que até mesmo pendências relativas às inspeções passadas não foram regularizadas. Foram identificados muitos processos com distribuições antigas e sem nenhuma movimentação remontando à década de 1990 e a primeira década do atual século, donde se infere a necessidade de buscar uma readequação na gestão do gabinete, bem como no estabelecimento de um plano de metas com o propósito de dar um fim a este acervo antigo paralisado.

Há um elevado número de processos inseridos nas diversas metas do CNJ, observando-se, de um modo geral, a tendência da unidade de elevação do acúmulo de processos, mormente após a elevação da distribuição que dobrou com a alteração da competência da 1ª Turma.

O acervo de conclusos em julho de 2014 era de 8.776 processos, sendo que o acervo recebido em 03.08.2009 correspondia a 4.561 feitos, constatando-se um aumento significativo desde então.

Na análise processual constataram-se algumas situações que merecem atenção, destacando-se: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos congêneres em tramitação na unidade, priorizar julgamento dos processos incluídos nas

METAS/CNJ e demais processos com distribuições mais antigas; (2) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração e que estão conclusos há mais de 30 dias; (3) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (4) priorizar processos voto-vista; (5) priorizar os processos conclusos há mais de 60 dias; (6) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade relacionados acima.

Especificamente: a) com urgência, dar andamento aos autos 198903010095081, distribuídos em 10.05.1989 junto ainda ao Tribunal Federal de Recursos e conclusos desde 10.05.1989, promovendo o seu julgamento o mais breve possível; b) conferir prioridade aos processos de natureza especial que apresentam atrasos: 199403010906066 – interesse de idoso, conclusos em 08/04/2010); 199603010838215 – Ação Rescisória, conclusos desde 20.05.2005; 200261000104642 – Ação Civil Pública, distribuição em 06.04.2010 e conclusão em 06.04.2010; 200603990120983 – Ação Civil Pública, distribuição em 17.04.2006. Conclusos desde 30.05.2008; 200961000116857 – Ação Civil Pública, distribuição em 15.06.2010, conclusos desde 15.06.2010; 201103000355946 – Mandado De Segurança; distribuição em 11.11.2011, conclusão em 31.10.2012; e processo 201261060026630 – Exceção de Suspeição Criminal, distribuição em 25.07.2012; c) Providenciar a restauração dos autos extraviados 199303010246104r; d) priorizar os feitos criminais com réu preso: ACr200961170030720, distribuído em 17.01.2011 e concluso desde 28.03.2011; ACr 200861810141826, distribuído em 05.10.2011e conclusos desde 23.01.2012; ACr200861100040100, distribuída em 21.08.2009, conclusos desde 19.08.2011 ; ACr 200861020021239, distribuído em 05.08.2011, conclusos desde 27.03.2012.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

JUIZ FEDERAL CONVOCADO MÁRCIO MESQUITA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Juiz Federal Convocado **MÁRCIO MESQUITA**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 1ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 4/4/2012.

1.4. **Quadro de pessoal:** 18 auxiliares (14 servidores efetivos e 4 estagiários de nível superior); 12 em atividade fim; e 13 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 4 FC4, 6 FC3, 1 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (04/04/2012):	5.061
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	11.425
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	9.251
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	164
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	9.087

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	183
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	52
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	740
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	940
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	818
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	220
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	127

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.485
2.3.2. Média mensal:	207

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	1.786
2.4.2. Média mensal:	149

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)

2.5.1. Total:	2.947
---------------	-------

2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	293
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	383
2.5.4. Declarações de voto:	5
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.109
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	1
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	78
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	103
2.5.9. Mero expediente:	975

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.485
2.6.2. Total de processos julgados:	1.446
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	890
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	218
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	163
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal :	-
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	129
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	+910

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	642
2.7.2. Acórdãos lavrados:	641
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	1
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	Nenhum

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	658
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	14
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	1

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O acervo passa por triagem, encontrando-se organizado em armários, onde os processos são localizados por ordem numérica, mediante prévia triagem com a anotação em sistema interno do gabinete (denominado Agenda) do tema discutido naquele feito e da tarefa a ser executada (minuta de despacho, análise de tutelas de urgência, decisão monocrática ou voto). Os processos destinados à elaboração de minuta ficam dispostos nas estações de trabalho.

Na triagem dos processos, após a anotação na Agenda, é verificado o tema discutido no feito, para o agrupamento em matérias que o juiz convocado já possua entendimento firmado. Por outro lado, as medidas de urgência, que demandam análise individualizada, são despachadas diretamente pelo servidor responsável com o Juiz Convocado, o qual transmite as orientações necessárias para a elaboração da minuta da decisão.

Com o objetivo de aumentar a produtividade e padronizar a elaboração de minutas em processos que tratam do mesmo tema, houve a criação de grupos de trabalho formados por 3 servidores cada, divididos por assunto. Paralelamente à necessidade de padronização das minutas, há o destaque de alguns servidores para a realização de minutas individualizadas, que exigem apreciação pormenorizada. De outro lado, a assessoria e a chefia do gabinete estão à disposição dos servidores para o esclarecimento de dúvidas, assistência ao juiz convocado nas sessões de julgamento e atendimento aos advogados.

O serviço é distribuído observando a formação acadêmica do servidor, a capacitação, o interesse em participar das tarefas, sempre sob o monitoramento da Assessoria e da Chefia, que ficam responsáveis por eventuais ajustes na distribuição das tarefas.

Foram instituídas metas individuais de produtividade da seguinte forma: para processos ditos repetitivos a meta é de realização de ao menos 3 minutas por dia; para processos que demandam análise pormenorizada, como exemplo, processos de matéria controvertida, que ostentam vários apelantes e/ou muitos volumes não há destaque de meta, priorizando o Juiz Convocado a realização da minuta de forma mais elaborada. Com a criação da meta individual, há também o controle periódico de produtividade, mensalmente, em média, com a verificação das decisões pelo Sistema Gedpro e Agenda. O acompanhamento processual dos resultados é feito por meio das estatísticas. Não há fixação de metas periódicas de produtividade.

O procedimento adotado para organização das férias dos servidores é a existência de rodízio de períodos entre os servidores que compõem o mesmo grupo de trabalho, a fim de evitar que todos da mesma equipe gozem férias no mesmo período, mantendo-se funcionário responsável para a continuidade dos trabalhos. A substituição do assessor e chefe de gabinete dá-se mediante escolha dos servidores aptos a responder pelas atividades inerentes ao respectivo cargo, previamente treinados, cujos nomes são submetidos ao crivo do magistrado.

Os processos que exigem providências urgentes recebem a pronta atenção do Relator e estão inseridos nos programas de controle do acervo processual, possibilitando ao magistrado destacar os processos com prioridade assinalada em virtude: das Metas estabelecidas pelo CNJ; em razão da idade dos jurisdicionados;

em função dos prazos prescricionais em processos criminais; em face do perigo da demora no provimento jurisdicional; em atenção aos pedidos encaminhados à Ouvidoria deste Egrégio Tribunal.

Durante o expediente forense os advogados e partes são prontamente atendidos pelo Relator, não havendo necessidade de agendamento de dias ou horários específicos.

Foi verificada a existência de processos pendentes de regularização da inspeção anterior. A unidade requer aprimoramentos no sistema GEDPRO, tendo-se em vista a ocorrência de descontinuidades em seu funcionamento, com perdas de trabalhos realizados.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O Juiz Federal Convocado tem assento na 1ª Turma. O gabinete possui situação atípica, porquanto o titular do gabinete esteve afastado por decisão do STJ desde 2003, vindo a perder o cargo em sentença criminal proferida pela mesma Corte. Desde então, o gabinete tem funcionado sob a direção de juízes federais convocados. O atual substituto esteve à frente do gabinete em período anterior e retomou a atual substituição em 4/4/2012. A mencionada situação do gabinete tem trazido dificuldade na formação da assessoria, bem como provoca a evasão de servidores para outras unidades na busca de definição e estabilidade na ocupação dos cargos.

Ademais, houve modificação da competência no gabinete implementada em julho de 2014, após a implantação da 4ª Seção no Tribunal, a qual foi especializada em Direito Penal, o que elevou a distribuição de feitos já a partir daquele mês.

A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais em mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 771 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.359, com média mensal de 197 processos. A menor distribuição foi de 143 processos em junho/2014, e a maior foi de 316 em julho/2014, sendo resultado da alteração de competência ocorrida em julho de 2014.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.446 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 121), além de 159 agravos legais/regimentais e 192 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo de 913 processos.

Em termos de organização dos processos, foi verificado que o gabinete passou por alteração de competência em julho/2014, encontrando-se, ainda, em fase de adaptação, passando por triagem e agrupamento de feitos de acordo com a natureza dos recursos. Referida alteração de competência ainda não trouxe nenhum benefício para o gabinete no que diz respeito à especialização na nova matéria, porquanto os processos criminais remanescentes permaneceram na unidade e ocupam assessores que poderiam estar atuando em outras áreas. Ademais, constata-se que houve elevação significativa da distribuição de feitos após a modificação da competência. Diante dos fatos acima apontados, pode-se deduzir que a especialização somente se efetivará em um tempo futuro indeterminado.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram apresentados à equipe do CJF e devidamente inspecionados.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Não foi localizado o processo 2000.03.00057198-0 (extraviado). Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis (arquivados, com carga ou baixados para Juízo de origem) e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 75 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o

constante dos autos físicos (apenas alguns lançamentos que não coincidem com a data da realização do ato – nada de extrema discrepância).

Não foram identificados processos remanescentes da autoinspeção para acompanhamento na atual.

Na listagem, foi constatado um processo extraviado sem restauração (2000.03.00057198-0).

A amostragem revelou a existência de um feito com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2009 e 2010 CNJ (199803010951235). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2/2010 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 235 processos, representando, portanto, 2,05% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, num total de 2.733, não vinham sendo triados e não vinham recebendo tratamento próprio e preferencial, dado o elevado número de feitos, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 740 em 2007, 940 em 2008, 818 em 2009, 959 em 2010, 1.376 em 2011, 1.682 em 2012, 1.710 em 2013 e 1.292 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3, embora exista grande volume de processos mais antigos.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 5 feitos criminais com réus presos (2013.03.00.013346-6, 2010.60.04.000635-2, 2010.03.00.007856-9, 2006.61.06.007938-4 e 2007.60.04.000526-9) e nenhum processo da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011. De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de autos conclusos. Dentre os réus presos, um está vinculado a feito originário (2010.03.00.007856-9 – Revisão Criminal) e quatro a feitos recursais (2010.60.04.000635-2, 2006.61.06.007938-4, 2007.60.04.000526-9 e 2013.03.00013346-6).

A amostragem revelou a existência de 12 processos (2000.03.99.071052-8, 197461820512898, 199003010279649, 199503010473233, 199703010135828, 199960000001590, 199961050081077, 200061000284854, 200203000504409, 200303000179771, 200703000367817 e 201403000019157) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a dezembro/2001 (2000.03.99.071052-8). Foram localizados 46 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (197461820512898, 199003010279649, 199403010965204, 199503010473233, 199603010109862, 199703010135828,

199703010149359, 199703010295777, 199803010533346, 199803010951235, 199903990043544, 199903990634479, 199903990770545, 199903990909638, 199960000001590, 199960000047552, 199961000371412, 199961030012116, 199961050081077, 199961050111598, 199961100044990, 199961190000074, 199961810069772, 199961820348402, 200003990710528, 200061000284854, 200103990479872, 200161000280968, 200261000255371, 200261080043444, 200303000179771, 200361810065395, 200461080071230, 200603000109952, 200661020143361, 200703000367817, 200761090106916, 200803000359990, 200903000106794, 200903000170216, 201003000078569, 201003000080072, 201003000080643, 201060040006352, 201061190067920 e 201203000203129). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há mais de 5 anos (199503011003121, 199703010149359, 199803010533346, 199803010951235, 199903990043544, 199903990909638, 199960000001590, 199961190000074, 199961810069772, 200003990710528, 200061000284854, 200161000280968, 200203000065256, 200203000504409, 200261080043444, 200303000179771, 200361810065395, 200603000914538, 200703000367817, 200761090106916 e 200903000106794).

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no período de 1989 a 2014 (maior concentração nos anos de 2012 e 2013).

Foram listados 9 agravos de instrumentos, todos com pendência de julgamento do colegiado (199803010533346, 200203000065256, 200203000504409, 200303000179771, 200703000367817, 201003000080072, 201003000080643, 201303000304455 e 201403000078289), sendo que o mais antigo foi protocolado em 26/06/1998, estando na conclusão desde 19/02/2009 (199803010533346). A conclusão mais antiga remonta a 07/2003 (200303000179771). Existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal (199803010533346, 201003000080072 e 201003000080643). Verificou-se a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida há 9 anos e ainda pendentes de exame pelo colegiado (200203000065256), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 15 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária (identificar). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 200261040113150 (Ação Civil Pública distribuída em 16/07/2004, sem tramitação no período de 21/07/2004 a 27/09/2013 e

conclusos desde 08/10/2013), 200903000106794 (Revisão Criminal distribuída em 31/03/2009 e conclusos em 24/07/2009), 201203000203129 (Exceção de Suspeição Cível - Decisão de 25/06/2012 não acolheu a suspeição e determinou a suspensão da tramitação dos autos principais. Este incidente está concluso desde 06/07/2012.), 201303000133466 (Agravo de Execução Penal - Réu Preso. Distribuído em 12/06/2013 e conclusos desde 05/08/2013). 201403000019157 (Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas. Distribuição e Conclusão datada de 31/01/2014) e 199961030012116 (Interesse de Idoso. Autos conclusos desde 24/11/2011).

Verificou-se, ainda, que nenhum processo do gabinete inspecionado foi liberado para revisão. Também não existem processos do gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Consta no questionário a informação sobre a existência de um processo concluso para declaração de voto (201303000300796), porém este processo pertence ao acervo do Gabinete do Desembargador Federal José Lunardelli.

Na amostragem, considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 5 agravos legais/regimentais (199703010149359, 199903990909638, 200103990479872, 200161000280968 e 200261000255371), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (200661060079384). Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 1 embargos de declaração, conclusos há menos de 30 dias, além de 5 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 3 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (199803010951235, 201061190067920 e 201203000203129).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.359 e julgamento de 1.446 processos, resultando em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais índice de correção monetária aplicável ao FGTS; outras situações são relativas à suspensão aguardando recurso especial e incidente de recurso repetitivo.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que não existe tramitação célere do acervo em geral, vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

Portanto, imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devendo-se, no mínimo, cobrir os claros no quadro de servidores, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de tentar impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O TRF3 não apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional do gabinete inspecionado, porquanto o quadro de servidores encontra-se deficitário em longo período. O cargo de titular do gabinete está vago há mais de 10 anos, sendo ocupado pelo atual juiz convocado desde abril/2012, que enfrenta diversas dificuldades na administração da unidade, a começar pelo quadro deficitário de servidores, bem como a alta rotatividade na assessoria, vez que a interinidade no cargo não possibilita propostas duradouras para atrair servidores treinados e preparados por longos períodos. Nada obstante, o gabinete se mostra organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

A gestão administrativa se faz dentro da realidade de provisoriedade no cargo pelo Juiz Convocado, em que se optou, inicialmente, pelos processos de natureza criminal. Com a recente alteração da competência da 1ª Turma, o gabinete vem se organizando para fazer frente à distribuição que se elevou de modo significativo, realizando um agrupamento de feitos por entendimento já firmado pelo magistrado, de forma a aumentar o fluxo processual.

O acervo de conclusos em julho de 2014 era de 9.251 processos, sendo que o acervo recebido em abril de 2012 correspondia a 5.061 feitos, constatando-se um aumento significativo no período.

Na análise processual constataram-se algumas situações que, embora pontuais, merecem menção: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos congêneres em tramitação na unidade, continuar priorizando julgamento dos processos incluídos nas METAS/CNJ e demais processos com distribuições mais antigas; (2) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração e que estão conclusos há mais de 30 dias; (3) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (4) priorizar os processos conclusos há mais de 60 dias; (5) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade; (6) especificamente os seguintes processos: a) Feito com distribuição originária anterior a 2006 - 199803010951235; b) Feitos criminais com réus presos - 2013.03.00.013346-6, 2010.60.04.000635-2, 2010.03.00.007856-9, 2006.61.06.007938-4 e 2007.60.04.000526-9; c) Feitos sem movimentação desde a distribuição - 2000.03.99.071052-8, 197461820512898, 199003010279649, 199503010473233, 199703010135828, 199960000001590, 199961050081077, 200061000284854, 200203000504409, 200303000179771, 200703000367817 e 201403000019157; d) Feitos que aguardam julgamento há mais de 5 anos - 199503011003121, 199703010149359, 199803010533346, 199803010951235, 199903990043544, 199903990909638, 199960000001590, 199961190000074, 199961810069772, 200003990710528, 200061000284854, 200161000280968, 200203000065256, 200203000504409, 200261080043444, 200303000179771, 200361810065395, 200603000914538, 200703000367817, 200761090106916 e 200903000106794; e) Agravos de Instrumento pendentes de julgamento do colegiado - 199803010533346, 200203000065256, 200203000504409, 200303000179771, 200703000367817, 201003000080072, 201003000080643, 201303000304455 e 201403000078289; f) Ação Civil Pública 200261040113150, Revisão Criminal 200903000106794, Exceção de Suspeição Cível 201203000203129, Agravo de Execução Penal 201303000133466, Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas 201403000019157, que possui interesse de idoso 199961030012116, g) Projeto de Súmula processo n. 200503000210324, h) Agravos legais/regimentais 199703010149359, 199903990909638, 200103990479872, 200161000280968 e 200261000255371, i) Providenciar a restauração do processo 200003000571980 com urgência.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA (1ª SEÇÃO)

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DENISE AVELAR

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Juíza Federal Convocada **DENISE AVELAR**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 1ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 9/4/2014.

1.4. **Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (14 servidores efetivos e 5 estagiários de nível superior); 13 em atividade fim; e 13 funções gratificadas (01 CJ3, 01 CJ2, 06 FC3, 04 FC4 e 01 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (mês/ano): 09/04/2014	6.954
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	9.405
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	6.971
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	89
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	6.882
2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	1.891
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	83
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	82
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	358
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	553
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	576
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	150
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	89
2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	2.479
2.3.2. Média mensal:	207
2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	3.346
2.4.2. Média mensal:	279

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.163
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	156
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.514
2.5.4. Declarações de voto:	08
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.676
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	130
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	80
2.5.9. Mero expediente:	1.599

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.479
2.6.2. Total de processos julgados:	1.709
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	936
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	415
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	131
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	-
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	97
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	673

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.568
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.565
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	03
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.575
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	14
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	02

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

Os processos encontravam-se separados por competência (seção/turma), tipo e ação e matéria, acondicionados em armários distribuídos no espaço físico do gabinete. Os feitos são localizados por meio do Sistema de Informação Processual do Tribunal. Há localizações físicas internas que indicam em qual armário/escaninho

ou mesa o processo está guardado. Todos os armários são identificados externamente para facilitar a localização.

Para auxiliar no controle de conteúdo e do acervo, a unidade utiliza uma planilha que indica quais as matérias/tipos de processo que estão em cada armário. Também há planilhas estatísticas para identificação de quantidade de processos por tipo/matéria, bem como os processos julgados ou despachados mês a mês, assim como de prescrição.

O planejamento das atividades vem sendo feito em curto prazo, tendo-se em vista a provisoriedade da atual ocupante do gabinete, havendo priorização de julgamento de embargos de declaração e agravos legais/regimentais (que são levados em mesa), decisões monocráticas cujas teses possam refletir em número significativo de processos, ações criminais com prescrição próxima, julgamento de todos os *Habeas Corpus* e despachos de mero expediente a fim de deixar os processos em termos para julgamento. Processos cuja apreciação liminar é necessária também são priorizados.

A distribuição de processos é feita em razão da experiência e capacidade dos servidores e os estagiários, que fazem triagem dos processos, bem como despachos e decisões mais simples, sempre sob a orientação da magistrada que realiza a conferência e correção das minutas elaboradas.

Não são fixadas metas individuais, apenas de grupo. A meta atual tem sido julgar mais feitos do que a quantidade de processos distribuídos, bem como os processos pendentes de julgamento de embargos de declaração e agravos legais/regimentais. As metas da equipe que atuam nos processos criminais estão especificamente relacionadas aos processos mais urgentes (*Habeas Corpus* e prescrição). É realizado mensalmente controle de produtividade e de resultados por meio de dados estatísticos disponibilizados, procedendo-se a eventuais ajustes.

São fixadas metas periódicas de produtividade de acordo com a estatística, de forma que quando a distribuição aumenta, é dada ênfase maior às decisões monocráticas. Quando a quantidade de processos que são julgados supera a distribuição, faz-se o julgamento de processos mais complexos.

São realizados mutirões entre os servidores sempre que necessário, tais como na triagem quando houve mudança de acervo e de competência, bem como para cumprimento das metas coletivas.

As férias são marcadas obedecendo-se a manutenção de no mínimo 1/3 do total dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, utilizando-se uma tabela que registra as férias agendadas. As substituições de funções comissionadas são

distribuídas sob o critério da experiência de cada servidor e mediante treinamento prévio.

Não é feito controle interno pelo gabinete nem pelo Setor de Estatística acerca do tempo médio de tramitação dos feitos. Os processos inseridos nas diversas Metas do CNJ recebem tratamento prioritário, sendo identificados e separados em locais próprios. O controle estatístico é realizado mediante relatórios disponibilizados pelo setor responsável, sendo arquivados e utilizados no monitoramento do acervo.

Os advogados são atendidos primeiramente por um estagiário que realiza uma triagem prévia, sendo os autos disponibilizados em mesa própria para consultas. Consultas de advogados aos autos de processos sigilosos somente são autorizadas caso haja procuração nos autos e é realizada na presença de um servidor/estagiário.

A unidade cita como modelos de boas práticas o treinamento emergencial dos servidores em caso de alteração de acervo/competência, a padronização e simplificação de procedimentos nas Subsecretarias e requer melhorias no setor de estatística que ainda tem apresentado muitas discrepâncias entre os dados estatísticos e as contagens físicas.

Os votos são apresentados na Subsecretaria para publicação em um prazo médio de dois dias. No caso de processo para declaração de voto vencido e/ou para lavratura de acórdão, há imediata separação do feito, bem como indicação de um servidor para adaptação da tese já existente no gabinete ou elaboração de tese específica. Toda movimentação interna é registrada no sistema. Com vistas ao cumprimento da Meta 10 do CNJ, os votos são liberados antecipadamente pelo sistema GEDPRO.

Ausentes determinações relativas à inspeção anterior. Entretanto, existem pendências relativas à autoinspeção.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A Juíza Federal Convocada tem assento na 1ª Turma. O gabinete encontra-se em situação atípica, porquanto esteve sob a responsabilidade provisória de vários

Juizes Convocados desde 28/08/2013, em razão da posse da Ministra Regina Helena Costa no Superior Tribunal de Justiça, passando, desde então, por troca de acervo/turma/competência em 21/10/2013 com o Des. Federal Nelton dos Santos, e troca de Turma, em virtude de alteração de competência, em 02/07/2014. Portanto, o gabinete ainda passa por uma fase de adaptação, tendo-se observado uma elevação significativa da distribuição.

A mencionada situação do gabinete vem trazendo dificuldade na formação da assessoria, bem como provoca a evasão de servidores para outras unidades na busca de definição e estabilidade na ocupação de funções comissionadas. Fora constatado que o gabinete trabalha com quadro deficitário de servidores, o que traz grande dificuldade no controle do acervo.

A unidade não foi contemplada com auxílio de juizes federais em atuação de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 537 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.334, com média mensal de 195 processos. A menor distribuição foi de 139 processos em junho de 2014, e a maior foi de 298 em julho de 2014, que já reflete o aumento da distribuição após a alteração de competência da 1ª Turma. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.709 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 142), além de 918 agravos legais/regimentais e 719 embargos de declaração. Houve, portanto, excluídos os embargos e agravos julgados, fluxo negativo de 625 processos.

Em termos de organização dos processos, foi verificado que o gabinete passou por alteração de competência em julho de 2014, encontrando-se, ainda, em fase de adaptação, passando por triagem e agrupamento de feitos de acordo com a natureza dos recursos. Referida alteração de competência ainda não trouxe nenhum benefício para o gabinete no que diz respeito à especialização na nova matéria, porquanto os processos criminais remanescentes permaneceram na unidade e ocupam assessores que poderiam estar atuando em outras áreas. Ademais, constata-se que houve elevação significativa da distribuição de feitos após a

modificação da competência. Diante dos fatos acima apontados, pode-se deduzir que a especialização somente se efetivará em um tempo futuro indeterminado.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 61 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram-se, maiores ou menores, discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 3 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (RC Criminal 200403000467380, RC200603000578540, e 200603000992252r). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2/2010 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 165 processos, representando, portanto, 2,36% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a amostragem mostra que se encontram em fase de conclusão, embora tenham ficado paralisados por longo tempo. Observa-se, também, grande número de processos inseridos na Meta 2 do CNJ nos anos seguintes, num total de 1.891, revelando que se deve buscar a priorização do cumprimento da meta nos anos seguintes.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 358 em 2007, 553 em 2008, 576 em 2009, 794 em 2010, 1.095 em 2011, 1.125 em 2012, 1.515 em 2013 e 1.291 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de

2.013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3. Mas ainda assim há muitos processos mais antigos.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 2 feitos criminais com réu preso que recomenda urgente priorização e saneamento: RC 201303000227230 distribuído em 11.09.2013, conclusos desde 21.02.2014, e Ag.Ex.Penal 201003000296093, distribuído em 27.09.2010 e concluso desde 09.12.2010. Não foram verificados processos inseridos na META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de conclusão para julgamento. Dentre os réus presos, um está vinculado a feito originário e o outro a feito recursal, consoante se vê acima.

A amostragem revelou a existência de 11 processos (199960000052687 desde 07.01.2008, 199961000195348 desde 18.09.2007, 199961000490590 desde 22.11.2007, 199961040049598 desde 05.11.2012, 200061810007849 desde 22.10.2010, 200203990166606 desde 04.06.2002, 200261030047168 desde 20.12.2007, 200461050076638 desde 21.09.2010, 200603000578540 desde 26.06.2006, 200703000057191 desde 08.2.2007, 200703001039998 desde 18.11.2013) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a junho de 2002. Foram localizados 17 processos paralisados há mais de um ano na unidade sem justificativa (199960000052687, 199960000075092, 199961000195348, 199961000490590, 199961040049598, 199961100045427, 200061810007849, 200203990166606, Reexame Necessário 200261030047168, 200303000551544, 200461050076638, 200503000946262, 200603000083562, 200703000057191, 200703000956392, 200703001017085, 201003000296093).

Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 12 anos, conforme se verifica na Ação Civil Pública 200203990166606, distribuída em 04.06.2002. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos principalmente no ano de 2013, embora a lista de processos inseridos na Meta 2/2010 do CNJ seja bastante extensa: 1.652 processos.

Foram listados 10 agravos de instrumentos, dos quais 8 com pendência de julgamento ou providência na unidade (200703000956392, conclusos desde 03.02.2011; 200703000297890, conclusos desde 04.02.2014; 200703000057191, conclusos desde 20.01.12, sem exame de pedido de tutela antecipada; 200603000083562, conclusos desde 02.02.2006, 200503000946262, conclusos desde 22.03.2012; 200403000225270, desde 29.01.2014; 200403000180078, desde

03.12.2012; 200403000073780, desde 15.02.2013), sendo que o mais antigo foi protocolado em 18.02.2004, estando na conclusão desde 15.02.2013. A conclusão mais antiga remonta a fevereiro de 2006. Existe um agravo de instrumento pendente de exame de antecipação de tutela recursal, distribuído em 01.02.2007 (200703000057191).

A amostragem localizou 13 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária (AC 199961000089240-idoso; RC 201303000227230; Agravo de Execução Penal 201003000296093, Revisão Criminal 200703001030739, Ação Civil Pública 200603990367575; RC 200603000992252; 200603000578540; HC 200603000203476; RC 200503000156810r; RC 200403000467380; RC200303000551544; ACP 200203990476103; ACP 200203990166606). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos: Revisão Criminal 201303000227230, réu preso, conclusos desde 21.02.2014; Agravo de Execução Penal 201003000296093, com parecer do MPF apresentado em 07.12.2010 e concluso desde 19.12.2010; Agravo de Execução Penal 201003000296093, com parecer do MPF apresentado em 07.12.2010 e concluso desde 19.12.2010; Ação Civil Pública 200603990367575, com tramitação paralisada de 26/02/2007 a 06/12/2011 e 07/12/2011 a 29/07/2014; ACP 200203990166606, distribuído em 04/06/2002 e até o momento foi redistribuído por duas vezes.

Verificou-se a existência de 8 processos que aguardavam novo julgamento, tendo-se em vista a disposição do art. 543-c, do CPC, devendo receber prioridade de julgamento: 199603010349022, conclusos desde 13.03.2013; 199703010550698, conclusos desde 30.07.2013; 199903990052752 conclusos desde 26.11.2012; 199903990140586, conclusos desde 16.09.2013; 199961000042696, conclusos desde 15.02.2013; 200403000073780, conclusos desde 15.02.2013; 200403000180078, conclusos desde 03.12.2012; 200403000225270, conclusos desde 29.01.2014.

Verificou-se, ainda, que um processo do gabinete inspecionado foi liberado para revisão (19996110001101-6), porém ainda não pautado pelo revisor, configurando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade. Não existem processos do gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 27 processos conclusos para revisão; nenhum para voto-vista; e nenhum para declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de um agravo regimental (200161810023501, concluso desde 23.07.2013) e 3 embargos de declaração (200503000946262, conclusos desde 22.03.2012; 200603000083562, conclusos desde 29.08.2011; 200603000323718, embargos apresentados em 13.12.2013 e conclusos desde 07.01.2014), conclusos há mais de 30 dias, exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

Excluídos os agravos de instrumento, não foram constatados feitos em outras classes processuais com decisão liminar, cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferida há mais de 90 dias e ainda não levada para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.334 e julgamento de 1.709 processos, resultando, assim, aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ, META 18/2013, E META 4/2014, total de 1.891 processos na data de 31.07.2014. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2013 e, portanto, com até 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais índice de correção monetária aplicável ao FGTS; outras situações são relativas à suspensão aguardando recurso especial e incidente de recurso repetitivo.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, a alteração de competência recente aponta para crescimento do acervo, vez que a distribuição mais que dobrou, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade. Cabe o registro de que os processos de natureza penal que se encontravam no acervo não foram redistribuídos para as Turmas Especializadas, o que ocupará parte essencial da mão de obra do gabinete, prejudicando o andamento dos feitos cíveis.

Portanto, imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devendo-se, no mínimo, cobrir os claros no quadro de servidores, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de tentar impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O TRF3 não apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional do gabinete inspecionado. O cargo de titular do gabinete está vago, sendo ocupado pela Juíza Convocada que enfrenta diversas dificuldades na administração da unidade, a começar pelo quadro deficitário de servidores, bem como a alta rotatividade na assessoria, vez que a interinidade no cargo não possibilita propostas duradouras para atrair servidores treinados e preparados por longos períodos. Nada obstante, o gabinete se mostra bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade.

A gestão administrativa se faz dentro da realidade de provisoriedade no cargo pela Juíza Convocada, optando-se principalmente pelos processos levados em mesa, bem como buscando priorizar processos inseridos na Meta 2 do CNJ. Apesar da interinidade no cargo, a Juíza Convocada tem obtido bons resultados à frente do gabinete, mantendo-se o acervo sem tendência acentuada de acúmulo.

O acervo de conclusos em julho de 2014 era de 6.831 processos, sendo que o acervo recebido em abril de 2014 correspondia a 6.954 feitos, constatando-se uma redução não significativa no período.

Na análise processual constataram-se algumas situações que merecem atenção, embora pontuais, destacando-se: (1) como providência geral, extensiva a todos os feitos congêneres em tramitação na unidade, continuar priorizando julgamento dos processos incluídos nas METAS/CNJ e demais processos com distribuições mais antigas; (2) priorizar processos contendo agravos legais/regimentais e embargos de declaração e que estão conclusos há mais de 30 dias; (3) observar prazo de 10 dias para lavratura de acórdãos; (4) priorizar os processos conclusos há mais de 60 dias; (5) priorizar julgamento de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade; (6) especificamente, conferir prioridade: a) penais - RC 201303000227230 distribuído em 11.09.2013, conclusos desde 21.02.2014 e Ag.Ex.Penal 201003000296093, distribuído em 27.09.2010 e concluso desde 09.12.2010; b) processos sem movimentação desde a distribuição: (199960000052687 desde 07.01.2008, 199961000195348 desde 18.09.2007, 199961000490590 desde 22.11.2007, 199961040049598 desde 05.11.2012, 200061810007849 desde 22.10.2010, 200203990166606 desde 04.06.2002,

200261030047168 desde 20.12.2007, 200461050076638 desde 21.09.2010, 200603000578540 desde 26.06.2006, 200703000057191 desde 08.2.2007, 200703001039998 desde 18.11.2013); c) processos de natureza especial: (AC 199961000089240-idoso; RC 201303000227230; Agravo de Execução Penal 201003000296093, Revisão Criminal 200703001030739, Ação Civil Pública 200603990367575; RC 200603000992252; 200603000578540; HC 200603000203476; RC 200503000156810r; RC 200403000467380; RC200303000551544; ACP 200203990476103; ACP 200203990166606).

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR**

1.2. **Órgãos de atuação:** 2ª Turma e Órgão Especial

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 12/01/2011

1.4. **Quadro de pessoal:** 14 auxiliares (11 servidores efetivos, 01 estagiário de nível médio e 02 estagiários de nível superior; e 11 funções gratificadas (01 CJ2, 01 CJ3, 04 FC3, 04 FC4, 01 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (12/01/2011):	240
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	6814
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	3982
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	2
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	3980

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	11
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	6
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	6
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	19
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	17
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	51
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	105

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total	2443
2.3.2. Média mensal	204

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total	1680
2.4.2. Média mensal	140

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)

2.5.1. Total	2904
--------------	------

2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	645
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	423
2.5.4. Declarações de voto	5
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	612
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	00
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	328
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	34
2.5.9. Mero expediente	857

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2443
2.6.2. Total de processos julgados	1343
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	695
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	314
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	230
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal – não informado	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	51
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	1049

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	888
2.7.2. Acórdãos lavrados	864
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	21
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	3

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	896
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	40
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	105

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Após distribuição e chegada dos processos no gabinete, servidor específico identifica temas e prioridades, separando os processos por matéria e por antiguidade. Nessa etapa, chefe de gabinete e assessor participam do procedimento para designar os servidores responsáveis pelos feitos. Os processos são alocados nos armários conforme espécie e matéria. Desse modo, ficam em armários

específicos os processos de meta, os quais recebem, ainda, etiqueta específica. A equipe é dividida por especialidade, sendo cada servidor responsável pelo exame dos agravos legais e embargos de declaração correspondentes aos processos por eles minutados. Os feitos de julgamento em mesa são diretamente encaminhados, após a distribuição, para o servidor responsável, recebendo, segundo informações repassadas pela chefia de gabinete, a prioridade necessária. O controle de prazos e o estabelecimento de metas é definido e realizado pelo desembargador em conjunto com chefia de gabinete e assessoria. A avaliação do desempenho e aproveitamento de recursos humanos e materiais é feito pelo desembargador e pela chefia de gabinete, a partir de percepções obtidas no dia a dia. O chefe de gabinete faz registro e elabora relatórios de processos e recursos, de modo a controlar o acervo e ter a real noção do acervo do gabinete. As pendências verificadas em inspeções anteriores recebem prioridade. Assim como os de meta, os feitos são examinados concomitantemente com os processos mais novos, de modo que a produtividade não seja prejudicada.

O atendimento a advogados pelo desembargador ocorre de acordo com a disponibilidade do magistrado e a vista dos autos é permitida no gabinete, exceto para feitos com sigilo. É estabelecida meta diária de 2 processos para cada servidor do gabinete e de 3 para aqueles que fazem “*home office*”.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 2ª Turma, desde 12/01/2011, e Órgão Especial.

A equipe da CGJF, no período da inspeção, foi recebida pelo Juiz Federal João Batista Gonçalves, em razão das férias do Des. Otávio Peixoto Junior.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 429,09 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.328, com média mensal de 194 processos. A menor distribuição foi de 155 processos em junho/2014, e a maior 296 em julho/2014. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.343 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 112).

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Não foram apontados processos remanescentes da inspeção CJF2012 e da autoinspeção/2013.

Foram inspecionados 64 processos, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base em informações do sistema processual da Corte. Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

A inspeção revelou a existência de inúmeros feitos inseridos em Metas do CNJ. O gabinete possui 215 processos em Metas do CNJ, assim distribuídos: Meta 2: 11 em 2005, 06 em 2006, 06 em 2007, 19 em 2008, 17 em 2009. Meta 18/2013 51; Meta 4/2014 105 processos. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos de METAS CNJ, em tramitação na unidade, não recebem a prioridade que lhes é inerente.

No que toca aos índices de produtividade do gabinete, houve julgamento, no período de agosto de 2013 a julho de 2014, de 1.343 processos, perfazendo uma média de 112 processos/mês. Análise comparativa com os outros dois gabinetes integrantes da mesma Turma revelam produtividade inferior ao dos demais gabinetes (média mensal de julgamento 112/217/149).

A amostragem revelou a existência de inúmeros processos sem movimentação, conforme lista de processos inspecionados. Foram localizados inúmeros processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa.

No tocante a processos sobrestados (2), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ.

Segundo apurado, existem 77 embargos de declaração pendentes de julgamento com conclusão há mais de 30 dias, além de 142 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 68 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.328 e julgamento de 1.343 processos, resultando, assim, na produtividade de 57,69%, com expressivo aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas urgentes para inversão do fluxo processual e retomada do pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo previstos em METAS do CNJ e a unidade não vem conseguindo vencer a distribuição.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade precisa ser reexaminada com prioridade por seus gestores.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Considerado o volume de processos em tramitação no gabinete, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho do gabinete enseja urgente reflexão. Embora a equipe seja motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições, e conquanto não tenha sido detectado processo pendente da Inspeção 2012 e Autoinspeção 2013, a análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo recomendam medidas urgentes. Nesse sentir, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.328 e julgamento de 1.343 processos, resultando, assim, na produtividade de 57,69% com expressivo aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para urgente inversão do fluxo processual.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo previstos em METAS do CNJ, e a unidade não vem conseguindo vencer a distribuição. Vale salientar que a média de processos distribuídos no período inspecionado foi baixa (194/mês), mas ainda assim a média de julgamento foi inferior (112/mês).

Recomendações

1 - Vista de autos (sem carga) por advogados: recomenda-se que possam se dar no próprio gabinete, sem necessidade de remessa à Secretaria, visando à racionalização/otimização dos serviços da Secretaria com desburocratização de rotinas.

2 - Inventário de processos: Recomenda-se que o gabinete realize obrigatória e anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com o intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual - SIAPRO. O recurso é disponibilizado no sistema SIAPRO no menu Inspeção. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta, deverá o gabinete solicitar à informática a relação de processos. Com tal providência o gabinete conseguirá não apenas certificar-se da correspondência entre o acervo físico e o constante no SIAPRO, como também regularizar fases lançadas equivocadamente.

3 - Gerenciamento de autos conclusos no gabinete mediante uso de relatórios emitidos pelo SIAPRO: Recomenda-se sejam gerados mensalmente relatórios, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais do gabinete, dentre elas correção de fases lançadas no sistema equivocadamente.

4 – Metas CNJ – Recomenda-se julgamento de todos os processos de Metas do CNJ.

5 - Embargos de declaração/agravos legais/regimentais – constatou-se a existência de 77 embargos de declaração com conclusão há mais de 30 dias, além de 142 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias. Recomenda-se estabelecimento de metas no gabinete para priorizar o julgamento dos referidos processos.

6 – Metas de Produtividade do Gabinete – é preocupante a produtividade da unidade. Urge por parte do gabinete aumentar sua produtividade para que haja redução do acervo. A produtividade atual reclama imediata reflexão por parte da unidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS PAULO COTRIM GUIMARÃES

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **LUIS PAULO COTRIM GUIMARÃES**

1.2. Órgãos de atuação: 2ª Turma e 1ª Seção, Plenário, Órgão Especial

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 06/10/2003.

1.4. Quadro de pessoal: 15 auxiliares (13 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior) 10 em atividade fim; 12 funções gratificadas (01 CJ3, 01 CJ2, 01 FC 06, 04 FC4, 05 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (outubro/2003):	9623
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	5862
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	2961
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	3
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	2958

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	24
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	17
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	37
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	83
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	50
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	8
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	30

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total	2479
2.3.2. Média mensal	207

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total	4205
2.4.2. Média mensal	350

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)

2.5.1. Total	5806
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	273

2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	1384
2.5.4. Declarações de voto	02
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	2542
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) 06	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	193
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	42
2.5.9. Mero expediente	1364

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2479
2.6.2. Total de processos julgados	2600
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	1532
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	967
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	425
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	58
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	85
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) (- 206)	

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	1567
2.7.2. Acórdãos lavrados	1562
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	3
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	2

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	1571
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	4
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	58

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Após distribuição e chegada dos processos no gabinete, servidor específico identifica temas e prioridades, separando estes em “ilha” específica situada no centro do gabinete, da qual os servidores, uma vez por semana, devem extrair os processos que serão minutados e trabalhados. Nesse grupo são incluídos os processos de meta do CNJ e com prioridade legal. Os demais são alocados nos armários, por tema. A equipe é dividida por especialidade, sendo cada servidor responsável pelo exame dos agravos legais e embargos de declaração

correspondentes aos processos por eles minutados. Os feitos de julgamento em mesa são diretamente encaminhados, após a distribuição, para o servidor responsável, recebendo a prioridade necessária. O controle de prazos e o estabelecimento de metas é diretamente definido e realizado pelo desembargador, repassado para a chefia de gabinete e assessoria, para cumprimento pela equipe. A avaliação do desempenho e aproveitamento de recursos humanos e materiais é feito pelo desembargador e pela chefia de gabinete, a partir de relatórios extraídos do Siapro e da estatística. Foi informado, em entrevista, que até ano passado os dados estatísticos eram encaminhados às unidades mensalmente, prática esta não reproduzida na atual gestão.

As pendências verificadas em inspeções anteriores são lidadas nos moldes dos processos definidos como prioritários.

O atendimento a advogados pelo desembargador ocorre de acordo com a disponibilidade do magistrado, sendo realizada uma triagem prévia das circunstâncias que merecem esse tratamento.

A vista dos autos não é permitida no gabinete, sendo os feitos encaminhados à Secretaria para tanto.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 2ª Turma, 1ª Seção, Plenário e Órgão Especial. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas.

A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 287,30 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489

processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.348, com média mensal de 196 processos. A menor distribuição foi de 135 processos em junho/2014, e a maior foi de 315 em julho/2014.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.600 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 217).

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção e da autoinspeção anterior para acompanhamento na atual.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, foram inspecionados 66 processos, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais. As observações e recomendações sobre cada um encontram-se ao final do presente Relatório.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base em informações do sistema processual da Corte. Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

A inspeção revelou a existência de inúmeros feitos inseridos em Metas do CNJ, sendo urgente seus julgamentos. A listagem por ano assim dispõe: META 2 CNJ: 24 em 2005, 17 em 2006, 37 em 2007, 83 em 2008, 50 em 2009. Além desses, constam 08 processos da META CNJ 18/2013 e 30 processos da META CNJ 4/2014. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos de METAS CNJ, em tramitação na unidade, não recebem a prioridade que lhes é inerente.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 2 feitos criminais com réu preso (201061060027200, distribuído em 03/10/2011 e 201161050146293, distribuído em 30/07/2012), devendo ser priorizado o julgamento.

A amostragem revelou a existência de inúmeros processos sem movimentação, conforme lista de processos inspecionados. Foram localizados inúmeros processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa, conforme lista de processos inspecionados. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que processos antigos não vem sendo priorizados pelo gabinete.

No tocante a processos sobrestados (03), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 3 embargos de declaração (199961820254500, 200661820176348, 200703000962719), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Segundo apurado, existem 262 embargos de declaração pendentes de julgamento com conclusão há mais de 30 dias, além de 558 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 48 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.348 e julgamento de 2.600 processos, resultando, assim, na produtividade de 110,73%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

Todavia, as análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica a existência de alguns feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo previstos em Metas do CNJ.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de estabilidade, mas providências urgentes precisam ser adotadas em relação a processos excessivamente paralisados, muitos – como dito – já alcançados por Metas do CNJ.

5. OBSERVAÇÕES/RECOMENDAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Considerado o volume de processos em tramitação no gabinete, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho do gabinete é satisfatório. A equipe é motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições.

Todavia, em que pese o fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo ser satisfatório, com redução do acervo, as análises feitas na unidade a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos em várias Metas do CNJ, demonstrando que processos antigos não vem sendo priorizados.

Recomendações:

1 - Vista de autos (sem carga) por advogados: recomenda-se que possam se dar no próprio gabinete, sem necessidade de remessa à Secretaria, visando à racionalização/otimização dos serviços da Secretaria com desburocratização de rotinas.

2 - Inventário de processos: Recomenda-se que o gabinete realize obrigatória e anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com o intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual - SIAPRO. O recurso é disponibilizado no sistema SIAPRO no menu Inspeção. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta, deverá o gabinete solicitar à informática a relação de processos. Com tal providência o gabinete conseguirá não apenas certificar-se da correspondência entre o acervo físico e o constante no SIAPRO, como também regularizar fases lançadas equivocadamente.

3 - Gerenciamento de autos conclusos no gabinete mediante uso de relatórios emitidos pelo SIAPRO: Recomenda-se sejam gerados mensalmente relatórios, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais do gabinete, dentre elas correção de fases lançadas no sistema equivocadamente.

4 – Pendentes da Inspeção 2012 – Recomenda-se que todos os processos inspecionados em 2012, pendentes de solução, sejam solucionados no prazo de 60 dias.

5 – Pendentes da Autoinspeção 2013 - Recomenda-se que todos os processos autoinspecionados em 2013, pendentes de solução, sejam solucionados no prazo de 60 dias.

6 – Metas CNJ – Recomenda-se julgamento de todos os processos de Metas do CNJ.

7 - Embargos de declaração/agravos legais/regimentais – constatou-se a existência de 262 embargos de declaração, muitos com conclusão há mais de 30 dias, além de 558 agravos legais/regimentais, muitos com conclusão há mais de 30 dias. Recomenda-se estabelecimento de metas no gabinete para priorizar o julgamento dos referidos processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA (1ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CARLOS CEDENHO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **ANTONIO CEDENHO**

1.2. Órgãos de atuação: atuação na 5ª Turma (1ª Seção) de 28/01/2011 a 31/06/2014. Na 2ª Turma a partir de 1º/07/2014. Conselho de Administração.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 1º/07/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 19 auxiliares (14 servidores efetivos, 2 sem vínculo, 3 estagiários de nível superior); 14 funções gratificadas (01 CJ1, 01 CJ2, 7 FC3, 4 FC4, 1 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (janeiro/2011):	7993
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	10416
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	7678
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	01
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	7677

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	148
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	54
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	550
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	808
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	666
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	239
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	100

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total	2353
2.3.2. Média mensal	196

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total	2882
2.4.2. Média mensal	240

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	4543
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	0
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	0
2.5.4. Declarações de voto	5
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	1488
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	51
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	173
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	49
2.5.9. Mero expediente	1434

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2353
2.6.2. Total de processos julgados	1793
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	851
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	553
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	302
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal – não informado	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	68
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	492

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	1289
2.7.2. Acórdãos lavrados	1276
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	12
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	01

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	1316
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	33
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	56

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Após distribuição e chegada dos processos no gabinete, servidor específico identifica temas e prioridades, separando os processos por matéria e por antiguidade. Os feitos são alocados nos armários conforme espécie e matéria,

separados por antiguidade. Desse modo, ficam em armários específicos os processos de meta, os quais recebem, ainda, etiqueta específica. A equipe é dividida por especialidade, sendo cada servidor responsável pelo exame dos agravos legais e embargos de declaração correspondentes aos processos por eles minutados. Os feitos de julgamento em mesa são diretamente encaminhados, após a distribuição, para o servidor responsável, recebendo, segundo informações repassadas pela chefia de gabinete, a prioridade necessária. O controle de prazos e o estabelecimento de metas é definido e realizado pelo desembargador em conjunto com chefia de gabinete e assessores, sendo noticiado que o magistrado participa diretamente das rotinas da unidade, fazendo questão de participar de todos os processos decisórios no que tange à rotina administrativa do gabinete. A avaliação do desempenho e aproveitamento de recursos humanos e materiais é feita pelo desembargador e pela chefia de gabinete, a partir de percepções obtidas no dia a dia. Desse modo, não há uma rotina específica e periódica de revisão dos métodos e metas. Com isso, tais revisões ocorrem à medida que a necessidade é percebida, sem que, para essa percepção se adote métodos próprios para esse fim. As pendências verificadas em inspeções anteriores são lidadas nos moldes dos processos definidos como prioritários. Assim como os de meta, os feitos são examinados concomitantemente com os processos mais novos, de modo que a produtividade não seja prejudicada. Foi citado como motivo preponderante para essa decisão o intuito de impedir um crescimento desarrazoado do acervo, que já é hoje considerado elevado.

O atendimento a advogados pelo desembargador ocorre de acordo com a disponibilidade do magistrado e a vista dos autos é permitida no gabinete, exceto para feitos com sigilo.

Foi mencionado como boa prática para a elevação da produtividade da equipe o recém-adotado sistema de “*home office*”, no qual, a partir de estabelecimento de metas próprias, o servidor fica isento de comparecer pessoalmente no Tribunal.

O controle de ponto dos demais é feito em livro próprio.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 2ª Turma a partir de 1º/07/2014 e Conselho de Administração.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 620,71 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.211, com média mensal de 184 processos. A menor distribuição foi de 118 processos em junho/2014, e a maior foi de 300 em julho/2014.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.793 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 149).

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção CJF2012 e da autoinspeção/2013.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, foram inspecionados 65 processos, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais. Os apontamentos em relação aos mesmos encontram-se no final do presente Relatório.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

A inspeção revelou a existência de 2.565 processos inseridos em Metas do CNJ, dado esse que revela delicada situação do gabinete, senão vejamos:

PASSIVO DE METAS DO CNJ						
Total de 2565 processos						
Meta 02 2005	Meta 02 2006	Meta 02 2007	Meta 02 2008	Meta 02 2009	Meta 18 2013	Meta 04 2014
148	54	550	808	666	239	100

Em termos gerais, é possível concluir que os processos de METAS CNJ precisam urgentemente ser priorizados.

Pelo que se inferiu da inspeção, os processos de Meta CNJ são examinados concomitantemente com processos mais novos, objetivando com isso manter produtividade que impeça o crescimento do acervo.

O número de processos inseridos em Metas do CNJ também chama atenção quando se comparam as estatísticas dos três gabinetes da mesma turma, senão vejamos:

Crítérios (08/2013 a 07/2014)	Gab. Des. Luis Paulo Cotrim Guimarães	Gab. Des. Otávio Peixoto Jr.	Gab. Des. Antonio Cedenho
Processos de metas do CNJ	249	215	2.565

Ou seja, o acervo de processos de metas do CNJ do Exmo Des. Antonio Carlos Cedenho é aproximadamente 10 vezes maior que os demais gabinetes integrantes da mesma Turma, em que pese tais gabinetes terem menor número de servidores efetivos e distribuição semelhante.

É de notar que o expressivo número de processos em METAS CNJ pode ter como causa o estado em que o gabinete foi encontrado quando da assunção do Desembargador na atual unidade. Todavia, a observação que fazemos, embora não despreze o passado, tem como objetivo apontar caminhos para o futuro.

Quanto à produtividade, também é considerável a diferença em relação a um dos gabinetes integrantes da mesma turma (média de julgamento Gabinete Desembargador Cedenho: 149; média de julgamento Desembargador Cotrim 217). É bem verdade que eventual diminuição na força de trabalho durante o período inspecionado pode ter afetado a produtividade da unidade, mas é forçoso que – olhando o futuro a partir do presente – procure a unidade estabelecer novas metas de produtividade.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 3 feitos criminais com réu preso (200060020022760, distribuído em 02/09/2008; 200360000093051, distribuído em 02/09/2008 e 200161810061575, distribuído em 29/01/2008), devendo ser julgados no prazo máximo de 60 dias.

No tocante a processos sobrestados (1), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ.

Segundo apurado, existem 116 embargos de declaração pendentes de julgamento com conclusão há mais de 30 dias, além de 269 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 68 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.211 processos e julgamento de 1.793 processos, resultando, assim, na produtividade de 81,09%, sem redução do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, sendo expressivo – como já dito anteriormente - o número de processos inseridos em Metas do CNJ.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Considerado o volume de processos em tramitação no gabinete e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho do gabinete enseja reflexão. Embora seja indiscutível a motivação da equipe, a qualidade do trabalho desempenhado, o comprometimento dos colaboradores com suas atribuições e a redução do acervo no período inspecionado, é fundamental que o gabinete reavalie suas metas e prioridades.

Como dito noutra momento do presente Relatório, as análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, sobretudo processos inseridos em Metas do CNJ. Pelo que se inferiu, processos de META CNJ são examinados concomitantemente com processos mais novos, objetivando com isso manter produtividade que impeça o crescimento do acervo. Todavia, tal prática enseja reflexão por parte do Gabinete.

Além disso, vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, situação que reclama plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução constante do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Dentre possíveis caminhos recomenda-se adoção do sistema “*home office*”, que recentemente começou a ser implantado no gabinete e, segundo narrado pelo chefe de gabinete durante a inspeção, demonstrou elevação da produtividade da equipe.

Recomendações:

1 - Vista de autos (sem carga) por advogados: recomenda-se seja mantida a vista no próprio gabinete, tal como já é feito atualmente, pois tal prática colabora com a racionalização/otimização dos serviços da Secretaria e desburocratização de rotinas.

2 - Inventário de processos: Recomenda-se que o gabinete realize obrigatória e anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com o intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual - SIAPRO. O recurso é disponibilizado no sistema SIAPRO no menu Inspeção. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta, deverá o gabinete solicitar à informática a relação de processos. Com tal providência o gabinete conseguirá não apenas certificar-se da correspondência entre o acervo físico e o constante no SIAPRO, como também regularizar fases lançadas equivocadamente.

3 - Gerenciamento de autos conclusos no gabinete mediante uso de relatórios emitidos pelo SIAPRO: Recomenda-se sejam gerados mensalmente relatórios, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais do gabinete, dentre elas correção de fases lançadas no sistema equivocadamente.

4 – Pendentes da Inspeção 2012 – Recomenda-se que todos os processos inspecionados em 2012, pendentes de solução, sejam solucionados.

5 – Pendentes da Autoinspeção 2013 - Recomenda-se que todos os processos autoinspecionados em 2013, pendentes de solução, sejam solucionados.

6 – Metas CNJ – Recomenda-se urgente julgamento de processos com Metas do CNJ. Para tanto, recomenda-se que do total a ser produzido mensalmente pelo gabinete de ora em diante, no mínimo 200 sejam processos de Metas do CNJ, priorizando-se sempre os mais antigos:

Meta 02 2005	Meta 02 2006	Meta 02 2007	Meta 02 2008	Meta 02 2009	Meta 18 2013	Meta 04 2014
148	54	550	808	666	239	100

7 - Embargos de declaração/agravos legais/regimentais – constatou-se a existência de 116 embargos de declaração com conclusão há mais de 30 dias, além de 269 agravos legais/regimentais com conclusão há mais de 30 dias. Recomenda-se estabelecimento de prazos menores no gabinete para priorizar o julgamento dos referidos processos.



GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO JOSÉ DE MORAES

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MÁRCIO JOSÉ DE MORAES**

1.2. **Órgãos de atuação:** Órgão Especial, Plenário e 3ª Turma (2ª Seção)

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 1/1/2012.

1.4. **Quadro de pessoal:** 17 auxiliares (14 servidores efetivos, 0 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 3 estagiários); 11 em atividade fim e 12 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 0 FC5, 3 FC4, 6 FC3, 0 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (maio/2003):	5.359
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	7.046
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	5.022
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.601
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	3.421

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	6
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	49
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008) :	423
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009) :	496
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	3
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	6

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.252
2.3.2. Média mensal :	188

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total :	2.912
2.4.2. Média mensal :	243

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.817
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados :	149
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa :	1.371
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas :	2.852
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	54
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela :	253
2.5.8. Outras decisões interlocutórias :	162
2.5.9. Mero expediente :	976

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.326
2.6.2. Total de processos julgados:	2.912
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.667
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	907
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	283
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal :	5
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	91
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	- 677

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.523
2.7.2. Acórdãos lavrados :	1.501
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	17
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura : 5 (ressalva no campo de observações)	

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.508
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias :	172
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação: 5 (decorrentes da sessão do dia 31/7/2014).	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial de processos é feita por um servidor, que não exerce atividade fim, que também procede a classificação e separação física de processos e encaminha aos servidores especializados por matéria. Há tratamento específico

para feitos com prioridade legal ou meta CNJ e feitos penais são atribuídos a um assessor específico.

Segundo informações da unidade, prioriza-se o julgamento dos feitos cuja matéria tenha sido pacificada pela jurisprudência, ou tese já assentada na Turma ou na Seção, conjuntamente com os feitos de maior complexidade, que são analisados previamente pela assessoria. Esses últimos procuram guardar as seguintes prioridades para andamento e julgamento: ações originárias; processos com preferências legais; e observância à ordem cronológica, com ênfase aos compreendidos pelas metas do CNJ e com recursos em ações coletivas.

O Gabinete adota métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo, mediante a confecção de planilhas. A análise constante das planilhas secundam o planejamento das metas do Gabinete e o controle de processos pendentes de análise. Por meio delas obtêm-se todos os dados relativos ao acervo do Gabinete, tais como data de distribuição, recursos, incidentes e ações originárias pendentes de análise, identificação dos agravos legais, regimentais e embargos de declaração conclusos, identificação de processos incluídos nas metas e a posição em que se encontram.

As planilhas internas do Gabinete têm sido substituídas pelos levantamentos em programa *excel* geradas pela Estatística do Tribunal, as quais espelham com base em critérios mais confiáveis os dados de cada setor.

Há fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, exigindo-se uma média de oito minutos de voto para os servidores de atividade fim, com avaliação periódica de atividades e desempenho pela Chefe de Gabinete.

Há uma boa gestão de pessoal e recursos materiais.

O atendimento a advogados é realizado sem agendamento prévio com a presença do magistrado e do servidor a quem o processo está afeto, para dirimir possíveis dúvidas, sem incidentes relatados.

Não existem pendências de inspeções anteriores, exceto por um processo de agravo de instrumento (20060300015778-8) que continua sobrestado por determinação feita na Reclamação 4210/STF.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e na 3ª Turma (2ª Seção). No período de 5 anos o magistrado não requereu remoções internas.

No último ano, a unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar. Há registro de que houve a designação de um juiz auxiliar no ano de 2005 e o funcionamento de uma Turma Suplementar no ano de 2007, por um período de 90 dias, sem dados sobre o resultado prático de atuação dessa Turma.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade com muita atenção e cortesia e fornecimento de todas as informações que lhe foram solicitadas. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 641 processos por servidor, o que se mostra inadequada para a gestão célere e eficiente da unidade, exigindo, portanto, o aumento de servidores lotados e designados para a atividade fim.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.252, com média mensal de 188 processos. A menor distribuição foi de 121 processos em julho/2014, e a maior foi de 323 em set./2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.912 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 243), além de 903 agravos legais/regimentais e 566 embargos de declaração. Houve, portanto, uma diminuição do acervo em 660 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual (20026106000483-4; 20050300091514-9; 20140300009391-6; 20106112003924-8; 200861000032748 e 20076100021694-6).

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte, como já informado acima.

Foram inspecionados 60 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado 1 processo remanescente da inspeção anterior (20060300015778-8) para acompanhamento na atual, todavia se trata de processo sobrestado por decisão do STF, conforme informado acima. O feito mais antigo (20040399033079-8) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 2/9/2004 e não se encontra paralisado atualmente, mas esteve paralisado antes há mais de 90 dias, entre 10/10/2011 (data da conclusão) e 14/8/2014 (data do julgamento monocrático). A situação processual de irregularidade mais comum, dentre os processos inspecionados, refere-se à paralisação de alguns feitos por anos (alguns desde 2007) e julgamentos às vésperas da inspeção.

Não houve processo inspecionado em razão de representação por excesso de prazo, bem como, na listagem, não constaram processos extraviados, tampouco no acervo geral foram apurados processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 1 feito com distribuição no TRF3 anterior a 31/12/2007, inserido na META 2/2012 (200461030026381), 5 feitos com distribuição anterior a 31/12/2008, inseridos na META 2/2013 (200161000132840, 200461000261422, 200461050074514, 200561020144671 e 20046100002381-0) e 1 inserido na META 2/2014, com distribuição anterior a 31/12/2009 (20100300001220-0). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ era de 985 processos, representando, portanto, cerca de 14% de todo o estoque em tramitação. Há necessidade, portanto, de especial atenção para os feitos da META 2 CNJ em tramitação na unidade, com triagem e tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 2 em 2005, 6 em 2006, 49 em 2007, 423 em 2008, 496 em 2009, 999 em 2010, 1.379 em 2011, 949 em 2012, 1.130 em 2013 e 859 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem selecionada para inspeção, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 4 processos (20016100013284-0; 20046000004843-8; 20056100011259-7 e 20056100014135-4) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a julho de 2008. Foram localizados 12 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (20016100013284-0; 20046000004843-8; 20056100011259-7; 20056100014135-4; 20046100002381-0; 20046100026142-2; 20046105007451-4; 200461240012234; 20056102014467-1; 20060300105889-7; 20076104014036-9 e 20096105014198-7). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até cerca de 7 anos (20060300105889-7). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos desde o ano de 2005.

Foram listados 19 agravos de instrumentos, dos quais 3 com pendência de julgamento ou providência na unidade (20060300105889-7, 20080300005842-4 e 20100300001220-0), sendo que o mais antigo foi protocolado em outubro de 2006, estando na conclusão para julgamento de agravo regimental desde 19/9/2007 (20060300105889-7). A conclusão mais antiga remonta a setembro de 2007 (20060300105889-7). Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Verificou-se a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida em 28/2/2008 e 8/3/2010 e ainda pendentes de exame pelo colegiado (20080300005842-4 e 20100300001220-0, respectivamente), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 3 feitos de natureza especial, envolvendo ação civil pública (20076104014036-9, 20076107001909-1 e 20110300002610-0). A tramitação de um deles apresenta irregularidade (20076104014036-9), no qual se verificou a ausência de tramitação desde 18/4/2011, exigindo recomendação específica, tendo em conta envolver direitos coletivos ou difusos.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais aquelas referentes a correções decorrentes dos planos econômicos.

Também existem 9 processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto e dentre os inspecionados, o mais antigos data de 22/4/2014 (20076100002230-1). Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 2 processos conclusos para revisão,

dos quais 1 há mais de 30 dias; 5 para voto-vista, dos quais 5 há mais de 30 dias; e 4 para declaração de voto, dos quais 4 há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 1 agravo legal/regimental (20060300105889-7) e 1 embargo de declaração (20046124001223-4), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde conclusão ao atual relator. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 264 embargos de declaração, dos quais 241 com conclusão há mais de 30 dias, além de 907 agravos legais/regimentais, dos quais 852 com conclusão há mais de 30 dias.

No gabinete, conforme informado pela secretaria, em outras classes processuais existem 134 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado, no entanto, dentre os processos inspecionados, tal fato não foi registrado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.252 e julgamento de 2.912 processos, resultando, assim, na produtividade de cerca de 129,31% com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2012 e 2013 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de melhoria na atualidade, com tendência para redução contínua. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na continuidade da tarefa de redução do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe observou um grande esforço do magistrado e dos servidores para a redução do acervo processual. Existem boas

práticas de trabalho, a exemplo da distribuição dos processos por matérias entre os assessores, do diálogo permanente que é mantido entre o magistrado e assessoria, o que sem dúvida reflete a grande experiência judicante do magistrado que se encontra à frente do gabinete. Também merece registro a forma adequada como o desembargador recebe os advogados, sem prévio agendamento. É elogiável a utilização adequada da técnica de julgamento monocrático pelo art. 557 do CPC. A unidade se ressentia de um número de servidores inadequado ao volume de serviço existente. Há necessidade de maior preocupação com os processos de conclusão mais antiga, procurando julgá-los de imediato e também há necessidade de especial atenção com os processos remanescentes das metas do CNJ. Deve-se encontrar uma forma mais rápida de resolver os embargos de declaração e agravos regimentais/legais que por vezes levam tempo excessivo para serem solucionados. É também recomendável que haja uma permanente vigilância da unidade para evitar o acúmulo de processos sem qualquer movimentação em períodos longos. Finalmente, a equipe observou a tendência de melhoria nos trabalhos da unidade, o que certamente será atingido com a manutenção do esforço empregado e a lotação de número de servidores compatível com o acervo processual existente.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargadora Federal **DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 3ª Turma, 2ª Seção, Órgão Especial e TER.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 18/2/2014.

1.4. **Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (16 servidores efetivos e 4 estagiários); 13 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 7 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (fevereiro/2014):	5.946
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	5.735
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	3.469
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.693
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	1.776

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	24
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	1
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	10

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total: 2.232 (entre agosto e dezembro/2013 em gabinete diverso do atual)	
2.3.2. Média mensal:	186

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total: 2.254 (entre agosto e dezembro/2013 em gabinete diverso do atual)	
2.4.2. Média mensal:	188

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.592
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	1.090

2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	867
2.5.4. Declarações de voto:	4
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.221
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	61
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	457
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	273
2.5.9. Mero expediente:	1.619

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.310
2.6.2. Total de processos julgados:	2.254
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.369
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	556
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	325
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	33
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	66
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-10

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.736
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.734
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	2
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.898
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	114
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	33

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial de processos é feita por um servidor, que os encaminha aos servidores especializados por órgão de atuação (seção, turma) e matéria. Os processos de competência originária e de maior complexidade são encaminhados à assessoria. Há servidores especificamente destinados para os agravos, que são controlados por meio de planilha interna. As apelações são triadas pela assessoria e chefia de gabinete e distribuída entre os demais servidores, sendo uma das reivindicações um programa de treinamento dos estagiários antes da designação para as varas, a fim de propiciar um melhor aproveitamento.

A magistrada adota a sistemática de mesclar o julgamento de processos de distribuição mais antiga e também processos de distribuição recente que trata de matéria pacificada para evitar o acúmulo de acervo processual.

A localização dos processos é feita em prateleiras cadastradas no sistema, de forma bastante organizada.

Não há meta fixa de produtividade individual para os servidores, mas um acompanhamento diário da produção pela chefia de gabinete. Os processos de metas do CNJ possuem prioridade no julgamento e são distribuídos a depender da matéria e sua complexidade.

Para a elaboração dos votos, a magistrada pessoalmente realiza com frequência a pesquisa de jurisprudência.

O gabinete aponta deficiência na classificação dos processos na distribuição do TRF3, o que dificulta a triagem inicial quando do recebimento dos feitos.

Em relação ao atendimento aos advogados, é reservado o horário a partir das 15 horas pelo magistrado substituto, enquanto para a desembargadora, em razão de sua atuação no TRE, faz-se necessário um prévio agendamento.

Merece registro o fato de que para os processos volumosos, o gabinete faz uso do serviço terceirizado da vice-presidência para digitalização dos autos.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, na 3ª seção, no Órgão Especial, na 3ª Turma e no TRE.

No período de 5 anos, em decorrência das remoções internas, a magistrada teve atuação nos seguintes órgãos: 10ª Turma – 3ª Seção – período de 07/10/2008 a 28/11/2011; 6ª Turma – 2ª Seção – período de 29/11/2011 a 21/02/2012; 7ª Turma – 3ª Seção – período de 22/02/2012 a 21/10/2012; 4ª Turma – 2ª Seção – período de 22/10/2012 a 14/07/2013; Registre-se ainda o afastamento da Desembargadora Federal DIVA MALERBI para atuar na Primeira Seção e na Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, pelo período de 05/11/2012 até 14/04/2013. Retornando ao TRF3, passou a ter exercício na 7ª Turma – 3ª Seção – período de 15/07/2013 a 17/02/2014 e, finalmente, na 3ª Turma – 2ª Seção – período de 18/02/2014 até a presente data.

No último ano, a atual unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar. Há registro de que houve a designação de um juiz auxiliar no ano de 2005 e o funcionamento de uma Turma Suplementar no ano de 2007, por um período de 90 dias, sem dados sobre o resultado prático de atuação dessa Turma. Atualmente está convocado um juiz federal substituto para atuação na Turma em razão do afastamento da desembargadora para as funções eleitorais. Apesar de afastada para as funções eleitorais, a desembargadora continua exercendo as funções judicantes no plenário e no Órgão Especial.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade com muita atenção e cortesia e fornecimento de todas as informações que lhe foram solicitadas, inclusive com a confecção de um relatório específico para auxiliar o trabalho da inspeção.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 436 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.232, com média mensal de 186 processos. A menor distribuição foi de 116 processos em julho/2014, e a maior foi de 321 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.254 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 188), além de 482 agravos legais/regimentais e 455 embargos de declaração. Houve, portanto, uma diminuição do acervo em 22 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual (20100300002223-0, 20020300033980-0 e 20130300028112-1).

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte, como já informado acima. Foram inspecionados 62 processos da listagem, com amostragem

do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior (20006105006688-3, 20046102005632-7, 20040300042348-0 e 19980301081214-4), todos atualmente em situação regular.

O feito mais antigo (19920301004977-0) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 18/2/1992 e foi julgamento monocraticamente em 19/8/2014. A situação processual de irregularidade mais comum entre os inspecionados se refere a atrasos entre a fase de conclusão e o julgamento monocrático.

Não houve processo inspecionado em razão de representação por excesso de prazo, bem como, na listagem, não constaram processos extraviados, tampouco no acervo geral foram apurados processos extraviados.

De acordo com informações prestadas pelo gabinete, foi constatada a existência de feitos com distribuição no TRF3, inseridos na META 2/2009 (1), META 2/2012 (1), META 2/2013 (1) e META 2/2014 (24) CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ era de 27 processos, representando, portanto, percentual abaixo de 1% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 1 em 2007, 1 em 2008, 24 em 2009, 830 em 2010, 1.161 em 2011, 1.137 em 2012, 1.269 em 2013 e 946 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou, na amostragem, feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011, apesar de o gabinete haver informado a existência de 1 processo incluído na meta 18/2013 e 10 na meta 4/2014.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Não foram localizados processos paralisados há mais de um ano na unidade sem justificativa. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é

possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2011 a 2014.

Foram listados 16 agravos de instrumentos, nenhum com pendência de julgamento ou providência na unidade.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial, envolvendo ação civil pública (20090399032650-1, 2006030011499-4, 20070300084583-1), e ação rescisória (19940301042956-2), todos sem pendências na unidade, inclusive com trânsito em julgado (exceto a primeira, que teve julgamento de embargos de declaração em 31/7/2014).

No tocante a processos sobrestados, foi observado um elevado número no acervo do gabinete (1.692), notadamente decorrente de decisão proferida pelo STF, envolvendo a matéria de expurgos inflacionários.

Verificou-se, ainda, que não existem processos do Gabinete pendentes de revisão. Tampouco existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista ou declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, não há processos de outros relatores aguardando revisão no gabinete.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, existem pendentes de julgamento 408 agravos legais/regimentais, sendo 388 com conclusão há mais de 30 dias e 320 embargos de declaração, sendo 307 com conclusão superior a 30 dias, exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

De acordo com o gabinete, existem 202 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.232 e julgamento de 2.254 processos, resultando, assim, na produtividade de 101%. Deve-se registrar que a magistrada Diva Malerbi responde pela referida unidade a partir de fevereiro de 2014.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de alguns feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é de estabilidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se uma pequena redução do acervo. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: Inicialmente a equipe registra grande esforço da magistrada no sentido de bem desempenhar as suas funções jurisdicionais. Sua Excelência, embora afastada da maior parte das funções judicantes para exercício da atividade eleitoral, que por lei é prioritária, mantém a sua atividade no órgão especial no Tribunal. Observa-se uma grande preocupação da magistrada com o desenvolvimento de novas práticas procedimentais que possam permitir a celeridade do julgamento dos feitos. Também foi observado um grande esforço e atenção da equipe de assessores e servidores da unidade no sentido da boa prestação jurisdicional. Também se observou que a magistrada foi removida internamente por diversas vezes em decorrência das diversas funções administrativas que exerceu no tribunal, sempre recebendo acervos elevados e contribuindo para reduzi-los. É importante salientar que a magistrada encontra-se à frente da atual unidade tão somente a partir de fevereiro do corrente ano. Diante das práticas processuais adotadas, a expectativa é positiva no sentido de que em breve período a unidade alcance os resultados desejados de redução de acervo e aprimoramento da prestação jurisdicional.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL NERY DA COSTA JÚNIOR

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **NERY DA COSTA JÚNIOR**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, 2ª Seção, 3ª Turma e Órgão Especial.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 17/6/1999. Registrou-se um período de afastamento entre 24/9/2013 e 7/11/2013.

1.4. **Quadro de pessoal:** 22 auxiliares (17 servidores efetivos, 1 sem vínculo e 4 estagiários); 15 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (junho/1999):	6.395
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	8.291
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	5.996
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.495
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	4.501

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	74
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	44
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	70
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	106
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	249
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	7
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	1

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.301
2.3.2. Média mensal:	192

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	3.176
2.4.2. Média mensal:	265

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	6.113
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	719
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.209
2.5.4. Declarações de voto:	9
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	2.552
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	13
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	511
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	122
2.5.9. Mero expediente:	978

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.358
2.6.2. Total de processos julgados:	3.176
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.858
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	983
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	372
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	69
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	129
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-947

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.212
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.790
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	190
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	32

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.806
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	406
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	69

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial de agravos de instrumento é supervisionada por dois servidores e executada por estagiários, inclusive com utilização de formulário (*check list*) para verificação de possíveis pendências. Em relação aos demais feitos, uma servidora separa os processos por matéria e os aloca em prateleiras próprias.

É dada prioridade aos feitos mais antigos, independentemente se existe precedente acerca dos feitos mais recentes.

Apesar de informado no questionário, não há previsão de meta individual para os servidores, conforme colhido em entrevista com o chefe de gabinete e assessor do desembargador. Ainda segundo informado, a experiência já foi adotada no ano de 2008, mas não surtiu os efeitos desejados. Em situações excepcionais, quando verificada necessidade, são destacados servidores para auxiliar provisoriamente em determinada frente de trabalho.

Deve-se ressaltar que o desembargador colocou em prática o trabalho em residência para alguns servidores, o que revela uma boa prática, o que, a título de sugestão, submete-se à apreciação da Corregedoria para se verificar a conveniência de regulamentação da matéria para todas as unidades da Justiça Federal.

De acordo com os dados colhidos, os processos são localizados em armários e credenzas, organizados por matéria. A identificação da localização física é lançada no sistema SIAPRO. Ao ser retirado do armário para elaboração de minuta, o servidor imediatamente altera a localização no sistema, identificando-o com a localização de sua estação de trabalho. Os processos com minutas prontas possuem localização específica, conforme as características (votos para pauta, votos para mesa, decisões, etc.).

Há uma mesa disponível para consulta aos autos pelos advogados e partes no Gabinete. Os processos em segredo de justiça só podem ser consultados por aqueles constituídos nos autos. Caso se pretenda obter fotos ou cópias, os autos são remetidos à subsecretaria processante. O atendimento é feito inicialmente pelos servidores e, havendo necessidade, o desembargador recebe os interessados a qualquer momento, sem prévio agendamento.

Em relação aos processos da inspeção anterior, foi informado pelos entrevistados que todas as providências haveriam sido tomadas, o que não foi observado durante a inspeção em relação aos processos n. 200103000025000 e 200203990013220, em relação aos quais não foi dada a prioridade recomendada.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, 2ª Seção, 3ª Turma e Órgão Especial.

No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. No último ano, a atual unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar. Há registro de que houve a designação de um juiz auxiliar no ano de 2005 e o funcionamento de uma Turma Suplementar no ano de 2007, por um período de 90 dias, sem dados sobre o resultado prático de atuação dessa Turma.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade com muita atenção e cortesia e fornecimento de todas as informações que lhe foram solicitadas, colocando os servidores à disposição para tanto.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 453 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Deve-se registrar, por oportuno, sugestão do chefe de gabinete quanto à necessidade de oferecimento de cursos de atualização, considerando que a força de trabalho é formada preponderantemente por servidores com muito tempo de serviço ou que não tiveram oportunidade de realizar os referidos cursos.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.301, com média mensal de 192 processos. A menor distribuição foi de 116 processos em julho/2014, e a maior foi de 322 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 3.176 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 265), além de 735 agravos legais/regimentais e 570 embargos de declaração. Houve, portanto, uma diminuição do acervo em 875 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 72 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 2 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, ambos em situação irregular. O processo nº 200103000025000, ainda pendente, foi distribuído no TRF3 em 22/1/2001 e encontra-se concluso com o relator para julgamento de embargos de declaração, sem movimentação, desde 17/4/2013. Já o 200203990013220, pertencente à meta 2/2009, do CNJ, encontra-se sem tramitação há vários anos, desde a distribuição em 23/1/2012, exigindo atenção específica e prioritária.

A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à existência de grande número de processos conclusos há vários anos, sem qualquer despacho ou decisão, alguns deles há mais de dez anos sem movimentação, sendo o mais antigo o de n. 199903990147118, conclusos desde a distribuição em 10/5/1999. Registre-se que alguns aguardam há vários anos julgamento de embargos de declaração e agravos internos (ex. 199961000428914 e 200803000422730, conclusos, respectivamente, desde outubro/2004 e maio/2009).

Não houve processo inspecionado em razão de representação por excesso de prazo, bem como na listagem, não constaram processos extraviados, tampouco no acervo geral foram apurados processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 74 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2005, inseridos na META 2/2009, 44 da META 2/2010, 70 da META 2/2012, 106 da META 2/2013 e 249 da META 2/2014, CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, era de 551 processos, representando, portanto, cerca de 7% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se sem movimentação desde a distribuição.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 74 em 2005, 44 em 2006, 70 em 2007, 106 em 2008, 249 em 2009, 1.157 em 2010, 1.651 em 2011, 1.325 em 2012, 1.624 em 2013 e 1.030 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou, na amostragem, feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011, apesar de o gabinete haver informado a existência de 7 processos incluídos na meta 18/2013 e 1 na meta 4/2014.

A amostragem revelou a existência de 13 processos sem movimentação desde a distribuição (199903990147118, 200160000000519, 200461050002497, 200161060011470, 200361250008855, 200561000096233, 200161000166187, 200203990013220, 200303990026412, 201061000195310, 200361020119461, 201103000366221 e 200161820139044), o mais antigo remontando a maio/1999. Foram localizados muitos processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa. Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 15 anos (199903990147118). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos a partir do ano de 2010. Foram listados 10 agravos de instrumentos, dos quais 4 com pendência de julgamento ou providência na unidade (200803000422730, 200903000080008, 200903000161677 e 201403000126831), sendo que o mais antigo foi protocolado em novembro/2008, estando na conclusão desde maio/2009 (200803000422730). A conclusão mais antiga remonta a abril/2009 (200903000080008). Não foram identificados agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, tampouco a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou 14 feitos de natureza especial, envolvendo ações civis públicas (200161000166187 e 200861220007871), ação popular (201061000074853 e 201061000195310), mandado de segurança originário (201003000383652, 199703010896268, 200003000313279, 200103000025000, 200361000207472, 200903000228553, 201003000171934 e 201003000180716), inquérito judicial (201161040103753 e 201261040004032). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 200161000166187 (ACP sem movimentação desde janeiro/2009), 201061000074853 (Ação popular sem movimentação desde dezembro/2010), 201161040103753 (IPL sem movimentação desde o oferecimento da denúncia em setembro/2012) e 200903000228553 (MS originário sem movimentação desde abril/2010).

No tocante a processos sobrestados, foi observado um elevado número no acervo do gabinete, notadamente decorrente de decisão proferida pelo STF, envolvendo a matéria de expurgos inflacionários, os quais, em decorrência da limitação de espaço físico, estão fisicamente localizados no próprio gabinete do desembargador.

Verificou-se, ainda, que não existem processos do Gabinete liberados para revisão. Existem processos que aguardam voto-vista (200861000141215, 201061000186965 e 201003000383652) e declaração de voto (200761000309973), o mais antigo desde janeiro/2012. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 6 para voto-vista, dos quais 5 há mais de 30 dias e 1 para declaração de voto, este há mais de 30 dias. Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 6 agravos legais/regimentais (200803000422730, 200903000080008, 200903000161677, 200803000260547, 199703010896268 e 200003000313279) e 7 embargos de declaração (199961000428914, 200261000127046, 200103000025000, 201003000180716, 199903000609723, 199203010835683 e 200303990003229), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 536 embargos de declaração, dos quais 492 com conclusão há mais de 30 dias, além de 456 agravos legais/regimentais, dos quais 424 com conclusão há mais de 30 dias. Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 105 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.301 e julgamento de 3.176 processos, resultando, assim, na produtividade de 138%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2 do CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2010 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3. No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade apresentou no último ano uma redução do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: Inicialmente, registre-se como ponto positivo a solução da quase totalidade das pendências que foram listadas na inspeção anterior. Também merece registro positivo a redução do acervo que foi constatada no período examinado. No entanto, a unidade exige urgentes providências para a tramitação de vários processos que se encontram paralisados há vários anos, muitos desde a distribuição, exigindo, talvez, a realização de um mutirão entre os servidores, pois dizem respeito a processos com tramitação prioritária por força da lei ou das metas fixadas pelo CNJ e que não vêm recebendo a necessária atenção.

Recomenda-se o pronto julgamento de processos de embargos de declaração e agravos internos que se encontram conclusos há vários anos. Existem muitos feitos pendentes de julgamento que poderiam ter fácil solução por envolver matéria já pacificada na jurisprudência do STF ou STJ, o que contribuiria para o enxugamento do acervo e conseqüentemente a possibilidade de concentração naqueles feitos de maior complexidade.

Dentre os processos listados para inspeção (72), a expressiva maioria (69) se encontrava em situação irregular, o que reforça a necessidade de redobrados esforços da unidade para obtenção do padrão ideal de funcionamento das unidades jurisdicionais.

Finalmente, recomenda-se a regularização dos processos que foram listados para inspeção e que foram encontrados em situação de irregularidade.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIS CARLOS HIROKI MUTA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LUIS CARLOS HIROKI MUTA**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário e 3ª Turma (2ª Seção).

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 20/12/2002.

1.4. **Quadro de pessoal:** 18 auxiliares (15 servidores efetivos e 3 estagiários); 12 em atividade fim; e 12 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 3 FC4, 6 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (dezembro/2002):	6.546
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	3.398
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	1.345
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.198
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	147

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	2
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	3

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	2.226
2.3.2. Média mensal:	186

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	2.834
2.4.2. Média mensal:	236

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	6.165
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	774
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.442
2.5.4. Declarações de voto:	92
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	2.163
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	81
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	30
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	163
2.5.9. Mero expediente:	1.420

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.318
2.6.2. Total de processos julgados:	2.834
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.548
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.046
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	483
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	34
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	80
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-596

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.137
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.123
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	12
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	2

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.145
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	87
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação: 34 (incluídos os julgados no dia 31/7/2014)	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial de processos é feita por um servidor, que não exerce atividade fim, que também procede à classificação e separação física de processos e encaminha aos servidores especializados por matéria. Processos de maior complexidade são encaminhados à assessoria, não há fixação de meta

individualizada para os servidores e o acompanhamento da produtividade é feito periodicamente pela chefia do gabinete. A localização dos processos se faz visualmente, o que se justifica em razão do pequeno acervo existente. São priorizados os processos das metas do CNJ, além das prioridades legais. O desembargador procura estabelecer metas internas para otimizar a prestação jurisdicional. Em relação aos servidores mais novos, as dúvidas que surgem são resolvidas inicialmente pela assessoria. Já os servidores mais antigos costumam ter acesso direto ao desembargador. Existe um local específico para o armazenamento dos processos sobrestados e a prática de fixação de etiqueta específica para identificação dos processos referentes às pessoas idosas.

Além das informações colhidas pela equipe na inspeção realizada *in loco*, informa o gabinete que há controle rigoroso do acervo e do perfil do acervo, mediante triagem imediata de feitos, separando preferências legais, metas CNJ, matérias repetitivas e feitos de fácil resolução. Para os armários vão apenas os feitos individuais ou sem modelo de minuta de voto para estudo oportuno. Os agravos de instrumento são julgados, majoritariamente, com base no artigo 557, CPC, o que reduz o estoque e o tempo de tramitação, inclusive porque os recursos internos são priorizados, tanto embargos de declaração como agravos. Nos casos em que o recurso tramita com antecipação de tutela existe prioridade no julgamento. O controle da distribuição, do volume de julgamentos e, portanto, da produtividade é permanente.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e 3ª Turma. No período de 5 anos o magistrado não requereu remoção.

No último ano, a unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar. Há registro de que houve a designação de um juiz auxiliar no ano de 2005 e o funcionamento de uma Turma Suplementar no ano de 2007, por um período de 90 dias, sem dados sobre o resultado prático de atuação dessa Turma.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade com muita atenção e cortesia e fornecimento de todas as informações que lhe foram solicitadas.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 282 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.226 processos, com média mensal de 186 processos. A menor distribuição foi de 115 processos em julho/2014, e a maior foi de 318 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.834 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 236), além de 923 agravos legais/regimentais e 634 embargos de declaração. Houve, portanto, uma diminuição do acervo em 608 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual (20080300033902-4, 20106100002024-8, 20076106008533-9, 20096126003433-6, 20116110005137-5, 20120300026867-7, 20000399023516-4 e 20056182017947-3).

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte, como já informado acima. Foram inspecionados 54 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 6 processos remanescentes da inspeção anterior (200961190004245r; 200861250038705r; 200861160014876r; 200861090117657r; 200761060094810r; 199961140043181r) para acompanhamento na atual, todavia

consistem em processos sobrestados por decisão do STF, conforme informado acima. O feito mais antigo (20000399023516-4) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 5/4/2000 e não está paralisado atualmente, mas esteve sem movimentação antes há mais de 90 dias, entre 26/11/2013 (conclusão) e julgamento dos embargos de declaração (3/7/2014), encontrando-se com vista para o advogado. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à ausência de registro de sobrestamento em alguns processos.

Não houve processo inspecionado em razão de representação por excesso de prazo, bem como na listagem, não constaram processos extraviados, tampouco no acervo geral foram apurados processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 3 feitos com distribuição no TRF3, inseridos na META 2/2013 (20080399041692-3 e 20036115000988-6) e 2014 CNJ (20076124000007-7), todos com movimentação recente, sendo o primeiro encaminhado para revisão e os demais julgados monocraticamente em 18/8/2014. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ era de 3 processos, representando, portanto, percentual abaixo de 1% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 2 em 2008, 1 em 2009, 417 em 2010 (410 sobrestados), 812 em 2011 (510 sobrestados), 507 em 2012 (153 sobrestados), 811 em 2013 (41 sobrestados) e 814 em 2014 (20 sobrestados). Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos a partir de 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou, na amostragem, feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011. No entanto, havia 3 processos na meta 4/2014 (ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2012), todos já incluídos em pauta pelo revisor (20086105012819-0, 20026124000007-7 e 19966100030525-6).

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Não foram localizados processos paralisados há mais de um ano na unidade sem justificativa. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2013 e 2014.

Foram listados 2 agravos de instrumentos (20080300033902-4 e 20130300015744-6), nenhum com pendência de julgamento ou providência na unidade.

A amostragem localizou 2 feitos de natureza especial, envolvendo ação civil pública (200261240005221 e 200703001038430), sendo a primeira por improbidade administrativa. A respectiva tramitação encontra-se regular, ainda que exija uma atenção específica para o seu julgamento.

No tocante a processos sobrestados, foi observado um elevado número no acervo do gabinete, notadamente decorrente de decisão proferida pelo STF, envolvendo a matéria de expurgos inflacionários; outra situação é relativa ao processo n. 200661000253987, que se encontra sobrestado desde 4/2/2013, no aguardo de arguição de inconstitucionalidade pelo Órgão Especial do TRF3.

Dentre os processos inspecionados, 2 foram listados como no aguardo de voto-vista (200361000000245 e 200703990084491) há mais de 90 dias, sendo que o primeiro deles foi prolatado no dia 3/7/2014. Além desses, dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existir 1 para declaração de voto há mais de 30 dias, o qual foi proferido no dia 1/8/2014.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, existem pendentes de julgamento 213 embargos de declaração, nenhum deles com conclusão há mais de 30 dias, além de 67 agravos legais/regimentais, também sem conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existe 1 processo com decisão de antecipação de tutela proferida há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (20130300029909-5). Atualmente o feito encontra-se com vista ao Ministério Público Federal.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.226 e julgamento de 2.834 processos, resultando, assim, na produtividade de 127%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2013 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: Existe uma prevalência muito grande de processos de distribuição recente no acervo processual, são adotadas medidas adequadas para o armazenamento dos feitos bem como práticas elogiáveis para a identificação dos processos com etiquetagem dos que merecem preferências legais e de metas do CNJ. Observou-se como ponto muito positivo a grande redução do acervo a partir da atuação do desembargador no gabinete, podendo-se afirmar que vem sendo empregados métodos eficientes de trabalho para assegurar o fluxo de todos os processos existentes no gabinete. Recomenda-se a atualização do sistema relativamente aos processos sobrestados considerando-se até que muitos foram incluídos no rol de inspecionáveis à falta de tal informação. Em alguns casos, registrou-se que não há nos autos o despacho de sobrestamento. Os atrasos de julgamento são muito pontuais, merecendo registro, entre outros, os processos 200861050081068, 200861820003311 e 200661120051786 que ficaram conclusos de janeiro/2012 a agosto/2014. Recomenda-se também que se priorize a tramitação da Ação Civil Pública n. 20056100007837-1, sem movimentação desde setembro/2013. Finalmente se observou que se trata de um gabinete com elogiável organização e produtividade.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE NETO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **ANDRÉ NABARRETE NETO**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário e 4ª Turma e 2ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde fevereiro de 2012. 4ª Turma; Quadro de pessoal: 21 auxiliares (17 servidores efetivos, 0 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 4 estagiários); 15 em atividade fim; e 18 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 0 FC5, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3, 0 FC2 e 1 FC3 vago há três meses)

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (17/02/2012):	5.698
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	12.348
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	6.807
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.443
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	6.807

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	52
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	15
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	490
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	692
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	542
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	10
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	08

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total	2.242
2.3.2. Média mensal	187

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	2.643
2.4.2. Média mensal	220

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	4.332

2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	1.184
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	733
2.5.4. Declarações de voto	23
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	725
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	1
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	475
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	156
2.5.9. Mero expediente	1.025

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2.388
2.6.2. Total de processos julgados	1.886
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	947
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	425
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	304
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal - Não informado.	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	125
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	377

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	1.946
2.7.2. Acórdãos lavrados	1.739
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	207
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	1.784
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	365
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	68

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Neste gabinete os agravos de instrumento recebem tratamento prioritário na triagem inicial, sendo triados imediatamente após sua entrada e encaminhados para análise de pedidos urgentes. As apelações em mandado de segurança também são priorizadas. Prioridade também dispensadas aos processos que envolvem as demais prioridades de lei. Quanto aos demais autos há a identificação da matéria e se existe pendência. Em caso de pendência são encaminhados para despacho ou decisão, ou separados para elaboração de minuta de relatório e voto ou, ainda, ou acondicionados em armários específicos de cada matéria, sendo esta última a forma de separação física utilizada pelo gabinete. Para algumas das matéria foi adotada uma subclassificação interna, facilitando a localização dos feitos, existindo um mapa para a localização, como por exemplo embargos à execução fiscal, que possui

listagem dos feitos com os subtemas de que tratam, dentre os quais juro, correção, nulidade(s) da CDA etc. No que respeita a distribuição de tarefas, esta é feita da seguinte forma: são sempre designados, ao menos, dois servidores por matéria, a fim de que não haja prejuízo em caso de férias, doença, etc. Porém devendo todos participarem de mutirões e, eventualmente, fazer processos de matérias diferentes, como é o caso das ações de improbidade, objeto da META 18 e META 2 do CNJ, envolvendo todos os servidores para atendimento, que, independentemente de com qual matéria trabalhem, tem a desígnio de elaborar minuta de pelo menos um processo referente a cada meta.

Com relação aos os agravos (legais e regimentais) assim que retornam conclusos são atribuídos ao servidor que elaborou o voto ou a decisão objeto do agravo que separam um dia na semana para a confecção destas minutas.

Quanto aos embargos de declaração, estes são acondicionados em separado e alguns dos servidores têm o encargo de semanalmente elaborar minutas. Em caso de acúmulo, é adotada a prática do mutirão.

O controle de prazo é adotado apenas para os feitos do Órgão Especial e da Seção, os de Turma somente tem controle aqueles que se referem à prioridade, como por exemplo as ações indenizatórias, ações civis públicas e de improbidade.

Há estabelecimento de metas que são discutidas com o desembargador a cada 15 dias e todo dia 10 são entregues relatórios de produtividade para planejar o mês subsequente, para fixação de metas e redução gradativa do acervo. Há mutirões de triagem e para redução de acúmulos detectados e em ocasiões de maior distribuição.

As férias são controladas de modo que não haja muitos servidores ausentes em um mesmo período. As substituições das funções de chefe de gabinete e assessor são sempre por servidores com conhecimento equivalente das atividades por eles exercidas.

Não é adotado o agendamento prévio para atendimento a advogados, porém em dias de sessão não há possibilidade de atendimento pelo desembargador.

Nos casos de ausência ocasional do desembargador, os autos com pedidos urgentes são encaminhados ao substituto regimental.

Existem 5 pendências da inspeção anterior, quais sejam: 1998.60.00.006410-7; 2010.03.00.016684-7; 2011.03.00.004187-3; 2012.03.00.008914-0 e 97.03.056401-1. Havendo, ainda, dois que se encontram conclusos a outros desembargadores para elaboração de voto condutor e acórdão: 2001.03.99.016842-8, 2002.03.00.038291-2.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e na 4ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. Houve convocação da Juíza Federal Simone Schroder Ribeiro para a substituição durante o período de férias (07.01.2013 a 07.03.2013), apenas.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 823,2 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.242, com média mensal de 187 processos. A menor distribuição foi de 119 processos em julho/2014, e a maior foi de 320 em setembro/2014. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.886 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 157), além de 271 agravos legais/regimentais e 490 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo de 356 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 64 processos da listagem, com amostragem do

acervo, por meio de exame físico e controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 5 processos em tal situação, dos quais 3 em situação regular, e 2 em situação irregular. Em situação irregular encontram-se os seguintes feitos: 1998.60.00.006410-7, 2011.03.00.004187-3 . O feito mais antigo ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 05/01/2011 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 22/02/2012. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à conclusão dos autos por longo período sem que haja inclusão em pauta.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foi inspecionado nenhum em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 8 feitos com distribuição originária no TRF3 anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2/2010 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 67 processos, representando, portanto, 1% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão ao relator.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 495 em 2007, 699 em 2008, 554 em 2009, 627 em 2010, 941 em 2011, 1.278 em 2012, 1.395 em 2013 e 709 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 9 processos sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a abril de 2007. Foram localizados 43 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa. Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 7 anos. Pelo

estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos entre 2010 e 2013.

Foram listados 5 agravos de instrumentos, dos quais 3 com pendência de julgamento ou providência na unidade 20040300020758-8; 20070300000602-0 e 200703000020208-7, sendo que o mais antigo foi protocolado em 07/05/2004, estando na conclusão desde agosto de 2014 para fins de inspeção. A conclusão mais antiga remonta a setembro de 2005. Existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, o mais antigo foi distribuído em agosto de 2014, e a mais antiga conclusão data de agosto de 2014. Verificou-se a existência 69 de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem não localizou nenhum feito de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais Expurgos Inflacionários.

Verificou-se, ainda, que nenhum processo do Gabinete inspecionado foi liberado para revisão. Existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam declaração de voto - 18, os mais antigos desde dezembro de 2013. Há um voto-vista pendente com conclusão desde 16/06/2014. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 6 processos conclusos para revisão, dos quais 5 há mais de 30 dias; e 18 para declaração de voto, dos quais 16 há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 1 agravo legal/regimental 20070300064725-5 e 2 embargos de declaração 20026100005378-6 e 20006100010214-6, exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 259 embargos de declaração, dos quais 227 com conclusão há mais de 30 dias, além de 336 agravos legais/regimentais, dos quais 322 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 86 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de

provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado .

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.242 processos e julgamento de 1.886 processos, resultando, assim, na produtividade de 84,12%, com aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica/indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que a tramitação do acervo em geral pode receber maior celeridade. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade merece atenção tendo em vista o fluxo negativo verificado no período inspecionado. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O gabinete inspecionado estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências a serem adotadas, mormente no tocante ao alcance de fluxo processual positivo visando à redução do acervo.

A título de observação geral, anoto que a unidade tem boa organização, envolvendo, inclusive, quase a totalidade dos servidores na atividade fim, circunstância que poderá, certamente, propiciar o aumento do fluxo processual com a adoção de medidas simples como mutirões mais frequentes, aumento de metas individuais, dentre outras.

Outrossim, a existência de apenas 26 feitos com distribuição até 2006 denota o empenho no cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI MARQUES FERREIRA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargadora Federal **MARLI MARQUES FERREIRA**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário e 4ª Turma e 2ª Seção e Órgão Especial, desde 01/05/1997 e TRE: em substituição da titular, entre 01/11/2012 a 12/4/2013.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 19 de fevereiro de 2012. 4ª Turma; Quadro de pessoal: 21 auxiliares (17 servidores efetivos, 0 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 4 estagiários); 12 em atividade fim; e 18 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 0 FC5, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3, 0 FC2 e 1 FC3 vago desde 02/07/2013)

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (02/03/2012):	5.441
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	4.902
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.656
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.995
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	2.661

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1.159
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	103
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	319
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	430
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	392
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	3
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	2

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total	2.298
2.3.2. Média mensal	192

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	3.716
2.4.2. Média mensal	310

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	5.329
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	1.382
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	1.045
2.5.4. Declarações de voto	21
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	1.266
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	23
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	421
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	56
2.5.9. Mero expediente	1.115

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2.298
2.6.2. Total de processos julgados	2.538
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	1.370
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	776
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	412
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal Não informado.	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	60
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	-300

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	2.516
2.7.2. Acórdãos lavrados	2.317
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	198
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	2

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	2.336
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	331
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	38

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial de processos é feita com base na matéria, sendo as prioridades de lei separadas e sinalizadas com tiras laterais para facilitar visualmente a localização de forma mais ágil.

Os autos são acondicionados em armários identificados por assunto e ordem cronológica de distribuição.

São utilizados como métodos auxiliares de controle de conteúdo e situação do acervo estatísticas periódicas e planilhas em *excel*.

Quanto aos servidores, há designação de três servidores fixos para tratarem dos agravos de instrumento, em razão da quantidade de recursos e pedidos liminares. Os demais são distribuídos entre as outras classes processuais.

A desembargadora e mais quatro servidores analisam as ações civis públicas, especialmente as de improbidade administrativa e as ambientais de maior complexidade, e, também, os processos considerados não repetitivos.

Em razão dos processos já serem separados em ordem cronológica, fica facilitada a localização dos processos de metas que são repassados aos servidores familiarizados com as matérias específicas.

No que tange aos processos em mesa, estes são levados, em regra, em até 4 sessões após sua chegada ao Gabinete.

O controle de prazo para julgamento de feitos é feito com uma revisão, a cada 2 semanas, de todos os armários para verificação dos processos mais antigos do acervo ou que tenham prioridade legal, no entanto ainda não é elaborada planilha de controle interno específico.

O critério específico para determinar os feitos a serem julgados é a antiguidade.

A desembargadora participa de reuniões com a equipe sempre que questões novas são discutidas nas sessões de julgamento ou decididas monocraticamente, levando-se em consideração a jurisprudência firmada pela Turma, Seção ou Tribunais Superiores.

As soluções objetivando melhorias a serem implantadas são discutidas diária e mensalmente entre os servidores para que as metas de pelo menos dois processos servidor/dia, o que totaliza aproximadamente 400 processos/mês, excetuados os incidentes (embargos de declaração, agravos legais etc.), sejam atingidas.

Os resultados são repassados ao grupo e individualmente aos servidores, que, por meio do sistema GEDPRO acompanham a produtividade individual e do gabinete. O controle de produtividade é feito mediante estatística.

É adotado o sistema de mutirão sempre que o acervo de embargos de declaração e agravos legais supera 300 feitos, quando todos os servidores, durante três dias, concentram-se exclusivamente na elaboração das minutas para julgamento.

A organização das férias é feita priorizando os meses de férias escolares pois há uma redução da atividade forense.

O atendimento aos advogados não exige agendamento prévio, sendo atendidos por servidores e estagiários por ordem de chegada e, se necessário, atendidos diretamente pela desembargadora.

O procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional é o encaminhamento dos autos com minuta de decisão ou despacho, conforme entendimento da desembargadora, para o substituto regimental.

Como pendência da inspeção anterior restam 4 processos, quais sejam:

- 2001.036.00.000086-5: julgado o agravo regimental em 22.05.2013. Certificado o trânsito em julgado em 24/09/2013;

- 2010.03.00.020164-1: julgado agravo regimental em 08/05.2013. Situação processual atual: foram interpostos embargos de declaração, que aguardam a decisão nas exceções de suspeição ajuizadas contra todos os desembargadores que participaram da sessão de julgamento do referido agravo regimental;

- 2010.03.00.029266-0: aguardando o retorno dos autos da Subsecretaria em razão de pedido de certidão de objeto e pé para inclusão em pauta;

- 2007.61.23.001128-3: em 01/08/2014 conclusos ao Des. Fed. Vice-Presidente do TRF.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário e 4ª Turma. No período de 5 anos, a magistrada requereu remoções internas, quais sejam: em 19/02/2010 – Origem: Presidência para 2ª seção/4ª Turma – acervo recebido: 8699, acervo deixado: 5699; remoção não efetivada em 20/02/2012 até 1/03/2012 – acervo recebido 4.630, acervo deixado 4.838; remoção para o gabinete atual da 2ª Seção/4ª turma em 02/03/2012. Acervo recebido 5699; acervo atual: 4.656. A unidade foi contemplada com convocação do Juiz Federal Convocado Paulo Alberto Sarno (durante convocação no TRE/SP – 01/11/2012 a 13/04/2013).

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 540 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.212, com média mensal de 184 processos. A menor distribuição foi de 125 processos em julho/2014, e a maior foi de 301 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.538 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 212), além de 342 agravos legais/regimentais e 811 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 326 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 60 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda há 12 processos pendentes de cumprimento de determinação da inspeção anterior, sendo que 1 processo já consta do item 4.24. Os demais pendentes de julgamento são: 200903000255180; 201003000189598; 199703010320693; 200061020156523; 200361030022565; 200461000012963; 200561000067804; 200661000158152; 199003010002731; 200703000959708; 199961000106078. O feito mais antigo ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 06/06/1997 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 16/08/2014 em razão de sobrestamento STF RE 591.797/SP. A situação processual

de irregularidade mais comum refere-se à conclusão dos autos por longo período sem que haja inclusão em pauta.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 6 feitos com distribuição no TRF3 (199303010533634, 199603010304130, 199703010320693, 199961000106078, 200061020156523, 200461000241587), anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2/2009 e 2010 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 1.262 processos, representando, portanto, 26% do estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão para julgamento.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 319 em 2007, 430 em 2008, 392 em 2009, 1080 em 2010, 1.278 em 2011, 1.018 em 2012, 1.143 em 2013 e 976 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 8 processos sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a janeiro/2007. Foram localizados 39 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa. Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 4 anos. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2012.

Foram listados 15 agravos de instrumentos, dos quais 3 com pendência de julgamento ou providência na unidade 20080300004741-4; 20120300022950-7 e 20140300009601-2, sendo que o mais antigo foi protocolado em 12/02/2008, estando na conclusão desde 23/04/2013. A conclusão mais antiga remonta a 15/03/2009. Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Verificou-se a existência de 1 agravo de instrumento com antecipação de tutela deferida há 5 anos e 5 meses e ainda pendentes de

exame pelo colegiado, tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais Expurgos Inflacionários; outra situação é relativa à suspensão em virtude de tramitação no Plenário ou Corte Especial, ou sobrestamento a ser determinado pelo próprio relator com fundamento legal no artigo art. 284, § 1º, do CPC.

Há 5 processos do Gabinete inspecionado que aguardam declaração de voto. Não há nenhum voto-vista pendente. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existirem processos conclusos para revisão e nem para voto-vista; e 1 para declaração de voto e há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 209 agravos legais/regimentais e 299 embargos de declaração, exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 299 embargos de declaração, dos quais 265 com conclusão há mais de 30 dias, além de 209 agravos legais/regimentais, dos quais 197 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não foram identificados processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.212 e julgamento de 2.538 processos, resultando, assim, na produtividade de 114,74%, com redução do acervo, o que merece registro da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação satisfatória do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é razoável, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se um fluxo positivo de processos. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A organização do gabinete é apropriada. Havendo a adoção de fluxograma com identificação das atividades desenvolvidas em cada setor do gabinete. Não foram apurados problemas específicos no tocante à gestão administrativa.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências a serem adotadas.

Há muitos processos das METAS 2 do CNJ pendentes de julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL ALDA MARIA BASTO CAMINHA ANSALDI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **ALDA MARIA BASTO CAMINHA ANSALDI** .

1.2. **Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª. Seção e Corte Especial.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 14 de junho de 2002.

1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (18 servidores efetivos e 3 estagiários de nível superior).

1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ-3; 1 CJ-2; 1 FCs-6; 4 FCs-4; 9 FCs-3; e 2 FCs-2.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (13.6.2002):	5.609
2.1.2. Acervo no TRF (30.4.2014):	12.475
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (31.7.2014):	7.269
2.1.4. Acervo de sobrestados (30.4.2014):	1.537
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (30.4.2014):	4.647

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31.7.2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	431
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	262
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	562
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	714
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	595
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	10
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	11

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	2.317
2.3.2. Média mensal:	193

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	2.881
2.4.2. Média mensal:	240

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	2.317
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	1.146
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	733
2.5.4. Declarações de voto:	13
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	992
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	10
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	406
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	72
2.5.9. Mero expediente:	1.238

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.317
2.6.2. Total de processos julgados:	2.070
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.145
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	474
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	207
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	32
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	93
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 154

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.968
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.763
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	203
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	2

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.783
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	400
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31.7.2014):	32

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

No tocante à triagem inicial dos processos, existe separação diária por matéria, por prioridades legais, inclusive para atender às metas do Conselho Nacional de Justiça, bem como por origem (processo/recurso oriundo da secretaria processante com petição juntada ou proveniente da distribuição).

Dos 18 servidores lotados no Gabinete, atuam na atividade fim 14 deles. Há controle periódico de produtividade, o que se opera por meio de ferramenta eletrônica, sem prejuízo da identificação manual (as iniciais do nome do servidor que criou a minuta aparecem na relação de processos pautados).

A assessoria dispensa especial atenção aos feitos adiados, aos votos-vista e às declarações de voto, bem como àqueles pendentes de julgamento em mesa, sempre com efetivo controle de prazo. Na unidade, busca-se preferir decisões monocráticas sempre que possível – isto é, nas hipóteses amparadas pelo artigo 557 do Código de Processo Civil –, levando-se os demais feitos a julgamento no Colegiado.

O estabelecimento das diretrizes de trabalho se dá mediante uma bem-sucedida parceria entre a desembargadora e as suas duas auxiliares mais próximas, que são a assessora e a chefe de gabinete.

No decorrer dos anos de trabalho, a unidade inspecionada constatou que a fixação de cotas individuais não pode prescindir do atendimento aos perfis de cada servidor, sob pena de se tornar contraproducente. Para tanto, a atribuição das referidas metas passa por constante gestão e pode sofrer pontuais alterações em decorrência do desempenho de cada servidor e de sua afinidade com determinadas matérias e classes processuais.

O gabinete, anteriormente, já foi inspecionado e não constam pendências relativas à inspeção anterior, ocasião em que havia conclusos 8.712 processos.

Por oportuno, consigne-se que não há o relato de qualquer incidente no atendimento a advogados.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada informou que adota, entre outros procedimentos:

(I) mutirão de triagem e de elaboração de minutas de matéria repetitiva;

(II) apreciação célere de liminares em agravos de instrumento e em outras classes processuais como mandados de segurança e ações rescisórias; e

(III) realização esporádica de reuniões para fixação de orientações, além de diretrizes que são passadas direta e pontualmente aos servidores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A Desembargadora Alda Basto, desde a data de sua posse na Corte Regional, (a) sempre compôs a 2ª Seção e a 4ª Turma, não havendo ela requerido remoções internas de Colegiado; e (b), durante todo esse período, precisou convocar apenas uma vez um juiz de primeiro grau para lhe substituir durante um determinado período de férias.

Parte do acervo da unidade foi, por uma única vez, remetido a um mutirão de processos de Turma Suplementar. Na ocasião, o gabinete cedeu uma servidora, porém pouquíssimos processos retornaram daquele mutirão efetivamente julgados – segundo informado pela assessoria da magistrada.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 520 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.206, com média mensal de 184 processos. A menor distribuição foi de 121 processos em julho/2013, e a maior foi de 324 em setembro/2014. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 2.070, com média mensal de 173 processos. Houve, portanto, fluxo negativo de 136 processos.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 74 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais. Na listagem, não constou processo extraviado.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos com representação por excesso de prazo.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de dez feitos com distribuição originária no TRF 3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. São eles os seguintes:

200603000004145, 200403000626159, 200403000585984, 200403000536316,
200403000260955, 200603000695520, 200603000179000, 200503000945269,
200303000044038, 200603000323548.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 262 processos, representando, portanto, 3,60% de todo o estoque em tramitação. A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos:

562 em 2007,
714 em 2008,
595 em 2009,
1.244 em 2010,
1.605 em 2011,
1.285 em 2012,
1.390 em 2013 e
1.015 em 2014.

Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2014, portanto com menos de cinco anos de

tramitação no TRF 3. No entanto, há muitos processos bem mais antigos, inclusive inseridos nas Metas 2 do CNJ.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso; porém, verificou-se a existência de dez processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011. São elas: 201103000376469, 201061210013418, 201061000015551, 201003000341645, 200661020031406, 200660030004884, 200561000228101, 200561000180207, 200261060000830 e 200161170003054.

Não existem réus presos nos processos inspecionados.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Não foram localizados processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa.

Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há cerca de dez anos. São eles: 200061080094960 e o 200061100027612.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que a antiguidade é, sim, um dos critérios utilizados para inclusão de processos na pauta, mas não é o único, pois a gestão do gabinete prioriza, além dos feitos de Metas do CNJ e com preferência legal, a apreciação de liminares, as declarações de voto, os votos-vista, bem como os embargos de declaração.

Foram listados 17 agravos de instrumento, dos quais dois com pendência ou providência na unidade: 97030739644 e 200061020057030. O agravo de instrumento mais antigo foi protocolado em novembro/1997, estando concluso desde essa data.

Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela.

Entre os agravos de instrumento conclusos da listagem, nenhum deles ficou sem movimentação.

Verificou-se a existência de 131 agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado. Todavia, nenhum deles apresenta alguma situação que exija, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente, até porque o provimento inicial já foi prestado na ocasião da análise da liminar.

A amostragem localizou, quanto aos feitos de natureza especial, os seguintes processos com interesse de idoso e classificados como ação civil pública, ação popular, ação rescisória, conflito de competência e mandado de segurança originário: 201103000107859, 201361000109418, 201261000210174, 201261000044912, 201161000084176, 201161000041761, 201061000113822, 201360000114229 e 200561000075801. As respectivas tramitações, todavia, estão regulares.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que 1.537 deles decorrem de decisões proferidas pelo STF (RE-626.307), envolvendo diversas matérias, sendo a principal delas a de expurgos inflacionários de planos econômicos.

Verificou-se, ainda, que apenas um processo do gabinete foi liberado para revisão, porém ainda não consta como pautado pelo revisor, configurando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade: 200061020057030 – com o Revisor desde 31/7/2014.

Não existem processos do gabinete inspecionado que aguardam voto-vista nem declaração de voto.

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existir, há mais de 30 dias, nenhum processo concluso para revisão, tampouco para declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, não se apurou pendência de nenhum agravo regimental/legal nem de embargos de declaração exigindo exame urgente em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

Houve 87 embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo de acompanhamento ulterior.

Segundo apurado, existem pendentes de julgamento: 365 embargos de declaração, dos quais 338 com conclusão há mais de 30 dias; 386 agravos regimentais, dos quais 372 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais, existem 12 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual, cabe destacar que, de agosto/2013 a julho/2014, houve distribuição de 2.206 e julgamento de 2.070 processos, resultando, assim, na produtividade de 93,83%, com pequeno aumento do acervo.

O acervo de conclusos no gabinete era de 7.269 processos. Entre eles, há a predominância de processos distribuídos entre 2011 e 2014.

Houve prolação, no interregno entre agosto/13 a julho/14, de 4.610 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, é de 2.585, representando 35,56% do acervo de feitos conclusos.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição nem na conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que há processos antigos pendentes de julgamento. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade indica que ainda há acúmulo de acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

A título de observação geral, anoto que a unidade demonstra ter condições de aumentar sua produtividade a fim de que ocorra a inversão do fluxo processual.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MÔNICA NOBRE.**
- 1.2. **Órgãos de atuação:** 4ª Turma E 2ª Seção
- 1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 20/9/2013.
- 1.4. **Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (16 servidores efetivos e 3 estagiários, sendo 2 de nível superior e 1 de nível médio).
- 1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ-3; 1 CJ-2; 1 FCs-6; 4 FCs-4; e 8 FCs-3.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (16.9.2013):	8.451
2.1.2. Acervo no TRF (30.7.2014):	13.048
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (31.7.2014):	7.713
2.1.4. Acervo de sobrestados (30.7.2014):	1.545
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (30.7.2014):	6.168

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31.7.2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	17
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	10
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	399
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	649
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	570
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	11
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	10

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	2.375
2.3.2. Média mensal:	193

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	2.549

2.4.2. Média mensal:	212
----------------------	-----

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.393
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	288
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	936
2.5.4. Declarações de voto:	17
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1.323
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	2
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	127
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	1.808
2.5.9. Mero expediente:	892

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.375
2.6.2. Total de processos julgados:	2.549
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	dado não fornecido
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	dado não fornecido
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	dado não fornecido
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	dado não fornecido
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	dado não fornecido
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 174

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.279
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.148
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	224
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	6

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.160
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	224
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/7/2014):	7

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

No que toca à triagem inicial dos processos, há uma identificação daqueles que têm prioridade legal, dos oriundos de inspeção e dos que se incluem nas Metas do CNJ para fins de atribuição aos servidores responsáveis pela análise de cada matéria. Os demais são guardados nos armários correspondentes à matéria quando não há providências urgentes a tomar, para serem julgados conforme a ordem de entrada.

Há um servidor destacado para cuidar da classificação e da organização dos processos no gabinete. Outro servidor analisa os Agravos de Instrumento. Quatro servidores cuidam das Apelações em Execução Fiscal, dos agravos legais e dos embargos de declaração a eles referentes. Há um servidor que é o responsável pelos feitos relativos a improbidades administrativas e ações civis públicas. Os demais recursos, incidentes e decisões são analisados pelos demais funcionários, de acordo com sua produtividade e afinidade com a matéria. Em atendimento ao determinado pelo CJF, destacou-se um servidor responsável pelos agravos e embargos de declaração mais antigos. Há um servidor responsável pela pauta da Turma e outro responsável pela pauta da 2ª Seção.

Os feitos são localizados no sistema SIAPRO, conforme o número do armário, prateleira ou mesa do servidor responsável, permitindo sua pronta localização.

Os processos com prioridade legal ou Meta do CNJ estão sendo localizados e dois servidores farão a análise dos feitos com a posterior elaboração de minutas para submissão à desembargadora, com o objetivo de alcançar as metas com a maior brevidade possível.

Existe divisão dos servidores em mutirões, com modelos de decisões para facilitar e padronizar o trabalho e a Meta mensal do gabinete que tem como objetivo superar a distribuição recebida. São realizadas reuniões periódicas em que são debatidos os problemas e possíveis soluções e todos participam com suas opiniões.

Primeiramente, são verificadas a situação e a localização do processo e, quando solicitado, permite-se ao advogado a consulta aos autos, sendo que nos casos em que há segredo de justiça, é exigida a procuração.

Os advogados, partes e público em geral são atendidos pela chefe de gabinete, quando solicitado. A desembargadora, por sua vez, também atende prontamente os advogados.

O gabinete, anteriormente, já foi inspecionado. Naquela inspeção havia conclusos 6.504 processos e, deles, restaram pendentes de regularização os seguintes feitos: 258465320074030000, 165826019984036100 e 875852720074030000.

Por oportuno, consigne-se que não há o relato de qualquer incidente no atendimento a advogados.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada informou que as ações adotadas com sucesso na organização da 4ª Vara Federal Cível, com diminuição expressiva dos feitos em tramitação, estão sendo avaliadas para adequação aos feitos em trâmite por esse gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A Desembargadora Mônica Nobre, ao tomar posse na Corte Regional, compôs a 7ª Turma e a 3ª Seção de 24/4/2013 a 19/9/2013; em 20/9/2013, passou a compor a 4ª Turma e a 2ª Seção.

Verificou-se que 2.044 processos do acervo da unidade foi, por uma única vez, remetido a um mutirão, ocasião em que apenas 150 deles foram julgados. Na ocasião, atuaram os Juízes Federais Nilson Martins Lopes Júnior e Otávio Henrique Martins Port.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 514,2 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Todavia, é importante observar que referido número, para além de se apresentar compatível com a realidade do Poder Judiciário Federal, mostra-se razoável diante da competência muito ampla da matéria afeta à relatoria da magistrada, que

abrange atos administrativos em geral, ensino, concurso público, matéria ambiental, responsabilidade civil, direito tributário e improbidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.283, com média mensal de 190 processos. A menor distribuição foi de 121 processos em julho/2014, e a maior foi de 315 em setembro/2013. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 1.571, com média mensal de 131 processos. Houve, portanto, um aumento no acervo de 712 processos.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 62 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais. Na listagem, não constou processo extraviado. Todavia, no acervo, o REOMS-200461050063516 consta como extraviado, na própria Subsecretaria, desde a data de publicação de seu acórdão, em 21/6/2011 (procedidas buscas para sua localização, a Subsecretaria informou ao gabinete, em 12/8/2014, que o feito não foi localizado).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos com representação por excesso de prazo.

A amostragem revelou a existência de 12 feitos com distribuição originária no TRF 3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. São eles os seguintes: 199403010550399, 199903000569348, 200003000519337, 200103000047249, 200203000210888, 200303000335070, 200403000688979, 200403000471073, 200603001111670, 200603000327712, 200603000247560, 200603000105922.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 27 processos, representando, portanto, 0,20% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial – na medida da efetiva possibilidade da unidade – , sendo que a maioria se encontra na fase processual de conclusos ao relator.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 399 em 2007, 649 em 2008, 570 em 2009, 1.150 em 2010, 1.576 em 2011, 1.940 em 2012, 2.037 em 2013 e 1.054 em 2014.

Como se observa, a maior parte (6.607) do atual acervo (13.048 feitos) refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF 3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso; porém, se verificou a existência de 11 processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

De forma geral, o gabinete tem um número relativamente elevado de processos distribuídos a partir de 2007.

Não existem réus presos nos processos inspecionados.

A amostragem revelou a existência de 5.724 processos sem movimentação desde a distribuição. O mais antigo deles é o 80124720064039999, concluso desde março/2006.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que a antiguidade é, sim, um dos critérios utilizados para inclusão de processos na pauta, mas não é o único, pois a gestão do gabinete também observa as prioridades legais e as Metas do Conselho Nacional de Justiça.

Forma listados 16 agravos de instrumento, dos quais nove com pendência ou providência na unidade.

O agravo de instrumento mais antigo foi protocolado em 30/1/2002 - Requisitados da Turma – aonde se encontravam em razão de estarem preparados para julgamento em mesa na sessão de 28/8/2014, conforme se verificou em consulta ao andamento interno.

Existem 273 agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela.

Verificou-se a existência de 103 agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado. Todavia, nenhum deles apresenta alguma situação que exija, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente, até porque o provimento inicial já foi prestado na ocasião da análise da liminar.

A amostragem localizou, quanto aos feitos de natureza especial, os seguintes processos: 460 com interesse de idoso; 11 de portadores de necessidades especiais e de doença grave; 136 ações civis públicas; 11 ações populares; 13 conflitos de competência; 9 mandados de segurança originários. As respectivas tramitações, todavia, se encontram regulares.

No tocante a processos sobrestados, foi observado que 1.545 deles decorrem de decisões proferidas pelo STF (RE-591.797; RE-626.307; e AI-754.745, convertido no RE-632.212), envolvendo diversas matérias, entre as quais estão: (a) bloqueio de cruzados novos; (b) expurgos inflacionários de planos econômicos; (c) intervenção no domínio econômico; (d) direito administrativo; e (e) outras matérias de direito público.

Segundo informações prestadas pela UPLE, não há processos de relatoria da Des. Federal Mônica Nobre aguardando decisão do Plenário ou da Corte Especial em arguição de inconstitucionalidade.

Pela Relatora, foram sobrestados 1.545 feitos. Segue o quadro com a identificação dos feitos e respectivos fundamentos:

Atualização de Conta - PIS/PASEP - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Cruzados Novos/Bloqueio - Expurgos Inflacionários/Planos Econômicos - Intervenção no Domínio Econômico - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 5.

Expurgos inflacionários / Planos econômicos - Bancários - Contratos de consumo - Direito do Consumidor: 1.534.

Expurgos Inflacionários/Planos Econômicos - Intervenção no Domínio Econômico - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Liquidação Extrajudicial - Instituições Financeiras - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Normatizações - Instituições Financeiras - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Serviço Postal - Concessão/Permissão/Autorização - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público: 1.

Não foram fornecidas informações a respeito de sobrestamentos decorrentes de decisões do Plenário ou da Corte Especial em arguição de inconstitucionalidade nem no que toca a processos sobrestados pela própria relatora.

Verificou-se, ainda, que não consta nenhum processo do gabinete que tenha sido liberado para revisão e ainda não pautado pelo revisor.

Verificou-se, também, que 11 processos aguardam voto-vista e que nenhum processo aguarda declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existir um processo concluso para revisão (o que ocorre há menos de 30 dias); e existirem 11 processos conclusos para voto-vista, dos quais nove há mais de 30 dias, sendo que o mais antigo foi remetido em 15/10/2013; e existirem dois processos conclusos para declaração de voto, sendo o mais antigo remetido em 12/5/2014.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, não se apurou pendência de nenhum agravo regimental/legal nem de embargos de declaração exigindo exame urgente em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

Houve 263 embargos de declaração com conclusão há menos de 90 dias, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo de acompanhamento ulterior.

Segundo apurado, existem pendentes de julgamento: 486 embargos de declaração, dos quais 457 com conclusão há mais de 30 dias; 322 agravos regimentais, dos quais 306 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais, existem sete processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (sendo 4 ações rescisórias, 2 cautelares inominadas e 1 mandado de segurança).

Na análise do fluxo processual, cabe destacar que, de agosto/13 a julho/14, houve distribuição de 2.283 e julgamento de 1.571 processos, resultando, assim, na produtividade de 68,81%, com aumento do acervo, o que merece adoção de medidas para inversão do fluxo processual.

Houve prolação, no interregno entre agosto/13 a julho/14, de 4.610 decisões, entre votos e decisões monocráticas.

O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de 2.585, representando 35,56% do acervo de feitos conclusos.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e na conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade indica que há acúmulo de acervo, o que merece adoção de medidas urgentes para inversão do fluxo processual.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

Na análise processual, não se constatou situação sistêmica grave, porém deve a unidade trabalhar para aumentar sua produtividade a fim de que ocorra a inversão do fluxo processual.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ CUSTÓDIO NEKATSCHALOW

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Gabinete do Desembargador Federal: ANDRÉ CUSTÓDIO NEKATSCHALOW

1.2. Turma: 5ª Turma/4ª Seção.

1.3. Competência: Matéria penal e matéria cível da 1ª Seção distribuída antes de 2/7/14.

1.4. Localização: Prédio sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Torre Sul, 13º andar, quadrante 3.

1.5. Tempo de atuação no atual Gabinete: 11/9/2003

1.6. Gabinetes ocupados anteriormente (últimos 5 anos): Ordenados por turma/seção e período: 5ª Turma/1ª Seção, 11/9/03 a 1/7/14 5ª Turma/4ª Seção, a partir de 2/7/14

1.7. Força de trabalho em atividade fim:

- Número de servidores em atividade fim: 18
- Relação processos por servidor em atividade fim: 190,5

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Total em tramitação no TRF:	6.595
Processos conclusos no gabinete:	3.430
Processos sobrestados:	1
Processos em Secretaria:	499
Processos remetidos à Secretaria e em tramitação externa (vista, carga, contadoria, perito etc.):	139
Processos baixados em diligência à 1ª instância:	4
Processos na Presidência e Vice-Presidência:	2.447
Processos no Núcleo de Conciliação:	19
Processos em Mutirão, Turma Suplementar etc.:	0
Outras situações (especificar): 60 (voto-vista, voto-condutor, embargos de declaração relator para acórdão etc.)	

2.1.1 HISTÓRICO DO ACERVO DE PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE (BASE: 31/4/2014):	
Na assunção do Gabinete, em 12/09/03:	9.640
Na inspeção anterior, em 16/08/12:	4.350
Na autoinspeção, em 12/08/13:	3.255
Na inspeção atual, base 31/07/2014:	3.430

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1.Total de Processos Metas CNJ:	797
2.2.2.Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.3.Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	31
2.2.4.Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	127
2.2.5.Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	366
2.2.6.Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	272
2.2.7.Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2.8.Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	1

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1.Turma:	3.379
2.3.2.Seção:	51
2.3.3.Média mensal:	285,83

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1.Total:	3.061
2.4.2.Média mensal:	255

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1.Total:	5.395
2.5.2.Votos em processos pautados ou adiados:	636
2.5.3.Votos em processos julgados em mesa:	994
2.5.4.Declarações de voto:	3
2.5.5.Decisões monocráticas terminativas:	1.430
2.5.6.Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	1
2.5.7.Decisões em liminares e antecipações de tutela:	340
2.5.8.Outras decisões interlocutórias:	104
2.5.9. Mero expediente:	1.887

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1.Total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada):	2.230
2.6.2.Total de processos julgados:	2.106
2.6.3.Processos julgados com baixa definitiva:	1.163
2.6.4.Processos julgados com recurso interno:	614
2.6.5.Processos julgados com recurso à instância superior:	337
2.6.6.Total de processos redistribuídos (saída):	102
2.6.7.Fluxo ou saldo de processos: total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada)? total de processos julgados redistribuídos (saída):	22

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
Processos julgados por acórdão:	1.544
Acórdãos lavrados:	1.534
Acórdãos lavrados em prazo superior a 10 dias:	9
Acórdãos pendentes de lavratura no Gabinete (base: 31/07/2014):	1

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
Acórdãos publicados:	1.614
Publicações além do prazo de 10 dias:	34
Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	4

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Na visita ao gabinete do desembargador, observou-se que o ambiente de trabalho é muito bem organizado, com todos os servidores possuindo estação de trabalho própria. A equipe se mostrou muito motivada, ademais de ressaltada a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos servidores.

A circunstância de os processos serem físicos exige emprego de força de trabalho dobrada, na medida em que, além do andamento manual do processo, ainda há de ser alimentado o sistema eletrônico de movimentação processual. Não raro, a alimentação do sistema eletrônico é feita com algum atraso em relação à data em que foi dado o efetivo andamento no processo físico.

Os processos físicos são armazenados em prateleiras fechadas, o que não é o recomendável. Para dinamizar o serviço cartorário, o ideal é que os processos sejam colocados em prateleiras abertas, com a identificação do vencimento do prazo e a menção à fase do processo.

O gabinete está organizado em equipes: administrativa, cível e criminal. A equipe administrativa tem um servidor permanente, responsável pelo recebimento e encaminhamento de autos e documentos entre os órgãos do Tribunal, bem como pela triagem e despachos. Há duas equipes cíveis: uma para os agravos de instrumento e outra para as apelações cíveis. A equipe criminal é a mais numerosa, ficando cada servidor responsável por determinados tipos penais. O assessor cuida dos processos da competência da 4ª Seção, das sessões de julgamento e auxilia nas minutas das decisões dos feitos criminais e cíveis. O chefe de gabinete é responsável pelo acompanhamento funcional dos servidores, supervisão dos estagiários e auxilia nas minutas dos feitos cíveis. Essa organização está em processo de adaptação em razão da especialização da competência criminal ocorrida em 2 de julho de 2014.

Os autos ficam guardados em armários, após prévia triagem. Nas mesas dos servidores, ficam apenas os feitos para minuta de despacho, voto-vista, voto-condutor e em análise para minuta ou correção. Na sala do desembargador, são localizados os autos com minuta, incluídos em pauta e com pedidos de providências.

Separaram-se os autos de acordo com o motivo da conclusão (liminar, despacho, voto-vista, lavrar acórdão ou julgar recurso), a matéria (cível ou criminal), a espécie recursal (embargos de declaração, agravo de instrumento, embargos infringentes, agravo legal, apelação), os feitos originários e a competência (turma ou seção). As apelações cíveis e agravos de instrumento são separados por matéria (FGTS, SFH, contribuição previdenciária, desapropriação, usucapião, servidor público, execução comum, execução fiscal e direito privado). Os embargos de declaração e agravos legais não são triados por matéria, mas ficam separados dos recursos que aguardam o primeiro julgamento. Os feitos criminais ficam organizados de acordo com as atribuições de cada servidor da equipe criminal (divisão por tipo penal). Todos os feitos têm localização física pelo sistema eletrônico (SIAPRO). Nos criminais, utiliza-se também planilha impressa em papel para acompanhamento de atividade e cada servidor mantém lista atualizada dos feitos de sua responsabilidade.

A ferramenta eletrônica de movimentação de processos (SIAPRO) aliada à separação por matéria e espécie recursal (triagem) permitem observar a quantidade das matérias e de recursos que aguardam apreciação, auxiliando no planejamento de qual assunto deve ser priorizado em razão da urgência ou quantidade. Cada servidor da equipe criminal mantém lista de feitos de sua atribuição, com informação da data da distribuição, prescrição, data da conclusão.

A equipe criminal tem por objetivo minutar todos os feitos. Essa meta de zerar o acervo foi alcançada em relação aos agravos de instrumento e *habeas corpus*. As equipes cíveis realizam mutirões para apreciar o maior acervo em razão da matéria.

Dessa forma, todas as matérias são objeto de mutirão ao longo do tempo e julga-se o maior número de feitos incluídos nas metas ou com preferência. Os processos conclusos para despacho e para apreciação de liminar ou de tutela são apreciados de imediato. Sem prejuízo dos mutirões, priorizam-se os feitos distribuídos, cuja matéria o desembargador já tenha entendimento, e os processos envolvendo servidores públicos e militares, tendo em vista que a maioria envolve idosos.

A equipe criminal se reúne pelo menos uma vez por mês com o desembargador para verificar o cumprimento das metas determinadas e estabelecer os processos que devem ser minutados até a próxima reunião. Na matéria cível, eventualmente, há um controle de produtividade individual, quando é realizado mutirão de determinada matéria, com anotação do número de minutas realizadas por dia.

Procura-se julgar mensalmente uma quantidade maior de feitos em comparação com o número de casos novos distribuídos. Nos mutirões cíveis, eventualmente, adota-se um controle de produtividade individual, anotando-se a quantidade diária de minutas feitas. Na equipe criminal, cada servidor tem sua lista de processos e fixam-se diretrizes para zerá-la.

Foram realizados mutirões para os feitos da META n. 2/2009, os processos inspecionados e autoinspecionados, *habeas corpus* e os agravos de instrumento. Os processos da competência da 4ª Seção são priorizados pelo assessor.

É apreciado número maior de feitos em relação à quantidade distribuída por mês. Os pedidos de preferência são atendidos após análise do caso concreto e, desde que a situação se justifique dentre as prioridades legais, são cumpridas as que envolvem feitos criminais com réus presos, agravos de instrumento e análise de pedidos de liminar e antecipação dos efeitos da tutela. A prioridade para as demandas que tenham idosos como parte é atendida após solicitação, tendo em vista a grande quantidade de demandas com essa peculiaridade (servidor público, militar, FGTS).

Quanto às boas práticas, o gabinete não apresentou, formalmente, nenhuma. No entanto, na inspeção *in loco*, observou-se que a equipe de trabalho do gabinete disponibiliza bandejas na copiadora e na impressora com folhas perfuradas para impressão e extração de cópias.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução

dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador integra a Quinta Turma e a Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, especializada em matéria criminal.

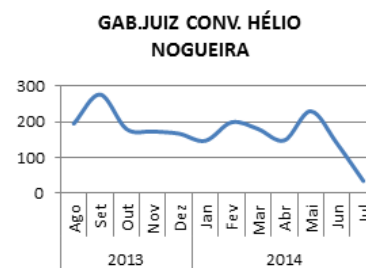
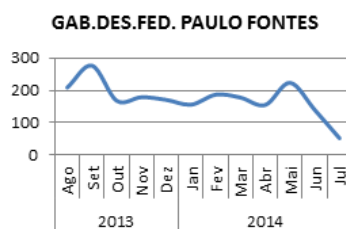
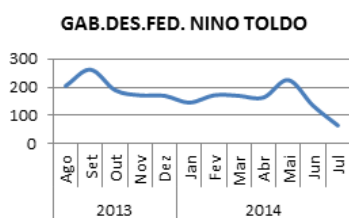
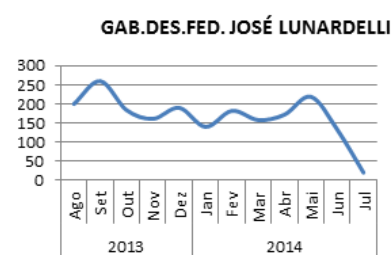
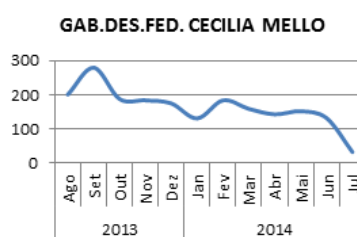
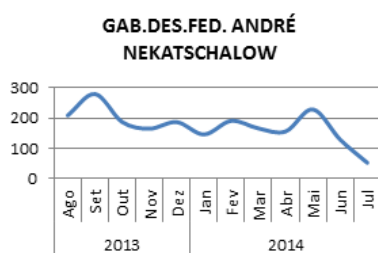
Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 214,3 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

O número de processos distribuídos entre os gabinetes dos desembargadores que integram as duas Turmas é similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos entre os seis gabinetes especializados em matéria criminal oscilou entre 163 e 175 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos desembargadores das duas Turmas Criminais, que constam da estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região:

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal
Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	209	280	187	165	187	146	191	166	156	229	129	52	2.097	175
GAB.DES.FED. CECÍLIA MELLO	201	280	188	184	175	131	184	159	143	152	132	32	1.961	163
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	200	260	184	161	190	140	182	158	172	219	133	20	2.019	168
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	205	263	190	172	170	146	172	170	164	226	135	65	2.078	173
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	209	277	168	179	171	156	187	178	155	224	140	52	2.096	175
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	195	277	180	173	167	147	199	180	148	230	139	34	2.069	172
Total	1.219	1.637	1.097	1.034	1.060	866	1.115	1.011	938	1.280	808	255	12.320	1.895



Como se vê dos gráficos acima, a partir de junho de 2014, houve uma acentuada tendência de diminuição da distribuição de casos novos nos seis gabinetes, exatamente quando se deu a especialização e passaram a ser distribuídos apenas feitos criminais.

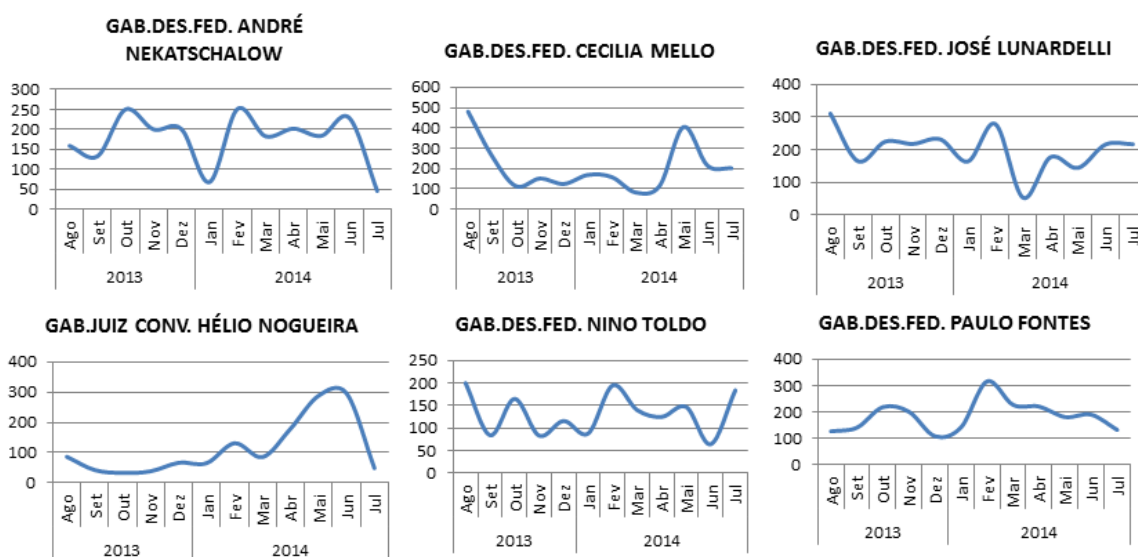
Por outro lado, a quantidade de processos julgados apresenta uma média mensal com discrepância entre os gabinetes (113 a 207). Apenas dois gabinetes possuem média mensal do número de processos julgados inferior à de distribuídos. São os gabinetes do Desembargador Nino Toldo (173 processos distribuídos e 133 julgados) e do Juiz Convocado Hélio Nogueira (172 processos distribuídos e 113 julgados).

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos desembargadores, com os respectivos gráficos, que constam do sistema de estatística do tribunal, seguem abaixo:

**Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período:
 Agosto/2013 a Julho/2014**

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	159	133	250	200	201	68	251	183	202	184	229	46	2.106	176
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	481	262	114	152	125	169	159	83	115	405	215	202	2.482	207
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	311	165	225	218	232	164	279	53	177	144	216	217	2.401	200
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	200	84	165	83	116	88	195	140	125	147	64	184	1.591	133
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	127	141	219	201	108	142	316	227	221	181	190	132	2.205	184
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	86	42	32	38	66	65	131	85	179	288	297	48	1.357	113
Total	1.364	827	1.005	892	848	696	1.331	771	1.019	1.349	1.211	829	12.142	1.012

Nota: * Corresponde ao total de processos julgados por decisão monocrática e de colegiado, excluídos os incidentes (embargos e agravos) julgados por magistrado.



Observe-se que os gabinetes do Desembargador André Nekatschalow, do Juiz Convocado Hélio Nogueira e do Desembargador Paulo Fontes (os dois primeiros mais do que o último), seguem o ritmo da distribuição, de modo que experimentaram, igualmente, entre os meses de junho e julho de 2014, a diminuição do número de processos julgados. Os gabinetes dos Desembargadores Cecília Mello e José Lunardelli apresentam uma linha de estabilidade do número de feitos julgados, ao passo que o do Desembargador Nino Toldo foi o único que, entre os meses de junho e julho de 2014, teve aumento significativo do número de processos julgados.

De toda sorte, no período da inspeção, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow recebeu em média 175 processos novos e julgou em média 176 feitos, o que é um dado que demonstra, à sociedade, a eficiência do serviço e a capacidade de dar vazão à carga de trabalho. Isso porque, em média, foram julgados mais processos do que o número de distribuídos, o que revela uma tendência para diminuição do estoque de processos.

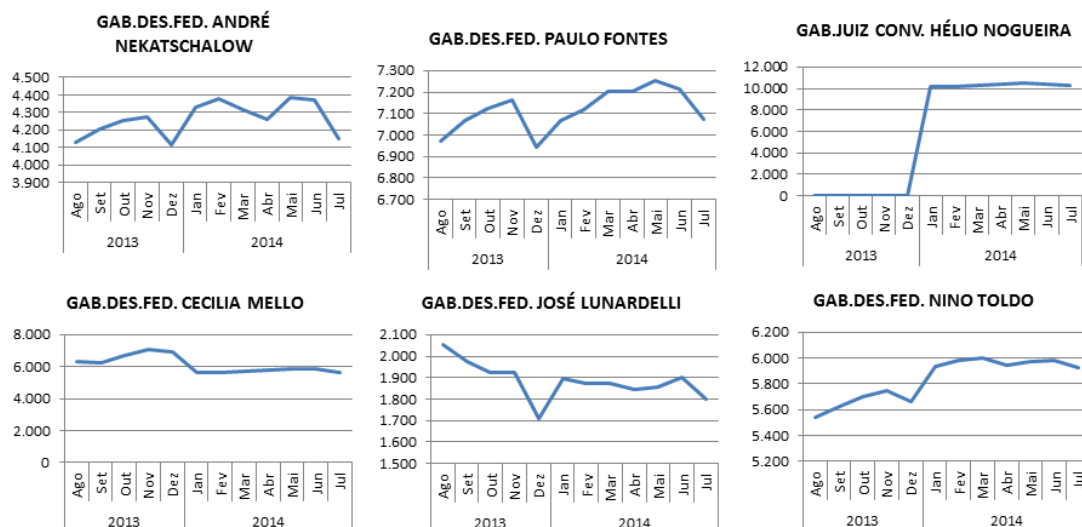
Com efeito, foram distribuídos 2.097 processos e julgados 2.106, de modo que o fluxo de processos, no período da inspeção, foi de 9 processos a menos.

Quanto aos processos em tramitação observa-se uma discrepância acentuada em relação aos seis gabinetes, conforme se observa dos dados e gráficos abaixo, que constam do sistema de estatística do tribunal.

Quantidade de processos judiciais em Tramitação no tribunal por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Gabinete	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	4.129	4.203	4.253	4.276	4.115	4.329	4.379	4.319	4.258	4.385	4.374	4.148	4.264
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	6.972	7.069	7.124	7.164	6.941	7.069	7.121	7.204	7.205	7.252	7.215	7.076	7.118
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	-	-	-	-	-	10.124	10.231	10.332	10.395	10.494	10.418	10.239	10.319
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	6.336	6.210	6.687	7.085	6.911	5.622	5.670	5.720	5.777	5.851	5.836	5.614	6.110
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	2.052	1.977	1.922	1.924	1.712	1.895	1.876	1.871	1.843	1.858	1.902	1.798	1.886
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	5.540	5.622	5.701	5.749	5.664	5.936	5.978	5.997	5.949	5.971	5.985	5.925	5.835
	25.029	25.081	25.687	26.198	25.343	34.975	35.255	35.443	35.427	35.811	35.730	34.800	31.232

Nota: No mês de Julho/2014, houve a criação da 11ª Turma Criminal, alterando a composição das Turmas, Seções e a numeração dos Gabinetes. A tabela foi montada a partir da nova estrutura.



Como se nota, dentre os seis gabinetes especializados em matéria criminal, o do Desembargador André Nekatschalow possui o segundo menor estoque de processos (4.264 feitos) – o maior possui 10.319 feitos, enquanto o menor 1.886.

De qualquer sorte, como se observa dos números e do gráfico acima, embora em dado momento do período tenha havido aumento do estoque de processos, nos últimos meses, após a especialização, verifica-se uma clara tendência de redução do número de processos em tramitação, o que indica estar adequada a metodologia de trabalho desenvolvida no gabinete.

O que preocupa é que, conforme informação passada pelo gabinete quando da inspeção *in loco*, que diverge um pouco da que consta do relatório preenchido no sistema eletrônico disponibilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, do

estoque de 4.148 processos no gabinete, 358 são criminais, enquanto 3.790 são cíveis.

Ademais disso, a maioria dos processos julgados é cível. Assim, não se sabe, ao certo, se está havendo, propriamente, redução do estoque de processos criminais ou, ainda, se está aumentando. Aliás, como a especialização de fato só ocorreu em 2 de julho deste ano, portanto, há pouco mais de um mês, não há ainda como avaliar se essa medida serviu, propriamente, para reduzir o estoque de processos criminais existentes nos gabinetes com competência exclusiva nessa matéria.

A esse respeito, porém, pode-se ter uma perspectiva do que fatalmente ocorrerá, tomando como parâmetro a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos gabinetes no mês de julho deste ano, quando se efetivou a especialização.

No mês de julho do corrente ano, foram distribuídos 52 para o Desembargador André Nekatschalow; 52 para o Desembargador Paulo Fontes; e 34 para o Juiz Convocado Hélio Nogueira, o que dá, em média, 46 processos para cada um.

No mesmo período, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow julgou 46 processos, o de Paulo Fontes 132 (Paulo Fontes) e o do Juiz Convocado Hélio Nogueira 48, o que representa a média igual a 75,3.

Caso a média de processos criminais julgados pelos três gabinetes não tenha sido igual a 46 processos, terá havido, inevitavelmente, o estoque de processos criminais terá aumentado.

Diante desses dados, faz-se necessário, após o intervalo de seis meses, analisar, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria.

Ademais disso, é preciso verificar, ainda com suporte nos dados estatísticos, se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

5. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

A diversidade de matérias (criminal, tributário, cível), a diminuição do acervo e o cumprimento das metas e prioridades legais (réu preso, pedidos liminares, idoso) representam as principais preocupações do gabinete. A criação e especialização de turmas especializadas na matéria criminal foi muito importante. No entanto, não houve aumento no número de desembargadores. Dessa forma, as turmas da 1ª e 4ª Seção são compostas por três desembargadores e as demais turmas por quatro. A

correção dessa situação constitui importante prioridade para restabelecer a igualdade entre os órgãos julgadores do Tribunal da 3ª Região.

Por outro lado, é importante que seja adotada estratégia para eliminação do passivo referente aos processos cíveis que remanescem na competência do gabinete.

Conforme verificado, do estoque de 4.148 processos no gabinete, 358 são criminais, enquanto 3.790 são cíveis, sendo necessário observar, no intervalo de seis meses, se houve efetiva redução dos feitos criminais.

Cabe agregar que, dos 55 processos inspecionados – ou seja, que foram selecionados na mineração da corregedoria – foram feitas determinações em 45, ou seja, apenas 10 estavam efetivamente em ordem.

Diante da inspeção *in loco*, feita nos processos selecionados, as recomendações são as seguintes:

(1) Elaborar plano de trabalho com definição de Meta específica para eliminar o estoque de 3.790 processos cíveis, que remanescem no gabinete. Certamente o mais adequado era que, com a especialização de turmas em matéria criminal, todos os processos criminais tivessem sido redistribuídos para elas, com a consequente redistribuição de todos os cíveis para as respectivas turmas especializadas em assuntos dessa natureza.

Não sendo adotada essa estratégia, a fim de não comprometer, por duração de tempo que não se apresenta razoável, a razão de ser da especialização de gabinetes em matéria criminal, a solução a ser alvitrada é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos cíveis, devendo ser levado em consideração, ainda, que essa medida se torna adequada em virtude de as turmas criminais possuírem, apenas, 3 integrantes, ao contrário das cíveis, que possuem 4 membros.

(2) Sugerir a criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 4 integrantes.

(3) Analisar, após o intervalo de seis meses, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria e se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

(4) Prioridade para o julgamento dos processos incluídos nas Metas do Conselho Nacional de Justiça.

(5) Cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça e colocar, na capa ou contracapa do processo que trata de matéria criminal, a etiqueta de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus.

(6) Impulsionar o trâmite dos processos paralisados identificados no item anterior, assim como os pendentes de providências determinadas ainda na inspeção anterior listados neste relatório, no item 3.1.

(7) Orientar a equipe de trabalho para otimizar o serviço, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do tempo do processo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Gabinete do Desembargador Federal: PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES

1.2. Turma: 5ª Turma/4ª Seção

1.3. Competência: Criminal

1.4. Localização: Prédio sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Torre Sul, 21º andar, quadrante 1

1.5. Tempo de atuação no atual Gabinete: desde 01.04.2013

1.6. Gabinetes ocupados anteriormente (últimos 5 anos): Ordenados por turma/seção e período: Gabinete na 8ª Turma da 3ª Seção - de 24/02/2012 a 31/03/2013 Gabinete na 5ª Turma da 1ª Seção (G1054) - 01/04/2013 a 01/07/2014

1.7. Força de trabalho em atividade fim:

Número de servidores em atividade fim: 15

Relação processos por servidor em atividade fim: 415

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Total em tramitação no TRF:	8.949
Processos concluídos no Gabinete:	6.224
Processos sobrestados:	0
Processos em Secretaria:	616
Processos remetidos à Secretaria e em tramitação externa (vista, carga, contadoria, perito etc.):	83
Processos baixados em diligência à 1ª instância:	13
Processos na Presidência e Vice-Presidência:	1.873
Processos no Núcleo de Conciliação:	33
Processos em Mutirão, Turma Suplementar etc.:	0
Outras situações (especificar): 120 (p. ex. concluídos em outros gabinetes com pedido de vista, para voto condutor, declaração de voto etc.).	

2.1.1. HISTÓRICO DO ACERVO DE PROCESSOS CONCLUÍDOS NO GABINETE (BASE: 31/04/2014):	
Na assunção do Gabinete, em 01/04/2013:	5.450
Na inspeção anterior, em 01/08/2012:	5.265
Na autoinspeção, em 01/08/2013:	6.015
Na inspeção atual, base 31/07/2014:	6.224

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1.Total de Processos Metas CNJ:	1.666
2.2.2.Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	9
2.2.3.Meta 2/2010 (distribuídos em 2006):	18
2.2.4.Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	339
2.2.5.Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	537
2.2.6.Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	496
2.2.7.Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	165
2.2.8.Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	102
2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
Total:	2.209
Média mensal:	184
2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
Total:	3.066
Média mensal:	256
2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1.Total:	4695
2.5.2.Votos em processos pautados ou adiados:	310
2.5.3.Votos em processos julgados em mesa:	934
2.5.4.Declarações de voto:	3
2.5.5.Decisões monocráticas terminativas:	1816
2.5.6.Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	6
2.5.7.Decisões em liminares e antecipações de tutela:	280
2.5.8.Outras decisões interlocutórias:	70
2.5.9.Mero expediente:	1276
2.6. FLUXO PROCESSUAL	
2.6.1.Total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada):	2.209
2.6.2.Total de processos julgados:	2.205
2.6.3.Processos julgados com baixa definitiva:	1.200
2.6.4.Processos julgados com recurso interno:	650
2.6.5.Processos julgados com recurso à instância superior:	207
2.6.6.Total de processos redistribuídos (saída):	65
2.6.7.Fluxo ou saldo de processos: total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada)? total de processos julgados redistribuídos (saída):	61
2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1.Processos julgados por acórdão:	980
2.7.2.Acórdãos lavrados:	970

2.7.3.Acórdãos lavrados em prazo superior a 10 dias:	9
2.7.4.Acórdãos pendentes de lavratura no Gabinete (base: 31/07/2014):	1

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1.Acórdãos publicados:	1226
2.8.2.Publicações além do prazo de 10 dias:	19
2.8.3.Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	8

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Na visita ao gabinete do desembargador, observou-se que o ambiente é muito bem organizado, com todos os servidores possuindo estação de trabalho própria. A equipe se mostrou muito motivada. Deve ser ressaltada a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos servidores.

A circunstância de os processos serem físicos exige emprego de força de trabalho dobrada, na medida em que, além do andamento manual do processo, ainda há de ser alimentado o sistema eletrônico de movimentação processual. Não raro, a alimentação do sistema eletrônico é feita com algum atraso em relação à data em que foi dado o efetivo andamento no processo físico.

A organização dos processos é feita mediante sua alocação em armários numerados, com o lançamento da localização física interna de cada processo no sistema de dados do Tribunal (SIAPRO). No entanto, os armários são fechados, o que não é o recomendável. Para dinamizar o serviço cartorário, o ideal é que os processos sejam colocados em prateleiras abertas, com a identificação do vencimento do prazo e a menção à fase do processo.

É um ambiente que a arquitetura moderna denomina *clean*, com bom espaço para o desenvolvimento das atividades nos gabinetes, passando uma sensação saudável e de modernidade, nada obstante algumas estantes, em razão da forma como colocadas, sirvam como divisórias do ambiente.

Existe divisão de tarefas entre os servidores, por matéria (cível; criminal; processos da Seção). Os servidores fazem minutas de voto, que são corrigidas pelo desembargador. O desembargador elabora pessoalmente as decisões que considera mais relevantes. Dos atuais 15 servidores trabalhando na atividade fim, excluído um dos agentes de segurança, 8 fazem matéria criminal e 5 fazem cível. A chefe de gabinete e o assessor fazem matérias diversas, conforme a necessidade do serviço. O outro agente de segurança tem sido aproveitado na área processual. Os autos ficam guardados em armários, após prévia triagem. Nas mesas dos servidores, ficam apenas os feitos para minuta de despacho, voto-vista, voto-condutor e em análise para minuta ou correção. Na sala do desembargador, são

localizados os autos com minutas, incluídos em pauta e com pedidos de providências.

Uma vez recebidos da distribuição, os processos são triados e separados de acordo com a natureza do feito. Tratando-se de medida de urgência (agravos de instrumento, mandados de segurança, medidas cautelares, conflitos de competência e *habeas corpus*), o feito é de imediato direcionado para as equipes responsáveis. Os demais feitos não urgentes são classificados segundo a matéria, tipo de recurso e prioridades legais, e organizados nos armários por matéria e, dentro de cada matéria, por ordem numérica de autuação.

No controle do acervo do gabinete é utilizada a planilha elaborada pelo setor de estatística do Tribunal e mensalmente distribuída aos Gabinetes, na qual se permite o controle da quantidade de processos conclusos para julgamento e a quantidade de processos por matéria. Utiliza-se ainda planilha específica direcionada aos feitos criminais, relacionados de acordo com a previsão de prescrição.

O Gabinete possui plano de trabalho definido conforme as contingências e o estado do acervo, com foco na eliminação dos eventuais acúmulos pontuais de processos e atendimento das metas de julgamento do CNJ. Em relação ao criminal, a ordem do trabalho evita que ocorra o fenômeno da prescrição, bem como se priorizam os processos de réus presos. No cível, a prioridade foi até aqui o julgamento dos agravos de instrumento e demais processos com pedido de liminar.

Os servidores são divididos em duas equipes, relativas à área cível e à área criminal. Cada equipe é subdividida segundo as matérias existentes no gabinete. Os agravos de instrumento e os *habeas corpus* são majoritariamente concentrados sob a responsabilidade de um servidor, respectivamente de cada área. Há um servidor de cada área que concentra atribuições administrativas relativas à movimentação dos processos.

Os servidores especificam em tabela o trabalho realizado a cada dia, com vistas ao ulterior estabelecimento de metas individuais.

São fixadas metas pontuais de produtividade de acordo com demandas específicas, como a elaboração de decisões em processos com réus presos, agravos de instrumento etc.

Os feitos incluídos nas metas do CNJ recebem tratamento prioritário segundo a ordem cronológica de distribuição e a existência de prioridade legal. Os demais feitos não incluídos nas metas são julgados de acordo com o plano de trabalho estabelecido no Gabinete.

O atendimento aos advogados visa assegurar a observância das prerrogativas definidas do Estatuto da OAB e no Regimento Interno no Tribunal. Os autos são disponibilizados para consulta no Gabinete e remetidos à Subsecretaria em caso de extração de cópias, observadas as restrições impostas por eventual sigilo do feito. O desembargador atende todos os advogados para despachar petições e memoriais.

Após a sessão de julgamentos, os acórdãos são lavrados e disponibilizados para publicação no período médio de dois dias. As decisões monocráticas e despachos são disponibilizados em período imediato após a assinatura do documento pelo desembargador.

O controle estatístico é feito com base nos dados disponibilizados mensalmente pelo setor de estatísticas do Tribunal e, eventualmente, com base em dados requisitados especificamente pelo Gabinete. Há controle ainda a partir de planilha preenchida mensalmente pelos servidores, com indicação das decisões produzidas e processos analisados, e dos dados disponíveis no sistema Gedpro, além dos levantamentos e triagem interna feita pelo Gabinete.

Dos 192 feitos examinados por esta Corregedoria-Geral na inspeção passada, há 32 processos com pendências de final regularização. O Gabinete tem dispensado atenção aos processos da autoinspeção passada, tendo sido a maioria dos casos julgados ou processados, caso não estivessem ainda em condição de julgamento.

Quanto às boas práticas, o gabinete não apresentou, formalmente, nenhuma, nem foi diagnóstica, na inspeção *in loco*, expertise na área de gestão a merecer destaque específico.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador integra a Quinta Turma e a Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, especializada em matéria criminal.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 415 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos

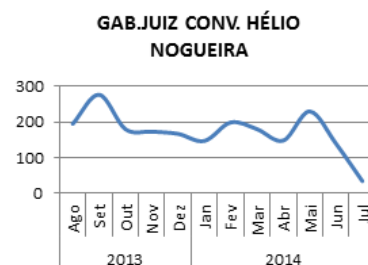
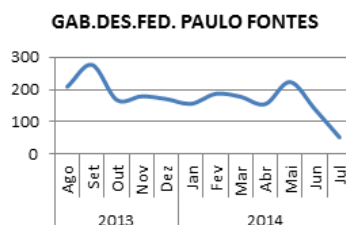
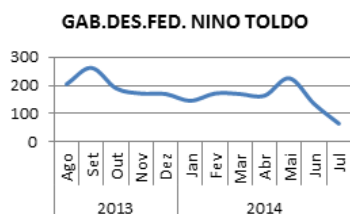
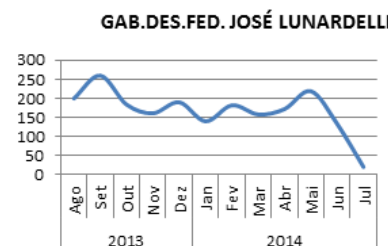
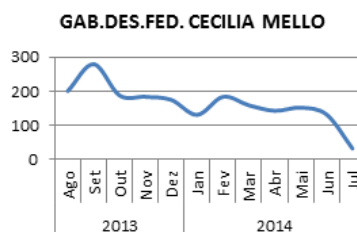
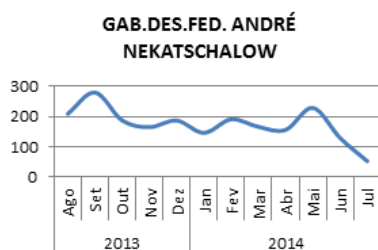
tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

O número de processos distribuídos entre os gabinetes dos desembargadores que integram as duas Turmas é similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos entre os seis gabinetes especializados em matéria criminal oscilou entre 163 e 175 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos desembargadores das duas Turmas Criminais, que constam da estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal
Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	209	280	187	165	187	146	191	166	156	229	129	52	2.097	175
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	201	280	188	184	175	131	184	159	143	152	132	32	1.961	163
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	200	260	184	161	190	140	182	158	172	219	133	20	2.019	168
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	205	263	190	172	170	146	172	170	164	226	135	65	2.078	173
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	209	277	168	179	171	156	187	178	155	224	140	52	2.096	175
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	195	277	180	173	167	147	199	180	148	230	139	34	2.069	172
Total	1.219	1.637	1.097	1.034	1.060	866	1.115	1.011	938	1.280	808	255	12.320	1.895



Como se vê dos gráficos acima, a partir de junho de 2014, houve uma acentuada tendência de diminuição da distribuição de casos novos nos seis gabinetes, exatamente quando se deu a especialização e passaram a ser distribuídos apenas feitos criminais.

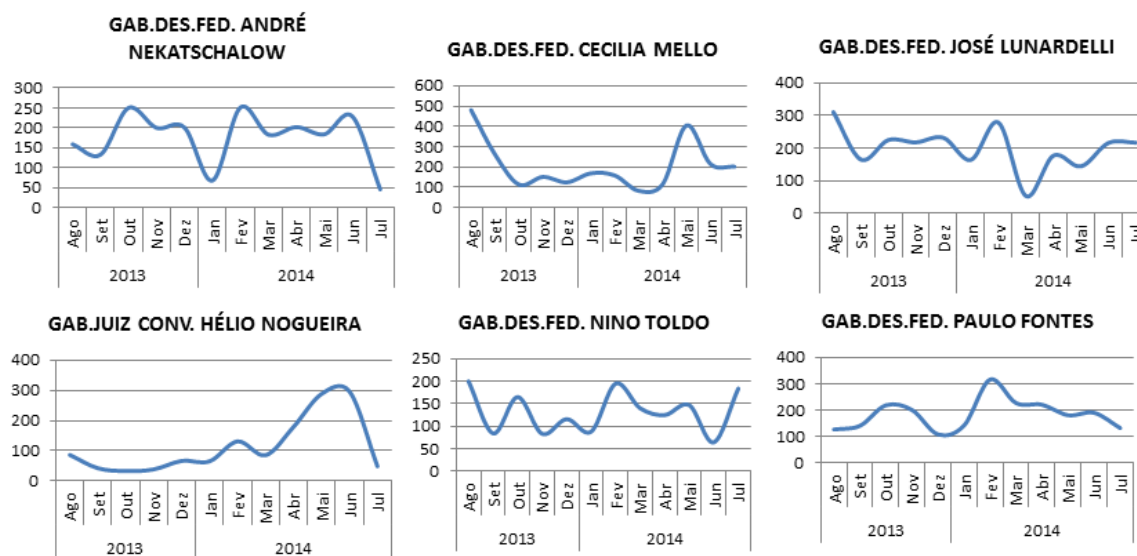
Por outro lado, a quantidade de processos julgados apresenta uma média mensal com discrepância entre os gabinetes (113 a 207). Apenas dois gabinetes possuem média mensal do número de processos julgados inferior a de distribuídos. São os gabinetes do Desembargador Nino Toldo (173 processos distribuídos e 133 julgados) e do Juiz Convocado Hélio Nogueira (172 processos distribuídos e 113 julgados).

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos desembargadores, com os respectivos gráficos, que constam do sistema de estatística do tribunal, seguem abaixo:

**Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período:
 Agosto/2013 a Julho/2014**

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	159	133	250	200	201	68	251	183	202	184	229	46	2.106	176
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	481	262	114	152	125	169	159	83	115	405	215	202	2.482	207
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	311	165	225	218	232	164	279	53	177	144	216	217	2.401	200
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	200	84	165	83	116	88	195	140	125	147	64	184	1.591	133
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	127	141	219	201	108	142	316	227	221	181	190	132	2.205	184
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	86	42	32	38	66	65	131	85	179	288	297	48	1.357	113
Total	1.364	827	1.005	892	848	696	1.331	771	1.019	1.349	1.211	829	12.142	1.012

Nota: * Corresponde ao total de processos julgados por decisão monocrática e de colegiado, excluídos os incidentes (embargos e agravos) julgados por magistrado.



Observe-se que os gabinetes do Desembargador André Nekatschalow, do Juiz Convocado Hélio Nogueira e do Desembargador Paulo Fontes (os dois primeiros mais do que o último), seguem o ritmo da distribuição, de modo que experimentam, igualmente, entre os meses de junho e julho de 2014, a diminuição do número de processos julgados. Os gabinetes dos Desembargadores Cecília Mello e José

Lunardelli apresentam uma linha de estabilidade do número de feitos julgados, ao passo que o do Desembargador Nino Toldo foi o único que, entre os meses de junho e julho de 2014, teve aumento significativo do número de processos julgados.

De toda sorte, no período da inspeção, o gabinete do Desembargador Paulo Fontes recebeu em média 175 processos novos e julgou em média 184 feitos, o que é um dado que demonstra, à sociedade, a eficiência do serviço e a capacidade de dar vazão à carga de trabalho. Isso porque o ritmo de trabalho imprimido permitiu a redução de estoque, o que é sobremaneira positivo.

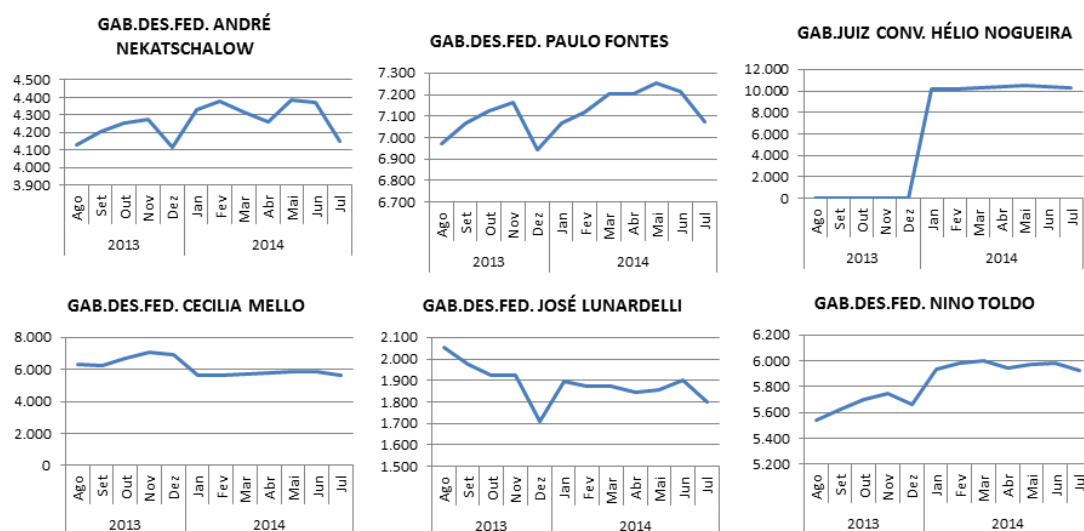
Com efeito, foram distribuídos 2.096 processos e julgados 2.205, de modo que o fluxo de processos, no período da inspeção, foi de redução de estoque em 109 processos. Portanto, como já verificado, houve, no período, uma diminuição do estoque em 109 processos.

Quanto aos processos em tramitação observa-se uma discrepância acentuada em relação aos seis gabinetes, conforme se observa dos dados e gráficos abaixo, que constam do sistema de estatística do tribunal.

Quantidade de processos judiciais em Tramitação no tribunal por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Gabinete	2013					2014						Média	
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		Jul
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	4.129	4.203	4.253	4.276	4.115	4.329	4.379	4.319	4.258	4.385	4.374	4.148	4.264
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	6.972	7.069	7.124	7.164	6.941	7.069	7.121	7.204	7.205	7.252	7.215	7.076	7.118
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	-	-	-	-	-	10.124	10.231	10.332	10.395	10.494	10.418	10.239	10.319
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	6.336	6.210	6.687	7.085	6.911	5.622	5.670	5.720	5.777	5.851	5.836	5.614	6.110
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	2.052	1.977	1.922	1.924	1.712	1.895	1.876	1.871	1.843	1.858	1.902	1.798	1.886
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	5.540	5.622	5.701	5.749	5.664	5.936	5.978	5.997	5.949	5.971	5.985	5.925	5.835
	25.029	25.081	25.687	26.198	25.343	34.975	35.255	35.443	35.427	35.811	35.730	34.800	31.232

Nota: No mês de Julho/2014, houve a criação da 11ª Turma Criminal, alterando a composição das Turmas, Seções e a numeração dos Gabinetes. A tabela foi montada a partir da nova estrutura.



Como se nota, dentre os seis gabinetes especializados em matéria criminal, o do Desembargador Paulo Fontes possui um estoque de processos (7.118 feitos) até certo ponto alto em relação aos outros – o maior possui 10.319 feitos, enquanto o menor 1.886.

Dois aspectos, porém, precisam ser considerados. Primeiro, o desembargador assumiu o gabinete em 1º de abril de 2013, ou seja, faz pouco mais de um ano que está com o acervo.

Segundo, como se observa dos números e do gráfico acima, embora em dado momento do período tenha havido aumento do estoque de processos, nos últimos meses, após a especialização, verifica-se uma clara tendência de redução do número de processos em tramitação, o que indica estar adequada a metodologia de trabalho desenvolvida no gabinete.

O que preocupa é que, conforme informação passada pelo gabinete quando da inspeção *in loco*, que diverge um pouco da que consta do relatório preenchido no sistema eletrônico disponibilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, do estoque de 8.949 processos no gabinete, 1.045 dos feitos são criminais, enquanto 7.904 são cíveis.

Ademais disso, a maioria dos processos julgados é cível. Assim, não se sabe, ao certo, se está havendo, propriamente, redução do estoque de processos criminais ou, ainda, se está aumentando. Aliás, como a especialização de fato só ocorreu em 2 de julho deste ano, portanto, há pouco mais de um mês, não há ainda como avaliar se essa medida serviu, propriamente, para reduzir o estoque de processos criminais existentes nos gabinetes com competência exclusiva nessa matéria.

A esse respeito, porém, poder-se-ia ter uma perspectiva concreta do que fatalmente ocorrerá, tomando como parâmetro a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos gabinetes no mês de junho deste ano, quando se efetivou a especialização.

No mês de julho do corrente ano, foram distribuídos 52 para o Desembargador André Nekatschalow; 52 para o Desembargador Paulo Fontes; e 34 para o Juiz Convocado Hélio Nogueira, o que dá, em média, 46 processos para cada um.

No mesmo período, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow julgou 46 processos, o de Paulo Fontes 132 (Paulo Fontes) e o do Juiz Convocado Hélio Nogueira 48, o que representa a média igual a 75,3. Acontece que, conforme informação da Subsecretaria da 5ª Turma, no mês de julho, em razão da especialização, não houve nenhuma sessão, o que prejudica o número de processos julgados no período.

De qualquer maneira, para todos os efeitos, a média de processos criminais julgados pelos 3 gabinetes teria de ser, no mínimo, igual a 46 feitos, sob pena do aumento de estoque de processos dessa espécie.

Diante desses dados, faz-se necessário, após o intervalo de 6 meses, analisar, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria.

Cabe agregar que é preciso verificar, ainda com suporte nos dados estatísticos, se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

Merece registro, ainda, que, dos 66 processos inspecionados, foram feitas determinações em 57, ou seja, apenas 9 estavam efetivamente em ordem. As anotações realizadas nos processos denotam inconsistência quanto ao ritmo de trabalho, sendo necessária orientar a equipe para otimizar o serviço, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do tempo do processo.

5. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

O Desembargador Paulo Fontes assumiu o acervo da Desembargadora aposentada Ramza Tartuce, muitos meses depois do afastamento dela. Segundo informação do gabinete, havia acúmulo de processos penais com prescrição iminente, o que demandou a concentração de esforços nessa área. Atualmente, houve sensível melhora nesse aspecto, com decisões sendo prolatadas em processos com prescrição a verificar-se apenas em meados do ano de 2015.

Em razão disso, a atenção se voltou para os processos penais com réus presos, que também estavam acumulados. Existe um constante contato entre o desembargador e os servidores da unidade, com a discussão dos casos, orientação e correção das minutas, levando também a uma maior produtividade e controle sobre o trabalho realizado.

O Gabinete pretende estabelecer metas individuais e gerais de produção, que objetivem manter zerado o acervo de processos com réus presos - resultado quase obtido - e também afastar o risco de prescrição.

Existe a intenção de exercer um controle maior sobre o cumprimento das metas do CNJ e de outras prioridades legais, como os processos envolvendo interesses de idosos.

Constata-se um aumento do estoque de processo que, no entanto, deve ser sopesado com a distribuição acrescida em 2013, em razão da remoção, bem como

com uma distribuição suplementar de *habeas corpus* determinada como forma de equalização com os demais gabinetes.

A criação e especialização de turmas especializadas na matéria criminal foi muito importante. No entanto, não houve aumento no número de desembargadores. Dessa forma, as turmas da 1ª e 4ª Seção são compostas por três desembargadores e as demais turmas por quatro. A correção dessa situação constitui importante prioridade para restabelecer a igualdade entre os órgãos julgadores do Tribunal da 3ª Região.

Por outro lado, é importante a adoção de estratégia para que seja eliminado o passivo referente aos processos cíveis que remanescem na competência do gabinete.

Conforme verificado, do estoque de 8.949 processos no gabinete, 1.045 dos feitos são criminais, enquanto 7.904 são cíveis, sendo necessário observar, no intervalo de 6 meses, se houve efetiva redução dos feitos criminais.

Cabe agregar que, dos 66 processos inspecionados – ou seja, que foram selecionados na mineração da corregedoria – foram feitas determinações em 57, ou seja, apenas 9 estavam efetivamente em ordem.

Diante da inspeção *in loco*, feita nos processos selecionados, as recomendações gerais são as seguintes:

(1) Elaborar plano de trabalho com definição de meta específica para eliminar o estoque de 7.904 processos cíveis que remanescem no gabinete. Certamente o mais adequado era que, com a especialização de turmas em matéria criminal, todos os processos criminais tivessem sido redistribuídos para elas, com a consequente redistribuição de todos os cíveis para as respectivas turmas especializadas em assuntos dessa natureza.

Não sendo adotada essa estratégia, a fim de não comprometer, por duração de tempo que não se apresenta razoável, a razão de ser da especialização de gabinetes em matéria criminal, a solução a ser alvitada é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos cíveis, devendo ser levado em consideração, ainda, que essa medida se torna adequada em virtude de as turmas criminais possuírem, apenas, 3 integrantes, ao contrário das cíveis, que possuem 4 membros.

(2) Sugerir a criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 4 integrantes.

(3) Analisar, após o intervalo de 6 meses, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria e se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

(4) Prioridade para o julgamento dos processos incluídos nas Metas do Conselho Nacional de Justiça.

(5) Cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça e colocar, na capa ou contracapa do processo que trata de matéria criminal, a etiqueta de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus.

(6) Impulsionar o trâmite dos processos paralisados identificados no item anterior, assim como os pendentes de providências determinadas ainda na inspeção anterior listados neste relatório, no item 3.1.

(7) Orientar a equipe de trabalho a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do trâmite processual, sem prejuízo da adoção do processo eletrônico, medida indispensável para desburocratizar, aprimorar e conferir maior celeridade e alcançar tempo razoável da duração do processo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Gabinete do Desembargador Federal: Juiz Federal Convocado **HÉLIO NOGUEIRA**

1.2. Turma: 5ª Turma/4ª Seção

1.3. Competência: Criminal

1.4. Localização: 20º andar, Quadrante 4, do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.5. Tempo de atuação no atual Gabinete: Desde 26/03/2014

1.6. Gabinetes ocupados anteriormente (últimos 5 anos): Ordenados por turma/seção e período: 7ª Turma/3ª Seção de 17/02/2014 a 25/03/2014 1ª Turma/1ª Seção de 26/03/2014 a 01/07/2014 5ª Turma/4ª Seção a partir de 02/07/2014

1.7. Força de trabalho em atividade fim:

- Número de servidores em atividade fim: 12

- Relação processos por servidor em atividade fim: 802,9

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
Total em tramitação no TRF:	11.645
Processos conclusos no Gabinete:	9.635
Processos sobrestados:	02
Processos em Secretaria:	377
Processos remetidos à Secretaria e em tramitação externa (vista, carga, contadoria, perito etc.):	175
Processos baixados em diligência à 1ª instância:	22
Processos na Presidência e Vice-Presidência:	1.406
Processos no Núcleo de Conciliação:	13
Processos em Mutirão, Turma Suplementar etc.:	0
Outras situações (especificar):	37

2.1.1 HISTÓRICO DO ACERVO DE PROCESSOS CONCLUSOS NO GABINETE (BASE: 31/07/2014):	
Na assunção do Gabinete, em 26/03/2014:	9.823
Na inspeção anterior, em agosto/2012:	8.284

Na autoinspeção, em agosto/2013:	8.764
Na inspeção atual, base 31/07/2014:	9.635

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1.Total de Processos Metas CNJ:	4.311
2.2.2.Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1.172
2.2.3.Meta 2/2010 (distribuídos em 2006):	376
2.2.4.Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	687
2.2.5.Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	962
2.2.6.Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	792
2.2.7.Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	198
2.2.8.Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	124

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1.Total:	2.177
2.3.2.Média mensal:	181

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1.Total:	1.357
2.4.2.Média mensal:	113

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1.Total:	3833
2.5.2.Votos em processos pautados ou adiados:	199
2.5.3.Votos em processos julgados em mesa:	515
2.5.4.Declarações de voto:	04
2.5.5.Decisões monocráticas terminativas:	1165
2.5.6.Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	04
2.5.7.Decisões em liminares e antecipações de tutela:	312
2.5.8.Outras decisões interlocutórias:	44
2.5.9.Mero expediente:	1590

2.6. FLUXO PROCESSUAL	
2.6.1.Total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada):	2.177
2.6.2.Total de processos julgados:	1.357
2.6.3.Processos julgados com baixa definitiva:	762
2.6.4.Processos julgados com recurso interno:	322
2.6.5.Processos julgados com recurso à instância superior:	103

2.6.6.Total de processos redistribuídos (saída):	77
2.6.7.Fluxo ou saldo de processos: total de processos distribuídos ou redistribuídos (entrada)? total de processos julgados redistribuídos (saída):	743

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1.Processos julgados por acórdão:	654
2.7.2.Acórdãos lavrados:	605
2.7.3.Acórdãos lavrados em prazo superior a 10 dias:	49
2.7.4.Acórdãos pendentes de lavratura no Gabinete (base: 31/07/2014):	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1.Acórdãos publicados:	621
2.8.2.Publicações além do prazo de 10 dias:	80
2.8.3.Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Na visita ao gabinete do desembargador, observou-se que o ambiente de trabalho é muito bem organizado, com todos os servidores possuindo estação de trabalho própria. A equipe se mostrou muito motivada, ademais de ressaltada a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos servidores.

A circunstância de os processos serem físicos exige emprego de força de trabalho dobrada, na medida em que, além do andamento manual do processo, ainda há de ser alimentado o sistema eletrônico de movimentação processual. Não raro, a alimentação do sistema eletrônico é feita com algum atraso em relação à data em que foi dado o efetivo andamento no processo físico.

Os processos físicos são armazenados em prateleiras fechadas, o que não é o recomendável. Para dinamizar o serviço cartorário, o ideal é que os processos sejam colocados em prateleiras abertas, com a identificação do vencimento do prazo e a menção à fase do processo.

É um ambiente que a arquitetura moderna denomina *clean*, com bom espaço para o desenvolvimento das atividades nos gabinetes, passando uma sensação agradável e de modernidade.

Existe divisão de tarefas entre os servidores, por matéria (cível; criminal; processos da Seção): I - matéria penal; II - contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). III - matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d)

direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; IV - matéria trabalhista de competência residual; V - propriedade industrial; VI - registros públicos; VII - servidores civis e militares; VIII - desapropriações e apossamentos administrativos.

Os processos criminais são distribuídos de acordo com a natureza/situação: I – armário referente a processos de réus presos; II – armário relativo a processos de réus soltos; III – armário relativo a recurso em sentido estrito; IV – armário relativo a revisões criminais; V – armário relativo a apelações em incidentes de restituição/embargos de terceiros; VI – armário relativo a embargos infringentes e de nulidades; VII – armário destinado à localização de pedidos de preferência. Já os processos cíveis são organizados de acordo com o assunto: I – servidores públicos; II – execuções fiscais; III – FGTS; IV – responsabilidade civil; V – contribuições previdenciárias; VI – Sistema Financeiro da Habitação. Quando os processos são movimentados internamente no gabinete é lançada no sistema a localização do feito. Quando os processos são remetidos a outros setores são geradas guias de remessa, registrando-se a movimentação no sistema.

Os autos conclusos, pendentes de julgamento, encontram-se localizados no próprio Gabinete. Os processos de competência originária são recebidos e encaminhados, diretamente, ao setor responsável pela análise. Os processos cíveis em grau de recurso são recebidos da Subsecretaria de Registros e Informações Processuais (UFOR), classificados, localizados no Sistema de Acompanhamento Processual (SIAPRO) e agrupados por matéria. Quanto aos feitos criminais, após o seu recebimento no Gabinete, são lançados em tabelas de acordo com a seguinte classificação: apelação criminal com réu preso, apelação criminal com réu solto, apelação de sentença absolutória, recurso em sentido estrito, embargos infringentes, apelação em incidentes, agravo em execução penal, recurso de ofício, conflito de competência, revisão criminal, pedido de preferência de julgamento, carta testemunhável e mandado de segurança. Nessas tabelas, em geral, são lançados o número do processo, o delito apurado, a pena imposta, o prazo prescricional ou a data de cumprimento da pena fixada – esta nos casos em que o réu se encontra preso.

No que concerne aos feitos criminais, em razão do acervo e do estoque de processos relacionados a réus presos, distribuição mais antiga e proximidade de prescrição, num primeiro momento estão sendo priorizados os julgamentos desses processos.

Na segunda etapa, com previsão para implementação a partir de outubro de 2014, está programado trabalhar os processos de outras classificações, atentando-se àqueles com distribuição mais antiga, bem como aqueles com data de prescrição mais próxima. No tocante às revisões criminais, foi realizado um levantamento de

todo o acervo, com vistas a realizar um esforço concentrado para incluir em julgamento um maior número de processos, objetivando a redução do estoque de feitos dessa classe, priorizando-se aqueles com distribuição mais antiga. Do mesmo modo serão tratados os embargos infringentes e de nulidade.

Os feitos são distribuídos entre as células cível e criminal. Os processos criminais são distribuídos aos servidores na medida em que vão sendo cumpridas as tarefas já passadas, observando-se, na medida do possível, a melhor especialização do servidor em relação ao assunto objeto do recurso. Quanto aos feitos cíveis, tendo em vista as medidas adotadas, indicadas no item anterior, os feitos são distribuídos na medida em que são cumpridas as tarefas designadas.

Foram criadas metas aos servidores, de modo a possibilitar um melhor controle da produtividade individual.

Apura-se semanalmente a produtividade de cada servidor, identificando-se eventuais dificuldades, bem como situações que possam desencadear atrasos ou mesmo uma melhor produção. Mensalmente, é verificado o controle estatístico de processos verificando-se o resultado da produtividade.

A meta prioritária é o julgamento mensal de processos em quantidade superior ao número de feitos distribuídos. Numa segunda etapa, após os levantamentos a serem realizados, serão estabelecidas metas mais específicas.

Os processos incluídos nas Metas do CNJ são identificados e priorizados o processamento, visando os respectivos julgamentos. Nesse contexto, há o intento de criar relatórios específicos dos feitos dessa natureza, possibilitando um melhor controle do respectivo andamento.

Três servidores do Gabinete são incumbidos, dentre outras atividades administrativas, ao atendimento do balcão, o que tem sido suficiente para fazer frente à demanda. Sem prejuízo, os demais servidores auxiliam nesse atendimento quando necessário. Em regra, os processos podem ser consultados em balcão. Excepcionam-se dessa situação os feitos com anotação de sigilo, nos quais somente as partes e procuradores devidamente habilitados nos autos poderão ter acesso. Todos os advogados que manifestem interesse em despachar pessoalmente, são recebidos no Gabinete pelo Juiz Federal Convocado.

A partir da disponibilização do resultado do julgamento pela Subsecretaria, os acórdãos são elaborados e disponibilizados para publicação no prazo máximo de 48 horas.

As decisões, por seu turno, assim que assinadas eletronicamente, são disponibilizadas e os autos remetidos para a Subsecretaria para fins de publicação e cumprimento.

Desde a assunção do Magistrado Convocado Hélio Nogueira o Gabinete, em 26/03/2014, buscou-se priorizar o andamento dos feitos em que na inspeção anterior houve determinação para julgamento no prazo de 180 dias. O total de processos ainda nessa situação 37 processos, pendentes de serem levados a julgamento (pelo colegiado ou mesmo por decisão monocrática).

Além desses feitos, outros 10 inspecionados, sobre os quais não houve determinação de imediato julgamento, ainda pendem de apreciação.

Quanto às boas práticas, o gabinete não apresentou, formalmente, nenhuma, nem foi diagnóstica, na inspeção *in loco*, expertise na área de gestão a merecer destaque específico.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador integra a Quinta Turma e a Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, especializada em matéria criminal.

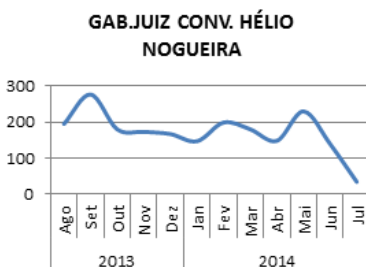
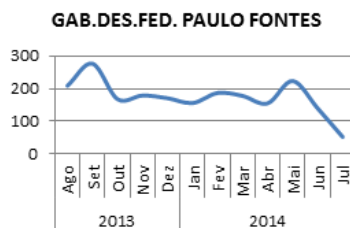
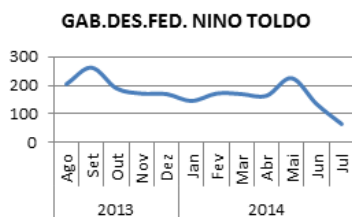
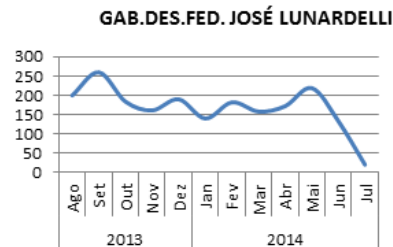
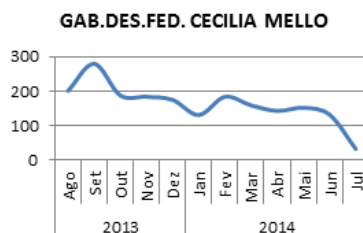
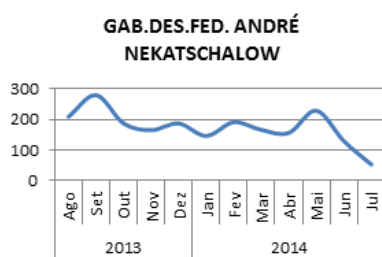
Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 802,9 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

O número de processos distribuídos entre os gabinetes dos desembargadores que integram as duas Turmas é similar. No período inspecionado, a média por mês de processos distribuídos entre os 6 gabinetes especializados em matéria criminal oscilou entre 163 e 175 feitos.

Veja-se a tabela abaixo e, em seguida, os gráficos da distribuição, com os dados relativos aos desembargadores das duas Turmas Criminais, que constam da estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal
Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	209	280	187	165	187	146	191	166	156	229	129	52	2.097	175
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	201	280	188	184	175	131	184	159	143	152	132	32	1.961	163
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	200	260	184	161	190	140	182	158	172	219	133	20	2.019	168
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	205	263	190	172	170	146	172	170	164	226	135	65	2.078	173
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	209	277	168	179	171	156	187	178	155	224	140	52	2.096	175
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	195	277	180	173	167	147	199	180	148	230	139	34	2.069	172
Total	1.219	1.637	1.097	1.034	1.060	866	1.115	1.011	938	1.280	808	255	12.320	1.895



Como se vê dos gráficos acima, a partir de junho de 2014, houve uma acentuada tendência de diminuição da distribuição de casos novos nos 6 gabinetes, exatamente quando se deu a especialização e passaram a ser distribuídos apenas feitos criminais.

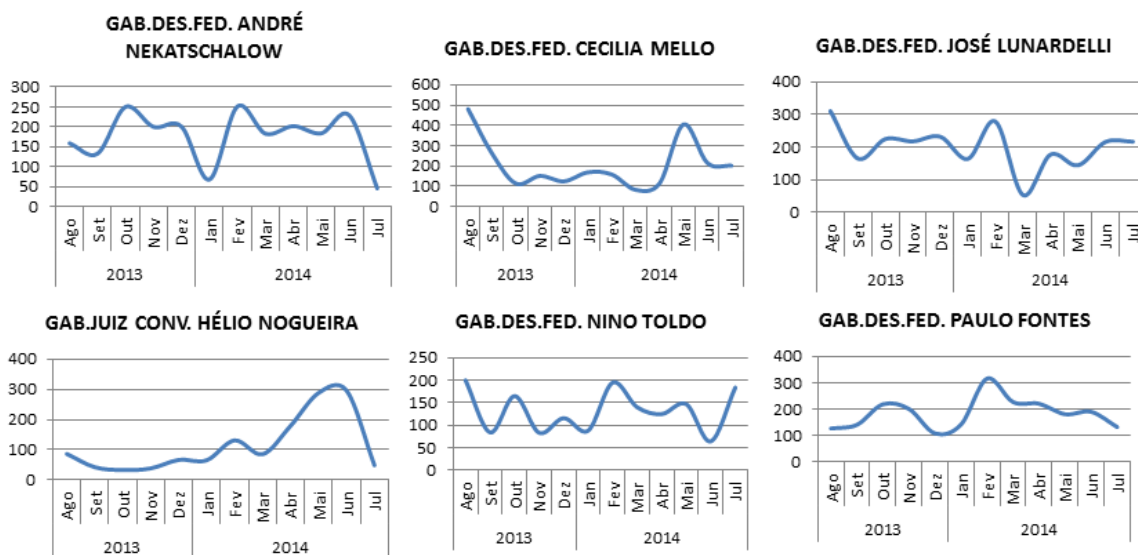
Por outro lado, a quantidade de processos julgados apresenta uma média mensal com discrepância entre os gabinetes (113 a 207). Apenas dois gabinetes possuem média mensal do número de processos julgados inferior à de distribuídos. São os gabinetes do Desembargador Nino Toldo (173 processos distribuídos e 133 julgados) e do Juiz Convocado Hélio Nogueira (172 processos distribuídos e 113 julgados).

Os dados referentes aos processos julgados por cada um dos desembargadores, com os respectivos gráficos, que constam do sistema de estatística do tribunal, seguem abaixo:

Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	159	133	250	200	201	68	251	183	202	184	229	46	2.106	176
GAB.DES.FED. CECILIA MELLO	481	262	114	152	125	169	159	83	115	405	215	202	2.482	207
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	311	165	225	218	232	164	279	53	177	144	216	217	2.401	200
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	200	84	165	83	116	88	195	140	125	147	64	184	1.591	133
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	127	141	219	201	108	142	316	227	221	181	190	132	2.205	184
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	86	42	32	38	66	65	131	85	179	288	297	48	1.357	113
Total	1.364	827	1.005	892	848	696	1.331	771	1.019	1.349	1.211	829	12.142	1.012

Nota: * Corresponde ao total de processos julgados por decisão monocrática e de colegiado, excluídos os incidentes (embargos e agravos) julgados por magistrado.



Observe-se que os gabinetes do Desembargador André Nekatschalow, do Juiz Convocado Hélio Nogueira e do Desembargador Paulo Fontes (os dois primeiros mais do que o último) seguem o ritmo da distribuição, de modo que experimentaram, igualmente, entre os meses de junho e julho de 2014, a diminuição do número de processos julgados. Os gabinetes dos Desembargadores Cecília Mello e José Lunardelli apresentam uma linha de estabilidade do número de feitos julgados, ao passo que o do Desembargador Nino Toldo foi o único entre todos que, entre os meses de junho e julho de 2014, teve aumento significativo do número de processos julgados.

De toda sorte, no período da inspeção, o gabinete do Juiz Federal Convocado recebeu em média, por mês, 172 processos novos e julgou em média 113 feitos, o que é um dado que demonstra a necessidade de aumento da produção do gabinete. Caso continue nesse ritmo de trabalho, o estoque de processos vai aumentar consideravelmente durante o transcurso de cada ano.

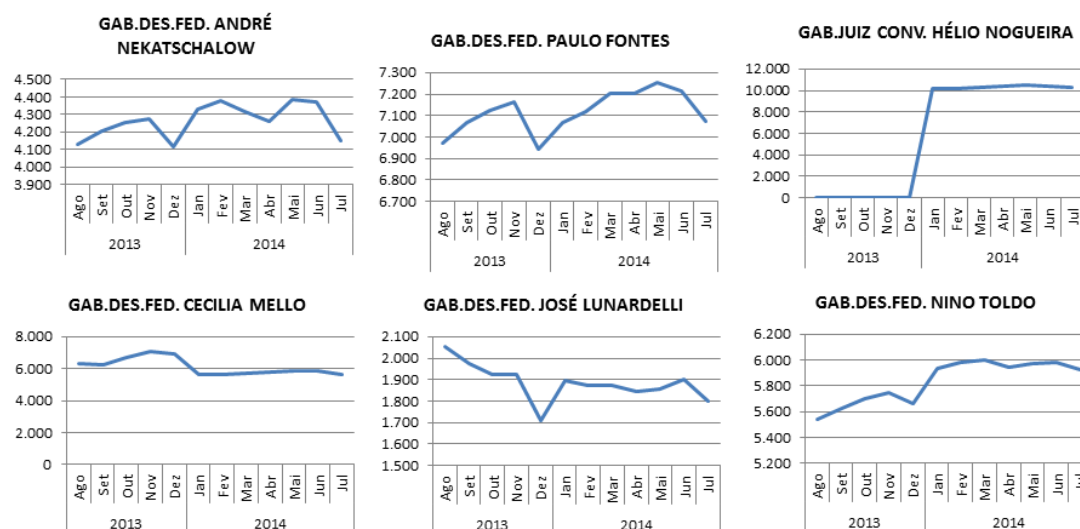
No período da inspeção, foram distribuídos para o gabinete 2.069 processos, que julgou 1.357, de modo que o fluxo de processos foi de 712 processos a mais. Portanto, uma variação a mais para distribuídos em relação aos julgados que é relevante, a exigir a adoção de estratégia específica, sob pena de ficar comprometida a razão de ser da especialização de gabinetes na matéria criminal.

Quanto aos processos em tramitação observa-se uma discrepância acentuada em relação aos 6 gabinetes, conforme se observa dos dados e gráficos abaixo, que constam do sistema de estatística do tribunal.

Quantidade de processos judiciais em Tramitação no tribunal por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Gabinete	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	4.129	4.203	4.253	4.276	4.115	4.329	4.379	4.319	4.258	4.385	4.374	4.148	4.264
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	6.972	7.069	7.124	7.164	6.941	7.069	7.121	7.204	7.205	7.252	7.215	7.076	7.118
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	-	-	-	-	-	10.124	10.231	10.332	10.395	10.494	10.418	10.239	10.319
GAB.DES.FED. CECÍLIA MELLO	6.336	6.210	6.687	7.085	6.911	5.622	5.670	5.720	5.777	5.851	5.836	5.614	6.110
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	2.052	1.977	1.922	1.924	1.712	1.895	1.876	1.871	1.843	1.858	1.902	1.798	1.886
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	5.540	5.622	5.701	5.749	5.664	5.936	5.978	5.997	5.949	5.971	5.985	5.925	5.835
	25.029	25.081	25.687	26.198	25.343	34.975	35.255	35.443	35.427	35.811	35.730	34.800	31.232

Nota: No mês de Julho/2014, houve a criação da 11ª Turma Criminal, alterando a composição das Turmas, Seções e a numeração dos Gabinetes. A tabela foi montada a partir da nova estrutura.



Como se nota, dentre os 6 gabinetes especializados em matéria criminal, o do Juiz Convocado Hélio Nogueira possui o maior estoque de processos (10.319 feitos), até certo ponto alto em relação aos outros – o segundo maior possui 7.118 feitos, enquanto o menor 1.886.

Dois aspectos, porém, precisam ser considerados. Primeiro, o Juiz assumiu o gabinete em 26 de março de 2014, ou seja, faz menos de 5 meses que está com o acervo. Portanto, não se pode lhe atribuir qualquer responsabilidade pelo estoque elevado de processos.

Segundo, durante o período no qual o Juiz Hélio Nogueira está convocado no gabinete, embora tenha havido discreto aumento do acervo nos meses de abril e maio. Nos meses seguintes observa-se uma leve tendência de diminuição do acervo.

No entanto, diante da quantidade de processos em tramitação e a tendência de aumento do estoque, verifica-se a necessidade de que seja esboçado plano arrojado e excepcional a fim de equacionar o problema.

O que preocupa sobremaneira é que, conforme informação passada pelo gabinete quando da inspeção *in loco*, que diverge um pouco da que consta do relatório preenchido no sistema eletrônico disponibilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, do estoque de 9.635 processos no gabinete, 818 são criminais, enquanto 9.239 são cíveis.

Ademais disso, a maioria dos processos julgados é cível. Assim, não se sabe, ao certo, se está havendo, propriamente, redução do estoque de processos criminais ou, ainda, se está aumentando. Aliás, como a especialização de fato só ocorreu em 2 de julho deste ano, portanto, há pouco mais de um mês, não há ainda como avaliar se essa medida serviu, propriamente, para reduzir o estoque de processos criminais existentes nos gabinetes com competência exclusiva nessa matéria.

A esse respeito, porém, poder-se-ia ter uma perspectiva concreta do que fatalmente ocorrerá, tomando como parâmetro a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos gabinetes no mês de junho deste ano, quando se efetivou a especialização.

No mês de julho do corrente ano, foram distribuídos 52 processos para o Desembargador André Nekatschalow; 52 para o Desembargador Paulo Fontes; e 34 para o Juiz Convocado Hélio Nogueira, o que dá, em média, 46 processos para cada um.

No mesmo período, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow julgou 46 processos, o de Paulo Fontes 132 e o do Juiz Convocado Hélio Nogueira 48, o que representa a média igual a 75,3. Acontece que, conforme informação da Subsecretaria da 5ª Turma, no mês de julho, em razão da especialização, não houve nenhuma sessão, o que prejudica o número de processos julgados no período.

De qualquer maneira, para todos os efeitos, a média de processos criminais julgados pelos 3 gabinetes teria de ser, no mínimo, igual a 46 feitos, sob pena do aumento de estoque de processos dessa espécie.

Diante desses dados, faz-se necessário, após o intervalo de 6 meses, analisar, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria.

Cabe agregar que é preciso verificar, ainda com suporte nos dados estatísticos, se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

Merece registro, ainda, que, dos 75 processos inspecionados – ou seja, que foram selecionados na mineração da corregedoria – foram feitas determinações em 33. Portanto, 42 processos já tinham sido colocados efetivamente em ordem. As anotações realizadas nos processos denotam inconsistência quanto ao ritmo de trabalho, sendo necessário orientar a equipe para otimizar o serviço, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do tempo do processo.

5. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

O Juiz Hélio Nogueira assumiu o gabinete em 26 de março de 2014, não sendo de sua responsabilidade o estoque elevado de processos.

O quadro incompleto de servidores é um dos fatores que tem ocasionado o crescimento do estoque de processos. Em contrapartida, a identificação de processos em situações similares e referente a matérias já pacificadas pelos tribunais tem resultado no aumento de julgamento de recursos, inclusive monocraticamente.

A criação e especialização de turmas especializadas na matéria criminal foi muito importante. No entanto, não houve aumento no número de desembargadores. Dessa forma, as turmas da 1ª e 4ª Seção são compostas por 3 desembargadores e as demais turmas por 4. A correção dessa situação constitui importante prioridade para restabelecer a igualdade entre os órgãos julgadores do Tribunal da 3ª Região.

Por outro lado, é importante a adoção de estratégia para que seja eliminado o passivo referente aos processos cíveis que remanescem na competência do gabinete e seja obstado o crescimento do acervo, especialmente em relação aos processos criminais.

Conforme verificado, do estoque de 9.635 processos no gabinete, 818 são criminais, enquanto 9.239 são cíveis, sendo necessário observar, no intervalo de 6 meses, se houve efetiva redução dos feitos criminais.

Cabe agregar que, dos 75 processos inspecionados, escolhidos na mineração, 42 processos já tinham sido colocados efetivamente em ordem.

Diante da inspeção *in loco*, feita nos processos selecionados, as recomendações são as seguintes:

1 - Elaborar plano de trabalho com definição de meta específica para eliminar o estoque de 9.239 processos cíveis, que remanescem no gabinete. Certamente o mais adequado era que, com a especialização de turmas em matéria criminal, todos os processos criminais tivessem sido redistribuídos para elas, com a consequente redistribuição de todos os cíveis para as respectivas turmas especializadas em assuntos dessa natureza.

Não sendo adotada essa estratégia, a fim de não comprometer, por duração de tempo que não se apresenta razoável, a razão de ser da especialização de gabinetes em matéria criminal, a solução a ser alvitada é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos cíveis, devendo ser levado em consideração, ainda, que essa medida se torna adequada em virtude de as turmas criminais possuírem, apenas, 3 integrantes, ao contrário das cíveis, que possuem 4 membros.

2 - Estabelecer planejamento de julgamento mensal de processos que suste o aumento do estoque de processos (número de processos em tramitação) de modo que, em variável de tempo razoável, não superior a dois anos, o número de processos distribuídos no ano seja igual ou inferior ao de em tramitação em dezembro do mesmo ano.

3 - Sugerir a criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 4 integrantes.

4 - Analisar, após o intervalo de 6 meses, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria e se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

5 - Prioridade para o julgamento dos processos incluídos nas Metas do Conselho Nacional de Justiça.

6 - Cumprir a Resolução 112, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça e colocar, na capa ou contracapa do processo que trata de matéria criminal, a etiqueta de controle da data da prescrição do crime em relação ao réu ou, se for o caso, a cada um dos réus.

7 - Impulsionar o trâmite dos processos paralisados identificados no item anterior, assim como os pendentes de providências determinadas ainda na inspeção anterior listados neste relatório, no item 3.1.

8 - Orientar a equipe de trabalho a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do trâmite processual, sem prejuízo da adoção do processo eletrônico, medida indispensável para desburocratizar, aprimorar e conferir maior celeridade e alcançar tempo razoável da duração do processo.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR**

1.2. **Órgãos de atuação:** Plenário, Órgão Especial, 2ª Seção e 6ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** 29/01/1999.

1.4. **Quadro de pessoal:** 20 auxiliares (18 servidores efetivos, 0 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 2 estagiários); 14 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC 6, 0 FC5, 4 FC4, 9 FC3, 0 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (jan./1999):	5.212
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	10.135
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	3.627
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.744
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	1.883

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	2
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	122
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	1

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total	2.341
2.3.2. Média mensal	195

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total	4.195
2.4.2. Média mensal	350

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	6.138
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	1.383
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	1.226
2.5.4. Declarações de voto	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	1.583
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	3
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	93
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	269
2.5.9. Mero expediente	1.581

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	2.313
2.6.2. Total de processos julgados	1.513
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	801
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	526
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	190
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	154
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	64
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	736

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	2.590
2.7.2. Acórdãos lavrados	2.364
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	226
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	2.399
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	241
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	154

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O gabinete tem dois funcionários treinados para triagem dos processos, existindo fluxograma quanto à movimentação dos recursos, inclusive um específico para agravos de instrumento. Os setores são especializados com um mínimo de dois servidores. O quantitativo tem por base a existência de um servidor que possa cobrir férias ou licenças no setor, evitando-se paralisação da produção. O trabalho de um

funcionário é revisado pelo outro do setor, no intuito de sanar erros e estabelecer uma uniformidade quanto ao tema. Estão realizando julgamentos de agravos de 2013 e 2014. Os processos referentes aos anos de 2009 e 2010 estão separados para priorizar julgamento, destacando o desembargador que, se o tema for semelhante, são elaborados votos para os processos, mesmo que um seja de 2009 e o outro de 2010, aproveitando a situação para resolver mais de um processo, racionalizando o serviço.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL:

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, Órgão Especial, 2ª Seção e 6ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, por meio de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 259 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.264, com média mensal de 189 processos. A menor distribuição foi de 118 processos em julho/2014, e a maior foi de 308 em setembro/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2.845 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 237), além de 522 agravos legais/regimentais e 825 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo, com redução de acervo.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas não foram inspecionados.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 55 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico.

Na unidade, verificaram-se pequenas discrepâncias de numeração, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 3 processos em tal situação, dos quais todos em situação regular.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo por inexistir tal situação. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não ficaram processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 2 feitos com distribuição no TRF3 anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (200203000382912, distribuído em 18/09/2002; 200361190044393, distribuído em 17/08/2004). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 2 processos, representando, portanto, 0,019% de todo o estoque em tramitação. Em que pese a estatística mencionar a inexistência de processos em META 2, a inspeção verificou a existência dos dois processos supramencionados. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que um deles encontra-se aguardando julgamento e o outro em carga com a PFN, desde 08/08/2014.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 2 em 2007, 0 em 2008, 122 em 2009, 1.144 em 2010, 1.348 em 2011, 964 em 2012, 1.162 em 2013 e 921 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 15 processos sem movimentação desde a respectiva distribuição (200061000249295; 200061000316314; 200360000109320; 200361190045889; 200361230025811; 200560000079904; 200660000002770; 200660000014024; 200661000279733; 200761050123630; 200861000208693; 200903990095928; 200903990099417; 200903990165669; 200903990340698), o mais antigo remontando a janeiro/2009.

Foram localizados 23 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (20061000249295; 20061000316314; 200360000109320; 200361190045889; 200361230025811; 200560000079904; 200660000002770; 200660000014024; 200661000279733; 200761050123630; 200861000208693; 200903990095928; 200903990099417; 200903990165669; 200903990340698; 200361030033812; 200460000068528; 200703000328800; 200861050032331; 200761000325036; 200861130012830; 200903000139386; 201103990430323).

Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há 5 anos (os mais antigos são 200903990095928 e 200903990099417).

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados exclusivamente por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos antigos e recentes.

Foram listados 6 agravos de instrumentos, dos quais 4 com pendência de julgamento ou providência na unidade (200703000328800; 200903000139386; 201103000065993; 201203000138680), sendo que o mais antigo foi protocolado em abril/2007, estando na conclusão desde março/2012 (200703000328800). A conclusão mais antiga remonta a junho/2010 (200903000139386). Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Verificou-se a existência de agravos de instrumento com indeferimento de efeito suspensivo desde maio/2012 e ainda pendente de exame pelo colegiado (201203000138680), tratando-se de situação que exige providência saneadora.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial - ações civis públicas e ação rescisória (199561000510340; 200203000382912; 200361030033812; 20046000068528). A respectiva tramitação encontra-se regular, destacando a situação dos processos 199561000510340; 200203000382912; 200361030033812; 20046000068528, nos quais ocorreu conclusão em 16/01/2012; 27/02/2014; 08/03/2013 e 19/03/2013 respectivamente.

No tocante a processos sobrestados (1.744 processos), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF, envolvendo uma única matéria (poupança).

Verificou-se, ainda, que 1 processo do gabinete inspecionado foi liberado para revisão (200803990124328) e pautado pelo revisor, não configurando pendência

externa a ser cobrada da respectiva unidade. Não existem processos do gabinete inspecionado que aguardam revisão, voto-vista e declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 4 agravos legais (201103990430323; 200703000328800; 200461000158817; 200903000139386) e 1 embargo de declaração (200261000298874), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Não houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 1 embargo de declaração, com conclusão há mais de 30 dias, além de 4 agravos legais/regimentais, dos quais 4 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.264 e julgamento de 2.845 processos, resultando, assim, na produtividade de 125,66%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica a existência de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2009 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é boa, mas há acúmulo de feitos antigos, embora se verifique a redução contínua do acervo. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva voltada para a tarefa de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, sendo certo que os servidores são extremamente solícitos, aparentando haver harmonia entre os funcionários. A separação dos processos é organizada e de fácil localização. Parte da equipe já trabalha com o desembargador há muitos anos, o que facilita o desenvolvimento do trabalho.

No intuito de se reduzir o acervo dos processos mais antigos, recomenda-se a inclusão no quantitativo julgado mensalmente de um percentual de processos mais antigos no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (2ª SEÇÃO)

**DESEMBARGADOR FEDERAL CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO
YOSHIDA**

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargadora Federal **CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, 6ª Turma, 2ª Seção e Órgão Especial.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 12/07/2002.

1.4. Quadro de pessoal: 18 auxiliares (16 servidores efetivos, 1 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 1 estagiário); 15 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 0 FC5, 4 FC4, 9 FC3, 1 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (07/2002):	10.796
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	9.367
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	3.280
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.267
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	2.013

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	37
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	15
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	114
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	246
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	242
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.328
2.3.2. Média mensal:	194

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	4.314
2.4.2. Média mensal:	360

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.548
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	656
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.198
2.5.4. Declarações de voto:	8
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	2.457
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	3
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	289
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	59
2.5.9. Mero expediente:	878

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.328
2.6.2. Total de processos julgados:	3.000
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.630
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.024
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	504
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	90
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-762

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.683
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.612
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	71
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura :	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.643
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	98
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	139

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Triagem dos processos após a distribuição pelo chefe de gabinete, com a devida separação dos processos. O gabinete melhorou o controle quanto à localização dos processos, quando retirados os autos pelo servidor para minutar decisão ou voto. A desembargadora destacou que três servidores, juntamente com o assessor e outro que recebe verba de assessoria, analisam os processos mais complexos. A desembargadora realiza audiências públicas em demandas coletivas referentes à ordem econômica, ao direito do consumidor e ao direito ambiental, ressaltando o

caso dos mexilhões dourados, em relação ao qual o julgamento acabou por determinar a criação de grupo de pesquisa para análise da complexa situação.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, Órgão Especial, 2ª Seção e 6ª Turma. No período de 5 anos, a magistrada não requereu remoções internas. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 218 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.184, com média mensal de 182 processos. A menor distribuição foi de 112 processos em julho/2014, e a maior foi de 315 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 3.000 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 250), além de 676 agravos legais/regimentais e 644 embargos de declaração. Houve, portanto, redução de acervo.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas não foram inspecionados.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da

equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 50 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 19 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199703010521364; 200061070024055; 200203990095818; 200261260138070; 200261820378365; 200303000054974; 200303000416653; 200303990067177; 200303990067189; 200303990202378; 200361070062150; 200361820290594; 200361820371144; 200403990356246; 200403990377651; 200503990019052; 200503990031428; 200603990149791; 200603990351683). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 52 processos, representando, portanto, 0,055% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusos ao relator.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 114 em 2007, 246 em 2008, 242 em 2009, 858 em 2010, 1.094 em 2011, 684 em 2012, 880 em 2013 e 837 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 9 processos sem movimentação desde a distribuição (200203990095818; 200361820371144; 200403990356246; 200503990031428; 200661040010925; 200703990010409; 200703990036083; 200703990092876; 200661040010925) o mais antigo remontando a 15/09/2004. Foram localizados 11 processos paralisados há mais de ano na unidade sem

justificativa (200203990095818; 200361820371144; 200403990356246; 200503990031428; 200661040010925; 200703990010409; 200703990036083; 200703990092876; 200361070062150; 200461000208079; 200661040010925). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 12 anos (200203990095818). Cabe, porém, enfatizar que o processo acima referido foi redistribuído para a atual relatora em 13/03/2006. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos antigos e novos.

Foram listados 12 agravos de instrumentos, dos quais 3 com pendência de julgamento ou providência na unidade (200803000261205; 200803000475620; 201003000136235r), sendo que o mais antigo foi protocolado em 20/07/2008, estando na conclusão desde 29/09/2008 (200803000261205r). Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Verificou-se a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida há 6 anos e ainda pendentes de exame pelo colegiado (200803000261205r), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial, envolvendo ação popular (200303000054974) e ações civis públicas (200461110038144; 200661080123020; 201003000136235r). A tramitação dos feitos de ns. 200303000054974 e 201003000136235 encontra-se regular. Os feitos de ns. 200461110038144 e 200661080123020 encontram-se em carga com o Ministério Público Federal, não havendo como avaliar, *in loco*, as respectivas situações processuais.

No tocante a processos sobrestados (1.267), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF, envolvendo apenas a matéria de “planos econômicos”, com exceção de um processo que se encontra sobrestado por determinação da própria relatora.

Verificou-se, ainda, que nenhum processo inspecionado no Gabinete foi liberado para revisão, não se verificando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade. Também não existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 3 agravos legais/regimentais (200461000208079; 200561150022772; 200903000248217) exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Não houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade. Segundo apurado, não existem pendências de julgamento de embargos de declaração.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.184 e julgamento de 3.000 processos, resultando, assim, na produtividade de 137,36%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é boa, mas há acúmulo de feitos antigos, embora se verifique a redução contínua do acervo. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva voltada para a tarefa de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, sendo certo que os servidores são extremamente solícitos, aparentando haver harmonia entre os funcionários. A separação dos processos é organizada e de fácil localização. A desembargadora realiza audiências públicas em demandas coletivas referentes à ordem econômica, ao direito do consumidor e ao direito ambiental.

No intuito de se reduzir o acervo dos processos mais antigos, recomenda-se a inclusão no quantitativo julgado mensalmente de um percentual de processos mais antigos no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ANTÔNIO JOHONSOM DI SALVO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **LUÍS ANTÔNIO JOHONSOM DI SALVO**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial, 2ª Seção e 6ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 22/10/2012.

1.4. Quadro de pessoal: 17 servidores efetivos e 3 estagiários; 14 em atividade fim; e 15 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, x 0 FC5, 4 FC4, 8 FC3, x 1 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (out./2012):	5.709
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	4.437
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	3.066
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.733
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	1.333

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	5
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	15
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	284
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	480
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2.472
2.3.2. Média mensal:	206

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	5.380
2.4.2. Média mensal:	448

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	6.990
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	363
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.797
2.5.4. Declarações de voto:	2
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	3.215
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	5
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	302
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	188
2.5.9. Mero expediente:	1.118

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.472
2.6.2. Total de processos julgados:	3.337
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.967
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.015
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	495
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	234
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-1.099

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.282
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.068
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	213
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	1

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.088
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	219
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	69

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Triagem de processos, com a devida separação e divisão nos armários por matéria e ordem cronológica. Divisão dos servidores em equipes, cada uma com mais de um funcionário, salvo situações excepcionais. Os servidores já trabalham há

anos com o desembargador, o que facilita o desenvolvimento do trabalho, uma vez que conhecem o entendimento do magistrado e dos temas que surgem para apreciação. Vários processos que foram selecionados para a inspeção, e que se encontravam e condições de julgamento, foram decididos pelo desembargador ou houve pedido de dia para julgamento.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, Órgão Especial, 2ª Seção e 6ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado requereu remoção interna (em 22/10/2012, remoção da 1ª Turma para a 6ª turma). A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 317 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.376, com média mensal de 198 processos. A menor distribuição foi de 119 processos em julho/2014, e a maior foi de 326 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 3.337 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 278), além de 1.262 agravos legais/regimentais e 780 embargos de declaração. Houve, portanto, diminuição do acervo.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas não foram inspecionados.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 59 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado apenas um processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual (2005.03.00083339-0). Segundo informado pela unidade, da decisão que havia indeferido a inicial, pelo relator anterior, foi interposto agravo regimental, julgado pela 2ª Seção, em 19/02/2013, o qual restou provido. Em consequência, seguiu-se o trâmite instrutório da Ação Rescisória. Sobreveio impugnação ao valor da causa (processo apenso n. 2013.03.00.018078-0), onde houve despacho determinando a remessa dos autos à Contadoria. Após o retorno da Seção de cálculos, os autos foram retirados em carga pela procuradoria da fazenda Nacional, em 22/08/2014.

Não foram encontrados feitos em situação irregular. O feito mais antigo (200203990216038) foi distribuído no TRF3 em 19/07/2002, e encontra-se sobrestado por força de Repercussão Geral (RE 626.307)

Além do processo remanescente da inspeção anterior, não foram detectados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 5 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (200161090017206; 200261200003742; 200203990216038; 200261820283573 e 200461020081607). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 5 processos, representando, portanto, 0,047% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de “aguardando publicação” de decisão terminativa.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 15 em 2007, 284 em 2008, 480 em 2009, 1.061 em 2010, 1.330 em 2011, 1.069 em 2012, 1.294 em 2013 e 980 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2013, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Não foram localizados processos paralisados há mais de ano na unidade, sem justificativa. Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados exclusivamente por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos antigos e recentes.

Foram listados 12 agravos de instrumentos, dos quais nenhum com pendência de julgamento ou providência na unidade. Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Não se verificou a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial, envolvendo ação civil pública e mandado de segurança originário (200503000453294; 200603000225204; 200603000264209; 201203000064038). A respectiva tramitação encontra-se regular, destacando que os feitos referentes às Ações Cíveis Públicas (agravos de instrumento) já foram julgados, estando apensos aos respectivos autos principais. O mandado de segurança originário (201203000064038) foi incluído na pauta de julgamento do dia 10/09/2014.

No tocante a processos sobrestados (1.733), foi observado que decorrem de decisões proferidas pelo STF no tocante aos expurgos em caderneta de poupança, envolvendo, no total, diversas matérias, dentre as quais cruzados novos, expurgos inflacionários/planos econômicos (11 processos), Exame da Ordem (OAB), conselhos regionais de fiscalização (1 processo) Expurgos inflacionários/Planos econômicos, direito do consumidor (1.719 processos); Reajuste de remuneração (Servidor Público Federal), por força da ADI 1602.4 (1 processo), além de um processo versando sobre Sonegação de Contribuição Previdenciária, cuja competência está em discussão.

Verificou-se, ainda, que dois processos do Gabinete inspecionado foram liberados para revisão (199061000028258 e 199961000134980), ainda não pautados pelo revisor. Porém, não configuram pendência externa a ser cobrada da respectiva

unidade, em face de a remessa ter sido efetivada recentemente (19/08/2014 e 18/08/2014, respectivamente). Não existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, não se apurou pendência de julgamento de agravo legal/regimental. Cabe destacar que, embora o sistema informe pendência de julgamento de agravo regimental no processo n. 200203990216038, cuja conclusão remonta a 22/10/2010, este feito encontra-se sobrestado, por força de repercussão geral (STF, RE 626.307/SP). Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (200061050024347; 200703000295405; 200861000163302). Segundo apurado, não existem pendência de julgamento de embargos de declaração, com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar, ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.376 e julgamento de 3.337 processos, resultando, assim, na produtividade de 140,45%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito boa, não havendo acúmulo e sim redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, sendo certo que os servidores são extremamente solícitos, aparentando haver harmonia entre os funcionários. A separação dos processos é organizada e de fácil localização. A equipe já trabalha com o desembargador há anos, o que facilita o desenvolvimento do trabalho e o estabelecimento de metas. Já foram julgados diversos processos antigos selecionados para a inspeção, o que é elogiável.

No intuito de se reduzir o acervo dos processos mais antigos, recomenda-se a inclusão no quantitativo julgado mensalmente de um percentual de processos mais antigos no gabinete.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA (2ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON AGNALDO MORAIS DOS SANTOS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **NELTON AGNALDO MORAIS DOS SANTOS**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, 2ª Seção e 6ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 21/10/2013.

1.4. Quadro de pessoal: 19 auxiliares (16 servidores efetivos e 3 estagiários); 11 em atividade fim; e 13 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 7 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (out./2013):	4.492
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	10.687
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.942
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1.469
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	3.473

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	197
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	47
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	291
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	422
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	332
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	18
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	9

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total	2.313
2.3.2. Média mensal	193

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total	2.413
2.4.2. Média mensal	201

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	3.420
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	66
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	784
2.5.4. Declarações de voto	6
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	1.521
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC)	42
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	118
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	81
2.5.9. Mero expediente	802

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos	2.313
2.6.2. Total de processos julgados	1.513
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	801
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	526
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	190
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	30
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	64
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	736

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	619
2.7.2. Acórdãos lavrados	560
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	59
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	817
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	59
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	30

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Triagem dos processos, sendo certo que os processos mais simples são separados para julgamento. Há equipe para agravo de instrumento e, no tocante aos apelos, existem equipes divididas pela matéria. Acrescente-se, ainda, a equipe responsável pelos processos da Seção. Os agravos internos e embargos de declaração são minutados por quem trabalhou na deliberação impugnada. Duas vezes por mês, o grupo realiza com o desembargador federal estudo sobre processo

civil, com troca de ideias, sendo um fator positivo de estímulo para os servidores. Há uma tabela afixada na parede do gabinete, na área reservada aos servidores, com dados relativos às entradas de processos e o quantitativo que foi julgado. Nas ocasiões em que os processos julgados superam os novos distribuídos, há uma marcação em verde, produzindo um efeito de estimular os servidores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, 2ª Seção e 6ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado teve uma remoção interna (2ª Turma para 6ª Turma). A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, por meio de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 450 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2.209, com média mensal de 184 processos. A menor distribuição foi de 120 processos em julho/2014, e a maior foi de 329 em set/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1.513 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 126), além de 460 agravos legais/regimentais e 401 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo de 696 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas não foram inspecionados.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 61 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias de numeração, menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, mas todos se encontram em situação regular.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo, por inexistir tal situação. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não ficaram processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 36 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (198903010121043; 1999003010007923; 199003010009658; 199003010307475; 199003010388839; 199103010065113; 199103010106772; 199103010356788; 199303010283435; 199303010500902; 199403010533596; 199403010707720; 199403010923623; 199603010084166; 199603010106915; 199603010199693; 199603010325730; 199603010465861; 199603010509682; 199603010672660; 199703010664801; 199903990862129; 199903991059640; 199961040067308; 200103990191712; 200103990216927; 200161820181371; 200361080074639; 200361820633199; 200403000072040; 200403000416244; 200403000464007; 200503000111711r; 200503990206186; 200603000992069r; 200603001074817). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 244 processos, representando, portanto, 2,28% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio, sendo que a maioria encontra-se em fase de conclusão, aguardando julgamento.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 291 em 2007, 422 em 2008, 332 em 2009, 866 em 2010, 1.110 em 2011, 760 em 2012, 1.425 em 2013 e 971 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de 16 processos sem movimentação desde a distribuição (199003010307475; 199003010388839; 199603010465861; 199903990862129; 199961000043767; 200161820181371; 200361000145363; 200461120062581; 200461220006204; 200461220018930; 200561040006747; 200661000176786; 200661040085317; 200661110014197; 200803990465028; 200861020059528), o mais antigo remontando a julho/1990. Foram localizados 44 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (198903010121043; 199003010007923; 199003010307475; 199003010388839; 199103010065113; 199103010106772; 199103010356788; 199303010283435; 199303010500902; 199403010533596; 199403010707720; 199403010923623; 199603010084166; 199603010106915; 199603010199693; 199603010325730; 199603010672660; 199703010664801; 199903990862129; 199961000043767; 199961000485648; 200103990191712; 200103990216927; 200161820181371; 200361000145363; 200361080074639; 200361820633199; 200403000072040; 200461000276127; 200461120062581; 200461220006204; 200461220018930; 200503990206186; 200561040006747; 200661000176786; 200661040085317; 200661110014197; 200761080080920; 200803990465028; 200861000133449; 200861000195625; 200861020059528; 200903990312400; 201003990104749). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 19 anos (199103010356788 – última conclusão em 29/08/1995). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados exclusivamente por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos antigos e recentes.

Foram listados 5 agravos de instrumento, nenhum com pendência de julgamento ou providência na unidade.

A amostragem localizou 4 feitos de natureza especial, sendo duas ações civis públicas (200361080074639 e 200903990312400) e duas ações populares (199903990862129 e 199961040067308). A respectiva tramitação encontra-se regular, sendo que um deles já foi julgado e outros aguardam julgamento. A conclusão mais antiga data de dezembro/2011.

No tocante a processos sobrestados, foram observados 1469 que decorrem de decisões proferidas pelo STF no tocante aos expurgos em caderneta de poupança, envolvendo, no total, diversas matérias, dentre as quais planos econômicos, expurgos inflacionários, licença ambiental, contribuições (COFINS, contribuições corporativas, CSLL, PIS, salário educação), impostos (IPI, IRPF, IRPJ), FINSOCIAL e normatização de instituições financeiras.

Verificou-se, ainda, que nenhum processo inspecionado no Gabinete foi liberado para revisão, não se verificando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, não se apurou a pendência de agravos legais/regimentais e embargos de declaração. Houve embargos de declaração com decisão recente, há menos de 90 dias, concedendo vista à parte contrária para se manifestar, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (199003010009658). Todos os outros agravos legais e embargos de declaração nos processos inspecionados encontram-se julgados recentemente.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2.209 e julgamento de 1.513 processos, resultando, assim, na produtividade de 68,49% com aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2008 e, portanto, com mais de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade aponta acúmulo de feitos antigos e aumento do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, sendo certo que os servidores são extremamente solícitos, aparentando haver harmonia entre os funcionários. A separação dos processos é organizada e de fácil localização. Parte da equipe já trabalha com o desembargador há muitos anos, o que facilita o desenvolvimento do trabalho.

É realizada a triagem dos processos, sendo certo que os processos mais simples são separados para julgamento. Há equipe para agravo de instrumento e, no tocante aos apelos, existem equipes divididas pela matéria. Acrescente-se, ainda, a equipe responsável pelos processos da Seção. Os agravos internos e embargos de

declaração são minutados por quem trabalhou na deliberação impugnada. Duas vezes por mês, o grupo realiza com o desembargador estudo sobre processo civil, com troca de ideias, sendo um fator positivo de estímulo para os servidores. Há uma tabela afixada na parede do gabinete, na área reservada aos servidores, com dados relativos às entradas de processos e o quantitativo que foi julgado. Nas ocasiões em que os processos julgados superam os novos distribuídos, há uma marcação em verde, produzindo um efeito de estimular os servidores.

No intuito de se reduzir o acervo dos processos mais antigos, recomenda-se a inclusão no quantitativo julgado mensalmente de um percentual de processos mais antigos no gabinete.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO MARTIN DE SANCTIS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **FAUSTO MARTIN DE SANCTIS**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 7ª Turma, competência Direito Previdenciário

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 4 de fevereiro de 2011.

1.4. **Quadro de pessoal:** 19 auxiliares (15 servidores efetivos, 4 estagiários de nível superior).

1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 1 CJ3, 8 FC3, 4 FC4, 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (04/02/2011):	11.561
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	13.199
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	7.845
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	7.844

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31/07//2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	64
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	28
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	307
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	503
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	466
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.610
2.3.2. Média mensal:	467,5

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	7.750
2.4.2. Média mensal:	646

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	12.528
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	0
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	3.079
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	8.095
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	8
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	19
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	77
2.5.9. Mero expediente:	1.250

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.610
2.6.2. Total de processos julgados (incluindo art. 557 CPC:	7.750
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.663
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	2.436
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	727
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	188
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	-2.328(Positivo)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.934
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.934
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (base 31/07/2014)	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	3.069
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	264
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	17

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A Unidade está organizada com base na divisão por matéria, com servidores trabalhando em temas específicos, tendo em vista critérios de especialização. São 12 servidores atuando na atividade fim, 1 funcionário designado para as questões administrativas e 2 servidores investidos em cargo de chefia, que atuam no assessoramento ao Desembargador e direção do Gabinete.

O servidor com atribuição para a gestão administrativa do Gabinete, recebe os processos dos setores de Distribuição do Tribunal, da Subsecretaria da 7ª Turma ou da 3ª Seção e realiza uma triagem por matéria. Após, os distribui aos setores/servidores responsáveis por cada matéria (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade rural, aposentadoria por idade urbana, loas, seguro-desemprego, aposentadoria por tempo de serviço/contribuição ou aposentadoria especial, salário-maternidade, auxílio-reclusão, embargos à execução, revisão, pensão por morte; ações rescisórias, embargos infringentes, conflitos de competência etc.), bem ainda ao setor responsável pelos agravos de instrumento. Neste momento, o servidor designado para a realização da triagem, após a verificação, localiza os processos no Sistema Processual Informatizado, registra o número do armário e os acondiciona naquele local para posterior elaboração da minuta de Decisão/Despacho.

Praticamente todo o acervo da Unidade está triado, já que diariamente este trabalho é realizado, à exceção dos processos relacionados à aposentadoria por tempo de serviço/contribuição ou aposentadoria especial e os de revisão. A título exemplificativo, na triagem dos processos relativos à aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial há verificação dos tipos de agentes agressivos: ruídos, agentes químicos, agentes biológicos etc., bem ainda há divisão dos processos que se referem à concessão do benefício ou à sua revisão. Os embargos de declaração e agravos legais são separados nos armários/credenças pertinentes a cada matéria, devidamente identificados. Sempre que ocorre movimentação interna dos processos há anotação no Sistema Processual, inclusive, com a identificação do número da mesa em que o processo se encontra.

A pedido do Desembargador Federal Fausto De Sanctis são elaboradas pelo chefe de gabinete, planilhas para propiciar o acompanhamento e mapeamento do acervo, de forma a otimizar a realização dos trabalhos. Diariamente há contagem dos processos que são distribuídos e verificação de toda a produtividade do Gabinete (número de despachos, decisões monocráticas, agravos legais e embargos de declaração), inclusive, a produtividade de cada servidor. Regularmente são mantidas pela assessora e chefe de gabinete conversas individuais com cada um deles, a fim de se identificarem as dificuldades apresentadas na realização das tarefas diárias, as possibilidades de melhoria, as necessidades e expectativas de cada um. Em algumas oportunidades são realizadas reuniões com toda a equipe. Por vezes, é realizada uma contagem física dos processos que estão localizados no Gabinete a fim de propiciar uma melhor verificação do acervo.

Na atual fase dos trabalhos, houve determinação pelo desembargador para cumprimento de todos os agravos legais e embargos de declaração pendentes de julgamento, sendo de nota que, nos meses de julho e agosto de 2014, 3 servidores foram designados para realizar as minutas dos processos relacionados à

aposentadoria por tempo de serviço/contribuição ou aposentadoria especial e revisão. No mês de setembro próximo, mais um servidor integrará a equipe, com previsão de conclusão destes trabalhos até outubro deste ano. Os agravos legais e embargos de declaração das demais matérias estão sendo julgados à medida que chegam ao Gabinete.

Há metas individuais de produtividade respeitando-se o grau de complexidade das matérias.

Os processos identificados em listas de META do CNJ são priorizados na medida em que recebidos no gabinete, bem como, dentro do possível, aqueles com prioridade legal. Por determinação do desembargador, a elaboração das minutas das decisões é feita preferencialmente pelos processos mais antigos por data de distribuição no Tribunal. Quando é recebido ofício do CNJ, com reclamação por excesso de prazo, a decisão é realizada no prazo determinado (dentro de 15 dias contados do recebimento do ofício). Os processos encaminhados pela Ouvidoria do Tribunal também são preparados no tempo possível, não obstante o Gabinete ainda tenha solicitações pendentes, já que está sendo priorizado o cumprimento dos processos mais antigos.

A administração do controle do acervo conclusivo é feito diariamente pelo chefe de gabinete, por meio de planilha em EXCEL. Os dados relativos à distribuição são aferidos, diariamente, mediante o sistema SIAPRO. Por sua vez, a produtividade da Unidade é realizada, todos os dias, por meio do sistema GEDPRO.

Há procedimento específico para o atendimento de partes e advogados. É elaborada mensalmente uma tabela para atendimento ao balcão de advogados, estagiários e público em geral, com horários alternativos, das 9h às 13h e das 13h01 às 19h. A partir das 13h30, o servidor responsável pela parte administrativa também atende ao balcão. Todavia, além desta regra fixa, todos os servidores, sem exceção, têm-se mostrado prestativos, solícitos e ágeis no atendimento ao público. A determinação do desembargador é para que cada parte ou advogado que compareça ao balcão tenha o atendimento célere e adequado e com a urbanidade devida. De igual modo, quando há necessidade de envio de processos à Subsecretaria da Turma ou à 3ª Seção para a extração de fotocópia, também há presteza no atendimento e o encaminhamento dá-se em atendimento à Resolução n. 167, de 22/02/2008, da Presidência do TRF3.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada destacou que a divisão dos trabalhos por matéria, a reunião dos gestores e servidores para discussão dos temas e a reunião destes em grupos de discussão (*Whatsapp* etc.) são práticas que têm auxiliado a consecução dos trabalhos. O estabelecimento das estratégias pelo desembargador com vistas à redução do acervo do Gabinete tem contribuído para a otimização dos serviços e sua preocupação no sentido de que os resultados sejam

obtidos com o respeito às especificidades de cada um dos servidores é um ponto de destaque, sem que haja sobrecarga de serviço. A Unidade, em caráter experimental, possibilitou a até 6 servidores a realização do trabalho em *home office*, com metas superiores para aqueles que realizam o trabalho de forma presencial no gabinete. Esse sistema vem apresentando excelentes resultados, pois permite previsibilidade no atendimento das metas fixadas pela Unidade, já que não há interveniência de fatores externos, tais como greves, manifestações, feriados etc.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 3ª Seção e na 7ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas, estando no Tribunal a partir de agosto de 04/02/2011.

A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio do programa de Assessoria de Apoio aos Gabinetes (cujas atividades tiveram início em 11 de março de 2013, nos termos do Ofício-Circular n. 5/2013 (Anexo 3) da Presidência do Tribunal, para julgamento de recursos distribuídos até 31 de dezembro de 2006. Os Juízes Federais Nilson Martins Lopes Júnior e Otávio Henrique Martins Port, integrantes da Assessoria de Apoio aos Gabinetes, julgaram 597 processos.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 597 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.610, com média mensal de 468 processos. A menor distribuição foi de 348

processos em abril/2014, e a maior foi de 819 em agosto/2013. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 7.750, com média mensal de 646 processos. Houve, portanto, fluxo positivo de aproximadamente 2.140 processos, reduzidos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 70 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais.

Na listagem, constaram dois processos extraviados (2000.61.12.008775-4 e 2000.03.99.069715-9), cujo procedimento de restauração já foi providenciado. Segundo esclarecido pela unidade, o extravio ocorreu ao tempo da transferência do acervo processual para o Gabinete, quando o Desembargador Fausto assumiu o cargo no Tribunal. Os processos foram atribuídos ao Desembargador Fausto, mas fisicamente não foram encaminhados. Constatando-se a não localização dos autos, foi determinada a abertura de procedimento destinado à sua restauração.

A amostragem revelou a existência de nove agravos regimentais (200203990201473, 200303990012954, 200303990153550, 200303990173380, 200403990038832, 200461090009934, 200503990180860, 200561040056799, 200703990112139) e 7 embargos de declaração (200161140031280, 200203990260880, 200203990295091, 200261140034570, 200303990153550, 200361260012429, 200403990038832), ainda pendentes de julgamento. Não obstante, ao exame do acervo em geral, há elevado número de processos das classes em referência, não inseridos na listagem previamente selecionada, cujo prazo de conclusão é superior a 30 dias: (494 agravos e 854 embargos).

Foram identificados dois processos analisados na inspeção de 2012 (2000.03.00.063596-9 e 2002.03.00.014513-6) ainda não julgados. Cuidam-se de ações rescisórias, assim de competência da Seção. A razão para demora no

cumprimento dos referidos processos, segundo esclarecido, consiste em se tratar de feitos de competência da 3ª Seção, com especificidades que demandam maior tempo de pesquisa e estudo.

Foram examinados 52 processos em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que menos da metade foram resolvidos, estando ainda pendentes de providências 28 processos (199861109000904, 199961000056002, 199961040063870, 199961150041879, 199961180007989, 200061030022023, 200061040077240, 200061080028252, 200061100017217, 200061830013429, 200061830038669, 200103990257310, 200161150000450, 200161250009644, 200161250009784, 200203990031907, 200903000140959, 199961040063870, 200703990112139, 200361830005136, 200361830004236, 200361830005136, 200261120012489, 200261240004710, 200803990479647, 200603990383283, 200603990451185 e 2003.03.0333266).

A amostragem evidenciou, ainda, a existência de 5 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ, são eles em fase de embargos infringentes: 200203990031907, 200203990461355 (julgado em 14.08.2014); 200261240004710, 200303990333266 e 200603990383283.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o quantitativo de processos inseridos na META/2 do Conselho Nacional de Justiça, fixada entre 2009 e 2014, era de 1.368, representando 17,61% do acervo de feitos conclusos. Embora os processos inseridos na META/2, tenham, segundo relato da unidade, tratamento especial, este fato precisa merecer maior atenção.

A listagem por ano de distribuição, indica o seguinte acervo de processos distribuídos, ainda em tramitação: 1, em 1997; 10, em 1999; 25, em 2000; 38, em 2001; 49, em 2002; 52, em 2003; 43, em 2004; 77, em 2005; 84, em 2006; 365, em 2007; 584, em 2008, 539, em 2009; 650, em 2010; 1060, em 2011; 1081, em 2012; 1724, em 2013 e 1463, em 2014. Como se observa, embora a maior parte do acervo seja constituída de processos distribuídos a partir de 2010, ainda há na unidade um número muito elevado de processos antigos, distribuídos entre 1991 e 2009. Considerando tratar-se de unidade com jurisdição sobre competência previdenciária, cujas lides encerram interesses prioritários, seja em decorrência do fator etário ou incapacitante para o trabalho, além de se inserirem em metas estabelecidas pelo CNJ, a reversão desta situação deve ser priorizada, com a solução das lides mais antigas.

Foram listados 9 agravos de instrumentos, sendo que 2 estão pendentes de julgamento e os demais em situação regular. Foi informada a existência de 5

agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, sem a especificação dos respectivos números dos processos.

A amostragem localizou apenas 7 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portadores de necessidades especiais e doença grave (2007.03.00.101698-6; 2002.03.99.046135-5; 2003.61.06.000863-7; 2002.03.99.034965-8; 2002.03.99.003190-7; 2003.03.99.015355-0; 2003.03.99.033326-6) ainda não julgados e com conclusão razoavelmente antiga, tendo passado por redistribuições, por sucessão de Gabinetes, ao longo de suas tramitações. A respectiva tramitação requer prioridade, seja em razão da natureza especial dos processos, seja pela data de distribuição dos feitos. Contudo, por se tratar de Gabinete com jurisdição especializada sobre matéria previdenciária em que há, necessariamente, predomínio do interesse de pessoas idosas ou portadoras de incapacidade, para além dos citados processos avaliados a título de amostragem, há um universo de outros em situação de mesma prioridade legal. Fato que impõe um planejamento que permita uma atuação célere sobre o acervo, em especial, por meio de julgamentos de forma simplificada tanto quanto possível.

Apurou-se, também, na amostragem, um mandado de segurança originário (201303000111288), porém, já julgado em 05/06/2014.

Relativamente a processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ, verificou-se a existência de 1 processo nesta situação no Gabinete. Processo n. 2009.03.99.016101-9/SP- matéria PREV/BENEFÍCIO/FEPASA – aguardando decisão em conflito de competência suscitado junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Não se verificaram pendências na unidade inspecionada, relativamente a processos de outros relatores, conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto ou lavratura de acórdão, até a data de 31/07/2014.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais a unidade informou a existência de 5 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.610 processos e redistribuição de 188 processos, com julgamento de 7.750. Resultando, assim, na produtividade de 138,15%. Desconsiderados os processos que saíram por redistribuição, pelos julgamentos realizados evidenciou-se uma sensível redução do acervo, retratando um controle estatístico, positivo, da unidade que, de um acervo inicial composto de 11.561 processos na data de fevereiro de 2011, quando da assunção do Gabinete, foi reduzido para 9.382 na autoinspeção realizada em 2013, encontrando-se ao

tempo desta inspeção com 7.845 processos conclusos, incluindo-se os de competência da Turma e Seção.

Considerando tratar-se de competência em matéria previdenciária, que se caracteriza por demandas de massa, assim com grande e frequente volume de distribuição, com relação à dinâmica processual na unidade foi possível constatar que existe tramitação do acervo, em geral, com relativa celeridade, salvo alguns casos pontuais que foram identificados e recomendada a providência cabível. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade, não reclama especial consideração da Corregedoria-Geral, pois se verificou a ocorrência de decréscimo contínuo do acervo, com melhores perspectivas de otimização no futuro próximo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3, por sua 7ª Turma / 3ª Seção, apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 7.845 processos, na data de 30/04/2014. Predominavam no estoque processos novos, distribuídos a partir de partir de 2010. Porém, com considerável presença de processos ainda distribuídos em período anterior (1991 a 2009), somando-se 1.867 processos.

Verificou-se, não obstante, a ocorrência de fluxo processual positivo no período de agosto/2013 a julho/2014, com sensível redução do acervo de processos desde que o Desembargador Titular da unidade a assumiu em 04/02/2011. Tendo recebido acervo com 11.561 processos, verificou-se redução para 7.845 ao tempo de realização desta inspeção. Considerando, ainda, o pouco tempo de atividade no Gabinete, a necessidade e dificuldade próprias de sua estruturação inicial, com a composição e formação da equipe, o decréscimo contínuo verificado no acervo de processos a partir do início do ano de 2012 reflete melhores perspectivas em futuro próximo.

Houve prolação, no interregno entre agosto/2013 e julho/2014, de 11.182 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos na Meta/2 do Conselho Nacional de Justiça, fixada entre 2009 e 2014, era de 1.368, representando 17,61% do acervo de feitos conclusos. Fato que reclama maior atenção com a priorização de julgamento destes processos antigos, sobretudo por se considerar a competência jurisdicional de que cuida a unidade, voltada para interesses que impõem maior rapidez na solução definitiva das lides.

Contudo, na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade.

Recomendações gerais:

- priorizar o julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014); os processos cuja preferência legal esteja presente; os agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e os embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.
- Excluídos os agravos de instrumento, priorizar o julgamento de processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.
- Dar maior atenção à apreciação dos agravos regimentais, atualmente em acúmulo na unidade.
- Dar maior atenção à apreciação de processos com representação por excesso de prazo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal **TORU YAMAMOTO**.

1.2. Órgãos de atuação: 7ª Turma, competência Direito Previdenciário

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 26 de março de 2014.

1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (16 servidores efetivos, 4 estagiários de nível superior).

1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade: 1 CJ2, 1 CJ3, 9 FC3, 4 FC4, 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (26/03/2014):	13.532
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	21.260
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	12.805
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	2
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	12.803

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31/07//2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	29
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	24
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	244
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1.306
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	953
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.628
2.3.2. Média mensal:	469

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	7.164
2.4.2. Média mensal:	597

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	11.585

2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	8
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.468
2.5.4. Declarações de voto:	3
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	7.454
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	1
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	11
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	120
2.5.9. Mero expediente:	1.520

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.628
2.6.2. Total de processos julgados (incluindo art. 557 CPC):	7.164
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.794
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.658
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	759
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	237
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	-1.773 (Positivo)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.258
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.257
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	1
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (base 31/07/2014)	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.309
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	206
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	92

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Unidade está organizada com base na divisão por matéria, com servidores trabalhando em temas específicos, tendo em vista critérios de especialização. Quatro servidores minutam decisões relativas aos feitos de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença; três servidoras minutam aqueles relativos à aposentadoria por tempo de contribuição e averbação de tempo de serviço; duas servidoras minutam decisões de benefício assistencial e de pensão por morte; um servidor minuta decisões relativas a embargos à execução e aposentadoria por idade urbana; um servidor minuta decisões em feitos de aposentadoria por idade

rural; um servidor minuta decisões e acórdãos relativos a agravos legais; um servidor minuta decisões em agravos de instrumento, decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, um servidor minuta decisões relativas a ações rescisórias, conflitos de competência e embargos infringentes, bem como disponibiliza os votos e acórdãos para publicação; um servidor é responsável pela triagem, localização e acondicionamento de autos, requisição de materiais, impressão das decisões, votos e acórdãos, recebimento e encaminhamento dos autos; a assessora de desembargador auxilia na conferência dos votos e minuta de decisões e a chefe de gabinete é responsável pela organização dos trabalhos dos servidores, frequência, controle de produtividade e minuta de decisões.

Os autos ficam guardados em armários altos e em gabinetes, conhecidos como credenzas.

Os feitos são organizados por matérias e, em alguns casos, separados por ano de distribuição. Mensalmente, verifica-se a planilha fornecida pelo setor de estatística, para apuração da quantidade de feitos por matéria e cumprimento dos feitos das metas do E. Conselho Nacional de Justiça.

Há metas individuais de trabalho. As matérias são distribuídas entre os servidores, de acordo com o seu grau de experiência e conhecimento, bem como, levando-se em consideração a função comissionada que exerce. Assim, servidores que minutam decisões de: aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, benefício assistencial, aposentadoria por idade rural e pensão por morte, se ocuparem uma FC-3, tem como meta, quatro decisões monocráticas por dia, e se exercerem uma FC-4, cinco; os servidores que minutam feitos de aposentadoria por tempo de contribuição e de averbação de tempo de serviço, tem como meta semanal, duas decisões monocráticas de aposentadoria por tempo de contribuição e seis de averbação de tempo de serviço, caso ocupem a FC-3; a servidora que ocupa a FC-4, além desses números, também, tem por meta semanal a minuta de cinco decisões em feitos de apelação em mandado de segurança que se refiram às matérias supramencionadas; o servidor que minuta decisões de feitos de embargos à execução e aposentadoria por idade urbana, tem como meta semanal, seis decisões monocráticas de embargos à execução e oito de aposentadoria por idade urbana; o servidor que minuta ações rescisórias, tem como meta semanal duas decisões monocráticas (esse servidor auxilia na organização e disponibilização dos documentos levados às Sessões de Julgamento da 7ª Turma e da 3ª Seção); o servidor que minuta os agravos de instrumento, decisões interlocutórias e os despachos de mero expediente tem como meta minutar os despachos de mero expediente assim que os autos forem recebidos e, minutar, dentro do próprio mês, todas as decisões interlocutórias e decisões monocráticas dos agravos de instrumento distribuídos até o dia 25 de cada mês. Mensalmente, é verificada a produtividade de cada servidor e se não foi alcançada a meta, há uma conversa com

a chefia para verificar quais os motivos impediram a consecução dos resultados almejados e quais alterações podem ser efetuadas para propiciar tal alcance.

Assim, há um planejamento fixo, que deve ser executado. Mas, quando é verificado acúmulo em algum setor específico, como embargos de declaração ou agravos legais, é designado uma data ou período para que todos auxiliem na redução desse acúmulo.

Os processos identificados em listas de META do CNJ têm sua análise priorizada, promovendo-se a minuta dos feitos distribuídos no Tribunal até 31/12/2010.

A administração do controle do acervo concluso é realizado por meio dos dados informados pelo Setor de Estatística do Tribunal, sendo informados, mensalmente, ao C. Conselho Nacional de Justiça, pelo sistema Justiça Aberta.

Há procedimento específico para o atendimento de partes e advogados. Os advogados e partes são atendidos por servidores e estagiários e, quando requerido, pela chefia. Os autos são consultados no próprio gabinete.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada destacou que, a partir do momento em que foi determinada a minuta dos feitos com distribuição mais antiga e que o acondicionamento desses feitos de acordo com a respectiva matéria, em armários separados, houve melhora da produtividade, pois não é necessário que cada servidor faça tal triagem.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 3ª Seção e na 7ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado requereu remoção interna. Assumindo o cargo na 1ª Seção, 1ª Turma em 04/10/2013, removeu-se para a 3ª Seção, 7ª Turma em 26/03/2014.

A unidade está recebendo auxílio da Assessoria de Apoio aos Gabinetes (ASAG), nos termos do Ofício-Circular n. 5/2013 (Anexo 3) da Presidência do Tribunal, para julgamento de algumas matérias selecionadas pelo Gabinete. Os feitos são minutados pelos servidores lotados na ASAG, mas conferidos e assinados pelo Desembargador Federal Toru Yamamoto, sendo contabilizados na estatística de produtividade do referido Magistrado. O número de feitos conclusos em

31/05/2014, antes do início do auxílio, era de 13.794 feitos, sendo reduzido para 12.805, em 31/07/2014.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 800,31 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.628, com média mensal de 469 processos. A menor distribuição foi de 350 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 821 em agosto/2013. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 7.164, com média mensal de 597 processos. Houve, portanto, fluxo positivo de aproximadamente 1.536 processos, reduzidos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 74 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais. Não se verificou o registro de processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 4 agravos regimentais (200103990262690, 200160000077220, 200303990252620, 200361030018604) e 5 embargos de declaração ainda pendentes de julgamento (199003010067257, 199303010371130, 200003990599484, 200203000127146 e 200503990205583). Não obstante, ao

exame do acervo em geral, há elevado número de processos das classes em referência, não inseridos na listagem previamente selecionada, cujo prazo de conclusão é superior a 30 dias: 90 embargos de declaração e 389 agravos regimentais.

Não foram identificados processos analisados na inspeção de 2012, pendentes de saneamento.

Foram examinados 52 processos em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que foram parcialmente sanados, estando ainda pendentes de providências 30 processos (200961260019785, 200761140013515, 199903990349104, 200261830011600, 9503099373-3, 93030371135, 199003010067257, 200203000127146, 200161830050789, 200161830036446, 200161200058088, 200160000077220, 200103990262690, 200103990109758, 200061830001476, 200803990020535, 200561050130637, 200561830053905, 200461830021316, 200803990637990, 201103990067496, 200761110030341, 200761060010662, 200703990339985, 200603990370586, 200561830042210, 200903990372729, 200503990501019, 201103990053287 e 201261100063059).

A amostragem evidenciou, ainda, a existência de 7 feitos de competência originária, distribuídos no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ, são eles: 199603010815793, 200003000207625, 200103990262690, 200160000077220, 200203000127146, 200303990252620 e 200603990370586.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o quantitativo de processos inseridos na Meta/2 do Conselho Nacional de Justiça, fixada entre 2009 e 2014, era de 2.556, representando 19,96% do acervo de feitos conclusos. Embora os processos inseridos na META/2, tenham, segundo relato da unidade, tratamento especial, este fato precisa merecer maior atenção.

A listagem por ano de distribuição, indica o seguinte acervo de processos distribuídos, ainda em tramitação: 3, em 1999; 5, em 2000; 4, em 2001; 8, em 2002; 7, em 2003; 9, em 2004; 14, em 2005; 38, em 2006; 288, em 2007; 1269, em 2008, 966, em 2009; 1228, em 2010; 1980, em 2011; 2071, em 2012; 3126, em 2013 e 1789, em 2014. Como se observa, embora a maior parte do acervo seja constituída de processos distribuídos a partir de 2009, ainda há na unidade um número muito elevado de processos antigos, distribuídos entre 1999 e 2008. Considerando tratar-se de unidade com jurisdição sobre competência previdenciária, cujas lides encerram interesses prioritários, seja em decorrência do fator etário ou incapacitante para o trabalho, além de se inserirem em metas estabelecidas pelo CNJ, a reversão desta situação deve ser priorizada, com a solução das lides mais antigas.

Foram listados 10 agravos de instrumentos, sendo que 2 não têm informação sobre exame de liminar (200803000483706, distribuído por dependência à apelação

2008.03.99.026565-9 e a ela apensado; e 200903000082650, também apensado aos autos da apelação 2009.03.99.037272-9). Considerando a interposição de apelações, não se tratam de processos em situação irregular, assim como os agravos de instrumento listados.

A amostragem localizou 3 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (200261260159606, apelação cível e 200603990370586 e 200603990370586 embargos infringentes), ainda não julgados e com conclusão razoavelmente antiga, tendo passado por redistribuições, por sucessão de Gabinetes, ao longo de suas tramitações. A respectiva tramitação requer prioridade, seja em razão da natureza especial dos processos, seja pela data de distribuição dos feitos. Contudo, por se tratar de Gabinete com jurisdição especializada sobre matéria previdenciária em que há, necessariamente, predomínio do interesse de pessoas idosas ou portadoras de incapacidade, para além dos citados processos avaliados a título de amostragem, há um universo de outros em situação de mesma prioridade legal. Fato que impõe um planejamento que permita uma atuação célere sobre o acervo, em especial, por meio de julgamentos de forma simplificada tanto quanto possível.

Por outro lado, a amostragem não localizou outros feitos de competência originária pendentes com exceção de 9 embargos infringentes, sendo que 4 sem julgamento de mérito (200703990339985, 200761060010662 e 200761110030341).

Da mesma forma, verificaram-se feitos com petições de desistência ainda não examinadas (200661140001831 e 200261830036505), bem como com pedidos de efeito suspensivo (200803000483706 e 200903000082650).

Relativamente a processos sobrestados, verificou-se a existência de 2 processos nesta situação no Gabinete: 0053371-54.2000.403.0000, agravo de instrumento e 0069612-12.1999.4.03.9999, apelação cível. Ambos sobre matéria previdenciária (complementação de benefícios) e aguardando decisão em conflito de competência.

Não se verificaram pendências na unidade inspecionada, relativamente a processos de outros relatores, conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto ou lavratura de acórdão, até a data de 31/07/2014.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não se verificaram processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.628 processos e redistribuição de 237 processos, com julgamento de 7.164. Resultando, assim, na produtividade de 127,29%. Desconsiderados os processos que saíram por redistribuição, pelos

Julgamentos realizados evidenciou-se uma sensível redução do acervo, retratando um controle estatístico, positivo, da unidade que, de um acervo composto de 15.828 ao tempo da inspeção realizada em 2012 e de 13.532, quando da assunção do Gabinete pelo Desembargador Toru Yamamoto, encontra-se ao tempo desta inspeção, com 12.805 processos conclusos, incluindo-se os de competência da Turma e Seção.

Com relação à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação do acervo em geral com relativa celeridade, salvo alguns casos pontuais que foram identificados, com recomendação da providência cabível. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade, não reclama especial consideração, pois se verificou a ocorrência de decréscimo contínuo do acervo, com melhores perspectivas de otimização no futuro próximo, notadamente considerando-se a natureza da competência (direito previdenciário) cujo índice de demandas é muito elevado.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3, por sua 7ª Turma/3ª Seção, apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 12.805 processos, na data de 30/04/2014. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2008. Porém, com considerável presença de processos ainda distribuídos em período anterior (1999 a 2008), somando-se 1.645 processos, assim alcançados pela Meta 2 CNJ.

Verificou-se, não obstante, a ocorrência de fluxo processual positivo no período de agosto/2013 a julho/2014, com contínua redução do acervo de processos desde a última inspeção realizada em 2012. Naquela data, haviam 15.828 processos conclusos. Quantitativo que foi reduzido para 14.578 ao tempo da autoinspeção realizada em 2013, estando ao tempo da atual inspeção, com 12.805 processos.

O atual Desembargador Titular da unidade a assumiu em 26/03/2014. Tendo recebido acervo com 13.532 processos, verificou-se redução, em curto espaço de tempo para 12.805 processos, em dados de 31/07/2014. Considerando o pouco tempo de atividade no Gabinete, as dificuldades próprias de sua estruturação inicial, o decréscimo contínuo verificado no acervo de processos a partir do início do ano de 2012 reflete melhores perspectivas em futuro próximo. Para este propósito, digno de nota o fato de o Desembargador Toru Yamamoto, não obstante ser removido de

Seção com competência criminal, optou por preservar o mesmo quadro funcional já existente no Gabinete que assumiu na 7ª Turma, preservando, de igual forma, a experiência já adquirida por toda a equipe no exercício da jurisdição previdenciária.

Houve prolação, no interregno entre agosto/2013 e julho/2014, de 11.585 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de 2.556, representando 19,96% do acervo de feitos conclusos. Fato que reclama maior atenção com a priorização de julgamento destes processos antigos, sobretudo por se considerar a competência jurisdicional de que cuida a unidade, voltada para interesses que impõem maior rapidez na solução definitiva das lides.

Contudo, na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade.

Recomendações gerais:

- priorizar o julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014); os processos cuja preferência legal esteja presente; os agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e os embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.
- Dar maior atenção à apreciação dos agravos regimentais, atualmente em acúmulo na unidade.
- Dar maior atenção à apreciação de processos com representação por excesso de prazo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO MESQUITA SARAIVA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal **MARCELO MESQUITA SARAIVA**.

1.2. Órgãos de atuação: 7ª Turma, competência Direito Previdenciário

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 4 de outubro de 2013.

1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (17 servidores efetivos, 3 estagiários de nível superior).

1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade: 1 CJ2, 1 CJ3, 9 FC3, 4 FC4, 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (04/10/2013):	14.883
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	15.568
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	10.994
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho /2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	10.994

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31/07//2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	95
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	567
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	874
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	839
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.670
2.3.2. Média mensal:	472,5

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	8.332
2.4.2. Média mensal:	694,33

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	13.528
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	2
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.738
2.5.4. Declarações de voto:	6
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	8.610
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	4
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	12
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	209
2.5.9. Mero expediente:	1.947

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.670
2.6.2. Total de processos julgados (incluindo art. 557 CPC):	8.332
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	5.611
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.941
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	747
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	90
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	-2.752 (Positivo)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.410
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.407
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	3
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (base 31/07/2014)	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.431
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	165
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	62

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Unidade está organizada com base na divisão por matéria. Assim que chegam ao Gabinete, os processos são prontamente classificados por matéria e identificados por tarjas coloridas indicativas da matéria na capa. Após a identificação, é registrada no sistema a localização dos mesmos nos armários. É feita uma triagem de todos os processos que chegam da distribuição para a finalidade de separar todos aqueles em que já haja posicionamento da turma a respeito da matéria, bem como para verificar casos de incompetência. Após a triagem os processos são colocados nas mesas dos servidores que trabalham com as respectivas matérias. Os processos que necessitam da intervenção do Ministério Público Federal também são prontamente despachados para encaminhamento. Todos os agravos regimentais/legais e os embargos de declaração são prontamente minutados para serem levados a julgamento em mesa pela Turma. Os acórdãos dos processos julgados pela Turma são elaborados juntamente com o Relatório e Voto e após o julgamento são conferidos e colocados para assinatura do desembargador.

O Gabinete trabalha com meta semanal/mensal. As atividades são distribuídas aos servidores por matéria. Embora seja levada em consideração a aptidão individual de cada servidor, valoriza-se o resultado da equipe como um todo. São realizadas reuniões mensais para discutir metas e métodos de trabalho dando retorno da produtividade de toda a equipe. Excepcionalmente realiza-se mutirão quando há acúmulo de matérias repetitivas.

Os processos identificados em listas de META do CNJ, bem como os aqueles com prioridade legal, são separados e colocados para julgamento prioritário por dois servidores do Gabinete.

A administração e controle do acervo concluso é realizado por meio do setor de estatística. Os votos-vista, declaração de voto, embargos de declaração e agravos legais, são controlados pelo Gabinete que prioriza seus julgamentos. Os atos de declaração de voto, lavratura de acórdãos, são colocados diretamente nas mesas dos servidores para a elaboração da minuta respectiva. Os acórdãos são elaborados no momento da elaboração do relatório/voto e apenas conferidos e retificados após o julgamento, caso haja necessidade. Assim, não há processos pendentes para declaração de voto ou lavratura de acórdãos no Gabinete.

Há procedimento específico para o atendimento de partes e advogados. O atendimento é feito com agilidade pelos estagiários e servidores. Caso tenham alguma dúvida a respeito do processo, são prontamente encaminhados à

assessora/chefe e/ou ao desembargador, em caso de necessidade, sem hora marcada.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada destacou a realização de triagem dos processos assim que chegam da distribuição. A conferência de todas as minutas das decisões pela assessoria/chefe de gabinete. O julgamento imediato de todos os embargos de declaração e agravos legais.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 3ª Seção e na 7ª Turma, desde 04/10/2013, quando de sua promoção ao Tribunal.

A unidade está recebendo auxílio da Assessoria de Apoio aos Gabinetes (ASAG), nos termos do Ofício-Circular n. 5/2013 (Anexo 3) da Presidência do Tribunal, destinada às Turmas com competência previdenciária. O apoio consiste na disponibilidade de servidores que auxiliam na análise de processos, sendo indicada a matéria sobre revisão de benefícios em que já houvesse jurisprudência dominante a respeito da matéria questionada. O auxílio ao Gabinete teve início em junho de 2014, sendo minutados 136 processos até 31/07/2014.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 732 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.670, com média mensal de 473 processos. A menor distribuição foi de 317 processos em setembro/2013 e a maior foi de 822 em agosto/2013. Em relação à

produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 8.332, com média mensal de 694 processos. Houve, portanto, fluxo positivo de aproximadamente 2.662 processos, reduzidos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes à exceção do processo n. 200403000189203 com carga para o MPF em 05/08/2014. Em relação aos processos que tramitavam em unidades externas foram fornecidos à equipe os dados necessários à sua inspeção.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram inspecionados 50 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais. Não se verificou o registro de processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 3 embargos infringentes sendo: 1 pendente de julgamento (n. 200403000189203); outro com embargos de declaração (n. 200703000992347) e outro concluso em 25/08 para declaração de voto do Desembargador Federal Newton de Lucca (200803990145976). Além destes processos, também de competência originária 1 conflito de competência n. 201203000282248, pendente de julgamento, porém com decisão liminar proferida acerca do Juízo competente. Não obstante, ao exame do acervo em geral, há elevado número de processos em diversas classes, não inseridos na listagem previamente selecionada, cujo prazo de conclusão é superior a 30 dias.

Foram identificados os seguintes processos analisados na inspeção de 2012, ainda não julgados: 201203000099715, sendo informado estar com minuta para inclusão em pauta futura; 200561140071695, com despacho de vista ao MPF em 06/08/14 e 92030416838, concluso ao Relator, em 27/05/2014, após diligência cumprida pelo Juízo de origem.

Foram listados 7 agravos de instrumentos, sendo que todos já foram decididos nesta data, são eles: 200703000746531, 200703000873530, 200703001015120, 200703001028599, 200703001047820, 200803000058898 e 201003000178898. Não foi informada a existência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

A amostragem localizou os seguintes processos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave (199503010070230, 199803010377427, 200403000189203, 200561830016118 e 200803990020183). Constam também 1 ação civil pública (200561020135293); 1 mandado de segurança (201203000099715), ainda não julgados e com conclusão razoavelmente antiga, tendo passado por redistribuições, por sucessão de Gabinetes, ao longo de suas tramitações. A respectiva tramitação requer prioridade, seja em razão da natureza especial dos processos, seja pela data de distribuição dos feitos. Contudo, por se tratar de Gabinete com jurisdição especializada sobre matéria previdenciária em que há, necessariamente, predomínio do interesse de pessoas idosas ou portadoras de incapacidade, para além dos citados processos avaliados a título de amostragem, há um universo de outros em situação de mesma prioridade legal. Fato que impõe um planejamento que permita uma atuação célere sobre o acervo, em especial, por meio de julgamentos de forma simplificada tanto quanto possível.

Foram examinados 41 processos em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que foram praticamente sanados, estando ainda pendentes de providências consistentes em 8 processos: 199403011048938, 200461830022618, 200703000992347, 200703990493718, 200803990020183, 200803990145976, 200703990480967, 201203000099715.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o quantitativo de processos inseridos na META/2 do Conselho Nacional de Justiça, fixada entre 2009 e 2014, era de 2.374, representando 21,59% do acervo de feitos conclusos. Embora os processos inseridos na META/2, tenham, segundo relato da unidade, tratamento especial, este fato precisa merecer maior atenção.

A listagem por ano de distribuição, indica o seguinte acervo de processos distribuídos, ainda em tramitação: 1, em 2002; 1, em 2003; 2, em 2004; 98, em 2006; 575, em 2007; 892, em 2008, 863, em 2009; 1.178, em 2010; 1.468, em 2011; 1.700, em 2012; 2.696, em 2013 e 1.520, em 2014. Como se observa, embora a maior parte do acervo seja constituída de processos distribuídos a partir de 2010, ainda há na unidade um número muito elevado de processos antigos, distribuídos entre 2002 e 2009. Considerando tratar-se de unidade com jurisdição sobre competência previdenciária, cujas lides encerram interesses prioritários, seja em decorrência do fator etário ou incapacitante para o trabalho, além de se inserirem em metas estabelecidas pelo CNJ, a reversão desta situação deve ser priorizada, com a solução das lides mais antigas.

Não se verificou a existência de processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ, no Gabinete.

Não se verificaram pendências na unidade inspecionada, relativamente a processos de outros relatores, conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto ou lavratura de acórdão, até a data de 31/07/2014.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais, informou a unidade a existência de 12 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.670 processos e redistribuição de 90 processos, com julgamento de 8.332. Resultando, assim, na produtividade de 146,94%. Desconsiderados os processos que saíram por redistribuição, pelos julgamentos realizados evidenciou-se uma sensível redução do acervo, retratando um controle estatístico, positivo, da unidade, que, de um acervo composto de 14.883, quando da assunção do Gabinete pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, encontra-se ao tempo desta inspeção, com 10.994 processos conclusos, incluindo-se os de competência da Turma e Seção.

Considerando tratar-se de competência em matéria previdenciária, que se caracteriza por demandas de massa, assim com grande e frequente volume de distribuição, com relação à dinâmica processual na unidade foi possível constatar que existe tramitação do acervo, em geral, com relativa celeridade, salvo alguns casos pontuais que foram identificados e recomendada a providência cabível. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade, não reclama especial consideração da CGJF pois se verificou a ocorrência de decréscimo contínuo do acervo, com melhores perspectivas de otimização no futuro próximo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3, por sua 7ª Turma / 3ª Seção, apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 10.994 processos, na data de 30/04/2014. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2010. Porém, com considerável presença de processos ainda distribuídos em período anterior (2002 a 2009), somando-se 2.432 processos, assim alcançados pela Meta 2 CNJ.

Verificou-se, não obstante, a ocorrência de fluxo processual positivo no período de outubro/2013, quando da assunção do cargo pelo Desembargador Marcelo Saraiva, a julho/2014, com contínua redução do acervo de processos. Na assunção do Gabinete, haviam 14.883 processos conclusos. Quantitativo que foi reduzido para 10.994 ao tempo da atual inspeção.

Considerando o pouco tempo de atividade no Gabinete, as dificuldades próprias de sua estruturação inicial, o decréscimo contínuo verificado no acervo de processos a partir do início do ano de 2013 reflete melhores perspectivas em futuro próximo.

Houve prolação, no interregno entre agosto/2013 e julho/2014, de 13.528 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos na Meta2/CNJ, fixada entre 2009 e 2014, era de 2.374, representando 21,59% do acervo de feitos conclusos. Fato que reclama maior atenção com a priorização de julgamento destes processos antigos, sobretudo por se considerar a competência jurisdicional de que cuida a unidade, voltada para interesses que impõem maior rapidez na solução definitiva das lides.

Contudo, na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade.

Recomendações gerais:

- priorizar o julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014); os processos cuja preferência legal se imponha; os feitos com antecipação de tutela deferida e os embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.

- Dar maior atenção à apreciação de processos com representação por excesso de prazo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA (3ª SEÇÃO)

JUIZ FEDERAL CONVOCADO VALDECI DOS SANTOS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. **Identificação:** Juiz Federal Convocado **VALDECI DOS SANTOS**

1.2. **Órgãos de atuação:** 7ª Turma, competência Direito Previdenciário

1.3. **Tempo de atuação na atual Turma:** desde 10 de abril de 2014.

1.4. **Quadro de pessoal:** 21 auxiliares (17 servidores efetivos, 4 estagiários de nível superior).

1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ2, 1 CJ3, 8 FC3, 4 FC4, 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (10/04/2014):	10.723
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	14.851
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	10.022
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	2
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento(julho/2014):	10.020

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31/07//2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	58
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	19
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	422
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	818
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	719
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.686
2.3.2. Média mensal:	473,8

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	6.685
2.4.2. Média mensal:	557

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	10.877
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	39
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.019
2.5.4. Declarações de voto:	4
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	6.970
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	7
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	60
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	224
2.5.9. Mero expediente:	1.554

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.686
2.6.2. Total de processos julgados (incluindo art. 557 CPC):	6.685
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.206
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.826
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	312
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	não informado
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	112
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	- 1.111 (Positivo)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.727
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.727
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	2
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (base 31/07/2014)	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.735
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	6
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	86

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Unidade é composta de 17 servidores, sendo que 13 deles atuam na atividade fim, que é elaboração de minutas, decisões, despachos e acórdãos, 2 agentes de segurança e 2 servidores de apoio ao trabalho administrativo do gabinete, relacionado, em linhas gerais, à organização, recebimento, localização, etc. dos processos. A metodologia de trabalho, em linhas gerais, funda-se na especialização de cada servidor em determinada matéria, de modo que os processos, uma vez recebidos da distribuição, são triados e separados conforme a especificidade da controvérsia para serem entregues ao servidor que fará a minuta da decisão/despacho/acórdão. Em se tratando de medidas de urgência (agravos de instrumento, medidas cautelares, conflitos de competência e mandados de segurança), são de imediato destinados para as equipes responsáveis. Os demais feitos não urgentes são classificados segundo a matéria, prioridades legais, tipo de recurso e organizados nos respectivos armários por matéria e, ainda, subdivididos por ordem numérica/cronológica de autuação. Os servidores são organizados em equipes, com a designação de coordenadores para cada uma delas, que atuam conforme as matérias, o caráter de urgência e a fase recursal dos processos. Há dois servidores de apoio administrativo que trabalham diretamente com o chefe de gabinete.

A organização dos processos é feita conforme alocação em armários numerados, com o lançamento da localização física de cada processo no Gabinete mediante utilização do sistema de dados do Tribunal (SIAPRO).

O planejamento das atividades da Unidade é feito por meio de reuniões semanais ou mensais, dependendo da contingência/necessidade do gabinete e se funda, em linhas gerais, em especialização de servidores por matéria, fase ou classe processual e mesmo mutirões quando necessário. No tocante à parte administrativa, há 2 servidores destacados para atender esse fim.

Há metas individuais de produtividade fundadas nos critérios de distribuição e urgência de processos a serem julgados pelo Gabinete. O controle periódico de produtividade do Gabinete é feito com base na distribuição física semanal e mensal dos processos e com apoio do Setor de Estatística do Tribunal. Há ainda o controle individual, por servidor, que é realizado com base nos dados estatísticos fornecidos pela rotina do sistema GEDPRO. A avaliação periódica de resultados das atividades é realizada semanal e mensalmente, por meio de tabelas/planilhas de desempenho, com base no número de despachos/decisões preferidas pelo Gabinete, dados esses fornecidos pelo sistema interno do Tribunal (GEDPRO/SIAPRO/Guias de remessa) e pelo Setor de Estatística do Tribunal.

Os processos identificados em listas de META do CNJ ou prioridade legal recebem tratamento prioritário para julgamento segundo a ordem cronológica de distribuição e a natureza da urgência. Os demais feitos não incluídos nas metas são julgados de acordo com o plano de trabalho estabelecido pelo Gabinete.

A administração do controle do acervo concluso é realizada conforme alocação em armários numerados, com o lançamento da localização física de cada processo no Gabinete mediante utilização do sistema de dados do Tribunal (SIAPRO).

O atendimento de partes e advogados é feito pelos servidores ou pela chefia. Se solicitado, há acesso direto ao desembargador federal ou juiz federal convocado. A consulta aos autos, uma vez requerida, é feita no próprio balcão de atendimento localizado na entrada do gabinete. Processos sigilosos seguem a recomendação de consulta restrita, conforme previsão legal. Relativamente aos advogados, ressaltou-se observar as prerrogativas definidas no Estatuto da OAB e no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada destacou a realização do trabalho em equipe, fundado na qualidade técnica e pessoal dos servidores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O Gabinete está, atualmente, ocupado pelo Juiz Federal Convocado, Valdeci dos Santos, desde 4 de abril de 2014, tendo em vista a vacância do Gabinete decorrente da aposentadoria da Desembargadora Vera Jucovsky.

A unidade está recebendo auxílio da Assessoria de Apoio aos Gabinetes (ASAG), nos termos do Ofício-Circular n. 5/2013 (Anexo 3) da Presidência do Tribunal, para julgamento de algumas matérias selecionadas pelo Gabinete. Os feitos são minutados pelos servidores lotados na ASAG, mas conferidos e assinados pelo JFC Valdeci dos Santos. O início do auxílio por meio da ASAG ocorreu em meados de maio, com remessa de 300 processos, tendo aquela assessoria, até a presente data, contribuído com o julgamento de aproximadamente 200 processos.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 770,92 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.686, com média mensal de 474 processos. A menor distribuição foi de 351 processos em abril/2014, e a maior foi de 822 em agosto/2013. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 6.685, com média mensal de 557 processos. Houve, portanto, fluxo positivo de aproximadamente 999 processos, reduzidos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 69 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais, além do processo n. 2007.03.99.007710,-3, não constante da listagem disponibilizada. Não se verificou o registro de processos extraviados.

Foram identificados os seguintes processos analisados na inspeção de 2012, ainda pendentes de saneamento: 2001.03.00.009019-2, 2001.03.00.004930-1, 2001.03.00.007961-5, 2007.03.00.091279-0, 2007.03.00.091954-1 e 2000.03.00.016659-3. A situação processual em todos eles, em 10/04/2014 era de

redistribuição por sucessão. Foram redistribuídos, por atribuição ao Juiz Federal Convocado, Valdeci dos Santos, todos eles aguardando julgamento.

O Juiz Federal Convocado, a propósito destes processos ainda pendentes de resolução, explicitou a seguinte justificativa: Conforme já informado anteriormente, assumi minhas funções perante a 7ª Turma desta Corte a partir de 10/04/2014, por meio de Ato n. 12283, de 9 de abril de 2014, da Egrégia Presidência, em vaga decorrente da aposentadoria da Desembargadora Federal Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky. Por sua vez, esclareço ainda que, conforme consulta processual perante ao sistema informatizado desta E. Corte, anteriormente à minha convocação em 10/04/2014, ocorreram sucessivas redistribuições por sucessão do atual acervo desde, pelo menos, o ano de 2010. Nesse sentido, verifica-se que, em 08/07/2010, houve redistribuição por sucessão – redistribuição por atribuição; em 22/02/2012, novamente, redistribuição por sucessão – redistribuição por atribuição e, finalmente, em 10/04/2014, houve redistribuição por sucessão – redistribuição por atribuição a mim. Dessa feita, as várias redistribuições, ditadas pela sucessão de acervo, parecem ter contribuído para a delonga no julgamento de referidos processos. No entanto, esforços estão sendo envidados pelo Gabinete para julgar esses feitos o mais breve possível, sendo anotada prioridade no julgamento dos mesmos.

Foram examinados 49 processos em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que foram parcialmente sanados, estando ainda pendentes de providências consistentes em 29 processos: 199303010748493, 19960310956364, 19970310598774, 199803011055328, 199903000284070, 199903990977930, 199961170020651, 200003000064220, 200003990513024, 200003990539633, 200061190237418, 200103000049143, 200103000049301, 200103000049313, 200103000079615, 200103000090192, 200103990224638, 200261080085785, 200261250035167, 200461070094658, 200461200052452, 200561830006457, 200561830060648, 200603001055550, 200661080087088, 200703990077103, 200761150010389, 200903990071845 e 200903990226210.

A amostragem evidenciou, ainda, a existência de 20 feitos de competência originária, distribuídos no TRF3, anteriormente a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 CNJ. São eles: 199803011055328, 199903000284070, 199903990977930, 19996117002065r, 200003000064220, 200003000073300, 200003000166593, 200003000534144r, 200003000589066r, 0003000633900r, 200003990513024, 200103000049143, 200103.000049301r, 200103000061600r, 200103000079615, 200103000090192r, 200261080085785, 200403000601631r, 200461070094658, 00461200052452.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o quantitativo de processos inseridos na META/2 do Conselho Nacional de Justiça, fixada entre 2009 e 2014, era de 2.036, representando 20,31% do acervo de feitos conclusos. Embora os

processos inseridos na META/2, tenham, segundo relato da unidade, tratamento especial, este fato precisa merecer maior atenção.

A listagem por ano de distribuição, indica o seguinte acervo de processos distribuídos, ainda em tramitação: 1 em 1993; 1 em 1996; 2 em 1997; 3 em 1998; 4 em 1999; 15 em 2000; 15 em 2001; 11 em 2002; 16 em 2003; 23 em 2004; 22 em 2005; 36 em 2006; 440 em 2007; 843 em 2008, 761 em 2009; 994 em 2010; 1281 em 2011; 1604 em 2012; 2423 em 2013 e 1577 em 2014. Como se observa, embora a maior parte do acervo seja constituída de processos distribuídos a partir de 2010, ainda há na unidade um número muito elevado de processos antigos, distribuídos entre 1993 e 2009. Considerando tratar-se de unidade com jurisdição sobre competência previdenciária, cujas lides encerram interesses prioritários, seja em decorrência do fator etário ou incapacitante para o trabalho, além de se inserirem em metas estabelecidas pelo CNJ, a reversão desta situação deve ser priorizada, com a solução das lides mais antigas.

Foram listados previamente para a inspeção, 10 agravos de instrumentos, sendo que 4 já se encontram julgados (ns. 200603000374970, 200703000051802, 200703000251359 e 200803000306614); 4 convertidos em agravo retido e apensado ao principal (ns. 200103000268710, 200503000647386, 200503000694285, 200603000784308 e 200803000161510). Os demais ainda em tramitação encontram-se em situação regular. Não foi informada a existência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

A amostragem localizou 5 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (199203010339849, 1995030106772280, 199503010858507, 200003990513024, 200061190237418), ainda não julgados e com conclusão razoavelmente antiga, tendo passado por redistribuições, por sucessão de Gabinetes, ao longo de suas tramitações. A respectiva tramitação requer prioridade, seja em razão da natureza especial dos processos, seja pela data de distribuição dos feitos. Contudo, por se tratar de Gabinete com jurisdição especializada sobre matéria previdenciária em que há, necessariamente, predomínio do interesse de pessoas idosas ou portadoras de incapacidade, para além dos citados processos avaliados a título de amostragem, há um universo de outros em situação de mesma prioridade legal. Fato que impõe um planejamento que permita uma atuação célere sobre o acervo, em especial, por meio de julgamentos de forma simplificada tanto quanto possível.

Por outro lado, quanto a processos de competência originária, a amostragem revelou a existência de 7 embargos infringentes, (199803011055328, 199903000284070, 199961170020651r, 200003990513024, 200261080085785, 200461070094658 e 200461200052452), além de 2 ações rescisórias ainda

pendentes de julgamento (200103000049313 e 200103000090192r), dentre os processos previamente listados para inspeção.

Relativamente a processos sobrestados, informou a unidade inspecionada a existência de 2 processos nesta situação: 201303990210630 e 201303990219487, ambos apelações cíveis. Cuidam-se de matéria previdenciária (renúncia de aposentadoria por tempo de serviço) aguardando julgamento de Recurso Extraordinário (661.256/SC) com repercussão geral, de relatoria do Min. Roberto Barroso. Em consulta ao sistema de informação processual, verifica-se que se tratam de recursos já julgados pela Turma, estando, atualmente, sob a competência da Vice-Presidência do Tribunal para juízo de admissibilidade de Recursos Extraordinário/Especial, em cujo Órgão foi determinado o sobrestamento.

Não se verificaram pendências na unidade inspecionada, relativamente a processos de outros relatores, conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto ou lavratura de acórdão, até a data de 31/07/2014.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais, informou a unidade a existência de 18 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.686 processos e redistribuição de 112 processos, com julgamento de 6.685. Resultando, assim, na produtividade de 117,57%. Desconsiderados os processos que saíram por redistribuição, pelos julgamentos realizados evidenciou-se uma sensível redução do acervo, retratando um controle estatístico, positivo, da unidade que, de um acervo composto de 14.623 ao tempo da inspeção realizada em 2012 e de 10.563, quando da assunção do Gabinete pelo Juiz Federal Convocado, Valdeci dos Santos, em abril de 2014, encontra-se ao tempo desta inspeção com 10.022 processos conclusos, incluindo-se os de competência da Turma e Seção.

Considerando tratar-se de competência em matéria previdenciária, que se caracteriza por demandas de massa, assim com grande e frequente volume de distribuição, com relação à dinâmica processual na unidade foi possível constatar que existe tramitação do acervo, em geral, com relativa celeridade, salvo alguns casos pontuais que foram identificados e recomendada a providência cabível. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade, não reclama especial consideração, pois se verificou a ocorrência de decréscimo contínuo do acervo, com melhores perspectivas de otimização em futuro próximo, notadamente após o provimento definitivo do cargo de desembargador, que se encontra vago.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3, por sua 7ª Turma/3ª Seção, apresentou condições gerais adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. O Gabinete estava bem organizado, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

O acervo de conclusos no Gabinete era de 10.022 processos, na data de 30/04/2014. Predominavam no estoque processos distribuídos a partir de 2010. Porém, com considerável presença de processos ainda distribuídos em período anterior (1993 a 2009), somando-se 2.193 processos, assim alcançados pela Meta 2 CNJ.

Verificou-se, não obstante, a ocorrência de fluxo processual positivo no período de agosto/2013 a julho/2014, com contínua redução do acervo de processos desde a última inspeção realizada em 2012. Naquela data, haviam 14.623 processos conclusos. Quantitativo que foi reduzido para 10.563 ao tempo da autoinspeção realizada em 2013, estando ao tempo da atual inspeção, com 10.022 processos conclusos.

Houve prolação, no interregno entre agosto/2013 e julho/2014, de 10.887 decisões, entre votos e decisões monocráticas. O total de processos inseridos nas diversas metas do Conselho Nacional de Justiça, fixadas entre 2009 e 2014, era de 2.036, representando 20,31% do acervo de feitos conclusos. Fato que reclama maior atenção com a priorização de julgamento destes processos antigos, sobretudo por se considerar a competência jurisdicional de que cuida a unidade, voltada para interesses que impõem maior rapidez na solução definitiva das lides.

Ressalte-se que a unidade inspecionada encontra-se com o cargo de desembargador vago desde abril de 2014. Situação que exerce influência na produtividade desejada, em razão da instabilidade da equipe que o integra, não obstante o empenho e dedicação do Juiz Federal Convocado para exercer interinamente no cargo.

Contudo, na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, sendo pontuais as providências e ajustes que devem ser adotados pela própria unidade.

Recomendações gerais:

- priorizar o julgamento dos processos de META/CNJ (especialmente 2/2009, 2/2010, 18/2012, 2/2013, 2/2014); os processos cuja preferência legal esteja

presente; os agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e os embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias.

- Dar maior atenção à apreciação de processos com representação por excesso de prazo.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **NEWTON DE LUCCA**

1.2. Órgãos de atuação: 8ª Turma, 3ª Seção e Órgão Especial.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 10/04/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 16 auxiliares (15 servidores efetivos e 1 estagiário. Não há servidores sem vínculo, requisitados ou terceirizados); 12 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, não há FC5, 4 FC4, 7 FC3, não há FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF em 10/04/2014:	6.352
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	13.020
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	7.644
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	7.644

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014):		458
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):		2
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):		-
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):		4
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):		95
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):		354
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):		0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012): não se aplica		3

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total :	5.556
2.3.2. Média mensal:	463

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	3.280
2.4.2. Média mensal:	273

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.692
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	23
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.106
2.5.4. Declarações de voto:	3
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	3.429
2.5.6. Decisões em juízo de retratação: (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	43
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	48
2.5.9. Mero expediente:	1.040

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.888
2.6.2. Total de processos julgados	3.280
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	1.994
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	1.010
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	220
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	437
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) Obs.: o critério utilizado para apuração do saldo de processos foi total de distribuídos ou redistribuídos (–) total de julgados (–) redistribuídos (saída)	2.171

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1.1. Processos julgados por acórdão:	1.014
2.7.1.2. Acórdãos lavrados (idem):	1.014
2.7.2. Lavraturas em prazo superior a 10 dias (própria relatoria – item 3.17):	0
2.7.3. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.129
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	4
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	0

Obs.: Na ficha de inspeção (item 3.18), consta que houve 843 processos de outro Gabinete com acórdão lavrado na unidade inspecionada, bem como que existem 35 processos de outro Gabinete com acórdãos pendentes de assinatura na unidade inspecionada. Destes 35 processos, alguns (16) constaram na amostragem da inspeção e estavam localizados no Gabinete da atual Relatora (14 DF Cecília Marcondes e 2 JFC Raquel Perrini), foram solicitados pela unidade inspecionada somente para realização da inspeção, ao fim da qual foram encaminhados novamente para lavratura de acórdão pela Relatora.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A partir de diálogo com o desembargador e também relato da chefe de gabinete, foram obtidas as seguintes informações.

Com relação à triagem inicial de processos e classificação, conforme informado pela chefe do gabinete, 1) Todos os processos recebidos neste gabinete são, inicialmente, triados, separados por matéria e encaminhados para a elaboração de minutas de votos, de decisões monocráticas ou de despachos. 2) Os feitos remanescentes são guardados nos armários, separados por matéria e em ordem numérica. 3) Adicionalmente, todas as apelações cíveis e remessas oficiais são registradas com a denominada “localização física”, que permite, mediante consulta no SIAPRO (Sistema de Acompanhamento Processual), localizar facilmente o processo dentro do setor. 4) Os processos recebidos para voto-vista, declaração de voto ou elaboração de acórdão são passados diretamente para a chefia de gabinete ou assessoria. 5) Os agravos de instrumento e as ações originárias distribuídos são imediatamente entregues à assessoria para exame.

Com relação à organização da unidade, foi esclarecido que o Gabinete encontra-se dividido em equipes: 1) A chefe de gabinete conta com uma equipe de 9 servidores que a auxilia nos processos de competência da 8ª Turma (apelações cíveis e remessas oficiais). 2) A assessora possui uma equipe de 2 servidores que a auxilia nos processos de competência do Órgão Especial, 3ª Seção e 8ª Turma (agravos de instrumento e feitos de competência originária). 3) Um servidor é designado para controlar a entrada e saída de processos do gabinete. 4) Dois agentes de segurança auxiliam o desembargador, em seus traslados.

No que tange à especialização de servidores por matéria, foi relatado que na equipe da chefia de gabinete, os servidores têm trabalhado em forma de mutirão, por matéria. Dessa forma, todos analisam processos de mesmo benefício previdenciário, facilitando e agilizando a elaboração de minutas de votos e decisões monocráticas. A chefia de gabinete corrige as minutas antes de passar ao Relator, bem como o auxilia nas sessões de julgamento da 8ª Turma. Dos dois servidores que compõem a equipe da assessoria, um deles dedica-se aos processos individualizados e não repetitivos. O outro, cuida dos agravos de instrumento distribuídos (análise de efeito suspensivo e monocrática), presta auxílio à assessoria no exame das pautas da sessão, além de minutas de votos e monocráticas de feitos repetitivos de competência da Turma e Seção. A assessoria presta apoio a estes servidores, supervisiona todo o trabalho e corrige as minutas antes de passar ao Relator, além de assessorá-lo nas sessões de julgamento da 3ª Seção e no Órgão Especial.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, no tocante aos feitos com prioridade legal, trata-se de cerca de 90% dos feitos em tramitação, o que prejudica a outorga de um tratamento específico. Quanto às metas do CNJ, contamos com o auxílio da Seção de Estatística para o fornecimento das respectivas listagens, a fim de que possamos trabalhar no sentido de diminuir o número desses processos conclusos.

No que toca à fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, planejamento e avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade e metas, são estabelecidas metas de produção individual e por equipe, visando à redução do acervo. Conforme relatado pela chefe de gabinete:

1) No início de cada mês é estipulada uma desejável meta para cada servidor, sendo que a meta mais importante é a estipulada para a equipe. Dessa forma, todos os servidores têm conhecimento prévio da quantidade de minutas votos e decisões monocráticas a ser produzida no mês de referência. Na hipótese de um servidor não conseguir cumprir sua meta individual, outro servidor poderá cumpri-la. Ao proceder dessa maneira, verifica-se maior união e colaboração entre os colegas, tendo em vista que o fim precípua é o alcance da meta principal estipulada para a equipe;

2) Toda a produção (individual ou da equipe) é preenchida em planilha, a qual fica disponibilizada em rede para acesso a todos os servidores lotados neste gabinete;

3) Toda semana são feitas reuniões com toda a equipe, no intuito de sanar dúvidas processuais e, eventualmente, expor e discutir procedimentos que possam melhorar as atividades do gabinete;

4) No final de cada mês é aferida a produtividade do gabinete, sendo que o resultado é apresentado e discutido com toda a equipe;

5) Com relação às apelações cíveis e remessas oficiais, este gabinete possui uma planilha própria, que permite o controle diário, semanal e mensal dos seguintes dados:

- a) Produção de cada servidor;
- b) Número de processos com votos para julgamento colegiado;
- c) Número de processos com decisões monocráticas terminativas;
- d) Número de processos com despachos de mero expediente;
- e) Número de processos recebidos fisicamente no gabinete;
- f) Número de processos que saíram fisicamente do gabinete;
- g) Diferença entre o número de processos que entraram e saíram fisicamente do gabinete.

6) No tocante aos agravos de instrumento e processos de competência da 3ª Seção e Órgão Especial, desde junho/2014, para melhor visualização e controle do acervo foram elaboradas tabelas, diariamente atualizadas com as movimentações do gabinete, nas quais é possível verificar data da distribuição, data e espécie de decisão, votos elaborados, processos em termos para julgamento, dentre outras informações relevantes ao acompanhamento processual.

Com relação ao atendimento aos advogados, foi relatado que o atendimento é feito pelo servidor designado para as atividades administrativas deste gabinete, sendo que, na maioria dos casos, as partes e advogados comparecem a este setor para solicitar preferência no julgamento do recurso. O número do processo é anotado em uma relação e conforme a ordem cronológica dos pedidos de preferência os feitos são analisados e julgados.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, na 8ª Turma, na 3ª Seção e no Órgão Especial.

No período de 5 anos, o magistrado registrou as seguintes movimentações:

8ª Turma: de 15/06/2004 a 16/02/2012;

Presidência: 17/02/2012 a 16/02/2014;

7ª Turma: 17/02 a 09/04/2014 (acervo assumido: 11.707; deixado: 11.505);

8ª Turma: a partir de 10/04/2014 (acervo assumido 8.050).

A unidade não recebeu auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi muito bem recebida pelo Desembargador Federal Newton de Lucca e sua equipe no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 637 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição ao Gabinete no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.560, com média mensal de 463 processos. A menor distribuição foi de 342 processos em abril/2014, e a maior foi de 814 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 3.280 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 273), além de 1.019 agravos legais/regimentais e 240 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo, mediante aumento de 2.280 processos do acervo, haja vista que a distribuição no período foi de 5.560.

Em termos de organização dos processos, todos foram localizados, não havendo notícia de extravio nesta inspeção e nas anteriores (2012/2013).

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Com relação à identificação visual dos feitos incluídos na Meta 2, verifico que são poucos os casos antigos que tramitam na unidade inspecionada: 2 da Meta 2/2009, nenhum da Meta 2/2010, 4 da Meta 2/2012, 95 da Meta 2/2013 e 354 da Meta 2/2014, bem como 3 da Meta 4/2014.

Há 16 processos listados para inspeção e que estavam localizados em outro gabinete para declaração de voto, sendo que foram solicitados (do referido gabinete onde estavam) e disponibilizados à inspeção. Não puderam ser fisicamente inspecionados 5 processos: conforme consulta ao andamento processual, 2 estavam

com carga para as partes desde agosto/2014 (200003990720194 e 201103000144133); 3 estavam remetidos aos gabinetes dos atuais relatores, em razão de o DF Newton de Lucca haver afirmado seu impedimento (201203000099314, 201203000125775 e 201203000224674).

De forma geral, a unidade não teve qualquer dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram inspecionados os 63 processos da listagem, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, aparentemente, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Com relação a processos remanescentes da inspeção anterior, tudo indica que todos os feitos incluídos nas inspeções anteriores foram solucionados, à exceção do processo n. 200803990289573, que foi submetido à autoinspeção no ano 2013 e encontra-se concluso desde 06/03/2012 para julgamento dos embargos de declaração opostos contra a decisão que não conheceu/negou provimento à remessa necessária.

Registre-se que o processo n. 2007.03.99.037781-0, que constou como pendência na Certidão n. CJF-CET-2013/00142, datada de 14/07/2013, foi resolvido, constando no respectivo andamento processual o seguinte registro: Baixado à vara de origem em 11/12/2013.

O feito mais antigo ainda pendente é o n. 199103010081131. Trata-se de processo em fase de execução. A sentença é de 15/02/2013 e encontra-se pendente de julgamento de apelação desde 06/01/2014. Seu andamento foi considerado regular, em dia, mas, por se tratar de processo antigo pela data de distribuição, recomenda-se seja dada prioridade.

Não há notícia de representação por excesso de prazo perante o CJF.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 1 feito com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Trata-se de Processo Administrativo com distribuição em 21/01/1991, de competência do Órgão Especial. É o anteprojeto de Regimento Interno do Conselho de Administração e foi proferida decisão em 18/08/2014. Ou seja, processo rigorosamente em dia.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, ainda aguardando julgamento era de 16 processos, representando, portanto, 0,12% de todo o estoque em tramitação, que é de 13.020 processos.

Como se observa, a maior parte do atual acervo conclusivo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2013 e 2014 (2.379 e 2.094, respectivamente). De tal dado é possível concluir que o gabinete observa o critério de antiguidade para julgamento.

Verificou-se a existência, na amostragem, de 3 processos da META 4/2014, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública distribuídos no ano 2012. Cuida-se de processos distribuídos ao Órgão Especial, sendo 2 inquéritos criminais e 1 medida cautelar de quebra de sigilo. Conforme informado pela chefe de gabinete do DF Newton de Lucca, tais processos foram inspecionados pela equipe do DF Otávio Pamplona, a quem coube inspecionar o Órgão Especial desta Corte.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. De modo geral, os processos inspecionados estavam com andamento regular, especialmente se considerado o volume de distribuição mensal. Excepcionalmente foram identificados na amostragem processos com data de conclusão mais remota, sendo os casos mais antigos:

- conclusos no ano 2009 (2): pendentes de julgamento de apelação (200903990216501 e 200903990240333).
- conclusos no ano 2010 (1): 200803990199328;
- conclusos no ano 2011 (2): 200361170014050 e 200903990132299.

Foi verificada a existência de 3 casos conclusos no ano 2012 e 11 casos no ano 2013, que podem ser identificados na lista de processos inspecionados, nos quais constou que, embora não se trate de conclusão muito antiga, é recomendada a inclusão em pauta ou julgamento por se tratar de casos com data de distribuição antiga, sendo os mais antigos do ano 1993 (199303010126822 e 199303011091025).

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que existe empenho do gabinete para priorizar os processos com data de distribuição mais antiga. Embora existam 8 processos da década de 90 na conclusão do ano 2013, diante do enorme volume de distribuição, não se pode afirmar atraso no andamento.

Não foram listados agravos de instrumentos pendentes de julgamento na amostragem.

A maior parte dos feitos versa sobre prioridades, o que é natural em acervo de matéria previdenciária, onde existem muitos feitos envolvendo idosos e pessoas portadoras de incapacidades e de necessidades especiais. Conforme afirmado pela chefe de gabinete, as prioridades correspondem a 90% do acervo.

No tocante a processos sobrestados, não foi verificada sua existência, conforme resposta ao item 3.14 da Ficha de Inspeção. Não obstante, consta na planilha de “quantidade de processos judiciais sobrestados no tribunal por gabinete” a existência de 3 feitos, no mês de abril de 2014.

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 16 processos encaminhados às atuais Relatoras para declaração de voto, todos há mais de 30 dias.

Dentre os recursos que são julgados em mesa, não se apurou pendência relativa a agravos legais/regimentais. Entretanto, verificou-se a existência de 6 embargos de declaração (200061830053944, 200461830055910, 200661040030821, 200803990070514, 200803990289573 e 201303990016620), exigindo exame urgente, sendo 5 com data de conclusão no ano 2013 e 1 concluso em 2012 (200803990289573, submetido à autoinspeção).

Não existem agravos ou outras classes com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.560 processos. No mesmo período, houve julgamento de 3.280 processos, resultando, assim, no aumento de 2.280 processos do acervo.

Registre-se que além do julgamento de 3.280 processos, foram julgados 1.020 agravos internos e 240 embargos, o que representa uma produtividade de 4.540 decisões, que corresponde à média mensal de 378 julgados.

A unidade inspecionada, embora apresente bons números relativamente aos feitos incluídos em Metas do CNJ, havendo poucos casos de conclusões antigas, o que demonstra que tem sido adotado um controle eficiente de acompanhamento da antiguidade dos processos, por outro lado, merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

A tendência observada nos últimos meses, de julgamento em número inferior à distribuição, necessita ser objeto de atenção. O fator positivo é que, conforme narrado na Ficha de Inspeção (item 5.5), no ano 2009 a equipe do DF Newton De Lucca superou uma situação bastante adversa, na qual possuíam um saldo de 17.099 processos (2009) e conseguiram reduzir o acervo para 8.647 processos, em janeiro de 2012.

Em síntese, considero como pontos mais favoráveis da unidade inspecionada:

1) Possuírem número pequeno, favorável, de processos incluídos nas Metas do CNJ, totalizando 458, dos quais 354 correspondem à Meta 2/2014, ou seja, distribuídos no ano 2009. Com relação à Meta 2 de 2009/2010/2011, há 2, zero e 4 processos, respectivamente. E com relação à Meta 2 distribuídos até 31/12/2006 há 16 processos. Tal constatação indica que a unidade desenvolve eficiente controle de acompanhamento de antiguidade dos processos;

2) Relativamente aos feitos incluídos na amostragem, não foi constatada existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Também não foi constatada a existência de processos pendentes de decisão por muito tempo. Dos feitos incluídos na amostragem, a conclusão mais remota é do ano 2009, que aguardam julgamento de apelação (200903990216501 e 200903990240333); Consta um caso com conclusão no ano 2010 (200803990199328); No ano 2011, 2 casos (200361170014050 e 200903990132299); No ano 2012, 3 casos (200803990289573, 200861140066640 e 200961110054299). Relativamente ao ano 2013, há 8 processos conclusos da década de 90. Em relação a esses, recomenda-se inclusão em pauta somente em razão da antiguidade na distribuição, pois, a rigor, a data de conclusão não é antiga.

3) Não foram verificadas pendências de inspeções anteriores. Como exceção, existe um único feito (200803990289573), que foi objeto da autoinspeção de 2013 e permanece aguardando julgamento desde 2012.

Como pontos menos favoráveis, destaco:

1) O aumento no acervo, decorrente do fato de que nos últimos meses houve julgamentos (saída) em número menor que a distribuição (entrada), o que está ocorrendo em razão da adaptação da equipe, haja vista que o DF Newton De Lucca esteve na Presidência do TRF3 até recentemente (16/02/2014), havendo passado pela 7ª Turma (17/02/2014 a 09/04/2014), e chegado a atual 8ª Turma em 10/04/2014. Pode ser um desequilíbrio pontual, de adaptação, mas que merece atenção.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Considerando que o objetivo da inspeção deve ser contribuir para o aprimoramento dos trabalhos nas unidades inspecionadas, a título de observação, remeto aos pontos mais/menos favoráveis destacados no tópico acima.

Além destes casos pontuais, recomenda-se que sejam adotadas medidas para equilíbrio urgente de entradas e saídas, de modo a estancar a tendência de aumento no acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **THEREZINHA CAZERTA**
1.2. Órgãos de atuação: 8ª Turma, 3ª Seção e Órgão Especial.
1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 22/05/2003.
1.4. Quadro de pessoal: 23 auxiliares (18 servidores efetivos e 5 estagiários. Não há servidores sem vínculo, requisitados ou terceirizados); 16 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, não há FC5, 4 FC4, 9 FC3, não há FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF em 22/05/2003:	6.114
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	16.890
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	8.861
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	4
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	8.757

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014):	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	65
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	30
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	252
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	597
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	592
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.658
2.3.2. Média mensal:	472

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	6.652
2.4.2. Média mensal:	554

Obs.: Se somados os embargos de declaração (862) e os agravos (938), o total de julgados sobe para 8.452 e a média mensal 704 julgados.

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	9.933
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	2.200
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.494
2.5.4. Declarações de voto:	10
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	4.809
2.5.6. Decisões em juízo de retratação: (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	1
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	19
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	129
2.5.9. Mero expediente:	1.271

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.865
2.6.2. Total de processos julgados	6.652
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	3.165
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	1.263
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	535
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	186
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) Obs.: o critério utilizado para apuração do saldo de processos foi total de distribuídos ou redistribuídos (-) total de julgados (-) total de redistribuídos (saída)	- 973

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	3.298
2.7.2. Acórdãos lavrados :	3.265
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	29

2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	4 (em 31/07/2014)
-----------------------------------------	-------------------

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	3.635
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	397
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	53

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A partir de diálogo com a desembargadora e também relato do chefe de gabinete, foram obtidas as seguintes informações.

Com relação à triagem inicial de processos e classificação, relatou o chefe de gabinete que os processos recebidos da distribuição são separados por assunto e, em seguida, encaminhados aos servidores responsáveis pela matéria. Com a entrega dos autos ao servidor, é realizada análise para saber se o feito está maduro para julgamento ou se precisa de alguma providência. Como exemplo desta situação, foi mencionada a necessidade de remessa ao MPF ou diligência para regularizar representação processual. Os feitos que passam pela primeira triagem, ou seja, que estão aptos a serem julgados, são prontamente preparados sempre que se trata de caso padronizado com modelo aprovado pela desembargadora. Aqueles casos que não encaixam exatamente no modelo são guardados no armário para elaboração da minuta. Entretanto, conforme informação do chefe de gabinete tal sistemática não é aplicada aos pedidos de aposentadoria por tempo de serviço ou revisão em que são priorizados os feitos inseridos na META 2.

Quanto à organização da unidade, ela divide o seu trabalho em duas frentes. Uma delas, dirigida pelo assessor, trata dos feitos relativos ao Órgão Especial e 3ª Seção. A outra, dirigida pelo chefe de gabinete, trabalha com os processos de competência da 8ª Turma. Os processos recebidos da distribuição são triados por matéria e arquivados em armário. Os processos que envolvem matéria repetida são prontamente preparados. Os demais são arquivados em armário e, na medida do possível, procura-se priorizar os feitos inseridos na META 2.

No que tange à especialização de servidores por matéria, a organização do trabalho é feita mediante referida especialização, com o fito de permitir maior possibilidade de aprofundamento e celeridade. Paralelamente, procura-se fazer rodízio das matérias entre os servidores, para que todos, na medida do possível, conheçam mais de um assunto, evitando, também desfalques na equipe em caso de necessidade de afastamento de algum servidor.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, o entendimento do Gabinete é que a maioria dos feitos no acervo da competência previdenciária envolve prioridade legal (idosos e portadores de necessidades especiais), de modo que não há identificação dos processos. Os processos inseridos na Meta 2 são separados em armários identificados como Meta 2.

No que toca à fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, planejamento e avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade e metas, são estabelecidas metas de produção e redução do acervo. Para o ano de 2014, por exemplo, foi estipulada meta para redução do acervo para 7.000 processos, bem como a eliminação do acervo dos processos de benefício assistencial e aposentadoria por idade rural e a redução em 50% do acervo dos processos envolvendo a concessão de benefício por incapacidade. Conforme informado pelo chefe de gabinete, o controle do fluxo feito é pelo GEDPRO.

O gabinete utiliza planilhas de controle fornecidas pelo Setor de Estatística do Tribunal, bem como as ferramentas disponibilizadas pelo sistema de informações processuais (SIAPRO). O planejamento estratégico das atividades do gabinete toma como base as determinações estabelecidas pelo CNJ. São, ainda, adotadas medidas no sentido de efetuar a triagem e identificar processos envolvendo assuntos com maior índice de distribuição, de modo a estabelecer plano de ação para maior celeridade no julgamento. As metas individuais são fixadas de acordo com a matéria/grau de complexidade da matéria. Por exemplo: monocráticas de aposentadoria por idade rural e benefício por incapacidade a meta é de 5 decisões/dia. Aposentadoria por tempo de serviço, embargos à execução a meta individual é de 2 votos/dia.

Com relação ao atendimento aos advogados, foi relatado que os advogados são atendidos pelos servidores diretamente no balcão e, quando necessário, o atendimento é feito pelo chefe ou assessor (por exemplo: nos processos do Órgão Especial ou pedidos de tutela).

Foi afirmado que o Gabinete busca, de maneira contínua, aperfeiçoar os métodos de triagem e classificação dos feitos, de modo a aumentar a produtividade.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do

questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, na 8ª Turma, na 3ª Seção e no Órgão Especial.

No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de Assessoria de Apoio ao Gabinete (ASAG). Neste empenho, 325 processos foram encaminhados e foram julgados.

A equipe da CGJF foi muito bem recebida pela desembargadora e sua equipe no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 554 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.658, com média mensal de 472 processos. A menor distribuição foi de 352 processos em abril/2014, e a maior foi de 820 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 6.652 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 554), além de 938 agravos (média mensal 78) legais/regimentais e 862 embargos de declaração (média mensal de 72). Isso totaliza 8.452 decisões proferidas no período inspecionado (média mensal de 704).

Houve, portanto, fluxo positivo, mediante redução de 994 processos do acervo.

Em termos de organização dos processos, embora todos tenham sido localizados, não havendo notícia de extravio nesta inspeção e nas anteriores (2012/2013), por outro lado, aparentemente existe sim uma questão relacionada à organização dos processos. Assim o concluo porque dentre os processos inspecionados foram localizados casos muito singelos, que não mereciam estar inflando a estatística do Gabinete, razão pela qual tudo indica que se trata de processos que estão misturados no acervo que envolve questões mais complexas. Cito, a título de exemplo:

Processo n. 200261140001564: Embargos à execução. A apelação foi distribuída em 19/10/2006 (Meta 2/2010, até 2006) e aguarda julgamento desde 27/10/2006. No caso, o excesso de execução apontado pelo INSS é de R\$ 1.041,37, em 19/12/2001. E constava como processo inspecionado em 2013.

Processo n. 200361200028834: META CNJ: 2/2010, em 2006. Embargos à execução. INSS reputa devido R\$ 54.260,44 e sentença que julgou embargos fixou o valor da execução em R\$ 69.742,52, conforme cálculos do contador judicial. Apelação aguarda julgamento há vários anos, desde 23/6/2008.

Processo n. 200703990102493: META CNJ: 2/2012, em 2007. Cautelar exibição de documento (processo administrativo). Competência delegada, sentença procedência, processo exibido. INSS recorre exclusivamente contra condenação ao pagamento de honorários de R\$ 600,00. Sem tramitação há vários anos, desde 08/05/2007.

São casos por demais singelos para ficar tanto tempo aguardando solução, não obstante o método de organização adotado pelo gabinete.

Outra questão que merece registro é o fato de que foram identificadas algumas pendências relativas às inspeções anteriores, o que aponta inconsistência na resposta dada ao item 3.12 da Ficha de Inspeção, podendo tal fato ser indicativo da necessidade de um controle mais eficiente por parte do Gabinete. Além de 18 casos remanescentes da autoinspeção de 2013, que serão mais adiante identificados, passo a listar as pendências que constaram explicitamente em ofícios encaminhados pelo CJF e anexados aos respectivos processos administrativos de inspeção anual (2012):

- Processo n. 200360030007410, que se trata de ACP versando sobre revisão de renda mensal inicial (RMI) mediante aplicação de índices de inflação (IRSM - índice de reajuste do salário mínimo de fevereiro de 1994). Tal feito já constava como processo sob acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000253), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Embora tal processo tenha sido submetido à autoinspeção em 30/08/2013, permanece aguardando julgamento da apelação desde 18/10/10, razão pela qual se recomenda inclusão em pauta.

Registre-se que referido expediente apontava 6 processos pendentes e somente esta pendência persiste até hoje.

- Processo n. 201103000156196, que se cuida de AI interposto pelo INSS, com pedido de efeito suspensivo de sentença em ACP. Por decisão monocrática, foi deferido efeito suspensivo em 21/07/2011, ou seja, há mais de 90 dias, ainda sem julgamento pela Turma, considerado prioridade. Tal processo já constava sob

acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000328), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Entretanto nenhum andamento foi dado desde então, razão pela qual se recomenda inclusão em pauta.

- Processo n. 201103000319061, que versa sobre AI com pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, deferido por decisão monocrática em 20/10/2011, ou seja, há mais de 90 dias, ainda sem julgamento pela Turma, considerado prioridade. Tal processo já constava sob acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000328), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Entretanto nenhum andamento foi dado desde então, razão pela qual se recomenda inclusão em pauta.

Então estes seriam problemas na unidade, aparentemente relacionados à estrutura organizacional, com destaque para os seguintes pontos:

- 1) processos de simples solução aguardando julgamento há muitos anos;
- 2) processos apontados em inspeções anteriores, submetidos à autoinspeção e que não modificaram seu *status* desde então e, pior, aparentemente não identificados como pendentes pela chefia do gabinete.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 19 processos em tal situação, dos quais 1 atualmente em situação regular, e 18 em situação irregular.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas tiveram sua localização verificada no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para localizar todos os feitos para análise da equipe. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados os 63 processos da listagem, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, as discrepâncias maiores, verificadas entre as informações (aparentemente colhidas pelo chefe de gabinete) da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, estão relacionadas

ao campo 3.12 da Ficha de Inspeção, que trata das pendências verificadas nas inspeções anteriores, conforme acima relatado.

Conforme dados da planilha de processos concluídos por ano de distribuição, constam 4 processos distribuídos no ano 1997. Na amostragem inspecionada, entretanto, constam dois mais antigos (199403010349104 e 199503010903768). Sendo assim, o feito com data de distribuição mais antiga ainda pendente (199403010349104) foi distribuído no TRF3 em 24/08/2010 e encontra-se conclusivo ao Relator, sem movimentação, desde então.

A situação processual de irregularidade mais comum na unidade inspecionada refere-se à necessidade de inclusão em pauta para julgamento, valendo destacar, entretanto, que a produtividade da referida unidade é alta, tanto que houve baixa no acervo.

Pela chefia do gabinete foi informado que não existe caso de representação por excesso de prazo no CJF.

Na listagem dos inspecionados, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados.

A amostragem revelou a existência de 4 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, a rigor inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. São eles: AI 200303000559981 distribuído em 19/09/2003 (incluído em pauta 18/08/2014); AI 200403000710766 distribuído em 14/12/2004 (os embargos de declaração opostos contra decisão que indeferiu efeito suspensivo aguardam julgamento desde 07/06/2005); AI 200503000009849 distribuído em 16/01/2005 (tramitação regularizada); AI 200603001099929 distribuído em 17/04/2006 (aguarda julgamento do agravo regimental/legal desde 26/04/2010; entretanto, distribuído à atual Relatora em 26/03/2014).

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014:

	Feitos da META 2 CNJ, distribuídos ao longo dos anos (conforme resposta dada ao item 4.9.4 do questionário)	Conforme perfil do acervo processual em 31/07/2014 (item 3.6 da ficha de inspeção)
até 31/12/2006	1.166	95
2007	538	252
2008	827	597
2009	869	592
2010	1106	
2011	1336	

2012	1342	
2013	1018	
2014	659	

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 95 processos, representando, portanto, 0,56% de todo o estoque em tramitação, que é de 16.890.

A maioria dos feitos incluídos na referida Meta 2 encontra-se aguardando julgamento/inclusão em pauta.

Aqui vale anotar que esta equipe, em contato com a Divisão de Estatística do TRF3, apurou que os feitos inseridos em meta que recebem decisão são excluídos da referida meta, ainda que pendente agravo interno (legal/regimental) ou embargos de declaração. Tal sistemática aparentemente é adotada em todas as regiões. Em outras palavras, um feito incluído na Meta 2 na 1ª instância, ao ter a sentença proferida, ele sai da referida meta. E, caso a sentença seja anulada e retorne à 1ª instância, não há nova inclusão deste feito na Meta 2 pela Divisão de Estatística quando do retorno dos autos. A mesma lógica é aplicada no Tribunal. Tal sistemática dificulta um retrato mais preciso da quantidade de feitos incluídos na Meta 2. O ideal seria que a Divisão de Estatística somente desse baixa da Meta 2 com o trânsito em julgado.

Como se observa da planilha de processos conclusos por ano de distribuição, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2008 e 2009, portanto com aproximadamente cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Houve dificuldade da equipe de inspeção de conseguir que o chefe de gabinete informasse a data do mais antigo sem nenhuma movimentação. Obtivemos uma lista dos 15 mais antigos sem movimentação, entretanto, sem data da conclusão do mais antigo.

Na amostragem, quase todos os processos estão paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa. Apenas não estão nesta situação: 200161140043803, 200203990160975, 200303000559981, 200503000009849, 200561020135384, 200603000241260, 200703990493688, 201061830007502 e 201061830142351.

Na amostragem, os casos aguardam julgamento há mais tempo são os seguintes:

Paralisado há mais de 10 anos: 200161240031574;

Paralisado há mais de 9 anos: 200403000710766;

Paralisados há mais de 7 anos: 200061090056670, 200561090062229r, 200560020043712, 200561040115019, 200561090078780, 200561110004163, 200561190073602, 200561270021126, 200703990030949, 200703990068023, 200703990098064, 200703990102493, 200703990107442, 200703990118324, 200703990136831, 200703990139819, 200703990144773.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que nem sempre os processos são julgados por ordem de antiguidade.

Foram listados 8 agravos de instrumentos, todos com pendência de julgamento, sendo que o mais antigo foi protocolado em setembro/2003. Tal feito, que constava da amostragem inspecionada, foi incluído e, segundo informado pelo Gabinete, julgado na sessão do dia 18/08/2014 (200303000559981). Sendo assim, a conclusão atualmente mais antiga remonta a junho/2005 (200403000710766). Segundo informação da chefia do gabinete, não existem agravos pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

Nos processos inspecionados, verificou-se a existência de 2 agravos de instrumento no qual foi deferida a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada, por decisão monocrática proferida no ano 2011 e ainda pendentes de exame pelo colegiado (201103000156196 e 201103000319061), exigindo providência urgente. Registre-se que referidos processos estavam relacionados na Certidão CJF-CET 2013/00328, datada de 29/10/2013, referente à inspeção 2012.

A maior parte dos feitos versa sobre prioridades, o que é natural em acervo de matéria previdenciária, onde existem muitos feitos envolvendo idosos e pessoas portadoras de incapacidades e de necessidades especiais.

No tocante a processos sobrestados, foi verificada a existência de 48 feitos nesta situação.

Verificou-se que dos processos inspecionados existem 2 processos que aguardam declaração de voto vencido, sendo o 20100399024460 o mais antigo, aguardando desde 17/09/2013, sendo recomendada tal providência; e o 201303990321956, aguardando tal declaração desde 15/08/2014, ou seja, em dia. Entretanto, na ficha de inspeção, consta a existência de 3 processos conclusos aguardando declaração de voto vencido há mais de 30 dias (item 3.9 da ficha de inspeção)

Na amostragem, foi verificado que existem embargos de declaração (200403000710766) e agravos regimentais/legais (200503990375350, 2010003990156117, 201103000156196 e 201103000319061) pendentes de julgamento há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais foi identificada a existência de ação rescisória (200903000400052) na qual foi indeferida a antecipação de tutela, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.658 processos e julgamento de 6.652 processos, além de 862 embargos e 938 agravos, resultando, assim, na redução de 994 processos do acervo, o que demonstra que a unidade tem alta produtividade.

Registre-se que conforme informações obtidas junto à Divisão de Estatística, os agravos de instrumento (que recebem número e contam como feito distribuído) são computados na estatística de processos julgados, enquanto os agravos internos (legal do art. 557 do CPC ou regimental) são computados à parte, como **agravos**, pois não representam baixa na estatística, haja vista que são ofertados no bojo dos autos principais. Esta mesma lógica se aplica aos embargos de declaração.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo aponta alguns remanescentes antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Entretanto, merece destaque o fato de que o Gabinete vem conseguindo reduzir seu acervo e o quantitativo de processos incluídos na Meta 2. Merece destaque e reconhecimento a alta produtividade da DF Therezinha Cazerta, que possui média mensal de 704 ou 709 decisões proferidas mensalmente. Essa pequena divergência é irrelevante porque qualquer que seja a média mensal considerada, ela é muito alta e não pode ser alcançada sem que exista muito empenho e dedicação da desembargadora e sua equipe.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução destes casos que aguardam anos sem movimentação. Por outro lado, é importante enfatizar que o enorme volume de processos distribuídos mensalmente impõe pressão contínua para que haja uma produção mensal elevada, de modo a não permitir o aumento do acervo. Como resultado, o foco do trabalho fica voltado aos casos que podem receber solução mais rápida. Consequentemente, qualquer caso que demande um

exame mais detalhado, fica em segundo plano. É um efeito direto do nosso volume de distribuição.

Em qualquer lugar do mundo, o magistrado que decide mais de 700 casos por mês merece reconhecimento. E, obviamente, a equipe tem contribuição fundamental para alcançar esse resultado.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Considerando que o objetivo da inspeção deve ser contribuir para o aprimoramento dos trabalhos nas unidades inspecionadas, a título de observação e com o fito de contribuir com a definição de prioridades, recomendo seja priorizado o julgamento dos seguintes feitos:

a) Processos pendentes das inspeções anteriores:

a.1.) Processos pendentes da inspeção 2012, que constaram explicitamente de ofícios encaminhados pelo CJF e anexados ao respectivo P.A.:

- Processo n. 200360030007410, que se trata de ACP versando sobre revisão de renda mensal inicial (RMI) mediante aplicação de índices de inflação (IRSM - índice de reajuste do salário mínimo de fevereiro de 1994). Tal feito já constava como processo sob acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000253), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Embora tal processo tenha sido submetido à autoinspeção em 30/08/2013, permanece aguardando julgamento da apelação desde 18/10/10, razão pela qual se recomenda a inclusão em pauta.

Registre-se que referido expediente apontava 6 processos pendentes e somente esta pendência persiste até hoje.

- Processo n. 201103000156196, que se cuida de AI interposto pelo INSS, com pedido de efeito suspensivo de sentença em ACP. Por decisão monocrática, foi deferido efeito suspensivo em 21/07/2011, ou seja, há mais de 90 dias, ainda sem julgamento pela Turma, considerado prioridade. Tal processo já constava sob acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000328), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Entretanto nenhum andamento foi dado desde então, razão pela qual se recomenda inclusão em pauta.

- Processo n. 201103000319061, que versa sobre AI com pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação, deferido por decisão monocrática em 20/10/2011, ou seja, há mais de 90 dias, ainda sem julgamento pela Turma,

considerado prioridade. Tal processo já constava sob acompanhamento da Secretaria do CJF em expediente datado de 15/08/2013 (certidão do CJF-CET 2013/000328), anexada ao processo administrativo relativo à inspeção do ano 2012. Entretanto nenhum andamento foi dado desde então, razão pela qual se recomenda inclusão em pauta.

a.2) Processos pendentes da autoinspeção 2013:

199403010349104
199503010903768
200161140037001
200161140043803
200161240031574
200360030007410
200361200028834
200560020043712
200561040115019
200561090062229r
200561090068396
200561090078780
200561190063360
200561190073602
200561270021126
200603001099929
200903000399608
200903000400052
201003000042666

b) Processos sem nenhuma movimentação, sem justificativa, há mais de 7 anos:

b.1) Paralisado há mais de 10 anos: 200161240031574;

b.2) Paralisado há mais de 9 anos: 200403000710766;

b.3) Paralisados há mais de 7 anos:

200061090056670, 200561090062229r, 200560020043712, 200561040115019,
200561090078780, 200561110004163, 200561190073602, 200561270021126,
200703990030949, 200703990068023, 200703990098064, 200703990102493,
200703990107442, 200703990118324, 200703990136831, 200703990139819,
200703990144773.

Obs.: pode haver duplicidade de inclusão nas listas, ou seja, possivelmente boa parte dos paralisados mencionados acima também constituem pendência de inspeções anteriores.

Em síntese, o alto volume de distribuição mensal impõe a necessidade de produzir elevado número de decisões, com o objetivo de impedir o aumento do acervo. Então é natural que seja dada prioridade aos casos mais simples. O Gabinete apresenta alta produtividade, haja vista que a média de decisões da DF Therezinha Cazerta é de 704/709 decisões, o que demonstra trabalho em ritmo intenso, tanto que conseguiram reduzir o acervo em 994 processos, não obstante o alto volume de distribuição mensal.

Aparentemente, o ponto menos favorável está relacionado à organização do acervo. Como amparo a tal conclusão, menciono o fato de a chefia de gabinete haver considerado que não existem pendências relativas a inspeções anteriores, ou seja, todos os feitos estariam regularizados (resposta ao item 3.12 da ficha de inspeção). Tal informação, que pode decorrer de falha do Gabinete ou de dados fornecidos pela Divisão de Estatística, contrasta com o que foi verificado pela equipe nos processos inspecionados na amostragem. Sendo assim, a conclusão é no sentido de que o método de organização adotado pela chefia do gabinete deve ser aprimorado.

Recomenda-se a adoção de providências para regularização dos casos pendentes acima listados no prazo de 90 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL TÂNIA REGINA MARANGONI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargadora Federal **TANIA MARANGONI**

1.2. Órgãos de atuação: 8ª Turma e 3ª Seção.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 04/10/2013.

1.4. Quadro de pessoal: 22 auxiliares (18 servidores efetivos e 4 estagiários. Não há servidores sem vínculo, requisitados ou terceirizados); 15 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1FC6, não há FC5, 4 FC4, 9 FC3, não há FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF em 04/10/2013:	9.165
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	12.824
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.218
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	4.218

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014):

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	23
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	2
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	5
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	15
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012): não se aplica	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	5.604
2.3.2. Média mensal:	467

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	10.034
2.4.2. Média mensal:	836

Obs.: Se somados os embargos de declaração (816) e os agravos (2.040), o total de julgados sobe para 12.890 e a média mensal 1.074 julgados.

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	14.142
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	520
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.629
2.5.4. Declarações de voto:	47
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	9.749
2.5.6. Decisões em juízo de retratação: (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	0
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	18
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	100
2.5.9. Mero expediente:	1.079

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.779
2.6.2. Total de processos julgados	10.034
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	5.276
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	2.156
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	630
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	175
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) Obs.: o critério utilizado para apuração do saldo de processos foi total de distribuídos ou redistribuídos (–) total de julgados (–) redistribuídos (saída)	- 4.430

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.987
2.7.2. Acórdãos lavrados :	1.985
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	2
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (em 31/07/2014) :	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.798
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	230
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	141

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A partir de diálogo com a desembargadora e também relato da chefe de gabinete, foram obtidas as seguintes informações.

Com relação à triagem inicial de processos e classificação, foi relatado que os processos são triados de acordo com os diversos assuntos sendo observadas as urgências (meta, prioridade legal e pedido de tutela). Tão logo recebidos, são cadastrados no sistema SIAPRO e acondicionados em ordem cronológica nos armários.

Quanto à estrutura e organização da unidade, o Gabinete encontra-se organizado em dois ambientes: sala da Desembargadora Federal Tânia Marangoni; e Gabinete com 18 servidores concursados, sendo um assessor de juiz, um chefe de gabinete, um assessor II, quatro assistentes I, nove assistentes técnicos, dois agentes de segurança e quatro estagiários das 5 vagas de estágio disponíveis.

No que tange à especialização de servidores por matéria, foi afirmado que os servidores são divididos em grupos observando-se a especialidade da matéria e a habilidade do servidor.

Ademais, os critérios de distribuição das funções gratificadas dependem do conhecimento e especialização de cada servidor, dividindo-se por matéria, tipos de processos e sessões de Julgamento. Quando necessário e visando dar celeridade aos julgamentos redimensiona-se as atividades conforme a demanda, visando à redução do acervo e o tempo de tramitação dos feitos, desde a distribuição até final decisão.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, tão logo recebidos da distribuição são cadastrados e colocados em mesa para elaboração da minuta de decisão.

No que toca à fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, planejamento e avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade e metas, são estabelecidas metas de redução do acervo mediante definição de metas de produção individual. A meta principal de produtividade

consiste em proferir quantidade de minutas de decisões mensais que superem a distribuição no percentual de 10%, fazendo com que haja a redução do estoque. A par disso é efetuado o mapeamento dos processos divididos por matéria e antiguidade na distribuição estabelecendo-se novas metas para enfrentamento do acervo remanescente o que é verificado por meio dos dados estatísticos, mês a mês, os quais corroboram no sentido de orientar a estratégia de metas a serem adotadas. Com relação às metas individuais, cada servidor deve efetuar certo número de minutas de decisões, votos e acórdãos, estabelecidos conforme a variação do acervo do Gabinete, levando-se em consideração a complexidade e individualidade que o caso requer. Comparamos os resultados obtidos por meio de planilha do Excel diária, com o relatório mensal de processos disponibilizados do Gedpro frente ao relatório estatístico disponibilizado pelo Setor de Estatística desta E. Corte.

Com relação ao atendimento aos advogados, foi relatado que são atendidos pessoalmente com cordialidade e educação, sendo os autos localizados e encaminhados a chefia a fim de sanar eventuais dúvidas existentes, bem como, o encaminhamento à desembargadora Federal.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, na 8ª Turma, na 3ª Seção.

Com relação a remoções internas, não ocorreram, sendo que a desembargadora tomou posse em 04/10/2013.

A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais que atuaram por meio da Assessoria de Apoio ao Gabinete (ASAG). Nesse empenho foram remetidos 221 processos e foram julgados 100.

A equipe da CGJF foi muito bem recebida pela desembargadora e sua equipe no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 235 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em

Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.604, com média mensal de 467 processos. A menor distribuição foi de 347 processos em abril/2014, e a maior foi de 830 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 10.034 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 836), além de 2.043 agravos internos (legais/regimentais) e 820 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo, mediante redução de 4.430 processos do acervo.

Em termos de organização dos processos, todos foram localizados, não havendo notícia de extravio nesta inspeção e nas anteriores (2012/2013). Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes, e os que tramitavam em unidades externas tiveram sua localização verificada no respectivo extrato processual. De forma geral, a unidade não teve qualquer dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados os 54 processos da listagem, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Entretanto, conforme inconsistência observada pela equipe, e dados e esclarecimentos recebidos da Divisão de Estatística, em razão de a posse haver ocorrido em 04/10/2013, o acervo recebido deve ser considerado 9.165, ao qual deve ser somada a distribuição a partir de então (4/10/13), haja vista que tem que ser deduzidos os distribuídos em agosto e setembro de 2013, pois o acervo recebido na posse já estava ajustado. Assim, o total do acervo recebido (+) distribuídos de outubro em diante totaliza 13.577. Considerados os julgados (10.034), tem-se que o acervo atual é de 3.543, ou seja, ainda menor que o anotado na ficha de inspeção.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Conforme relatório do Setor Estatístico, dos 127 processos analisados na autoinspeção anterior:

- 80 processos foram encerrados;

- 1 processo sobrestado;
- 25 processos encontram-se na Vice Presidência;
- 21 processos com decisão e em trâmite em outros órgãos do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O feito mais antigo (199303010370108) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 25/04/1993. Entretanto, tal data é da primeira distribuição ao Tribunal, pois os dados não são atualizados quando do retorno dos autos quando da eventual análise de segunda apelação ou em fase de execução, por exemplo. Execução de sentença. Apelação, distribuída em 04/06/12, foi julgada em 12/08/14, e aguarda transcurso de prazo para recurso. Processo rigorosamente em dia.

Com relação à situação de irregularidade mais comum, na verdade os casos listados na amostragem para esta inspeção foram resolvidos, com raras exceções de recomendação de inclusão em pauta ou julgamento monocrático.

Não há notícia de representação por excesso de prazo na CCJF.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 4 processos, representando, portanto, 0,03% de todo o estoque em tramitação, que é de 12.824 processos.

É possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 4 em 2007, 16 em 2008, 28 em 2009, 291 em 2010, 798 em 2011, 910 em 2012, 1.417 em 2013 e 750 em 2014.

Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos 2012 e 2013, portanto é possível afirmar que tramitam há aproximadamente 2 anos ou menos no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Entretanto, há 3.571 processos nessa situação conforme resposta ao item 3.11 da Ficha de Inspeção e item 4.9.5 do questionário. O mais antigo (200361830025664) é de 17/11/2010.

Foram localizados 4 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (201103990476359, 201103990423100, 201061110050247, 2009611900264233), sendo que o mais antigo remonta ao mês de dezembro de 2011.

Foram listados 3 agravos de instrumentos, sendo que nenhum com pendência de julgamento, conforme resposta ao item 4.10.2. De fato, os processos listados na amostragem foram todos resolvidos, com raras exceções.

Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

Nos processos inspecionados, não se verificou a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

Quanto aos feitos de natureza especial, a maior parte dos feitos versa sobre prioridades, o que é natural em acervo de matéria previdenciária, onde existem muitos feitos envolvendo idosos e pessoas portadoras de incapacidades e de necessidades especiais.

No tocante a processos sobrestados, não foi verificada a existência de casos nesta situação.

Verificou-se, ainda, que não existem processos do Gabinete inspecionado liberados para revisão, voto-vista ou declaração de voto.

Verificou-se que dos processos inspecionados não existem processos aguardando declaração de voto vencido.

Apurou-se que existem na unidade inspecionada 2 casos pendentes quanto a outros relatores, sendo o mais antigo remetido desde a última sessão (200803000249655 e 200461830020567)

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 175 agravos legais/regimentais e 172 embargos de declaração, sendo que destes, há mais de 30 dias estão conclusos 29 agravos internos e 27 embargos de

declaração. Na resposta ao questionário, item 4.10.5, foi anotado todos com voto para as próximas sessões (01/09 e 15/09).

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem processos com decisão liminar proferida há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado, como se infere da resposta ao item 4.10.6 do questionário, que listou a existência de 7 ações rescisórias nesta situação (201003000301556, 201003000378000, 201103000356409, 201203000205473, 201203000308924, 201203000000190, 201203000000802)

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.604 processos e julgamento de 10.034 processos, resultando, assim, na redução de 4.430 processos do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como prática exemplar de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo apresenta poucos remanescentes antigos na distribuição e conclusão, e número insignificante (4) de feitos inclusos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A Desembargadora Tania Marangoni apresenta produtividade exemplar, alcançando a terceira maior média mensal de processos julgados (836) do Tribunal. Tal resultado é alcançado mediante a aplicação de técnicas de gestão processual que combinam triagem criteriosa dos processos, identificação das urgências (em razão das metas ou do assunto) e distribuição das entradas e do acervo conforme metas individuais e de redução do acervo previamente estipuladas. As metas individuais variam conforme a função gratificada recebida pelo servidor. E a função é distribuída de acordo com a capacidade técnica do servidor (complexidade dos assuntos) e sua capacidade de atingir as metas estabelecidas. O controle das metas é diário, sendo a produtividade registrada em planilha. As metas de redução do acervo são periodicamente fixadas e acompanhadas. De 04/10/2013, data da posse da DF Tania Marangoni, até a data base de 31/07/2014, foi alcançada uma redução do acervo em 4.430 processos.

As situações de atrasos verificadas, relativas a remanescentes de inspeções anteriores são pontuais e tudo indica que ocorrem em razão do pouco tempo que a equipe teve desde a posse da DF Tania Marangoni, ocorrida há menos de um ano, em 04/10/2013. Mantido o ritmo atual, as pendências devem estar solucionadas até a próxima inspeção, pois existe uma preocupação e empenho da desembargadora e sua equipe no alcance das metas. Isso ficou bastante claro a partir da verificação de que quase todos os casos listados na amostragem desta inspeção foram resolvidos. O número de feitos incluídos na Meta 2 (distribuídos até 31/12/2006) é insignificante (4), correspondendo a 0,03% de todo estoque em tramitação.

Sendo assim, a recomendação principal é que o bem sucedido método de gestão seja mantido.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DINIZ DANTAS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **DAVID DINIZ DANTAS**

1.2. Órgãos de atuação: 8ª Turma

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 04/10/2013.

1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (17 servidores efetivos e 3 estagiários. Não há servidores sem vínculo, requisitados ou terceirizados); 15 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1FC6, não há FC5, 4 FC4, 9 FC3, não há FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF em 04/10/2013:	16.791*
* Conforme dados fornecidos pela Divisão de Estatística, o acervo em outubro de 2013 era de 13.370 processos, conforme documentos encaminhados pela equipe para arquivamento.	
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	17.912
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	8.642
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	8.642

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014):		2.195
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):		58
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):		17
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):		494
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):		874
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):		752
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):		0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012): não se aplica		0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.691
2.3.2. Média mensal:	474

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	10.724
2.4.2. Média mensal:	894

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	17.925
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	358
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	4.471
2.5.4. Declarações de voto:	29
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	11.153
2.5.6. Decisões em juízo de retratação: (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	1
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	23
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	165
2.5.9. Mero expediente:	1.725

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.865
2.6.2. Total de processos julgados	10.724
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	5.441
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	1.982
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	558
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	80
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) Obs.: o critério utilizado para apuração do saldo de processos foi total de distribuídos ou redistribuídos (–) total de julgados (–) redistribuídos (saída)	- 4.939

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	5.221
2.7.2. Acórdãos lavrados :	4.549
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	672
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (em 31/07/2014) :	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	4.569
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	1.097
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	176

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A partir de diálogo com o desembargador e também relato da chefe de gabinete, foram obtidas as seguintes informações.

Com relação à triagem inicial de processos e classificação, foi relatado que a triagem inicial é feita separando-se os processos por matéria. Posteriormente são tarjados por cor e alocados em armários. Agravos de Instrumento não tem estoque – é feita distribuição e vão diretamente para a estação de trabalho do servidor. O mesmo acontece nas apelações em casos de benefícios por invalidez, auxílio doença, LOAS, salário maternidade e auxílio reclusão.

Quanto à estrutura e organização da unidade, encontra-se dividida em estações de trabalho, com os processos alocados nos armários. Os servidores minutam de 5 a 7 processos por dia. Há uma servidora e estagiária (nível médio) destacadas para os serviços administrativos. Os demais servidores realizam suas tarefas na atividade fim. Assessor é responsável pelos feitos distribuídos à 3ª Seção. O chefe de gabinete é responsável pelos processos distribuídos para 8ª Turma, além das rotinas administrativas e auxílio ao desembargador. O assessor II é responsável pelos embargos à execução e auxílio na conferência das pautas de julgamento. As estagiárias de nível superior auxiliam os servidores na atividade fim.

No que tange à especialização de servidores por matéria, foi afirmado que esse critério é adotado.

Ademais, a distribuição de funções gratificadas observa o critério de qualidade técnico jurídica do trabalho, bem como metas individuais, de modo que o detentor de FC3 deve apresentar 5 minutas/dia; FC4: 7 minutas/dia; FC6: matéria diferenciada e embargos à execução.

Relativamente ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, tais feitos são tarjados, inseridos em planilha e é feito acompanhamento mensal pela chefia do gabinete.

No que toca à fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores, planejamento e avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade e metas, são estabelecidas metas de redução do acervo mediante definição de metas de produção individual. Com relação à meta de redução do

acervo: Primeira meta fixada - chegar aos 12 mil processos - meta cumprida em abril de 2014. Segunda meta fixada - chegar aos 8 mil processos - previsão de cumprimento - setembro (acervo aos 31.07.2014 - 8.642). Terceira meta fixada - chegar aos 5 mil - previsão - definição de data aproximada após o cumprimento da meta anterior (8 mil). Com relação à meta de produção individual, estabeleceu-se que: FC-03 - 5 processos/dia FC-04 - 7 processos/dia FC-06 - embargos à execução - meta diária variável em razão da matéria e auxílio na conferência de pautas da 8ª Turma e 3ª Seção. O cumprimento das metas é controlado mediante alimentação da planilha com dados do controle diário de produtividade. E mensalmente é avaliado o resultado do mês e traçada estratégia para o mês vindouro. Os dados mensais são planilhados, verificados no GEDPRO e posteriormente conferidos com os dados disponibilizados pelo setor de estatística desta Corte.

Com relação ao atendimento aos advogados, foi relatado que o atendimento é feito no balcão e são passadas todas as orientações solicitadas. Na hipóteses em que advogados desejam despachar diretamente com o desembargador o processo é separado, levado ao Desembargador que prontamente o atende.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador Federal tem assento no Plenário, na 8ª Turma, na 3ª Seção.

Com relação a remoções internas, não ocorreram, sendo que o desembargador tomou posse em 04/10/2013. A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais que atuaram por meio da Assessoria de Apoio ao Gabinete (ASAG). Nesse empenho foram remetidos 125 processos e foram julgados 7.

A equipe da CGJF foi muito bem recebida pelo desembargador e sua equipe no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 553,81 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489

processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.691, com média mensal de 474 processos. A menor distribuição foi de 357 processos em abril/2014, e a maior foi de 816 em agosto/2013.

Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 10.724 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 894), além de 3.750 agravos internos (legais/regimentais) e 1.340 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo, mediante redução de 5.033 processos do acervo.

Em termos de organização dos processos, todos foram localizados, não havendo notícia de extravio nesta inspeção e nas anteriores (2012/2013). Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes, e os que tramitavam em unidades externas (5) tiveram sua localização verificada no respectivo extrato processual, sendo que estavam com carga para o INSS ou MPF com data recente (agosto/2014). De forma geral, a unidade não teve qualquer dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados os 62 processos da listagem, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Foi observada inconsistência relatada no campo observações.

Entretanto, conforme inconsistência observada pela equipe, e dados e esclarecimentos recebidos da Divisão de Estatística, em razão de a posse haver ocorrido em 04/10/2013, o acervo recebido na referida data foi de 13.730, ao qual deve ser somada a distribuição a partir de então (4/10/13), haja vista que tem que ser deduzidos os distribuídos em agosto e setembro de 2013, pois o acervo recebido na posse já estava ajustado. Assim, o total do acervo recebido (+) distribuídos de outubro em diante totaliza 18.240. Considerados os julgados (10.724), tem-se que o acervo atual é de 7.516, ou seja, ainda menor que o anotado na ficha de inspeção.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 54 processos remanescentes da autoinspeção 2013, na qual estavam listados 135 processos. Relativamente a tal pendência, foi esclarecido pela chefia do gabinete que muito embora tenha se constado 54 feitos pendentes de regularização referente à autoinspeção, quando da assunção ao gabinete havia uma pilha sinalizada com os processos da

autoinspeção. Todos esses feitos foram julgados pelo desembargador. Outrossim, por ocasião da assunção no cargo de chefe de gabinete não foram passadas informações suplementares sobre demais feitos que constantes da autoinspeção, bem como não havia identificação visível ou mesmo uma relação com tais feitos. Durante esses dez meses metodologia de trabalho foi desenvolvida para a identificação e pronto julgamento desses processo.

São os seguintes os remanescentes da autoinspeção 2013:

201203000013183
201003000356442
201003000292725
200961830068185
198903010266630
200861090054143
200703000917738
200703000473290
200603000104383
200503990025751
200461830010987
200403000075805
200261210011905
200261040026769
200203000462427
200203000184695
200203000098845
200103990500988
200103000270455
200103000195860
200061190087998
200061070057218
200061060127583
200061040091340
200061030030925
200061000382797
200003990447684
200003990383189
200003990353410
200003990335377
200003990305038
200003990078915
200003000550733
200003000499430

200003000265625
199961170027670
199961170002363
199961170000822
199961140072351
199961070008562
199961040043808
199961000109663
199961000050346
199960000003214
199903990381243
199903990294814
199903990200224
199903990084650
199803010538162
199803010180267
199703010288554
199703010155049
199503010368668
199403010121865

Há 2 processos pendentes da inspeção 2012, na qual foram listados 100 processos: AR 200103000327301, que foi recebido com manifestação do MPF em 06/08/2014 e foi concluso ao Relator em 13/08/2014 e AMS 20056102010940, recebido por redistribuição no Gabinete do DF David Dantas em 04/10/2013 e conclusos a pedido do Relator em 15/08/2014.

O feito mais antigo (199503010368668) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 25/04/1995. Entretanto, tal data é da primeira distribuição ao Tribunal, pois os dados não são atualizados quando do retorno dos autos e quando da eventual análise de segunda apelação ou em fase de execução, por exemplo. Tal feito não foi disponibilizado para inspeção. Conforme verificado no andamento processual, foi retirado pelo INSS em 13/08/2014. O segundo mais antigo apontado na lista de inspeção é o 199503010615714. A apelação contra sentença que extinguiu a execução foi julgada em 08/08/2014, estando em situação regularizada.

Com relação à situação de irregularidade mais comum, na verdade os casos listados na amostragem para esta inspeção foram resolvidos, com raras exceções de recomendação de inclusão em pauta ou julgamento monocrático (4 casos).

Não há notícia de representação por excesso de prazo na CCJF.

Na listagem, não constaram processos extraviados, tampouco no acervo geral.

A amostragem revelou a existência de 2 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. São eles:

- AI 20050300002792 distribuído em 28/01/2005 (julgado por decisão monocrática em 06/08/2014, aguardando publicação);

- MC inominada (incidental na rescisória) 200503000169336 distribuído em 18/04/2005 (decisão monocrática do relator, proferida em 08/08/14, que rejeitou exceção de incompetência e deferiu a medida antecipatória, aguardando publicação);

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 425 processos, representando, portanto, 2,37% de todo o estoque em tramitação, que é de 17.912 processos.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 765 em 2007, 1.296 em 2008, 1.097 em 2009, 1.331 em 2010, 1.780 em 2011, 2.253 em 2012, 3.332 em 2013 e 2.427 em 2014.

Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2013 a 2014, portanto é possível afirmar que tramitam há menos de um ano do TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. No ponto, pela resposta ao item 3.11 da Ficha de Inspeção, haveria 7.001 processos conclusos nesta situação. Pelo Gabinete, ao responder ao item 4.9.5 do questionário, foi apresentada um relação de embargos de declaração e agravo internos pendentes, totalizando 663 incidentes. O caso mais antigo é de 27/03/2008.

Foram localizados 212 processos paralisados há mais de um ano na unidade sem justificativa; 172 há mais de dois anos; 151 há mais de três anos; 109 há mais de quatro anos e 88 há mais de cinco anos (resposta ao 3.11 da Ficha de Inspeção)

Foram listados 6 agravos de instrumentos, sendo que apenas 1 com pendência de julgamento, cuja providência será julgar prejudicado em razão de a ação principal haver sido julgada. O mais antigo (200703000912066) foi protocolado em setembro/2007.

Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

Nos processos inspecionados, não se verificou a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

Quanto aos feitos de natureza especial, a maior parte do acervo versa sobre prioridades, o que é natural em gabinete de competência previdenciária, onde existem muitos feitos envolvendo idosos e pessoas portadoras de incapacidades e de necessidades especiais.

No tocante a processos sobrestados, não foi verificada a existência de casos nesta situação.

Verificou-se, ainda, que não existem processos do Gabinete inspecionado liberados para revisão, voto-vista ou declaração de voto.

Verificou-se que dos processos inspecionados existe 1 processo que aguarda declaração de voto vencido (201061230023880), com conclusão recente, embora há mais de 30 dias. Cuida-se de pedido de concessão de benefício assistencial de prestação continuada. A apelação foi julgada pela Turma em 20/01/14. Os embargos de declaração foram providos em 26/05/14 para determinar a remessa dos autos ao Des. Fed. David Dantas, a fim de que fosse juntado o voto vencido e foi recomendada a adoção de tal providência.

Apurou-se que inexiste na unidade inspecionada pendência quanto a feitos de outros relatores.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 335 agravos internos (legais/regimentais) e 86 embargos de declaração, sendo que destes, há mais de 30 dias estão conclusos 161 agravos internos e 57 embargos de declaração. Foi apresentada um listagem destes feitos, sendo que a conclusão mais remota é de 27/03/2008. A listagem foi entregue para arquivamento e acompanhamento.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.691 processos e julgamento de 10.274 processos, resultando, assim, na redução de 5.033 processos do acervo, o

que merece registro e reconhecimento da CGJF como prática exemplar de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo aponta alguns remanescentes antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Entretanto, merece destaque o fato de que o Gabinete vem conseguindo reduzir seu acervo e o quantitativo de processos incluídos na Meta 2. Aparentemente, é uma questão de um pouco mais de tempo para que esses casos sejam resolvidos, haja vista que o DF David Dantas tomou posse recentemente, em 04/10/2013. Merece destaque e reconhecimento a alta produtividade do Gabinete, que possui média mensal de 894 julgados. Considerada a média mensal de julgamento de embargos de declaração e agravos internos, a média mensal de decisões sobe para 1319.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Desembargador David Dantas apresenta produtividade exemplar, alcançando a maior média mensal de julgamento de agravos internos (313) e embargos de declaração (112) do TRF3. E, com relação à média mensal de julgados (894), apresenta a segunda maior média do Tribunal. Tal resultado é alcançado mediante a aplicação de técnicas de gestão processual que combinam triagem criteriosa dos processos, identificação das urgências (em razão das metas ou do assunto) e distribuição das entradas e do acervo conforme metas individuais e de redução do acervo previamente estipuladas. As metas individuais variam conforme a função gratificada recebida pelo servidor. E a função é distribuída de acordo com a capacidade técnica do servidor (complexidade dos assuntos) e sua capacidade de atingir as metas estabelecidas. O controle das metas é diário, sendo a produtividade registrada em planilha. As metas de redução do acervo são periodicamente fixadas e acompanhadas. De 04/10/2013, data da posse do Desembargador Federal David Dantas, até a data base de 31/07/2014, foi alcançada uma redução do acervo em 4.583 processos.

As situações de atrasos verificadas, relativas a remanescentes de inspeções anteriores (2 casos da inspeção 2012 e 54 casos da autoinspeção 2013), bem como

pendências da Meta 2 (distribuídos até 31/12/2006) são pontuais e tudo indica que ocorrem em razão do pouco tempo que a equipe teve desde a posse do Desembargador Federal David Dantas, ocorrida há menos de um ano, em 04/10/2013. Mantido o ritmo atual, as pendências devem estar solucionadas até a próxima inspeção, pois existe uma preocupação e empenho do desembargador e sua equipe no alcance das metas. Isso ficou bastante claro a partir da verificação de que quase todos os casos listados na amostragem desta inspeção foram resolvidos.

Sendo assim, a recomendação principal é que o bem sucedido método de gestão seja mantido. E, com o objetivo de contribuir com a definição de prioridades, recomenda-se seja priorizado: 1) o julgamento dos 2 casos pendentes da inspeção 2012 (AR 200103000327301 e AMS 20056102010940), bem como os 54 pendentes da autoinspeção 2013, cuja relação consta no presente relatório ao abordar as pendências de inspeções anteriores; 2) o julgamento dos 335 agravos internos e 86 embargos de declaração pendentes de julgamento, priorizando os 161 agravos internos e 57 embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias, sendo o mais remoto de 27/03/2008; 3) julgamento dos feitos inseridos na meta 2 do CNJ, por ordem de antiguidade na distribuição.

GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL MARISA FERREIRA DOS SANTOS

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **MARISA FERREIRA DOS SANTOS**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Membro do Órgão Especial (de 13/08/2012 a 13/08/2014, com recondução para o próximo biênio – Ato 12.430/2014); Conselho da Justiça Federal da 3ª Região (de 26/12/2014 a 26/12/2016); 3ª Seção e 9ª Turma (Presidente)

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 20/05/2003.

1.4. Juiz Federal Convocado: Leonardo Safi de Melo, de 26/03/2012 a 17/02/2014, em razão da atuação da Desembargadora como Coordenadora dos JEFs.

1.5. Quadro de pessoal: 21 auxiliares (18 servidores efetivos e 3 estagiários); 15 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (maio/2003):	6.127
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	7.829
2.1.3. Acervo de conclusos no gabinete (julho/2014):	6.297
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	6.296

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	123
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	26
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	74
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	150
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	168
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não aplicável
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não aplicável

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.3.1. Total	5.610
2.3.2. Média mensal	468

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	5.837
2.4.2. Média mensal	486

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	10.204
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	197
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	2.528
2.5.4. Declarações de voto	5
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	5.859
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) 0	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	60
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	97
2.5.9. Mero expediente	1.458

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META 1 do CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.807
2.6.2. Total de processos julgados	5.837
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	3.612
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	1.589
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	859
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	66
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	210
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	(- 240)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	2.586
2.7.2. Acórdãos lavrados	2.442
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	144
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	2.537
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	154
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	66

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O gabinete realiza triagem inicial dos processos por assunto, com a identificação na capa do processo e no SIAPRO do armário em que será localizado, sendo registradas no sistema todas as movimentações de localização física posteriores que ocorrerem, a fim de facilitar a localização dos autos. Processos do MPF, extinção sem mérito, processos de meta vão direto pra o servidor minutar. Os processos estão no armário por assunto e por ordem cronológica (ano e final do processo).

Os servidores são especializados por matéria, havendo flexibilização nestas atribuições para atender eventual demanda que, pelo volume e, conforme determinação da desembargadora, mereça a concentração de esforços. Segundo informado pela chefia, há um servidor que chegou em novembro de 2013, destacado para cuidar dos cálculos em recurso na fase de execução (atual gargalo do gabinete), o qual está se familiarizando com os assuntos diante da complexidade dos processos e erros materiais que apresentam, sobretudo os da competência delegada, com previsão de, no segundo semestre/2014 aumentar a produtividade nestes casos.

A diretriz adotada no processamento, de forma geral, é voltada para a ordem cronológica e para os processos mais simples (por exemplo, LOAS, auxílio-invalidez, auxílio-reclusão, que estão em dia), na tentativa de vencer a distribuição; no acervo atual remanescem, em sua maioria, os processos mais complexos (por exemplo, os de aposentadoria por tempo de serviço) e os recursos em fase de execução.

Quanto aos feitos incluídos em metas do CNJ, conforme informado, sem prejuízo de orientação ao servidor para buscá-los no armário por antiguidade, são distribuídos pela chefia, mensalmente e aos poucos, ao servidor. Os processos relativos a idosos já vêm com prioridade anotada na capa da 1ª instância, e há orientação interna para priorizar a partir de 75 anos, o que, contudo, só é observado no momento em que o servidor retira o processo do armário para nele trabalhar.

São julgados em mesa os embargos de declaração e agravos legais/regimentais. Quanto ao seu encaminhamento, há orientação para que sejam analisados pelo servidor na primeira semana do mês, à medida que vão sendo minutados, são disponibilizados à chefe de gabinete que, após conferir, os inclui na pauta da próxima sessão.

Há atendimento aos advogados, na maioria das vezes, prestado pelos servidores, mediante prévio peticionamento junto à Secretaria, e, havendo solicitação para despachar com a desembargadora, são encaminhados a sua sala.

Existiam 14 processos pendentes da inspeção anterior e auto inspecionados em agosto/2013, dos quais 13 receberam a movimentação adequada nos meses de julho e agosto/2014, na iminência da realização desta inspeção, restando ainda 1 deles sem qualquer movimentação (2001.03.99.043705-1).

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, no Órgão Especial, no Conselho da Justiça Federal do TRF3, na 3ª Seção e 9ª Turma.

No período de 5 anos, a magistrada não requereu remoções internas.

A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão (ASAG) reduzindo o acervo em 71 processos, no período de 01/03/2013 a 31/12/2013, bem como do Juiz convocado Leonardo Safi, que, no período de agosto/2013 a junho/2014 proferiu 4.071 decisões.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 419,8 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.610, com média mensal de 468 processos. A menor distribuição foi de 352 processos em abril/2014, e a maior foi de 814 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 5.837 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 486), além de 1.931 agravos legais/regimentais e 808 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 227 processos.

Em termos de organização dos processos, foram localizados problemas na unidade, relacionados aos seguintes pontos: indícios de que a triagem, a metodologia de trabalho e o controle do acervo não se apresentam adequados, pois a amostra localizou processos antigos de fácil solução ou com parte muito idosa ou já objeto da autoinspeção, sem qualquer andamento há mais de dez anos (por exemplo, 1999039910975985; 199961170028510; 200003990070631; 200061100034999 e 200061830044116). A ausência de controle interno e a não priorização de processos antigos restaram evidenciadas, ainda, pela aposição, em alguns processos, de etiquetas de inspeção ou autoinspeção não sucedidas do impulso recomendado pela Corregedoria-Geral, sendo certo que o último movimento neste sentido já ocorreu há um ano (autoinspeção agosto/2013). Ademais, os relatórios solicitados pela equipe de inspeção e fornecidos pela chefe de gabinete também identificaram: a) a existência de diversos agravos legais/regimentais, com conclusão superior a 90 dias, sendo dois com conclusão no ano de 2012 e outros dois com conclusão no ano de 2013; b) a existência de diversos embargos de declaração sendo 7 processos com conclusão no ano de 2013 e 1 processo com conclusão no ano de 2011.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns feitos (3) não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 56 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 14 processos em tal situação, dos quais 13 em situação regular, e 1 em situação irregular. Em situação irregular encontra-se o seguinte feito: 2001.03.99.043705-1, concluso com o relator, sem movimentação, desde 17/06/2003.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral foi apurado 1 processo extraviado com determinação de restauração de autos em 18/08/2014 (201203000289498).

A amostragem revelou a existência de 39 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199903991097585, 199961170028510, 200003990070631, 200003990113332r, 200061040058580r, 200061060135646, 200061080025421, 200061100034999, 200061190220984, 200061830044116, 200103990142040r, 200103990259975, 200103990260643r, 200103990270820, 200103990437051r, 200103990438535r, 200161130023297, 200161830032568, 200203990003729r, 200203990020387r, 200203990029573, 200203990069686, 200203990082630, 200203990211235r, 200203990236554, 200203990325988, 200203990327225, 200203990422740r, 200203990453784r, 200303990034378r, 200303990046460, 200303990338379r, 200361230011563, 200403990018602, 200403990201500, 200403990325717, 200503990034600, 200561000064505r, 200603000359683). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 149 processos, representando, portanto, 2,36% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusos ao relator.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 74 em 2007, 150 em 2008, 168 em 2009, 657 em 2010, 969 em 2011, 1.185 em 2012, 1.688 em 2013 e 1.257 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com cinco anos de tramitação no TRF3.

A amostragem revelou a existência de 24 processos (199903992097585, 199961170028510, 200003990070631, 200061080025421, 200061100034999, 200061830044116, 200103990259975, 200103990270820, 200103990437051r, 200161130023297, 200161830032568, 200203990029573, 200203990069686, 200203990082630, 200203990236554, 200203990325988, 200203990327225, 200303990046460, 200561830039428, 200661830035130, 200661830077367, 200703990429792, 200803990206266, 201303000146849) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a fevereiro de 2000 (200003990070631). Foram localizados 29 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (199961170028510, 200003990070631, 200061080025421, 200061100034999, 200061830044116, 200103990259975, 200103990270820, 200103990437051r, 200161130023297, 200161830032568, 200203990029573, 200203990069686, 200203990082630, 200203990236554, 200203990325988, 200203990327225, 200303990046460, 200561830039428, 200603000359683, 200661830035130, 200661830077367, 200703990429792, 200803990206266, 201103990213490, 201161830005649, 201203000013791, 201203000109137, 201203000110978, 201303000146849). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 14 anos (200003990070631).

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos em anos anteriores a 2007.

Foram listados 5 agravos de instrumentos, todos com pendência de julgamento ou providência na unidade (200603000359683, 201203000013791, 201203000109137, 201203000110978, 201303000146849), sendo que o mais antigo foi protocolado em maio de 2006, estando na conclusão desde maio/2012 (200603000359683). A conclusão mais antiga remonta a 07/03/2012 (201203000013791). Existe 1 agravo de instrumento pendente de exame de antecipação de tutela recursal, foi distribuído em junho/2013 e a conclusão data de julho/2013 (201303000146849). Verificou-se a existência de 1 agravo de instrumento com antecipação de tutela deferida há 24 meses (em 03/07/2012) e ainda pendentes de exame pelo colegiado (201203000110978), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 5 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (199903991097585, 200061100034999, 200061830044116, 200103990142040r, 200803990206266), 2 feitos envolvendo portador de necessidades especiais e doença grave (200703990429792, 200361230011563) e uma ação penal originária (2010.03.00.002344-1). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos, 200703990429792 - em que há interesse de incapaz paralisado há mais de 4 anos, dos processos 200061100034999, 200061830044116, 200803990206266 em que há idoso com mais de 80 anos e estão paralisados desde a distribuição e o processo 199903991097585 que envolve idoso e é muito antigo 199903991097585 (distribuição em 26/11/1999).

No tocante a processos sobrestados, foi observado 1 processo, cuja suspensão decorre de decisão a ser proferida pelo STF no RE 595.838.

Verificou-se, ainda, no acervo, que 4 processos do Gabinete inspecionado foram liberados para revisão, todos já pautados pelo revisor. Também existe processo do Gabinete inspecionado que aguarda declaração de voto em conclusão recente, desde 22/08/2014 (200461080068449). Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se existirem 18 processos conclusos para revisão, todos com conclusão recente em 20/08/2014; 1 para voto-vista, há mais de 30 dias (201103990303301); e 19 para declaração de voto, dos quais 12 há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se, na amostra, a pendência de 6 agravos legais/regimentais (200061060135646, 200361230011563, 201103990213490, 201161830005649, 201203000013791, 201203000109137) e 2

embargos de declaração (200603000359683, 200103990437051r.), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existe 2 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (201161830005649, 201203000110978).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.610 e julgamento de 5.837 processos, resultando, assim, na produtividade de 104,5%, com pequena redução do acervo, o que merece atenção para incremento do fluxo processual a fim de retomar o pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica um pequeno acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2011 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Recomendações:

Sugere-se, sempre que possível, nas hipóteses em que os cálculos forem prescindíveis ou possam ser realizados pela primeira instância, que os recursos em fase de execução sejam julgados por tese jurídica, de sorte que eventuais cálculos sejam realizados no primeiro grau, quando, por ocasião do pagamento necessariamente serão atualizados.

Elaborar um plano de ação, gestão e controle interno do acervo, aprimorando a metodologia atualmente utilizada, a fim de incrementar a produtividade de forma ordenada, com observância das prioridades legais e das metas do CNJ, independentemente do grau de dificuldade do processo e da complexidade da matéria.

Julgar, no prazo de 90 dias, os 149 processos da meta 2 CNJ distribuídos até 31/12/2006.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON BERNARDES DE SOUZA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **NELSON BERNARDES DE SOUZA**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, 3ª Seção e 9ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 21/05/2003.

1.4. Juiz Federal Convocado: FERNANDO GONÇALVES.

1.5. Quadro de pessoal: 18 auxiliares (16 servidores efetivos e 2 estagiários); 14 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4 e 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (21/05/2003):	6.139
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	5.269
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	3.379
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	1
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	3.378

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1(g)
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	1 (e) 0(g)
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1 (e) 0 (g)
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não aplicável
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não aplicável

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.3.1. Total	5.559
2.3.2. Média mensal	467

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	6.519
2.4.2. Média mensal	543

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	10.341
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	57
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	2.443
2.5.4. Declarações de voto	12
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	6.671
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) 04	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	10
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	58
2.5.9. Mero expediente	1.086

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META 1 do CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos(entrada)	5.806
2.6.2. Total de processos julgados	6.519
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	3.979
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	1.705
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	801
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal 94	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	206
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída) (- 919)	

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	2.000
2.7.2. Acórdãos lavrados	1.998
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	02
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	00

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	2.031
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	144
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	94

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A triagem inicial dos autos é feita por matéria por meio de tarjas laterais colocadas lombada superior e os processos são colocados nos armários por ordem cronológica de antiguidade. Os armários são identificados por assunto e por ordem dos processos, o que possibilita sua localização física por meio do sistema e por meio da data de autuação e da matéria, sem necessidade de lançar no sistema cada movimentação física que o processo receba na unidade (ex. armário/mesa do servidor etc.), e os servidores pegam um processo por vez nos armários. Os processos com incidentes e recursos internos (agravo legal, embargos de declaração, embargos infringentes) e os mandados de segurança originários, apelações em mandado de segurança, conflitos de competência e exceções de um modo geral são levados a julgamento imediato.

Os servidores trabalham por matéria, mas podem se reunir para realização de uma meta específica, em mutirão. O gabinete possui metas individuais internas de acordo com a matéria, a complexidade do processo e a capacidade do servidor, sendo para os processos mais simples a meta diária de 5 por servidor e os mais complexos 1 a 2 por servidor.

A diretriz adotada no processamento, de forma geral, é voltada para os processos antigos, por ordem cronológica e, também, julgar quantidade de processos por mês em número maior do que os que foram distribuídos. Exceções são conferidas àqueles processos em que há petições reiteradas pedindo prioridade.

Os feitos incluídos em metas do CNJ são acompanhados por relatórios da estatística e controle do próprio gabinete, com priorização imediata de julgamento, assim que identificados, tendo em vista o baixo número de processos nesta situação.

São julgados em mesa o agravo legal, embargos de declaração, conflito de competência e questão de ordem, imediatamente levados na sessão subsequente à conclusão.

Atendimento a advogados sem incidentes relatados.

Inexistência de pendências de inspeções anteriores.

Quanto às boas práticas identificadas, entre outras, destacam-se: A triagem, a organização dos processos em ordem cronológica de antiguidade, a gestão compartilhada da produtividade com os servidores cômicos do trabalho em equipe e o estabelecimento de metas internas e individuais, resultam no excelente trabalho deste gabinete, revelado pela estatística.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, 3ª Seção e 9ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais, que atuaram por meio de mutirão ou turma suplementar.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 241,357 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.599, com média mensal de 467 processos. A menor distribuição foi de 345 processos em abril/2014, e a maior foi de 810 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 6.519 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 543), além de 1.922 agravos legais/regimentais e 726 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 920 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, todos fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados todos os 59 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 3 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, porém já regularizados com decisão antes da inspeção.

Na listagem, constou 1 processo extraviado – 201103990109570 , com decisão para restauração dos autos em 15/08/2014, determinando-se a remessa à Vara de origem para sua reconstituição; e no acervo geral foi apurado 1 processo extraviado, já com decisão para restauração de autos – 20110399041548-6.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 2 processos, representando, portanto, 0,0591% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que os dois processos detectados encontram-se um aguardando voto-vista de outro desembargador e outro aguardando decisão em conflito de competência.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: zero em 2007, 1 em 2008, 1 em 2009, zero em 2010, 36 em 2011, 769 em 2012, 1.541 em 2013 e 1.030 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2011.

Foram listados 4 agravos de instrumentos, todos já julgados por decisão terminativa, estando 2 já baixados.

A amostragem localizou 2 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de menor e idoso. A respectiva tramitação encontra-se regular, com os processos já julgados.

Não há processos sobrestados cujo andamento dependa do gabinete.

Verificou-se, ainda, que aguardam voto-vista e declaração de voto 2 processos, um desde 06/08/2014 (20110300035440-1) e o outro desde 28/07/2014 (20116133012083-8).

Considerados os recursos que são julgados em mesa, na amostra, não se apurou a pendência de agravos legais/regimentais e embargos de declaração.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.559 e julgamento de 6.519 processos, resultando, assim, na produtividade de 116,43%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2012 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A unidade encontra-se em excepcional situação de organização, trabalhando efetivamente nos processos conclusos em 2012, como demonstrou à unanimidade dos processos da amostra. O gabinete apresenta boa prática de gestão de pessoal e acervo como exemplo a ser seguido.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial (não é membro, eventualmente é convocada para compor o quórum); 3ª Seção e 9ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 22/12/2010.

1.4. Juiz Federal Convocado: Dr. Rodrigo Zacharias.

1.5. Quadro de pessoal: 23 auxiliares (18 servidores efetivos e 5 estagiários), sendo 15 servidores em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (dezembro/2010):	10.679
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	6.255
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.830
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014): (2.1.3 -2.1.4)	4.830

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	24
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	05
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	02
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	19
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	59
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não aplicável
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não aplicável

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.3.1. Total	5.587
2.3.2. Média mensal	466

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	6.995
2.4.2. Média mensal	583

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	12.579
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	50
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	3.743
2.5.4. Declarações de voto	10
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	7.157
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) 02	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	27
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	101
2.5.9. Mero expediente	1.489

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META 1 do CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.766
2.6.2. Total de processos julgados	6.995
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	4.289
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	2.018
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	729
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	44
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	176
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	(-1405)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	3.659
2.7.2. Acórdãos lavrados	3.453
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	206
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	3.617
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	213
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	44

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O gabinete realiza triagem inicial dos processos, considerando o tipo de processo em relação aos embargos de declaração e agravo legal/regimental; o assunto, em relação às apelações e o agravo de instrumento que vai direto para o servidor; e também os processos que devam ir ao MPF já são triados para despacho de encaminhamento àquele órgão. Em um segundo momento, a triagem é mais detalhada, com o consequente encaminhamento. Os processos são guardados nos armários por tipo de recurso/assunto, e são registradas no sistema todas as movimentações de localização física que ocorrerem, a fim de facilitar a localização dos autos.

Os servidores dividem-se em equipes que trabalham por matéria e por tipo de recurso, havendo flexibilização nestas atribuições para atender eventual demanda que, pelo volume, mereça a concentração de esforços.

A diretriz adotada no processamento, de forma geral, é voltada para os processos antigos, por ordem cronológica; para os casos cujo benefício foi negado (com priorização dos processos com maior vulnerabilidade social - concessão de benefícios e execução de julgados) e para julgar mais processos do que o número de entrada. Exceções são conferidas àqueles processos em que há petições reiteradas pedindo prioridade.

Os feitos incluídos em metas do CNJ são acompanhados mensalmente, por meio dos relatórios de estatística, e encontram-se naturalmente incluídos na diretriz de trabalho do gabinete.

São julgados em mesa os embargos de declaração, agravo legal/regimental, conflito de competência. Quanto ao seu encaminhamento, incluindo os processos adiados, nos processos relativos à 3ª Seção, onde o volume é menor, em regra, já são levados na sessão seguinte, e nos da 9ª Turma, são trabalhados nos três primeiros dias do mês, por quase a totalidade da equipe e levados nas sessões subsequentes conforme a quantidade.

Há atendimento aos advogados, com hora marcada ou não pela desembargadora. Na maioria das vezes, no entanto, o atendimento é prestado pelos servidores, ao telefone, tendo em vista que os processos referem-se, em sua maioria, à competência delegada, e poucos são os advogados que se deslocam à capital, sem incidentes relatados.

Inexistência de pendências de inspeções anteriores.

Quanto às boas práticas identificadas, entre outras, destacam-se: Controle do acervo por relatórios mensais da estatística e elaboração de planilhas internas para acompanhamento processual; realização de conciliação no Tribunal, inclusive em fase de execução de sentença, prática anteriormente adotada (atualmente não mais) e que contribuiu para a diminuição do acervo desde a assunção pela desembargadora.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário, na 3ª Seção e na 9ª Turma. No período de 5 anos, a magistrada não requereu remoções internas. A unidade foi contemplada com auxílio do Juiz Federal Rodrigo Zacharias, que atuou reduzindo o acervo em 3.776 processos, no período de agosto/2013 a 19/03/2014, durante o período de atuação da desembargadora como coordenadora do Programa de Conciliação do TRF da 3ª Região.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 322 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 5.587, com média mensal de 466 processos. A menor distribuição foi de 338 processos em abril/2014, e a maior foi de 818 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 6.995 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 583), além de 2.912 agravos legais/regimentais e 998 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 1.408 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados os 61 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico (43 processos) e/ou controle por andamento processual (18 processos), em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 26 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199961000200794, 199961170014560, 199961170016490, 200060030012210, 200061040060598, 200061830012360, 200103990042226, 200103990058301, 200103990255490, 200103990430433, 200161140013896, 200161200042895, 200161830017490, 200161830028887, 200203990053587, 200203990201199, 200261260162976, 200303000009592, 200303990002225, 200303990045390, 200303990088454, 200303990237496, 200303990309161, 200403990038108, 200503990144181, 200503990223743). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 51 processos, representando, portanto, 1,055% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual aguardando decisão ou intimação das partes após prolação da decisão.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 25 em 2007, 72 em 2008, 131 em 2009, 241 em 2010, 567

em 2011, 936 em 2012, 1.363 em 2013 e 1.444 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição/redistribuição de 13 processos (200261250040837, 200303990002225, 200361830035840, 200403990038108, 200761040096642, 200761830027228, 200861050102357, 20086183009421-0, 200903990334595, 200961260045840, 201003990293686, 201061120004970 e 201061830078648) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a setembro/2009. Foram localizados, além daqueles, 3 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (200161140013896, 200961200114066 e 201003990353440). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 3 anos (processo 201003990353440, em 18/08/2011 – desaposentação – matéria implicitamente sobrestada). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2011.

Foi listado 1 agravo de instrumento, sem pendência, já baixado, em 12/08/2014.

A amostragem localizou alguns feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave. A respectiva tramitação encontra-se regular.

No tocante a processos sobrestados, não há, mas foi observada a não movimentação de 1274 processos que decorre de decisão a ser proferida pelo STF/STJ, envolvendo a matéria desaposentação.

Verificou-se, ainda, na amostra, que não existem processos do Gabinete inspecionado liberados para revisão. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existir processos conclusos para revisão, 1 para voto-vista (20126109003740-9) e 1 para declaração de voto (201403000034473), ambos com conclusão recente em 27/08/2014.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 8 agravos legais/regimentais (200061040060598, 200103990058301, 200303990045390, 200361830156278, 200561830051453, 200961200114066, 201003990353440, 201061830078648), alguns a exigir exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator, outros apontam conclusão recente. Houve 1 embargo de declaração com conclusão recente, há menos de 30 dias (200503990144181).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.587 e julgamento de 6.995

processos, resultando, assim, na produtividade de 125,20%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2013 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Processos sobrestados (1.274 processos). Recomendação: caso se opte por manter o entendimento de não processá-los, recomenda-se despachar no processo físico e lançar no sistema a movimentação processual concernente ao sobrestamento que aguarda decisão das cortes superiores sobre o tema desaposentação, o que retratará a realidade dos autos e possibilitará o gerenciamento das informações destes autos também pela estatística. Do contrário, os processos deverão ser movimentados e julgados normalmente.

Julgar, em 90 dias, os 51 processos da Meta 2 do CNJ distribuídos até 31/12/2006.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário, Órgão Especial (para compor quórum), Conselho da Justiça Federal da 3ª Região (suplente) 3ª Seção e 9ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 04/10/2013.

1.4. Juiz Federal Convocado: não se aplica.

1.5. Quadro de pessoal: 23 auxiliares (18 servidores efetivos e 5 estagiários, estando 2 em processo de contratação); 14 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (outubro/2013):	15.025
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	13.130
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	10.305
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	10.305

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	57
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	162
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	603
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	959
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	829
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	não aplicável
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	não aplicável

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho /2014)

2.3.1. Total	5.653
--------------	-------

2.3.2. Média mensal	471
---------------------	-----

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total	11.362
2.4.2. Média mensal	947

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total	18.453
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados	7
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa	3.866
2.5.4. Declarações de voto	3
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	11.903
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) 5	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela	9
2.5.8. Outras decisões interlocutórias	126
2.5.9. Mero expediente	2.534

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META 1 do CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada)	5.785
2.6.2. Total de processos julgados	11.362
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva	6.713
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno	3.182
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior	1.134
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal	118
2.6.3. Processos redistribuídos (saída)	343
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída)	(-5.920)

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão	2.906
2.7.2. Acórdãos lavrados	2.905
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias	1
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho /2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados	3.517
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias	236
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação	118

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

O gabinete realiza triagem inicial dos processos por assunto, observando-se as prioridades legais de julgamento. Após, os processos são encaminhados aos respectivos setores ou armários, nestes são arrumados em ordem cronológica e separados por matéria. Há armários próprios para mandado de segurança, recursos em fase de execução etc.

Os servidores dividem-se em:

- Setor de atendimento ao público, movimentação e separação dos processos: 1 servidor e 1 estagiário
- Setor de apelações e remessa oficial : 10 servidores.
- Setor de despachos e decisões interlocutórias: 1 servidor.
- Setor de agravos de instrumento, ações cautelares e conflito de competência: 1 servidor.
- Setor de agravos legais e embargos declaratórios – 1 servidora e 4 estagiários.

Os servidores trabalham por matéria e por tipo de recurso, tendo os servidores alcançado conhecimento para trabalhar em mais de uma área.

A diretriz adotada no processamento, é voltada para todos os tipos de processos, vale dizer, todos são movimentados, inclusive os recursos em sede de execução do julgado, priorizando-se a cronologia, não há distinção entre processos fáceis ou difíceis. Exceções são conferidas àqueles processos em que há petição com notória situação de prioridade.

Os feitos incluídos em metas do CNJ são gradualmente separados e encontram-se naturalmente incluídos na diretriz de trabalho do gabinete.

São julgados em mesa os embargos de declaração, agravo legal/regimental, conflito de competência. Quanto ao seu encaminhamento são minutados com prioridade e levados na sessão subsequente ou na próxima.

O gabinete estabelece metas internas diárias por servidor de 4 a 6 processos. A meta mensal estabelecida pelo desembargador para o gabinete é julgar 2 vezes o número de processos distribuídos, o que é acompanhado diariamente pela chefia por planilha eletrônica alimentada com os dados do GEDPRO.

Há atendimento aos advogados, pelo setor de atendimento, e, caso necessário, repassado à chefia ou ao desembargador. Sem incidentes registrados.

Inexistência de pendências de inspeções anteriores.

Quanto às boas práticas identificadas, entre outras, destacam-se: Controle diário da produtividade a fim de alcançar as metas estabelecidas por planilhas alimentadas com dados do sistema.

Conscientização do servidor com o compromisso no trabalho, respeitando a capacidade de cada servidor para depois estabelecer as metas (durante os 3 meses iniciais observou-se a capacidade produtiva de cada servidor).

Trabalhar em todas as classes de processos e matérias, independentemente da dificuldade, intercalando a meta 1 com a meta 2 do CNJ, assim: ao atingir a sua meta diária – que visa atender a meta 1, necessariamente o servidor deve trabalhar em um processo da meta 2.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário, 3ª Seção e 9ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 736,07 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a

julho/2014 foi de 5.653, com média mensal de 471 processos. A menor distribuição foi de 357 processos em abril/2014, e a maior foi de 817 em agosto/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 11.362 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 947), além de 3.159 agravos legais/regimentais e 1.246 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 5.709 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e o que tramitava em unidade externa foi inspecionado com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral foi apurado 1 processo extraviados 2010.61.19.000879-4, com restauração sob número 2014.03.00.019213-0.

A amostragem revelou a existência de 38 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199403010648454, 199503010328749, 199803010250816, 199803010991415, 199903990008740, 199961080086510, 199961170000317, 199961170045994, 200003990687440, 200061020133274, 200103990137079, 200103990402541, 200161140025874, 200161140025874, 200161190032023, 200161230034141, 200203990047253, 200203990216403, 200203990381761, 200203990425156, 200203990451787, 200261060087740, 200261170010798, 200261260087097, 200303990195192, 200303990225652, 200303990285557, 200361260042975, 200403990094057, 200461060061152, 200503990238369, 200503990249975, 200503990440390, 200503990440511, 200503990442167, 200503990443585, 200503990525310, 200503990528967). No acervo total da unidade, apurado em fevereiro/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 219 processos, representando, portanto, 2,125% de todo o estoque em

tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de aguardando julgamento.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 603 em 2007, 959 em 2008, 829 em 2009, 1.068 em 2010, 1.375 em 2011, 1.900 em 2012, 2.188 em 2013 e 1.164 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2012 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Na amostragem, existem 6 processos que aguardam julgamento com conclusão feita no ano de 2013 (199803010250816, 200061020133274, 200103990137079, 200203990381761, 200261060087740 e 200703000825091) e 1 processo com conclusão em 2010 (200503990023572). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos anteriores a 2007.

Foi listado 1 agravo de instrumento, com pendência de julgamento, protocolado em 17/07/2007, estando na conclusão desde outubro de 2013 (200703000825091).

No tocante a processos sobrestados não há esta situação na unidade.

A amostragem localizou 1 feito de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso. A respectiva tramitação encontra-se regular (processo 200161190032023, julgado em 14/08/2014).

Verificou-se, ainda, no acervo, que existem 11 processos do Gabinete aguardando voto-vista todos em situação regular. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não existem processos conclusos para revisão, voto-vista e para declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 3 agravos legais/regimentais (199803010250816, 200103990137079 e 200203990381761) e 2 embargos de declaração (200061020133274 e 200261060087740), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.653 e julgamento de 11.362 processos, resultando, assim, na produtividade de 200,90%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2012 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

Na última inspeção foi recomendado um esforço concentrado em relação aos processos de mandado de segurança. Conforme se pode observar nos números informados pela estatística em outubro/2013, 364 mandados de segurança, e em julho/2014, 174 mandados de segurança, houve atendimento da recomendação, sendo necessária a continuidade deste esforço de forma a liquidar os processos de mandado de segurança que têm prioridade legal.

Foi recomendada também a preferência aos recursos em fase de execução de sentença e conforme informações da chefia, há dez meses havia cerca de 4 armários com processos nesta fase, hoje existem 2 armários, e que continuam sendo trabalhos cotidianamente, o que foi confirmado nos processos da amostra. Recomendação atendida.

Julgar, em 120 dias, os 219 processos da Meta 2 CNJ distribuídos até 31/12/2006.

GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO OCTÁVIO BAPTISTA PEREIRA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS:

1.1. Identificação: Desembargador Federal **PAULO OCTÁVIO BAPTISTA PEREIRA.**

1.2. Órgãos de atuação: 10ª Turma, competência Direito Previdenciário.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 03/08/2009.

1.4. Quadro de pessoal: 21 auxiliares (18 servidores efetivos, 2 estagiários de nível superior e 1 e nível médio).

1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade: 1 CJ2, 1 CJ3, 9 FC3, 4 FC4, 1 FC6.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (03/08/2009):	1.399
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	11.390
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.996
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento(julho/2014):	4.996

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (31/07/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	5.772
2.3.2. Média mensal:	481

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	9.321
2.4.2. Média mensal:	777

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)

2.5.1. Total:	10.874
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	296
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.453

2.5.4. Declarações de voto:	7
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas	6.552
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (arts. 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	20
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	184
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	30
2.5.9. Mero expediente:	1.332

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.772
2.6.2. Total de processos julgados (incluindo art. 557 CPC):	6.767
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	4.236
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.725
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	708
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: não informado	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	151
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos:	-1.146

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.601
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.597
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura (base 31/07/2014)	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.607
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	74
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação (31/07/2014):	71

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Unidade está organizada com base na divisão por matéria, com servidores trabalhando em temas específicos, tendo em vista critérios de especialização. São 14 servidores atuando na atividade fim, 2 funcionários designados para as questões administrativas e 2 servidores investidos em cargo de chefia, que atuam no assessoramento ao desembargador e direção do gabinete.

Os processos são agrupados por órgão julgador (turma, seção e órgão especial), tipo de recurso pendente (tutelas de urgência, apelação, embargos de declaração, agravo legal), espécie de concessão/revisão de benefício e ordem cronológica da data de conclusão.

Os autos são guardados nos armários em ordem de antiguidade e de acordo com a espécie de benefício (auxílio doença; aposentadoria por invalidez; benefício

assistencial; pensão por morte; aposentadoria por idade rural; aposentadoria por idade urbana; aposentadoria por tempo de serviço/contribuição; revisão de benefício; reajuste de benefício; diversos). Os servidores são orientados a observar a ordem de antiguidade, observada a priorização das tutelas de urgência e prioridades legais.

Foi designada uma servidora como responsável pelo julgamento dos recursos de agravo legal e embargos de declaração, que é auxiliada pelos estagiários. Da mesma forma, foi designada uma servidora como responsável pelos agravos de instrumento, bem como um servidor pelos processos originários de competência da Seção e embargos infringentes.

Há metas individuais de produtividade, respeitando-se o grau de complexidade das matérias, bem como é feito um controle periódico de produtividade mensal de cada servidor. A avaliação periódica de resultados da unidade é feita pela produção individual e análise dos resultados com o próprio servidor. O gabinete possui como meta geral o julgamento de feitos em número superior ao número de processos distribuídos, bem como o tempo de tramitação do feito não pode exceder 2 anos após a sua distribuição.

Constatado acúmulo de feitos em determinada matéria, os servidores são remanejados para reduzir o acervo específico. São realizados, portanto, mutirões entre os servidores quando a distribuição de determinada matéria (benefício) ultrapassar o razoável.

Os processos identificados em listas de META do CNJ são priorizados na medida em que recebidos no gabinete, bem como, dentro do possível, é dada prioridade àqueles com prioridade legal, em que pese a grande maioria das partes esteja amparada pelo art. 71 do Estatuto do Idoso, por se tratar de gabinete especializado em matéria previdenciária. Por determinação do desembargador, a elaboração das minutas das decisões é feita preferencialmente pelos processos mais antigos por data de distribuição no Tribunal.

Os dados relativos à distribuição são aferidos, diariamente, mediante o sistema SIAPRO. Por sua vez, a produtividade da Unidade é realizada, todos os dias, por meio do sistema Gedpro.

O tempo médio de tramitação dos feitos na unidade é de 2 anos.

Os advogados são atendidos durante todo o expediente do Tribunal, ou seja, das 9 h às 19 h. A consulta de autos é feita exclusivamente nas subsecretarias: turma, seção ou órgão especial, conforme o caso.

O procedimento adotado pela unidade para organização da escala de férias dos servidores é feito de modo a distribuir o seu gozo ao longo do ano calendário, buscando conciliar o interesse de cada servidor com o da equipe de trabalho.

Os critérios estabelecidos para substituição de funções comissionadas são: de assessor CJ-3, chefe de gabinete CJ-2 e assessor II FC-6, são feitas pelos servidores assistentes, ocupantes de FC-4, que são treinados durante o ano para assunção integral das atribuições dos titulares das funções comissionadas.

A título de boas práticas, a unidade inspecionada destacou o teletrabalho, o qual apresentou o incremento da produtividade dos servidores que trabalham em casa, além de significativa melhora no clima organizacional e a satisfação da equipe, resultante da melhora da qualidade de vida dos servidores que aderiram e eram impactados pelo excessivo tempo perdido entre o deslocamento casa-trabalho, na cidade de São Paulo.

A unidade não informou a existência de nenhum processo com pendência da inspeção anterior, bem como da autoinspeção.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento na 3ª Seção e na 10ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas, estando no mesmo gabinete desde 03/08/2009.

A unidade não foi contemplada com o auxílio de juízes federais, mutirão ou Assessoria de Apoio ao Gabinete.

A equipe da CGJF foi recebida pelo desembargador, no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 356,85 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489

processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição, no período de agosto/2013 a julho/2014, foi de 5.615, com média mensal de 468 processos. A menor distribuição foi de 347 processos em janeiro/2014, e a maior foi de 811 em agosto/2013. Em relação à produtividade, o total de feitos julgados nos últimos 12 meses foi de 6.767, com média mensal de 564 processos. Houve, portanto, fluxo positivo de aproximadamente 1.152 processos, reduzidos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização e gestão dos processos, não foram localizados problemas significativos na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram requisitados e também inspecionados na própria unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 61 processos da listagem, a título de amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais.

Na listagem, não consta processo extraviado ou remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Foram inspecionados 4 processos remanescentes da autoinspeção (199903990036771, 200361830139189, 201003990239850 e 201103990009265), com a constatação de que foram sanadas as pendências relatadas.

Foram examinados 49 processos em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que foram quase todos regularizados, estando, ainda, pendente de providências apenas 1 processo (201103990235459).

A amostragem revelou a existência de 3 agravos regimentais, ainda pendentes de julgamento (199961040066699, 200661260030160 e 200761080057003) e 2 embargos de declaração (200761190027819 e 200961100082377). Não obstante, ao exame do acervo em geral, há elevado número de processos das classes em

referência, não inseridos na listagem previamente selecionada, cujo prazo de conclusão é superior a 30 dias (181 agravos e 73 embargos).

A amostragem evidenciou, ainda, a existência de apenas 1 feito com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 do CNJ (199961040066699), que se encontra ainda pendente de julgamento do agravo legal.

No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, não foram identificados feitos da META 2 CNJ. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são objeto de triagem e recebem tratamento próprio e preferencial.

A listagem por ano de distribuição indica o seguinte acervo de processos distribuídos, ainda em tramitação: 32, em 2010; 179, em 2011; 840, em 2012; 3.181, em 2013 e 2.485, em 2014. Como se observa, embora a maior parte do acervo seja constituída de processos distribuídos a partir de 2012, ainda há na unidade um número pequeno de processos antigos, distribuídos entre 2010 e 2011. Considerando tratar-se de unidade com jurisdição sobre competência previdenciária, cujas lides encerram interesses prioritários, seja em decorrência do fator etário ou incapacitante para o trabalho, além de se inserirem em metas estabelecidas pelo CNJ, a reversão desta situação deve ser priorizada, com a solução das lides mais antigas.

Foi listado apenas 1 agravo de instrumento, o qual, atualmente, se encontra em situação regular. Foi informada a inexistência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal.

A amostragem não localizou feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos. Relativamente a processos sobrestados por decisão proferida pelo STF/STJ, não se verificou a existência de processo nesta situação no Gabinete.

Na unidade inspecionada, verificaram-se pendências relativamente a 2 processos de outros relatores, conclusos para voto-vista, até a data de 31/07/2014.

Da mesma forma que os agravos de instrumento, em outras classes processuais a unidade informou a inexistência de processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.615 processos, com julgamento de 6.767. Resultando, assim, na produtividade de 120,52%.

Com relação à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que, após um início de acúmulo de processos, no período base (agosto/2013 a julho/2014), existe tramitação do acervo em geral com relativa celeridade, salvo em alguns casos pontuais que foram identificados, com recomendação da providência cabível.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3 apresenta condições adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. A unidade estava organizada e foram fornecidos os dados necessários à avaliação geral e confecção deste documento. Não foram apurados problemas relativos à gestão administrativa.

Registra-se aqui que o gabinete conta com 21 colaboradores, 14 deles desempenhando atividade fim e 7 desempenhando atividades administrativas e burocráticas do gabinete. A unidade conta com satisfatória quantidade de funcionários, porém um terço deles está alocado nas funções administrativas, pelo que se recomenda verificar a necessidade do aumento da força de trabalho na atividade fim, visando à redução mais efetiva da quantidade de processos conclusos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- 1.1. Identificação:** Desembargador Federal **SÉRGIO NASCIMENTO**
1.2. Órgãos de atuação: Plenário; 10ª Turma (competência Direito Previdenciário) e Comissão de Concurso, esta última desde 21/06/2013.
1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 22 de maio de 2003.
1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (16 servidores efetivos, 1 requisitado e 3 estagiários de nível superior); 14 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL:

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (22/05/2003):	6.075
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	599
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	599
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	599

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006) :	0
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007) :	0
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008) :	0
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009) :	0
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011) :	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012) :	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	5.782
2.3.2. Média mensal:	482

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	9.082
2.4.2. Média mensal:	757

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	10.565
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	461
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.856
2.5.4. Declarações de voto:	6
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	5.756
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	9
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	26
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	24
2.5.9. Mero expediente:	1.427

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.782
2.6.2. Total de processos julgados:	6.179
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.947
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.961
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	1.058
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	185
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	-582
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: (positivo)	-979

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	3.204
2.7.2. Acórdãos lavrados:	3.204
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	4
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	3.202
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	128
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	13

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Sobre a triagem inicial, a classificação e a separação física dos processos na unidade, foi esclarecido o seguinte: a triagem inicial dos processos é feita mediante identificação dos autos, por matéria, com tarjas coloridas, quando da autuação. Nesta oportunidade, também é feita uma anotação com a data de recebimento do processo na unidade. A classificação e a separação física dos processos leva em conta os processos que dependem de despachos ou outra diligência e os processos já em andamento pela Turma ou Seção. Os processos já em andamento pela Turma ou Seção, ao retornarem para o gabinete, são direcionados aos servidores responsáveis pela elaboração de despachos, ao passo que os recebidos com embargos de declaração ou agravos são repassados aos servidores que minutaram a primeira decisão.

A organização do trabalho na unidade é feita de acordo com a afinidade de cada servidor e, ainda, para algumas fases processuais, são destacados outros servidores para as atividades necessárias.

É dado tratamento específico para feitos com prioridade legal ou inseridos em metas do CNJ, sendo que o gabinete procura agilizar o seu julgamento. Já quanto aos feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, os primeiros são repassados ao desembargador, que orienta o servidor acerca do motivo do adiamento, para que nova minuta de voto seja elaborada, se for o caso. Os pendentes de julgamento em mesa também são priorizados para apresentação em sessão de julgamento.

Não há fixação de metas individuais de trabalho, mas há um controle da produção de cada servidor, feito pela assessoria, pela qual passam todos os processos prontos para serem analisados pelo desembargador. A avaliação periódica de resultados é praticamente mensal, sendo feita após a contagem de todas as decisões assinadas pelo desembargador e enviadas à Subsecretaria, em paralelo à contagem mensal do acervo. Já houve fixação de meta mensal coletiva de decisões terminativas, com resultados positivos, não mais sendo necessária, nos dias atuais, pelo fato de o gabinete estar com um acervo bem reduzido e em dia.

À título de método de gestão de pessoal ou de materiais considerado ser uma boa prática adotada pela unidade, destacou-se o procedimento de contagem mensal dos feitos, após o qual, se verificado considerável aumento de processos em determinada matéria, é destacado um maior número de servidores para a elaboração de minutas.

O atendimento aos advogados é feito normalmente, sendo o processo localizado e apresentado, quando no gabinete, para a consulta, não havendo incidentes relatados.

Inexistem pendências de inspeções anteriores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e 10ª Turma. No período de 5 anos, o mesmo não requereu remoções internas. A unidade não foi contemplada com o auxílio de juízes federais. Houve afastamento do desembargador, por 15 dias, de 11 a 25/07/2013, nos termos da Portaria n. 7.135/2013, para elaboração das questões da 1ª Fase do XVII Concurso de Ingresso na Magistratura 3ª Região.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 42 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição, no período de agosto/2013 a julho/2014, foi de 5.576, com média mensal de 465 processos. A menor distribuição foi de 350 processos, em abril/2014, e a maior foi de 812, em agosto/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 6.179 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 515). Houve, portanto, uma redução de 603 processos em relação à distribuição realizada no período.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam

em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 21 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais. Os outros 4 processos da listagem não foram inspecionados por terem sido baixados.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foi identificado apenas 1 processo remanescente da inspeção anterior para acompanhamento na atual (processo n. 200861170033259), todavia em situação regular, por estar suspenso, por decisão, aguardando julgamento de recurso especial (REsp n. 115.9942). Sobre o feito mais antigo, embora conste da lista informada pelo Setor de Estatísticas do CJF como sendo um feito distribuído em 2007, verificou-se que o mesmo (processo n. 200703990500589) teve baixa definitiva, com retorno ao juízo de origem, em 19/08/2014. Assim sendo, o feito mais antigo ainda pendente de julgamento passou a ser o processo n. 200661080037644, que foi distribuído no TRF3 em 03/11/2008 e encontra-se concluso ao Relator, com embargos de declaração, desde 11/07/2014. Tal processo teve seu primeiro julgamento em 19/05/2009, sofreu vários recursos e decisões (embargos de declaração, recurso especial, recurso extraordinário, sobrestamento, juízo de retratação, novos embargos de declaração); e encontra-se na pauta de julgamento do dia 26/08/2014.

Não houve processos para inspecionar em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF5 anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, não há feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006. Em termos gerais, conclui-se que os feitos da META 2 CNJ são objeto de triagem e recebem tratamento prioritário.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 1 em 2008, 2 em 2010, 1 em 2011, 1 em 2012, 69 em 2013 e 524 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos

distribuídos entre os anos de 2013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso ou processos da META 18/2013 CNJ, por se tratar de unidade com competência de Direito Previdenciário.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. O processo mais antigo da listagem remonta a outubro/2000. Não foram localizados processos paralisados há mais de ano na unidade. Na amostragem, o processo que aguarda julgamento há mais tempo encontra-se em tal situação desde 31/01/2014, portanto, há 7 meses (201161830025417). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2013 e alguns poucos remanescentes dos anos anteriores, no total de 5 processos, como informado acima.

Não foram listados agravos de instrumento para inspeção. Contudo, considerando-se a totalidade no acervo, tem-se que: há 140 agravos com pendência de julgamento ou providência na unidade (conforme listagem anexa), sendo que o mais antigo foi protocolado em 16/08/2007 (processo n. 200361830152418), encontrava-se na conclusão em 25/04/2014, data da redistribuição ao atual Relator, recebeu decisão terminativa em 09/05/2014 e julgamento de agravo contra tal decisão em 12/08/2014, encontrando-se os autos, atualmente, na Subsecretaria da Turma. O segundo mais antigo foi protocolado em 02/02/2010 (processo n. 200661030081443). Todos os demais são agosto/2013 aos dias atuais. Existem 10 agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, o mais antigo foi distribuído em julho/2014 (processo n. 201403000169507) e a mais antiga conclusão data de 22/07/2014 (mesmos autos). Não se verificou a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou apenas 4 feitos de natureza especial, 3 envolvendo ação com interesse de idoso (200003990655440, 201303990424277 e 201403990034820) e uma ação rescisória (201303000101325). A respectiva tramitação encontra-se regular, destacando a situação da rescisória indicada, que sofreu atrasos em algumas fases, mas encontra-se, atualmente, em situação regular, com despacho proferido em 14/08/2014, tendo recebido determinação específica de inclusão em pauta para julgamento após cumprimento do despacho. Quanto aos processos com prioridade legal de idoso, os mesmos encontram-se nas seguintes fases: processo n. 200003990655440 foi julgado, sofreu agravo, julgados, embargos de declaração, também julgados, atualmente no Gabinete da Vice-Presidência para processamento de recurso especial; processo n. 201303990424277, concluso em 05/12/2013 e despachado em 14/08/2014, com

recomendação específica de se evitar paralisação por períodos superiores há 90 dias; e processo n. 201403990034820, julgado em 27/02/2014, aguardando exame de agravo desde 08/08/2014, encontrando-se em dia.

No tocante a processos sobrestados, não se verificou nenhum em tal situação na unidade inspecionada.

Verificou-se, ainda, que não há, atualmente, no Gabinete inspecionado, processos liberados para revisão, que ainda não estejam pautados pelo revisor, a configurar pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade; assim como não há processo aguardando declaração de voto, voto-vista ou lavratura de acórdão. Quanto a feitos de outros relatores, verificou-se que igualmente não há processos conclusos para revisão, nem aguardando declaração de voto ou lavratura de acórdão; e apenas 2 processos aguardam voto-vista há menos de 30 dias (Embargos Infringentes n. 9603081579-9, Relator Desembargador Toru Yamamoto e Ação Rescisória n. 20060300076646-0, Relatora Desembargadora Daldice Santana).

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 140 agravos legais/regimentais e 128 embargos de declaração (conforme listagem anexa). Contudo, a exigir exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator há mais de 90 dias, há apenas 3 agravos (processos n. 201161830025417, 201261830029865 e 201303990432882). Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (também na mesma listagem anexa). Segundo apurado, existem, pendentes de julgamento, 128 embargos de declaração, dos quais 19 com conclusão há mais de 30 dias, além de 140 agravos legais/regimentais, dos quais 23 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado. Nessa situação, há apenas 10 agravos de instrumento (201403000185112, 201403000184090, 201403000175271, 201403000174760, 201403000174461, 201403000173055, 201403000171733, 201403000170315, 201403000169507, 01403000166889).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.576 processos e julgamento de 6.179 processos, resultando, assim, na produtividade de 110,81%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos em 2014 (524) e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação muito célere do acervo em geral, sem qualquer problemas específico detectado.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verificando-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

O TRF3 apresenta condições adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. A unidade estava organizada, bem planejada, com bom quantitativo de recursos humanos para responder à demanda e a metodologia de trabalho adotada revela-se eficiente. Não foram apurados problemas relativos à gestão administrativa.

Saliente-se ser suficiente a quantidade de servidores lotados no gabinete que desempenham atividade fim (14 funcionários), pois a média de processos conclusos por servidor é a mais baixa (42 processos), quando comparada aos demais gabinetes inspecionados por esta equipe.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL WALTER DO AMARAL

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **WALTER DO AMARAL**

1.2. Órgãos de atuação: 3ª Seção e 10ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 08/07/2010.

1.4. Quadro de pessoal: 14 auxiliares (14 servidores efetivos); 12 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (01 CJ2, 01 CJ3, 09 FC03, 04 FC4, 01 FC6,), havendo 2 FC03 livres.

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (julho/2010):	13.513
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	24.778
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	17.947
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	17.947

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	1.049
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	545
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	737
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	1.879
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	1.871
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011): Não se aplica à matéria dos processos analisados.	
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012): Não se aplica à matéria dos processos analisados	

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	17.947
2.3.2. Média mensal:	1.495

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	5.978
2.4.2. Média mensal:	498

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	9.277
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	1.085
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.373
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	3.512
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC): 08	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	06
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	166
2.5.9. Mero expediente:	3.117

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.790
2.6.2. Total de processos julgados:	4.551
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	2.793
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.236
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	945
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	165
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	1.074

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.426
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.424
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	02
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.428
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	19
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	16

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Na unidade inspecionada foi informado que, tão logo recebidos os processos da distribuição, estes passam por uma triagem inicial feita pelos servidores responsáveis por cada matéria, onde é analisado o grau de prioridade do feito, se envolve interesse de incapaz, a validade do instrumento de procuração, bem como a regularidade da representação processual, além de serem conferidos termo de autuação e a etiqueta aposta na capa do processo.

Feita a separação dos processos por matéria, estes são armazenados em armários devidamente identificados, onde são organizados por ordem cronológica. Nos processos, são colocadas fitas adesivas com a cor designada para cada matéria, a fim de reduzir os riscos de que processos de matérias diferentes acabem se misturando indevidamente.

Os trabalhos do gabinete são desenvolvidos com especialização de servidores por matéria, sendo os processos divididos e distribuídos aos servidores de acordo com os benefícios requeridos, podendo ser de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por idade (rural ou urbana), aposentadoria por invalidez/auxílio-doença, benefício assistencial (LOAS), auxílio-reclusão, salário-maternidade, pensão por morte, desaposentação/renúncia a benefício, embargos à execução, revisão de benefício e mandados de segurança. Também há divisão por tipo de recurso, havendo servidores que cuidam especificamente dos agravos de instrumento e processos de competência da Terceira Seção, tais como ações rescisórias, conflitos de competência, ações cautelares e mandados de segurança originários.

Os feitos com prioridade legal e inseridos em META do CNJ são separados, recebendo etiqueta própria na qual consta a informação de que estão inseridos em Meta do CNJ ou envolvem interesse de pessoa idosa.

Têm prioridade no gabinete os processos inseridos na META 02 do CNJ, aqueles que foram objeto de inspeção ou autoinspeção e os que são objeto representação por excesso de prazo junto ao CNJ ou à Ouvidoria do TRF3, sendo esses últimos acompanhados pela própria chefia da unidade até o julgamento dos feitos.

Além disso, conforme relatado, os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa também recebem tratamento prioritário, sendo julgados no máximo em 30 dias, a contar do recebimento dos autos em gabinete.

A unidade esclareceu que são fixadas metas de trabalho diariamente, no que diz respeito às chefias e à servidora responsável pelas minutas em agravos de instrumento e, quinzenalmente, no que diz respeito às servidoras responsáveis pelas minutas dos processos originários. São realizadas, ainda, reuniões pontuais com a equipe, visando ao aprimoramento dos trabalhos.

As metas são fixadas de acordo com o grau de dificuldade da matéria, respeitados os limites e características intelectuais de cada servidor, com o estabelecimento de um limite mínimo de produtividade. Para possibilitar o controle do cumprimento das metas, os servidores preenchem semanalmente um relatório de produtividade, sendo mensalmente verificado se minutado o número estipulado de processos. Quando necessário, são realizados mutirões, a fim de possibilitar o cumprimento das metas.

A título de boas práticas, foram apontados a flexibilidade de horários dos servidores, permitindo que trabalhem no horário que consideram ser mais conveniente, além do incentivo à participação dos funcionários lotados na unidade em cursos de aperfeiçoamento e especializações.

Quanto ao atendimento ao público, foi esclarecido que os servidores são orientados a tratar advogados, estagiários e partes com educação e cordialidade, ceder assento aos idosos enquanto aguardam a localização dos processos solicitados e, na ausência de condições de oferecer respostas aos questionamentos, solicitar a presença das chefias do gabinete.

A unidade acrescentou, ainda, que enfrenta dificuldades em exercer satisfatoriamente suas atividades, em decorrência da escassez de servidores, com carência atual em seu quadro de dois servidores e de estagiários.

Todos os processos considerados irregulares na inspeção anterior se encontram em situação regular, não havendo pendências a serem sanadas.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e na 10ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado requereu 1 remoção interna, em 08/07/2010, da 7ª Turma para a 10ª Turma, onde permanece até a presente data. Nesse período, a unidade não foi contemplada com o auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pelo desembargador no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 1.495 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é superior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam que a distribuição, no período de agosto/2013 a julho/2014, foi de 5.602 processos, com média mensal de 467 feitos. A menor distribuição foi de 345 processos, em abril/2014, e a maior foi de 820, em agosto/2014. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 4.551 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 379), além de 544 agravos legais/regimentais e 875 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo de 1.051 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade, apesar do vasto acervo que possui o gabinete.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Todos os processos se encontravam fisicamente na unidade, pelo que foram inspecionados sem a necessidade de analisar extratos processuais para tal finalidade.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados todos os 67 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, mas apenas da autoinspeção feita em 2013.

O feito mais antigo (9703078091-1) ainda pendente de julgamento foi distribuído, no TRF3, em 14/11/1997 e se encontra concluso com o relator, sem movimentação, desde 14/06/2012. A situação processual de irregularidade mais comum se refere ao grande lapso temporal entre as conclusões e a prolação de decisões/votos.

Foi inspecionado 1 processo (199903991056455) em razão de representação por excesso de prazo, interposta no CNJ sob o n. 0004188-12.2013.2.00.0000, com a constatação de que não foi sanado, estando, ainda, pendente o julgamento do recurso principal. Apesar disso, o processo vem sendo impulsionado regularmente, sendo sua última conclusão datada de 22.08.2014.

Na listagem da inspeção, não constaram processos extraviados, porém, no acervo geral, foram apurados três processos extraviados, todos com restauração de autos em andamento (0045001-62.2000.4.03.9999 – restauração n. 0024191-70.2012.4.03.0000; 0008974-65.2009.4.03.6119 – restauração n. 0019209-42.2014.4.03.0000; 0012128-91.2009.4.03.6119 – restauração n. 0019210-27.2014.4.03.0000).

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 1.594 processos, representando, portanto, aproximadamente 6,4% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, não estão recebendo tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se sem qualquer movimentação, aguardando inclusão em pauta, ou mesmo ainda se encontrando em fase de relatório.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 502, em 2007, 1.451, em 2008, 1.628, em 2009, 2.280, em 2010, 2.799, em 2011, 2.970, em 2012, 3.272, em 2013 e 1.556, em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2011 e 2014, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

A amostragem revelou a existência de 48 processos sem movimentação desde a distribuição: 199803010236558, 199903990078546, 199903990217960, 199903990219506, 199903990542962, 199903990612551, 199903990791883, 199903990848443, 199903990897995, 199961040051660, 199961170002685,

199961170012733, 200003990220999, 200003990387699, 200061040033856, 200061080092811, 200061170002823, 200061190224850, 200103990070167, 200103990088421, 200103990221261, 200103990295992, 200103990343500, 200103990347426, 200103990371258, 200103990384381, 200103990399967, 200103990584059, 200161020013583, 200161040006523, 200161830038637, 200161830044650, 200203990083002, 200203990143138, 200203990219167, 200203990220923, 200203990261070, 200203990220923, 200203990261070, 200203990268180, 200203990321053, 200203990336378, 200303990122577, 200461130002970, 200461170029998, 200503990015411, 200503990188688 e 200503990415619, os dois mais antigos remontando a maio/1999 (199903990217960 e 199903990219506). Na amostragem, há processos que aguardam julgamento há até 15 anos: 199903990217960, 199903990219506, 199903990006742, 199903990324650, 199903990542962 e 199903990612551.

Não obstante os feitos indicados no dado anterior, não foram localizados processos paralisados injustificadamente há mais de ano na unidade por motivos processuais outros, tais como julgamento pela sistemática dos recursos repetitivos.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados seguindo apenas o critério da ordem de antiguidade, mas sim em conjugação com os processos mais recentes, sendo que, atualmente, a unidade trabalha, inclusive, com dois processos distribuídos no ano de 1997.

Não foram listados agravos de instrumento na amostragem submetida à análise da equipe de inspeção. Contudo, considerando-se a totalidade do acervo, tem-se que há: 102 agravos de instrumento ativos, dentre eles 12 com pendência de julgamento ou providência na unidade: 20140300016067-0, 20140300017032-7, 20140300017189-7, 20140300017482-5, 20140300017687-1, 20140300019559-2, 20140300019865-9, 20140300019884-2, 20140300009642-5, 20140300010133-0, 20140300010701-0 e 20140300010838-5, sendo que o mais antigo foi protocolado em 30/06/2014 (processo n. 20140300016067-0), teve decisão de conversão em agravo retido datada de 25/08/2014, encontrando-se na fase de intimação das partes. Todos os agravos remontam ao ano de 2014. Dentre eles, há 8 agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal, o mais antigo foi distribuído em 30/06/2014 (processo n. 20140300016067-0) e a mais antiga conclusão data de 22/07/2014 (processo n. 20140300017189-7). Verificou, ainda, a existência de 4 agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e que ainda pendem de exame pelo colegiado (processos n. 20140300009642-5, 20140300010133-0, 20140300010701-0, 20140300010838-5).

A amostragem localizou 15 feitos de natureza especial, sendo 1 ação envolvendo interesse de portador de necessidades especiais e doença grave (processo n. 200203990443018) e 14 ações envolvendo interesse de idoso (processos n. 199903990217960, 199903990219506, 199903990324650, 199903990897995,

200103990088421, 200103990511160, 200161020013583, 200161240020631, 200203990268180, 200303990042119, 200303990079441, 200303990204776, 200303990266769, 200503990188688), todos os processos da Meta 2 CNJ, sem movimentação processual desde a primeira conclusão e alguns com reiterados pedidos para impulsionar o feito, tratando-se, igualmente, de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

No tocante a processos sobrestados, não se verificou nenhum processo nessa situação na unidade.

Verificou-se, ainda, que no Gabinete inspecionado não há, atualmente, processos liberados para revisão por outro Gabinete, que ainda não tenham sido pautados pelo revisor, a configurar pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade, nem aguardando declaração de voto ou lavratura de acórdão, sendo que 9 processos do Gabinete inspecionado aguardam voto-vista, todos desde 20/08/2014 (Conflitos de Competência n. 201403000068946, 201403000065120, 201403000053165, 201403000046902, 201403000030906, 201403000028316, 201403000068790, 201403000082256, 201403000082694). Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, nem aguardando declaração de voto, voto-vista ou lavratura de acórdão.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 12 agravos legais/regimentais (201261050062302; 201303000000892; 201303000162326; 200661240015724; 201003000301568; 201003000301581; 201103000176456; 201203000205485; 201203000000310; 201203000005344; 201203000107219; 201203000285444) e 3 embargos de declaração (201261050062302; 200903990413586; 201103990009605), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a sua interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator (há mais de 90 dias). Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (200903000364084; 201203990134490; 200003000537868; 200361120068890; 201261140039081; 200761080097104; 201361110048140; 201361260013439; 201403000075434; 201003000042642; 201003000276008). Segundo apurado, existem, pendentes de julgamento, 14 embargos de declaração, dos quais 6 com conclusão há mais de 30 dias, além de 66 agravos legais/regimentais, dos quais 15 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 10 processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (200503000269914; 200603000913080;

200703000366461; 200903000344127; 200903000391294; 201003000300679; 201003000301568; 201003000301581; 201103000353147; 201161140103398).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.602 e julgamento de 4.551 processos, resultando, assim, na produtividade de 81,24%, com aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, com a retomada do controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam, no acervo, processos distribuídos desde 2011 (10.597 processos, de 2011 a 2014), restando, contudo, 3.442 processos com mais de 05 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, ao menos se completando o quadro de servidores da unidade, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

6. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- Sete processos com única conclusão e julgados em 08/2014; com atraso, mas atualmente com situação regular.
- Todos os demais processos inspecionados, em um total de 60, inserem-se na Meta 2/2009 CNJ, devendo ser incluídos em pauta para julgamento, recebendo tratamento preferencial e urgente.
- Recomenda-se identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os inseridos na Meta 2 do CNJ.
- Recomenda-se o julgamento preferencial de processos com prioridade legal.

- Recomenda-se a adoção de medidas concretas e emergenciais para a redução e controle do acervo.
- Recomenda-se o controle dos processos sem movimentação há mais de 90 dias.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA (3ª SEÇÃO)

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA LÚCIA LENCASTRE URSAIA

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargadora Federal **MARIA LÚCIA LENCASTRE URSAIA**

1.2. Órgãos de atuação: 3ª Seção e 10ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 29/11/2011.

1.4. Quadro de pessoal: 22 auxiliares (17 servidores efetivos, 3 estagiários de nível superior e 2 estagiários de nível médio); 16 servidores em atividade fim; e 16 funções gratificadas (01 CJ2, 01 CJ1, 09 FC03, 04 FC4 e 01 FC6).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (novembro/2011):	6.894
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	10.317
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.343
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	4.343

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014):	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	514
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	21
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	09
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	25
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	189
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	270
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	0
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	0

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total 4.343, sendo 4.062 para a 10ª Turma e 281 para a 3ª Seção	
2.3.2. Média mensal: 362 processos, sendo 339 para a 10ª Turma e 23 para a 3ª Seção	

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	8.418
2.4.2. Média mensal:	702

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	9.586
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	387
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	2.359
2.5.4. Declarações de voto:	0
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	5.659
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	13
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	12
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	18
2.5.9. Mero expediente:	1.138

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	5.767
2.6.2. Total de processos julgados:	6.020
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	3.782
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	1.583
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	771
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal:	0
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	145
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	- 398

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	2.637
2.7.2. Acórdãos lavrados:	2.637
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	0
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	2.637
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	103
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	31

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Sobre a triagem inicial, classificação e separação física dos processos, foi esclarecido que os feitos advindos da distribuição são tarjados por matéria, oportunidade na qual já se verifica se há diligências simples que podem ser de pronto adotadas (encaminhar os autos ao Ministério Público ou lançar despachos de mero expediente). Após, os processos remanescentes são encaminhados aos servidores responsáveis pela análise de cada matéria, os quais fazem uma triagem dos seus processos, separando o que deve ou não ser analisado imediatamente, considerando os entendimentos consolidados na Turma e as prioridades legais. Quanto aos agravos e embargos de declaração, estes são identificados com tarjas próprias e separados por matéria para análise e inclusão nas próximas sessões de julgamento, sendo entregues diretamente aos servidores que minutaram a decisão do recurso principal.

Foi esclarecido, ainda, que a maioria das petições apresenta pedidos de prioridade legal, e que essas petições, bem como aquelas advindas da ouvidoria, se submetem a uma triagem que considera fatores como idade mais avançada, doença grave e/ou pedidos de tutela para a definição de qual será julgado primeiro.

Quanto à especialização de servidores por matéria ou fase processual, foi esclarecido que há divisão do trabalho tanto por matérias (concessão ou revisão de benefícios) quanto por classe processual (apelação cível, apelação em mandado de segurança, agravo de instrumento e ações de competência da 3ª Região), considerando a experiência e a aptidão de cada um dos servidores. Atualmente, 1 servidor trabalha com aposentadoria por idade, 4 com aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, 2 com aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, 1 com pensão por morte, 1 com benefício assistencial, auxílio-reclusão e salário-maternidade, 2 com revisão de benefício e embargos à execução, 1 com ações de competência da terceira seção, 1 com agravos de instrumento e mandados de segurança e 1 com despachos e na supervisão de agravos legais e embargos de declaração.

Como se trata de gabinete especializado em matéria previdenciária, a maioria dos processos abarca hipóteses de prioridade legal, pelo que foi criada uma espécie de “prioridade dentro das prioridades”, conjugando-se os fatores doença grave e idade

mais avançada, a partir de 80 anos. Processos que se enquadram em tal condição passam por triagem imediata e, se já houver modelos ou entendimentos consolidados, são logo minutados.

Os processos inseridos em metas do CNJ são julgados de maneira conjugada com os processos mais recentes, analisando as prioridades legais e o fato de se enquadrarem em entendimento padrão ou exigir trabalho mais acurado de elaboração de minutas inéditas.

Foi esclarecido que o gabinete vem intensificando o julgamento de processos inseridos na Meta 2 do CNJ, especialmente os que versam sobre o benefício de aposentadoria por tempo de serviço, com a destinação de 4 servidores para atuarem em tal fim.

Sobre os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa, esclareceu-se que recebem atenção especial do gabinete para que sejam julgados com brevidade em sessões futuras. Apesar disso, não há um controle efetivo de prazos para julgamento dos feitos do gabinete.

Atualmente, prevalece a meta de elaboração de 4 minutas/dia por servidor, além das minutas de agravos legais e embargos de declaração. O cumprimento da meta é acompanhado pela chefia, inclusive a análise das minutas, com planejamento mensal que considera o número de processos distribuídos, o período de férias dos servidores e feriados legais, sendo realizadas reuniões para discutir o tema sempre que necessário.

Foi ressaltado, ainda, que a matéria previdenciária não permite julgamentos em bloco, pois é necessário analisar matéria fática e revisar as minutas, fatores que reduzem a celeridade dos julgamentos.

A título de boas práticas na gestão do gabinete, foi destacado que todos os servidores do quadro elaboram minutas de julgamento, ficando as funções administrativas (recebimento e remessa de autos, impressão de decisões/votos, localização física de processos e atendimento no balcão) a cargo da chefia e de estagiários de ensino médio devidamente treinados. Ainda, foi dito que as minutas de agravos e embargos de declaração são distribuídas imediatamente para o servidor que minutou a decisão principal, o que facilita a análise daquele novo recurso.

Os advogados são inicialmente atendidos por estagiários de ensino médio e, caso não consigam prestar o auxílio solicitado, encaminham a questão para a chefia, que atenderá os advogados ou, caso haja pedido, redirecionará o atendimento à desembargadora. A respeito do tema, não foram relatados incidentes específicos.

Foram verificados os seguintes processos, analisados na inspeção anterior (agosto/2012) e ainda pendentes de regularização processual: 1999.03.00.004246-2 (O processo não foi incluído nesta inspeção. Trata-se de ação rescisória com 56 réus, em fase de diligência para citação de mais de 100 sucessores. Sua última conclusão data de 14/05/2014 e último despacho foi prolatado em agosto de 2014); 2000.03.00.031444-2 (Processo incluído nesta inspeção que está concluso desde 24/02/2010, com determinação específica para inclusão em pauta de julgamento); e 2007.03.00.044562-2 (Processo não incluído nesta inspeção, trata-se de ação rescisória em fase de diligências para habilitação no polo passivo).

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento na 3ª Seção e na 10ª Turma.

No período de 5 anos, a magistrada requereu uma remoção interna da 9ª Turma (3ª Seção) – de 01/07/2010 a 28/11/2011, com acervo inicial de 11.845 processos e final de 10.881 – para a 10ª Turma (3ª Seção) – de 29/11/2011 até a presente data, com acervo inicial de total de 6.894 (conforme setor de estatística do TRF3) ou 6.871 (conforme último relatório de inspeção do TRF3 no gabinete em questão) processos e atual de 10.317 processos.

A unidade não foi contemplada com o auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pela desembargadora no período da inspeção da unidade, sendo disponibilizado todo o acesso necessário à obtenção de informações úteis à realização dos trabalhos.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, inicialmente, que a distribuição, no período de agosto/2013 a julho/2014, foi de 5.607, com média mensal de 467 processos. A menor distribuição foi de 352 processos, em abril/2014, e a maior foi de 819, em agosto de 2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 6.020 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 502), além de 1.460 agravos legais/regimentais e 921 embargos de declaração. Houve, portanto, um fluxo positivo de 413 processos.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 271 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em

Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes, e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual, ou mesmo solicitados e inspecionados na própria unidade.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Foram inspecionados 58 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda, havia 3 processos, dos quais um se encontra em situação regular (2007.03.00.044562-2 - processo não incluído nesta inspeção, trata-se de ação rescisória em fase de diligências para habilitação no polo passivo, com último despacho proferido em 28/07/2014); e dois em situação irregular (1999.03.00.004246-2 - processo não foi incluído nesta inspeção, trata-se de ação rescisória com 56 réus em fase de diligência para citação de mais de cem sucessores, sua última conclusão data de 14/05/2014, sem ato decisório posterior; 2000.03.00.031444-2 - processo incluído nesta inspeção, está concluso desde 24/02/2010, com determinação específica para inclusão em pauta de julgamento).

O feito mais antigo (1999.03.00.004246-2) ainda pendente de julgamento foi distribuído no TRF3 em 05/02/1999 e se encontra concluso com o relator, sem movimentação, desde 14/05/2014. Porém, foi informado pela unidade que há despacho pronto, minutado em agosto de 2014, no qual se determina a citação de mais de cem sucessores. A situação processual de irregularidade se refere ao grande lapso temporal entre a conclusão e a decisão, principalmente até maio de 2010, até quando o trâmite processual menos fluiu.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, foi inspecionado 1 processo (2007.61.83.003650-3) em razão de representação por excesso de prazo, com a constatação de que permanecia concluso desde 20/05/2011 para apreciação de recurso de apelação sem manifestação posterior, mas que fora sanado, pois julgado monocraticamente em 05/08/2014, estando ainda pendentes providências

para cientificação das partes, inclusive mediante publicação. Na listagem, não constaram processos extraviados e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de um feito com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inserido na META 2/2010 do CNJ (200003000222304 – cautelar inominada, distribuição em 08/05/2000). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 30 processos, representando 0,29% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, passam por uma triagem e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão para julgamento, havendo um pequeno número em fase de diligência processual.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 32 em 2007, 219 em 2008, 294 em 2009, 431 em 2010, 651 em 2011, 701 em 2012, 1032 em 2013 e 931 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2012 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

A amostragem revelou a existência de 29 processos (199961080086442, 200061830030889, 200161150013285, 200161250053748, 200161830033100, 200161830058028, 200260000076553, 200261000150597, 200261000150627, 200261050056813, 200261070037587, 200261070060883, 200261070060998, 200261100102898, 200261250035430, 200261250039264, 200261830014169, 200261830028740, 200261830034557, 200361000104348, 200361040048241, 200361050112160, 200361120013188, 200361260102420, 200403990220415, 200460050014485, 200661830076685, 200903000073958, 201303000043120) sem movimentação desde a respectiva distribuição, o mais antigo remontando a 02/08/2007 (200361260102420). Na amostragem, verificou-se a existência de processo que aguarda julgamento há mais de 7 anos (200361260102420).

Não obstante os feitos indicados no dado anterior, não foram localizados processos paralisados injustificadamente há mais de ano na unidade, por motivos processuais outros, tais como julgamento pela sistemática dos recursos repetitivos.

Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos não são julgados seguindo apenas o critério da ordem de antiguidade, conjugando-se o julgamento dos processos mais antigos com os processos mais recentes, analisando as prioridades legais e o fato de se enquadrarem ou não em entendimento padrão, sendo que, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 1999.

Não foram listados agravos de instrumentos com pendência de julgamento ou providências na unidade. Igualmente, não se verificou a existência de agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal ou com antecipação de tutela deferida, mas ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou 8 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (200261000150597, 200361000104348, 200361050112160, 200461040037077 e 200603990280032), portador de necessidades especiais e doença grave (200261250043589) e conflito de competência (201203000334297 e 201303000043120). A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 200261000150597, 200361000104348, 200361050112160, 200261250043589, 201203000334297 e 201303000043120, distribuídos há mais de 1 ano e sem inclusão em pauta de julgamento.

No tocante a processos sobrestados constantes do acervo da unidade, tem-se que não há nenhum nesta situação na unidade.

Verificou-se, ainda, que não há, no Gabinete inspecionado, processos liberados para revisão mas ainda não pautados pelo revisor. Também não há processos que aguardam voto-vista e declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 2 processos conclusos para revisão, porém nenhum há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 121 agravos legais/regimentais (2002203990292983, 199903990250781, 20000300014442, 200103000049271, 200103000140160, 200103000154376, 200503000058710, 200161200062146, 200503000533691, 200261260160104, 200361140037927, 200361200045789, 200361830159863, 200403000185404, 20050300089934, 200503990002088, 200561040080571, 200561180012008, 200561240012871, 200603000114900, 200603000204651, 200603000358332, 200603001032045, 200661200032462, 200661830009179, 200703000020635, 200703000821670, 200703000847001, 200763070020759, 200803000197230, 200803000234299, 200803000262751, 200803990561753, 200861140007908, 200861270034985, 200861270046823, 200960000015388, 200903000027456, 200903000310415, 200903990206763, 200903900283344, 200961190089860, 201003000316249, 200961830035581, 200961830035593, 201003000261984, 201061060078929, 201061070003008, 201003990241947, 201003990427277, 201003990427277, 201061030009220, 201061040049341, 201061380042831, 201103990284331, 20110399077829, 201061140006704, 201061140068205, 201061170019750, 201061170019476, 201061830121360, 201061830130051, 201103000067552, 201103000354334, 201103990319266, 201103990101935, 201103990124200, 201103990197641, 201103990309558, 201103990344844, 201103990364028, 201103990368551, 201103990404981, 201103990463717, 201161050052079, 201161120097230, 201161160015340, 201203000013924,

201161250011474, 201161260064037, 201163010544930, 201203000274896,
201203990034082, 201203990043915, 201203990061085, 201203990145657,
201203990145657, 201203990145694, 201203990152765, 201203990418248,
201203990401455, 201203990226992, 201203990241970, 201203990381158,
201203990454940, 201203990463989, 201203990482480, 201203990491195,
201261040009960, 201261120038162, 201303990149345, 201261140057526,
201261170000038, 201261170021868, 201261190010797, 201261260022837,
201303000073311, 201303000117692, 201303000204746, 201303000248210,
201303990002024, 201303990003995, 201303990041236, 201303990058066,
201303990128998, 201303990215135, 201303990370840, 201303990394145,
201361030041024, 20136126000494, 201361260012939) e 71 embargos de
declaração (201403990002223, 200203000279670, 200203000414380,
200761830067147, 199903990250781, 200003000559499, 200061830004696,
200103000312577, 200161040013114, 200161200062146, 200661830086393,
200803000052616, 220361040051574, 200361830067853, 200461040112683,
200561240012871, 200603000493480, 20066120032462, 20061270025136,
200861030050959, 200861120163329, 200861830076360, 200861830100222,
200903990199941, 200903990282893, 2009039900311870, 200961040058261,
200961040128159, 200961090126523, 200961100103678, 200961140070295,
200961140085109, 200961230001778, 201003990005711, 201003990024950,
201003990097046, 201003990198800, 201003990227306, 201003990237099,
201003990377780, 201003990390369, 201061030082918, 201061830119973,
201103990195486, 201103990437263, 201161060028610, 201161140000020,
201161140000056, 201161140012198, 201161160015340, 201161190087339,
201161830105681, 201203990033594, 201203990111570, 201203990111660,
2012039900426142, 201203990307300, 201203990479729, 201261030048014,
201261140000280, 201303990156283, 201303990002929, 201303990022485,
201303990043476, 201303990092037, 201303990206160, 201303990231384,
201303990281200, 201303990327181, 201303990370840, 201303990430150),
exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição,
redistribuição ou conclusão ao atual relator, pois sem movimentação há mais de 90
(noventa) dias.

Houve 127 embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90
dias, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento
ulterior (201403990111190, 201403990118020, 201403990097350,
201403990086650, 201403990070060, 201403990070046, 201403990025193,
199903990584117, 200661830086423, 200303000137594, 200403000644836,
200461830059757, 200561830024360, 200703990115621, 200761030059946,
200761030103765, 201403000093941, 201403000060900, 201403000050899,
201403000034249, 200861830035424, 200803990276610, 200803990469137,
200803990640495, 200861100130951, 200861110003421, 200861830008081,
200861830009530, 2008618300018682, 20086183010658, 201361830120666,

201361830119652, 201361830114812, 201361830113674, 201361830112712,
201361830090352, 201361830087456, 201361830054270, 200961040083127,
200961190014640, 200961230005243, 200961830166031, 200961830170423,
200963010173969, 201003990227276, 201003990314082, 201061040070809,
201061090017839, 201061090020085, 201061110045938, 201161020040830,
201161090047435, 201103990476542, 201161040020021, 201161040036480,
201161040088983, 200161040129572, 201161050109120, 201161050121703,
201161090013437, 201161090026365, 201161830001838, 201161120087946,
201161130031627, 201161830000986, 201161190097187, 201161190119420,
201161200069213, 201161260034409, 201161260049449, 201161390059157,
201161830025960, 201161830070514, 201161830103600, 201161830103623,
201161830111358, 201161830141041, 201203990064153, 201261050136243,
201203990194164, 201203990217954, 201203990247399, 201203990298048,
201203990488410, 201260070003623, 201261020051971, 201261020084009,
201261030077595, 201261070015202, 201261090070929, 201261110042387,
201261830047958, 201261830065766, 201261150009723, 201261190036701,
201261190122186, 201261210037808, 201261310004310, 201261330029323,
201261400027723, 201261400027723, 201261830094559, 201261830095308,
201261830102878, 201361050065400, 201361060035040, 201361100006251,
201303990294400, 201303990311318, 201303990376477, 201303990426316,
201303990434520, 201361030040962, 201361830000120, 201361140071497,
201361140071503, 201361140073342, 201361140088837, 201361190039718,
201361190043254, 201361230000133, 20136260035540, 201361270005877,
201361270016700, 201361300047807, 201361830028701, 201361830032820,
201361830038317).

Segundo apurado, existem, pendentes de julgamento, 198 embargos de declaração, dos quais 155 com conclusão superior a 30 dias, além de 302 agravos legais/regimentais, dos quais 198 com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais existem 9 processos (ações rescisórias) com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado (201003000125092, 201103000105061, 201103000114670, 201203000006737, 201203000013924, 201203000061750, 201203000117559, 201303000053690 e 201303000080061).

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 5.607 e julgamento de 6.020 processos, resultando, assim, na produtividade de 107,37%, com redução do acervo.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o

acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo poucos feitos previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2012 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, porém vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, porém há acúmulo, embora se verifique a redução contínua do acervo, com melhores perspectivas de otimização em futuro próximo, notadamente considerando-se a natureza da competência (direito previdenciário) cujo índice de demandas é muito elevado.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

O TRF3 apresenta condições adequadas para o pleno desenvolvimento da atividade jurisdicional. A unidade estava organizada e foram fornecidos os dados necessários à avaliação geral e confecção deste documento. Não foram apurados problemas relativos à gestão administrativa.

Na visita ao gabinete, foi consignada a discordância com relação ao número de processos conclusos na época da assunção do gabinete pela Desembargadora Lúcia Ursaia (29/11/2011), que, segundo o item 3.2. do questionário de inspeção contido no sítio eletrônico do CJF, seria de 2.547, enquanto que, atualmente, o setor de estatística do TRF3 teria levantado o número 4.704 processos em tramitação na data de 29/11/2011. A assessoria do gabinete apresentou documentos, especificamente relatório encaminhado ao CNJ no mês de junho/2012 e movimento estatístico elaborado em junho/2012 pelo setor de estatística do TRF3, onde se verifica grande disparidade entre os números encaminhados ao CNJ (acervo com 6.299 processos) e apurados pelo próprio Tribunal (acervo com 2.618 processos).

Independente da disparidade relatada, observa-se que o acervo de processos conclusos no gabinete, na inspeção anterior (2012), era de 4.776, na autoinspeção de 2013 era de 4.395, e de 4.343 na inspeção atual (agosto/2013 a julho/2014), o que evidencia o decréscimo contínuo do acervo a partir de 2012, coincidindo com a assunção do gabinete pela desembargadora, ocorrida no final de 2011 (29/11/2011). Logo, apesar da quantidade de processos que compõem o acervo e da presença de processos antigos no gabinete ainda pendentes de julgamento, a redução do número de processos no gabinete, verificada a partir de 2012, reflete melhores perspectivas em futuro próximo.

Na análise processual não se constatou situação sistêmica grave, tendo cabimento, porém, providências e ajustes a serem adotados pela unidade. Nesse contexto, a título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada, cujo saneamento é recomendado:

- Recomenda-se incluir em pauta de julgamento os seguintes processos: 200261060073789, 200261050056813, 200261000150627, 200261250043589, 2002.61.83.001416-9, 199961040000421, 200061830030889, 200061830047610, 200161830058028, 200161830033100, 200261070060998, 200261250035430, 200261830034557, 199961080086442, 200003000222304, 200003000314442, 200261070037587, 200261100102898, 200261250039264, 200261830028740, 200103990242562, 200160000039382, 200161000126633, 200161150013285, 200161250001244, 200260000073916, 200260000076553, 200261000150597, 200261000150627, 200261050056813, 200261060073789, 200261070037587, 200261070060998, 200261100102898, 200261250035430, 200261250039264, 200261250043589, 200261830014169, 200261830028740, 200261830034557, 200361000104348, 200361040048241, 200361050112160, 200361120013188, 200361260102420, 200403990220415, 200460050014485, 200561110035767, 200561240012871, 200603001056116, 200603990122440, 200661830076685, 200903000073958, 201203000334297 e 201303000043120.

- Recomenda-se dar andamento aos seguintes processos, porquanto sem tramitação há mais de 90 dias: 200103000049260 e 200161250053748.

- Recomenda-se observar a meta 02 do CNJ nos seguintes processos: 200261060073789, 200261050056813, 200261000150627, 200261250043589, 2002.61.83.001416-9, 199961040000421, 199961080086442, 200003000222304, 200003000314442, 200061830030889, 200103990242562, 200160000039382, 200161000126633, 200161150013285, 200161250001244, 200161250053748, 200260000073916, 200260000076553, 200261000150597, 200261000150627, 200261050056813, 200261060073789, 200261250043589, 200261830014169, 200261830034557, 200303990008306, 200361040048241, 200361050112160, 200361260102420, 200403990220415, 200460050014485 e 200661830076685.

- Recomenda-se observar prioridade legal por motivo de doença grave nos seguintes processos: 200261250043589 e 200261250043589.

- Recomenda-se observar prioridade legal do idoso, nos seguintes processos: 200261000150597, 200361000104348, 200361050112160, 200461040037077 e 200603990280032.

- Recomenda-se priorizar o julgamento dos processos de META do CNJ (especialmente 02/2009, 02/2010, 02/2013, 02/2014 e 04/2014); os processos cuja

preferência legal se impõe; os agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e os embargos de declaração conclusos há mais de 30 dias;

- Recomenda-se priorizar o julgamento de processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.



GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL MARIA CECÍLIA PEREIRA DE MELLO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargadora Federal **MARIA CECÍLIA PEREIRA DE MELLO**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário e 11ª Turma, Diretora da Escola de Magistrados de Magistrados da Justiça Federal, Presidente da Comissão Permanente de Informática e Membro suplente da Comissão Permanente de Jurisprudência.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: 02/07/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 22 auxiliares (17 servidores efetivos e 5 estagiários); 14 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 9 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (04/2014):	5.231
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	4.682
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	4.683
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	6
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	4.677

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014): 738	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	3
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006):	1
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007):	1
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008):	137
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009):	454
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011):	69
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012):	73

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	1.961
2.3.2. Média mensal:	163

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	2.482
2.4.2. Média mensal:	207

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5.144
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	444
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1.088
2.5.4. Declarações de voto:	01
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	2.091
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC): 10	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	175
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	70
2.5.9. Mero expediente:	1.265

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2.070
2.6.2. Total de processos julgados:	2 482
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1.225
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	815
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	223
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: 141 + 316 = 457	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	89
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-501

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1.281
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1.279
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	2
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0 (zero)

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1.314
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	10
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	141

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe não apurou a metodologia de trabalho e as boas práticas do Gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

A desembargadora tem assento no Plenário e 11ª Turma.

No período de 5 anos, a magistrada requereu 2 remoções internas, removendo-se deste gabinete em outubro de 2013 para uma turma previdenciária e retornado, em nova remoção em abril de 2014, aproximadamente 6 meses depois, para este mesmo gabinete.

A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pela magistrada no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 334,5 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 1961, com média mensal de 163 processos. A menor distribuição foi de 32 processos em julho/2014, e a maior foi de 280 em setembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2482 processos nos últimos 12 meses (média mensal de 207), além de 606 agravos legais/regimentais e 536 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 521 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 60 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 3 processos em tal situação, dos quais nenhum em situação regular. Em situação irregular encontram-se os seguintes feitos: 200661050144173 – retirado de pauta desde 22/10/2013, 200961000116924 – aguarda exame do recurso desde 28/07/2014, 201103000032082 – aguarda exame do recurso desde 17/01/2011, com última conclusão em 29/01/2014. O feito mais antigo (200861000242862) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 02/05/2008 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 18/07/2014. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se última conclusão antiga, ou seja, processo sem julgamento.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 4 processos, representando, portanto, aproximadamente 0,04% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de concluso para julgamento.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 1 em 2007, 137 em 2008, 454 em 2009, 643 em 2010, 868

em 2011, 878 em 2012, 1360 em 2013 e 821 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2012 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 2 feitos criminais com réu preso (201160000085543 e 201261190087447) e nenhum processo da META 18/2013 CNJ. A situação mais grave refere-se ao processo 201160000085543, no qual consta conclusão em 08/05/2013 (já foi revisado e teve pedido de pauta apresentado), exigindo urgente priorização e saneamento. De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de análise da conclusão para julgamento. Dentre os réus presos, nenhum está vinculados a feitos originários e 2 estão vinculados a feitos recursais (201160000085543 e 201261190087447).

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Foi localizado 1 processo paralisado há mais de ano na unidade sem justificativa (201203000086680). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há 1 ano (201203000086680). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2013 em sua minoria 2005 a 2008.

Foram listados 14 agravos de instrumentos, dos quais 3 com pendência de julgamento (20090300076050) ou providência na unidade (201303000030689 e 200803000370158), sendo que o mais antigo foi protocolado em 09/2008, estando aguardando publicação (2008030003700158), não havendo conclusão em qualquer deles. A conclusão mais antiga remonta a jan/2010 (20090300076050). Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Não se verificou a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendente de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou 7 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (200661050144173 e 200803000370158), portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública (199603010757264 e 200661050144173, este também envolvendo idoso), ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário (201103000032082 e 201303000279072), restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal (201203000086680 e 201303000204588), inquérito judicial e ação penal originária. A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 200803000370158 (idoso), 201103000032082 (mandado de segurança originário) e 201203000086680 (revisão criminal), nos quais ocorreram, respectivamente: pendência de lavratura de acórdão desde 07/11/2013 (Meta 4 do CNJ); distribuição em 17/01/2011 e conclusão em 29/01/2014; conclusão em 03/03/2013.

No tocante a processos sobrestados (seis), foi observado que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, nem de outras situações são relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial, mas sim sobrestamentos determinados pelo próprio relator com fundamento legal no artigo 120 do CPC c/c art. 11, parágrafo único, I, do Regimento interno do TRF3 (201003000016205, 200861210015834, 200861210015834 e 201003000003284 – conflito de competência), art. 542, § 3º, do CPC (200503000967940 – recurso contra interlocutória retido nos autos), determinado pelo Relator por estar com a ação principal, nos termos do art. 265, IV, “a” (200761820372051 – relação de prejudicialidade).

Verificou-se, ainda, que não houve processos do Gabinete inspecionado e liberados para revisão. Também não existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existirem processos conclusos para revisão; nem para voto-vista; nem para declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 4 agravos legais/regimentais (200461000252755, 200803990048326, 200803990066304 e 200903000376050) e 2 embargos de declaração (200803000030876 e 201303000030689), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Não houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade. Houve embargos de declaração com conclusão recente (200803000030876), há menos de 90 dias, bem como sem conclusão (201303000030689). Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 4 agravos legais/regimentais, dos quais 2 com conclusão há mais de 30 dias (200461000252755 e 200903000376050).

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 1961 e julgamento de 2482 processos, resultando, assim, na produtividade de 126,57%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos

distribuídos a partir de 2012 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação relativamente célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo acentuado e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a unidade está bem planejada por sua atual titular, possuindo um quantitativo razoável de recursos humanos para responder à demanda e uma boa metodologia de trabalho, com especialização dos setores em razão da matéria, independentemente da natureza do feito (apelação, agravo, medida cautelar etc.), setores os quais são compostos de pelo menos dois servidores que trabalham em contato direto e sob a coordenação geral do desembargador e setorial dos coordenadores dos grupos. O trabalho ainda está em fase de desenvolvimento, havendo perspectiva de ser acentuada a redução da demanda e com bons resultados a médio prazo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARCOS LUNARDELLI

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **JOSÉ MARCOS LUNARDELLI**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário e 11ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 01/07/2010.

1.4. Quadro de pessoal: 19 auxiliares (15 servidores efetivos e 4 estagiários); 15 em atividade fim; e 15 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 1 FC6, 4 FC4, 8 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF (julho/2010):	10.581
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	4.875
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	1.058
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	6
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	1.058

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014) 124	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	2
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	8
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	16
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	19
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	24
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	51

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	2.019
2.3.2. Média mensal:	168

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	2401
2.4.2. Média mensal:	200

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	5423
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	651
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1158
2.5.4. Declarações de voto:	5
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1795
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC): 19	
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	212
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	111
2.5.9. Mero expediente:	1472

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2208
2.6.2. Total de processos julgados:	2401
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	1342
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	797
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	460
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação e prazo recursal: (pendentes de publicação) e 151 (em prazo para recurso).	123
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	128
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	-321

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1720
2.7.2. Acórdãos lavrados:	1612
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias :	107
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	1

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1629
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	121
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	123

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe não apurou a metodologia de trabalho e as boas práticas do Gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e 11ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas. A unidade foi contemplada com auxílio de juízes federais em mutirão, com o projeto “Mutirão Judiciário em Dia”, julgando aproximadamente 3.000 processos, durante o ano de 2010.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 70,53 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2019 processos, com média mensal de 168 processos. A menor distribuição foi de 20 processos em julho de 2014, por ocasião do deslocamento da unidade para turma especializada criminal, e a maior foi de 260 de setembro de 2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 2401 processos nos últimos 12 meses, com média mensal superior a 200, além de 598 agravos legais/regimentais e 614 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo positivo de 382 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 61 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. O feito mais antigo (200561070061610) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 16/05/2008 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 16/05/2008. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à grande lapso temporal entre a conclusão e a decisão.

Além de não ter havido processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem revelou a existência de 2 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 (200361020098159) e META 2/2010 CNJ (200261000209907). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 6 (seis) processos (200403000070250, 200361020098159, 200003000074947, 199503010608412, 200603001137153 e 200261000209907), representando, portanto, aproximadamente 0,12% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de conclusão.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 8 em 2007, 16 em 2008, 19 em 2009, 52 em 2010, 75 em 2011, 173 em 2012, 469 em 2013 e 849 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 4 feitos criminais com réu preso (200761020124802, 201303000061248, 201303000095179 e 201361190017140) e nenhum processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011. A situação mais grave refere-se ao processo 200761020124802, no qual consta conclusão desde 18/04/2013, exigindo urgente priorização e saneamento. De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de conclusão. Dentre os réus presos, nenhum está vinculado a feitos originários e 4 a feitos recursais.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Foram localizados 15 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (199961180019761, 199961820254493, 200261110012298, 200461820635206, 200561000164743, 200561070061610, 200561070061610, 200561080013751, 200661120010656, 200703990026338, 200703990026340, 200761020124802, 200761080030496, 201103000243044, 201103000331140 e 201161190012571). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 7 anos (200703990026338 e 200703990026340). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que os feitos em geral são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos em sua maioria no ano de 2014 e em sua minoria a partir do ano de 2004.

Foram listados 9 agravos de instrumentos, dos quais 4 com pendência de julgamento ou providência na unidade (200703000949272, 201103000243044, 201103000331140 e 201203000141537), sendo que o mais antigo foi protocolado em 10/2007, estando na conclusão desde 09/2013 (200703000949272). A conclusão mais antiga remonta a 09/2011 (201103000243044). Existem 2 agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal (201103000331140 e 201203000141537), o mais antigo foi distribuído em 10/2011 (201103000331140), e a mais antiga conclusão 03/2012 (201103000331140). Verificou-se a existência de agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida há 6 anos e 10 meses (em 15/10/2007) e ainda pendentes de exame pelo colegiado (200703000949272), tratando-se de situação que exige, pela gravidade da demora, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 7 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento (201161190012571), conflito de competência, mandado de segurança originário (200503000851949, 200961000272545, 201403000105013 e 201403000126685), restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal (200703000024999 e 201303000061248), inquérito judicial e ação penal originária.

A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 200503000851949 (mandado de segurança), 201303000061248 (revisão criminal) e 201161190012571 (exceção de suspeição criminal), todos ainda pendentes de julgamento, nos quais ocorreram, respectivamente: ajuizamento em 26/10/2005 e conclusão em 04/09/2013; conclusão em 15/05/2013; conclusão em 02/06/2011.

No tocante a processos sobrestados (seis), foi observado que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, nem de outras situações relativas à suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial, mas sim sobrestamento determinados pelo próprio relator com fundamento legal no artigo 68 da lei 11.941/2009 (201203990358914, 200061810027216 e 200461030002546 – parcelamento do débito tributário), na Lei 12.016/60 que regula o mandado de segurança (200903000050636 e 200703000344763 requerimento da parte autora impetrante), no artigo 93 do CPP (200703000852446 - relação de prejudicialidade).

Verificou-se, ainda, que os processos do Gabinete inspecionado foram liberados para revisão (200061810079289, 200361020131904 e 200703000024999), porém todos pautados pelo revisor, não configurando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade. Também existe 1 processo do Gabinete inspecionado que aguarda declaração de voto, desde 29/07/2014 (200803990448997), não existindo processo aguardando voto-vista. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existirem processos conclusos para revisão; nenhum para voto-vista; nenhum para declaração de voto há mais de 30 dias.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, se apurou a pendência de 2 dois agravos legais/regimentais (199961820254493 e 201103000243044), mas não se apurou embargos de declaração, exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, não gerando pendência atual na unidade, sem prejuízo do acompanhamento ulterior (200561060035765). Segundo apurado, existe pendente de julgamento 1 embargo de declaração, com conclusão há menos de 30 dias (em 04/08/2014), e nenhum agravo legal/regimental.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2019 processos e julgamento de 2401 processos, resultando, assim, na produtividade de aproximadamente 119%, com redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento da CGJF como boa prática de gestão processual e administrativa.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2014 (oitocentos e quarenta e nove processos) e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a unidade está bem planejada e possui um quantitativo razoável de recursos humanos para responder à demanda e uma excelente metodologia de trabalho, com especialização dos setores em razão da matéria, independentemente da natureza do feito (apelação, agravo, medida cautelar etc.), setores os quais são compostos de pelo menos dois servidores que trabalham em contato direto e sob a coordenação do desembargador. O trabalho tem resultado em rápida e contínua redução da demanda, desde a posse do desembargador titular na unidade, de 10.581 em julho de 2010 para 4.875 em julho de 2014, dos quais se encontravam conclusos na unidade 1.058.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA (4ª SEÇÃO)

DESEMBARGADOR FEDERAL NINO OLIVEIRA TOLDO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Desembargador Federal **NINO OLIVEIRA TOLDO**

1.2. Órgãos de atuação: Plenário e 11ª Turma

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: desde 24/04/2013.

1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (16 servidores efetivos e 4 estagiários); 14 em atividade fim; e 15 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 4 FC4, 8 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO

2.1.1. Acervo assumido no TRF (04/2013):	4854
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	8156
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	5388
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	8
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	5388

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014): 1614

2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	14
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	8
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	291
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	498
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	404
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	269
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	130

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.3.1. Total:	2078
2.3.2. Média mensal:	173

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)

2.4.1. Total:	1591
2.4.2. Média mensal:	133

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	4283
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	174
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	1085
2.5.4. Declarações de voto:	7
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	1470
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC):	36
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	186
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	110
2.5.9. Mero expediente:	1215

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	2245
2.6.2. Total de processos julgados	1591
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	897
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	513
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	272
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: 91 + 244 = 335	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	117
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados + redistribuídos (saída):	537

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	1245
2.7.2. Acórdãos lavrados no prazo de 10 dias:	1163
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	82
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	0

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	1193
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	98
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	91

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

De acordo com as informações prestadas pelo Gabinete, são adotadas as seguintes práticas, dentre outras: a) a triagem, quando da entrada no Gabinete, após a distribuição do recurso ou ação; b) a colagem de etiqueta na capa dos autos identificando a interposição de agravo ou a oposição de embargos de declaração; c) o encaminhamento dos autos com eventuais incidentes, como agravos legais ou regimentais, embargos de declaração e *habeas corpus*, ao servidor que preparou a minuta da decisão ou liminar; e d) a padronização de decisões e votos, evitando-se o preparo de minutas de casos similares ou idênticos com abordagens diferentes.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Inicialmente, cumpre destacar que os dados estatísticos disponibilizados à equipe de inspeção pela Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação, do TRF da 3ª Região, quando divergentes daqueles informados pelos gabinetes no item 2 do questionário ou durante o período correicional, possuem prevalência na instrução dos relatórios individualizados, a fim de uniformizar os parâmetros de avaliação de funcionamento dos gabinetes.

O desembargador tem assento no Plenário e 11ª Turma. No período de 5 anos, o magistrado não requereu remoções internas, mas teve deferida licença em seu favor para exercer o mandato de presidente da AJUFE de 25 de abril de 2013, um dia depois de sua posse no cargo de desembargador, até 4 de junho de 2014, quando gozou férias até 25 de junho de 2014. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais.

A equipe da CGJF foi recebida pelo magistrado no período da inspeção da unidade.

Desconsiderando os estagiários, a força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 384 processos por servidor. Conforme o relatório Justiça em Números – 2014, recentemente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos tribunais regionais federais cada servidor é responsável, em média, por 489 processos. O número de processos por servidor em atividade fim é inferior à média nacional da Justiça Federal de 2º grau.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 2078, com média mensal de 173 processos. A menor distribuição foi de 65 processos em julho de 2014, e a maior foi de setembro de 2013. Em

relação à produtividade, verifica-se que foram julgados 1591 processos nos últimos 12 meses, com média mensal superior a 133, além de 632 agravos legais/regimentais e 510 embargos de declaração. Houve, portanto, fluxo negativo de 487 processos.

Em termos de organização dos processos, não foram localizados problemas na unidade.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Foram localizados todos os feitos para análise da equipe. Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 63 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. O feito mais antigo (199961120076491) ainda pendente foi distribuído no TRF3 em 27/07/2007 e encontra-se concluso com o relator, sem movimentação, desde 27/07/2007. A situação processual de irregularidade mais comum refere-se à última conclusão antiga, ou seja processo sem julgamento.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

A amostragem não revelou a existência de feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de 22 processos, representando, portanto, aproximadamente 0,41% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontrava-se em junho na fase processual de conclusão para julgamento e atualmente julgados.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 291 em 2007, 498 em 2008, 404 em 2009, 645 em 2010, 714 em 2011, 850 em 2012, 1285 em 2013 e 941 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos entre os anos de 2010 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 4 feitos criminais com réu preso (201060000066672, 201403000120671, 200961120115480 e 200861250014324) e nenhum processo da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011. A situação mais grave refere-se ao processo 200861250014324, no qual consta conclusão para julgamento de processo com réu preso desde 30/03/2009, exigindo urgente priorização e saneamento. De forma geral, predomina demora ou atraso processual na fase de análise da conclusão para julgamento. Dentre os réus presos, 1 está vinculados a feitos originários no 1º grau e com *habeas corpus* inspecionado originário deste Tribunal (201403000120671) e 2 a feitos recursais (201060000066672, 200961120115480 e 200861250014324).

A amostragem não revelou a existência de processo sem movimentação desde a respectiva distribuição. Foram localizados 27 processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (199703010213890, 199903990109798, 199960000052390, 199961030026334, 199961090026715, 199961100028296, 199961120076491, 199961810021374, 200003990393857, 200061190197238, 200061810079599, 200061820355058, 200061820581897, 200161140004512, 200361060079838, 200503000754774, 200561190037440, 200660000063394, 200661250025027, 200703000406689, 200703990391089, 200803000390674, 200861250014324, 200903000134467, 201003000351754, 201203000285766 e 201203000297057). Na amostragem, existem processos que aguardam julgamento há até 7 anos (200061820581897). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que em geral os feitos são julgados por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos em sua maioria no ano de 2013 e em sua minoria a partir do ano de 2005.

Foram listados 14 agravos de instrumentos, dos quais 9 com pendência de julgamento (200503000754774, 200703000406689, 200803000390674, 200903000134467, 201003000351754, 201103000228456, 201403000114774 e 201403000122229), ou providência na unidade (200603001111772), sendo que o mais antigo foi protocolado em 07/08/2003, estando suspenso nos termos do artigo 542 do CPC. A conclusão mais antiga remonta a 24/7/2009 (200903000134467). Existe um agravo de instrumento pendente de exame de antecipação de tutela recursal, distribuído em 21/5/2014 e a com conclusão data de 26/6/2014 (201403000122229). Verificou-se a existência de agravo de instrumento com antecipação de tutela deferida há aproximadamente 3 meses, especificamente em

28/5/2014, e ainda pendente de exame pelo colegiado (201403000114774), tratando-se de situação que exige, pela demora inferior a 90 dias, providência saneadora urgente.

A amostragem localizou 11 feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (199703010213890, 199703010523324, 199803010980533, 199903990120034, 199903990279096 e 200003990393857), portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário (201203000177970 e 201403000126697), restauração de autos, *habeas corpus* (201403000120671), revisão criminal (201203000285766 e 201203000297057), inquérito judicial e ação penal originária. A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 199703010213890 (idoso), 200003990393857 (idoso) e 201203000297057 (revisão criminal), nos quais ocorreram, respectivamente: conclusão em 03/10/2012; conclusão em 15/10/2012; conclusão em 27/11/2012.

No tocante a processos sobrestados (oito), foi observado que não decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, nem de outras situações relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial, mas sim sobrestamento determinados pelo próprio relator com fundamento legal no artigo 265, III do CPC (200103000246252 – exceção de suspeição), no artigo 120 do CPC (201203000185279 – conflito de competência), artigo 265, IV, 'a' do CPC (201103000000019, 201003000278728, 201003000275843, 201003000271424 e 200903000317100 – relação de prejudicialidade com ação penal). Enfim, embora conste da relação, o processo número 2008611810040852 não se encontra sobrestado.

Verificou-se, ainda, que não houve processos do Gabinete inspecionado e liberados para revisão. Também não existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não existirem processos conclusos para revisão; nem para voto-vista; nem para declaração de voto.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, apurou-se a pendência de 4 agravos legais/regimentais (197561820189277, 200703000406689, 200803000390674 e 201103000228456) e 3 embargos de declaração (199803010980533, 199903990120034 e 200503000754774), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Não houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão. Segundo apurado, existem pendentes de julgamento 3 embargos de declaração, dos quais um está com conclusão há mais de 30 dias, especificamente em 01/10/2012 (200503000754774), além de 3 agravos legais/regimentais, dos quais 2 com conclusão há mais de 30

dias, especificamente em 07/01/2011 (200803000390674) e em 01/02/2011 (200703000406689).

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 2078 e julgamento de 1591 processos, resultando, assim, na produtividade de aproximadamente 76,6%, com aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a urgente inversão do fluxo processual para a retomada do pleno controle estatístico da unidade.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, não incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2012 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que vários feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade. Imprescindível a ampliação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, tendo em vista o volume de distribuição e a capacidade produtiva já praticamente exaurida na tarefa apenas de impedir o fluxo negativo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a unidade está em fase inicial de estruturação e sendo bem planejada por seu atual titular, possuindo, ainda que seja recomendável um incremento em seu quadro de caráter temporário, um quantitativo razoável de recursos humanos para responder à demanda e uma boa metodologia de trabalho, com especialização dos setores em razão da matéria, independentemente da natureza do feito (apelação, agravo, medida cautelar etc.), setores os quais são

compostos de pelo menos dois servidores que trabalham em contato direto e sob a coordenação geral do desembargador e setorial dos coordenadores dos grupos. O trabalho ainda está em fase muito recente, mas há a perspectiva de contínua redução da demanda e de bons resultados a médio prazo.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SUBSECRETARIA DE FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargadora Federal Cecília Marcondes, desde 17/2/2014.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Amelino Rabelo Custódio, desde 17-02-2014.

1.4. Quadro de pessoal: 75 auxiliares (41 servidores efetivos, 3 terceirizados, 28 estagiários e 3 apenados); 41 em atividade fim; e 40 funções gratificadas (2 CJ1, 1 CJ2, 4 FC5, 31 FC3, 2 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO

2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014): 20.888 (71.590 com sobrestados)

2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: não houve autoinspeção

2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012: unidade inspecionada em conjunto com a Vice-Presidência

2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)

2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005): 2.373 (7.106 com sobrestados)

2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006): 641 (1.795 com sobrestados)

2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007): 1.244 (3.327 com sobrestados)

2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008): 1.802 (5.018 com sobrestados)

2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009): 6.316 (1.749 não sobrestados)

2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública): 61 (67 com sobrestados)

2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade

administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública): 36 em tramitação

2.2. Publicação de acórdãos/decisões (agosto/2013 a julho/2014)

2.2.1. Acórdãos lavrados/Decisões proferidas:	não se aplica/25.689
2.2.2. Acórdãos/Decisões publicados:	não se aplica/25.689
2.2.3. Tempo médio de publicação:	não se aplica/17
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	não se aplica/10.848
2.2.5. Pendentes de publicação:	não se aplica/3.229
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	não se aplica/2008.03.00.024019-6

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)

2.3.1. Total de processos:	1.301
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	2013.03.00.001917-7

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)

2.4.1. Total:	50.702
2.4.2. O mais antigo desde 19/5/2008	(2005.61.00.006839-0)

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total:	188
2.5.2. O mais antigo desde 27/11/2013	(1998.03.01076122-7)

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)

2.6.1. Total:	86
2.6.2. O mais antigo desde 30/9/2013	(2005.03.99.044662-8)

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total:	843
2.7.2. O mais antigo desde 05/6/2014	(2011.61.82.042168-5)
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	460
2.7.3.2. O mais antigo desde 01/4/2014	(2011.03.99.048822-2)

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total:	3.048
2.8.2. O mais antigo desde:	não informado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A unidade encontra-se organizada da seguinte forma: a) Divisão de Recurso (DARE): verificação das regularidades formais dos recursos (capacidade postulatória, tempestividade, recolhimento de custas e de porte de remessa e retorno, abertura de vista e juntada de contrarrazões), e supervisão específica para trato dos processos de natureza criminal. b) Divisão de Agravo de Instrumento (DINT): publicação das decisões de admissibilidade e de mero expediente, juntada de petições, especialmente dos agravos de decisão denegatória de REsp e de RE, com abertura de vista para contraminuta e posterior envio às Cortes Superiores, e baixa à origem após o trânsito em julgado. Acervo físico alocado em diversos setores da sede do Tribunal (quadrantes 1 e 2 do 12º andar e 3º subsolo), Edifício Praça da República e Prédio Presidente Wilson. O controle de movimentação dos processos se dá por meio de registro no Sistema de Acompanhamento Processual - SIAPRO. As atividades são distribuídas de acordo com a organização interna da Subsecretaria, observado o organograma oficial do TRF: Divisão de Recursos, Divisão de Agravo, Passagem de Autos. Para a distribuição das atividades são observados critérios internos (experiência do servidor, desenvoltura na realização de determinada tarefa, facilidade ou não para trabalhar em atividades dinâmicas ou atividades que exijam maior atenção). Planejamento das atividades realizado de acordo com a demanda e conforme a necessidade, podendo haver deslocamento de servidores, estagiários e colaboradores de um setor para outro. Há estipulação de metas para o setor e controle periódico de produtividade por meio de estatística mensal, porém sem haver avaliação periódica de resultados das atividades da unidade. Não há utilização de métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), mas apenas o do SIAPRO e de contagem física de processos. Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META do CNJ, mediante registro no SIAPRO. O atendimento de partes e advogados é realizado no próprio setor, por telefone ou via internet (vista programada). Inexistem pendências de inspeções anteriores.

Como boas práticas, a unidade apontou o seguinte: a) vista programada dos autos como forma de otimizar o tempo de atendimento tanto aos advogados e interessados como aos servidores; b) aumento do quadro de estagiários em face da inviabilidade do quadro de servidores, acarretando melhora de produtividade e redução do atraso na juntada de petições; c) colaboração de cidadãos que cumprem pena alternativa (apenados) em algumas tarefas da Subsecretaria; d) utilização do Sistema GEDPRO para simplificação dos trabalhos de confecção de ofícios, despachos/decisões e certidões, propiciando integração com o sistema SIAPRO, bem como a disponibilização na internet de certidões para os interessados.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Vice-Presidente encontra-se em exercício desde 17/2/2014, e o atual Diretor de Secretaria desde a mesma data. A equipe da CGJF foi recebida pelo Diretor da Subsecretaria para tratar dos assuntos afetos à gestão da unidade.

A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 509,46 (processos em tramitação/servidores em atividade fim – 20.888 dividido por 41 processos por servidor), o que tem se mostrado insuficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é adequada dentro do contexto, porém não existe espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes/prateleiras e organizados pelo critério de setor, armários numerados e prateleiras por letra, tudo registrado no SIAPRO. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual/natureza da causa/critério objetivo definido, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao espaço físico, servidores e sistema de registro de movimentação processual, o que pode ser melhorado com a utilização do processo eletrônico e o aumento do número de servidores.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam, com sugestões, do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlado na Secretaria, havendo racionalidade.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem da Secretaria, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não houve casos de extravio sem a devida restauração.

Na amostragem dos processos relacionados para inspeção na Secretaria, os quais se encontravam em tramitação no gabinete da Vice-Presidência, foram localizados 20 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, não são triados e nem recebem tratamento próprio e

preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de concluso para exame de admissibilidade.

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo inspecionado, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem localizou 2 feitos de natureza especial (mandado de segurança originário), os quais se encontram conclusos na Vice-Presidência para juízo de admissibilidade desde 26/1/2010.

Pelo Gabinete da Vice-Presidência estão em tramitação 79.483 processos, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 1.741 processos (item 3.3 da ficha de inspeção: total em tramitação não sobrestado: 20.888 dividido por 12). O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, é de 40 dias até 90 dias. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na DINT (Divisão de Agravo de Instrumento).

A amostragem não revelou a existência de petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. O tempo médio para a juntada é de 45 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 1.301 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu há 1 mês e 25 dias (2013.03.00.001917-7), havendo justificativa para o tempo decorrido. A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, feito por meio de registro no sistema processual. A cobrança de prazo ocorre, em regra, após o decurso de prazo para devolução dos autos, pelo envio de e-mail de notificação, expedido automaticamente pelo sistema. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de decisões (não há publicação de acórdãos na unidade) são feitas no prazo médio de 17 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicadas entre agosto/2013 e julho/2014 25.689 decisões proferidas pelo Gabinete da Vice-Presidência. Não havia acórdãos pendentes de publicação em 31/7/2014 ou na data em que inspecionada a Secretaria (a unidade não realiza publicação de acórdãos). Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 17 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação das demais decisões (a unidade não realiza publicação de acórdãos).

Na Subsecretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão da Vice-Presidência ou do STF/STJ, somando 71.590 feitos, os quais se encontram organizados e armazenados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial.

A amostragem não indicou existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, mas sim no gabinete da Vice-Presidência.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é, em média, de 15 dias, segundo o informado pela unidade, o que se revela adequado, considerado o volume excessivo de processos em movimentação na unidade.

Considerado o grande volume de processos em tramitação na Subsecretaria e no gabinete da Vice-Presidência e o reduzido número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho, embora elogiável, é insuficiente, exigindo urgente melhoramento especialmente no tocante à implantação do processo eletrônico. Não há como verificar se o volume de pendências na Subsecretaria é zero/baixo/razoável/elevado, pois os processos inspecionados referem-se a processos em tramitação na Vice-Presidência.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi inspecionada de forma individualizada, diversamente do que ocorreu na inspeção de 2012, em que se deu conjuntamente com a Vice-Presidência.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a) espaço físico organizado, mas insuficiente para atender à demanda da unidade; b) servidores capacitados, mas em número insuficiente; c) chefia experiente e motivada para a solução dos problemas da unidade; d) grande volume de processos; e) existência de integração dos servidores da unidade com os do gabinete da Vice-Presidência; f) descompasso do registro de movimentação processual com a situação do processo, gerando passivo maior do que o existente; g) inexistência de normativa acerca das rotinas de procedimentos no tocante ao trâmite dos processos e ao apensamento de autos findos.

Como forma de melhoria dos trabalhos, recomenda-se:

a) Adoção do processo judicial eletrônico, o que a médio e longo prazo, amenizaria a situação. Não haveria a resolução imediata dos problemas, em face do grande acervo físico existente, o qual levará um tempo para ser eliminado.

b) Aperfeiçoamento dos sistemas informatizados da Corte.

c) Lançamento correto das fases processuais, na medida em que se verificou descompasso entre a realidade fática e a constante do sistema de informações processuais.

Em relação aos processos inspecionados (num total de 43), considerando-se que todos estavam em tramitação no gabinete da Vice-Presidência, recomenda-se:

a) Dar andamento: 199503010372155; 199603010435790; 199603010594909; 199703010124314; 199703010391584; 199703010631868; 199903000104595; 199903000486285; 199903991064415; 200003990185847; 200103000226922; 200203000100906; 200203000431698; 200261000083341; 200303000247636; 200303000315848; 200303000428606; 200361190032834; 200403000006145; 200403000033604; 200403000158309; 200403000476939; 200403000604589; 200503000190301; 200503000883756.

b) Regularizar a situação dos autos: 200003000319129; 200003000394401; 199603010600168.

ASSESSORIA DE APOIO AOS GABINETES

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Assessoria de Apoio aos Gabinetes

1.2. Assessora: Margareth Cavalcante da Silva, desde 17/2/2014.

1.3. Quadro de pessoal: 18 auxiliares (15 servidores efetivos, sendo 4 cedidos do Gabinete da Presidência; e 1 estagiário de nível médio e 2 de nível superior); 18 em atividades fim; e 15 funções gratificadas (1 CJ3, 1FC6, 1FC5, 3 FC4, 9 FC3).

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

Compete à Assessoria de Apoio aos Gabinetes prestar auxílio a todos os órgãos fracionários do Tribunal vinculados à competência em matéria previdenciária (Resolução nº 384, de 07-05-2014, da Presidência).

3. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Assessoria de Apoio aos Gabinetes desenvolveu sistemática própria de trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos pela Ordem de Serviço nº 55, de 12 de maio de 2014, da Presidência. Foram definidos os temas e selecionados os assuntos que possibilitassem produtividade, objetivando a redução de acervo, essência do projeto idealizado pelo Presidente deste Tribunal. Os servidores da Assessoria realizam a triagem dos processos nos gabinetes auxiliados, os quais são enviados e separados por estantes, devidamente identificados por relator e temas. Os servidores são divididos em duas equipes, uma de concessão e outra de revisão de benefícios. Cada equipe se organiza e trabalha com processos referentes aos temas definidos.

Quanto à organização interna da unidade, os autos são recebidos e localizados no gabinete, por meio do sistema eletrônico de informações processuais (SIAPRO). Os Gabinetes são orientados a enviar os processos em guias específicas para cada tema (Ex.: revisão de benefício/pensão por morte/auxílio-reclusão e LOAS), de modo que se torne viável o levantamento do número de processos e temas enviados. São colocados nas estantes, organizados apenas por relator e assunto. Tabelas Excel são utilizadas para refinar a busca, se necessário. Em face do pequeno acervo, comparado aos gabinetes de origem, torna-se fácil a localização dos mesmos.

O planejamento das atividades desenvolvidas é feito conjuntamente entre os servidores da Assessoria, a Presidência e as chefias dos gabinetes auxiliados. São considerados os resultados que estão sendo obtidos e, sempre que necessário, implementadas novas rotinas, no intuito de aperfeiçoar ainda mais os trabalhos realizados.

Para a distribuição das atividades são utilizados os seguintes critérios: (a) concessão de benefício: equipe com 08 servidores e 01 estagiária; (b) revisão/reajuste: equipe com 06 servidores e 01 estagiária; (c) processamento e suporte: equipe com 01 servidora e 01 estagiário.

Cada equipe se organiza e define seus critérios de trabalho, o que envolve a triagem dos processos nos gabinetes e a elaboração das decisões, sob a orientação dos assessores e da supervisora.

Os servidores que integram a equipe de concessão, em razão da dificuldade/complexidade das matérias, que envolvem análise de provas, têm por meta 04 decisões/dia/servidor.

Há metas individuais de produtividade, medida por relatórios, os quais demonstram que os feitos que envolvem temas de revisão/reajuste têm decisões sempre em maior número, numa média de 08 decisões/dia/servidor.

O controle de produtividade é feito mensalmente pela assessora da unidade, que apresenta relatório de atividades e produtividade à Presidência.

A avaliação de resultados também é feita mensalmente e os relatórios são disponibilizados na rede para conhecimento de todos.

Não há mutirão na unidade, pois a assessoria já é, por essência, um órgão especial de mutirão.

O critério adotado para o deferimento de férias dos servidores procura, na medida do possível, atender às necessidades de cada servidor e de acordo com os interesses da unidade. Considerando que na unidade as únicas funções que geram substituição são as de Assessor Judiciário e Supervisor, as substituições são destinadas aos servidores que recebem FC-3, seguindo o sistema de rodízio, observada a produtividade.

A Assessoria de Apoio aos Gabinetes tem apresentado produtividade média de 500 minutas de decisões/mês. Nos dois primeiros meses de atividade foram minutas 1.018 decisões. À medida que se baixa o acervo, novas triagens são realizadas e os processos vão sendo substituídos. Segundo a Assessora do Gabinete, a tendência é de que o tempo médio de tramitação de um processo na

unidade venha a ser de um mês, aproximadamente. Se houver pedido de preferência nos autos, juntada a petição, a minuta é elaborada no mesmo dia.

Quanto às Metas do CNJ e prioridades legais, observa-se que a maioria dos casos envolve alguma necessidade especial da parte, de modo que são imediatamente tomadas providências nas questões que demandem medida urgente.

As partes e advogados que comparecem na Assessoria são prontamente atendidas, havendo espaço destinado ao atendimento. Advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil têm acesso aos processos, nas dependências do Gabinete. Nos processos eventualmente com acesso restrito, apenas os advogados regularmente constituídos e as próprias partes.

Os controles estatísticos são feitos com base no quantitativo de feitos recebidos, com especificação dos temas, e de processos remetidos aos gabinetes originários, por meio de guias de remessa e recebimento do SIAPRO, e embasados na quantidade de decisões minutas, com especificação de produtividade por servidor. A produtividade individual do servidor é verificada a partir de documentos gerados no GEDPRO, sendo obtido desse levantamento o número de feitos minutados por equipe e o total geral de minutas elaboradas pelo Gabinete. A estatística é mensal e enviada para a Presidência do Tribunal, nos termos da Ordem de Serviço nº 55, de 12/5/2014.

No tocante às boas práticas foi apontada pela chefe da unidade a utilização pelos servidores das equipes, após a triagem dos processos, do sistema de separação de feitos, por assuntos, tipos de sentença (procedência, improcedência, extinção, indeferimento de petição inicial), de modo que possam trabalhar com os mesmos modelos de decisões, em sequência. Essa prática possibilita maior rendimento do trabalho.

Assinalou, ainda, a Assessora da unidade que tendo sido o gabinete criado dentro da estrutura da Presidência, observa critérios e metodologias de trabalho predefinidos. Todas as medidas para melhoria da sistemática de trabalho são discutidas entre as equipes e submetidas à aprovação da Presidência. Em face dessa peculiaridade, não vislumbra, no momento, possibilidade de levar a experiência obtida para a melhoria de outras unidades. No entanto, destacou que a sistemática adotada pode auxiliar a organização dos trabalhos nos Gabinetes. A Assessoria utiliza modelos de decisões dos próprios Gabinetes auxiliados, aprimorando esses modelos e desenvolvendo novas minutas de decisões, possibilitando assim a apreciação de temas ainda não enfrentados, o que é refletido no aumento de produtividade de toda a 3ª Seção.

A unidade cumpre a Meta 10 de 2010 do CNJ, sendo a comunicação entre os órgãos feitas, em regra, pela via eletrônica, e, relativamente aos procedimentos e expedientes administrativos, é utilizado o SEI.

Quanto à avaliação da unidade, a assessora-chefe ponderou que o trabalho desenvolvido pela ASAG ganhou novo formato no projeto idealizado pelo Desembargador Federal Presidente. Asseverou que o novo modelo, no qual se enfrentam questões já pacificadas, permitindo o julgamento por decisões monocráticas do Relator, os resultados obtidos são muito bons, em termos de produtividade e também de colaboração, e que todas as dificuldades foram superadas pelo trabalho conjunto com os gabinetes auxiliados. Afirmou que os resultados, já considerados muito bons, devem melhorar ainda mais, considerando a experiência e aprimoramento dos servidores em matérias que são repetitivas. Consignou, ainda, que o enfrentamento inicial das equipes era voltado apenas aos processos relativos à declaração de tempo de trabalho rural e revisão/reajuste de benefícios. Depois passaram a elaborar minutas de decisões em processos relativos à LOAS, pensão por morte e, recentemente, auxílio-reclusão. A escolha dos temas a serem enfrentados atende às necessidades dos gabinetes que estão sendo auxiliados de acordo com os números de acervo levantados. Destacou, finalmente, que, em breve, serão trabalhados os processos referentes à aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

4. ANÁLISE DOS PROCESSOS DA UNIDADE

Foram listados 41 processos para serem inspecionados na unidade. Desse total, apenas um se encontrava no setor. Isso porque, segundo o modelo atual de funcionamento da Assessoria de Apoio aos Gabinetes, os demais feitos não se enquadravam na normativa que regula a atuação do órgão. Por isso, já haviam sido devolvidos aos gabinetes de origem estes sujeitos à inspeção por outra equipe da CGJF.

Quanto ao feito que se encontrava na unidade, já havia decisão monocrática devidamente minutada. Em relação aos demais processos da lista, foram solicitados os autos e devidamente inspecionados pela equipe, sendo feitas as recomendações pertinentes, discriminadas em item próprio ao final deste relatório.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, com listagem de feitos para inspeção ou controle processual. Não se trata de unidade processante. Portanto, não tem acervo próprio.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a) espaço físico adequado e devidamente organizado; b) servidores capacitados e motivados; c) chefia experiente e focada para a solução dos problemas da unidade; d) existência de integração entre os servidores da unidade; e) volume de processos em adequação com o número de servidores, em face do novo modelo implantado que respeita a capacidade de trabalho da unidade; e) suficiente número de servidores na atualidade, o que pode ser revisto de acordo com as necessidades.

Como forma de melhoria dos trabalhos, recomenda-se a implantação do processo judicial eletrônico.

Recomenda-se, ainda:

a) Observar o cumprimento das Metas do CNJ;

b) Dar conhecimento aos respectivos relatores da recomendação de julgamento dos processos que, em razão da alteração da sistemática de funcionamento da unidade, foram devolvidos aos gabinetes de origem, a saber:

b.1) Des. Federal Toru Yamamoto: 200203990469056; 200261190052180; 200261830028223; 200261830041549; 200461050141588;

b.2) Des. Federal Marcelo Saraiva: 200261040043408;

b.3) Des. Federal Fausto de Sanctis: 200361830144653, 200461080106177, 200661830033947, 200661830070798, 200761830031748, 200903990215004, 200903990243103, 200903990250090, 201003990038080, 201003990075154, 201061170013024, 201103990189814 e 201103990426897;

b.4) Des. Federal Diva Malerbi: 200503990425777.

c) Cancelar a redistribuição - processo com baixa definitiva dos seguintes feitos: 200603000357376 e 200603000446440.

SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal Fábio Prieto, desde 17/2/2014.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Renata Maria Gavazi Dias, desde maio de 2007.

1.4. Quadro de pessoal: 10 auxiliares (7 servidores efetivos, 1 terceirizado e 2 estagiários); 7 em atividade fim; e 7 funções gratificadas (1 CJ2, 1CJ1, 2 FC4, 2 FC3, 1 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	87
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	não houve
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	91
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	4
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	0
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	0
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	0
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	5
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	5

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não se aplica
2.2.2. Acórdãos publicados:	71
2.2.3. Tempo médio de publicação:	15
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	16
2.2.5. Pendentes de publicação:	3
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	0009174-57.2013.4.03.0000, desde 30/7/2014.

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	17
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 0013738-50.2011.4.03.0000, desde 09/11/2011 - Resolução nº 63/2009-CJF	

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo desde:	0

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total:	6
2.5.2. O mais antigo desde: 0002751-06.2007.4.03.6107, desde 14/5/2014 (audiência designada para setembro 2014)	

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	5
2.6.2. O mais antigo desde:	não informado

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	1
2.7.2. O mais antigo desde: 0015833-48.2014.4.03.0000, desde 30/7/2014	
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	0
2.7.3.2. O mais antigo desde:	0

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	10
2.8.2. O mais antigo desde: 0105755-04.1994.4.03.0000, sobrestado desde 06.12.1995 (aguardando julgamento da ADI 1244 pelo STF)	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS:

A Subsecretaria conta com uma Divisão de Processamento (DIPO), responsável pelo processamento de todas as ações em trâmite na unidade, contando com 4 servidores. As providências relativas à pauta e ao cumprimento das decisões são efetuadas pela Diretora da unidade, auxiliada por 2 servidores. O acervo físico é

localizado em armários numerados, na mesa dos servidores e sobre balcões. Na divisão de processamento (DIPO), os processos são distribuídos aos servidores considerando o último número antes do dígito, sendo que na fase de julgamento o trabalho é dividido por tarefa (inclusão dos processos na pauta, elaboração da pauta interna, intimações, elaboração das atas, levantamento das férias e/ou ausências dos desembargadores, participação nas sessões, elaboração de cédulas, cumprimento das decisões advindas das sessões, publicações, expedição de atos, resoluções, portarias, etc.). Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META do CNJ. Há metas individuais e controle semanal de produtividade, bem como avaliação periódica de resultados das atividades. O atendimento a partes e advogados é feito por estagiário, orientado por servidor, inexistindo relato de ocorrência de incidentes. Inexistem pendências de inspeções anteriores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual Presidente do órgão encontra-se em exercício desde 17/2/2014, e a atual Diretora de Secretaria desde maio de 2007. A equipe da CGJF foi recebida pela Diretora da unidade para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 12,42 processos por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes/prateleiras/balcões; e organizados pelo critério de numeração. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlado na Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados 4 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199703010254726, 199703010478872, 200403000477002r, 200461060114703). Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, encontrando-se sobrestados, arquivado ou incluído em pauta.

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso. Verificou-se a existência de 1 processo da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011 (200461060114703), incluído na pauta do dia 24/09/2014.

A amostragem localizou 2 feitos de natureza especial, sendo 1 mandado de segurança originário e 1 ação penal originária (201203000063927 e 200461060114703). A respectiva tramitação na Secretaria encontra-se regular, destacando-se a situação do mandado de segurança precitado que, conquanto julgado em 31/10/2012, ainda aguarda conclusão em gabinete a juntada de declaração de voto.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou 1 processo aguardando declaração de voto (201203000063927). O tempo de tramitação do processo, na fase citada, encontra-se na média de 1 ano e 8 meses, demonstrando-se excessivo.

A média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 21,91 processos. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase de aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória (42 dias).

A amostragem revelou a inexistência de petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 17 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu há 2 anos e 9 meses (0013738-50.2011.4.03.0000), havendo justificativa para o tempo decorrido (Resolução CJF nº 63/2009). A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema processual (SIAPRO). A cobrança de prazo ocorre, segundo a unidade, em regra, após 15 dias do decurso de prazo para devolução, exceto no caso de vista ao MPF. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 15 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre agosto/2013 e julho/2014 71 acórdãos, dentre os 74 lavrados pelos gabinetes integrantes do Plenário e Órgão Especial.

Havia 3 acórdãos pendentes de publicação em 31/07/2014. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, o prazo médio para a publicação é de 10 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2013 e julho/2014 houve 125 publicações, o que somado ao número de acórdãos publicados resulta no volume de 196 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do Relator, os quais se encontram devidamente organizados e armazenados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial.

A amostragem indicou não existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, sem justificativa.

A conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é feita no mesmo dia, o que se revela adequado.

A Secretaria administra a realização de 3 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 23 ordinárias e 4 extraordinárias do Órgão Especial e 10 extraordinárias do Plenário. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram o Órgão Especial e o Plenário, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Secretaria é zero, pois dos 20 processos inspecionados nenhum se encontrava com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade de 100%, significativa para a análise da gestão da unidade.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, com listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a) espaço físico adequado e organizado; b) servidores capacitados e motivados; c) chefia experiente e focada para a solução dos problemas da unidade; d) existência de integração entre os servidores da unidade; e) pequeno volume de processos; f) suficiente número de servidores.

Como forma de melhoria dos trabalhos, recomenda-se a adoção do processo judicial eletrônico.

Em relação aos processos inspecionados (num total de 20 na unidade), recomenda-se:

a) realizar a baixa na distribuição com a consequente alteração do localizador em face do arquivamento no STJ: 199703010478872.

b) realizar o acompanhamento e cumprimento das determinações constantes do despacho do Relator na periodicidade determinada: 200803000470062.

c) efetuar a baixa dos autos: 201003000136946.

d) providenciar o gabinete a juntada de declaração de voto: 201203000063927.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Secretaria Judiciária

1.2. Presidente do órgão: Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza, desde 17 de fevereiro de 2014.

1.3. Diretor de Secretaria: Valdir Claro Jerônimo, desde 5 de julho de 2012.

1.4. Quadro de pessoal: 26 auxiliares (24 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior) e 24 servidores em atividade fim; 13 funções gratificadas (1 CJ3, 4 FC5, 5 FC3 e 3 FC2)

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO

2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014)

2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013

2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012

2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)

2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)

2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006)

2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007)

2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008)

2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009)

2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública)

2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública)

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)

2.2.1. Acórdãos lavrados

2.2.2. Acórdãos publicados

2.2.3. Tempo médio de publicação

2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias

2.2.5. Pendentes de publicação

2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014)

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)

2.3.1. Total de processos

2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)
2.4.1. Total
2.4.2. O mais antigo desde
2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)
2.5.1. Total
2.5.2. O mais antigo desde
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)
2.6.1. Total
2.6.2. O mais antigo desde
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)
2.7.1. Total 00
2.7.2. O mais antigo desde: não há processos pendentes de cumprimento de mandado.
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)
2.7.3.1. Total
2.7.3.2. O mais antigo desde
2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias
2.8.1. Total
2.8.2. O mais antigo desde

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria Judiciária não detém, segundo as normativas do TRF3, competência processual, mas somente as atribuições de planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos processos judiciais e petições no âmbito das Subsecretarias Processantes do Tribunal. Por isso, os quadros relativos aos principais dados estatísticos não foram preenchidos.

Está situada no prédio sede do TRF3, na Avenida Paulista, salvo a RINV - Seção de Indexação e Validação, unidade que funciona deslocada da SEJU, atualmente no mezanino do Ed. Cetenco Plaza, Torre Norte, ao lado do prédio sede do Tribunal.

A Secretaria Judiciária está organizada e tem sob sua subordinação direta quatro Seções, a saber: (a) Seção de Controle e Cumprimento de Mandados – RCUM; (b)

Seção de Cálculos – RCAL; (c) Seção de Apoio as Turmas – RASE; (d) Seção de Indexação e Validação – RINV. Possui 26 auxiliares (24 servidores efetivos e 2 estagiários de nível superior) e 24 servidores em atividade fim.

Embora do ponto de vista das normas do TRF3 a Secretaria não se constitua em unidade processante, na verdade há feitos que passam por essa unidade. São eles os processos remetidos para a Seção de Cálculos e os processos físicos que já foram digitalizados, mas que dependem da indexação e validação para fins de encaminhamentos aos tribunais superiores, atividade que é feita pela RINV.

Somente em duas das Seções, portanto, tramitam processos, quais sejam: (a) RCAL - Seção de Cálculos que funciona nas mesmas instalações da SEJU e os feitos são acondicionados em armários pré-definidos junto da Seção; (b) RINV - Seção de Indexação e Validação, que funciona deslocada da SEJU, atualmente no mezanino do Ed. Cetenco Plaza, Torre Norte, e de idêntica forma os feitos são acondicionados em armários alocados na Seção.

Na Seção de Cálculos os critérios para organização são a localização física e os cálculos são executados em ordem cronológica de recebimento, salvo se houver determinação expressa de urgência.

O controle é feito pelo Sistema de Acompanhamento Processual no caso da RINV e da Contadoria. Além do sistema, utiliza-se a planilha Excel interna.

Na Seção de Cálculos, foram encaminhados, desde janeiro de 2014, 81 processos, com uma entrada média mensal de 19 processos, tendo a vazão média sido de 30 processos por mês. Como consequência, a média de permanência dos processos na Seção é de 49 dias.

Na RCAL quando se trata de processos com prioridade legal, é dado o devido tratamento.

Na RINV, outro setor onde há processos, atualmente encontra-se implantado um plano de trabalho extraordinário com servidores externos da unidade, que funciona deslocado da Secretaria e presta os serviços de Indexação e Validação das peças dos autos com recursos Especiais e Extraordinários, para posterior remessa à Subsecretaria da Vice-Presidência, para o devido encaminhamento aos C. STJ e STF.

Na RCUM foram distribuídos, de janeiro até a data base da inspeção, 6068 mandados, estando, atualmente, em poder dos Analistas Judiciários Executantes de Mandados 53 mandados, dos quais 35 se referem a ações de conselhos de fiscalização profissional.

Sob a coordenação direta do Diretor da Secretaria Judiciária, o planejamento e execução das atividades estão assim divididos:

(a) Na Seção de Cálculos as atividades são executadas de acordo com a ordem de chegada dos feitos;

(b) na Seção de Indexação e Validação as atividades são executadas por blocos, levando-se em conta a data de chegada dos feitos na Seção, na seguinte ordem: (1) processos do INSS; (2) agravos; (3) ações diversas/tributárias; (4) prioridades: processos anteriores a 1999, Ações Cíveis Públicas, Mandados de Segurança.

(c) na Seção de Controle de Mandados - RCUM o planejamento é dividido entre os 3 servidores da Seção com o auxílio de duas estagiárias, em face de prestar apoio administrativo ao Diretor da Secretaria Judiciária;

(d) na Seção de Apoio as Turmas, em face de contar com apenas dois servidores em auxílio, ultimamente está totalmente alocada para o projeto PJe-JF3R, unidade que, por determinação da Presidência, ficou encarregada do projeto relativo à implantação do PJe.

No que se refere à distribuição interna de tarefas, nas Seções onde há processos a divisão é equânime entre os servidores, dado o reduzido número da lotação.

Nas atividades administrativas os assistentes trabalham conjuntamente com os Supervisores, que ficam com a responsabilidade final da autenticação e validação dos atos que necessitam da sua chancela.

Não há definições de metas individuais de produtividade, sendo que o controle da produtividade é feito pela emissão de estatística mensal pela RINV.

Não há avaliação periódica dos resultados das atividades da unidade, não havendo fixação de metas periódicas em razão da diversidade dos serviços.

Em relação ao planejamento das férias dos servidores, devido ao reduzido número de servidores em cada Seção, é praxe que permaneçam ao menos dois servidores em exercício para não comprometer o andamento dos trabalhos e, em caso de não se obter tal número, é feito remanejamento interno a fim de se suprir a demanda.

Quanto às substituições, o Diretor da Secretaria é substituído pela servidora Silvia De Vidi, Bacharel em direito e com experiência na unidade e sua substituta eventual, e no caso das Seções os Supervisores são substituídos pelos respectivos Assistentes Administrativos da Seção.

O atendimento às partes e advogados que procuram a Secretaria Judiciária é feito pela Supervisora da Seção de Controle de Mandados ou sua Assistente. No entanto, é baixo o número de atendimentos diário.

Quanto aos controles estatísticos da unidade, os processos que entram na Seção de Cálculos são controlados por planilha Excel a cargo do Supervisor da Seção. Na RINV é emitido pela Supervisora um relatório mensal.

A carga de autos somente se dá para os gabinetes dos Relatores e é feita via sistema de acompanhamento processual (SIAPRO) do TRF3.

O Diretor da unidade informou que, por orientação da Presidência do TRF3, a Secretaria Judiciária está focada na implantação do processo Judicial Eletrônico. Contudo, tem encontrado dificuldades em face da carência de técnicos de TI pela alta evasão e dificuldades em preenchimento dos claros, haja vista que a realização do Concurso Público só se deu no início do ano e as nomeações estão previstas para ocorrer no final do corrente mês de agosto.

Assinalou que, não obstante estar o TRF3 empenhado na implantação do PJe, convive ainda com as dificuldades no atendimento das demandas em relação às correções dos bugs e novas funcionalidades e nivelamento de versões a cargo da equipe do CNJ.

Ponderou o Diretor da Secretaria que, em paralelo à busca da implantação do PJe, está prevista para o mês de setembro de 2014 a unificação procedimental das unidades processantes, tendo em vista a edição da Resolução/CNJ 495, de 04 de agosto de 2014, juntamente com as demais implantações das tabelas.

Ressaltou que a adoção do sistema GEDPRO facilitou o julgamento de feitos, assim como a implantação do sistema SEI agilizou o trâmite dos procedimentos e expedientes administrativos.

Apontou o Diretor da Secretaria Judiciária que, no seu entender, a melhora do Tribunal como um todo, na sua finalidade, somente atingirá índices de ponta, com a implantação do PJe, em face de se atingir a completa informatização do processo Judicial, eliminando o grande volume de papel e esforço físico dos operadores do Poder Judiciário.

Por fim, assinalou o responsável pela unidade, como medida que diminuiu a sobrecarga na RINV, o encaminhamento de feitos físicos diretamente ao STJ pela Vice-Presidência da Corte, conforme acertado com aquele Tribunal Superior. Segundo deliberado entre o STJ e o TRF3, podem ser encaminhados diariamente, por meio físico, 50 processos, que são digitalizados pela unidade própria do STJ. Em razão desse procedimento, a RINV, que tinha um acervo de 5869 processos em

janeiro de 2014, contava, na data base da inspeção, com 3364 processos para serem indexados e validados, sendo meta da unidade zerar esse passivo até a terceira semana setembro de 2014, conforme gráfico 3 da planilha enviada pela unidade, e que segue anexa a este relatório.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente do Tribunal encontra-se em exercício desde 17 de fevereiro de 2014, e o atual Diretor de Secretaria desde julho de 2012. A Secretaria Judiciária é subordinada, hierarquicamente, à Direção Geral do Tribunal, e, portanto, à Presidência da Corte.

A equipe de inspeção do CJF foi recebida pelo Diretor da Secretaria, tendo o Coordenador da Equipe de Inspeção sido recebido pelo Presidente do Tribunal, que o recebeu na condição de responsável, não só desta unidade, mas, também, na condição de responsável por outras unidades afetas a mesma equipe de inspeção.

A força de trabalho alocada em atividade fim tem se mostrado insuficiente para a regularidade dos serviços afetos à unidade, principalmente na Seção de Indexação e Validação, tanto que vem sendo realizado serviço extraordinário por funcionários de outros setores.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, sendo que a Seção de Indexação e Validação funciona em espaço próprio, em outro prédio.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe.

Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para toda a equipe.

Os servidores não participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados.

O cumprimento da jornada de trabalho é controlado na Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Em situação irregular encontravam-se os quatro processos selecionados para esta inspeção.

A situação processual de irregularidade era idêntica para os quatro processos, os quais não se encontravam na Secretaria Judiciária para inspeção. Segundo informação obtida por meio de relatório expedido pelo Diretor da Secretaria, houve o cancelamento da distribuição e os autos teriam sido remetidos à Justiça do Trabalho, por declinação da competência, em razão da edição da EC 45. No entanto, não foi encontrada a guia de encaminhamento para a Justiça do Trabalho, tendo sido solicitadas informações aos Tribunais Regionais do Trabalho da Região acerca do efetivo encaminhamento, para fins de regularização dos registros processuais no Tribunal.

A Seção de Cálculos, em relação a qual na inspeção anterior havia sido detectada demora na elaboração das contas, apresentou uma significativa melhora, reduzindo o tempo médio de permanência dos processos de dois anos para 49 dias.

Em razão do acordo feito entre o STJ e o TRF3, o acervo de feitos que se encontram na RINV vem decrescendo, a qual, momentaneamente, não tem recebido processos para validação e indexação, até que seja zerado o estoque.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A Secretaria Judiciária não se constitui, segundo as normativas do Tribunal, em unidade processante, tendo como atribuição planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos processos judiciais e petições no âmbito das Subsecretarias Processantes do Tribunal.

Porém, recebe processos para a elaboração de cálculos e efetua a indexação e validação dos feitos digitalizados que devem ser encaminhados aos C. STF e STJ, com a remessa, para a unidade, dos feitos físicos já digitalizados.

A Seção de Cálculos solucionou os problemas de demora apontados na inspeção anterior, estando com as atividades devidamente regularizadas e sem demora.

A Seção de Cumprimento de Mandados está com as atividades em dia, não tendo sido detectada demora no cumprimento dos mandados.

Foi constatado durante a inspeção, conforme gráfico estatístico anexo a este relatório, que a RINV contava, em 14/08/2014, com 2408 processos para indexação e validação, confirmando a diminuição do acervo na respectiva Seção.

Os quatro processos selecionados para a inspeção (199803010313486r; 199903990908622r; 199903991132196r; 200403990241066r) não se encontravam em Secretaria, em razão de terem sido remetidos à Justiça do Trabalho, por declinação de competência. Porém, não foram encontradas as guias de remessa, não tendo sido dada baixa no sistema processual. Por isso, recomendou-se a regularização da situação dos quatro processos objeto de inspeção, efetuando a baixa definitiva no sistema, após a efetiva constatação do encaminhamento dos autos à Justiça do Trabalho, fato que já foi providenciado pela unidade durante o período da inspeção, estando, portanto, solucionadas as pendências, conforme extratos de fases processuais anexos a este relatório de inspeção.

Não foi acolhida a sugestão efetuada pela Corregedoria na inspeção de 2012, no sentido de deslocar a Seção de Validação e Indexação para o âmbito da Vice-Presidência, por estar suas atribuições mais afetas àquele órgão, razão pelo qual, por pertinente, entende-se deva ser reiterada a recomendação.

Considerando a função desta Secretaria anteriormente anotada, recomenda-se o estudo da viabilidade da implantação de sustentações orais por videoconferências, como já tentado anteriormente, segundo informado pelo Diretor da Secretaria, projeto este que restou inviabilizado por dificuldades técnicas.

Tendo em vista a designação desta Secretaria pela Presidência do Tribunal para ser a unidade responsável pela efetiva implantação do PJe na Região, e sendo esta uma das três metas principais estabelecidas pela atual Administração, recomenda-se que seja implementado, o quanto antes, o PJe, pois isso implicará a agilização dos feitos, com o aproveitamento dos servidores em áreas carentes, na medida em que a adoção do processo eletrônico eliminará atribuições que, presentemente, são feitas manualmente por servidores.

Por fim, recomenda-se a agilização na nomeação e posse dos servidores aprovados no concurso público para a área de Tecnologia da Informação, fundamental para a dinamização dos sistemas de informática e da implantação do PJe.

Essas as constatações e recomendações da equipe de inspeção.

SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Subsecretaria de Registro e Informações Processuais – UFOR Subordinada à Secretaria Judiciária.

1.2. Presidente: Desembargador Fábio Prieto de Souza, desde 17/02/2014.

1.3. Diretora: Márcia Rodrigues Funck Godoi, desde 22/06/2004.

1.4. Quadro de pessoal: 100 auxiliares (14 analistas judiciários; 37 técnicos judiciários, sendo 33 lotados e 4 prestando serviços; 11 estagiários de nível médio; 28 estagiários de nível superior; 10 terceirizados); 100 em atividades fim; e 45 funções gratificadas (1 CJ2, 3 CJ1, 7 FC5, 26 FC3, 8 FC2).

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

Compete à Subsecretaria a recepção de petições para a protocolização e de feitos para a análise de prevenção, registro, distribuição e encaminhamento na Corte, mediante a correta utilização das rotinas existentes nos sistemas informatizados, e com a observância das normas que regem as tarefas de atribuição da Subsecretaria.

Compete, ainda, proceder ao atendimento de partes e procuradores que comparecem para a localização de feitos em tramitação no Tribunal.

Compete, por fim, proceder à atualização e orientação dos usuários acerca das tabelas de padronização do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Subsecretaria está organizada em três Divisões, quais sejam a Divisão de Análise e Classificação, a Divisão de Informações Processuais e Protocolo e a Divisão de Registro, Autuação e Distribuição.

Os feitos estão todos acomodados em prateleiras, identificados pela prioridade, matéria e data do recebimento na Subsecretaria.

Os critérios internos para organização dos serviços na unidade são a observância da data do recebimento na Subsecretaria e a prioridade estabelecida para os feitos, observando a seguinte ordem: (a) os feitos originários são analisados e distribuídos

no prazo de 24 horas, à exceção dos *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança e Medidas Cautelares, que são distribuídos no mesmo dia da protocolização, e dos agravos de instrumento, cujo prazo médio é de 48 horas. A entrega dos agravos ao magistrado, contudo, pode chegar a 03 dias, em razão da quantidade de páginas que o feito possuir para a numeração folha-a-folha; (b) os feitos recebidos em grau de recurso têm a distribuição realizada dentro do prazo de 30 dias, à exceção dos criminais com réu preso, das apelações em mandado de segurança, em desapropriação, em ação civil pública, em ação popular, que são distribuídos em 48 horas da data do recebimento na Subsecretaria, e remetidos ao destino (Gabinete ou Ministério Público Federal) em 3 dias; (c) já os feitos em grau de recurso com anotação de prioridade do Estatuto do Idoso são analisados e distribuídos com preferência, porém, como constituem o maior volume diário recebido na Subsecretaria, a espera para a sua distribuição pode chegar a vinte dias.

A Subsecretaria possui planilha de controle da quantidade do acervo recebido, mediante a contagem física, porquanto se tratam de feitos recebidos para o registro e distribuição.

Foram distribuídos, no ano de 2013, 154.149 processos e redistribuídos outros 5.935, totalizando 160.084, todos já encaminhados aos magistrados. Neste ano, até a data base da inspeção (31/07/2014), foram distribuídos 71.678 feitos e redistribuídos outros 3.853, totalizando 75.531 processos.

Considerando a natureza dos feitos, em síntese, pode-se apontar, até 15/08/2014, último dia útil que precedeu o início efetivo da inspeção, o seguinte panorama dos feitos que se encontravam pendentes de distribuição na unidade: (a) 4.936 feitos cíveis em grau de recurso recebidos em julho/2014 e agosto/2014 para distribuição no Tribunal, dos quais 215 Apelações em Mandado de Segurança recebidas de 25/07/2014 a 15/08/2014; (b) 3.964 feitos de natureza previdenciária em grau de recurso, dos quais a maioria possui interesse de idosos, que foram recebidos na Subsecretaria a partir de 07/07/2014 provenientes da Justiça Estadual, e que necessitavam de autuação com a capa da Justiça Federal, bem ainda 864 feitos recebidos da Justiça Federal, a partir de 28/07/2014; (c) 109 feitos criminais em grau de recurso, todos com réu livre; (d) 243 feitos originários cíveis, dos quais 202 eram recursos de agravo de instrumento e 41 conflitos de competência.

Registre-se que existiam 65 petições iniciais de recursos de agravo de instrumento protocolizadas via sistema protocolo integrado, e que ainda não haviam sido recebidas na Subsecretaria, das quais 59 eram das Subseções Judiciárias de São Paulo e 06 das Subseções Judiciárias de Mato Grosso do Sul.

Estavam na Subsecretaria, no momento da visita da equipe de inspeção, os feitos em grau de recurso distribuídos nos dias 12, 13, 14 e 15/08/2014, excetuados os

feitos criminais e ações mandamentais que foram remetidos ao MPF em 15/08/2014. Quanto aos feitos originários, estavam na Subsecretaria os agravos de instrumento distribuídos de 12 a 15/08/2014, com volumes de páginas para numerar. Quanto às demais classes processuais de feitos originários, anotou a Diretora da unidade que são entregues ao magistrado em 24 horas da data da distribuição e os *Habeas Corpus* são entregues no mesmo dia da distribuição.

Quanto às petições iniciais de feitos originários, há o controle realizado também pelo sistema informatizado responsável pela protocolização das petições.

A equipe que integra a Subsecretaria é treinada para realizar a análise dos feitos conforme a necessidade do enfrentamento do maior volume recebido, de acordo com as prioridades anteriormente arroladas.

A distribuição interna de atividades na Subsecretaria observa a formação e capacitação que os servidores têm para a consecução da tarefa.

Há na Subsecretaria metas de produtividade para cada tarefa executada, e que são tabuladas em planilhas de produtividade diária, havendo análise a partir das respectivas planilhas.

Há avaliação periódica dos resultados a partir da análise das planilhas de controle do acervo e da produtividade individual.

Como o volume diário de feitos recebidos é bastante grande, as metas não são periódicas, mas diárias, podendo ser reduzido o tempo para o enfrentamento de um determinado volume recebido/acumulado.

Quando se apresenta necessário, há mutirão para a observância das prioridades elencadas. Embora já tenha sido realizado trabalho em regime extraordinário, atualmente não tem, segundo a Diretora da unidade, se mostrado necessário.

As férias dos servidores da Subsecretaria são agendadas de acordo com a normatização existente, e procurando atender à solicitação da equipe, em conjunto com a manutenção do número necessário de servidores para a garantia da realização das tarefas. Quando do retorno do período de férias, é comum que o servidor enfrente um maior volume de trabalho, de forma a superar o acúmulo, porquanto a equipe se dispõe a fazê-lo a partir do cumprimento da escala de férias.

Para a substituição de funções comissionadas são utilizados os critérios da maior capacidade e experiência para a consecução da tarefa.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal que, quando recebidos, são triados e identificados por matéria e data, a fim de que sejam observadas as prioridades.

De igual modo, os feitos identificados com a anotação pertinente à inclusão nas Metas definidas pelo CNJ são analisados e distribuídos com prioridade, não permanecendo na Subsecretaria em período maior do que o necessário para a consecução das tarefas de atribuição da Subsecretaria.

O atendimento de partes e advogados é realizado no horário das 9 às 19 horas, no balcão de atendimento.

Não é permitida a consulta aos autos durante a permanência na Subsecretaria.

Sendo a solicitação de cópia relativa a feito em grau de recurso recebido para a distribuição, o processo é encaminhado à Secretaria Judiciária com a solicitação de cópias preenchida para o atendimento naquela Secretaria. Porém, segundo a responsável pela unidade, é muito raro pedidos nesse sentido.

Além das rotinas contidas no sistema informatizado, o controle estatístico é feito por meio de planilhas.

Quanto à carga e remessa de processos, a Subsecretaria realiza o envio de feitos aos gabinetes e subsecretarias processantes do Tribunal, bem ainda ao Ministério Público Federal, por intermédio de documento gerado pelo sistema informatizado.

A Diretora da unidade aponta como boas práticas a organização da Subsecretaria com a triagem dos feitos por matéria e data, o que gera a possibilidade da observância da distribuição na ordem de apresentação dos feitos na Corte, e, sobretudo, permite que seja obedecida a prioridade legalmente prevista para os feitos. Da mesma forma, ressalta como ponto positivo a coesão da equipe, que tem sido fundamental para a observância das orientações e das necessidades diárias para a consecução das tarefas. Por fim, assinala como importante a existência de rotinas informatizadas que otimizam o trabalho.

Dado o volume diário de feitos que o Tribunal recebe, a Diretora da unidade assinala que a implantação do processo eletrônico trará redução de custos e tempo de tramitação dos feitos.

Considerando que a Subsecretaria não é uma unidade processante, não realiza as certificações dispostas no art. 141, V, CPC, não praticando, igualmente, atos ordinatórios.

As movimentações processuais são anotadas no sistema da própria Subsecretaria.

No que se refere à Meta 10 de 2010 do CNJ, a unidade vem atendendo a contento, mormente após a implantação do SEI, sendo as comunicações internas efetuadas por meio informatizado.

Não existem processos ou determinações pendentes da inspeção anterior.

A Diretora da unidade ponderou que o volume de feitos diariamente registrados e distribuídos é significativo, o que torna a Subsecretaria bastante suscetível à composição da equipe (rotatividade). No entanto, observou que, mesmo diante de tantas ausências do quadro, aliada à constante rotatividade da equipe de estagiários, a Subsecretaria tem cumprido as metas de produtividade por apresentar a organização necessária para que o trabalho tenha fluência. Essa dificuldade, porém, tem sido modificada na Subsecretaria, e contado com o apoio da atual Administração do Tribunal, com a disponibilização de vagas de estagiários e melhoria de equipamentos e rotinas existentes no sistema informatizado. No entanto, reitera que está na coesão, no esforço, na capacitação da equipe, a maior parcela de responsabilidade do bom desempenho das tarefas de atribuição da Subsecretaria. Por fim, ressaltou que até que seja implantado o processo eletrônico, há possibilidade de melhoria de rotinas do sistema informatizado que já estão solicitadas e sendo apreciadas no órgão competente.

Enfatizou, porém, que a efetiva implantação do PJe é fundamental para a solução de grande parte das dificuldades pelas quais passa a unidade.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A Subsecretaria está adequadamente instalada no prédio sede do TRF, na Av. Paulista, Torre Sul, sendo que apenas a divisão de informações processuais e protocolo está situada no térreo da Torre Norte, imóvel que fica localizado ao lado do prédio sede.

A Subsecretaria está bem organizada, tendo a Diretora da unidade domínio da situação, conhecendo profundamente os serviços afetos à unidade.

Houve um pequeno aumento do tempo na remessa dos feitos não prioritários aos gabinetes para os quais foram distribuídos, tendo em vista a substituição, ocorrida em março de 2014, da empresa terceirizada que efetuava o serviço de perfuração, e alocação de auxiliares terceirizados com pouca experiência, fato este que deve ser superado em pouco tempo.

Na medida do possível, considerando o grande volume de processos distribuídos na Corte, as rotinas utilizadas têm mantido uma regularidade nos serviços da unidade.

O TRF 3, já em setembro de 2007, com a finalidade de agilizar a distribuição dos feitos, editou a Ordem de Serviço n. 5, de 14 de outubro de 2007, que, entre outras providências, permite aos advogados que apresentem as petições iniciais e documentos que a instruem previamente numerados, para serem apenas conferidos na Subsecretaria, o que auxiliaria na agilização do encaminhamento dos feitos no setor. Porém, segundo a Diretora da unidade, tal facilidade não tem sido utilizada pelos advogados.

Quanto ao número de servidores alocados na unidade, a Diretora da Subsecretaria considera adequado, levando em conta a realidade do Tribunal, e comparando-se a situação com outros setores do TRF.

A equipe de inspeção entende que o a solução para a agilização das rotinas da Subsecretaria seria a implantação, o quanto antes, do processo judicial eletrônico.

A propósito, no relatório da inspeção anterior constou que o TRF tinha um cronograma de implantação do PJ-e na primeira e na segunda instância, que seria executado em 110 dias, a contar da segunda quinzena de setembro de 2012, mas que a disponibilização estaria condicionada à nova versão do processo judicial eletrônico pelo CNJ. Porém, não houve ainda a implantação do PJe.

A atual administração estabeleceu como uma das três metas prioritárias a implantação do processo judicial eletrônico ainda neste ano, a partir de outubro, estando em fase de estudos e experiências as rotinas para a efetiva implantação, tendo sido instituída comissão multidisciplinar pela Administração para a concretização dessa meta, sob a Presidência da Desembargadora Federal Cecília Mello.

Assim, a recomendação da equipe de inspeção é que seja agilizada a implantação do processo judicial eletrônico, o que, sem dúvida alguma, irá eliminar muitas rotinas da Subsecretaria que, presentemente, são desenvolvidas manualmente, com a liberação de parte dos auxiliares para outros setores carentes de servidores, na medida em que muitas das rotinas (paginação, perfuração, encaminhamentos, entre outras) serão realizadas automaticamente no sistema do processo eletrônico ou simplesmente eliminadas (por exemplo, a perfuração e paginação). Estas as constatações e recomendações da equipe de inspeção.

SUBSECRETARIA DA 1ª SEÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções.

1.2. Presidente: Desembargadora Federal Cecília Marcondes, desde 17 de fevereiro de 2014.

1.3. Diretora: Valquíria Rodrigues da Costa, desde 17 de fevereiro de 2014.

1.4. Quadro de pessoal: 07 servidores e 02 estagiários.

1.5. Cargos e funções comissionadas em atividade: 02 CJ1, 01 CJ2, 04 FC3, 01 FC4.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	335
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: não informado	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	111
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	25
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	11
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	01
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	04
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	00
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	06
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	03

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	442
2.2.3. Tempo médio de publicação:	7 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	40
2.2.5. Pendentes de publicação:	4
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): 200461000013438, não informou desde quando está pendente.	

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	53
2.3.2. Tempo médio	20
2.3.3. Há mais de 30 dias	10
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 201303000196087	desde

19/2/2014

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	01
2.4.2. O mais antigo: 1999.03.99.115035-6, 26/11/12 STJ – 2011.03.00000001-9, 6/9/13	

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total:	02
2.5.2 Tempo médio	3.779
2.5.3. O mais antigo: 188603010083162	desde 7/2/1996

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	4
2.6.2 Tempo médio	20 dias
2.6.. O mais antigo: 0095618-26.1995.4.03.000, desde 01.08.2014	

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	
2.7.2. O mais antigo:	desde 19/2/2014
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	01
2.7.3.2 Tempo médio	28 dias
2.7.3.3. O mais antigo: 0011215-60.2014.4.03.000 (não informou desde quando)	

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	15
2.8.2. O mais antigo: 200903000177200 - aguarda confirmação de recebimento de informações (reiterado o pedido de confirmação em julho/14)	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Subsecretaria das 1ª e 4ª Seções conta com a Diretoria da Subsecretaria e mais duas Diretorias de Divisão: Processamento e Julgamento, sendo composta cada divisão dois servidores. Em data recente, julho de 2014, passou a acumular as atividades da 4ª Seção, ocasião em que foram implementadas as alterações de competência junto ao TRF3 com a instituição de Turmas especializadas em Direito Penal.

O acervo encontra-se organizado em escaninhos de cada divisão da Subsecretaria, segundo a fase processual, e são identificados por códigos

alimentados nos andamentos processuais. O procedimento para organização interna dos feitos se faz via sistema informatizado de acompanhamento processual e alocados nos escaninhos das divisões respectivas de acordo com a fase processual, anotando-se código que permite fácil localização, inclusive nas mesas dos servidores. O planejamento é feito em conjunto com os diretores de divisão.

Na divisão de processamento, utiliza-se o critério de par e ímpar do último dígito do nº do processo, uma vez que a unidade conta com apenas dois servidores para executar as tarefas em cada divisão. Na divisão de julgamento, os servidores se revezam para o cumprimento das diversas atividades.

Não são realizadas reuniões periódicas de avaliação de produtividade e resultado, nem tampouco são fixadas metas individuais ou coletivas. Procura-se incentivar o auxílio nas situações que excedem a rotina nas divisões. Não foi mencionada a realização efetiva de mutirões.

Em relação à escala de férias, tendo em vista o pequeno número de integrantes da Subsecretaria, os servidores são orientados a se organizarem para não haver sobreposição de períodos. A unidade adota o sistema de rodízio para substituição de funções comissionadas.

O atendimento aos advogados se faz com a verificação prévia da existência ou não de sigilo decretado para permitir a consulta, observando a publicidade restrita às partes e advogados quando assim determinado.

As decisões são publicadas em aproximadamente cinco dias e os acórdãos em dez dias, salvo dificuldades na disponibilização ou outra situação que dificulte a disponibilização.

Na Subsecretaria são utilizados os relatórios gerenciais do sistema de acompanhamento processual informatizado para o controle estatístico, obtidos junto à Assessoria de Gestão dos Sistemas de Informação.

O controle de cargas e remessas ao MPF é feito pelo sistema de acompanhamento processual informatizado, por meio de relatório; para advogados, o sistema de acompanhamento processual informatizado realiza a cobrança eletrônica dos autos quando superado o prazo; e para demais órgãos utilizam-se as guias de remessa.

O controle de petições pendentes é feito pelos relatórios extraídos do sistema de acompanhamento processual; as quais normalmente aguardam a remessa dos autos que se encontram conclusos nos Gabinetes.

Aos processos onde foram expedidas as cartas de ordem são atribuídos prazos, checados com frequência. Se há atraso, faz-se consulta ao andamento processual na vara designada para cumprimento ou pede-se informações por correio digital.

O controle de processos pendentes nos gabinetes de declaração de voto e lavratura de acórdão é feito por planilha na divisão de julgamento. As certificações do art. 141, V, do CPC, são realizadas, com a observância ao disposto no artigo 155 do CPC. A Subsecretaria possui poderes de prática de atos ordinatórios e junta petições independentemente de despacho. Todas as movimentações processuais, inclusive as internas da unidade, são registradas no sistema de acompanhamento processual informatizado.

Eventuais pendências de votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado certo prazo, são submetidas à Presidente da Seção, que orienta o melhor procedimento para cada situação. Procura-se utilizar as comunicações por meio eletrônico para o atendimento à Meta 10 do CNJ.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A força de trabalho alocada em atividade fim resultou na relação de 48 processos por servidor, o que não é excessivo para efeito de garantir a regularidade dos serviços cartorários. Recentemente, a unidade passou a responder também pela 4ª Seção, o que lhe rendeu a lotação de mais um servidor a ser oportunamente nomeado.

A organização da Subsecretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, considerado o pequeno volume feitos em tramitação, cerca de 335 em 31/7/2014. Os processos, todos físicos, encontravam-se armazenados em estantes identificadas e organizados pelo critério de fase processual. Os servidores atuavam nos feitos por grupos e tarefas específicas, o que repercutiu positivamente no resultado da gestão do acervo.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe.

Não foram fixadas metas individuais nem gerais para a equipe, mas houve acompanhamento permanente da situação geral da Secretaria, realizado bimestralmente mediante relatórios gerenciais. Os servidores são motivados e estimulados a participar da administração.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o

constante dos autos físicos, inclusive com casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Não foram identificados casos de extravio de processo ou peças processuais.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam externamente foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Alguns não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte.

Foram inspecionados 34 processos da listagem originária, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis e criminais, originários e recursais, nas mais diversas fases processuais, abrangendo medidas cautelares, mandado de segurança, ações rescisórias, revisões criminais, apelações, embargos infringentes, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominavam os feitos recursais cíveis (221) e, por ano de distribuição, os de 2014 (101), com fornecimento de dados acerca do controle dos casos de META CNJ apontando para um número reduzido de feitos (25 processos), mas sem informação acerca dos pendentes de julgamento de recursos internos ou de revisão, voto-vista, declaração de voto ou lavratura de acórdãos.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 442 acórdãos, dos quais 40 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ). Como se observa, em 9% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ, índice que pode ser melhorado, tendo em vista o total do acervo na unidade. No tocante a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, fora informado o total de 673 publicações, com um total de 198 publicações fora do prazo de 10 dias, percentual elevado, que demonstra que a unidade necessita adotar medidas de maior controle dos atos para se aproximar da Meta 4 do CNJ.

A unidade informou, com dados de julho/2014, que havia: 53 feitos com carga ou vista, dos quais 10 há mais de 30 dias; 1 processo sobrestado em razão de decisão do STF/STJ, sem indicar o tempo de sobrestamento; 02 aguardando cumprimento

de carta de ordem ou precatória, o mais antigo desde 7/2/1996; 04 aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, o mais antigo desde 1/8/2014; não foram indicados processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação; 01 com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, sem indicação de tempo de atraso; e, finalmente, 15 processos paralisados há mais de 90 dias por outros motivos, mas não informou desde quando o mais antigo está paralisado.

A gestão de prazos processuais foi verificada, com a indicação do parâmetro do tempo médio de tramitação observado nas diversas fases processuais e dos casos de maior atraso ou desvio em relação à média controlada. Para fases processuais mais relevantes os prazos médios informados foram os seguintes: publicação de acórdãos (7 dias), cargas ou vistas (20 dias), cumprimento de cartas de ordem (20 dias) e a carta precatória (com tempo médio de 3 meses), resposta a ofícios ou cumprimento de diligências (20 dias), cumprimento de mandados de citação ou intimação não foi informado, e juntadas em geral (28 dias).

Na unidade tramitavam 335 feitos em julho de 2014, tendo esta informado o tempo médio de tramitação, sendo que o maior tempo de tramitação apurado foi de carta de ordem ou precatória. Registre-se que se trata de único feito em situação atípica, que vem a merecer um tratamento especial por parte da Subsecretaria.

Na inspeção física ou eletrônica dos processos, listados ou selecionados, verificou-se, primeiramente, a existência de 15 feitos distribuídos no TRF3 em data anterior a 31/12/2006, sendo que todos se encontravam em situação regular, com autos findos e arquivados, demonstrando que vem sendo observada a Meta 2 do CNJ, recebendo tratamento preferencial. Porém, também havia feitos que apresentaram algumas irregularidades em suas fases, recentemente corrigidos: MS 200203000083271 e EI 199961000385400.

Não foram identificados na amostragem feitos tratando de improbidade administrativa que possibilitasse a verificação do cumprimento da META 4/2014 CNJ.

Foi possível verificar que o Conflito de Competência 201303000239955, concluso há mais de 80 dias, encontrava-se com carga por tempo superior a 60 dias, o que deverá ser regularizado. Outra situação que merece registro trata-se da Revisão Criminal 199803011016153, cujo acórdão foi proferido em 2002 e o ofício de intimação do réu foi expedido somente em janeiro de 2011, embora o feito esteja em situação regular atualmente.

A listagem inspecionada não identificou processos, em tramitação na Secretaria, com pendências relativas aos gabinetes nas fases de revisão, voto-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão, embargos de declaração ou agravo legal ou

regimental. Também não se constatou irregularidade na fase de juntada de petição, ofício ou documento, havendo, em 31/7/2014, apenas uma pendência desta natureza. Também, dentre os listados, não se identificou processo com acórdão cuja publicação estivesse atrasada.

Os demais processos inspecionados não apresentaram atrasos ou pendências, ou os que foram inicialmente constatados restaram sanados no curso da inspeção ou no pós-inspeção, vários inclusive foram baixados em definitivo à Vara de origem ou arquivados, e outros tantos já estavam em tramitação em outras unidades do TRF3, seja nos gabinetes da própria Turma, seja na Vice-Presidência, seja em órgãos externos.

A Subsecretaria administrou a realização de 2 sessões em média por mês no período, tendo havido em 2013 nove sessões e em 2014 dez sessões ordinárias. Houve um cancelamento de sessão no período, na data de 5/9/2013, por falta de quórum regimental.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, verificou-se que o desempenho foi bom. O volume de pendências na Secretaria foi baixo, pois, dentre os 34 processos inspecionados, apenas um se encontrava com saída externa com prazo alongado, indicando taxa de regularidade de mais de 90%, significativa para a análise da gestão da unidade.

Como se observa, o TRF3 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

5. RECOMENDAÇÕES

O acervo em tramitação, quando da inspeção, era de 335 processos, com quadro funcional de 07 servidores, número suficiente para a carga de serviço existente. A unidade absorveu os serviços da recém-criada 4ª Seção, projetando um relativo aumento dos trabalhos. Entretanto, fora lotado mais um servidor na Subsecretaria, aguardando-se a indicação respectiva.

A situação geral da Secretaria é boa, tanto em termos de organização administrativa como de gestão processual, verificando-se pontos específicos passíveis de aprimoramento, relacionados à necessidade de maior controle nos prazos de carga ou vista, baixa em diligência, cumprimento de carta de ordem ou precatória, certificação de trânsito em julgado e publicação de acórdãos.

Recomenda-se: 1) o controle de prazos de todos os feitos inspecionados em situação de atraso ou com pendência na unidade, conforme detalhado na análise respectiva, assim como dos processos indicados no questionário com prazo decorrido superior à média informada e aplicada na unidade para as diversas fases processuais sujeitas a controle; 2) diligenciar o cumprimento e devolução da Carta de Ordem 199603010083162, expedida em 07.02.1996; 3) diligenciar a devolução do Conflito de Competência 201303000239955, com prazo de vista ultrapassado; 4) realizar controle sobre os feitos inseridos nas metas do CNJ, criando escaninhos próprios para conferir prioridade de tramitação; 5) colocar em prática padronização de rotinas, cujo texto foi aprovado recentemente pela Resolução 495, de 04 de agosto de 2014, conforme recomendação da Inspeção de 2012; 6) finalmente, verificar e controlar a regularidade de feitos que, embora fora da amostragem, estejam em situação processual semelhante à dos autos inspecionados.

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria da 1ª Turma

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Luiz Stefanini, desde 01/07/2014.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito, desde 01/07/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 16 auxiliares (11 servidores efetivos e 05 estagiários de nível superior); 11 em atividade fim; funções gratificadas: 03 CJ1, 01 CJ2, 01 FC2, 03 FC3 e 03 FC4.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	2.186
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: a Secretaria não realizou autoinspeção em 2013	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	2.682
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	156
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	10
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	11
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	20
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	48
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	14
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	35
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	18

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados: prejudicado	
2.2.2. Acórdãos publicados:	4039
2.2.3. Tempo médio de publicação:	7
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	313
2.2.5. Pendentes de publicação:	8
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): pelo relatório da informática o mais antigo seria os autos 199961090039758, desde 05/08/2013. Todavia,	

durante a inspeção constatou-se que referido processo teve acórdão publicado em 31/10/2013 (boletim 10154/2013) e encontra-se na Subsecretaria da Vice Presidência, tendo em vista a interposição de recurso especial e extraordinário. Feito esse esclarecimento, a ApelRex nº 0010071-60.2009.4.03.6100, julgada em 26/08/2014, é a mais antiga pendente de publicação.

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)

2.3.1. Total de processos: 286

2.3.2. Processo há mais tempo com carga/vista: 0012290-96.2007.4.03.6106, desde 19/05/2014

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)

2.4.1. Total 7

2.4.2. O mais antigo desde: todos estão sobrestados desde 24/07/14

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total 7

2.5.2. O mais antigo desde: 0005261-53.2007.4.03.6119, desde 18/09/2013

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)

2.6.1. Total não informado no questionário prévio enviado pela Unidade. Durante a inspeção constatou-se a existência de cinco processos nessa condição.

2.6.2. O mais antigo desde 06/08/2014.

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total 14

2.7.2. O mais antigo desde: O mais antigo, segundo dados da informática enviados à Secretaria, é o processo 0030157-87.1988.4.03.6100, desde 27/09/2006. Todavia, constatou-se durante a inspeção mera falha no lançamento da fase no Siapro. Não se constatou durante as inspeção pendências em relação a este item.

2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)

2.7.3.1. Total 11

2.7.3.2. O mais antigo, segundo relatório da informática, 0016353-08.2014.4.03.0000. Porém, durante a inspeção foi constatado que o mais antigo é o 2009.61.19.001208-4, desde 14/03/2014.

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total	22
2.8.2. O mais antigo desde: vide informações no corpo do presente relatório	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria possui três divisões: a) Coordenação e julgamento, b) Processamento e c) Procedimentos Diversos. Os processos, em cada uma das divisões, são colocados em prateleiras/armários. Embora a movimentação processual seja alimentada no sistema de acompanhamento processual do Tribunal (Siapro), os controles são feitos a partir da localização física, conforme identificação de armários/prateleiras. Não se realiza triagem inicial de processos, sob o entendimento de que todos recebem o mesmo tratamento e encaminhamento conforme providência de cada um. Não existe especialização de servidores por matéria ou fase processual, apenas lotação no setor em que atua (a) Coordenação e julgamento, b) Processamento e c) Procedimentos Diversos). Não existe tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, sob o entendimento que todos recebem o mesmo tratamento e encaminhamento. Não existe fixação de metas de trabalho pelo Desembargador Presidente da Turma ou pela Diretora de Secretaria. Também não existe planejamento e/ou avaliação periódica de atividades, desempenho e produtividade. Atendimento a advogados sem incidentes relatados. O questionário enviado pela Secretaria à Corregedoria do CJF apontou a existência de 14 processos com pendências de inspeções anteriores; tais processos foram examinados durante a inspeção e as explicações sobre eles encontram-se detalhadas mais adiante no presente Relatório.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma, Desembargador Luiz Stefanini, encontra-se em exercício desde 01/07/2014. A atual Diretora de Secretaria, Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito, também ocupa o cargo desde 01/07/2014. A equipe da CGJF foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada resulta na relação de 198,72 (2186/11) processos por servidor, o que tem se mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é adequada, existindo razoável espaço físico e instalações. Os processos, todos físicos, encontram-se armazenados em

estantes/prateleiras/armários e organizados de forma lógica. Os servidores atuam nos processos de acordo com o respectivo setor em que atuam, o que em princípio não repercute negativamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria, apesar de exercer tal função há cerca de três anos, sendo na presente Secretaria desde 01/7/2014, tem aptidão e experiência administrativa e processual. Todavia, seria de bom alvitre valer-se de ferramentas gerenciais mais eficientes. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para a equipe. Não se observou o uso do Sistema SIAPRO (em que pese suas limitações) como ferramenta de Gestão para controles pela Secretaria ou para controles estatísticos. Os controles, pelo que se observou, são todos manuais/visuais a partir da localização física dos processos nos armários/prateleiras. Além disso, constatou-se lançamentos de fases no SIAPRO de forma incorreta, fato esse que gerou e continuará gerando relatórios equivocados. A equipe de servidores/colaboradores é motivada. A Secretaria, por não se utilizar de ferramentas gerenciais, não possui planejamento e avaliação de resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlado pela Diretora de Secretaria, sem existência de livro ponto físico e/ou eletrônico. Constatou-se, também, que a unidade não realizou autoinspeção no ano de 2013, contribuindo para a não identificação de possíveis problemas, aperfeiçoamento de rotinas e/ou correção de rumo.

Na unidade verificaram-se algumas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, situação essa que facilmente seria evitada se a Unidade passasse a emitir Relatórios do Sistema SIAPRO como ferramenta auxiliar.

Foram informados no questionário enviado pela Secretaria à Corregedoria do CJF 14 processos remanescentes da inspeção anterior: AC 90.03.037823-1, AC 90.03.020259-1, AC 90.03.040122-5, AC 90.03.040901-3, AC 90.03.041413-0, AI 92.03.034038-6 e AI 94.03.061494-3. No entanto, os 14 processos já estão sanados e o equívoco deve-se novamente a falhas de alimentação de fases no sistema SIAPRO.

Quanto aos autos extraviados de números 92.03.071597-5 e 92.03.071598-3, apontados na inspeção de 2012, foram restaurados e encontram-se em movimento respectivamente com os nºs 0024952-67.2013.4.03.0000 e 0024953-52.2013.4.03.0000.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, foram inspecionados 31 processos, listados no Relatório de Inspeção da Corregedoria do CJF. Destes, constatou-se duas falhas graves de extravio de autos. Nos autos 199203010715975, que ficou sem movimentação desde 1994, quando a advogada fez a retirada dos autos, iniciando-se a restauração em 14/08/2014 (agora sob o nº 24953-52.2013).

Nos autos 200803000294909 constatou-se ausência de tramitação entre 05/09/2008 e 28/06/2012 (agora sob n. 2012.03.00.022442-0). A demora para iniciar a restauração dos autos fugiu por completo do razoável.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria não foram localizados feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

Por evento ou fase processual, a amostragem não indicou processos aguardando revisão, aguardando voto-vista, aguardando declaração de voto, aguardando lavratura de acórdão, aguardando publicação de acórdão, aguardando julgamento de embargos de declaração, e aguardando julgamento de agravo legal/regimental.

Pelos gabinetes que compõem a Turma estão em tramitação 28.042 processos. Não existe controle do tempo médio de tramitação dos processos, segundo informado pela Secretaria por meio do Questionário que antecedeu a Inspeção (item 4.14).

A inspeção revelou a existência de 11 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga é de 14/03/2014, referente ao processo 2009.6119.001208-4, processo este que se encontra num dos Gabinetes da Turma. O tempo médio para a juntada é de seis dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual. Todavia, detectou-se algumas inconsistências na fase lançada no Siapro, que acabaram gerando distorção nas informações prestadas no questionário enviado pela Secretaria à Corregedoria antes do início da inspeção. Verificou-se deficiência específica, e que precisa urgentemente ser corrigida, no que tange à juntada de petições cujos processos encontram-se nos gabinetes. Sobre esse aspecto, urge por parte do Desembargador Presidente da Turma e respectivos desembargadores (titulares ou em exercício) uniformizar a rotina de juntadas de petições, pois os prazos estão muito além do razoável. A título de sugestão, recomenda-se que os desembargadores (titulares ou em exercício) autorizem os servidores da Secretaria a promover juntada de petições nos próprios gabinetes, evitando remessas desnecessárias dos autos à Secretaria.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 286 feitos com carga ou vista. A carga mais antiga ocorreu em 19/05/2014, não tendo sido indicada justificativa para o tempo decorrido. Durante a inspeção, todavia, verificou-se que o referido processo, que havia sido levado em carga pelo MPF, fora devolvido dia

19/08/2014. A Secretaria atualmente vale-se dos registros no sistema Siapro, que gera intimação automática para devolução dos autos. A cobrança de devolução, quando se extrapola o prazo, é feita em média 05 dias após.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 07 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Porém, de agosto de 2013 a julho/2014, foram publicados 313 acórdãos com prazo acima do prazo estipulado pelo CNJ. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 92,25%. Não havia, durante a inspeção, acórdãos pendentes de publicação. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 13 dias, praticamente o dobro do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos, o que enseja nova postura da Secretaria em relação a tais prazos. A soma de publicações monocráticas e acórdãos no período objeto da inspeção, ou seja, entre agosto/2013 e julho/2014, foi de 9826 publicações.

Na Secretaria, até julho de 2014, existiam 07 processos sobrestados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. Os prazos ainda não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter controle nesta fase processual, em que pese inúmeras falhas de registro de fases no sistema SIAPRO não corrigidos pela Secretaria.

Nos processos examinados pela amostragem não se constatou processos paralisados/sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. Todavia, examinando o questionário enviado pela Secretaria à Corregedoria do CJF foi informada a existência de 22 processos sem movimentação há mais de 90 dias. Durante a inspeção solicitou-se à Secretaria melhor detalhamento dos 22 processos, do que se verificou que muitos processos continuam no sistema SIAPRO com fases equivocadas, fato esse que gerou e tende a continuar gerando relatórios equivocados se não houver as correções necessárias.

Tal fato, como já dito anteriormente, poderia ser evitado se a Secretaria, periodicamente, emitisse relatórios do SIAPRO. Isso tem gerado, como insistentemente demonstrado ao longo deste relatório, distorções de toda ordem, colocando em risco a qualidade do trabalho da Secretaria. Recomenda-se uma vez mais que os gestores da Secretaria internalizem em suas rotinas de gestão a análise periódica de relatórios estatísticos.

Outros processos revelaram que a Secretaria só adotou providências em função da presente Inspeção, bastando analisar as datas da movimentação processual.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual não foi informado pela Secretaria no questionário enviado previamente à

Corregedoria, não tendo sido possível, durante a inspeção, obter essa informação. Recomenda-se à Secretaria que para o futuro estabeleça controles que permitam medir tais prazos.

A Secretaria, até julho de 2014, administrava a realização de 04 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 37 sessões ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento de sessões no período. Após julho de 2014 as sessões tornaram-se quinzenais.

5. OBSERVAÇÕES e RECOMENDAÇÕES GERAIS

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos Gabinetes que integram a Turma, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho da Secretaria é satisfatório. A equipe é motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições.

Recomendações Gerais

1 - Juntadas: recomenda-se que as petições e documentos sejam juntados no prazo máximo de 05 dias, ainda que os autos estejam conclusos nos gabinetes. Quanto aos processos em gabinete, roga-se que a juntada seja feita no próprio gabinete, ou seja, sem necessidade de remessa à Secretaria, visando à racionalização/otimização dos serviços da Secretaria com desburocratização de rotinas. Roga-se aos desembargadores (titulares ou em exercício) que autorizem os servidores lotados nas secretarias realizar juntadas nos próprios gabinetes.

2 - Cobrança de autos em carga: recomenda-se que mensalmente a Secretaria emita relatório estatístico dos processos em carga e não devolvidos, a fim de viabilizar o controle e a cobrança dos autos. O relatório pode ser gerado pela própria Secretaria no sistema SIAPRO, menu Gerador de Relatórios. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta, deverá a Secretaria solicitar à informática a relação de processos.

3 - Autoinspeção/Inventário de processos: recomenda-se que a Secretaria realize obrigatória e anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com o intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual - SIAPRO. O recurso é disponibilizado no sistema SIAPRO no menu Inspeção. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta à Secretaria, deverá esta solicitar à informática a relação de processos. Com tal providência a Secretaria conseguirá não apenas certificar-se da correspondência entre o acervo físico e o constante no SIAPRO, como também regularizar fases lançadas equivocadamente.

4 - Gerenciamento de autos em tramitação mediante uso de relatórios emitidos pelo SIAPRO: Recomenda-se sejam gerados mensalmente relatórios de autos sem movimentação, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais da direção de secretaria.

5 - Cartas precatórias: Recomenda-se que por ocasião da expedição de cartas precatórias seja lançada a correspondente fase no SIAPRO (Expedido carta ordem/precatória/rogatória) e por ocasião do seu retorno a fase de Juntada - Carta Ordem/precatória/rogatória - Cumprida/Não cumprida/parcialmente cumprida).

6 – Publicação de decisões: As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 07 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Porém, de agosto de 2013 a julho/2014 foram publicados 313 acórdãos com prazo acima do prazo estipulado pelo CNJ. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 13 dias, praticamente o dobro do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. Recomenda-se que as publicações de acórdãos e demais decisões sejam feitas no prazo de 10 dias.

SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria da 2ª Turma

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Des Federal Cotrim Guimarães, desde 22/10/2013

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Marcelo Poço Reis, desde 02/07/2014

1.4. Quadro de pessoal: 18 auxiliares (11 servidores efetivos, 01 estagiário de nível médio e 07 estagiários de nível superior); 11 em atividade fim; e 11 funções gratificadas (03 CJ1, 01 CJ2, 01 FC2, 03 FC3, 03 FC4).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO

2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014)	2678
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: a Secretaria não realizou autoinspeção em 2013.	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	1527
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	96
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	14
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006)	01
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007)	19
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008)	30
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009)	16
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública)	12
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública)	04

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)

2.2.1. Acórdãos lavrados	5312
2.2.2. Acórdãos publicados	5312
2.2.3. Tempo médio de publicação	8
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias	117
2.2.5. Pendentes de publicação	217
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): pela estatística da informática seria o processo nº 198261825043680, desde 06/08/2013. Referido processo teve publicação do acórdão no dia 15/08/2013. Durante a inspeção constatou-se tratar-se de falha de alimentação do SIAPRO, e o processo estava com tramitação na vice presidência. O elevado número de pendências para publicação deve-se ao fato da última sessão de julgamento ter ocorrido em data próxima à data de corte estatístico usado para preenchimento do questionário enviado à Corregedoria do CJF. Durante a inspeção constatou-se não existir processos pendentes de publicação com prazo além de 10 dias.	

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos	541
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista 199003010061670 desde 19/08/1994. Tal informação foi obtida a partir do relatório estatístico da informática. Todavia, durante a inspeção detectou-se tratar-se de erro de lançamento de fase no SIAPRO, estando referido processo arquivado desde 19/04/1995, já baixado à origem. Com esse esclarecimento, constatou-se que o mais antigo com carga é o processo 00071632120144030000, com carga à Defensoria Publica desde 28/03/2014.	
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total	zero
2.4.2. O mais antigo desde -	zero
2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total	24
2.5.2. O mais antigo autos 201061190018120, desde 27/07/2012. Tal informação foi obtida a partir do relatório estatístico da informática. Todavia, durante a inspeção detectou-se tratar-se de erro de lançamento de fase no SIAPRO, estando referido processo regularizado e com baixa definitiva. Com esse esclarecimento, constatou-se durante a inspeção que os mais antigos são os processos Carta de Ordem 3664442 e Carta Precatória 3664541, ambos de 26/05/2014.	
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Embora não informado no questionário enviado previamente à Corregedoria do CJF, durante a inspeção foi informado pelo Diretor de Secretaria que na data da última conferência (22/08), havia 12 processos aguardando resposta a ofício ou aguardando o cumprimento de diligência.	
2.6.2. Os mais antigos são as apelações criminais nº 0002311-64.2003.403.6102 e 0004496-72.2008.403.6111, nas quais foram expedidos ofícios em 01/08/2014.	
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total	03
2.7.2. O mais antigo desde: 201303000277932, desde 11/06/2014	
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total	13
2.7.3.2. O mais antigo autos 0015739-89.2012.4.03.6105, desde 27/06/2014. Durante as inspeção verificou-se novamente este item e não foram encontrados atrasos para juntada.	
2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total	27
2.8.2. O mais antigos desde: 2010.61.81.013296-0 e 2013.03.00.019051-6 (retirados em carga em 18/10/2013 e devolvido em 12/08/2014; 2011.03.99.040815-9 (última fase em 30/04/2014 - disponibilização de acórdão) e 2012.60.05.000639-4	

(última fase - trânsito em julgado em 08/04/2014). Os demais se encontram sobrestados ou tem atualmente órgão julgador diverso.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria possui três divisões: a) Coordenação e julgamento, b) Processamento e c) Procedimentos Diversos. Os processos, em cada uma das divisões, são colocados em prateleiras/armários. Embora a movimentação processual seja alimentada no sistema de acompanhamento processual do Tribunal (Siapro), os controles são feitos a partir da localização física, conforme identificação de armários/prateleiras. Os servidores são distribuídos conforme setor em que atua (a) Coordenação e julgamento, b) Processamento e c) Procedimentos Diversos). Não existe tratamento específico ou localizadores específicos para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, mas os processos são identificados. Medidas urgentes são cumpridas com prioridade. Não existe fixação de metas de trabalho pelo Desembargador Presidente da Turma ou pelo Diretor de Secretaria. Também não existe planejamento e/ou avaliação periódica de atividades, desempenho, produtividade, embora se procure periodicamente verificar o aspecto qualitativo e quantitativo no desempenho dos servidores visando à identificação de eventuais falhas. Atendimento a advogados sem incidentes relatados. Não se verificou na Secretaria pendências de inspeções anteriores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma, Desembargador Federal Cotrim Guimarães, encontra-se em exercício desde 22/10/2013. O atual Diretor de Secretaria, Marcelo Poço Reis, desde 02/07/2014. A equipe da CGJF foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada resulta na relação de 243,45 (2678/11) processos por servidor, o que tem se mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é adequada, existindo razoável espaço físico e instalações. Os processos, todos físicos, encontram-se armazenados em estantes/prateleiras/armários e organizados de forma lógica. Os servidores atuam nos processos de acordo com o respectivo setor em que atuam, o que em princípio não repercute negativamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria, apesar de exercer tal função há menos de dois meses (antes exercia função de assessor de desembargador), tem aptidão e experiência administrativa e processual. Todavia, seria de bom alvitre tentar implementar ferramentas gerenciais mais eficientes. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para a equipe. Não se observou o uso do Sistema SIAPRO

(em que pese suas limitações) como ferramenta de Gestão para controles pela Secretaria ou para controles estatísticos. Os controles, pelo que se observou, são todos manuais/visuais a partir da localização física dos processos nos armários/prateleiras. Além disso, constatou-se lançamentos de fases no SIAPRO de forma incorreta, fato esse que gera relatórios equivocados. A equipe de servidores/colaboradores é motivada. A Secretaria, por não se utilizar de ferramentas gerenciais, não possui planejamento e avaliação de resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada pelo Diretor de Secretaria por meio de livro ponto físico. Constatou-se, também, que a unidade não realizou autoinspeção no ano de 2013, contribuindo para a não identificação de possíveis problemas, aperfeiçoamento de rotinas e/ou correção de rumo.

Na unidade verificaram-se algumas discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento (SIAPRO) e o constante dos autos físicos, situação esta que facilmente seria evitada se a Unidade passasse a emitir Relatórios do Sistema Siapro como ferramenta auxiliar.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Foram inspecionados 34 processos, todos com tramitação regular.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria não foram localizados feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ.

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

Por evento ou fase processual, a amostragem não indicou processos aguardando revisão, aguardando voto-vista, aguardando declaração de voto, aguardando lavratura de acórdão, aguardando publicação de acórdão, aguardando julgamento de embargos de declaração, e aguardando julgamento de agravo legal/regimental.

Pelos gabinetes que compõem a Turma estão em tramitação 17.145 processos. Segundo informado pela unidade (item 3.22 do questionário enviado previamente à inspeção), “em média o tempo que um processo cível, com intimação pelo diário eletrônico, permanece na unidade é cerca de 25 dias corridos – tempo entre o recebimento, disponibilização e trânsito em julgado. Um processo cível, com intimação por carta ou mandado, permanece na unidade por cerca de 45 dias – tempo entre o recebimento, expedição da carta ou mandado, disponibilização, recebimento da carta ou mandado com certidão positiva e trânsito. Processo criminal

sem necessidade de intimação pessoal permanece na unidade cerca de 8 a 10 dias (dependendo do prazo) – tempo de recebimento do processo, disponibilização e retorno ao relator. Processo criminal em que há determinação de expedição de alguma ordem, permanece na unidade por cerca de 15 dias – tempo entre o recebimento, confecção da ordem, aguardo da assinatura digital pelo relator, disponibilização, transcurso do prazo e retorno ao relator. Ressalte-se que, nos feitos criminais, aqueles em que há réu preso são processados em primeiro lugar. Processos cíveis e criminais que são julgados pela Turma com acórdão disponibilizado, permanecem na unidade por cerca de 55 dias – tempo entre o recebimento dos autos para organização da pauta, expedição das intimações, confecção e juntada das minutas de julgamento, disponibilização do acórdão, trânsito em julgado. Os feitos criminais com réus presos são prioritários. Assinale-se ainda que os prazos acima mencionados não abarcam os feitos em que há entes com a prerrogativa de intimação com vista nos autos e com prazo em dobro para recorrer.”

A amostragem (questionário de inspeção) revelou a existência de 13 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. O mais antigo autos 0015739-89.2012.4.03.6105, desde 27/06/2014. Durante as inspeção verificou-se novamente este item e não foram encontrados atrasos para juntada. O tempo médio para a juntada é de 10 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual. Todavia, detectou-se algumas inconsistências na fase lançada no SIAPRO, que acabaram gerando distorção nas informações prestadas no questionário enviado pela Secretaria à Corregedoria antes do início da inspeção. No que tange à juntada de petições cujos processos encontram-se nos gabinetes, seria de bom alvitre que as secretarias adotassem o mesmo entendimento. Sobre esse aspecto, parece prudente por parte do Desembargador Presidente da Turma e respectivos desembargadores (titulares ou em exercício) uniformizar a rotina de juntadas de petições e processos que estão conclusos nos gabinetes. A título de sugestão, recomenda-se que os desembargadores (titulares ou em exercício) autorizem os servidores da Secretaria a promoverem juntada de petições nos próprios Gabinetes, evitando remessas desnecessárias dos autos à Secretaria.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 541 feitos com carga/vista. O processo há mais tempo com carga informado no questionário foi o 199003010061670, desde 19/08/1994. Tal informação foi obtida a partir do relatório estatístico da informática. Todavia, durante a inspeção detectou-se tratar-se de erro de lançamento de fase no SIAPRO, estando referido processo arquivado desde 19/04/1995, já baixado à origem. Com esse esclarecimento, constatou-se que o mais antigo com carga é o processo 00071632120144030000, com carga à Defensoria Pública desde 28/03/2014, prazo esse acima do razoável e que reclama pronta regularização por parte da Secretaria. A Secretaria atualmente se vale dos

registros no sistema SIAPRO, que gera intimação automática para devolução dos autos. A cobrança de devolução, quando se extrapola o prazo, é feita pela Secretaria. Todavia, o processo citado acima revela falha nos controles da Secretaria, situação essa que reclama aperfeiçoamento das rotinas de cobrança da devolução de autos com excesso de prazo.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 08 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Porém, de agosto de 2013 a julho/2014, foram publicados 117 acórdãos com prazo acima do prazo estipulado pelo CNJ. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 97,8%. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 13 dias, muito superior ao prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A soma de publicações monocráticas e acórdãos no período objeto da inspeção, ou seja, entre agosto/2013 e julho/2014, foi de 12.064 publicações.

Na Secretaria, até julho de 2014, não existiam processos sobrestados.

Foi informado no questionário enviado pela Secretaria 24 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual, em que pese inúmeras falhas de registro de fases no sistema SIAPRO não corrigidos pela Secretaria. O mais antigo, segundo dados da informática, é o processo 201061190018120, desde 27/07/2012. Todavia, durante a inspeção detectou-se tratar-se de erro de lançamento de fase no SIAPRO, estando referido processo regularizado e com baixa definitiva. Com esse esclarecimento, constatou-se que os mais antigos são os processos Carta de Ordem 3664442 e Carta Precatória 3664541, ambos de 26/05/2014.

A amostragem não indicou processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

A Secretaria, entre agosto/2013 e julho/2014, administrou 30 sessões ordinárias e 00 extraordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos Gabinetes que integram a Turma, bem ainda o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho da Secretaria é satisfatório. A equipe é motivada e os colaboradores comprometidos com suas atribuições.

Recomendações Gerais

1 - Juntadas: recomenda-se que as petições e documentos sejam juntados no prazo máximo de 05 dias, ainda que os autos estejam conclusos nos gabinetes. Quanto aos processos em gabinete, roga-se que a juntada seja feita no próprio gabinete, ou seja, sem necessidade de remessa à Secretaria, visando à otimização dos serviços da Secretaria com desburocratização de rotinas. Roga-se aos desembargadores (titulares ou em exercício) que autorizem os servidores lotados nas secretarias a realizar juntadas nos próprios gabinetes.

2 - Cobrança de autos em carga: recomenda-se que mensalmente a Secretaria emita relatório estatístico dos processos em carga e não devolvidos, a fim de viabilizar o controle e cobrança dos autos. O relatório pode ser gerado pela própria Secretaria no sistema SIAPRO, menu Gerador de Relatórios. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta, deverá a Secretaria solicitar à informática a relação de processos.

3 - Autoinspeção/Inventário de processos: recomenda-se que a Secretaria realize obrigatória e anualmente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, com o intuito de apurar a exata correspondência entre o acervo físico e o constante no sistema de controle processual - SIAPRO. O recurso é disponibilizado no sistema SIAPRO no menu Inspeção. Caso a versão do SIAPRO usada pelo TRF3 não ofereça tal ferramenta à Secretaria, esta deverá solicitar à informática a relação de processos. Com tal providência a Secretaria conseguirá não apenas certificar-se da correspondência entre o acervo físico e o constante no SIAPRO, como também regularizar fases lançadas equivocadamente.

4 - Gerenciamento de autos em tramitação mediante o uso de relatório emitidos pelo SIAPRO: Recomenda-se sejam gerados mensalmente relatórios de autos sem movimentação, a fim de auxiliar nas atividades gerenciais da direção de secretaria.

5 - Cartas precatórias: Recomenda-se que por ocasião da expedição de cartas precatórias seja lançada a correspondente fase no SIAPRO (Expedido carta ordem/precatória/rogatória) e por ocasião do seu retorno a fase de Juntada - Carta Ordem/precatória/rogatória - Cumprida/Não cumprida/parcialmente cumprida)

6 – Publicação de decisões: as publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 08 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Porém, de agosto de 2013 a julho/2014 foram publicados 117 acórdãos com prazo acima do prazo estipulado pelo CNJ. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 13 dias, muito superior ao prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. Recomenda-se que as publicações de acórdãos e demais decisões sejam feitas no prazo de 10 dias.

SUBSECRETARIA DA 2ª SEÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 2ª Seção

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargadora Federal Cecília Marcondes, desde 14/2/2014.

1.3. Diretora de Secretaria: Leila Hammerat Gomes, desde março/2010.

1.4. Quadro de pessoal: 9 auxiliares (6 servidores efetivos, 1 sem vínculo, e 2 estagiários); 7 em atividade fim; e 6 funções gratificadas (1 CJ2, 2 CJ1, 2 FC4, 1 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014) -	175
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013 -	0
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012 -	80
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014) -	10
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005) -	5
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006) -	3
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007) -	2
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008) -	0
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009) -	0
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública) -	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública) -	0

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados -	-
2.2.2. Acórdãos publicados -	175
2.2.3. Tempo médio de publicação -	10
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias -	15
2.2.5. Pendentes de publicação -	2
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014) -	2014.03.00.004119-9, desde 03/06/2014

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos -	23
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista - 2011.03.00.009025-2 - Remetido ao MPF em 09/05/2014.	

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total -	0
2.4.2. O mais antigo desde -	Item prejudicado

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total -	03
2.5.2. O mais antigo desde 22/05/2014 (2014.03.00.010903-1)	

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total -	3
2.6.2. O mais antigo desde 21/07/2014	

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total -	0
2.7.2. O mais antigo desde -	Item prejudicado
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total -	3
2.7.3.2. O mais antigo desde -	30/07/2014

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total -	0
2.8.2. O mais antigo desde -	Item prejudicado

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Subsecretaria da 2ª Seção tem organização na disposição dos autos de processo, viabilizando rápida localização, inclusive demonstrada nos trabalhos com a lista de feitos relacionados para a inspeção. O processamento mostrou-se ágil. A Sra. Diretora da Secretaria, indagada sobre o transcurso do prazo referente às cargas de autos de processo, inclusive no tocante ao Ministério Público, destacou que existe um controle de comunicação quando ultrapassa o período de 30 dias. No

que se refere ao Ministério Público Federal, primeiramente, realiza-se contato telefônico solicitando a devolução dos autos. Persistindo a situação, o Presidente da Seção oficia ao Procurador-Chefe para que providencie a entrega dos autos.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Presidente da Seção encontra-se em exercício desde 17 de fevereiro de 2014, e a atual Diretora de Secretaria desde março de 2010. A equipe da CGJF foi recebida pelo Diretor de Secretaria para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 25 processos por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretária é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo lançamento no sistema informatizado de acompanhamento processual (SIAPRO), para fácil localização. Os processos são distribuídos entre os servidores pelo seu algarismo final, facilitando a distribuição de atribuições entre os servidores, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, pois as atividades da Subsecretaria estão sempre em dia. Os servidores estão motivados e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlado na Secretaria, tendo racionalidade, o que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, sem casos de falta de registro no processo físico de fases processuais.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados na Secretaria processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem da Secretaria, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não houve casos de extravio.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199303010662495r, 199403010550399, 200403000184310 e 200603001012988). Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e

preferencial, sendo que a maioria encontra-se em ordem, com julgamento publicado ou retorno dos autos à Secretaria ocorrido há poucos dias.

Não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso ou de processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem localizou 7 feitos de natureza especial, envolvendo ação rescisória, conflito de competência e mandado de segurança originário. (199303010662495r, 199403010550399, 200403000184310, 200603001012988, 200703000407062r, 201303000079605 e 201403000012217). A respectiva tramitação na Secretaria encontra-se regular.

Por evento ou fase processual, a amostragem não indicou nenhum processo aguardando revisão, voto-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão ou publicação de acórdão. Foram identificados 4 processos aguardando julgamento de embargos de declaração (199603010127499, 200003990361133, 200161050024595, 200403000184310) e 1 aguardando julgamento de agravo legal (201303000079605). O tempo de tramitação dos processos, nas fases citadas, encontra-se na média de 10 dias, demonstrando-se adequado.

Pelos gabinetes que compõem a Seção estão em tramitação mensalmente uma média de 92.837 processos, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 7.137 processos. O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual é inferior a um mês. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase de aguardar prazo para manifestação das partes.

A amostragem não revelou a existência de petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. O tempo médio para a juntada é de 1 dia. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 23 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu há dois meses (201103000090252). A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema. A cobrança de prazo ocorre, em regra, logo após o decurso de prazo para devolução, por mensagem automática. Em relação ao Ministério Público Federal, caso não devolvidos os autos após 60 dias, a solicitação é feita por telefone ou, em último caso, por ofício assinado pelo Presidente da Seção. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados 175 acórdãos entre agosto/2013 e julho/2014, dentre os lavrados pelos gabinetes que compõem a Seção (número total não informado). A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 91,43%. Havia 2 acórdãos pendentes de publicação em 31/07/2014. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, o prazo médio para a publicação é de 12 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2013 e julho/2014 houve 361 publicações, o que somado ao número de acórdãos publicados resulta no volume de 536 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria não existem processos sobrestados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. Os prazos ainda não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem indicou não existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 5 dias, o que se revela adequado.

A Secretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 21 sessões ordinárias. Houve cancelamento de 2 sessões no período, em virtude de alteração/suspensão de expediente pela Presidência do Tribunal.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois dos 31 processos inspecionados nenhum se encontrava com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade de 100%.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS:

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, aparentando haver harmonia entre os funcionários. Os autos de processos são localizados de forma organizada e, quando solicitados, são encontrados em tempo satisfatório. A Subsecretaria da 2ª Seção tem organização na disposição dos autos de processo, viabilizando rápida localização, inclusive demonstrada nos trabalhos com a lista de feitos relacionados para a inspeção. O processamento mostrou-se ágil.

A Diretora destacou que existe um procedimento para cobrança de cargas de autos de processo, como consignado no relatório.

Recomendação: o desatendimento à solicitação de devolução de autos (após o transcurso de 30 dias), em poder de advogados, de instituições ou entidades públicas e do Ministério Público, justifica intimação para devolução, sem prejuízo de requerimento de nova carga dos autos. Persistindo a falta de devolução, sem justificativa acolhida pelo Presidente da Seção, fica autorizada a adoção das medidas necessárias à devolução dos autos.

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 3ª Turma do TRF da 3ª Região

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal Luis Carlos Hiroki Muta, Presidente desde 2/5/2013.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando:

1.4. Quadro de pessoal: 21 auxiliares (15 servidores efetivos, 2 estagiários de nível médio e 4 de nível superior); 15 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (1 CJ2, 3 CJ1, 3 FC4, 5 FC3, 2 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	1.872
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	não houve
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	Não informado
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	8
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	23
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	42
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	21
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	14
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	4
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	1

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	N/A
2.2.2. Acórdãos publicados:	7.320
2.2.3. Tempo médio de publicação:	8 dias úteis
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	558
2.2.5. Pendentes de publicação:	139
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): (20130300028640-0)	24/7/2014

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	527
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 20026111001467-2	
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo desde: Não há	
2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total:	45
2.5.2. O mais antigo desde: 5/7/2014 (00018277120134036143)	
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	6
2.6.2. O mais antigo desde: 11/7/2014 (00055847720104036111)	
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	23
2.7.2. O mais antigo desde: 31/7/2014 (00092309120134036143)	
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	2
2.7.3.2. O mais antigo desde: 23/1/2014 (00012869420054036118)	
2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	8
2.8.2. O mais antigo desde: 21/10/2010 (00307921420014036100)	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

De acordo com informações prestadas pelo Diretor, a Unidade encontra-se organizada em Divisões, que são três: Divisão de Processamento, Divisão de Procedimentos Diversos, e Divisão de Coordenação e Julgamento. A Divisão de Processamento é responsável pelo recebimento, triagem, publicação de decisões, despachos, juntada de petições, de todos os feitos, à exceção dos agravos de instrumento. A Divisão de Procedimentos Diversos é responsável pelo

processamento dos agravos de instrumento, tendo as mesmas atribuições da Divisão de Processamento. A Divisão de Coordenação e Julgamento é responsável pela elaboração das pautas de julgamento e realização da sessão de julgamentos, publicação e intimação dos acórdãos, além da expedição de certidões de objeto e pé.

O acervo é organizado de acordo com a competência de cada divisão em prateleiras identificadas de modo a permitir a localização imediata dos feitos para a próxima diligência. Exemplo: data de publicação da decisão ou do acórdão, juntada de petição, pauta de julgamento, remessa a outros órgãos, decurso de prazo.

Cada servidor desenvolve atividades específicas. No entanto, todos são treinados e incentivados a participar de todas as atividades, possibilitando, com isso, a continuidade dos serviços sem prejuízo à Secretaria nos casos de eventuais afastamentos por motivos de férias, licença etc.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma encontra-se em exercício desde 2/5/2013, e o atual Diretor de Secretaria desde 2/5/2013. A equipe da CGJF foi recebida pelo Diretor de Secretaria para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 125 processos por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e prateleiras e organizados considerando-se diversos critérios, tais como: data de publicação da decisão ou do acórdão, juntada de petição, pauta de julgamento, remessa a outros órgãos, decurso de prazo. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. De acordo com a competência de cada divisão, observamos que todos são treinados para atuarem nas diversas fases processuais a fim de permitir as substituições que se façam necessárias em caso de afastamento, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas individuais para os servidores, no entanto todos os servidores são orientados a não deixar feitos parados na Secretaria sem justificativa, ou seja, as tarefas devem ser cumpridas dentro dos prazos legais e regulamentares.

Os servidores estão motivados e participam do resultado final dos trabalhos da unidade. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada na Secretaria, tendo

racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Houve poucos casos de falta de registro no sistema processual, a exemplo dos processos nº 20076100004049-2 e 19970301004402-1.

Foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual. Ainda havia 2 processos (20050300063204-8 e 20060300087290-8) em tal situação, dos quais 2 em situação regular (arquivado e suspenso, respectivamente).

Dentre os processos inspecionados, a situação processual de irregularidade mais comum refere-se a paralisações em determinado período, em decorrência da falta de cobrança da devolução de autos com vista ao Ministério Público, por períodos muito superiores ao legalmente previsto.

Na listagem da Secretaria, constou um processo extraviado (00347318020124030000), sendo providenciada a devida restauração.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados 8 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2005, 23 anteriores a 31/12/2006, 42 anteriores a 31/12/2007, 21 distribuídos em 2008 e 14 distribuídos em 2009, inseridos respectivamente nas METAS 2 de 2009 a 2014 CNJ. Em termos gerais, é possível concluir que são praticados com prioridade os atos de secretaria referentes às metas 2 do CNJ.

Também se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de 4 processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011 e 1 inserido na META 4/2014 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2012. A secretaria vem cumprindo com regularidade os atos que lhe competem em tais processos.

A amostragem não localizou feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial ou ação penal originária.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou 139 aguardando publicação de acórdão. O tempo de tramitação dos processos, na fase citada, encontra-se na média de 8 dias úteis, demonstrando-se adequado.

Pelos gabinetes que compõem a Turma estão em tramitação 1.872 processos, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 542 processos. De acordo com informações fornecidas pelo Diretor, o tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, é de 25 dias. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase de cumprimento de carta de ordem ou precatória e resposta a ofício ou cumprimento de diligência (20 dias).

A amostragem revelou a existência de 2 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 23/1/2014 referente ao processo 00012869420054036118. O tempo médio para a juntada é de 6 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 527 feitos com carga ou vista. Não se constatou atualmente a existência de processos com prazos excedidos nesta fase. No entanto, deve-se constatar que em diversos mandados de segurança, entre eles o processo nº 20116100022269-0, que ficou com vista ao Ministério Público no período de 3/6/2013 a 30/5/2014, sem notícia de cobrança da unidade.

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema processual e planilha. A cobrança de prazo ocorre, em regra, após 30 dias para a Justiça Federal e 60 para a Justiça Estadual. Exauridos esses prazos, é comum a realização de contatos telefônicos para reiterar a cobrança dos autos. Não há notícia de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre março/2013 e julho/2014 7.320 acórdãos, dentre os 7.459 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 92%. Havia 139 acórdãos pendentes de publicação em 31/7/2014. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 2 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2013 e julho/2014 houve 10.973 publicações, o que somado ao número de acórdãos publicados resulta no volume de 18.293 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria existem 8 processos sobrestados, sendo que 1 aguarda julgamento de recurso extraordinário e os demais o julgamento de conflitos de competência.

Segundo informações do Diretor, existem 51 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. Os prazos ainda não estavam vencidos e a Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem indicou não existirem atualmente processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

Não se observou demora excessiva para conclusão após decurso de prazo para cumprimento de ato processual.

A Secretaria administra a realização de 27 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 24 sessões ordinárias e 3 extraordinárias. Houve cancelamento de 1 sessão no período, por falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois dos 48 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade de 100%, significativa para a análise da gestão da unidade. No entanto, houve a constatação de atraso em fases anteriores nos processos examinados.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: Em geral, o acervo está bem organizado e guardado, os atos de competência da secretaria são praticados em tempo razoável, não se constatando irregularidades de maior significação. O serviço é adequadamente distribuído entre as divisões que compõem a unidade e pode-se registrar como uma boa prática o treinamento de todos os servidores, independentemente das divisões em que são lotados para a execução das diversas tarefas a cargo da unidade, possibilitando assim as substituições necessárias nos períodos de férias e outros afastamentos dos servidores. O Diretor da Subsecretaria demonstra conhecimento das tarefas de competência de sua unidade e espírito de liderança sobre os demais servidores. A equipe observou a necessidade de intensificar a cobrança de autos em poder de outras instituições, tendo em vista que, embora na atualidade não haja atrasos quanto a esse aspecto, registrou-se no passado demora excessiva de feitos principalmente em poder do Ministério Público. Não se registrou nenhuma queixa dos gabinetes que são servidos pela turma em relação à produtividade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos na Subsecretaria.

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: UTU 4 – 3070.

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal André Nabarrete, eleito em 25.4.2013 e empossado em 2.5.2013.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Adriana Mara de Oliveira, desde o mês de maio/2013.

1.4. Quadro de pessoal:

1.4.1.1. Auxiliares: 16 servidores efetivos e 6 estagiários, sendo nenhum deles sem vínculo, requisitado nem terceirizado.

1.4.1.2. Todos os 16 servidores atuam na atividade fim e as funções gratificadas estão assim distribuídas:

- 1.4.1.2.1.1. CJ3: zero;
- 1.4.1.2.1.2. CJ2: uma;
- 1.4.1.2.1.3. CJ1: três;
- 1.4.1.2.1.4. FC5: zero;
- 1.4.1.2.1.5. FC4: três;
- 1.4.1.2.1.6. FC3: seis;
- 1.4.1.2.1.7. FC2: três; e
- 1.4.1.2.1.8. FC1: zero.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	3401
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: não houve autoinspeção no ano de 2013.	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012: são 9 (sete) processos: 616169819984039999; 58763820054030000; 481539820074030000; 287752520084030000; 627284419944039999; 837312119954039999; 206283019964036104.	
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	184
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	28
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	5
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	56
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	49
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	40
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011 > ações de improbidade	

administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	6
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012 > ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	ZERO

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014):	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	7.075
2.2.2. Acórdãos publicados:	6.932
2.2.3. Tempo médio de publicação:	11 (onze) dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	2.806
2.2.5. Pendentes de publicação:	143
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): trata-se de dado não constante do questionário e para o qual não houve tempo hábil ao seu levantamento, seja pela equipe de inspeção, pela unidade inspecionada ou pelo setor de Estatística do TRF 3.	

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	401
Processo há mais tempo com carga ou vista: Processo 00013390-94.2012.403.6100, aguarda juntada da petição desde 20.5.2014, data em que protocolo 2014/105185 de 8/5/2014 (protocolo integrado), foi recebido na Subsecretaria. Autos foram solicitados ao gabinete da relatora semanalmente, desde então.	

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	4 (quatro)
2.4.2. O mais antigo (2013.03.00030692-0)	desde 6/2/2014

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014):	
2.5.1. Total	79
2.5.2. O mais antigo (1998.03.01020692-0)	desde 10/4/2006

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	4 (quatro)
2.6.2. O mais antigo (2013.03.00030692-0)	desde 6/2/2014

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	37
2.7.2. O mais antigo (2012.03.00019615-0)	desde 14/4/2014
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	160
2.7.3.2. O mais antigo Processo 00013390-94.2012.403.6100, aguarda juntada da petição desde 20/5/2014, data em que protocolo 2014/105185 de 8/5/2014 (protocolo integrado), foi recebido na Subsecretaria. Autos foram solicitados ao gabinete da relatora semanalmente, desde então.	

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	72
2.8.2. O mais antigo (6254720114036105), desde 12/9/2013 (quando houve a juntada de embargos de declaração): feito aguarda o cumprimento de carta de ordem expedida em 28/8/2013.	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Além das fases processuais, que são todas registradas no SIAPRO, e usado o recurso de “localização física” disponível no SIAPRO, cada processo é localizado em siglas ou nomes que identificam sua localização, devidamente sinalizadas nas estantes. Periodicamente, em média a cada 2 meses, é consultado o relatório de localização física para verificar qualquer inconsistência nos registros ou tramitação, bem como a rotina Relatórios Gerenciais – Consulta processos no órgão.

Existe especialização por fase processual e as tarefas são atribuídas conforme o seu grau de complexidade e a capacidade de cada servidor.

Não existe tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta CNJ, pois todos os feitos são rápida e automaticamente movimentados. O que se prioriza são os prazos.

O controle de prazo para processamento de fases é feito por cada uma das Divisões: Procedimentos Diversos, Processamento e Julgamentos.

Existe, sim a fixação de metas tanto individuais como gerais para toda a equipe. No ponto, a Diretora de Secretaria informou que a meta é o cumprimento dos prazos, estando as tarefas já distribuídas e com a expectativa de que o servidor consiga lhes dar seguimento em tempo razoável. Há, ainda, situações específicas, como a da Divisão de Coordenação e Julgamento, em que a fixação dos prazos é determinada pelo próprio calendário de julgamentos e pela meta que regula a publicação de acórdãos.

As obrigações da Unidade já são conhecidas, de forma que o planejamento se resume a distribuir as atividades e a acompanhar o seu cumprimento. Tal rotina somente se altera em caso de ocorrência externa significativa.

A divisão das tarefas se dá no âmbito de cada divisão, sendo as mais complexas e de maior responsabilidade conferidas aos funcionários ocupantes de FC 4 de cada divisão. Os funcionários são incentivados a conhecer todas as tarefas de cada divisão para poderem suprir eventuais afastamentos, desligamentos e férias.

Mediante relatórios gerenciais disponíveis pelo SIAPRO e até pela visualização das estantes sinalizadas, é possível detectar anomalias na observância dos prazos. É acompanhado diariamente o número de petições pendentes de juntada, por exemplo. O número de processos aguardando trânsito também é monitorado por meio da localização física no sistema.

A gestão de pessoal e de recursos materiais se dá de forma satisfatória e atende aos padrões desejados.

Não há incidentes relatados no atendimento a advogados. O atendimento ao balcão, que se dá das 9 às 19 horas (informações em geral, consulta e carga de autos, recebimento de pedidos de certidões e cópias), é feito por todos os funcionários, em regime de escala, com apoio de um estagiário nos horários em que isso é possível, supervisionados pelos respectivos diretores de divisão e também pela diretora da subsecretaria. No caso de eventual aumento da demanda, os demais funcionários da divisão escalada para aquele dia também prestam auxílio.

Foram identificados três processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, dos quais um em situação regular, e dois em situação irregular. Em situação irregular, se encontram os seguintes feitos:

199403010627281 - Foi baixado à origem em 12/12/2011 - 1ª Vara Federal de Jaú. No entanto não foi, de fato, localizado fisicamente. Recomenda-se a localização imediata dos autos e sua regularização.

199503010837310 – O extrato do andamento processual dá conta de que ele estaria na subsecretaria, porém a relatoria é do Desembargador Ramza Tartuce, membro da 5ª turma. Do extrato consta também recebimento na Vara de origem em 18/09/1998. Recomenda-se a localização imediata dos autos para averiguação da regularidade da baixa.

A situação processual de irregularidade, em ambos os feitos, se refere à não localização dos respectivos autos.

No ponto, é importante observar que a inspeção anterior ocorreu no ano de 2012, quando a atual diretoria não havia assumido a unidade inspecionada. Dessa forma, as pendências ora registradas já pré-existiam.

A título de boas práticas da Unidade, destacam-se os seguintes aspectos informados pela Diretora e constatados pessoalmente pela equipe:

- O bom atendimento aos advogados e às partes;
- A unidade sempre está aberta a reformular algum procedimento, no sentido de tornar mais eficiente o conjunto de tarefa;
- Expedição de certidões pela internet, o que facilitou muito o atendimento aos requerentes. Praticamente todos os pedidos de urgência na expedição são atendidos, independentemente de justificativas formais ou de petição ao Relator, o que reduz o número de atendimentos e tem a aprovação do jurisdicionado; e
- Contínua proposição de formas facilitadoras como, por exemplo, ir um funcionário juntar petições diretamente no recinto do gabinete, evitando o transporte de autos volumosos – o que é feito mesmo a despeito da carência da unidade por mais servidores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma encontra-se em exercício desde 25/4/2013, e o atual Diretor de Secretaria desde o mês de maio/2013. A equipe da CGJF foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 212,56 processos por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários, porém com enorme sacrifício de cada servidor, pois todos trabalham com substancial carga de serviço, o que recomenda a alocação, para aquela Unidade, de um maior número de servidores comissionados.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, especialmente no tocante à organização geral do ambiente.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes abertas, devidamente sinalizadas; e organizados pelo critério de ordem de tramitação. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual. No ponto, releva consignar que os servidores estão divididos em equipes e previamente orientados sobre as rotinas de trabalho a serem adotadas em cada uma das fases de tramitação dos feitos – o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Não se verificou deficiência específica em qualquer aspecto pontual.

A Diretora de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe, sim, fixação de metas tanto individuais como gerais para toda a equipe. No ponto, a Diretora de Secretaria informou que a meta é o cumprimento dos prazos, estando as tarefas já distribuídas e com a expectativa de que o servidor consiga lhes dar seguimento em tempo razoável. Há, ainda, situações específicas, como a da Divisão de Coordenação e Julgamento, em que a fixação dos prazos é determinada pelo próprio calendário de julgamentos e pela meta que regula a publicação de acórdãos. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada na Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 3 (três) processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, dos quais 1 (um) em situação regular, e 2 (dois) em situação irregular. Em situação irregular encontram-se os seguintes feitos:

199403010627281 - Foi baixado à origem em 12/12/2011 - 1ª Vara Federal de Jaú. No entanto não foi, de fato, localizado fisicamente. Recomenda-se a localização imediata dos autos e sua regularização.

199503010837310 – O extrato do andamento processual dá conta de que ele estaria na subsecretaria, porém a relatoria é do Desembargador Ramza Tartuce, membro da 5ª turma. Do extrato consta também recebimento na Vara de origem em 18/09/1998. Recomenda-se a localização imediata dos autos para averiguação da regularidade da baixa.

A situação processual de irregularidade, em ambos os feitos, se refere à não localização dos respectivos autos.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados na Secretaria processos em razão de representação por excesso de prazo, não havendo pendências nesse sentido. Na listagem da Secretaria, constaram 4 (quatro) processos extraviados: 201003000255339; 200661000157391;

199403010627281; e 199503010837310; e, no acervo geral, houve, ainda, 2 (dois) casos de extravio sem a devida restauração: 743395619914036100 (já em vias de restauração); e 63514620044036105 (aguarda autorização do respectivo Gabinete para iniciar a restauração).

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria, não foi possível localizar feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Motivo: trata-se de dado não constante do questionário e não fornecido a tempo pelo setor de Estatística do TRF3.

Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, (dados extras nº 5) são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria se encontra na fase processual de Meta 2 = Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso; e se identificou a existência de 6 (seis) processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011 (não foi possível mencionar o número de cada um desses processos, pois se trata de dado não constante do questionário e para o qual não houve tempo hábil ao seu levantamento, seja pela equipe de inspeção, pela unidade inspecionada ou pelo setor de Estatística do TRF 3).

Nesse tópico, não há, todavia, nenhuma situação mais grave que exija urgente priorização ou saneamento. De forma geral, não predomina demora ou atraso processual em nenhuma fase específica. Não há autos com réus presos.

A amostragem não localizou feitos de natureza especial, tampouco envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial ou ação penal originária. A amostragem localizou, todavia, 4 (quatro) processos extraviados: 201003000255339; 200661000157391; 199403010627281; e 199503010837310. A respectiva tramitação na Secretaria apresenta irregularidades em dois casos, destacando a situação dos processos 199403010627281 e 199503010837310, nos quais não consta, no andamento externo, a informação de extravio, mas apenas de baixa dos autos à origem – cabendo anotar, entretanto, que tal correção não cabe à Quarta Turma (unidade inspecionada), mas sim às próprias Subseções Judiciárias às quais os correspondentes autos foram baixados.

O tempo de tramitação dos processos, nas fases citadas, encontra-se na média de 1 (um) dia útil, demonstrando-se adequado.

Pelos gabinetes que compõem a Turma, estão em tramitação de 1.500 (mil e quinhentos) a 3.200 (três mil e duzentos) processos. Não foi possível identificar qual a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria, pois se trata de dado não constante do questionário e para o qual não houve tempo hábil ao seu levantamento, seja pela equipe de inspeção, pela unidade inspecionada ou pelo setor de Estatística do TRF 3. O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, é de cinco dias até 2 dois meses. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase de aguardar os feitos retornarem tanto em razão do cumprimento das cartas precatórias e de ordem, como da intimação pessoal dos entes públicos.

A amostragem revelou a existência de 160 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de se refere ao processo 159877920084036100 (não foi possível identificar desde quando perdura essa pendência, pois se trata de dado não constante do questionário e para o qual não houve tempo hábil ao seu levantamento, seja pela equipe de inspeção, pela unidade inspecionada ou pelo setor de Estatística do TRF 3). O tempo médio para a juntada é de 17 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no relatório gerencial de petições e, via SIAPRO, são identificadas as pendências e solicitados os autos aos respectivos gabinetes.

No tocante às saídas de processos, verificou-se a existência de 401 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu em 26.6.2013, referente ao processo 179071620114036100, com remessa para a PRF, situação que foi resolvida após inúmeras tentativas (no momento, referido processo aguarda o cumprimento de mandado de intimação). Houve, portanto, justificativa para o tempo decorrido. A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema processual. A cobrança de prazo ocorre, em regra, após cinco dias do decurso de prazo para devolução. Não foi identificado nenhum processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 (dez) dias úteis, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre março/2013 e julho/2014 6.932 (seis mil, novecentos e trinta e dois) acórdãos. Todavia, não foi possível informar quantos acórdãos, naquele período, foram lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma – pois se trata de dado não constante do questionário e para o qual não houve tempo hábil ao seu levantamento, seja pela equipe de inspeção, pela unidade inspecionada ou pelo setor de Estatística do TRF 3. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 60% (sessenta por cento). Havia 143 (cento e quarenta e três) acórdãos pendentes

de publicação na data específica em que inspecionada a Secretaria. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, o prazo médio para a publicação é de 13 (treze) dias, discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre março/2013 e julho/2014, houve 5.356 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 12.288 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria, existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 4 feitos, os quais se encontram devidamente organizados e armazenados, não exigindo portanto quaisquer providências de adequação.

Foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. Os prazos já estavam vencidos, mas por motivos alheios à unidade inspecionada. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual. Entretanto, não foi possível à unidade inspecionada apurar todos os dados em razão do prazo exíguo para resposta. A amostragem indicou existirem 72 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria. O mais antigo encontra-se paralisado para cumprimento de carta de ordem expedida em 28/8/2013 (6254720114036105). O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 2 (dois) dias úteis, o que se revela adequado.

A Secretaria administra a realização de 4 (quatro) sessões por mês, tendo havido, entre março/2013 e julho/2014, 69 (sessenta e nove) sessões ordinárias e 2 (duas) extraordinárias. Houve o cancelamento de 2 (duas) sessões no período, em virtude de falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente, graças ao elevado grau de comprometimento dos servidores, os quais trabalhariam ainda mais estimulados se houvesse um maior número de servidores com funções comissionadas que pudessem acelerar a rotina de trabalho. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois dos 65 processos inspecionados, apenas 13 se encontravam com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade de cerca de 80% (oitenta por cento), significativa para a análise da gestão da unidade.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada, as quais são dispostas em conjunto com as respectivas recomendações:

1 Localização imediata dos autos para que seja procedida baixa a origem. Processos nº 199403010627281, 199503010837310, 200961090099222 e 200961090099222.

2 Recomenda-se diligenciar junta à União para localização imediata dos autos, posto que se encontra com carga desde 21/05/2005. Processo nº 200503000058769

3 Recomenda-se a localização imediata dos autos para a atualização do andamento. Processo nº 201003000255339

4 Recomenda-se o encaminhamento dos seguintes processos ao gabinete do(a) Relator(a) para regular prosseguimento do feito como inclusão em pauta, análise de petição, lavratura de acórdão etc. cujas condutas estão descritas detalhadamente na ficha de inspeção: 200303990082403, 200461080067123, 201103000252860, 201161190109025, 201261000020749, 200761000191251, 200903000423260, 200961000162442, 200961000201253 199961080006343, 200661000157391, 199660000004425, 200061000202734, 201261000188363, 201261190035381, 201261190101997, 201361000002090.

5 Processo com acórdão transitado em julgado devidamente certificado em 18/01/2013. Recomenda-se a imediata baixa a origem e arquivamento. Processo nº 200961090099222.

6 Recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Relator para regular prosseguimento tendo em vista que de 29/05/2013 a 05/06/2014 os autos estiveram em poder do MPF. Processo nº 201261000188363.

7 Autos recebidos do MPF em 05/06/2014 e conclusos ao Relator na mesma data. Processo em ordem. Recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Relator para regular prosseguimento tendo em vista que de 29/05/2013 a 05/06/2014 os autos estiveram em poder do MPF 201261000188363.

8 Recomenda-se (I) a retificação da autuação para que dela conste Agravo Regimental em Apelação em Medida Cautelar; e, após, (II) encaminhe os autos conclusos à Relatora. Processo nº 199603010542740.

9 Recomenda-se (I) a intimação pessoal da União do despacho de fl. 457; e (II) imediata conclusão dos autos à Relatora para julgamento do feito em mesa. Processo nº 199603010542752.

10 Os autos foram inspecionados apenas pelo extrato processual. Processo constando como baixa definitiva. No entanto, figura na lista para inspeção do Gabinete da Desembargadora Mônica Nobre. O recebimento no gabinete da desembargadora data de 04/04/2014. Recomenda-se a imediata regularização do andamento processual. Processo nº 199903000479207.

11 Recomenda-se a remessa dos autos à Vice-Presidência para que, lá, se faça o juízo de admissibilidade dos aludidos recursos Especial e Extraordinário. Processo nº 200261040084617, 200461050162555.

12 Recomenda-se proceder à intimação pessoal do referido acórdão. Processo nº 200261240000065.

13 Recomenda-se a retificação do número do processo apenso ao qual se refere a aludida certidão (fl. 212). 200303000314649.

14 Recomenda-se diligenciar junto à União para localização imediata dos autos. Autos inspecionados pelo extrato processual. Processo com carga à Fazenda Nacional desde 21/03/2005. 200503000058769.

15 Recomenda-se a intimação do MPF e do IBAMA do teor do referido acórdão em 15 dias. 200803000286342.

16 Recomenda-se a localização imediata dos autos para a atualização do andamento. Processo inspecionado pelo extrato processual. Houve redistribuição ao Relator Des. André Nabarrete em 05/06/2012, porém, sem movimentação de saída da subsecretaria e de entrada no referido Gabinete. Processo nº 201003000255339.

17 Recomenda-se o cancelamento da distribuição, conforme determinado pela Relatora do feito. Processo nº 201103000365046.

18 Recomenda-se a intimação pessoal do MPF e da Fazenda Nacional. Processo nº 201161000109562.

19 Recomenda-se a intimação da Fazenda Nacional no prazo de 10 dias. Processo nº 201403000040470.

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 6ª Turma

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal Johansom Di Dalvo, desde maio de 2013.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Marcelo Ribeiro Gonçalves Teotônio, desde 04/05/2010.

1.4. Quadro de pessoal: 15 servidores efetivos e 6 estagiários, em atividade fim; e 14 funções gratificadas (3 CJ1, 1 CJ2, 3 FC4, 5 FC3 e 2 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	3.028
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	0
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	97
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	95
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	12
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	7
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	17
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	57
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	1 (proc. Nº 200761190001491)

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	0
2.2.2. Acórdãos publicados:	6.891
2.2.3. Tempo médio de publicação:	8 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias :	60
2.2.5. Pendentes de publicação:	389
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	1980.61.82.2318260 (desde 08/08/2013)

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	443
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	2009.61.00.014068-9

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo desde (prejudicado)	
2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total:	82
2.5.2. O mais antigo desde 27/03/2009	
2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	0
2.6.2. O mais antigo desde (prejudicado)	
2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	16
2.7.2. O mais antigo desde	(não informado)
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	2
2.7.3.2. O mais antigo desde	(não informado)
2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total	8
2.8.2. O mais antigo desde (não informado)	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Subsecretaria da 6ª Turma tem organização na disposição dos autos de processo, viabilizando rápida localização, inclusive demonstrada na verificação da lista de feitos relacionados para a inspeção. O Sr. Diretor da Secretaria, indagado sobre o transcurso do prazo referente às cargas de autos de processo, inclusive no tocante ao Ministério Público, destacou que existe um controle de comunicação quando ultrapassa o período de 30 dias. O processamento mostrou-se ágil, em que pese o quantitativo de processos que tramita na Subsecretaria.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma encontra-se em exercício desde maio de 2013, e o atual Diretor de Secretaria desde 04/05/2010. A equipe da CGJF não foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 201,8 processos

por servidor, o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretária é adequada existindo espaço físico e instalações suficientes, embora não ideais. Os processos físicos encontram-se armazenados, preferencialmente em prateleiras, podendo, excepcionalmente serem alocados nas mesas dos servidores, ou “credenças”, quando verificado o caráter transitório de sua permanência na unidade processante. Em regra, os processos são organizados por cadastro de “localizadores”, o que permite rápida identificação dos autos. Segundo informado pelo Diretor da Secretaria, o setor também se utiliza de planilha com numeração dos feitos que estejam aguardando cumprimento de cartas de ordem/precatória, retorno de A.R. (aviso de recebimento) ou diligências diversas.

Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual e natureza da causa, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, individuais nem gerais para a equipe. A justificativa para a dispensa de metas reside no fato de que a produtividade é observada diariamente, cabendo a cada divisão concluir as tarefas até o final do expediente, evitando qualquer pendência para o dia seguinte. Os servidores estão, aparentemente, motivados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada pela Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Não foram inspecionados na Secretaria processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem da Secretaria, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não houve casos de extravio sem a devida restauração.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados 7 feitos com distribuição no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199903990747638; 199903990820834; 200003990089834; 200061000032830; 200103990348030; 200103990435261; 200203990105010). Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na

unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se aguardando conclusão ao relator.

Não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso. Porém, há um processo da META 4/2014 CNJ, que trata de Ação Civil Pública de improbidade Administrativa, distribuída em 06/02/2012 (200761190001491). De forma geral, não predomina demora na tramitação dos feitos na Secretaria.

A amostragem localizou um feito de natureza especial, envolvendo ação civil pública, processo já mencionado no tópico anterior. A respectiva tramitação na Secretaria encontra-se regular.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou um processo aguardando julgamento de embargos de declaração (201261140079571), e dois processos aguardando julgamento de agravo regimental (201261000083619; 201261000168224). O tempo de tramitação dos processos, nas fases citadas, encontra-se na média de 15 dias, demonstrando-se adequado. Exemplificando: o recurso de embargos de declaração, no processo acima destacado, foi protocolado em 26/06/2014, com conclusão ao relator em 10/07/14. Enquanto que o agravo regimental, protocolado no processo nº 201261000083619, foi juntado aos autos em 06/08/2014, com conclusão em 25/08/2014.

Pelos gabinetes que compõem a Turma, estão em tramitação uma média mensal de 26.622 processos, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 2.359 processos. O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual é de 30 dias. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase em que se aguarda manifestação das partes, após as intimações.

A amostragem revelou a existência de duas petições ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação. O tempo médio para a juntada é de 15 dias. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 443 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu em 25/03/2014 (2009.61.00.014068-9), havendo justificativa para o tempo decorrido. A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema processual. A conferência de extrapolação de prazo para eventual cobrança de autos ocorre mensalmente. Segundo informado, as remessas são feitas mediante carga eletrônica. Desta forma, mensalmente, a Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica envia à Subsecretaria a listagem de autos que se encontram em remessa externa e, após conferência dos casos em que há superação dos prazos processuais, faz-se a respectiva cobrança, via e-mail. Em relação à carga de autos

com advogados, faz-se a conferência das guias cujos autos ainda não foram devolvidos e, constatado o excesso de prazo, há o contato telefônico. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre agosto/2013 e julho/2014, 6.891 acórdãos lavrados pelos Gabinetes que compõem a Turma. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 99,13%. Havia 389 acórdãos pendentes de publicação na data específica em que inspecionada a Secretaria. Quanto às decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, o prazo médio para a publicação é de 2 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre agosto/2013 e julho/2014, houve 30.636 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 37.527 publicações, no período objeto da inspeção.

Na Secretaria, não existem processos sobrestados.

Foram informados 82 processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória e 16 processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação. Os prazos ainda não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem não indicou existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 10 dias, o que se revela adequado.

A Secretaria administra a realização de 1,8 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 22 sessões ordinárias. Houve cancelamento de 2 sessões no período, sendo uma por ausência justificada de desembargador e outra em virtude de realização da Copa do Mundo.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é bastante satisfatório. O volume de pendências na Secretaria é consideravelmente baixo, pois dos 40 processos inspecionados nenhum se encontrava com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade muito positiva para a análise da gestão da unidade.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

O ambiente é adequado ao trabalho, aparentando haver harmonia entre os funcionários. Os autos de processos são localizados de forma organizada, devendo ser considerado o quantitativo de feitos em tramitação, e, quando solicitados, são encontrados em tempo satisfatório.

O Diretor destacou que existe um procedimento para cobrança de cargas de autos de processo, como consignado no relatório.

Recomendação: o desatendimento à solicitação de devolução de autos (após o transcurso de 30 dias), em poder de advogados, de instituições ou entidades públicas e do Ministério Público, justifica intimação para devolução, sem prejuízo de requerimento de nova carga dos autos. Persistindo a falta de devolução, sem justificativa acolhida pelo Presidente da Turma, fica autorizada a adoção das medidas necessárias à devolução dos autos.

SUBSECRETARIA DA 3ª SEÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria da 3ª Seção do TRF da 3ª Região

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargadora Federal Cecília Marcondes, desde 17/02/2014.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Alexandre do Nascimento da Silva, desde 17/02/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 10 auxiliares (07 servidores efetivos, 0 sem vínculo, 0 requisitados, 0 terceirizados e 03 estagiários); 10 em atividade fim; e 07 funções gratificadas (0 CJ3, 01 CJ01, 01 CJ2, 0 FC5, 01 FC4, 04 FC3, 0 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014)	-
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013	-
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012	-
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	26
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006)	07
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007)	09
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008)	16
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009)	06
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública) Não aplicável	
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública) Não aplicável	
2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados	743
2.2.2. Acórdãos publicados	743
2.2.3. Tempo médio de publicação	09 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias	120
2.2.5. Pendentes de publicação	20
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014): 1993.03.01.042484-5, julgado em 14/8/13. Já foi publicado e o feito e encontra-se na Vice-Presidência.	
2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos	319

2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 2013.03.00.018939-3, remetido em 14/05/13 ao INSS, já devolvido.

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)

2.4.1. Total 0

2.4.2. O mais antigo desde

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total: 24, segundo dados da estatística. Conforme informado pela Subsecretaria, 15

2.5.2. O mais antigo desde 10/1/2013, quando da expedição da carta precatória no processo nº 0030289-42.2010.4.03.0000.

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)

2.6.1. Total 0

2.6.2. O mais antigo desde

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total 01

2.7.2. O mais antigo desde 30/07/2014, processo nº 2014.03.00015833-9.

2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)

2.7.3.1. Total 30

2.7.3.2. O mais antigo desde 27/07/2012, processo nº 0015437-28.2001.4.03.0000

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total 07

2.8.2. O mais antigo desde 06/04/2000, processo nº 200003000166593.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Os servidores trabalham pelo dígito final da numeração do processo e cada qual assume a responsabilidade pela tramitação do feito no cartório (controle de prazo, intimações, publicações etc.).

Os processos são organizados em prateleiras como de acordo com a fase: data da pautados, aguardar o decurso do prazo, cumprimento de carta precatória, de ordem etc. Quando são movimentados para realização dos atos necessários, é lançada a localização física no sistema processual.

Atualmente, em razão de elevado volume de conflitos de competência foi destacado um servidor para trabalhar especificamente em toda a tramitação deste

incidente, para os quais a intimação da União é feita em lotes de processos, e, conforme acertado, não são enviados à Procuradoria.

O controle de prazos é feito por meio do SIAPRO e pelo próprio controle de cada servidor por meio de tabelas internas, supervisionados pela chefia. Havendo excesso de prazo no cumprimento de carta de ordem, precatória, na devolução dos autos pela União e INSS, a Secretaria diligencia diretamente ao órgão por meio de contato telefônico ou email, e havendo necessidade, apresentam informação sobre o ocorrido ao relator.

Quanto aos feitos incluídos em metas do CNJ, especialmente a meta 4, são diligenciados para cumprimento no prazo médio de 9 dias.

Atendimento aos advogados, sem incidentes relatados.

Inexistência de pendências de inspeções anteriores.

Boas práticas: Sem registros.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Seção assim como o atual Diretor de Secretaria encontram-se em exercício desde 17/02/2014. A equipe da CGJF foi recebida pela Presidente da Seção para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 237 processos por servidor, o que se tem mostrado, excepcionalmente, insuficiente para a regularidade dos serviços cartorários, nas circunstâncias atuais, a partir da distribuição, desde março de 2014, de aproximadamente 3 mil incidentes de conflitos de competência.

A organização da Secretaria é adequada.

Os processos físicos encontram-se armazenados em prateleiras e organizados pelo critério de identificação do algarismo final da numeração atribuída a cada feito. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva natureza da causa/critério objetivo definido acima, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Verificou-se deficiência específica no ponto relativo ao excessivo volume de conflitos de competência em tramitação, em razão do que foi deslocado um servidor, a fim de realizar o processamento dos incidentes.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para toda a equipe, sendo que cada servidor deve apresentar o seu trabalho o mais rápido possível. Os servidores estão motivados e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O controle da produtividade é verificado uma

vez por mês, a partir da busca de autos paralisados sem motivação específica; caso se constate o acúmulo de trabalho por parte de um servidor, é remanejado o apoio de outros servidores ou dos próprios diretores a fim de sanar eventual gargalo. O cumprimento da jornada de trabalho é controlado na Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Verificou-se, contudo, que em um caso não foram trasladadas cópia da decisão para os autos principais (200003000208484).

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem da Secretaria, constou a existência de 1 (um) processo extraviado (201203000289498), com restauração de autos iniciada.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria foram localizados 14 feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (199503010629142, 199703010555805, 200003000108209r, 200003000143453r, 200003000208484, 200103000078684, 200103000275192r, 200103000275209, 200203000329650r, 200303000049619, 200403000035947, 200403000513328r, 200603000299339, 200161020093025). Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de arquivados ou em ordem.

A amostragem localizou 34 feitos de natureza especial, envolvendo conflito de competência, ação rescisória, mandado de segurança originário, restauração de autos, embargos infringentes e ação cautelar e impugnação ao valor da causa, todos inspecionados na Subsecretaria. A respectiva tramitação na Subsecretaria encontra-se regular, ressaltando a situação dos processos dos incidentes de conflitos de competência.

Pelos gabinetes que compõem a Seção, conforme informação prestada pelo Diretor Alexandre em 27/08/2014, estão em tramitação 3038 processos em data de 31/07/2014, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 1903 processos. O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, é de 7 dias. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, ante as atuais circunstâncias, na fase de certificação de decurso de prazo e trânsito, com uma média de 30 dias.

A amostragem revelou a existência de uma petição ainda pendente de juntada, desde 27/07/2012, referente ao processo 0015437-28.2001.4.03.0000, justificada

pela Secretaria, por tratar-se de petição de RESP, em situação em que ainda não esgotados os prazos dos recursos ordinários. O tempo médio para a juntada é de 7 dias. A fase processual específica é objeto de controle feito por cada servidor em relação aos processos pelos quais são responsáveis, mediante registro no sistema processual, SIAPRO. A divisão de julgamento, por sua vez, elabora uma planilha em *word* para votos-vista, declaração de voto, lavratura de acórdão e adiados.

No tocante a saídas de processos, não se verificou a existência de feitos com carga ou vista dentro da amostragem de processos inspecionados. A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, feito por meio de registro no sistema processual SIAPRO. A cobrança de autos ocorre, em regra, após o decurso de prazo e, quando extrapolados os 60 dias, para os casos de remessa/carga ao INSS/MPF, o órgão é contatado por telefone e, se necessário, comunica-se ao Presidente da Seção para o encaminhamento de ofício.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre agosto/2013 e julho/2014 743 acórdãos, dentre os 743 lavrados pelos gabinetes que compõem a Seção. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 100%.

Não havia acórdãos pendentes de publicação em 26/08/2014, data específica em que inspecionada a Secretaria. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, o prazo médio para a publicação é de 7 dias, não discrepando em muito do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos, que é de 9 dias. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2013 e julho/2014 houve 2.593 publicações, o que somado ao número de acórdãos publicados resulta no volume de 3.336 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria não existem processos sobrestados.

Não foram avistados, atualmente, processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. Os prazos ainda não estavam vencidos. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem indicou não existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

Consoante informação da Direção, o tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é, em regra, de 5 dias. Contudo, em face da situação excepcional criada com o volume de conflitos de competência distribuídos à 3ª Seção, essa média tem oscilado, podendo-se chegar, a um prazo que gira em torno de 15 dias, o que se revela razoável, considerada a situação

peculiar mencionada. Há o processo 200103000275209 que está pendente de conclusão ao relator há 61 dias.

A Secretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo havido, entre março/2013 e julho/2014, 21 sessões ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 2 sessões no período, em 09/01/2014 por falta de quórum e em 12/06/2014, em razão do feriado decretado, abertura da Copa.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Seção, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois dos 34 processos inspecionados apenas dois exigiam imediato andamento, o que indica uma taxa de regularidade de 94,117%.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A maioria dos processos da amostra, notadamente os de meta 2, estavam sem movimentação há aproximadamente um ano e receberam impulso próximo à realização da inspeção.

Recomendação: afixação de etiquetas identificadoras de processos incluídos nas metas do CNJ, dando-lhes tratamento prioritário a par daqueles que se enquadrem entre as prioridades legais.

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. **Órgão:** Secretaria da 7ª Turma.

1.2. **Presidente:** Desembargador Federal Fausto De Sanctis, desde 07/02/2014.

1.3. **Diretora:** Suely Leiko Mirura, na função desde 18/03/2014.

1.4. **Quadro de pessoal:** 24 auxiliares (16 servidores efetivos e 8 estagiários de nível médio).

1.5. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 3 CJ1, 1 CJ2, 2 FC2, 5 FC3, 3 FC4.

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (31/07/2014):	7.576
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:não informado	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	9.240
2.1.4. Processos de Metas CNJ (30/04/2014)	237
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	8
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	16
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	138
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	74
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados: não informado (atribuição dos gabinetes)	
2.2.2. Acórdãos publicados:	9.476
2.2.3. Tempo médio de publicação:	6 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	82
2.2.5. Pendentes de publicação (31.07.2014)	248
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação: Segundo esclarecimentos da Subsecretaria, o processo mais antigo pendente de publicação – 198903010117039, desde 19/08/2013 – informado pela Estatística, encontra-se incorreto. Este processo teve o acórdão disponibilizado em 28/08/2013. Não obstante esta informação, não foi informada a existência de outro processo mais	

antigo, pendente de publicação. Na data desta inspeção, não se verificaram acórdãos pendentes de publicação, dentre aqueles constatados até a data de 31/07/2014.

2.3. Processos com carga ou vista (31/07/2014)

2.3.1. Total de processos:	422
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: (201361110006375)	desde 29/05/2014

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (31/07/2014)

2.4.1. Total:	2
2.4.2. O mais antigo (199903990696126)	desde 29/06/2012

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (fevereiro/2014)

2.5.1. Total:	15
2.5.2. O mais antigo (201103000092650, desde 18/7/2012, porém já julgado ao tempo desta inspeção, com trânsito em julgado em 5/8/2014.	

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (30/04/2014)

2.6.1. Total:	9
2.6.2. O mais antigo (201403000132065)	desde 3/6/2014

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (31/07/2014)

2.7.1. Total:	1
2.7.2. O mais antigo: (201361830086956),	desde 24/07/2014
-	
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (31/07//2014)	
2.7.3.1. Total:	25
2.7.3.2. O mais antigo: (00067618120124036119)	não sendo informada a data pela unidade inspecionada.

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total:	2
2.8.2. O mais antigo (00073231720074036103), constatando-se, ao tempo desta inspeção, a realização de conclusão ao Relator em 4/8/2014.	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria é organizada em três setores internos: Processamento, Procedimentos Diversos e Coordenação e Julgamento.

O acervo de processos físicos fica localizado em estantes, sendo os processos identificados com placas indicando a respectiva fase procedimental em que se encontram.

A organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos é realizada por meio do recebimento dos autos em ordem cronológica. Após, são organizados considerada a data de publicação, de acordo com a ordem numérica e separados conforme o procedimento a ser adotado, por exemplo, processos aguardando juntada de petição, aguardando julgamento, etc.

O planejamento das atividades da Unidade é realizado mediante procedimento relacionado com o recebimento, publicação e baixa, de forma semanal e julgamentos quinzenais. As petições são juntadas observada a ordem cronológica de seu protocolo.

Para a distribuição interna das atividades, considera-se a divisão da Unidade em setores ou Divisões (Processamento, Procedimentos Diversos e Coordenação e Julgamento), sendo que as tarefas diárias são realizadas de acordo com as prioridades estabelecidas a critério do Diretor da respectiva Divisão. Não há o estabelecimento de metas individuais de produtividade, muito embora haja controle individual de produtividade conforme a quantidade de processos recebidos semanalmente.

Há avaliação periódica de produtividade conforme o volume de trabalho. Os gestores têm a incumbência de verificar se os procedimentos adotados em cada divisão estão sendo suficientes para o cumprimento das metas de produtividade estabelecidas para a Unidade, tais como: as decisões devem ser processadas no prazo médio de 40 dias; os processos encaminhados para julgamento devem ser processados no prazo médio de 65 dias.

Não há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META do CNJ, porquanto todos os processos seguem a ordem cronológica de chegada à Subsecretaria, ressalvados os procedimentos próprios de cada recurso.

Relativamente ao atendimento de partes e advogados, a consulta dos autos é feita no balcão de atendimento, sempre acompanhado pelo servidor ou estagiário. No caso dos processos consultados pelo INSS, estes são retirados pelos

procuradores ou estagiários autorizados e levados à sala da Procuradoria, disponível no andar.

As publicações de decisões e acórdãos, normalmente são feitas no prazo máximo de até dez dias. Quanto aos acórdãos, excetuam-se os casos em que ocorre declaração de voto e relator designado. Quanto às decisões, excetuam-se os casos que demandem providências anteriores à publicação, como, por exemplo, expedição de ofícios.

A título de práticas que possam ser distinguidas como indispensáveis à eficiência, efetividade e presteza na realização das atividades, destacou a Direção da unidade a boa gestão dos Diretores de cada Divisão e o bom relacionamento com os gabinetes como motivo para que as atividades da Subsecretaria fluam de uma forma eficiente e célere.

Para o controle de petições pendentes de juntada, adota-se o sistema informatizado do Tribunal para verificação da quantidade de petições movimentadas. Este número é adotado diariamente pelo diretor da Divisão de Processamento visando à coleta de dados gerais para adequar à gestão do respectivo setor. Após o recebimento das petições, é feita uma triagem, separando-se aquelas que se encontram na subsecretaria para juntada, respeitando-se a ordem cronológica. Em relação àquelas cujos autos estão conclusos, procede-se à requisição destes aos gabinetes para juntada das petições. Relativamente às petições cujos processos se encontram com carga, são arquivadas em pasta própria aguardando a devolução dos autos para posterior juntada.

Relativamente às cartas de ordem, o controle do prazo para seu cumprimento, bem como sua cobrança, são feitos por meio de acompanhamento manual pela Divisão de Procedimentos Diversos, que consulta, com frequência, o andamento das cartas de ordem expedidas. Constatando que há prazo excessivo sem movimentação, a cobrança é feita por telefone. Depois disso, é feita informação ao Relator, que determina as providências a serem adotadas.

O cumprimento da META 10 de 2010 – CNJ está sendo implementado por meio de convênios firmados pelo Tribunal com os Tribunais de Justiça de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, bem como com a Justiça Federal de Primeiro Grau.

Não se verificaram processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização pela Unidade.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Turma, Des. Federal, Fausto De Sanctis, encontra-se em exercício desde 17/02/2014, e a atual Diretora de Secretaria, Suely Leiko Miura, desde 18/03/2014. A força de trabalho alocada em atividade fim foi informada quanto a ser composta de 16 servidores efetivos, além de oito estagiários de nível médio.

A organização da Secretaria estava adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, mesmo considerado o volume feitos em tramitação, cerca de 7.570, todos de natureza física. Os processos encontravam-se organizados em estantes identificadas por localizadores de ostensiva visibilidade (placas) com indicação das respectivas fases procedimentais.

Os servidores são distribuídos entre as três divisões em que a unidade se estrutura: Divisão de Processamento, Procedimentos Diversos e Coordenação e Julgamento, cujas tarefas diárias são realizadas em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo respectivo Diretor da Divisão.

O Diretor de Secretaria, embora há pouco tempo no cargo, tem experiência administrativa e processual, trazida da Primeira Instância, onde, por mais de uma década, trabalhou com o atual Desembargador Presidente da Turma. Não são fixadas metas individuais, mas metas globais relacionadas ao desempenho da unidade em sua integralidade, o que parece funcionar bem considerando o bom resultado apresentado pela unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não havia processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, nem foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Todos estavam fisicamente disponíveis.

Foram inspecionados 34 processos da listagem originária, mediante exame dos autos físicos em diferentes fases e classes processuais.

A amostragem incluiu feitos cíveis, em sede de recurso nas mais diversas fases processuais, abrangendo apelações, reexames necessários e agravos de instrumento.

No acervo em tramitação na Secretaria predominam os feitos recursais distribuídos a partir de 2010, sendo: 2010 (569), 2011 (516), 2012 (739) e 2014 (2.759). Verificou-se no acervo processual em tramitação 248 processos META 2/CNJ, sendo: 8, META 2/2009; 1 META 2/2010; 16 META 2/2012; 138 META 2/2013 e 74 META 2/2014.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 9.476 acórdãos, dos quais 82 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outros 248 estavam pendentes, mas ainda dentro do prazo de publicação. Como se observa, em apenas 0,86% dos acórdãos houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ. No tocante a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente, a Secretaria informou que foram publicadas 9.286 decisões, das quais 2.045 fora do prazo de 10 dias (META 4/2010 CNJ), enquanto outras 1.179 estavam pendentes de publicação. Como se observa, em apenas 22% das decisões houve excesso de prazo na publicação, considerando o que foi estipulado pelo CNJ.

A unidade informou, com dados de 31/07/2014, que havia: 422 feitos com carga ou vista, sendo 14 há mais de 30 dias, sendo o mais antigo (201361110006375) desde 29/05/2014, este já devolvido e regularmente processado; 2 sobrestados há mais de 60 dias, em razão de decisão do STF/STJ, sendo mais antigo (19990399069126), desde 29/06/2012; 15 aguardando cumprimento de carta de ordem ou precatória, sendo o mais antigo (201103000092650), desde 18/07/2012, mas que já se encontra regularizado com julgamento e arquivamento; 09 aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, sendo o mais antigo (201403000132065) desde 03/06/2014; 1 aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (201361830086956), desde 24/07/2014; 25 com pendência de juntada de petição, ofício ou documento, sendo o mais antigo (00067618120124036119), com data não informada; e, finalmente, dos 2 processos paralisados há mais de 90 dias (00073231720074036103, desde 26/02/2014 e 00305322520114039999, desde 09/04/2014). Porém já movimentados, sendo realizada conclusão ao Relator em datas de 04/08/2014 e 12/08/2014, respectivamente.

O tempo médio de tramitação dos feitos varia de acordo com a natureza da decisão. Processos com decisão são processados no prazo médio de 40 dias, excetuando-se os casos de providências que demandem um prazo mais longo, como por exemplo, as intimações pessoais, expedição de cartas de ordem e tutelas antecipadas. Processos encaminhados para julgamento têm o prazo máximo de 65

dias, excetuando-se casos de intimação pessoal como Defensoria Pública e Ministério Público. A publicação das decisões dá-se dentro do prazo de 10 dias, salvo exceções justificadas pela realização de atos de intimação pessoal.

Verificou-se a existência de 2 processos sobrestados: 199903990696126 – matéria PREV/BENEFÍCIO/FEPASA, aguarda julgamento de conflito de competência pelo Órgão Especial do Tribunal; 200903990161019 – matéria PREV/BENEFÍCIO/FEPASA, aguarda julgamento de conflito de competência pelo Superior Tribunal de Justiça.

A Secretaria administra a realização de 2 sessões por mês, tendo ocorrido no período inspecionado 21 sessões ordinárias. Houve o cancelamento de 03 sessões no período de agosto/2013 e julho/2014. Sessões de 05/08/2013, 23/09/2013 e 10/03/2014, em razão de afastamento justificado de componentes da Turma.

Considerado o volume de processos em tramitação e o número de servidores em atividade, o que representa uma média de 473,5 processos por servidor efetivo, verificou-se que o desempenho foi muito bom. O volume de pendências na Secretaria foi ínfimo, pois, dentre os 34 processos inspecionados, apenas 5 encontravam-se em situação ainda a ser regularizada, sem, entretanto, qualquer irregularidade que merecesse censura mais relevante, indicando taxa de regularidade de 99%. Significativa para a análise da gestão da unidade, com um acervo atual em tramitação de 7.576 processos físicos.

Como se observa, o TRF3 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Subsecretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos, em quase sua totalidade, os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

Ao questionamento sobre de que forma o Tribunal pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras, a unidade inspecionada respondeu sugerindo: Uniformização de procedimentos entre as Turmas, aprimoramento das rotinas de relatórios gerenciais e aumento do quadro de servidores e do espaço físico.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS/RECOMENDAÇÕES

A inspeção da Subsecretaria da 7ª Turma revelou tratar-se de unidade que se caracteriza pelo dinamismo em sua rotina de trabalho, estando plenamente atualizada com os procedimentos sob sua atribuição, notadamente se se considerar o elevado número de processos atualmente em tramitação, todos de natureza física.

Inspecionados todos os processos listados a título de amostragem sobre o acervo da unidade processante em referência, dentre outros, a Corregedoria Geral sugere o encaminhamento das seguintes providências, a título de recomendações/determinações:

1) Determinações/Recomendações específicas:

- Recomenda-se verificar com a equipe responsável pela unidade do Gab Des. Salette Nascimento a respeito do processo 20003000533711r.

- Determina-se a conclusão dos autos ao Des. relator, após a publicação da decisão no processo 20000399019437-0.

- Determina-se a conclusão dos autos ao relator para o exame dos Edcl no processo 20030399002798-2.

- Determina-se a conclusão dos autos ao relator para exame e julgamento do processo 20080300026877-7.

- Determina-se a conclusão dos autos ao relator para exame e julgamento do feito 20070300086820-0.

2) Recomendações gerais:

- Promover a cobrança de processos cuja carga tenha ultrapassado o prazo legal/recursal; dar prosseguimento aos processos paralisados há mais de 90 dias.

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: Subsecretaria da Oitava Turma

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Des. Fed. Therezinha Cazerta, desde 17/2/12.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Pedro Bonassi Neto, desde 1º/03/12.

1.4. Quadro de pessoal: 24 auxiliares (16 servidores efetivos, nenhum sem vínculo, nenhum requisitado, nenhum terceirizado e 8 estagiários); 16 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (1 CJ2, 3 CJ1, 3 FC4, 5 FC3 e 2 FC2).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	14.334
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013:	0
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	94
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014)	
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	31
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	6
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	42
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	60
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	64
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	12.346
2.2.2. Acórdãos publicados:	11.977
2.2.3. Tempo médio de publicação:	9 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	933
2.2.5. Pendentes de publicação:	369
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	2002.03.99.002260-8
2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	2.687
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	2013.03.99.033548-7
2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo desde:	0

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total:	16
2.5.2. O mais antigo desde: 15/5/2003	(2003.03.99.000385-0)

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)

2.6.1. Total:	dados não fornecidos pelo setor competente
2.6.2. O mais antigo desde:	dados não fornecidos pelo setor competente

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total:	5
2.7.2. O mais antigo desde:	5/5/14 (2013.61.14.007138-2)
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)	
2.7.3.1. Total:	1.081
2.7.3.2. O mais antigo desde:	7/5/14 (0007900-97.2014.4.03.9999)

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total:	1
2.8.2. O mais antigo desde:	29/4/14 (2011.03.99.020872-9)

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe não apurou a metodologia de trabalho e as boas práticas do Gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde 17/2/12, e o atual Diretor de Secretaria desde 1º/3/12. A equipe da CGJF não sentiu necessidade de ser recebida pela Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria, sendo que a JF havia se reunido com a Des. Fed. Therezinha Cazerta anteriormente. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de 895,875 processos por servidor, o que se tem mostrado insuficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretaria é inadequada, não existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, especialmente no tocante ao local de armazenamento dos processos. Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e no chão; e organizados pelo critério de fase processual e, segundo o diretor, pelo tipo de providência a ser tomada nos autos. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo. Verificou-se deficiência específica

no ponto relativo à ausência de espaço físico adequado ao volume de processos, que pode ser melhorado com a ampliação das instalações destinadas à unidade.

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais para toda a equipe. A individual é realizada conforme a demanda diária e a geral objetiva não permitir que os feitos permaneçam sem movimentação há mais de 60 dias. Os servidores estão motivados e não participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada na Secretaria por livro de frequência, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias relevantes entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem da Secretaria, não constaram processos extraviados; e no acervo geral não houve casos de extravio sem a devida restauração.

Na amostragem dos processos em tramitação na Secretaria não foram localizados feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/06, inseridos nas METAS 2/2009 e 2/2010 CNJ. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, não são triados e não recebem tratamento próprio e preferencial.

Também não se verificou a existência, na amostragem do acervo em tramitação na Secretaria, de feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que tratam de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública, com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem localizou um feito de natureza especial, qual seja, ação civil pública (2001.03.99.050098-8). A respectiva tramitação na Secretaria encontra-se regular.

Por evento ou fase processual, a amostragem indicou um processo aguardando julgamento de embargos de declaração (2000.03.99.050098-8), e um aguardando julgamento de agravo legal/regimental (1999.03.99.012387-4). O tempo de tramitação dos processos, nas fases citadas, encontra-se na média de 30 dias, demonstrando-se razoável. Na unidade, o tempo médio de tramitação dos feitos é de 75 dias, segundo informação do Diretor.

Pelos gabinetes que compõem a Turma estão em tramitação 44.353 processos, e a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria é de 7.952 processos. O tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, é de 75 dias. O maior tempo de tramitação na Secretaria ocorre, em regra, na fase de publicação das decisões monocráticas.

A amostragem revelou a inexistência de petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos em tramitação.

Segundo o Diretor, o tempo médio para a juntada é de 16 dias. A fase processual específica é objeto de controle realizado semanalmente por meio do Relatório Gerencial “Petições Pendentes por Órgão”. Tal relatório lista as petições pendentes de juntada referentes aos processos em trâmite na 8ª Turma, por data de protocolo e de efetiva entrega. Com o relatório em mãos, é solicitada, via e-mail, ao setor competente, a remessa dos autos dos processos, para que seja providenciada a juntada das petições pendentes. Já as petições pendentes de juntada, dos feitos localizados fisicamente na subsecretaria, são repassadas para as três divisões da unidade, de acordo com a fase em que o processo se encontre.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a inexistência de feitos com carga ou vista na amostragem. A Subsecretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito da seguinte forma: semanalmente, efetua a consulta do Relatório Gerencial “Consulta processos no órgão”, com o intuito de verificar a existência de processos com prazo excessivo de vista/carga. Sendo necessário, a unidade, por determinação da Presidente da Oitava Turma, expede ofício ao MPF, cobrando a devolução dos autos dos processos que se enquadrem na situação retro descrita. Com relação às cargas aos advogados, a partir de 06/08/12, foi determinado o encerramento dos livros de carga de autos existentes nas subsecretarias, tornando obrigatória a carga eletrônica no SIAPRO, conforme a Resolução 456, de 31/07/12, do Conselho de Administração. Determinou-se, ainda, que o sistema de carga eletrônica contemplasse o controle dos processos com prazo de carga expirado, incluindo comunicação automática desta situação aos e-mails fornecidos pelos advogados, com lançamento de fase no SIAPRO. Se, no caso concreto, a comunicação eletrônica restar infrutífera, a Subsecretaria adota o antigo procedimento de reclamar a devolução de autos de processos com prazo excessivo de carga, por telefone. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre agosto/2013 e julho/2014 11.977 acórdãos, dentre os 12.346 lavrados pelos gabinetes que compõem a Turma. Havia 369 acórdãos pendentes de publicação em 31/7/14. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo

médio para a publicação é de 45 dias, discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que entre agosto/2013 e julho/2014 houve 25.106 publicações, o que somado ao número de acórdãos publicados resulta no volume de 37.083 publicações no período objeto da inspeção.

Na Secretaria não existem processos sobrestados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem indicou não existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 7 dias, o que se revela adequado.

A Secretaria administra a realização de 1,75 sessões por mês, tendo havido, entre agosto/2013 e julho/2014, 21 sessões ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de 3 sessões no período, em virtude de falta de quórum.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável, mas exigindo-se urgente melhoramento no tocante ao espaço físico destinado à unidade. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois dos 29 processos inspecionados apenas um se encontrava com atraso na tramitação, o que indica uma taxa de regularidade de 96,55%, significativa para a análise da gestão da unidade.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

A Subsecretaria da Oitava Turma tem enfrentado um volume consideravelmente alto de processos em tramitação, principalmente em virtude da produção elevada dos Gabinetes da Desembargadora Federal Tânia Marangoni e do Desembargador Federal David Dantas.

Não obstante a boa organização dos serviços da unidade, o empenho dos servidores e a informação segundo o qual o tempo médio de publicação dos

acórdãos seria de nove dias, verificamos, nos processos inspecionados, um pequeno atraso de um dia, mas que impede que se afirme cumprimento da Meta CNJ 4/2010, segundo a qual os acórdãos devem ser publicados no prazo de 10 (dez) dias, contados da sessão de julgamento.

Na grande maioria dos processos inspecionados os acórdãos foram publicados no prazo de 11 (onze) dias contados da sessão de julgamento.

Essa inobservância da meta pode, ainda, não ser atribuída especificamente aos serviços da Subsecretaria, mas decorrer da conduta dos gabinetes. Recomenda-se, de qualquer modo, a adoção de atos de gestão pela Presidente da Turma, no sentido de coordenar os trabalhos com a finalidade de proporcionar maior agilidade no tocante ao envio dos documentos necessários à publicação dos acórdãos, para fins de cumprimento da Meta CNJ 4/2010.

No ponto, registre-se que o fato de os processos serem físicos contribui para um atraso maior relativamente ao que poderia ser verificado no processo eletrônico.

SUBSECRETARIA DA 9ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 9ª Turma

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargadora Federal Marisa Santos, desde maio de 2013.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: Ana Paula Brito Hori Simões, desde maio de 2013.

1.4. Quadro de pessoal: 22 auxiliares (14 servidores efetivos e 03 vagas, 01 servidor sem vínculo e 07 estagiários); 15 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (03 CJ1, 01 CJ2, 302 FC2, 05 FC3, 02 FC4).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014)	6.844
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013 não informado	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	5.748
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	47
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	03
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	03
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	05
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	16
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	20
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014):	11.366
2.2.1. Acórdãos lavrados	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	11.366
2.2.3. Tempo médio de publicação:	08 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias: 12 (A Secretaria informa que, na realidade, são 10 publicações)	
2.2.5. Pendentes de publicação:	311
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	1999.61.00.003221-6,

desde 12/08/2013 (A Secretaria informa não concordar com estes dados, tendo solicitado retificação à AGES/Estatística.

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014):

2.3.1. Total de processos: 1.627

2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 2012.61.30.004032-8 - remessa ao MPF em 21/05/2014.

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)

2.4.1. Total: 0

2.4.2. O mais antigo desde:

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total: 5

2.5.2. O mais antigo desde: 2011.03.99.046257-9 - C.O. expedida em 14/05/2014.

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014): não informado

2.6.1. Total

2.6.2. O mais antigo desde

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total: 0

2.7.2. O mais antigo desde

2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)

2.7.3.1. Total: 04 (3 petições processo 0003606-38.2013.4.03.6183 em carga advogado e 01 petição processo 0002594-63.2013.4.03.6126 com vista ao MPF).

2.7.3.2. O mais antigo: Processo 0003606-38.2013.4.03.6183, desde 29/07/2014.

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total: 03

2.8.2. O mais antigo: Processo 2001.03.99.005675-4, desde 10/04/2014: sobrestado (verificado o andamento processual em 04/08/2014. Fase informada por lembrete no sistema SIAPRO): 2010.03.00.033778-2, desde 18/10/2013: apensado aos autos 2007.61.04.002266-0, em 18/10/2013; 2012.61.06.002317-2 - exceção de suspeição (última fase em 07/08/2014: certidão de consulta de andamento processual).

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria está organizada em três divisões: Divisão de Processamento, Divisão de Procedimentos Diversos e Divisão de Julgamento, todas sob a coordenação da Diretora da Subsecretaria.

O acervo de processos físicos fica localizado em 25 armários dispostos na Subsecretaria, na maior parte das vezes, em ordem numérica, após a disponibilização. Antes da disponibilização, ficam em armários, com a localização física “AG DISP – aguarda disponibilização”, ou em armários aguardando movimentação.

O acervo é controlado pela localização física constante do sistema (SIAPRO). Os processos, com exceção dos da sessão de julgamento, são recebidos pela Divisão de Processamento, momento em que é feita a primeira triagem quanto à autuação e eventuais despachos para cumprimento. Os processos com determinação de antecipação de tutela são recebidos e alocados em armários específicos. Finda a verificação, os autos seguem, com localização física “AG DISP”, para a Divisão de Procedimentos Diversos, que providenciará a publicação com todas as suas implicações. Todos os armários são etiquetados com as datas das respectivas publicações.

A unidade utiliza os seguintes critérios internos para a organização do acervo: petições pendentes de juntada, petições que estão nos gabinetes, relatório de movimentação processual, movimento estatístico, acervo de ativos por gabinete (CNJ), número de monocráticas por relator (CNJ), relatório da Meta 4 (CNJ) e planilhas próprias feitas no excel, com datas de publicação, de trânsito em julgado e datas da remessa para baixa à origem.

O planejamento das atividades da unidade é realizado da seguinte forma: os processos com decisão terminativa são recebidos às 2ª feiras e os feitos para julgamento em sessão são recebidos pela divisão de julgamento às 3ª feiras, conforme combinado com os gabinetes. A Diretora da Subsecretaria se reúne com os diretores das divisões para planejar o serviço que será executado durante a semana, verificando quantos processos serão publicados, transitados etc. Os feitos urgentes são recebidos diariamente.

A distribuição de trabalho na unidade leva em consideração as 3 divisões existentes na Turma, sob a supervisão direta dos diretores das divisões e, todos, sob a coordenação da Diretora de Subsecretaria. O atendimento ao público em geral é realizado pelos servidores da unidade, sob a coordenação dos diretores, em escala de rodízio. Há estipulação de metas específicas por servidor e a aferição da

produtividade é fiscalizada diretamente pelos diretores das divisões, que distribuem o serviço entre os servidores, sob a coordenação da Diretora da Subsecretaria.

Relativamente ao atendimento de partes e advogados, a consulta é feita no balcão da Subsecretaria por um servidor e 3 estagiários em auxílio, todos em escala de rodízio. Sob a supervisão dos diretores, as cargas de processo são realizadas apenas pelos servidores, que verificam a possibilidade da carga (se é caso de prazo comum, se o advogado ou estagiário tem poderes para retirar os autos etc.). Quanto à consulta dos processos com segredo/sigilo de justiça, estes são submetidos aos diretores das divisões.

Há controle e avaliação periódica de produtividade pelos diretores das divisões, com a supervisão da Diretora da Subsecretaria, que informa os dados estatísticos mensais de produtividade do setor e o cumprimento ou não das metas estabelecidas, sobretudo em comparação às demais Turmas do Tribunal.

Há tratamento específico para feitos com preferência legal ou META do CNJ. Quando há pedido de preferência, é feita a anotação no sistema processual e são devidamente tarjados os autos respectivos.

No que se refere à escala de férias, o procedimento adotado pela unidade é o seguinte: apenas um servidor de cada divisão pode gozar férias no mesmo período e, havendo interesse de mais um servidor no mesmo período, é feito um rodízio, sendo que a cada ano um é contemplado. O mesmo procedimento aplica-se aos diretores, ressaltando que nenhuma divisão fica desfalcada por muito tempo.

O tempo médio de tramitação dos processos na unidade é de 45 dias, no caso de decisões monocráticas, e de 60 dias, tratando-se de acórdãos.

As publicações de acórdãos normalmente são feitas em oito dias, contados da realização da sessão de julgamento, enquanto as publicações das decisões monocráticas, conforme informado, são feitas, em média, em 15 dias, contados do recebimento dos processos na subsecretaria.

A título de práticas que possam ser distinguidas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade, a Diretora da Subsecretaria destacou a integração e a ajuda mútua entre as divisões da Unidade, além do comprometimento de todos os servidores com o trabalho a ser realizado.

Para o controle das petições pendentes, são extraídos, quinzenalmente, relatórios de Petições Pendentes de Juntada do sistema do Tribunal, bem como é feito um controle manual da pasta de cada Relator, pela Diretora da Divisão de Procedimentos Diversos, elaborando-se, semanalmente, blocos para cada Relator, com o número dos processos nos quais está pendente petição para ser juntada.

Relativamente às Cartas de Ordem, vencido o prazo, é verificado o seu andamento processual pela internet, em relação à Vara Deprecada e, caso não haja a devolução da Carta de Ordem, é enviado um e-mail à Vara respectiva solicitando resposta e a devolução. Nos casos não resolvidos, é certificado o decurso de prazo para a resposta e enviado o processo à conclusão para o Relator.

De um modo geral, os controles estatísticos da Unidade são feitos pela Diretora da Subsecretaria, por meio de relatórios disponibilizados pelas Seção de Estatísticas – REIG e Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES: Estatística de Movimentação Processual, Movimento Estatístico, Acervo Total de Ativos por Gabinete e respectiva localização (CNJ), Número de Decisões Monocráticas por Relator (CNJ), Relatório Estatístico da Meta 4 do CNJ. São feitos quinzenalmente, pelo sistema SIAPRO, os relatórios de Petições Pendentes de juntada, de processos retirados pelos advogados e de processos enviados a órgãos externos.

Não se verificaram processos com determinações da inspeção anterior pendentes de cumprimento ou regularização pela Unidade, tendo sido esclarecido que todos os processos daquela inspeção já foram julgados.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde maio de 2013, assim como a Diretora da Subsecretaria. A equipe da CGJF foi recebida pela Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim é composta de 15 (quinze) servidores efetivos, o que resulta em uma média de 456,26 processos por servidor em atividade fim.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, mesmo considerando o volume de feitos em tramitação, cerca de 6.844, todos de natureza física. Os processos físicos encontram-se armazenados em armários e são organizados em estantes etiquetadas com indicação das respectivas fases procedimentais e datas de publicação. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual.

Os servidores são distribuídos entre as três divisões em que a Unidade é organizada: Divisão de Processamento, Divisão de Procedimentos Diversos e Divisão de Julgamento, cujas atribuições foram definidas em norma de estrutura elaborada pela Diretora da Subsecretaria em conjunto com os Diretores das Divisões.

As divisões da Subsecretaria, conforme esclarecido, são estruturadas de forma a dar apoio umas às outras, ou seja, quando uma divisão está mais sobrecarregada, recebe o apoio em mutirão das outras.

A Diretora da Subsecretaria, embora há pouco tempo no cargo, tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas - não numéricas, mas específicas -, tanto individuais como gerais para toda a equipe, sendo a aferição da produtividade feita diretamente pelos diretores das divisões, que distribuem o serviço entre os servidores, sob a coordenação da Diretora da Subsecretaria. Os servidores estão motivados e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados, o que parece influenciar no bom resultado apresentado.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, tendo sido esclarecido que todos os processos da inspeção anterior já foram julgados. Também não foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes, à exceção dos que não mais tramitam na Unidade.

Na listagem da Secretaria, constaram três processos extraviados (2010.61.19.000879-4; 2011.03.99.041548-6 e 2011.03.99.010957-0) e três processos restaurados (2014.03.00.019213-0; 2014.03.00.020340-0 e 2014.03.00.020341-2).

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados para a inspeção, embora nem todos estivessem fisicamente disponíveis.

Foram inspecionados 10 processos da listagem originária, mediante exame dos autos físicos, estando os feitos em diferentes fases e classes processuais. Quanto aos demais processos listados, 13 não foram inspecionados porquanto baixados definitivamente às varas de origem e um não o foi por estar com carga - o que foi verificado pelos respectivos extratos de movimentação processual -, bem como um deles se encontrava na Vice-Presidência e não foi apresentado - conforme consta da guia de remessa fornecida. Todos os processos listados, entretanto, encontram-se em situação regular.

A amostragem incluiu feitos cíveis, em sede de recurso, abrangendo apelações e reexames necessários; uma exceção de suspeição; e uma cautelar inominada.

No acervo em tramitação na Secretaria predominam os feitos recursais distribuídos a partir de 2010, sendo: 2010 (314); 2011 (502); 2012 (780); 2013 (1.550); e 2014 (3.065). Verificou-se, ainda, no dito acervo, 47 processos incluídos na META 2 do CNJ, sendo 03 na META 2/2009; 03 na META 2/2010; 05 na META 2/2012; 16 na META 2/2013; e 20 na META 2/2014.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 11.366 acórdãos, em um tempo médio de oito dias, sendo 10 em prazo superior aos 10 dias estipulados pela META 4 do CNJ, enquanto outros 311 estavam pendentes de publicação. Quanto às decisões, foi dito que foram publicadas 30.617, em um prazo médio de 15 dias, estando pendentes de publicação 135.

No tocante às saídas de processos, verificou-se a existência, em 31.07.2014, de 1.627 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga trata-se de uma remessa ao MPF que ocorreu em 21.05.2014 (Processo 2012.61.30.004032-8), não tendo sido justificado o tempo decorrido. Foi informado, ainda, que não há feitos sobrestados, bem como que 5 processos aguardam cumprimento de carta de ordem ou precatória, sendo o mais antigo desde 14.05.2014 (2011.03.99.046257-9). Não há processos aguardando o cumprimento de mandado de citação ou intimação e há 4 processos com pendência de juntada de petições, ofícios ou documentos, o mais antigo desde 29.07.2014 (0003606-38.2013.4.03.6183).

O tempo médio de tramitação dos processos na unidade é de 45 dias, nos casos de decisão monocrática, e de 60 dias, em casos de acórdão, pois, segundo o que restou esclarecido, neste caso, o prazo para interposição de recurso especial/extraordinário é contado em dobro para a autarquia previdenciária (30 dias, após a certidão de juntada/arquivamento do mandado de intimação). O tempo médio leva em consideração a quantidade de processos recebidos na Subsecretaria.

No período inspecionado, foram realizadas 26 sessões, sendo que a Secretaria administrou a realização de duas sessões por mês, ou seja, todas as sessões designadas foram realizadas e não houve nenhuma sessão extraordinária.

Há processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, a saber: 2001.03.99.005675-4, desde 10/04/2014: sobrestado (verificado o andamento processual em 04/08/2014. Fase informada por meio de lembrete no sistema SIAPRO); 2010.03.00.033778-2, desde 18/10/2013: apensado aos autos 2007.61.04.002266-0 em 18/10/2013; e 2012.61.06.002317-2 - exceção de suspeição (última fase em 07/08/2014: certidão de consulta de andamento processual).

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho foi muito bom. O volume de pendências na Secretaria é baixo, pois, de

todos os processos inspecionados, nenhum encontrava-se com atraso na tramitação.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Como se observa, o TRF3 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos, em quase sua totalidade, os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

A inspeção da 9ª Turma revelou tratar-se a mesma de unidade que se caracteriza pelo dinamismo em sua rotina de trabalho, estando plenamente atualizada com os procedimentos sob sua atribuição, notadamente se considerarmos o elevado número de processos atualmente em tramitação, todos de natureza física, bem como a existência de vagas de servidores a serem preenchidas.

Houve um aumento do número de processos em tramitação na unidade, em comparação com a inspeção anterior, pois, no período de julho de 2013 a julho de 2014, a Secretaria recebeu 30.617 decisões monocráticas, além de 11.366 acórdãos. O número de decisões monocráticas foi maior que o apurado antes da inspeção realizada em 2012. O item 3.9 da autoinspeção revela que a 9ª Turma foi a que mais recebeu processos no referido período, pelo que o preenchimento das três vagas de servidor em aberto se mostra premente, a fim de que se agilize a redução do acervo.

Inspecionados todos os processos ainda em tramitação na unidade e listados a título de amostragem sobre o acervo da unidade processante em referência, sugere-se à Corregedoria o encaminhamento das seguintes providências, a título de recomendações/determinações:

- Processo 1998.03.01.017707-4 – Determina-se a conclusão ao Relator para exame e julgamento, tão logo findo o prazo concedido ao INSS.
- Processo 1998.03.01.071594-1 – Determina-se a conclusão ao Relator para exame e julgamento do Agravo Legal.
- Processo 1999.61000182913 – Determina-se a conclusão ao Relator para exame e julgamento do feito.

- Recomenda-se seja observada a META 4 do CNJ no tocante às publicações das decisões.

SUBSECRETARIA DA 10ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 10ª Turma.

1.2. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal Baptista Pereira, desde 06/12/2011.

1.3. Diretor de Secretaria e desde quando: João Soares, desde março de 2010.

1.4. Quadro de pessoal: 24 auxiliares (16 servidores efetivos e 8 estagiários de nível superior); 16 em atividade fim e 14 funções gratificadas (03 CJ1, 01 CJ2, 02 FC2, 05 FC3 e 03 FC4).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	6.605
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: não informado	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012:	3.687
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	975
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	08
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	16
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	242
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	448
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	261
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	0

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não informado
2.2.2. Acórdãos publicados:	10.665
2.2.3. Tempo médio de publicação:	7 dias
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	0
2.2.5. Pendentes de publicação:	129
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	2012.61.260061570, desde

15/07/2014 (Foi publicado no dia 08/08/2014)

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)

2.3.1. Total de processos: 2.270

2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista: 2011.61.090097220, desde 03/06/2014

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)

2.4.1. Total: 0

2.4.2. O mais antigo desde:

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)

2.5.1. Total: 2

2.5.2. O mais antigo: 2013.03990269004, desde 11.07.2014

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)

2.6.1. Total: 21

2.6.2. O mais antigo: 2006.0300060715-0, desde 26.08.2008

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)

2.7.1. Total: 4

2.7.2. O mais antigo: 2006.61.190008511, 2007.61.830080711, 2010.61.190030805 e 2010.61.830125511, todos desde 30.07.2014

2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (julho/2014)

2.7.3.1. Total: 9

2.7.3.2. O mais antigo: 00079887420134036183, desde 06.06.2014

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias

2.8.1. Total: 0

2.8.2. O mais antigo desde:

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria está organizada em três divisões: Divisão de Coordenação e Julgamento, Divisão de Processamento e Divisão de Procedimentos Diversos, todas sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria.

O acervo é composto de processos físicos, sendo que os autos ficam localizados em escaninhos, organizados por prazos (publicação), além de escaninhos específicos para processos que estão aguardando a efetivação de determinados atos processuais.

O acervo é controlado pela localização física constante do sistema (SIAPRO). Os processos, com exceção dos da sessão de julgamento, são recebidos pela Divisão de Processamento, momento em que é feita a primeira triagem quanto à autuação e eventuais despachos para cumprimento. Os processos com determinação de antecipação de tutela são recebidos e alocados em escaninhos específicos. Finda a verificação, os autos seguem, com localização física “AG DISP”, para a Divisão de Procedimentos Diversos, que providenciará a publicação com todas as suas implicações. Todos os escaninhos são etiquetados com as datas das respectivas publicações.

A unidade utiliza os seguintes critérios internos para a organização do acervo: petições pendentes de juntada, petições que estão nos gabinetes, relatório de movimentação processual, movimento estatístico, acervo de ativos por gabinete (CNJ), número de monocráticas por relator (CNJ), relatório da Meta 4 (CNJ) e planilhas próprias feitas no excel, com datas de publicação, de trânsito em julgado e datas da remessa para baixa à origem.

O planejamento das atividades da unidade é realizado da seguinte forma: as publicações dos acórdãos são sempre realizadas às quartas-feiras e as decisões monocráticas são publicadas às terças-feiras. Os processos são encaminhados e devolvidos pelo INSS sempre às terças-feiras. Os processos baixados são encaminhados ao setor de Passagem de Autos, às segundas e às quartas-feiras. Os processos são encaminhados ao MPF sempre as terças e quintas-feiras.

A distribuição de trabalho na unidade leva em consideração as 3 divisões existentes na Turma, sob a supervisão direta dos diretores das divisões, sendo a habilidade de cada servidor, em regra, levada em consideração. O trabalho de todos, entretanto, é coordenado pelo Diretor da Subsecretaria.

O atendimento ao público em geral é realizado pelos servidores e estagiários da Unidade, em escala de rodízio, e as regras estabelecidas pelo CPC são observadas quando da consulta aos autos.

Não há estipulação de metas específicas por servidor, porém, há determinação para que todos cumpram, sempre que possível, o processamento diário dos feitos recebidos, sendo a aferição da produtividade feita diretamente pelos diretores das divisões, que distribuem o serviço entre os servidores, sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria.

Há controle eletrônico de cargas e remessas dos autos aos advogados, à Fazenda e à AGU por meio de guias de remessa (GR), sendo que a cobrança é realizada por *e-mails*, enviados automaticamente a cada cinco dias de atraso. No caso do Ministério Público Federal, os processos são encaminhados para a Divisão de Comunicação do Tribunal, que, em seguida, os remetem àquele. O controle é feito semanalmente, com a requisição dos autos ao ultrapassarem o prazo estabelecido (45 dias), por meio de *e-mail* para a procuradora-chefe.

Quanto ao tratamento específico para feitos com preferência legal ou META do CNJ, foi dito que, por se tratar de uma Turma especializada em Direito Previdenciário, há grande número de processos prioritários, pelo que a Subsecretaria busca dar celeridade a todos os processos.

No que se refere à escala de férias, o procedimento adotado pela unidade é o seguinte: cada Divisão faz a escala de férias dos seus servidores, sempre atentando, no entanto, para a recomendação de que não haja mais de um servidor do setor em férias no mesmo período.

O tempo médio de tramitação dos processos na unidade é de 45 dias.

As publicações de acórdãos são feitas, impreterivelmente, em 6 dias úteis. Já as publicações das decisões monocráticas, com concessão de tutela, conforme informado, são feitas, em média, em 15 dias, ao passo que as decisões sem tutela são publicadas em 5 dias, em média, contados do recebimento dos processos na subsecretaria.

Não houve destaque a nenhuma prática que pudesse ser distinguida como modelo e sem a qual o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade.

Para o controle das petições pendentes, foi destacado que as mesmas são recebidas diariamente pela Subsecretaria e, em seguida, é feito um bloco dos processos em que são impressos os extratos pelo SIAPRO, a fim de viabilizar a sua localização e a adoção das providências pertinentes, tais como: juntada imediata das petições, solicitação dos processos nos gabinetes por meio de blocos, encaminhamento das petições às varas de origem para as quais os processos foram baixados e outras.

Relativamente às Cartas de Ordem, vencido o prazo, a cobrança das mesmas é feita por *e-mail* ou telefonemas às varas de origem, a partir de 30 dias do recebimento.

De um modo geral, os controles estatísticos da Unidade são feitos por cada divisão em que é organizada a Turma, sendo que o controle estatístico de produtividade de cada divisão é complementado pelos dados estatísticos oficiais fornecidos pelo Tribunal.

Quanto às metas periódicas de produtividade, restou esclarecido que não são fixadas metas individuais de produtividade. Porém, há determinação no sentido de que se cumpra, na medida do possível, o processamento diário dos feitos recebidos.

Não se verificaram processos com determinações da inspeção anterior pendentes de cumprimento ou regularização pela Unidade.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual Presidente da Turma encontra-se em exercício desde 6 de dezembro de 2011 e, o Diretor da Subsecretaria, desde março de 2010. A equipe da CGJF foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A força de trabalho alocada em atividade fim foi informada quanto a ser composta por 16 servidores efetivos, o que resulta em uma média de 412 processos por servidor em atividade fim.

A organização da Secretaria é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes, mesmo considerando o volume de feitos em tramitação, cerca de 6.605, todos de natureza física. Os processos físicos encontram-se organizados em escaninhos identificados por meio de etiquetas com a indicação das datas de publicação, bem como da situação específica dos feitos que aguardam determinado ato processual e da etapa do processamento.

Os servidores são distribuídos entre as três divisões em que a Unidade é organizada: Divisão de Coordenação e Julgamento, Divisão de Processamento e Divisão de Procedimentos Diversos, cujas atribuições foram previamente definidas.

As atividades são distribuídas pelas respectivas divisões e, nestas, em regra, em conformidade com as habilidades específicas de cada servidor.

O Diretor da Subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não há fixação de metas numéricas, ou específicas por servidor, embora haja determinação no sentido de que, na medida do possível, se cumpra, diariamente, o processamento dos feitos recebidos. A aferição da produtividade é feita diretamente pelos diretores das divisões, que

distribuem o serviço entre os servidores, sob a coordenação do Diretor da Subsecretaria. Os servidores estão motivados e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados, o que parece influenciar no bom resultado apresentado.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, tendo sido esclarecido que todos os processos da inspeção anterior já foram julgados. Também não foram localizados processos com representação por excesso de prazo. Os feitos selecionados para inspeção e ainda em trâmite na Turma, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem da Secretaria, constou um processo extraviado (0002894-19.2011.4.03.6183).

De forma geral, não houve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados para a inspeção, embora nem todos estivessem fisicamente disponíveis.

Foram inspecionados 28 processos da listagem originária, por meio de exame dos autos físicos, bem como analisados os extratos processuais dos feitos com carga ou remessa (4). Com baixa definitiva às varas de origem, três dos processos listados não foram inspecionados, conforme aferido pelos respectivos extratos de movimentação processual.

A amostragem incluiu feitos cíveis, em sede de recurso, nas mais diversas fases processuais, abrangendo apelações, reexames necessários e agravos.

No acervo em tramitação na Secretaria, predominam os feitos recursais distribuídos a partir de 2010, sendo: 2010 (344); 2011 (441); 2012 (556); 2013 (1.227); e 2014 (2.819). Verificou-se, ainda, no dito acervo, 975 processos incluídos na META 2 do CNJ, sendo oito na META 2/2009; 16 na META 2/2010; 242 na META 2/2012; 448 na META 2/2013; e 261 na META 2/2014.

A unidade informou que, no período inspecionado, foram publicados 10.665 acórdãos, nenhum deles em prazo superior aos 10 dias estipulados pela META 4 do CNJ, sendo que 129 estavam pendentes de publicação. Quanto às decisões, foram publicadas 21.091, em um prazo médio de 16 dias, sendo que 14.572 foram publicadas em um prazo superior a 10 dias e 5 estavam pendentes de publicação.

No tocante às saídas de processos, a unidade informou que, em 31/07/2014, havia 2.270 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu em

03/06/2014 (2011.6109009722-0), não tendo sido justificado o tempo decorrido. Foi informado, ainda, que não há feitos sobrestados, bem como que dois processos aguardam cumprimento de carta de ordem ou precatória, sendo o mais antigo desde 11/07/2014 (2013.03.99.026900-4). Ainda, há quatro processos aguardando o cumprimento de mandado de citação ou intimação, todos desde 30/07/2014, e há nove processos com pendência de juntada de petições, ofícios ou documentos.

O tempo médio de tramitação dos processos na unidade é de 45 dias.

Foram realizadas 31 sessões no período de agosto de 2013 a julho de 2014, em uma média de 3 sessões por mês, sendo: agosto/13=3; setembro/13=3; outubro/13=2; novembro/13=2; dezembro/13=2; janeiro/14=2; fevereiro/14=2; março/14=3; abril/14=3; maio/14=3; junho/14=3; e julho/14=3. Todas as sessões designadas foram realizadas e não houve nenhuma sessão extraordinária.

Não há, conforme informado, processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias, na Secretaria.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho foi bom. O volume de pendências na Secretaria é baixo, sendo que alguns dos processos inspecionados encontravam-se com atraso na tramitação.

5 OBSERVAÇÕES GERAIS

Como se observa, o TRF3 apresentou condições gerais adequadas de funcionamento da Secretaria inspecionada, a qual se encontrava bem organizada, sendo fornecidos, em quase sua totalidade, os dados solicitados no questionário previamente enviado para a avaliação da situação geral da unidade. Não foram apurados problemas específicos dentro da unidade no tocante à gestão administrativa.

A inspeção da 9ª Turma revelou tratar-se a mesma de unidade que se caracteriza pelo dinamismo em sua rotina de trabalho, estando plenamente atualizada com os procedimentos sob sua atribuição, notadamente se considerarmos o elevado número de processos atualmente em tramitação, todos de natureza física.

Houve um aumento do número de processos em tramitação na unidade, em comparação com a inspeção anterior, tendo o Diretor da Subsecretaria justificado tal aumento ao argumento de que a unidade não tem um acervo fixo. O aumento reflete a tramitação de feitos no período verificado. O número de feitos na Subsecretaria oscila de acordo com a produtividade dos gabinetes, que inclui o processamento de pauta, acórdãos, decisões monocráticas e despachos, entre os quais deu destaque

ao recebimento de 1.650 processos que foram encaminhados à Procuradoria do INSS para juntada de extrato do CNIS.

Inspecionados todos os processos ainda em tramitação na unidade e sem carga ou remessa, listados a título de amostragem sobre o acervo da unidade processante em referência, sugere-se à Corregedoria o encaminhamento das seguintes providências, a título de recomendações/determinações:

- Processo 198903010069616 – Determina-se a movimentação do feito, intimando-se a parte contrária para contrarrazões.
- Processo 199703010162236 – Determina-se a conclusão ao Relator para exame dos cálculos, mormente porquanto se trata de processo inserido na Meta 2 do CNJ.
- Processo 199903991056455 – Determina-se a cobrança dos autos e a conclusão ao Relator para exame e julgamento do feito.
- Processo 200003990637758 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Processo 200103990522236 – Determina-se a intimação das partes e, tão logo findo o prazo para manifestação, a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Processo 200261130007739 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Processo 200403990148248 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para providências cabíveis no sentido do cumprimento da antecipação de tutela deferida em maio de 2014
- Processo 200403990203867 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator, tão logo findo o prazo para manifestação das partes, para exame e julgamento, mormente por tratar-se de processo inserido na Meta 2 do CNJ e com prioridade legal.
- Processo 200461270011815 – Determina-se a remessa dos autos à 1ª instância.
- Processo 200503990318663 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Processo 200503990433762 – Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.

- Processo 200763170014034 – Determina-se a movimentação do feito, por estar paralisado desde 12/07/2013
- Processo 201261050156953 – Determina-se a reiteração/cobrança imediata de resposta ao Ofício
- Processo 201303000001306 - Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Processo 201303990398813 - Determina-se a conclusão dos autos ao Relator para exame e julgamento.
- Recomenda-se que seja observada a META 4 do CNJ, principalmente no tocante às publicações das decisões.
- Recomenda-se a cobrança imediata de autos com remessa ou carga por prazo superior a 60 dias.

SUBSECRETARIA DA 4ª SEÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Secretaria: Subsecretaria das 1ª e 4ª Seções.

1.2. Competência: Art. 10, § 4º, RITRF 3R - atualizado pela Emenda Regimental n. 13, de 12 de setembro de 2012, publicada em 24/6/2014 - processar e julgar os feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

1.3. Presidente do órgão e desde quando: Desembargadora Federal Vice-Presidente Cecília Marcondes - 17/02/2014

1.4. Localização: Prédio sede do TRF 3ª Região, 3º andar - quadrante 1

1.5. Força de trabalho em atividade fim:

- Total de processos em tramitação: 301
- Número de servidores em atividade fim: 5 técnicos judiciários, 1 analista, 1 servidor sem vínculo
- Relação processos por servidor em atividade fim: 37,625

1.6 Servidores em atividade:

- Servidores efetivos: 6 (1 aguarda lotação)
- Servidores sem vínculo: 1
- Estagiários de nível superior: 2 (Foram cedidos pela Presidência mais 2 vagas, aguardando prazo para solicitação à FUNDAP)

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1 Processos em tramitação na Secretaria (31/07/2014):	301
2.1.2 Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: A 4ª Seção foi instalada em julho de 2014.	
2.1.3 Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012: A 4ª Seção foi instalada em julho de 2014.	
2.1.4 Processos de Metas CNJ (julho/2014)	
- Total de Processos Metas CNJ:	24
- Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	5
- Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	1
- Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	1
- Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	4

- Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	3
- Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	5
- Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	5

2.1.5 Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
Acórdãos lavrados: A secretaria não lavra acórdãos	
- Total de publicações:	4
- Tempo médio:	3
- Publicações em prazo superior a 10 dias:	0
- Pendentes de publicação (31/07/2014):	0
- O mais antigo pendente de publicação em 31/07/2014 (indicar número e desde quando): 201403000041333 - não há pendência de publicação - julgado recurso em 17/07/14, publicado acórdão 23/07/14.	

2.1.6 Processos com carga ou vista (31/07/2014)	
- Total de processos:	51
- Tempo médio:	14
- Há mais de 30 dias:	10
- O mais antigo (indicar número e desde quando):	201403000093140

2.1.7 Processos sobrestados na Secretaria (31/07/2014)	
- Total de processos:	07
- Tempo médio: -	
- Há mais de 30 dias:	10
- O mais antigo (indicar número e desde quando):	201403000093140

2.1.8 Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (31/07/2014)	
- Total:	5
- Tempo médio:	1243
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 200203000187556 - 26/06/2002 - juntada Carta em 17/07/02	

2.1.9 Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (31/07/2014)	
- Total:	04
- O mais antigo: 2004.03.00.071165-5, expedido em 11 de julho de 2014.	

2.1.10 Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou	
-------------------------------------------------------------------------	--

intimação (31/07/2014)	
- Total:	0

2.1.11 Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (31/07/2014)	
- Total:	4
- Tempo médio:	12
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 0016051-76.2014.4.03.0000 - 11/07/14.	

2.1.12 Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
08 processos: 07 processos foram arquivados em agosto/2014. O processo 2013.03.00.0088278 ainda aguarda cumprimento da Carta de Ordem, extraviada e reencaminhada em 13/08/2014.	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

3.1 METODOLOGIA DE TRABALHO

A visita à Subsecretaria da Quarta Seção foi em clima de extrema cordialidade, com a diretora empenhada em mostrar o desenvolvimento do serviço. Ambiente bem organizado, passando a impressão de modernidade, sendo todos os processos físicos.

Os autos estão organizados nos escaninhos de cada divisão, segundo a fase processual, e são identificados por códigos alimentados nos andamentos processuais.

O andamento dos feitos é registrado no sistema informatizado de acompanhamento processual e alocados nos escaninhos das divisões respectivas, de acordo com a fase processual, anotando-se código que permite fácil localização inclusive nas mesas dos servidores.

O controle é realizado com a alocação dos processos em prateleiras abertas, nos seguintes escaninhos: (a) prazos; (b) para inclusão em pauta de julgamento; (c) pauta; (d) publicação de acórdãos; (e) aguardando cumprimento de cartas de ordem/precatória; (f) aguardando trânsito em julgado; e (g) sobrestados.

O planejamento é feito em conjunto com os diretores de divisão.

A distribuição de atividades entre os servidores é feita mediante o critério de par e ímpar do último dígito do número do processo, merecendo registro que há dois

servidores para executar as tarefas. Na divisão de julgamento os servidores se revezam para o cumprimento das diversas atividades.

Não há metas individuais de produtividade, controle periódico de produtividade nem a fixação de metas periódicas.

Procura-se motivar a equipe quanto ao auxílio nas situações que excedem a rotina das divisões.

O controle dos prazos em relação às partes é feito da seguinte forma: (a) Ministério Público Federal, pelo sistema de acompanhamento processual informatizado, por meio de relatório; (b) advogados, pelo sistema de acompanhamento processual informatizado, que realiza a cobrança eletrônica dos autos quando superado o prazo; (c) para os demais órgãos são utilizadas as guias de remessa.

3.2 BOAS PRÁTICAS

A Secretaria não apontou, especificamente, nenhuma boa prática. Saliou-se nas informações prestadas que a eficiência do serviço se deve à circunstância de a gestão na Secretária ser pautada pela colaboração de esforços e a ideia de equipe, aliadas ao clima de cordialidade e respeito mútuo; que se faz presente tanto no trato interno dos colegas, no trato com colegas dos gabinetes dos desembargadores, bem como em relação às partes e procuradores.

O controle quanto às petições pendentes de juntada é feito pelos relatórios extraídos do sistema de acompanhamento processual.

Às cartas de ordem são atribuídos prazos, checados com frequência. Se há atraso, consulta-se o andamento processual na vara designada para cumprimento, ou se pede informações por correio digital.

O controle de processos pendentes de declaração de voto ou lavratura de acórdão é feito por planilha na divisão de julgamento.

A secretaria pratica os atos meramente ordinatórios, sendo todas as movimentações processuais registradas no sistema eletrônico.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A presidência da Seção recai em quem ocupa a Vice-Presidência do Tribunal, no caso, a Desembargadora Cecília Marcondes. Pelo que se verificou, diante do excessivo volume de serviço afeto à Vice-Presidência, que cuida do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, o preferível seria a presidência por um dos integrantes de uma das duas turmas criminais.

Essa providência, porém, está a exigir que o número de integrantes das turmas seja aumentado para 4 desembargadores.

A 4ª Seção só veio a ser criada em julho deste ano, quando foram especializadas as turmas criminais, razão pela qual não foram selecionados pela mineração processos para serem examinados na inspeção *in loco*.

Há 24 processos de Meta do CNJ para serem julgados, dentre eles, 14 da Meta 2.

A subsecretaria inspecionada cuida tanto dos processos da 4ª Seção quanto dos que são afetos à 1ª Seção. No momento da inspeção, da 1ª Seção a subsecretaria possuía 335 processos, enquanto da 4ª Seção, 301.

Mantendo simetria com as turmas especializadas em matéria criminal, devido aos processos remanescentes, a expressa maioria dos feitos da 4ª Seção são cíveis. Com efeito, 220 são cíveis e apenas 81, criminais.

Essa constatação leva à conclusão de que, em números relativos, a quantidade de processos cíveis é muito elevada. A pauta da sessão da 4ª Seção contém em sua maioria processos cíveis, muito embora seja especializada em matéria criminal.

A permanecer o ritmo de trabalho, certamente sequer em cinco anos será eliminado o estoque de processos cíveis. Portanto, a 4ª Seção ainda permanecerá por prazo excessivo com competência cível, o que compromete a finalidade de especializar 4ª Seção em matéria criminal, perquirida com a sugestão apresentada por esta Corregedoria-Geral na inspeção anterior.

Como a maioria dos processos julgados é cível, não se sabe, ao certo, se está havendo, propriamente, redução do estoque de processos criminais ou, ainda, se está aumentando. Aliás, como a especialização de fato só ocorreu em 2 de julho deste ano, portanto, há pouco mais de um mês, não há ainda como avaliar se essa medida serviu, propriamente, para reduzir o estoque de processos criminais existentes nos gabinetes com competência exclusiva nessa matéria.

A esse respeito, porém, poder-se-ia ter uma perspectiva concreta do que fatalmente ocorrerá, tomando como parâmetro a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos gabinetes no mês de junho deste ano, quando se efetivou a especialização.

No mês de julho do corrente ano, foram distribuídos 52 para o Desembargador André Nekatschalow; 52 para o Desembargador Paulo Fontes; e 34 para o Juiz Convocado Hélio Nogueira, o que dá, em média, 46 processos para cada um.

No mesmo período, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow julgou 46 processos, o de Paulo Fontes 132 (Paulo Fontes) e o do Juiz Convocado Hélio Nogueira 48, o que representa a média igual a 75,3. Acontece que, conforme informação da Subsecretaria da 5ª Turma, no mês de junho, em razão da especialização, não houve nenhuma sessão, o que prejudica o número de processos julgados no período.

De qualquer maneira, para todos os efeitos, a média de processos criminais julgados pelos 3 gabinetes teria de ser, no mínimo, igual a 46 feitos, sob pena do aumento de estoque de processos dessa espécie.

Diante desses dados, faz-se necessário, após o intervalo de 6 meses, analisar, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria.

Cabe agregar que é preciso verificar, ainda com suporte nos dados estatísticos, se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

Por outro lado, uma das estratégias a ser adotada para a redução dos processos remanescentes de matéria criminal é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos de natureza cível.

Essa providência evidencia a necessidade da criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 3 integrantes, e a 4ª Seção venha a ser presidida do por um dos membros dessas duas turmas reunidas.

5. RECOMENDAÇÕES

Como não houve a seleção de processos pela mineração para serem inspecionados, não há recomendação processual a ser feita.

A recomendação que se impõe é de ordem estrutural, que parte da sugestão de que seja viabilizada a criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que a seção passe a ser composta por oito membros. Com essa medida, a presidência passaria para um dos integrantes da própria 4ª Seção, liberando a Vice-Presidência do Tribunal de mais esse encargo.

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

1.1. Secretaria: Subsecretaria da 5ª Turma

1.2. Competência: Processar e julgar feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do órgão especial. (Emenda Regimental n. 13)

1.3. Presidente do órgão e desde quando: Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW, desde 02/07/2014

1.4. Localização: Avenida Paulista, 15º andar - quadrante 3 - torre sul .

1.5. Força de trabalho em atividade fim:

- Total de processos em tramitação: 6.605
- Número de servidores em atividade fim: 13
- Relação processos por servidor em atividade fim: 508,07

1.6 Servidores em atividade:

- Servidores efetivos: 13
- Estagiários de nível superior: 7

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA:

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO

2.1.1 Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	1.931
2.1.2 Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: Não informou no relatório. Nada obstante solicitação, não houve informação.	
2.1.3 Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012: Não informou no relatório. Nada obstante solicitação, não houve informação.	
2.1.4 Processos de Metas CNJ (Julho/2014)	
- Total de Processos Metas CNJ:	96
- Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	07
- Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	04
- Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	14
- Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	21
- Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	18
- Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	20
- Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	12

2.1.5 Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)

Acórdãos lavrados: A secretaria não lavra acórdãos	
- Total de publicações:	5.033
- Tempo médio:	07

- Publicações em prazo superior a 10 dias:	263
- Pendentes de publicação (31/07/2014):	24
- O mais antigo pendente de publicação em 31/07/2014 (indicar número e desde quando): 200161810035941 Obs.: publicado em 13/12/2013 - dados estatísticos incorretos	

2.1.6 Processos com carga ou vista (31/07/2014)	
- Total de processos:	372
- Tempo médio:	18
- Há mais de 30 dias:	37
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 200561150001082 Obs.: Dado incorreto, processo não tem fase de remessa a União Federal, apenso n. 0000065-85.2005.4.036115 com remessa em 29/07/2014.	

2.1.7 Processos sobrestados na Secretaria (31/0/2014)	
- Total de processos:	nenhum

2.1.8 Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (31/07/2014)	
- Total:	34
- Tempo médio:	57
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 200961040078831 - desde 08/03/2013	

2.1.9 Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (31/07/2014):	
	03 pendentes

2.1.10 Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (31/07/2014):	
- Total:	04
- Tempo médio:	89
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 201303000061169 - Desde 09/09/2013 – OBS.: juntado MI 3141130 na restauração de autos n. 0023791-22.2013.4.03.000	

2.1.11 Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (31/07/2014)	
- Total:	20
- Tempo médio:	14
- O mais antigo (indicar número e desde quando): 0027224-34.2013.4.03.0000 desde 07/06/2014, petição encaminhada pela 1ª Turma em 24/07/2014	

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A visita à Subsecretaria das 5ª Turma foi em clima de extrema cordialidade, com a diretora empenhada em mostrar o desenvolvimento do serviço. Ambiente bem organizado, passando a impressão de modernidade.

Os processos são todos físicos.

A Subsecretaria está organizada em três divisões com atribuições distintas.

Os processos estão disponibilizados nas prateleiras, quando possível, são organizados por divisão e no sistema Siapro por localização física.

Apenas em algumas situações, como nos casos de processos com pedido de vista, é que são utilizados métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo.

O planejamento das atividades depende das providências a serem tomadas, sendo a distribuição das atividades feita de acordo com a competência de cada divisão, não havendo metas individuais, controle ou avaliação periódica de produtividade nem há fixação de metas periódicas.

Quando as atividades de alguma divisão encontram-se sobrecarregadas, as outras divisões reúnem-se em mutirão.

Existe prioridade quanto à tramitação dos processos com Meta do CNJ, sendo agilizada ao máximo a tramitação dos feitos em geral na Subsecretaria. Não houve estimativa do tempo médio de tramitação dos processos.

O controle dos processos em alguns casos é trimestral e, em outros, mensal, mediante a utilização das guias de remessa e pelo Siapro.

As cobranças das cartas de ordem são feitas por *e-mail* e por telefone.

A secretaria pratica atos ordinatórios e o andamento dos feitos é registrado no sistema informatizado de acompanhamento processual.

Não há processos com determinações da inspeção anterior pendentes de cumprimento.

O controle quanto às petições pendentes de juntada é feito pelos relatórios extraídos do sistema de acompanhamento processual.

Às cartas de ordem são atribuídos prazos, checados com frequência. Se há atraso, consulta-se o andamento processual na vara designada para cumprimento, ou se pede informações por correio digital.

O controle de processos pendentes de declaração de voto ou lavratura de acórdão é feito por planilha na divisão de julgamento.

A Secretaria pratica atos meramente ordinatórios, sendo todas as movimentações processuais registradas no sistema eletrônico.

A Secretaria não apontou, especificamente, nenhuma boa prática. Saliou-se nas informações prestadas que a eficiência do serviço se deve à circunstância de a gestão na Secretaria ser pautada pela colaboração de esforços e a ideia de equipe, aliadas ao clima de cordialidade e respeito mútuo, que se faz presente tanto no trato interno dos colegas como em relação às partes e procuradores.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICAS, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

O atual presidente da Seção é o Desembargador Federal André Nekatschalow, desde 2 de julho de 2014. A Turma é composta, ainda, pelo Desembargador Paulo Fontes e pelo Juiz Federal Convocado Hélio Nogueira.

A organização da Secretaria estava adequada.

Os processos encontravam-se armazenados em estantes abertas, identificadas e organizados pelo critério de fase processual. Nada obstante, o espaço físico é pequeno para a quantidade de processos.

A equipe se mostrou bastante motivada, todos os servidores conscientes e engajados na prestação de um serviço jurisdicional qualificado e compassado com variável de tempo razoável.

A Diretora de Secretaria, embora na função há pouco tempo, demonstrou experiência administrativa e processual, com liderança sobre a equipe.

O número de processos na 5ª Turma até que não é elevado, estando em tramitação efetiva 1.931 processos. Desse universo, 1.476 são cíveis, enquanto apenas 475 criminais.

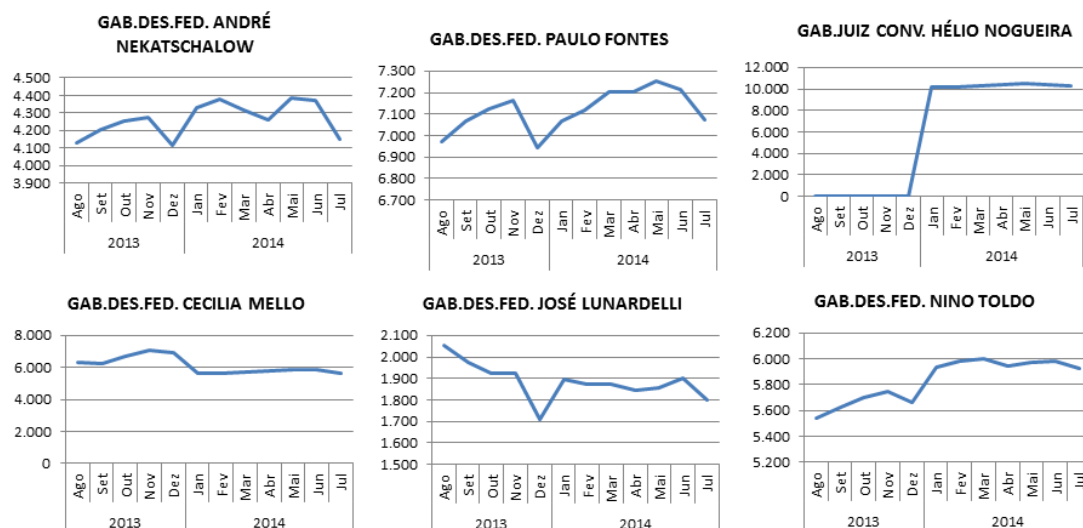
No entanto, exame dos dados estatísticos tendo por base o número de processos nos gabinetes dos membros da 5ª Turma, revela que o estoque é muito superior ao dos integrantes da 11ª Turma, que possui igual competência.

Vejam-se os dados e os gráficos a seguir:

Quantidade de processos judiciais em Tramitação no tribunal por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Gabinete	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
GAB.DES.FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	4.129	4.203	4.253	4.276	4.115	4.329	4.379	4.319	4.258	4.385	4.374	4.148	4.264
GAB.DES.FED. PAULO FONTES	6.972	7.069	7.124	7.164	6.941	7.069	7.121	7.204	7.205	7.252	7.215	7.076	7.118
GAB.JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	-	-	-	-	-	10.124	10.231	10.332	10.395	10.494	10.418	10.239	10.319
GAB.DES.FED. CECÍLIA MELLO	6.336	6.210	6.687	7.085	6.911	5.622	5.670	5.720	5.777	5.851	5.836	5.614	6.110
GAB.DES.FED. JOSÉ LUNARDELLI	2.052	1.977	1.922	1.924	1.712	1.895	1.876	1.871	1.843	1.858	1.902	1.798	1.886
GAB.DES.FED. NINO TOLDO	5.540	5.622	5.701	5.749	5.664	5.936	5.978	5.997	5.949	5.971	5.985	5.925	5.835
	25.029	25.081	25.687	26.198	25.343	34.975	35.255	35.443	35.427	35.811	35.730	34.800	31.232

Nota: No mês de Julho/2014, houve a criação da 11ª Turma Criminal, alterando a composição das Turmas, Seções e a numeração dos Gabinetes. A tabela foi montada a partir da nova estrutura.



Como se vê, somando-se os processos dos membros da 11ª Turma, chega-se a número igual a 13.831, enquanto somando-se o número de processos dos integrantes da 5ª Turma tem-se que o seu estoque potencial é de 21.701.

É preciso adotar estratégia a fim de equacionar esse problema. A solução já foi alvitada, mediante a sugestão de os gabinetes dos membros da 5ª Turma adotarem planejamento de trabalho no sentido de julgar quantidade de processo igual ou superior ao de distribuídos, além da redução de estoque referente aos processos cíveis remanescentes. Se assim for feito, haverá uma gradual e incisiva diminuição do número de processos em tramitação na 5ª Turma.

Outra questão exsurge da inspeção. A quantidade de processos cíveis é muito elevada. A pauta da sessão da Turma contém em sua maioria processos cíveis, muito embora seja especializada em matéria criminal.

A permanecer o ritmo de trabalho, certamente sequer em cinco anos será eliminado o estoque de processos cíveis que remanescem nos gabinetes afetos à Turma. Portanto, a 5ª Turma ainda permanecerá por prazo excessivo com competência cível, o que compromete a finalidade de especializar gabinetes e turmas em matéria criminal, perquirida com a sugestão apresentada por esta Corregedoria-Geral na inspeção anterior.

Como a maioria dos processos julgados é cível, não se sabe, ao certo, se está havendo, propriamente, redução do estoque de processos criminais ou, ainda, se está aumentando. Aliás, como a especialização de fato só ocorreu em 2 de julho deste ano, portanto, há pouco mais de um mês, não há ainda como avaliar se essa medida serviu, propriamente, para reduzir o estoque de processos criminais existentes nos gabinetes com competência exclusiva nessa matéria.

A esse respeito, porém, poder-se-ia ter uma perspectiva concreta do que fatalmente ocorrerá, tomando como parâmetro a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos gabinetes no mês de junho deste ano, quando se efetivou a especialização.

No mês de julho do corrente ano, foram distribuídos 52 para o Desembargador André Nekatschalow; 52 para o Desembargador Paulo Fontes; e 34 para o Juiz Convocado Hélio Nogueira, o que dá, em média, 46 processos para cada um.

No mesmo período, o gabinete do Desembargador André Nekatschalow julgou 46 processos, o de Paulo Fontes 132 (Paulo Fontes) e o do Juiz Convocado Hélio Nogueira 48, o que representa a média igual a 75,3. Acontece que, conforme informação da Subsecretaria da 5ª Turma, no mês de junho, em razão da especialização, não houve nenhuma sessão, o que prejudica o número de processos julgados no período.

De qualquer maneira, para todos os efeitos, a média de processos criminais julgados pelos três gabinetes teria de ser, no mínimo, igual a 46 feitos, sob pena do aumento de estoque de processos dessa espécie.

Diante desses dados, faz-se necessário, após o intervalo de seis meses, analisar, com base nos dados estatísticos, se houve redução do estoque de processos criminais que estão afetos aos gabinetes especializados nessa matéria.

Cabe agregar que é preciso verificar, ainda com suporte nos dados estatísticos, se a soma dos processos criminais existentes nos gabinetes especializados nessa matéria com os que remanescem nos gabinetes cíveis é menor, igual ou superior à quantidade total de processos criminais existentes no tribunal em junho deste ano.

Por outro lado, uma das estratégias a ser adotada para a redução dos processos remanescentes de matéria criminal é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos de natureza cível.

Em relação a esse assunto, certamente o mais adequado é a convocação, excepcional e por prazo determinado, de juízes de primeiro grau, com a missão específica de julgar apenas os processos cíveis. Deve ser levado em consideração,

ainda, que essa medida se torna adequada em virtude de as turmas criminais possuírem, apenas, 3 integrantes, ao contrário das cíveis, que possuem 4 membros.

Essa providência evidencia a necessidade da criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 3 integrantes. A medida alvitada teria o condão, ainda, de evitar sucessivas convocações em virtude de impedimentos de um dos membros, o que nem sempre é possível, razão pela qual, não raro, nessas situações, é adiado o julgamento do processo.

Dos 41 processos selecionados na mineração, foram feitas recomendações em 28, portanto, apenas 13 estavam em ordem. As anotações realizadas nos processos denotam inconsistências quanto ao ritmo de trabalho, sendo necessário orientar a equipe para otimizar o serviço, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do tempo do processo. Alguns processos, conforme mencionado acima, estão paralisados desde o ano de 2007, ou seja, há 7 anos.

5. RECOMENDAÇÕES

Orientar a equipe de trabalho para otimizar o serviço, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional com a diminuição do tempo do processo, dado que alguns processos estão paralisados, havendo registro, até mesmo, de alguns que estão parados desde 2007, sem prejuízo da adoção do processo eletrônico, medida indispensável para desburocratizar, aprimorar e conferir maior celeridade e alcançar tempo razoável da duração do processo.

Sugerir a criação de mais dois cargos de desembargador, a fim de que as 5ª e 11ª Turmas sejam compostas por 4 integrantes.

Cobrar a devolução dos processos com vista para o Ministério Público e advogados com prazo esgotado.

Destinar espaço físico mais amplo para o volume de processos em tramitação e aumento do quadro de servidores.

Dar preferência ao julgamento dos processos referentes à Meta 02 do Conselho Nacional de Justiça.

SUBSECRETARIA DA 11ª TURMA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Secretaria: 11ª. Turma

1.2. Presidente do órgão: Desembargadora Federal CECÍLIA MELO, desde 02/07/2014

1.3. Diretor da subsecretaria: Sílvia Senciales Sobreira Machado, desde 02/07/2014

1.4. Quadro de pessoal: 9 auxiliares (9 servidores efetivos, e 1 estagiários); 9 em atividade fim; e 9 funções gratificadas (1 CJ2, 3 CJ 1, 3 FC4, 2 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA SECRETARIA

2.1. HISTÓRICO E PERFIL DO ACERVO	
2.1.1. Processos em tramitação na Secretaria (julho/2014):	1965
2.1.2. Processos em tramitação na Secretaria na autoinspeção 2013: não se aplica (turma criada 07/2014)	
2.1.3. Processos em tramitação na Secretaria na inspeção 2012: não se aplica (turma criada 07/2014)	
2.1.4. Processos de Metas CNJ (julho/2014):	67
2.1.4.1. Meta 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005):	2
2.1.4.2. Meta 2/2010 (distribuídos até 31/12/2006):	0
2.1.4.3. Meta 2/2012 (distribuídos no ano de 2007):	4
2.1.4.4. Meta 2/2013 (distribuídos no ano de 2008):	22
2.1.4.5. Meta 2/2014 (distribuídos no ano de 2009):	15
2.1.4.6. Meta 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	10
2.1.4.7. Meta 4/2014 (distribuídos no ano de 2012: ações de improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a Administração Pública):	14

2.2. Publicação de acórdãos (agosto/2013 a julho/2014)	
2.2.1. Acórdãos lavrados:	não se aplica
2.2.2. Acórdãos publicados:	não se aplica
2.2.3. Tempo médio de publicação:	5 dias úteis
2.2.4. Publicações em prazo superior a 10 dias:	0
2.2.5. Pendentes de publicação: 343 (em 26/08/2014 todos estavam publicados)	
2.2.6. Mais antigo pendente de publicação (julho/2014):	0

2.3. Processos com carga ou vista (julho/2014)	
2.3.1. Total de processos:	540
2.3.2. Processo há mais tempo com carga ou vista:	27/04/2014

2.4. Processos sobrestados na Secretaria (julho/2014)	
2.4.1. Total:	0
2.4.2. O mais antigo desde:	0

2.5. Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (julho/2014)	
2.5.1. Total:	28
2.5.2. O mais antigo desde:	18/07/2014 (0025639-44.2013.4.03.0000)

2.6. Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (julho/2014)	
2.6.1. Total:	11 (todos respondidos) / 03 (Ago/2014)
2.6.2. O mais antigo desde:	18/08/2014 (0000690-54.2011.4.03.6004)

2.7. Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (julho/2014)	
2.7.1. Total:	3
2.7.2. O mais antigo desde:	10/07/2014 (201260050025110)
2.7.3. Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada	(julho/2014)
2.7.3.1. Total:	1
2.7.3.2. O mais antigo desde:	26/05/2014

2.8. Processos sem movimentação há mais de 90 dias	
2.8.1. Total:	0
2.8.2. O mais antigo desde:	0

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe não apurou a metodologia de trabalho e as boas práticas do Gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A atual presidente da Turma encontra-se em exercício desde 02/07/2014, e a atual Diretora da Subsecretaria desde 02/07/2014. A equipe da CGJF foi recebida pelo Presidente da Turma para tratar dos assuntos afetos à gestão da Secretaria. A

força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de aproximadamente 218 processos por servidor (1965:9), o que se tem mostrado suficiente para a regularidade dos serviços cartorários.

A organização da Secretária é adequada, existindo espaço físico e instalações próprias e suficientes. Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes/prateleiras/armários; e organizados pelo critério de antiguidade. Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual e sem divisão entre feitos cíveis e criminais, o que repercute, até o momento, positivamente no resultado da gestão do acervo.

O Diretor da subsecretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. A perspectiva é que exista fixação de metas gerais para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento e do controle e avaliação dos resultados. O cumprimento da jornada de trabalho é controlada na Secretaria, tendo racionalidade, que justifica a situação atual em que se encontra a gestão processual na unidade.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos. Não foram selecionados processos para serem inspecionados em face da recente criação da respectiva turma (02/07/2014).

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, em face da referida turma ter sido criada em julho de 2014.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados na Secretaria processos em razão de representação por excesso de prazo.

Não houve lista de inspeção por amostragem dos processos em tramitação na Secretaria, daí por que não poderiam ser localizados feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ, mas a verificação no total do acervo foi feita em cada dos três gabinetes dos três desembargadores membros.

O mesmo se aplica a feitos criminais com réu preso e processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011, a feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso, portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência,

mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária.

Pelos Gabinetes que compõem a Turma estão em tramitação 13723 processos, e não é possível definir a média mensal de feitos em tramitação na Secretaria em face da recente instalação. Não é possível identificar o tempo médio de tramitação dos processos, conforme a fase processual, também em face da recente instalação.

A amostragem revelou a existência de uma petição, ofício ou documento ainda pendente de juntada nos processos físicos em tramitação. A mais antiga pendência é de 26/05/2014 - referente ao processo 0029734-20.2013.4.03.0000. O tempo médio para a juntada é de 65 dias (informações do setor de estatística). A fase processual específica é objeto de controle, que se faz por meio de registro no sistema processual.

No tocante a saídas de processos, verificou-se a existência de 540 feitos com carga ou vista. A carga ou vista mais antiga ocorreu há aproximadamente quatro meses (20096100021594-0), não havendo justificativa para o tempo decorrido, apesar de ainda estar vinculado à 2ª. Turma e não tendo sido redistribuído. A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito por meio de registro no sistema processual. A cobrança de prazo ocorre de forma automática por e-mail pelo sistema de acompanhamento processual e, em regra, e por meio de contato telefônico com os prazos: após 60 (sessenta) dias para o Ministério Público Federal e de forma quinzenal com relação às demais partes. Não houve identificação de processo que tenha sido extraviado após vista ou carga.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de cinco dias úteis, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Não foram publicados entre março/2013 e julho/2014 acórdãos, data em que foi criada a Secretaria da 11ª turma criminal, tendo ocorrido somente uma publicação em 04/08/2014 (referente à primeira sessão de 29/07/2014), com todos os 343 acórdãos lavrados pelos Gabinetes que compõem a Turma. A média de cumprimento da META 4/2010 CNJ foi de 100%. Não havia acórdãos pendentes de publicação na data específica em que inspecionada a Secretaria. Quanto a decisões interlocutórias e despachos de mero expediente o prazo médio para a publicação é de 3 dias, não discrepando do prazo médio que se verifica na publicação de acórdãos. A Secretaria não possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

Na subsecretaria não existem processos sobrestados.

Não foram avistados processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, de diligência da parte ou de terceiro, de resposta a ofício ou requisição judicial. A Secretaria demonstrou ter o controle de prazo nesta fase processual.

A amostragem indicou não existirem processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias na Secretaria, até porque a turma foi criada há pouco mais de um mês.

Não é possível determinar o tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, em face da recente instalação da turma.

A Secretaria pretende administrar a realização de duas sessões por mês, tendo havido, desde a criação da turma, apenas três sessões. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Secretaria e nos órgãos que integram a Turma, e o número de servidores em atividade, bem como a sua recente instalação, não é possível verificar o desempenho da respectiva turma.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a unidade está em fase inicial e as informações permitem considerações superficiais, mas que indicam que se trata de uma unidade bem planejada, a qual possui um quantitativo razoável de recursos humanos para responder à demanda criminal, mas enfrenta problemas transitórios em razão do volume de processos cíveis ainda em tramitação. Possui uma boa metodologia de trabalho, com distribuição das atividades em três setores: coordenação e julgamento, com três servidores assessorando a realização das sessões; processamento, com o recebimento e o cumprimento executado por três servidores; procedimentos diversos, com dois servidores cuidando de publicações e certidões de objeto e pé.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.

1.2. Coordenador do JEF e Presidente da Turma Regional de Uniformização e Jurisprudência: Desembargador Federal Baptista Pereira, desde 14/03/2014. (É membro do Plenário, Órgão Especial, 10ª Turma e 3ª Seção).

1.3. Assessora: Maíra Záu, desde agosto de 2007.

1.4. Quadro de pessoal: 7 auxiliares (5 servidores efetivos, 1 estagiário de nível superior e 1 estagiário de nível médio); 7 em atividade fim; e 4 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2 e 2 FC4). Uma servidora efetiva está em licença maternidade.

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

A competência do órgão está definida nos seguintes atos normativos: Art. 22 da Lei n. 10259/01, Res. 142/2004 da Presidência do TRF3 e Res. 443/2005 da Presidência do CJF.

As atribuições da Coordenadoria do JEF, no âmbito da Corte, estão arroladas na Res. 142/2004 do TRF3, destacando-se, entre outras, as seguintes:

I - Cumprir e fazer cumprir os regulamentos acerca dos Juizados, especialmente aqueles emanados do Conselho da Justiça Federal;

II - Presidir a Turma de Uniformização Regional, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/01;

III - Encaminhar ao Tribunal até 31 de março:

a) relatório das atividades dos Juizados Especiais no ano anterior;

b) metas e planejamento estratégico global de atuação para o ano seguinte;

IV - Promover o desenvolvimento e a unidade do sistema informatizado dos Juizados;

V - Propor, entre outras medidas, ao Presidente do Tribunal:

a) a criação, segundo critérios objetivos, de órgãos e unidades dos Juizados, com as respectivas competências;

b) a criação de novas Turmas Recursais Cíveis, Criminais, ou com competência cumulativa, abrangendo um ou mais Juizados, guardadas as peculiaridades locais;

c) a realização de Juizados itinerantes, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/01;

d) a instituição de novas modalidades de Juizados e a instalação de protótipos visando a pesquisa e o aperfeiçoamento da qualidade, presteza e economicidade dessa forma de prestação jurisdicional;

e) a realização de convênios, para incremento dessa jurisdição especial;

f) a promoção e o desenvolvimento de cursos e programas de aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

VI - Emitir normas para a estruturação, organização, funcionamento e padronização dos procedimentos, inclusive do sistema informatizado dos Juizados;

VII - Receber, dos respectivos Presidentes, minutas de regulamentação em face de peculiaridades locais de cada Juizado;

VIII - Apresentar projetos de normatização a serem encaminhados aos órgãos superiores;

IX - Fazer publicar mensalmente a estatística dos Juizados, bem como matérias de interesse dos Juizados sempre que oportuno;

X - Requisitar aos Presidentes dos Juizados e às Turmas Recursais as informações e dados necessários à Coordenação;

XI - Solicitar às Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul o apoio e os recursos financeiros e administrativos em geral, para o funcionamento dos Juizados;

XII - Solicitar ao Tribunal o apoio e os recursos financeiros e administrativos em geral, para o funcionamento dos Juizados Especiais, nos limites do disposto no art. 26, da Lei n. 10.259/01;

XIII - Instituir banco de dados de jurisprudência dos Juizados Especiais, promovendo-lhe a permanente atualização e divulgação, ouvido o Desembargador Federal Diretor da Revista, em matéria de sua competência, observado o disposto no art. 6º, da Resolução n. 121/2002, deste Tribunal.

Incumbe, ainda, à Coordenação dos Juizados reportar à Corregedoria-Geral eventuais faltas disciplinares e fornecer-lhe as informações à respectiva apuração.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Coordenadoria é um órgão eminentemente administrativo e não tem processos, registrando as demandas como expediente.

Os expedientes processados pelo setor são eletrônicos, pelo sistema SEI, desde 2013.

O controle interno dos expedientes é feito pelo SEI, acompanhamento pelos servidores do setor responsáveis pelos expedientes. Atualmente a divisão de tarefas ocorre entre os 5 servidores, obedecendo a divisão estabelecida pelo Desembargador Coordenador.

Os expedientes são separados por assuntos e assuntos correlatos, atribuídos a cada servidor do setor, considerando-se a experiência pessoal de cada um e, ainda, o reduzido quadro de funcionários.

Além disso, há uma divisão ordinária dos trabalhos, feita da seguinte forma:

I) todos os servidores realizam atendimento a advogados para uso do sistema de peticionamento eletrônico, demanda diária que exige esclarecimentos de dúvidas. Esse atendimento ocorre diariamente, por telefone, *e-mail* e pessoalmente.

II) dois servidores para verificação dos expedientes relativo às expedições de normativos que versam sobre a instalação de novos JEFs (provimento e resolução), verificação das portarias expedidas em cada unidade JEF que versam sobre atos ordinatórios e trabalhos internos das unidades;

III) dois servidores para verificação e processamento, diariamente, das mensagens encaminhadas por *e-mail* institucional dos órgãos do Tribunal e Justiça Federal para a Coordenadoria, incluídas as solicitações diárias dos JEFs, com pedidos de esclarecimentos de dúvidas. Há grande volume de mensagens e a maior parte dos expedientes a serem registrados no sistema SEI iniciam-se a partir de *e-mails*, privilegiando-se a forma eletrônica.

IV) um servidor para recebimento dos expediente do SEI, atribuindo-se aos demais de acordo com a área de atuação.

V) um servidor para responder os expedientes recebidos da Ouvidoria.

VI) atendimento diário aos chamados de *call center* com dúvidas de rotinas do sistema e liberações de acesso aos sistemas utilizados nos JEFs e Turmas Recursais.

VII) dois servidores para análise, proposta e acompanhamento das demandas de informática, com atualização e criação de novas rotinas para o sistema.

VIII) um servidor para acompanhar as questões de estrutura física e material das unidades, quando encaminhados para ciência da Coordenadoria.

IX) atualização das informações contidas na página do JEF, do sistema de petições e da Coordenadoria na internet.

X) todos os servidores compilam dados estatísticos e demais dados para elaboração do relatório anual.

O planejamento é feito observando-se os prazos de cada expediente, quando existente; quando não há prazo, por determinação do Desembargador Federal o processamento dos expedientes ocorre em paralelo, com prioridade para os pedidos de maior necessidade face às demandas dos JEFs.

Há prioridades definidas pelo Desembargador Federal com atendimento dentro de cronograma estabelecido.

A avaliação dos expedientes via SEI demonstra os resultados das atividades. Mas também há o acompanhamento do Desembargador Coordenador em relação aos projetos determinados e prazos estabelecidos.

Há adoção de mutirão, quando há atividades com prazos exíguos, com divisão das tarefas entre os servidores.

A organização das férias dos servidores é feita mediante rodízio dos períodos, de forma a manter as atividades do setor em regularidade.

Quanto à substituição de funções comissionadas, é feita segundo o perfil das tarefas a serem feitas aos servidores que substituirão os cargos comissionados.

O atendimento às partes e advogados é feito por *e-mail*, telefone e pessoalmente. E todos os servidores prestam atendimento, se necessário.

A meta 10/2010 do CNJ vem sendo cumprida pela unidade. Como já referido, expedientes administrativos são processados pelo sistema SEI. A maior parte dos expedientes inicia-se a partir de *e-mails* institucionais, portanto, eletronicamente. Os expedientes antigos, arquivados em suporte papel, foram encaminhados em suporte físico pelos setores externos. São encaminhados ofícios-circulares e determinações

por meio de atos normativos aos JEFs e Turmas Recursais para que as unidades priorizem os recursos eletrônicos nos comunicados feitos entre as referidas unidades e mesmo com órgãos externos.

A unidade registrou que a utilização de recursos eletrônicos na área fim (JEFs e Turmas Recursais) é objetivo permanente do setor. Apontou que em 2011 foi instalado o Portal de Intimações dos JEFs; em 2012 foi implantada a ferramenta para o peticionamento inicial eletrônico, tornando-se obrigatório o peticionamento via *web*.

Não há pendências em relação à visita da última inspeção.

Por fim, a unidade apontou que todas as atividades desenvolvidas pelo Gabinete são registradas anualmente em relatórios, desde 2004, os quais estão arquivados no gabinete.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

Está adequadamente instalada, na Avenida Paulista, n. 1345 - 12º andar, prédio no qual funciona o JEF da Subseção Judiciária de São Paulo.

Próximo ao prédio do JEF está situado o prédio das Turmas Recursais do JEF, o que facilita a integração entre os órgãos.

Ambos os prédios foram visitados pelo Coordenador da Equipe de inspeção, juntamente com o Coordenador da unidade. Os prédios apresentam-se adequados ao bom funcionamento do JEF e das Turmas Recursais.

O prédio das Turmas Recursais está devidamente aparelhado para receber as novas Turmas criadas pela Lei n. 12.665, de 13 de junho de 2012, bem como possui gabinetes suficientes para todos os Juízes das Turmas já instaladas, atualmente 11, de um total de 18 a serem implantadas nos termos da lei citada.

Quanto ao número de servidores alocados na unidade, segundo o Desembargador Coordenador, haveria a necessidade de um pequeno aumento no quantitativo, bem assim, no mínimo, mais uma função gratificada, especificamente uma FC 05.

O Desembargador Coordenador demonstrou ter liderança sobre a equipe de trabalho, e tem como rotina ir todos os dias no prédio da Coordenação para despachar os expedientes da unidade. Tem, também, contato permanente com a

Presidente do JEF da Subseção de São Paulo e com a Coordenadora das Turmas Recursais.

Os problemas que surgem são resolvidos de maneira ágil, pois o Coordenador está todos os dias presente na unidade, apesar de acumular outras atividades junto ao próprio Tribunal, conforme especificação constante do item 1.2.

A equipe de trabalho demonstrou-se bastante motivada, apesar das dificuldades inerentes à pequena deficiência de servidores.

O Desembargador Coordenador apontou a necessidade de serem criados os cargos de servidores efetivos, para apoio às Turmas Recursais e Juízes de Turmas criados pela Lei n. 12.665, de 13 de junho de 2012 (18 Turmas e 54 cargos de Juízes de Turmas – já implantadas 11 Turmas, com todos os cargos de juízes providos - 33).

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

GABINETE DA CONCILIAÇÃO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. Identificação: Mônica Nobre, Desembargadora Federal – Coordenadora do Gabinete da Conciliação

1.2. Órgãos de atuação: 4ª Turma.

1.3. Tempo de atuação na atual Turma: No gabinete da conciliação (criado e instalado, por meio da Resolução 262 de 30/03/2005, Resolução 304, de 19/11/2007 e Resolução 445, de 24/04/2012) desde 19 de março de 2014.

1.4. Quadro de pessoal: 23 auxiliares (23 servidores efetivos, dos quais 7 são lotados no gabinete e 16 prestam serviços por cessão do RH, e 10 estagiários); 23 em atividade fim; e 15 funções gratificadas (1 CJ3, 1 CJ2, 4 FC5, 2 FC4, 7 FC3).

2. PRINCIPAIS DADOS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1. HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO	
2.1.1. Acervo assumido no TRF:	3650
2.1.2. Acervo no TRF (julho/2014):	2250
2.1.3. Acervo de conclusos no Gabinete (julho/2014):	não se aplica
2.1.4. Acervo de sobrestados (julho/2014):	0
2.1.5. Acervo de conclusos aptos para julgamento (julho/2014):	não se aplica

2.2. PERFIL DO ACERVO – METAS CNJ (julho/2014)	
2.2.1. META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
2.2.2. META 2/2010 (distribuídos em 2006)	9
2.2.3. META 2/2012 (distribuídos em 2007)	11
2.2.4. META 2/2013 (distribuídos em 2008)	110
2.2.5. META 2/2014 (distribuídos em 2009)	42
2.2.6. META 18/2013 (distribuídos até 31/12/2011)	não informado
2.2.7. META 4/2014 (distribuídos em 2012)	não informado

2.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.3.1. Total:	9462
2.3.2. Média mensal:	788

2.4. PROCESSOS JULGADOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.4.1. Total:	1923 (homologação de acordo)
2.4.2. Média mensal:	160

2.5. DECISÕES PROFERIDAS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.5.1. Total:	1923 (homologação de acordo)
2.5.2. Votos em processos pautados ou adiados:	não se aplica
2.5.3. Votos em processos julgados em mesa:	não se aplica
2.5.4. Declarações de voto:	não se aplica
2.5.5. Decisões monocráticas terminativas:	não se aplica
2.5.6. Decisões em juízo de retratação (artigos 543-B, § 3º e 543-C, § 7º, II, CPC) :	não se aplica
2.5.7. Decisões liminares e antecipações de tutela:	não se aplica
2.5.8. Outras decisões interlocutórias:	não se aplica
2.5.9. Mero expediente:	não se aplica

2.6. FLUXO PROCESSUAL - META CNJ (agosto/2013 a julho/2014)	
2.6.1. Processos distribuídos/redistribuídos (entrada):	9462
2.6.2. Total de processos julgados (conciliados e homologados):	1923
2.6.2.1. Processos julgados com baixa definitiva:	não informado
2.6.2.2. Processos julgados com recurso interno:	0
2.6.2.3. Processos julgados com recurso à instância superior:	0
2.6.2.4. Processos julgados aguardando publicação ou prazo recursal: 0 (pendentes de publicação) e 355 (em prazo para recurso)	
2.6.3. Processos redistribuídos (saída):	não se aplica
2.6.4. Fluxo ou saldo de processos: total de distribuídos ou redistribuídos (entrada) – total de julgados (conciliados e homologados) + redistribuídos (saída):	7529

2.7. LAVRATURA DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.7.1. Processos julgados por acórdão:	não se aplica
2.7.2. Acórdãos lavrados:	não se aplica
2.7.3. Lavraturas em prazo superior a 10 dias:	não se aplica
2.7.4. Acórdãos pendentes de lavratura:	não se aplica

2.8. PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS (agosto/2013 a julho/2014)	
2.8.1. Acórdãos publicados:	não se aplica
2.8.2. Publicações além do prazo de 10 dias:	não se aplica
2.8.3. Acórdãos pendentes de publicação:	não se aplica

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe não apurou a metodologia de trabalho e as boas práticas do Gabinete.

4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

A Desembargadora Coordenadora é designada por um período de dois anos e acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional. A unidade não foi contemplada com auxílio de juízes federais em mutirões.

A equipe da CGJF foi recebida pela Desembargadora Coordenadora no período da inspeção da unidade. A força de trabalho alocada em atividade fim resulta na relação de aproximadamente 98 processos por servidor, o que se mostra adequada para a gestão célere e eficiente da unidade.

Os dados estatísticos mais relevantes para a análise de gestão processual da unidade revelam, primeiramente, que a distribuição no período de agosto/2013 a julho/2014 foi de 9462, com média mensal de 788 processos. A menor distribuição foi de 373 processos em maio/2014, e a maior foi de 2060 em novembro/2013. Em relação à produtividade, verifica-se que foram realizadas 9622 tentativas de conciliação, em audiência ou nos autos, e 1923 processos julgados (conciliados e homologados) nos últimos 12 meses (média mensal de 160).

Em termos de organização dos processos, foram localizados problemas na unidade, relacionados aos seguintes pontos: extravio dos autos 200761000239016.

Os feitos selecionados para inspeção, fisicamente localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes; e os que tramitavam em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

De forma geral, a unidade não teve dificuldade para informar sobre a situação processual dos feitos listados. Não foi localizado um feito da lista de inspeção para análise da equipe (200761000239016). Alguns feitos não estavam fisicamente disponíveis e foram verificados com base exclusivamente em informações do sistema processual da Corte. Foram inspecionados 36 processos da listagem, com amostragem do acervo, por meio de exame físico e/ou controle por andamento processual, em diferentes fases e classes processuais.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias, maiores ou menores, entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos, principalmente quanto à processo findos e não baixados no sistema de acompanhamento processual do gabinete de conciliação.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Além dos processos remanescentes da inspeção anterior, não foram inspecionados processos em razão de representação por excesso de prazo. Na listagem, constou um processo extraviado (200761000239016);

A amostragem revelou a existência de três feitos com distribuição originária no TRF3, anterior a 31/12/2006, inseridos na META 2/2009 e 2010 CNJ (200261140041872, 200461000017298 e 200461000050370). No acervo total da unidade, apurado em julho/2014, o número de feitos da META 2 CNJ, distribuídos até 31/12/2006, era de nove processos, representando, portanto, 0,04% de todo o estoque em tramitação. Em termos gerais, é possível concluir que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são triados e recebem tratamento próprio e preferencial, sendo que a maioria encontra-se na fase processual de aguardando conciliação.

A listagem por ano, posteriormente à META 2 CNJ, indica o seguinte acervo de processos distribuídos: 11 em 2007, 110 em 2008, 42 em 2009, 71 em 2010, 78 em 2011, 77 em 2012, 828 em 2013 e 1.632 em 2014. Como se observa, a maior parte do atual acervo refere-se a processos distribuídos no gabinete originário entre os anos de 2013 e 2014, portanto com menos de cinco anos de tramitação no TRF3.

Também não se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso nem processos da META 18/2013 CNJ, que trata de ações de improbidade e ações penais por crimes contra a Administração Pública com distribuição até 31/12/2011.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Foram localizados cinco processos paralisados há mais de ano na unidade sem justificativa (201303990339961, 201303990353176, 201303990363501, 20046100017298 e 200461000050370). Na amostragem, existem processos que aguardam conciliação há até cinco anos (200761000239016). Pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, é possível concluir que em geral os feitos são julgados (mediante conciliação) por ordem de antiguidade e, atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano de 2014.

Foram listados 5 agravos de instrumentos, todos apensados ao principal levado ao gabinete de conciliação, dos quais 5 com pendência de julgamento (200903000007676) ou providência na unidade (aguardando baixa: 200803000165393, 200803000309199 e 200803000381582 e 200903000283977), sendo que o mais antigo foi protocolado em 05/2008, estando aguardando baixa (200803000165393). A conclusão mais antiga remonta a maio/2009 (200903000007676). Não existem agravos de instrumento pendentes de exame de antecipação de tutela recursal. Não se verificou a existência de agravos de

instrumento com antecipação de tutela deferida e ainda pendentes de exame pelo colegiado.

A amostragem localizou quatro feitos de natureza especial, envolvendo ação com interesse de idoso (2006603990274792, 201303990339961, 201303990357176 e 201303990363501), portador de necessidades especiais e doença grave, ação civil pública, ação popular, ação de desapropriação, ação rescisória, exceção de suspeição ou impedimento, conflito de competência, mandado de segurança originário, restauração de autos, *habeas corpus*, revisão criminal, inquérito judicial e ação penal originária. A respectiva tramitação apresenta irregularidades, destacando a situação dos processos 2006603990274792, 201303990339961 e 201303990357176, nos quais ocorreram, respectivamente: conclusão para julgamento de embargos de declaração em 10/05/2012; distribuição em 08/10/2013 e conclusão em 21/10/2013; distribuição em 16/10/2013 e conclusão em 21/10/2013.

No tocante a processos sobrestados (dois), foi observado que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, dentre as quais repercussão geral (20061140047981 e 200361000331936); não existindo situações relativas a suspensão em virtude de arguição de inconstitucionalidade em tramitação no Plenário ou Corte Especial, ou sobrestamento determinados pelo próprio relator com fundamento legal.

Verificou-se, ainda, que não se aplica a hipótese de processos do Gabinete inspecionado liberados para revisão, não configurando pendência externa a ser cobrada da respectiva unidade. Também não existem processos do Gabinete inspecionado que aguardam voto-vista e declaração de voto. Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se não se aplicar as hipóteses de processos conclusos para 'revisão', 'voto-vista ou 'declaração de voto'.

Considerados os recursos que são julgados em mesa, não se apurou a pendência de agravos legais/regimentais, mas se apurou de embargos de declaração (2006603990274792), exigindo exame urgente, em razão do tempo decorrido desde a interposição, redistribuição ou conclusão ao atual relator. Não houve embargos de declaração com conclusão recente, há menos de 90 dias, ou ainda sem conclusão, não gerando pendência atual na unidade. Segundo apurado, existe pendente de julgamento 1 embargo de declaração, com conclusão há mais de 30 dias.

Excluídos os agravos de instrumento, em outras classes processuais não existem processos com decisão liminar ou cautelar, de antecipação de tutela ou de provimento ou negativa de seguimento a recurso, proferidas há mais de 90 dias e ainda não levadas para exame do colegiado.

Na análise do fluxo processual e seus efeitos sobre o acervo, cabe destacar que, no período inspecionado, houve distribuição de 9462 e tentativas de conciliação 9622 processos, resultando, assim, na produtividade de 101,7%.

As análises feitas na unidade, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conciliação, incluindo os previstos na META 2/2009 e 2010 CNJ. Predominam no acervo processos distribuídos a partir de 2013 e, portanto, com menos de 5 anos de tramitação no TRF3.

No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

5. OBSERVAÇÕES GERAIS

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada: a unidade está em fase de planejamento e possui um quantitativo grande de recursos humanos para responder à demanda, uma metodologia de trabalho com pontos positivos, como a especialização dos setores em razão da matéria e subdivisões de acordo com a atividade, e pontos negativos, como a ausência de controle e priorização de processos da Meta 2 do CNJ e de processos em tramitação na unidade há muito tempo (ex: 90 dias). O trabalho tem produzido resultados, mas podem apresentar maior efetividade e controle, devendo ser levado em consideração que o trabalho desenvolvido pela atual titular teve início há cinco meses.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgãos: Conselho de Administração (CA) e Conselho da Justiça Federal da 3ª Região (CJF3R).

1.2. Presidente: Desembargador Federal Fábio Prietro de Souza, desde 17/02/2014.

1.3. Diretor da Secretaria: Valdir Cagno, desde 17/02/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 20 auxiliares (15 servidores efetivos lotados na própria unidade e 1 prestando serviço; 4 estagiários de nível médio); 16 em atividade fim; e 14 funções gratificadas (1 CJ3, 2 CJ1, 4 FC5 e 7 FC3).

2. COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS UNIDADES

2.1. Composição: **(a) Conselho de Administração** – Presidente do TRF, Vice-Presidente do TRF e quatro desembargadores federais e respectivos suplentes eleitos pelo Órgão Especial dois a dois dentre os integrantes das Seções; **(b) Conselho da Justiça Federal** – Presidente do TRF, Vice-Presidente do TRF, Corregedor Regional do TRF e dois desembargadores federais eleitos com seus suplentes pelo Órgão Especial, dentre os seus integrantes.

2.2. Competência: **(a) Competência do Conselho de Administração** - Recursos de processos administrativos dos servidores do Tribunal. Postulações administrativas formuladas por desembargadores que muitas vezes são dirigidas ao Presidente. Em alguns casos o Presidente encaminha a matéria ao Conselho; **(b) Conselho da Justiça Federal** - Recursos de processos administrativos dos Servidores da Justiça Federal de 1º grau e dos Juízes de 1ª instância.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A Secretaria dos Conselhos de Administração (CA TRF3R) e Justiça (CJF3R) é única para os dois órgãos e é composta por duas divisões: Divisão de Procedimento

e Coordenação - DCOR e Divisão de Assuntos da Magistratura (DMAG). A DCOR é composta pela Seção de Processamento. A DMAG, por sua vez, é composta por 3 Seções, a saber: Seção de Assentamento de Magistrados, Seção de Movimentação de Magistrados e Seção de Atos e Designações.

O Conselho de Administração realiza sessões na terceira 4ª feira do mês. O Conselho da Justiça Federal realiza sessões nas primeiras e terceiras 5ª feiras do mês.

No período inspecionado, o CJF3R realizou 18 sessões ordinárias e 3 sessões extraordinárias - 2 sessões por mês e o CA TRF3R realizou 8 sessões ordinárias e 1 sessão extraordinária - 1 sessão por mês.

Não há tramitação de processos de natureza jurisdicional. Apenas processos e expedientes de natureza administrativa.

O total de processos em tramitação está assim dividido entre os órgãos: DCOR (CA TRF3R e CJF3R) 156 e DMAG 169, perfazendo um total de 325 procedimentos administrativos.

Há três processos administrativos que se encontram aguardando deliberação do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Em 2013 foram distribuídos, nos dois órgãos, 32 processos. Em 2014, até a data-base da inspeção, 149 processos.

Os processos, quando em Secretaria, são devidamente acondicionados em armários com portas e quando sigilosos em armários trancados. Autos findos (encerrados) são arquivados no Arquivo Central da Av. Presidente Wilson. Alguns autos findos, já encerrados, encontram-se arquivados em Secretaria. (Há registro da localização em sistema - SISTEMA SAPA). A partir da implantação do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações), os processos passaram a tramitar em meio eletrônico. Há, nesses casos, controle eletrônico dos processos arquivados, dos em andamento, inclusive segundo certas variáveis: Relator, assunto ou fase.

A organização e controle de movimentação dos procedimentos e expedientes administrativos observam os recursos disponíveis. Na DCOR é utilizado o sistema Sapa para anotação da movimentação processual e, principalmente, o sistema SEI, em razão da migração do acervo físico para o meio eletrônico; na DMAG é utilizado sistema Easy Image e sistema Sispraco. A DMAG passou a beneficiar-se grandemente, para efeito de organização e controle de movimentação de seus processos, do sistema SEI.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) possibilita um bom controle do conteúdo e situação do acervo, principalmente por meio do uso do chamado acompanhamento especial.

O planejamento das atividades é feito de acordo com os cronogramas das sessões de ambos os Conselhos, e também de acordo com as etapas dos concursos de ingresso, remoção e promoção de magistrados.

Os critérios internos de distribuição das atividades seguem a seguinte ordem: há duas divisões nesta Secretaria. DCOR, responsável pelos processos autuados no âmbito dos Conselhos de Administração e Justiça, e DMAG, responsável pelos expedientes administrativos relativos aos magistrados. Cada Divisão distribui as atividades para as respectivas Seções, as quais são estruturadas com número de servidores em proporção ao número e complexidade das tarefas, observando-se o número total de servidores disponíveis na Secretaria.

Não há fixação de metas individuais de produtividade, em razão da especificidade das atividades. As demandas chegam, diariamente, à Secretaria, são recebidas pela Divisão competente e imediatamente registradas no sistema SEI, informadas e encaminhadas para decisão. Em razão disso, não há controle periódico de produtividade, avaliação periódica de resultados e fixação periódica de metas.

Em situações muito pontuais há a adoção de mutirão, quando, por exemplo, surge alguma solicitação de levantamento de um grande número de informações, em um prazo muito exíguo.

As férias dos servidores são organizadas de modo a não desfalcar nenhuma das seções da Secretaria.

As substituições das funções comissionadas obedecem, sempre que possível, a hierarquia.

Considerando que a Secretaria dos Conselhos de Administração (CA TRF3R) e Justiça (CJF3R) é única e é formada por duas Divisões (DCOR) e (DMAG), e considerando, igualmente, o número de feitos em tramitação em ambas as Divisões, verifica-se que o tempo médio de tramitação em Secretaria é de 36,5 dias.

A Secretaria, como parte integrante do TRF3R, procura cumprir as METAS do CNJ.

O atendimento na unidade é feito pelo servidor da Seção/Divisão em que tramita o procedimento/expediente administrativo. Tratando-se de feitos administrativos, em meio físico, somente o advogado regularmente constituído, após conferência do teor da procuração constante dos autos, além da parte requerente, podem consultar os

feitos. O processo eletrônico pode ser consultado pelo procurador da parte interessada, após efetuado o prévio cadastro no site do TRF3R, para acesso externo ao sistema SEI, e do deferimento do pedido de disponibilização formulado ao Relator. Em se tratando de partes interessadas/servidores que não tenham constituído advogados nos processos administrativos, o acesso externo pode ser dado ao mesmo, após despacho do Relator.

As decisões, despachos, atos normativos, editais e demais atos são enviados para publicação no mesmo dia em que são recebidos em Secretaria.

Com a implantação do sistema eletrônico de informações, e a migração dos autos físicos para o sistema eletrônico, há possibilidade de verificação de quantidade de processos distribuídos num determinado interregno, processos em tramitação, processos concluídos, tempo médio de tramitação, documentos gerados e documentos recebidos.

O controle de cargas e remessas, é feito mediante guias de remessas, via sistema eletrônico, no caso dos autos físicos remanescentes. Em razão da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (Sistema SEI), e a utilização do mesmo por outros órgãos públicos, a remessa pode se dar por meio eletrônico entre os órgãos. Os advogados, nos feitos eletrônicos, podem, também, ter acesso aos autos, por meio de acesso externo, desde que efetuado o cadastros necessário no site do TRF3R, que exige a indicação do endereço eletrônico, poderão ter acesso aos processos eletrônicos, liberado pela secretaria, após verificada a regularidade do instrumento de mandato.

A adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), segundo o Diretor da Unidade, trouxe enorme benefício à Secretaria. Contudo, a DMAG ainda carece de instrumentos que possibilitem controle ágil de dados e informações dos magistrados da 3ª Região.

Não há petições pendentes de juntada.

A certificação é feita nos próprios autos físicos com lançamento de fase nos sistemas eletrônicos (Sispraco e Sapa) e, mais comumente, em razão da migração para o sistema eletrônico de informações (SEI), nos próprios autos eletrônicos.

A meta 10/2010 resta cumprida nesta Secretaria. Há, inclusive, resolução do próprio CA do TRF3R determinando a utilização do meio eletrônico para efeito das comunicações oficiais entre os órgãos: Resolução n. 293, de 17 de setembro de 2007, que estabeleceu a utilização de correio eletrônico na 3ª Região. A comunicação das decisões administrativas dos Conselhos adota a prática sistematicamente. A implantação do SEI otimizou o cumprimento dessa meta.

Não há processos com determinações da inspeção anterior pendentes de cumprimento, e não houve autoinspeção na unidade.

Segundo o Diretor da unidade, a SCAJ possui quadro de servidores, incluindo supervisores de seção e diretores de divisão, com grande conhecimento e experiência sobre as rotinas e assuntos que são tratados no âmbito dos Conselhos. Habitados no trato com os magistrados, prestam os esclarecimentos solicitados pelos magistrados de 1º e 2º graus - do juiz federal substituto recém-empossado ao desembargador federal na iminência da aposentadoria-, pessoalmente, por telefone, por *e-mail*, além da elaboração das informações escritas que devem instruir os diversos expedientes que tramitam no âmbito dos Conselhos.

Por fim, como boas práticas, o Diretor da unidade apontou (a) a digitalização dos expedientes administrativos que tramitavam em autos físicos, para inclusão no sistema SEI e continuidade do trâmite em meio eletrônico (99% já digitalizado) e a (b) Criação de pasta na rede "Precedentes", compartilhada entre a Secretaria dos Conselhos (SCAJ) e os gabinetes dos desembargadores que compõem os Conselhos.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

Está adequadamente instalada, funcionando na sede do próprio Tribunal.

Não há tramitação de processos de natureza jurisdicional. Apenas processos e expedientes de natureza administrativa, todos com tramitação regular, tanto que não anotado nenhum para ser inspecionado.

Os processos estão, praticamente, todos tramitando pelo sistema eletrônico (SEI), inclusive os que se iniciaram em plataforma física, que já foram 99% digitalizados.

Não havia recomendações da inspeção anterior, na qual se consignou que a Secretaria funcionava com boas práticas, celeridade no andamento dos feitos e bom desempenho das atividades. Nesta inspeção, a equipe de inspeção reitera essa constatação.

O quadro de servidores foi diminuído em um, considerando-se o número existente na inspeção anterior, o que não afetou a boa rotina das atividades, na medida em que na precedente inspeção já se consignara que o número de servidores era bastante significativo.

Não há, portanto, indicação para alteração quanto ao número de servidores alocados na unidade.

Não existem recomendações específicas a serem feitas à unidade.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO – EMAG

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Órgão: Escola da Magistratura Federal da 3ª Região – Emag.

1.2. Diretora: Desembargadora Federal Cecília Mello, desde 25/06/2014. (É membro da 11ª Turma, a qual preside; participa da 4ª Seção e do Plenário; Presidente do Comitê Gestor do Processo Eletrônico; Presidente do Comitê de Informática)

1.3. Assessora: Marta Fernandes Marinho Curia, desde 02/07/2014.

1.4. Quadro de pessoal: 26 auxiliares (23 servidores efetivos, 1 servidor sem vínculo ocupante de 1 CJ1 e 2 estagiários de nível de nível médio); 26 em atividade fim; e 16 funções gratificadas (2 CJ1, 1 FC6, 5 FC5, 1 FC4 e 7 FC3).

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

A EMAG tem como missão institucional favorecer a construção e a difusão de conhecimento, propiciando situações de aprendizagem que contribuam para a seleção, a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de magistrados, com vistas ao atendimento dos anseios da sociedade por uma prestação jurisdicional rápida e efetiva.

Compete à Diretoria da EMAG, composta por um Desembargador Diretor e uma Comissão de três desembargadores indicados nos termos do art. 380 do Regimento Interno e demais atos normativos do TRF 3R, que tratam da EMAG, a representação institucional, a definição de metas para fiel cumprimento da missão da Escola, a direção e a orientação de suas atividades, a aprovação do programa pedagógico anual e da proposta orçamentária anual, a gestão dos recursos orçamentários destinados à capacitação de magistrados, o deferimento de inscrição para participação de magistrados em cursos oficiais de formação e aperfeiçoamento e a realização de convênios, contratos ou termos de parceria com entidades públicas e/ou particulares.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

Está adequadamente instalada, na Avenida Paulista, n. 1912, ocupando 3 andares de um prédio situado ao lado da sede do TRF 3ª Região.

A Escola de Magistrados dispõe de um auditório, uma vara-padrão, salas de aula de menor porte e salas administrativas. As salas de aula de menor porte, para usos diversos, são dotadas de divisórias de fácil adaptação para a demanda: laboratório de informática, salas de estudo, salas de aula, entre outras.

Houve alteração efetivada na estrutura organizacional da EMAG por meio da Resolução n. 494/2014, subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração da Corte. Com a referida reestruturação, houve redução no quadro de funções comissionadas, bem como na quantidade de cargos destinados à Escola, gerando uma redistribuição, entre os setores da atual estrutura organizacional, das atividades desenvolvidas pela EMAG.

A redução do quadro ocorreu, para que pudesse ser implementada a criação das turmas especializadas em matéria criminal.

O planejamento é feito bienalmente e é estipulada pela Diretoria da Escola com base nas determinações do CJF, Enfam, metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal e análise das necessidades de aperfeiçoamento mencionadas em pesquisa realizada junto aos magistrados anualmente.

No ano de 2012, o curso “Laboratório de Aprimoramento Docente”, estruturado pela EMAG/FGV–SP (24 horas-aula), contou com a participação de 39 magistrados e dois servidores da própria Escola, graduados em Pedagogia.

A equipe administrativa e pedagógica da EMAG, segundo relatório encaminhado pela unidade e que consta como anexo deste relatório de inspeção, procura atualização técnica nos assuntos afetos ao desenvolvimento das atividades da Escola em caráter permanente. Nesse contexto, alguns servidores frequentaram os cursos: Formação de Formadores, Tutores em EAD, Currículos e Projetos Pedagógicos, Formação de Coordenadores e Analistas em Educação Corporativa, dentre outros. Não há como, presentemente, segundo questionário anexo da unidade, como considerar que houve capacitação específica para adaptação ao novo plano. Isso porque, a assunção da atual Diretora da EMAG ocorreu recentemente, em junho de 2014, em face da renúncia da anterior Diretora, que havia tomado posse no início da atual administração, iniciada em 17/02/2014.

Não houve aquisição de sistemas informatizados.

A Escola utiliza o sistema SEMAG, desenvolvido pela equipe de informática do próprio Tribunal, responsável também pelas atualizações e ajustes.

Foi estruturado com base na Resolução 233/2013, o Curso de Formação dos Juízes aprovados no XVI Concurso, com início em maio de 2013. O mesmo se deu com o Curso de Formação, que estava em andamento no momento da inspeção, para os juízes aprovados no XVII Concurso.

O programa de formação inicial de 2013 foi distribuído em módulos temáticos de forma a contemplar o conteúdo estabelecido no art. 9º da referida Resolução. Além do proposto pela Resolução, outros temas de interesse dos magistrados foram agregados à programação. O curso contou com aulas teóricas, simulações, visitas, trabalhos em grupo e estágio supervisionado. O mesmo se deu com o Curso de Formação, em andamento, para os juízes aprovados no XVII Concurso.

O programa do Curso de Formação Inicial consta em anexo a este relatório, e tem a seguinte ementa:

Estrutura administrativa e judiciária do TRF3. Ética e deontologia do magistrado. Relacionamento interpessoal e interinstitucional. Recursos da informação. Administração judiciária. Gestão administrativa de pessoas. Jurisdição federal criminal, civil, previdenciária, execução fiscal. Juizados especiais federais. Conciliação e mediação. Impactos ambientais, econômicos e sociais das decisões judiciais. Prática jurisdicional.

No ano de 2012 foi oferecido curso específico para os juízes em fase de vitaliciamento, com programa estruturado com base nas dificuldades apontadas pelos magistrados em pesquisa formulada para este fim. A programação e a temática dos cursos constam do questionário anexo a este relatório.

No ano de 2013, o programa de aperfeiçoamento para promoção ofereceu 17 módulos, de 21 horas-aula cada um, de atualização legislativa, além de cursos na modalidade a distância na área administrativa e língua portuguesa. Os programas constam do item 7.2., do questionário anexo a este relatório.

Não foram oferecidos cursos de pós-graduação.

Foram realizados cursos complementares, cuja programação e quantitativo de magistrados constam do questionário anexo, item 7.2.

No que se refere à formação de formadores, foi oferecido no ano de 2012, o curso “Laboratório de Aprimoramento Docente”, estruturado pela EMAG/FGV –SP (24 horas-aula). Contou com a participação de 39 magistrados e dois servidores da própria Escola, formados em Pedagogia. Um magistrado e uma servidora da Escola participaram do curso oferecido pelo CEJ. Não foi desenvolvido conteúdo próprio pela Escola.

Em consonância com a Resolução n. 01/2012, emanada da atual Diretoria da Escola, segundo a unidade, houve incentivo e consolidação da pesquisa institucional, individual ou em grupos de estudo, sobre temas prioritários para a Justiça Federal, de modo a propiciar a identificação de problemas, a proposição de soluções e a difusão do conhecimento.

A EMAG deu sequência às atividades de coordenação e apoio institucional aos grupos de estudo com projetos de pesquisa. Foram aprovados pela Diretoria, no Programa de Pesquisa da EMAG, cinco projetos, quais sejam: (1) “Ação Penal 470 do STF”; (2) “Direito Penal e Processual Penal”; (3) “Juizados Especiais Federais”; (4) “Levantamento de Dados Criminológicos da Subseção Judiciária de Guarulhos”; e (5) “O Planejamento Estratégico da Justiça Federal, Gerenciamento de Projetos e a Gestão da Comunicação”.

Deve ser anotado, também, conforme consta do relatório anexo, a atuação da EMAG na sistematização do Banco de Sentenças, destinado à organização do acervo de sentenças enviadas pelos magistrados federais vitaliciandos, como recurso auxiliar no levantamento de necessidades e no diagnóstico das dificuldades correntes, encontradas no começo da atividade judicante. Esse acervo será um instrumento para aprimorar as ações de capacitação e aperfeiçoamento. O projeto, iniciado no segundo semestre de 2012, teve sequência em 2013.

A avaliação do desempenho da Escola é feita com base em indicadores de desempenho estipulados pelo Planejamento Estratégico da Justiça Federal e dados estatísticos (como participação, carga horária, temática pedagógica), conforme demonstra o Anexo II do questionário respondido pela unidade para esta visita.

Em relação à averiguação e satisfação dos magistrados em formação, a EMAG, ao final de cada evento, distribui questionários de pesquisa de reação, conforme modelo fornecido pelo Conselho quando da implantação do PNA.

Referente ao intercâmbio entre escolas, a EMAG participa dos encontros promovidos pela Enfam e outras Escolas de Magistratura, oferece vagas nos cursos que realiza e encaminha magistrados e representantes da 3ª Região para participar dos cursos oferecidos pelas demais escolas.

Quanto ao cumprimento do disposto nos arts. 7º e 8º da Res. 159, de 2012, a adequação a esses normativos pode ser acompanhada pelo processo SEI 0005278-28.2014.4.03.8000, referente ao Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0001076-35.2013.2.00.0000, proferida pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Consta desse processo as seguintes informações: em relação ao *caput* do art. 7º, o TRF3 incluiu em seu orçamento rubrica específica para atender às necessidades da Escola. No tocante ao § 1º do art. 7º, a Escola tem remetido à Presidência do TRF3 as propostas orçamentárias, conforme suas necessidades, considerando as ações a serem desenvolvidas e o planejamento estratégico plurianual. Consta, também, que a Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGE processou integralmente a execução orçamentária até 2012 e apresentou a proposta orçamentária da EMAG para 2013. Em 2014, a proposta orçamentária da EMAG já foi recebida pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOFI, separadamente da SEGE. Assim, a proposta orçamentária de 2015 será a segunda a ser processada

nos termos da Resolução n. 159/2012. Em relação ao § 2º do art. 7º, a EMAG vem atuando como unidade gestora responsável pelos valores consignados no orçamento do TRF3, de acordo com os limites estabelecidos pela Resolução n. 159/2012 e pela Resolução n. CJF-RES-2013/00253, de 22 de agosto de 2013. Assim como até o final da gestão anterior (biênio 2012-2014), a Diretoria posiciona-se no sentido de manter a ordenação de despesas como competência do Presidente do Tribunal. Quanto à disponibilização de dados acerca de atividades ou planejamentos desenvolvidos (arts. 8º a 10), seja por obrigação legal ou por vinculação institucional, a Escola tem adotado uma postura transparente e cooperativa, sempre procurando conciliar a frequência dos magistrados aos cursos obrigatórios e a manutenção da atividade jurisdicional. Tais medidas permanecem no estado atual da Escola, conforme declarado pela Direção pelo Ofício EMAG 0589683, de 7 de agosto p.p.

O planejamento estratégico é feito bienalmente e está adequado ao planejamento estratégico da Justiça Federal, levando em conta as necessidades de aperfeiçoamento dos magistrados.

A gestão atual assumiu em 25 de junho de 2014, e está estabelecendo as diretrizes orçamentárias e metodológicas para cumprimento da Resolução 233/2013 do CJF para implantação no biênio 2014/2015.

O Concurso de ingresso à carreira da Magistratura é conduzido pela EMAG, sem a contratação de empresa terceirizada para a elaboração das provas.

A atual Diretora, que assumiu recentemente, em razão, como dito, da renúncia da anterior Diretora, está empenhada em dar continuidade às atividades da EMAG, tendo como meta a realização de cursos com a utilização do sistema de ensino a distância (EAD), com a etapa final presencial, mediante estudos de casos, o que implicará em redução dos custos dos módulos.

Assinalou a Desembargadora Diretora que é intenção da atual gestão intensificar o intercâmbio com as demais escolas da magistratura, para troca de experiências e aproveitamento de cursos e rotinas que possam melhorar a atuação da EMAG.

Não havia recomendações da inspeção anterior.

No questionário preenchido para a inspeção anterior (2012), foi anotado pelo então Diretor da unidade, que estaria havendo uma dificuldade para a realização do programa de aperfeiçoamento dos juízes vitaliciandos e vitaliciados, por óbices que estariam sendo postos pela Corregedoria. A atual Diretora, no entanto, apontou que essa dificuldade foi superada, havendo uma sinergia entre os dois órgãos do Tribunal.

Quanto ao número de servidores alocados na unidade, considerando a realidade do TRF 3, está adequado.

Não há recomendações específicas para esta unidade.

G. UNIDADES ADMINISTRATIVAS

CONTROLE INTERNO

I – INTRODUÇÃO

Entre os dias 19 e 28 de agosto do corrente ano, ocorreu a Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Na ocasião, a equipe administrativa esteve nas dependências do órgão inspecionado, onde foram aplicadas as técnicas de auditoria previstas e regulamentadas pela Resolução CNJ n. 171/2013, quais sejam: análise documental, circularização, inspeção física, exame de registros e entrevista.

A equipe administrativa da Inspeção ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região teve como escopo: a) as licitações e contratos administrativos de bens, serviços e TI; b) a logística de segurança dos edifícios do complexo que compõe o órgão; c) a governança de TI do Tribunal; e d) a conformidade dos pagamentos e da gestão de pessoas.

Em decorrência dos exames, foram verificados indícios de irregularidades na atuação administrativa daquele Tribunal, ensejando a anotação de evidências que, confrontadas com critérios legais e de boas práticas administrativas, permitiram a identificação de riscos e danos à gestão do Órgão, bem como geraram as recomendações apresentadas no presente relatório.

II – ANÁLISES

A logística de segurança dos edifícios que compõem o Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi verificada por meio de inspeção física e entrevistas com os servidores agentes de segurança, além de análise dos processos de contratação de bens e serviços de segurança.

Quanto à verificação das licitações e dos contratos, foram realizadas entrevistas com servidores das respectivas áreas e análises documentais. Foi selecionada amostra de processos de contratação por meio do critério de materialidade e relevância dentre o universo de contratos vigentes e celebrados entre janeiro de 2013 e agosto de 2014, resultando nos seguintes processos administrativos de contratação:

PROCESSO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO
0008152-20.2013.4.03.8000	Administração do programa de estágio (contratação emergencial)
0004025-39.2013.4.03.8000	Administração do programa de estágio
0019345-32.2013.4.03.8000	Prestação de serviço de copeiragem
0019158-24.2013.4.03.8000	Prestação de serviços de controladores de acesso (receptionistas) e de condução de veículo de transporte vertical (ascensoristas)
0009628-93.2013.4.03.8000	Prestação de serviço de apoio operacional
0015701-81.2013.4.03.8000	Prestação de serviços de corte, impressão, acabamento e supervisão
0010258-52.2013.4.03.8000	Prestação de serviço de assistência médica a custo <i>per capita</i>
0021683-76.2013.4.03.8000	Prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva do sistema de som dos plenários e auditórios do Edifício-Sede do TRF3
0005747-11.2013.4.03.8000	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos geradores de energia elétrica movidos a diesel

III – CONSTATAÇÕES DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

1) LICITAÇÕES E CONTRATOS

ACHADO – Ausência de parecer jurídico suficientemente detalhado

Da análise do processo administrativo que versa sobre a contratação do serviço de assistência médica a custo *per capita*, verifica-se que, de acordo com a lista constante do documento 0067637, foi considerado como cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993 o carimbo na página inicial do edital.

De igual forma, a minuta contratual teve sua aprovação por meio de parecer, no qual constou apenas a informação de que “*o instrumento contratual foi elaborado em conformidade com os preceitos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002*”.

Além disso, no processo de contratação do serviço de controle de acesso e ascensorista da Torre Sul do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, verificou-se

parecer jurídico sucinto, no qual constou somente a seguinte sentença: “o instrumento convocatório foi elaborado em conformidade com os preceitos das Leis 8.666/93 e 10.520/02, podendo, dessa forma, ser aprovado”.

No entanto, o Tribunal de Contas da União firmou o entendimento de que os pareceres jurídicos integram a motivação dos atos administrativos e, dessa forma, devem ter abrangência suficiente para evidenciar a avaliação integral dos documentos submetidos a exame. Concluiu também que é ilegal a adoção de pareceres sintéticos, com conteúdo genérico, sem a demonstração da efetiva análise das minutas. Nessa esteira, cito os acórdãos TCU - Plenário ns. 3.014/2010, 748/2011, 1.896/2014 e 1.944/2014.

RECOMENDAÇÃO

Elaborar parecer jurídico suficientemente detalhado, avaliando todos os documentos submetidos à análise, abstendo-se de exames sintéticos e genéricos, com vistas ao cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

ACHADO – Não utilização da modalidade licitatório “pregão” para licitar bens comuns

O Contrato n. 04.018.10.2010, que trata da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos geradores de energia elétrica movidos a diesel, foi firmado pela modalidade licitatória denominada Tomada de Preços. Para tanto, a área técnica fundamentou-se no argumento de que se trata de serviços de engenharia e que não há como classificá-lo como comum e, por consequência, realizar sua contratação por meio de pregão eletrônico. Da mesma forma, o processo 0021683-76.2013.4.03.8000, que versa sobre a contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva do sistema de som dos plenários e auditórios do edifício sede do TRF3.

No entanto, a Lei 10.520/2002, em seu art. 1º, define que serão licitados por meio de pregão os bens e serviços comuns, cujo conceito está definido no art. 2º, §1º, do Decreto 5.450/2005: “consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”. Especificamente sobre os serviços de engenharia, no qual se enquadra o serviço ora contratado, o Tribunal de Contas da União firmou o entendimento de que “o uso do pregão nas contratações de serviços

comuns de engenharia encontra amparo na Lei n. 10.520/2002¹, ou seja, pode ser licitado por meio de pregão.

Igualmente, verifica-se que os órgãos federais, estaduais e municipais situados nesta capital e em outras localidades, têm contratado os serviços citados por meio de pregão, demonstrando haver amplo mercado na área. Além disso, os objetos contratuais foram objetivamente definidos no edital, permitindo a apresentação de especificações usuais de mercado.

RECOMENDAÇÃO

Utilizar, na próxima contratação, a modalidade licitatória denominada “pregão” para licitar bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, inclusive os de engenharia, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002 e da Súmula TCU n. 257.

ACHADO – Ausência de estudo técnico quantitativo para justificar as quantidades

No Contrato n. 04.012.10.2014, que trata da prestação de serviços de recepcionistas e ascensoristas, não se verificou estudo técnico para estimar e justificar o quantitativo de postos de trabalho de controle de acesso (recepcionista) constante do Termo de Referência (0191718), tendo em vista tratar-se da primeira contratação do referido serviço pelo TRF3, conforme consta do memorando n. 0193715/2013, incorrendo no risco de super ou infraestimativa do objeto.

Essa mesma ausência também foi verificada no processo de contratação n. 0015880-15.2013.4.03.8000, não constando do DOD (docs. 0144245 e 0144250) nem de outros artefatos referentes à capacidade existente, previsão de utilização ou capacidade prevista para uso dos sistemas de armazenamento de dados, bem como no processo administrativo n. 0009628-93.2013.4.03.8000, referente à contratação de serviços de apoio operacional, abrangendo as atividades de transporte e movimentação de bens, móveis e materiais, como também, a entrega de correspondências, processos e afins. Por fim, não se verificou o citado estudo no processo 004025-39.2013.4.03.8000, que versa sobre a administração do programa de estágio, uma vez que não se justificaram as quantidades de estagiários de nível superior e médio, nem as áreas de atuação – correspondência entre o curso realizado pelo estagiário e as atribuições da unidade administrativa requisitante.

¹ Súmula TCU n. 257.

Cabe registrar que a falta de estudo para mensurar o quantitativo de postos de trabalho já havia sido apontado no último relatório de inspeção, quando da análise dos Processos Administrativos n. 40/12, 63/12, 292/11, 56/11, 264/10, 84/12 e 54/12.

RECOMENDAÇÃO

Justificar a quantidade estimada de bens e serviços que serão adquiridos ou contratados, mediante a apresentação de estudo técnico, nos termos dos arts. 7º, § 4º, c/c art. 15, § 7º, II, ambos da Lei 8.666/93, e art. 15, V, da IN MPOG n. 2/2008 e Acórdão TCU n. 2.751/2011 - Plenário.

ACHADO – Ausência de previsão nos editais e contratos das verbas trabalhistas a serem contingenciadas por força da Resolução CNJ n. 169/2013

Da análise do processo n. **0019158-24.2013.4.03.8000**, verificou-se a ausência, no corpo do edital e do contrato, dos percentuais das rubricas referentes às verbas trabalhistas que serão contingenciadas, bem como penalização específica a que está sujeita a contratada, no caso de descumprimento do prazo indicado para entrega dos documentos referentes à abertura da conta corrente vinculada, conforme disposto nos incs. I e IX do art.17 da Resolução CNJ n. 169/2013 c/c art. 3º da Instrução Normativa CJF n. 1/2013.

Essa mesma ausência também foi verificada no processo n. 0009628-93.2013.4.03.8000, referente à contratação de serviços de apoio operacional, abrangendo as atividades de transporte e movimentação de bens, móveis e materiais, como também, a entrega de correspondências, processos e afins, bem como no processo 0019345-32.2013.4.03.8000, que versa sobre a contratação de serviços de copeiragem.

RECOMENDAÇÃO

Incluir, no corpo do edital e do contrato, os incs. I e IX do art. 17 da Resolução n. 169/2013 c/c art. 3º da Instrução Normativa CJF n. 01/2013, não bastando para dar cumprimento ao disposto no art. 17, juntar como anexo do instrumento convocatório a íntegra da Resolução CNJ n. 169/2013.

ACHADO – Ausência de justificativa para a alteração qualitativa do contrato

A Administração possui a prerrogativa de alterar de forma unilateral o contrato administrativo com o fim de adequá-lo às novas demandas do interesse público. O art. 65, inc. I, alíneas “a” e “b” permitem que essas alterações sejam qualitativas ou quantitativas. As alterações quantitativas estão limitadas, pela lei, em 25% sobre o valor inicial atualizado do contrato. No caso particular de reformas de edifícios e equipamentos o limite é de 50%, contudo, esses limites são apenas para os acréscimos. Nas supressões, os limites permanecem 25%. Quanto às alterações qualitativas, que não estão sujeitas aos limites acima citados, se caracterizam quando *“a melhor adequação técnica supõe a descoberta ou a revelação de circunstâncias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada”* (JUSTEN FILHO, 2005, p. 538) (grifei).

Assim, o termo aditivo n. 04.023.12.2013, celebrado no contrato para prestação de serviços de apoio operacional visando o acréscimo de seis postos de trabalho, correspondentes a menos de 10% do total contratado, a princípio, não teria irregularidade, já que se enquadrava dentro do acréscimo legal de 25%. Ocorre que a justificativa para o acréscimo dos postos de trabalho foi a inclusão de serviços de bloquistas, que não estavam previstos no contrato, o que caracteriza acréscimo qualitativo.

O contrato n. 04.023.10.2013, que tem como objeto a prestação de serviços de apoio operacional, abrangendo as atividades de transporte e movimentação de bens, móveis e materiais, como também, a entrega de correspondências, processos e afins, nos edifícios do TRF - 3ª REGIÃO, dispõe no subitem 8.3 que as atividades a serem desenvolvidas pelos prestadores de serviços contratados serão:

- 8.3.1 - Transportar materiais, utensílios, equipamentos e volumes sob a orientação da Divisão de Conservação e Serviços Gerais;
- 8.3.2 - Carregar e descarregar viaturas quando solicitado;
- 8.3.3 - Efetuar a movimentação interna de documentos;
- 8.3.4 - Atender com presteza e educação as solicitações efetuadas;
- 8.3.5 - Executar outras tarefas correlatas à função.

Já os serviços de bloquistas, executados pelos cinco novos auxiliares de serviços gerais incluídos no contrato por força do termo aditivo supracitado, em nada se relacionam ou guardam similaridade com os serviços inicialmente contratados, conforme se verifica na relação de atividades descritas no documento n. 0335170:

1. Retirar, mediante a utilização de alicate, os colchetes latonados e o barbante existente em todos os volumes e apensos dos feitos;

2. Organizar as páginas que integram cada volume, a fim de que fiquem corretamente acondicionadas dentro da capa dos feitos e apensos, observado o limite inferior da capa;
3. Colocar nova capa, observada a cor e código especificado pelo Supervisor;
4. Operar equipamentos gráficos para perfurar o feito e apensos com a nova capa, consistentes em máquinas perfuradoras, Weg Motores Ltda., motor de indução, modelo 71, trifásico 220/380 V, 1690 rpm, 3,0/1,7 A, 0,76 CV, e Weg Motores Ltda., motor de indução, modelo 71, trifásico 220/380 V, 1720 rpm, 0,55 CV disponíveis na Subsecretaria;
5. Colocar colchetes latonados nos volumes e apensos dos feitos;
6. Amarrar com barbante, os volumes e apensos de um mesmo feito, com estrita observância da sequência das páginas e do número do processo de origem, de modo que os documentos e volumes não sejam misturados;
7. Afixar etiquetas de código de barras relativas à numeração de registro em todos os volumes e apensos de um mesmo feito;
8. Afixar etiqueta identificadora do número do volume do feito, observada a estrita ordem das páginas;
9. Afixar etiqueta de número identificador da classe processual;
10. Afixar fita adesiva colorida identificadora da tramitação especial dos feitos, de acordo com o que foi especificado pelo Supervisor;
11. Manter a ordem numérica dos feitos autuados;
12. Observar, na autuação dos feitos originários, a quantidade de páginas permitida por volume;
13. Acondicionar os feitos nas prateleiras em ordem cronológica.

Ao incluir serviços não previstos inicialmente no Termo de Referência, tendo por fundamento o art. 65, inc. I, alínea “a”, a Administração deixou de observar que tal justificativa só é possível quando, segundo os ensinamentos do professor Fernando Vernalha Guimarães *“esse ajustes podem ter como causa a otimização técnica da execução do objeto, quando se concebem alterações de tecnologia e de metodologia, ou a necessidade de promover adequações havidas por situações que podem obstaculizar os trabalhos-objeto, prejudicando o satisfatório desempenho contratual. Em um caso tem-se a melhora do atendimento ao interesse público, pelo aprimoramento técnico da execução; em outro tem-se a salvaguarda do resultado originalmente perseguido, ante a possibilidade de prejuízos ao interesse público”* (GUIMARÃES, 2003, p. 270).

No caso em tela, durante a vigência do contrato n. 04.023.10.2013 não ocorreu, segundo palavras do ilustre Marçal Justem Filho, a *“descoberta ou a revelação de circunstâncias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada”*, que justificassem a alteração qualitativa, mas tão somente um evento comum e totalmente previsível, qual seja, o encerramento do contrato n. 04.006.10.2009, que tinha como objeto a prestação de serviços gráficos, que abarcava a categoria de “bloquistas”, pois segundo consta no próprio documento n. 0335170, era de

conhecimento do órgão que o citado contrato seria encerrado no dia 22/03/2013, sem possibilidade de prorrogação.

Cabe registrar ainda, que os bloquistas que prestavam serviço junto à UFOR, por meio do contrato n. 04.006.10.2009, tinham salários superiores aos dos novos cinco contratados que prestam os mesmos serviços por eles executados, inclusive recebendo adicional de insalubridade, bem como pertenciam a Sindicato diverso, a saber, Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo.

Ainda quanto ao aditamento, a descrição dos novos serviços a serem executados, listados acima (itens 1 a 13), não foram incluídos no Termo Aditivo n. 04.023.12.2013, onde elevou-se, tão somente, o quantitativo de postos de trabalhos em seis, sendo cinco auxiliares de serviços gerais e um encarregado de serviços gerais, fazendo com que, caso os cinco auxiliares estejam desempenhando a atividade de “bloquistas”, independentemente da nomenclatura genérica de auxiliar de serviços gerais, estarão em desvio de função, já que não há previsão contratual para desempenho das referidas atividades.

RECOMENDAÇÃO

Realizar estudo para verificar o real enquadramento dos serviços executados pelos prestadores de serviço que atuam na UFOR, incluídos por meio do Termo Aditivo n. 04.023.12.2013, uma vez que os serviços anteriormente prestados eram executados por bloquistas, com salários superiores aos atualmente pagos, bem como pertencentes a Sindicato Laboral diverso dos Auxiliares de Serviços Gerais.

Não permitir que os prestadores de serviços executem tarefas diversas das descritas no Contrato n. 04.023.10.2013, sob pena de desvio de função, o que pode acarretar futuras ações trabalhistas.

Restringir as alterações qualitativas somente quando presentes circunstâncias desconhecidas acerca da execução da prestação ou quando houver a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não é a mais adequada.

ACHADO – Ausência de justificativa para a contratação emergencial

A contratação emergencial fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8.666/1993 só poderá ser realizada quando comprovados requisitos objetivos, conforme o emblemático Acórdão TCU n. 347/1994 - Plenário, quais sejam:

- a) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à

- culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;
- b) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;
- c) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;
- d) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.

No caso, os serviços prestados pelos estagiários em auxílio aos trabalhos realizados pelo Tribunal são essenciais ao bom funcionamento do órgão, sendo que a sua ausência pode gerar sério risco ao atendimento dos jurisdicionados e à celeridade nos julgamentos dos feitos.

No entanto, observa-se que a emergência no atendimento da demanda se deu em decorrência da falta de um correto planejamento por parte do gestor do contrato, com a finalidade de não comprometer a continuidade do programa de estágio.

O Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região acolheu o parecer da Diretoria-Geral para adoção, com urgência, das providências necessárias à contratação emergencial, tendo em vista a proximidade do final do atual contrato, somente o tempo necessário para a conclusão do novo processo licitatório para prestação dos serviços de gerenciamento do Programa Estágio, já iniciado por meio do Processo Administrativo n. 004025-39.2013.4.03.8000.

No entanto, como dito anteriormente, não há nos autos a demonstração de que a Administração procedeu com o devido zelo no planejamento da contratação dos serviços do programa de estágio.

A abertura de processo administrativo de contratação com menos de um mês antes do fim da vigência, descaracteriza a situação emergencial. Decorre, na verdade, da inobservância de prazo razoável à tramitação do processo administrativo de contratação e a falta de planejamento da administração, conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 9.784/1999.

RECOMENDAÇÃO

Planejar as futuras contratações de forma que a abertura do processo licitatório se dê com antecedência suficiente à tramitação dentro dos prazos previstos na Lei de Licitações e na Lei de Processos Administrativos, a fim de evitar desnecessárias contratações diretas fulcradas no art. 24, IV, da Lei 8.666/1993 – contratação emergencial.

2) TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ACHADO – Não atendimento ao quantitativo mínimo necessário de profissionais do quadro permanente

Para a análise do atendimento à quantidade mínima de profissionais de TI do quadro permanente, não foram considerados os servidores de apoio especializado, especialidade Digitação, como pertencentes à área Tecnologia da Informação, haja vista a disparidade de habilidades a cada uma dessas áreas.

As informações sobre os servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI foram obtidas junto ao Setor de Recursos Humanos. Segundo informações colhidas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI, os recursos de TIC do TRF da 3ª Região são utilizados por 10.296 usuários, incluindo estagiários.

Para gerenciar os recursos e atender aos usuários, a SETI conta com uma força de trabalho de 58 servidores efetivos do quadro permanente, especialistas em TI, 48 servidores efetivos do quadro permanente, área administrativa, dois servidores removidos e um requisitado, além de 15 terceirizados.

Os gráficos 1 e 2 ilustram a distribuição dos cargos de analistas e técnicos judiciários, especialidade informática, no tribunal:

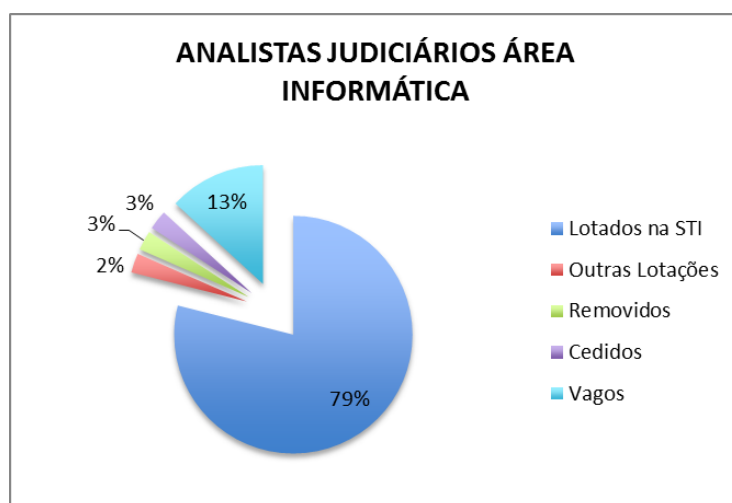


Gráfico 1 – Analistas, informática

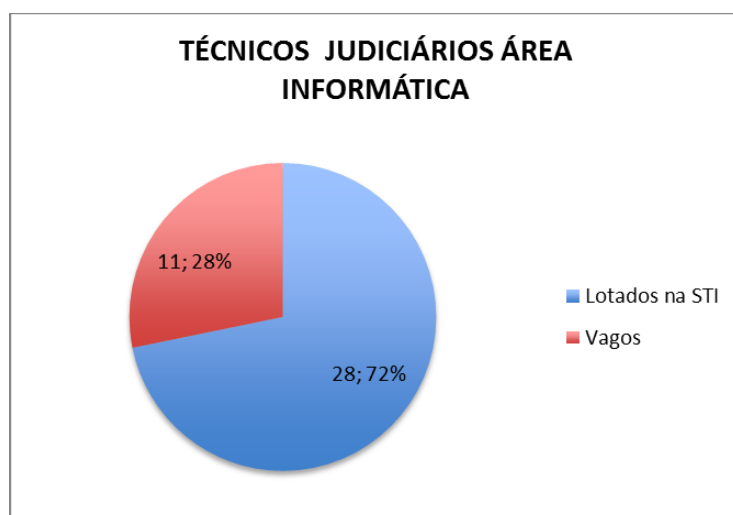


Gráfico 2 – Técnicos informática e operação de computador

O gráfico 3 ilustra a distribuição de servidores lotados na SETI, considerando as suas origens funcionais:

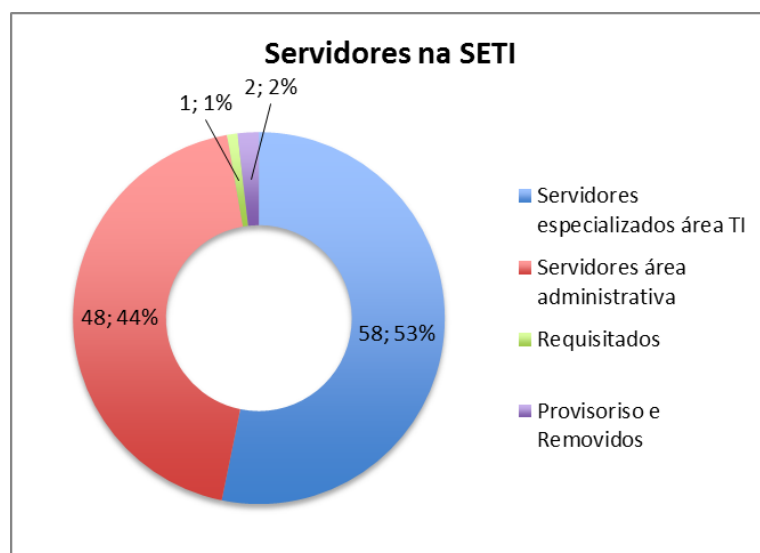


Gráfico 3 – Servidores na STI

O Gráfico 4 ilustra a força de trabalho à disposição da SETI, incluindo os funcionários terceirizados:

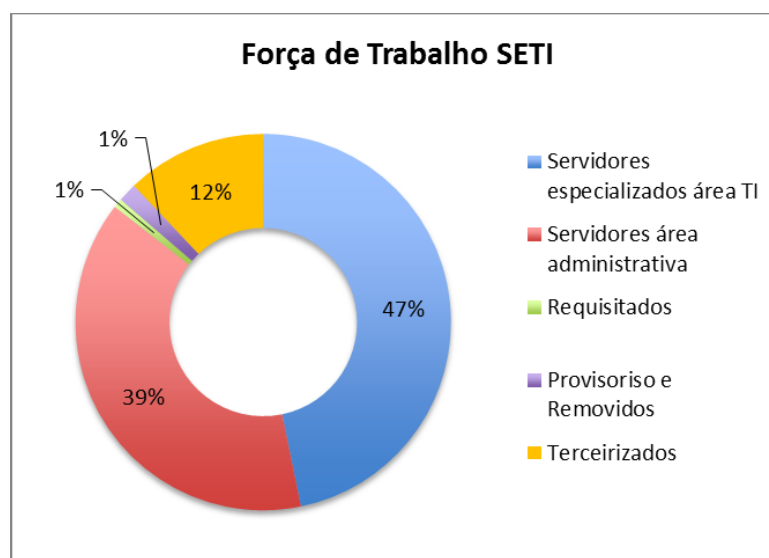


Gráfico 4 – Força de Trabalho SETI

Do contingente de 10.296 usuários, que são atendidos pelo TRF vamos considerar 10.000 usuários, para evitar uma distorção no cálculo do número de servidores necessários para compor a força de trabalho mínima. Ao aplicarmos a tabela do Anexo 1 da Resolução CNJ n. 90/2009, como se vê, se considerarmos os 10.296, teremos que aplicar o percentual de 1%, obtendo 102,5. Ao passo que se considerarmos 10.000, o percentual a ser aplicado é de 2%, resultando em 200. Assim, optamos por desprezar os 296, pela sua pouca expressividade frente aos 10.000 e pela distorção que provoca, ao ser utilizada no cálculo.

Aplicando-se a tabela, do quadro 1, feitos o ajuste o quantitativo de usuários para evitar a distorção citada no parágrafo anterior, o CNJ recomenda, que o quadro permanente de pessoal do órgão seja formado por, pelo menos, 150 profissionais e a força de trabalho total mínima seria de 200 pessoas. Da observação desses números, nota-se que o quadro de pessoal efetivo do TRF da 3ª Região é significativamente inferior ao recomendado pelo CNJ.

Força de Trabalho Total Mínima Recomendada para a TI		
Total de Usuários de recursos de TIC	% mínimo da força de trabalho de TIC (efetivos, comissionados e terceirizados)	Mínimo necessário de profissionais do quadro permanente
Entre 3001 e 5000	3 %	120
* Entre 5001 e 10000	2 % (200)	150
Acima de 10000 (10296)	1 % (102,96)	200

QUADRO 1 – Tabela Força de trabalho, anexo 1 da Resolução CNJ Nº 90/2009

O conhecimento dessa defasagem de pessoal especializado não é recente, havendo iniciativa da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, por meio do Conselho da Justiça Federal, para ampliação do quadro de pessoal de todos os tribunais regionais federais e do próprio CJF. O processo administrativo que tramita no âmbito do Conselho é o CJF PPN -2012/0119 e foi enviado ao CNJ para apreciação.

O quadro da defasagem do quantitativo de pessoal vem se agravando, tendo em vista as iniciativas para ampliação do acesso à justiça por meio da crescente digitalização de processos e a virtualização dos processos judicial e administrativo.

RECOMENDAÇÃO

Atuar junto ao CJF e ao CNJ, ofertando novas sugestões para encaminhamento da proposta de aumento de quadro, como por exemplo, o envio em separado, por tribunal ou seção judiciária, objetivando ampliação do quadro de forma gradativa e fragmentada, a fim de minimizar ou diluir o impacto orçamentário.

ACHADO – Inexistência de política de fixação de recursos humanos na área de TIC

A Resolução CNJ n. 9/2009 define no art. 2º, § 5º, que “*o tribunal deve definir e aplicar política de gestão de pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área de TIC*”.

Verificou-se, da análise do quadro de pessoal e funções comissionadas, que 85% dos servidores lotados na SETI são detentores de função comissionada. A designação dos servidores para ocupá-las, não configura estímulo suficiente que torne a área de TI atrativa para todos os servidores, uma vez que a quantidade de funções tende a ser limitada e não alcançar a totalidade dos servidores da área. Desta forma, provoca insatisfação naqueles servidores que não são contemplados com as funções.

Por outro lado, a resposta ao questionário encaminhado ao tribunal menciona existência da Resolução TRF3 n. 176/2007, como elemento que contribui para a fixação de recursos humanos. No entanto, essa resolução regulamenta a aplicação do art. 14 da Lei 11417/2006, no que se refere ao adicional de qualificação. Essa iniciativa, por sua vez, também não configura política de fixação de recursos humanos. Dá cumprimento ao mencionado arquivo da lei, que ademais, não tinha o propósito de fixação de servidores, mas de estímulo à sua qualificação profissional.

RECOMENDAÇÃO

Elaborar e propor, de forma integrada com o CJF e o CNJ, política de fixação de recursos humanos, para atendimento à regra contida no § 5º do art. 2º da Resolução CNJ n. 90/2009.

Achado – Ausência de política ou plano de capacitação permanente nas competências técnicas e gerenciais e melhores práticas em TIC

Não foi verificada política formal de capacitação permanente dos servidores de TIC. A SETI/TRF3 informou que o plano anual de capacitação se encontra em fase de elaboração em atendimento aos apontamentos do item 3.2.3 do despacho UCON 0462533, processo SEI 0008310-41.2014.4.03.8000.

O TRF aponta ainda o processo 0015418-58.2013.4.03.8000, e a Informação 0131856 em que apresenta o “Programa Anual de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI. O programa carece de melhor detalhamento e planejamento para efetiva execução. O Programa foi aprovado pelo presidente do TRF3 devendo ter sua implantação “a partir do exercício 2014”. No entanto, o único item que teve algum progresso em 2014 foi a contratação o de treinamento relacionado a “Atendimento ao Usuário”, que ainda não chegou a ser efetivado.

Desde 2006, a Resolução CJF n. 536/2006 determina a criação de programa permanente de capacitação no âmbito da Justiça federal de 1º e 2º graus. Destacamos:

Art. 2º O Programa Permanente de Capacitação de que trata o art. 1º desta resolução, compreende as diretrizes, a sistemática do processo de ensino-aprendizagem e o currículo de conteúdos para formação e aperfeiçoamento de servidores e aprimoramento institucional.

Parágrafo único. São responsáveis pela elaboração, execução e avaliação do Programa, o Conselho da Justiça Federal, como órgão central, os Tribunais Regionais Federais, como órgãos setoriais e as Seções Judiciárias, como órgãos seccionais.

(...)

Art. 4º Fica instituído o Comitê Técnico-Operativo de Capacitação, composto por servidores da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria de Ensino do Conselho da Justiça Federal e das áreas de treinamento dos Tribunais Regionais Federais.

Em consulta ao CJF verificamos que o último Plano Nacional de Capacitação - PNC publicado foi o do biênio 2012/2013. O PNC 2014/15 não chegou a ser aprovado e publicado.

Tanto a elaboração de um plano anual de capacitação como indicado pela Resolução CJF n. 90/2009, como a elaboração de programa de capacitação permanente com planejamento bianual, como definido pela Resolução CJF n. 536/2006 do CJF, pressupõem a existência de processo de planejamento efetivamente implantado. Esse processo de trabalho deve abranger avaliação e estudo das necessidades institucionais, das competências necessárias, deficiências existentes, boas práticas que necessitam ser implementadas, seleção de temas, assuntos e tópicos e metodologia de capacitação mais adequada a cada caso. Deve contemplar também a definição de prazo, período e duração, metodologia de avaliação de resultados, dentre outros fatores, de forma a realmente possibilitar um planejamento eficiente da capacitação.

A existência de processo definido para o planejamento de capacitação possibilita também a medição de sua efetividade e implementação de melhorias, visando a otimização dos resultados alcançados.

RECOMENDAÇÃO

Elaborar, de forma integrada com o CJF, programa de capacitação bienal, conforme definido na Resolução CJF 536/2006.

Elaborar anualmente o Plano anual de capacitação, incluindo a capacitação em TIC, conforme determina a Resolução CNJ N. 90/2009.

Definir e implementar processo de trabalho, para a elaboração e execução do plano de capacitação. Documentar o processo, definir prazos para início do planejamento, finalização, publicação e aplicação do plano de capacitação.

Definir metodologias para mensurar o cumprimento do plano anual de capacitação.

A elaboração do plano deverá levar em conta as necessidades de desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais necessárias para implantação das melhores práticas de governança, bem como as necessidades de atualização técnica e operacional.

Ratificar a proposta de encaminhamento constante do Relatório de Auditoria DAUD (doc. 0460035 – SEI), item 3.2.3.

Achado IV – Ausência de implantação da Política de Segurança da Informação

Conforme consta no art. 13 da Resolução CNJ N. 90/2009, “o *Tribunal deve elaborar e aplicar Política de Segurança da Informação, por meio de um Comitê Gestor, alinhada com as diretrizes nacionais*”.

A Resolução CJP N. 006/2008, por sua vez, dispõe sobre a Implantação da Política de Segurança e a utilização de ativos de informática no Âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau e assim determina:

Art. 2º A fim de conferir plena efetividade à segurança da informação, cada órgão responsável pela implantação da Política de Segurança da Informação deverá elaborar documentos próprios e diferenciados, conforme orientações contidas no Anexo I desta Resolução.

O Anexo I da Resolução CJP N. 006/2008, é espinha dorsal da Política de Segurança do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º grau, contendo as diretrizes básicas a serem seguidas, as quais devem ser complementadas com os documentos acessórios, conforme determina o Item 4.2:

4.2. Órgãos Participantes

Compete aos órgãos participantes:

- criar e definir a composição da Comissão Local de Segurança da Informação e da Comissão Local de Resposta a Incidentes;*
- aprovar e regulamentar, administrativamente, os documentos acessórios da Política de Segurança da Informação, dentro do âmbito de seu órgão.*

Não obstante o Tribunal possuir uma Política de Corporativa de Segurança da Informação aprovada pela IN TRF3 37-3, que data do ano de 2001, a mesma, não tendo sido revisada ou atualizada desde então, encontra-se totalmente defasada em relação ao atual estágio da gestão da tecnologia e da informação.

Em resposta ao questionário de inspeção 2014, o TRF3 informa que os documentos acessórios locais e regionais encontram-se em processo de revisão e aprovação pela Comissão Local de Segurança da Informação - CLSI.

Verificamos da documentação apresentada, Atas da CLSI 13032012 e 11052912, bem como do processo administrativo SEI 0008927-98.2014.4.03.8000, que essa comissão somente se reuniu quatro vezes. Duas, no ano de 2012 e duas, no ano de 2014. Em nenhuma das atas ou no processo consta qualquer referência à apreciação de propostas de Política de Segurança ou dos documentos acessórios referidos na Resolução CJP n. 006/2008.

Por outro lado, verificamos nos processos SEI 0009171-61.2013.4.03.8000 e SEI 0017983-92.2013.4.03.8000 que houve diversas propostas de iniciativa de servidor

da SETI, no sentido de promover a atualização da Política instituída pela IN TRF3 73-3 e posteriormente, para adequação da política para atendimento ao disposto na Resolução CJF nº 006/2008. No entanto, não houve acolhimento das proposições, deliberação ou encaminhamento à CLSI para apreciação e aprovação. Em face dessa situação, o TRF3 não possui até o momento nenhum dos documentos acessórios comuns ou diferenciados preconizados pela Resolução CJF n. 006/2008, produzidos. Sequer foram discutidos no âmbito da CLSI. O mesmo se aplica às propostas de normatização de atividades da CLRI encontradas no processo SEI 0017983-92.2013.4.03.8000.

O Tribunal permanece praticamente no mesmo estágio em que se encontrava por ocasião da Inspeção de 2012, com as comissões constituídas, mas sem atuação efetiva no que se refere à normatização complementar e inexpressiva no que atine às demais responsabilidades consignadas na Resolução CJF n. 006/2008.

RECOMENDAÇÃO

Elaborar, com auxílio do CSI-JUS, no mínimo, os documentos acessórios à política de segurança da informação, conforme determina a Resolução CJF n. 6/2008.

Definir e implementar processo corporativo para gestão da Segurança da Informação, conforme as normas da família ISO/IEC 27.000.

Prover capacitação aos servidores envolvidos nas atividades relativas à Segurança da Informação, em especial aos membros da CLSI, da CLRI e aos servidores da área de segurança da informação da SETI.

Ratificar a proposta de encaminhamento constante do Relatório de Auditoria DAUD (doc. 0460035 – SEI), item 3.2.11.

ACHADO – Ausência de estudo técnico (na análise de viabilidade) que demonstre que a melhor solução foi a escolhida

A Resolução CJF n. 187/2012 instituiu o Modelo Contratação de Solução de Tecnologia a Informação - MCTI, tornando-o obrigatório no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, a adoção dos processos de trabalho conforme descritos no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI e a aderência à Instrução Normativa SLTI/MP n. 4, de 12 de novembro de 2010.

A IN 04/2010 SLTI MP, estabelece em seu art. 8º que “as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases”. A primeira das fases é o PCTI Planejamento da Contratação da Solução de TI. Cada Fase é

composta de Processos, Atividades, Artefatos e Atores. No MCTI-JF os atores são pessoas, áreas do Conselho e dos órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau e da instituição eventualmente contratada, elencadas na IN 04/2010. É importante ressaltar que devemos entender “atores” como papéis e não como pessoas, pois, no MCTI, uma pessoa pode desempenhar mais de um papel no Processo de Contratação.

O Guia de boas práticas define a Equipe de Planejamento da Contratação, como aquela formada por servidores das áreas envolvidas no planejamento da contratação, composta por um integrante técnico, um integrante administrativo e um integrante da unidade requisitante.

O representante da unidade requisitante é responsável por guiar os demais integrantes da equipe quanto aos requisitos de negócio que a solução a ser adquirida deve ter para atender às necessidades de sua área e da organização. Assim, sua participação ao longo de todo o Planejamento da Contratação é fundamental e indispensável.

Todavia, não se verifica a assinatura do Representante Requisitante em nenhum dos documentos (artefatos) que compõem a documentação dessa fase do planejamento da contratação, a saber: análise de viabilidade - Doc. 1300609 (MCTI-JF, Item 6.4 PCTI - P2); Plano de Sustentação – Doc. 1302939 (MCTI-JF, Item 6.5 PCTI - P3); Estratégia da Contratação – Doc. 1303001 (MCTI-JF, Item 6.6 PCTI-P4); Análise de Riscos – Doc. 1305654 (MCTI-JF, Item 6.7 PCTI-P5); e Termo de Referência – Doc 1305934 (MCTI-JF, Item 6.8 PCTI-P6).

A ausência da assinatura do Representante Requisitante nesses documentos, que são frutos das atividades essenciais do planejamento de uma solução de TI, especificamente, uma solução de TI altamente especializada para atendimento da área médica do tribunal, é indício de pouca ou nenhuma participação do representante no processo de planejamento. Neste caso haveria um risco elevado de se adquirir solução inapropriada, sub ou sobre dimensionada para as necessidades, devido à ausência de orientação da área requisitante da solução.

RECOMENDAÇÃO

Promover a efetiva participação do integrante requisitante, representando efetivamente a área demandante, no planejamento da contratação, atendendo ao disposto no MCTI-JF, bem como o treinamento necessário aos servidores passíveis de serem indicados para participar de processos de contratação de soluções de TI.

3) RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A equipe de auditoria responsável pela análise das questões que envolvem Recursos Humanos fez entrevistas com a Diretora de Controle Interno e a Diretora de Gestão de Pessoas, onde foram realizadas visitas técnicas às unidades hierarquicamente vinculadas. Ressalta-se que nestes encontros, buscou-se conhecer os sistemas de RH e os controles internos das unidades, principalmente a unidade de folha de pagamento.

Em relação ao objetivo e escopo propostos, a análise foi realizada pelo procedimento de amostragem em quantidade suficiente a que os atos de gestão praticados, em cada tema definido nos itens II e III abaixo, foram substancialmente aferidos quanto à sua regularidade/conformidade com a legislação vigente, bem como quanto à eficiência/eficácia.

SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS

Além das folhas de pagamento dos períodos solicitados em diligência específica, foi disponibilizado o acesso aos diversos sistemas existentes na unidade de gestão de pessoas. As análises realizadas nos sistemas, em complemento à entrevista direcionada à Diretora daquele departamento, permitiu a apreciação do fluxo dos procedimentos realizados em cada um deles.

Ressalta-se que nestes encontros procurou-se contemplar situações previamente analisadas, onde foram abordadas e resolvidas no próprio Tribunal, tais como: divergência das informações da folha de pagamento com o sistema de Recursos Humanos.

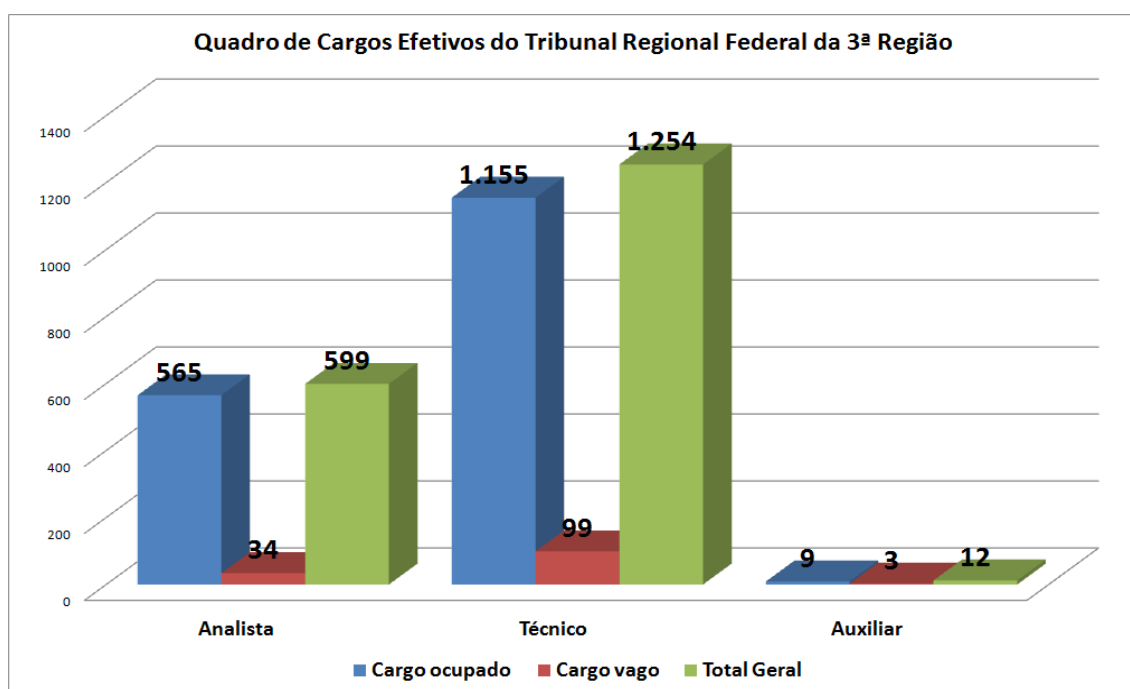
Dessa forma, passa-se a apresentar o exame realizado:

Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.

I – Composição dos cargos efetivos:

Quadro de Cargos Efetivos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3				
Servidor	Analista	Técnico	Auxiliar	Total
Cargo ocupado	565	1.155	9	1.729
Cargo vago	34	99	3	136
Total Geral	599	1.254	12	1.865

Fonte: TRF3



II – Cargos comissionados

No que se refere aos cargos e funções comissionadas, foi analisado o percentual permitido para a designação das funções de confiança e a nomeação de cargo em comissão a servidores que não integram as Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União. Após as conferências, observou-se que o preenchimento das funções e dos cargos em comissão está de acordo com o art. 37, V, da CR, a Lei 11.416/2006, com a Resolução CNJ 88/2010 e Resolução CJP 3/2008.

III - Folha de pagamento

As folhas de pagamento do Tribunal analisadas correspondem ao período de janeiro de 2013 a julho de 2014, sendo que deste período solicitou-se para análise:

- a. vinte por cento das maiores remunerações dentre os analistas judiciários;
- b. vinte por cento das maiores remunerações dentre os técnicos judiciários;
- c. folhas de pagamento dos desembargadores.

Com essas informações, delimitamos o escopo da inspeção às folhas/meses abaixo listadas:

- a. Analista Judiciário: janeiro, fevereiro, março, julho, agosto e dezembro de 2013 e janeiro, fevereiro e julho de 2014.
- b. Técnico Judiciário: janeiro, fevereiro, julho, agosto e dezembro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014.
- c. Desembargadores: janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, novembro e dezembro de 2013 e janeiro, março e abril de 2014.

Eis os itens analisados nas folhas de pagamento:

1. Adicional de férias 1/3;
2. Consignação em folha de pagamento;
3. Contribuição previdenciária;
4. Férias;
5. Gratificação de atividade judiciária;
6. Serviço extraordinário;
7. Teto remuneratório; e
8. Vencimento.

Os objetos listados acima foram conferidos com base nos critérios normativos pré-estabelecidos. Com exceção da prestação dos serviços extraordinários, todos os pagamentos estão de acordo com os preceitos legais e atos normativos do CJF, sendo que os valores pagos que superaram o teto constitucional² de R\$ 28.059,29

² Art. 37, XI, da Carta Maior e a Resolução do CNJ nº 13/2006.

(no ano de 2013) e de R\$ 29.462,25 (no ano de 2014) não caracterizam ofensa ao preceito constitucional, pois tratam de valores pagos a título de antecipação da remuneração de férias, do terço constitucional, do adiantamento da gratificação natalina e da conversão de licença prêmio em pecúnia.

IV - Serviço extraordinário

Foram solicitados ao Tribunal os processos e informações de pagamento do adicional por serviço extraordinário dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, com o nome dos servidores, as respectivas folhas de ponto, a jornada de trabalho e a quantidade de horas trabalhadas.

Definiu-se como escopo, pelo critério da materialidade e normatividade, o pagamento do adicional por serviço extraordinário dos serviços prestados no biênio 2013/2014. Diante disso, analisaram-se mais de 40 processos SEI, onde foram constatados os seguintes achados:

Achado: Ausência da ficha individual de frequência de serviço extraordinário (serviços prestados nos finais de semana)

Na amostra analisada encontraram-se processos de pagamento de serviço extraordinário sem a ficha individual de frequência do servidor, bem como os itens estabelecidos pelo anexo I, do art. 49, da Resolução n. 4/2008. A título de exemplificação, faltam as assinaturas dos servidores que prestaram as respectivas jornadas extraordinárias.

RECOMENDAÇÃO

Apresentar as folhas individuais de frequência de cada servidor ao prestar serviços extraordinários, bem como os dados constantes no modelo disponibilizado pela Resolução n. 4/2008, art. 49, anexo I.

Achado: Ausência do registro do horário mínimo de uma hora de intervalo, quando a jornada de trabalho extraordinário for superior a oito horas

RECOMENDAÇÃO

Preencher a ficha individual de frequência do serviço extraordinário com o intervalo intrajornada de, no mínimo uma hora, quando a carga horária for de oito horas em diante, conforme estabelecido no art. 47, § 2º c/c art. 45, § 1º, ambos da Resolução n. 4/2008.

Achado: Prestação do serviço extraordinário por 10 horas ininterruptas

RECOMENDAÇÃO

Adequar-se a prestação do serviço extraordinário, quando ocorrido nos finais de semana, à mesma jornada diária normal fixada para os dias úteis, consoante art. 47, § 2º, da Resolução n. 4/2008.

Achado: Falta de controle eletrônico da jornada de trabalho extraordinária prestada nos finais de semana, bem como para a jornada diária normal

RECOMENDAÇÃO

Fiscalizar a jornada de trabalho de forma mais precisa e eficiente, com a necessária customização ou implantação de sistema informatizado, tendo em vista que na Inspeção realizada no ano de 2012 foi encontrada a mesma situação, qual seja, a ausência de um sistema informatizado de controle de frequência/jornada de trabalho dos servidores.

Achado: Servidor cumprindo jornada diária normal e prestando serviço extraordinário sem o devido descanso de, no mínimo, uma hora

RECOMENDAÇÃO

Registrar na folha de frequência/presença o período de descanso do servidor.

O servidor, submetido à jornada ininterrupta, poderá prestar serviço extraordinário desde que, no dia da prestação do serviço, cumpra jornada de oito horas de trabalho

com intervalo de, no mínimo, uma hora conforme determinação dada pela Resolução n. 4 /2008.

Acumulação de cargo público

Em relação à acumulação de cargos públicos, solicitou-se ao tribunal listagem contendo o CPF e o PIS/PASEP de todos os servidores do Tribunal. De posse dos dados, consultou-se a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego para identificar as acumulações de cargo público. O único caso encontrado, dentro do espaço amostral, foi de um servidor ocupando dois cargos da área da saúde, no entanto a ocupação está de acordo com os preceitos constitucionais.

BOA PRÁTICA

Não bastasse o cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, o Tribunal (presidente, desembargadores e servidores), imbuído por um sentimento de solidariedade e por uma política social de ajuda aos necessitados, ainda desenvolve atividades junto às camadas mais desprovidas do Estado de São Paulo. São as seguintes:

Práticas de cidadania

São ações coletivas pautadas pela ética que levam em consideração a corresponsabilidade para a criação de uma sociedade mais digna e solidária, na qual o Tribunal contribui para o desenvolvimento da autonomia e para o estabelecimento da identidade cidadã de homens e mulheres.

Incentivo e viabilização do trabalho voluntário

A Lei n. 9.608/98 define o serviço voluntário como “a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade” (art.1º). Assim, o Tribunal estimula seus servidores a participarem de eventos, campanhas solidárias, campanhas de arrecadação e serviços voluntários à comunidade. A guisa de exemplificação, o atendimento psicossocial.

Parceria do Tribunal com o centro de convivência da criança e do adolescente CCA SEFRAS-PERI:

Criação do Projeto Ação Comunitária visando disseminar o espírito de solidariedade e compromisso com as causas sociais entre os magistrados, Servidores e demais Colaboradores do Tribunal.

Parcerias têm sido mantidas e o Tribunal vem ampliado seu envolvimento com as diversas atividades do Sefras, no segmento do atendimento ao público infanto-juvenil, em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações sociopedagógicas, em horários alternativos ao da escola regular (contra turno escolar), no sentido de promover vivências culturais e lúdicas, tendo por objetivo desenvolver valores humanos e o exercício da cidadania mediante atividades lúdicas, esportivas e organizacionais, pretendendo contribuir diretamente para potencializá-los no que tange às suas habilidades, incentivo da autonomia e protagonismo juvenil.

Parceria do Tribunal e a arsenal da esperança

Essa entidade, vinculada à Associação ASSINDES/SERMIG, trabalha no acolhimento de brasileiros e estrangeiros em situação de vulnerabilidade social e, ainda, no atendimento às famílias que necessitem de alimentação e auxílio médico. Atualmente, a entidade acolhe 1.150 pessoas por dia. O Tribunal auxilia essa organização por meio da doação de medicamentos e materiais provenientes de doações e/ou amostras grátis, bem como roupas seminovas para adultos.

Vaga de inclusão

Desafio da inclusão de pessoas com deficiência nas diferentes esferas sociais. Este processo de inclusão, oficializado pela ONU em 1990, busca a superação de barreiras e preconceitos, trazendo a diferença para “o mundo do trabalho”, reconhecendo a igualdade essencial entre as pessoas. Nesse contexto, exige-se um processo educativo que pressupõe a participação e o empoderamento em que todos se tornam agentes de algum processo de transformação.

Outras Ações em Práticas de Cidadania:

- ✓ Doações à Aliança Internacional do Animal: Contatos e viabilização para a doação de medicamentos e materiais vencidos, a serem utilizados especificamente com animais. Parceria com a Seção de Enfermagem (RAMB);
- ✓ Doações ao Arsenal da Esperança/ASSINDES-SERMIG: Contatos e viabilização para a doação de medicamentos e materiais provenientes de doações e/ou amostras grátis, sem utilização interna. Parceria com a RAMB;

- ✓ Doações à Associação Nacional de Assistência ao Diabético: Contatos e viabilização para a doação de medicamentos e materiais provenientes de doações e/ou amostras grátis, sem utilização interna. Parceria com a RAMB; e
- ✓ Doação de sangue.

Campanhas Assistenciais durante o ano, a saber: Páscoa, Inverno, Dia das Crianças e Natal.

4) SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ACHADO – Ausência de controle de acesso ao edifício-sede do TRF3

O art. 1º da Resolução CNJ n. 104/2010 prevê reforço da segurança, bem como o controle de acesso aos prédios do Poder Judiciário que possuam varas criminais. A adequação às normas de segurança cabe a todos que queiram ter acesso ao Tribunal, ainda que exerça qualquer cargo ou função pública, ressalvados integrante de missão policial, a escolta de presos e agentes de segurança próprios.

Da análise *in loco* realizada no controle de acesso do Tribunal, observou-se que todas as pessoas adentram as dependências do Tribunal sem nenhum tipo de identificação.

RECOMENDAÇÃO

Submeter o fato à Comissão de Segurança Permanente para análise e normatização, visando à segurança dos magistrados, servidores e público em geral.

Nos procedimentos de segurança, estudar a possibilidade de instituir com **urgência** meio de identificação de visitantes, atrelado ao uso do crachá funcional por todos os servidores no âmbito do tribunal, em cumprimento ao art. 9º da Resolução CNJ n. 176, instituindo assim, uma barreira física, medida paliativa no aguardo ao pleno funcionamento dos equipamentos de segurança adquiridos pelo tribunal.

Contratar empresa para manutenção do sistema de acesso físico às dependências do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACHADO – Falta de pagamento de horas-extras devidas

Em verificação ao quadro de agentes de segurança, observou-se que constam 18 agentes, sendo que, na divisão de transporte, 14 deles fazem os serviços de

condução de veículos na frota administrativa do Tribunal. A atual demanda ultrapassa as horas estabelecidas na Lei 8.112/1990 – de 40 horas semanais, gerando, em alguns casos, acúmulos de folgas superiores há 60 dias. Cabe salientar que os servidores prestaram as horas extras em desconformidade com a Resolução CJF n. 4/2008. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região teve sua composição alterada de 18 para 43 desembargadores, permanecendo o número original do quadro de agentes de segurança, resultando em cargas elevadas de trabalho.

RECOMENDAÇÃO

Submeter o fato ao setor responsável para que se verifique a possibilidade de pagamento em horas extras ou a devida compensação, cabendo aplicar a regra de pagamento da Resolução CJF n. 4/2008, qual seja, a cada hora trabalhada acrescenta-se 50% nos dias úteis ou sábado e no domingo e feriado, 100%.

Realizar estudo em que se verifique a economicidade e vantajosidade em instituir a terceirização do serviço de transporte, liberando, por consequência, o efetivo de servidores da área de segurança, a fim de executar um serviço de maior qualidade, cumprindo, dessa forma, o que estabelece o art. 6º da Resolução CNJ n. 104/2010.

ACHADO – Falta de conclusão de processos administrativos para pagamentos de diárias

Em verificação, encontramos pendência de processos administrativos para pagamentos de diárias a agente de segurança, inconformidade verificada na inspeção de 2010, não obtendo solução definitiva até o momento. Os processos administrativos são: 0009819-07, 0012053-59, 0012623-45 e 0015847-88.

RECOMENDAÇÃO

Concluir, no prazo de 30 dias, os processos administrativos de pagamento das diárias aos agentes de segurança.

ACHADO – Falhas na adoção de medidas de segurança aos magistrados

As Resoluções n. 104, de 2010 e 176 de 2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, recomendam que os tribunais adotem medidas de segurança para os magistrados, bem como o aparelhamento da segurança do Tribunal. Todavia, observou-se a falta de veículo blindado e de escolta, conforme determinação do art. 9º da Resolução CNJ n. 176/2013. Por fim, cabível a estruturação do aparato protetivo aos magistrados, em especial ao Corregedor Judicial das Penitenciárias Federais.

RECOMENDAÇÃO

Submeter à Comissão de Segurança Permanente e ao setor responsável para que adote medidas referentes à qualificação dos agentes de segurança, as quais devem ser voltadas à segurança dos magistrados, bem como a aquisição de veículos blindados e de escolta, em conformidade com a Resolução CNJ n. 176/2013.

SUGESTÃO DE BOAS PRÁTICAS

Com os elevados números de assaltos e sequestros, encontra-se em estudo o uso de chip em veículos oficiais, com a finalidade de garantir mais segurança e precisão na sua localização. Esses procedimentos estão interligados a um botão do pânico que pode ser acionado pela autoridade, repassando uma mensagem para central de segurança, que adotaria a ação legal para o fato.

ESTATÍSTICA

A equipe de Estatística do Conselho da Justiça Federal inspecionou as áreas responsáveis pelo controle das estatísticas do Tribunal Regional Federal e da primeira instância da 3ª Região. A metodologia aplicada visou:

- 1) Levantar as atribuições das unidades;
- 2) Detalhar a estrutura e ambiente de trabalho à disposição do setor de Estatística;
- 3) Conhecer os atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais;
- 4) Verificar o cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e da Resolução CJF n. 49, de 2 de março de 2009.

1) Levantar as atribuições das unidades

O TRF da 3ª Região dispõe de duas unidades de estatística localizadas na Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação vinculada à Presidência, e na Corregedoria Regional. Ambas responsáveis pela coleta e divulgação de dados estatísticos, respectivamente, de 2º e 1º Graus. Por essa razão as informações das unidades serão analisadas separadamente.

1.1) Atribuições da Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica (Estatísticas do 2º Grau)

- Fornecer subsídios à presidência do tribunal, com dados estatísticos da 3ª Região, para fins de auxiliar a gestão e os processos de tomada de decisão;
- Preparar e executar rotinas para obtenção de dados de movimentação processual da 2ª instância;
- Alimentar bancos de dados e disponibilizar as informações para os Gabinetes;
- Fornecer aos gabinetes dos desembargadores federais dados para a preparação dos boletins estatísticos encaminhados ao CNJ (Justiça Aberta);
- Processar, conferir e encaminhar os boletins estatísticos elaborados com as informações provenientes das unidades;
- Preparar e enviar relatórios gerenciais aos Gabinetes e Órgãos Julgadores;

- Emitir relatórios consolidados das informações recebidas das unidades e retiradas do sistema do Tribunal, para publicação;
- Extrair e encaminhar as informações necessárias para a atualização do banco de dados do CNJ, CJF, STF e STJ.
- Participar de grupos de trabalho diversos, dando o suporte estatístico necessário.
- Planejar e desenvolver análises estatísticas, incluindo a coleta, a análise e interpretação de dados.

1.2) Atribuições do setor de estatística vinculado à Corregedoria Regional (Estatísticas de 1º Grau)

- Receber, processar e disponibilizar dados estatísticos de 1º Grau (Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul), relativos à tramitação das varas federais e centrais de mandados e à produtividade de magistrados em exercício nas varas federais, Juizados Especiais Federais (JEFs) e Turmas Recursais (TR);
- Elaborar diversos Relatórios Estatísticos que instruem documento preparatório de correções gerais ordinárias, processos administrativos de concurso de promoção a desembargador federal, promoção a juiz titular, remoções internas de juízes federais e substitutos e os de vitaliciamento. Além de expedientes administrativos diversos que demande informações estatísticas;
- Compilar relatórios de tramitação e produtividade, para a disponibilização em rede (internet/intranet) e para atendimento ao “Justiça em Números”, do CNJ.

Além das atribuições mencionadas afetas à Estatística, este setor também gerencia os sistemas eletrônicos: BACENJUD, INFOSEG e sistemas do CNJ (CNIEP, CNCIAI, SNBA e SNCI), realizando cadastramento de usuários, renovação de senhas e zelando pelo cumprimento das Resoluções CNJ pertinentes a cada Sistema.

Por fim, acompanha e gerencia a entrega das planilhas trimestrais de controle de prisões provisórias, disciplinadas pela Resolução CNJ n. 66/2009, encaminhadas pelas varas federais por correio eletrônico (*e-mail*) a cada trimestre do ano.

2) Detalhar a estrutura e o ambiente de trabalho à disposição dos setores de estatística

Diferente do que foi constatado na inspeção de 2012, a Seção de Estatística responsável pelos dados de 2º grau deixou de ser vinculada à Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica e passou a integrar a estrutura da Assessoria de

Gestão de Sistemas de Informação. Tal mudança, mesmo contrariando ao que estabelece a Resolução n. 49 do CNJ, ocorreu em virtude da grande dependência que o setor de estatística possui dos recursos materiais e humanos da Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta forma, em 2013, houve essa mudança na estrutura do tribunal, com o intuito de apresentar de forma mais efetiva e célere as informações necessárias para a realização de melhorias no tribunal, bem como facilitar a integração entre os setores de estatística, TI e judiciária.

2.1) Assessoria de Estatística e Gestão Estratégica (Estatísticas de 2º Grau)

O chefe da seção de estatística considera que não há carência de servidores, e a equipe tem um conhecimento multidisciplinar, porém ainda em fase de aprimoramento dos conhecimentos. As necessidades de recursos de TI são supridas, com o apoio da Assessoria de Sistemas de Informação, que colocam as solicitações do setor como prioridade. Consideram, ainda, que o ambiente de trabalho é adequado para execução das tarefas. O setor dispõe de uma série de rotinas que viabilizam a extração de dados e a montagem de um grande repositório em servidor SQL, bem como utilização de ferramenta OLAP para extração dos dados a partir do qual são elaborados relatórios e gerados dados que auxiliam na gestão dos gabinetes e órgãos julgadores.

Composição atual: 7 servidores, sendo 1 analista judiciário e 6 técnicos judiciários:

- a) Um assessor de Gestão de Sistemas de Informação – CJ-3;
- b) Um diretor da Divisão de Gestão de Dados – CJ-1;
- c) Um analista judiciário – Especialidade Estatística: Supervisor da Seção de Estatística - Assistente (FC 5).
- d) Um assistente I - (FC 4).
- e) Três assistentes - (FC 3).

2.2) Setor de estatística vinculado à Corregedoria Regional (Estatísticas de 1º Grau)

De acordo com o setor responsável pelos dados de 1º Grau, muito embora desde janeiro/2014 ocorrera a substituição de diversos procedimentos manuais de recebimento, conferência e compilação de dados (o que demandava relevante dispêndio de tempo de trabalho na elaboração da estatística mensal), a carência de servidores ainda se faz presente pelas seguintes razões:

- O eventual auxílio de estagiários é limitado, seja pela carga horária de quatro horas diárias, seja por não possuírem permissão de acesso às rotinas dos Sistemas Eletrônicos geridos pelo Setor, dando apoio apenas em tarefas de natureza simples e caráter repetitivo e/ou administrativo;
- Necessidade de administrar por ano, ao menos, dois períodos de férias de cada servidor do setor, o que totaliza entre quatro e seis intervalos que não podem ser concomitantes, além de outras ausências, tais como compensações ou licenças;
- Outro ponto a se ponderar, consiste na participação, quando necessário, de um dos servidores em correições ordinárias, com a ausência em período definido no calendário da Corregedoria Regional.

Sob o ponto de vista organizacional, os dirigentes do setor consideram que o setor de estatística da Corregedoria carece de uma estrutura própria, de modo a possibilitar reconhecimento na estrutura do órgão, a fim de que tenha suporte das áreas técnicas e área fim, dado que administra informações indispensáveis ao gerenciamento, planejamento e organização estratégica das Unidades Judiciárias de 1º Grau.

Por fim, existe um volume de trabalho que acompanha o calendário de correições, diretamente proporcional ao número de unidades judiciárias correcionadas. Atualmente são 165 Varas Federais, 58 Juizados Especiais Federais e 12 Turmas Recursais. Essas tarefas exigem precisão dos dados e cumprimento de prazo interno; além do que, em determinados períodos do mês ou do ano existe um acréscimo de atribuições por conta de demandas diversas a serem encaminhadas de forma coincidente.

1. Número de funcionários que atuam no setor:

- 1.1. Total de funcionários:** dois
- 1.2. Número de Analistas Judiciário:** zero
- 1.3. Número de Técnicos Judiciários:** dois
- 1.4. Estagiários:** zero
- 1.5. Terceirizados:** zero
- 1.6. Outros:** zero

2. Número de funcionários que atuam no setor por atribuição:

- 2.1. Judiciária:** zero
- 2.2. Administrativa:** dois
- 2.3. Especializada em Informática:** zero
- 2.4. Especializada em Estatística:** zero
- 2.5. Outros:** zero

3. Atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais, detalhados por fluxos de informações de entradas e saídas de dados

3.1) Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação (Estatísticas de 2º Grau)

Apesar das mudanças na estrutura do tribunal visando aproximar a Informática da Estatística, o setor ainda carece de uma ferramenta de relatórios inteligentes que permita facilitar e aumentar o nível de acesso às informações do tribunal. Na última inspeção, e ainda hoje, a extração dos dados é em sua maioria manual e os servidores geram relatórios por meio do processamento e tratamento das informações processuais extraídas do SIAPRO pela informática. Todavia, o aumento da demanda por informações mais detalhadas e consistentes provocou melhorias, quando comparado ao ano de 2012, na forma de gerar a informação. Iniciou-se a utilização da ferramenta “OLAP” para manipulação e análise de dados, bem como, alocação de espaço no servidor SQL para armazenamento de dados. Esse aperfeiçoamento permitiu maior agilidade na formatação dos relatórios gerados a partir dos aplicativos de apoio, WORD, EXCEL, SPSS.

Outra preocupação recorrente do setor de estatística, e que está relacionada com a formação de uma parceria entre estatística, informática, e judiciária, é a melhoria da conscientização dos usuários dos sistemas quanto ao lançamento corretos das movimentações, a chamada “carga no sistema”, para fins de uniformização de procedimentos. A padronização dos lançamentos das fases e o seu correto encadeamento são fundamentais para a extração de dados considerados “limpos”, e para que a informação extraída dos sistemas seja realmente o ocorrido no processo.

De acordo com o diretor da divisão, há no tribunal o início da implantação da tabela de movimentações processuais do CNJ (Res. n. 46 – Tabela Única de Movimentações), na etapa relacionada ao julgamento colegiado. Os próximos passos que auxiliariam bastante o setor seria a continuidade desta implantação nas etapas dos julgamentos monocráticos, nas decisões interlocutórias e nos atos de secretaria.

Aliado ao trabalho de uniformização dos lançamentos das fases processuais deve ocorrer também o processo de depuração das bases processuais. Atualmente as bases de dados do tribunal trazem em seu histórico erros de lançamentos que “poluem” o banco, gerando dificuldade na coleta do dado e a necessidade de verificação constante das informações a fim de evitar inconsistências.

A ausência de uma ferramenta de relatórios inteligentes de *Business Intelligence* dificulta a relação entre o setor de estatística e demais unidades do tribunal na medida em que deixam de ter todas as informações de forma acessível e com

interface amigável de consulta. Esses tipos de relatórios permitem melhor gestão de cada unidade, bem como o auxílio dos gestores no processo de tomada de decisão.

Há um projeto em andamento para melhoria do banco de dados e construção de sistema próprio para o setor, a fim de possibilitar a análise dos dados de forma precisa e automatizada.

3.2) Setor de estatística vinculado à Corregedoria Regional (Estatísticas de 1º Grau)

Atualmente o Setor de Estatística da Corregedoria faz uso de duas ferramentas/sistema:

I – o aplicativo ACCESS (utilizado agora somente para armazenamento de dados estatísticos até dezembro/2013): gera-se um arquivo no qual se armazenam as informações mensais em pasta própria na rede do Tribunal. Esses dados são acessados diretamente por meio do aplicativo ACCESS. Outro acesso disponível é por meio de consulta em página eletrônica (*site*) disponível no *link* da Corregedoria Regional, que disponibiliza mensalmente os dados publicados, desde ano de 2003.

II – o sistema EstCORE (implantado a partir de janeiro/2014): O sistema recebe de forma automatizada os dados estatísticos encaminhados, agora eletronicamente, pelas unidades judiciárias. Após a compilação geral, conferência, e fechamento mensal das informações, os dados são gravados em banco do próprio sistema, em ambiente de rede fechado, tendo segurança no armazenamento e maior rapidez na consulta de informações.

Não há ferramentas de *Business Intelligence - BI*, ou outro mecanismo eletrônico apropriado para acesso a relatórios estruturais, para atender as demandas, sejam das áreas internas ou externas da Corregedoria.

As formas de consulta atuais permitem apenas o acesso aos bancos de dados, conforme a estrutura criada no Programa ACCESS, não sendo possível a disponibilização de todas as informações do sistema processual e, como já delineado, o novo sistema EstCORE viabiliza precisão e celeridade na geração de informações, sem, entretanto, possibilitar relatórios estruturados.

Após início do novo sistema EstCORE – que ainda está pendente implantar algumas estruturas, funcionalidades e adequação de informações, o que compreende a 2ª fase do projeto – caberá um novo esforço conjunto com as Áreas Técnicas da Informática do Tribunal para o desenvolvimento dessas ferramentas de “B.I.”, a fim de que possibilite a automatização e geração de relatórios específicos de

análise crítica, gerenciais e informações que atendam, de forma célere, precisa e consoante as necessidades e volumes demandados.

Mesmo com implantação do novo sistema eletrônico EstCORE, as análises estatísticas são realizadas de forma limitada, isto porque embora os relatórios de dados a partir de janeiro/2014 sejam gerados de forma mais célere e automatizada pelo novo Sistema, o produto das pesquisas (relatórios formatados) ainda se apresenta simples, cabendo posteriores trabalhos consoante a demanda apresentada.

4. Verificar o não cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região cumpre, em parte, o que estabelece o Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal que determina que o tribunal deva publicar em seu sítio informações estatísticas de 1º e 2º Graus.

Os dados referentes ao 2º grau estão disponíveis quase que integralmente, porém como a atual base de dados encontra-se com algumas inconsistências decorrentes de falhas em lançamentos processuais passados, erros estatísticos, ainda não conhecidos, podem existir. Por essa razão, foi instituído no âmbito da Terceira Região o Comitê Multidisciplinar de estatística, por meio da Portaria n. 7532 e 7593, ambas de 2014. Será feita uma análise de todo o sistema para a verificação de inconsistências, buscando as suas devidas correções.

As informações de 1º grau não estão disponíveis conforme o Provimento 2, pois durante os dois anos que sucederam a inspeção de 2012 a prioridade do tribunal foi a constituição de um sistema próprio para a estatística de primeiro grau junto à Corregedoria Regional. A publicação desses dados, por questão de prioridade, aguarda os trabalhos de depuração da base de dados do segundo grau para em seguida serem todos disponibilizados no portal do tribunal.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Apresentação

A inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi determinada pela portaria CJF-POR-2014/00232, de 2 de junho de 2014, e CJF-POR-2014/00293 de 1º de julho de 2014. Foram designados os servidores Divailton Teixeira Machado Mat. CJF731, Luiz Fernando de Oliveira Trajano Mat. 12531/SJRJ, para a inspeção nos sistemas judiciais eletrônicos. Foram então solicitadas providências prévias, com o intuito de instruir os referidos exames nos sistemas judiciais eletrônicos. Foram realizadas reuniões e visitas às áreas judiciária e de tecnologia da informação para colher informações a respeito dos procedimentos adotados pelos usuários referentes aos sistemas judiciais. A equipe se ocupou de apreciar se as providências oriundas da inspeção anterior foram executadas e, ainda, o exame nos sistemas conforme as seguintes vertentes:

1) Distribuição Processual: Consiste na análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal inspecionando, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Nessa atividade, caberá ao técnico Luiz Fernando de Oliveira Trajano a análise das rotinas operacionais envolvidas. Será realizada uma análise dos códigos-fontes da distribuição processual, visando à identificação de vulnerabilidades. Fica estabelecido uma bateria de testes dos sistemas e entrevistas com os servidores do Tribunal inspecionando.

2) Geração de Documentos Eletrônicos: Consiste na análise dos procedimentos envolvidos na geração de peças eletrônicas no âmbito do TRF3. A atividade deverá comportar as fases de geração, guarda, disponibilização e publicação desses documentos, com especial atenção no que tange à segurança do acesso às geradas.

3) Processo Eletrônico: Consiste na análise macro dos sistemas de processo eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A atividade deverá vistoriar os procedimentos de protocolo, autuação/classificação, distribuição, conclusão, registro de andamentos e publicações.

1 - Atendimento às orientações constantes da última inspeção

Em relação às providências solicitadas durante a última inspeção, embora nem todas tenham sido totalmente atendidas, as vulnerabilidades encontradas foram minimizadas com o atendimento parcial das recomendações.

Conclusão: As providências implementadas são suficientes para minimizar as vulnerabilidades apontadas na última inspeção.

2 - Análise do Código-Fonte da Distribuição Processual

Da análise dos códigos-fontes e dos testes realizados não foi identificada qualquer característica que indique direcionamento ou não aleatoriedade na distribuição processual no âmbito do Tribunal inspecionado.

3 - Sistemas de Acompanhamento Processual

- **Sistema SIAPRO:** O Tribunal inspecionado opera com o sistema SIAPRO, responsável pelo gerenciamento de todos os processos que correm naquela corte. Este sistema, embora estável e confiável, emprega plataforma tecnológica defasada, algo que, na prática, constitui risco. Como boa prática, ressalta-se que o SIAPRO possui um sistema de log (registros) que expõe, de forma clara e acessível aos usuários do sistema, todas as alterações realizadas nos dados relacionais (alterações de parte, redistribuições processuais, números de origem etc.), podendo inclusive imprimi-las juntamente com os andamentos. Os logs do sistema passaram a ser realizados antes mesmo da distribuição dos processos tornando a distribuição dos processos mais transparentes. Recomendamos que o acesso ao banco de dados deve ser constantemente monitorado, visto que existe a possibilidade de alteração dos dados da distribuição por intervenção técnica.

Conclusão: Os sistemas do Tribunal inspecionado são relativamente adequados, embora o SIAPRO seja construído com uma estrutura tecnológica obsoleta, a equipe tem logrado êxito em mantê-lo em plenas condições de funcionamento, ressalvadas as recomendações acima.

4 - Protocolo Judicial

O Tribunal promoveu alterações nas rotinas do protocolo judicial integrado, disponibilizando campos no SIAPRO para marcação de prioridades legais, podendo, os gabinetes, gerar relatório dos referidos feitos.

5 – Documentos Judiciais Eletrônicos

O Tribunal opera o sistema GEDPRO, sistema para confecção, troca e publicação de documentos eletrônicos, que foi testado, sendo satisfatório o registro de acesso

aos documentos bem como das autorizações de visualização e alteração. Cabe esclarecer que o sistema opera com editor de texto Microsoft Word, e que seus dados são gravados, ainda que temporariamente, na estação local.

Sendo assim, o TRF deve adotar medidas para endurecer a política de segurança, principalmente, no que se refere ao acesso remoto interno das estações além de providenciar um procedimento de criptografia diretamente nos documentos armazenados no Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados - SGBD utilizado pelo GEDPRO.

Conclusão: Embora a segurança diretamente ligada ao sistema Gedpro esteja implantada, é muito importante que o Tribunal estabeleça uma política de acesso remoto às estações mais robustas, associada com procedimentos seguros de descarte de mídias magnéticas. Acrescente-se que o sistema deve permitir o compartilhamento de documentos por pessoa e não somente por áreas.

6 - O Processo Eletrônico no âmbito do TRF3

O Tribunal inspecionado informou que o antigo cronograma de implantação do PJE – Processo Judicial Eletrônico, disponibilizado na última inspeção não prosperou, mas ofereceu novo cronograma com o objetivo de cumprir a “resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, que institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”.

Em síntese o cronograma se apresenta assim:

- Adesão Acordo OAB - Aguardando informações sobre o referido Acordo.
- "Instalação Infraestrutura TI Equipamentos Servidores" - N/A
- Instalação Softwares - "01/06/2014; 31/12/2014 - datas estimadas"
- "Instalação Infraestrutura TI Rede" - N/A
- "Instalação Infraestrutura TI Equipamentos Clientes" - 09/10/2013;30/06/2014
- "Certificação Digital Magistrados" - N/A
- "Certificação Digital Servidores" - N/A
- Instalação aplicação PJe - 21/03/14;19/12/2014
- Treinamento Servidores - "01/06/2014;19/12/2014 - datas estimadas"
- Treinamento Magistrados - "01/06/2014;19/12/2014 - datas estimadas"
- Treinamento Advogados - "01/06/2014;19/12/2014 - datas estimadas"
- Treinamento Ministério Público - "01/06/2014;31/12/2014 - datas estimadas"
- Homologação "09/11/2013;30/06/2014 - data de término estimada"

- Formação Equipe de Suporte - "01/06/2014;31/12/2014 datas estimadas"
- Divulgação Início da Produção 01/06/2014
- Ambiente Usuários Externos 01/06/2014;19/12/2014
- e-mail atendimento pje.atendimento@trf3.jus.br 5
- Produção 01/10/2014

Recomenda-se que o Tribunal crie mecanismos que garantam o cumprimento do cronograma formulado, bem como aumente seu grau de interação com o Conselho Nacional de Justiça a fim de garantir o sucesso da implantação.

7 - Observações gerais

De acordo com a reunião realizada com Diretor de TI, o TRF opera alguns de seus sistemas de maneira descentralizada. Há vista que alguns desses sistemas possuem fins correlatos deve ser manter a **recomendação de reduzir a diversidade e complexidades dos sistemas de informação e das tecnologias utilizadas, permitindo o pleno domínio pela TI e pelos clientes e aumentando a produtividade e qualidade.**

Foi observado, ainda, que um grande número de *tickets* de suporte é aberto por servidores do Tribunal sem o devido conhecimento das funcionalidades existentes por isso **recomendamos que seja criado uma política de treinamento nos sistemas para servidores novos bem como uma reciclagem para os antigos para diminuir a quantidade de chamados técnicos solicitados a área técnica.**

H. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 10 horas do dia 29/8/2014, conforme ata de fl. 350, e elaborado posteriormente o presente relatório.

Enviados os relatórios, a própria Secretária da Corregedoria-Geral deverá acompanhar o prazo para o atendimento das determinações e, uma vez decorrido, relacionar e certificar, nos autos, as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

É o relatório.

Ministro HUMBERTO MARTINS
Corregedor-Geral da Justiça Federal

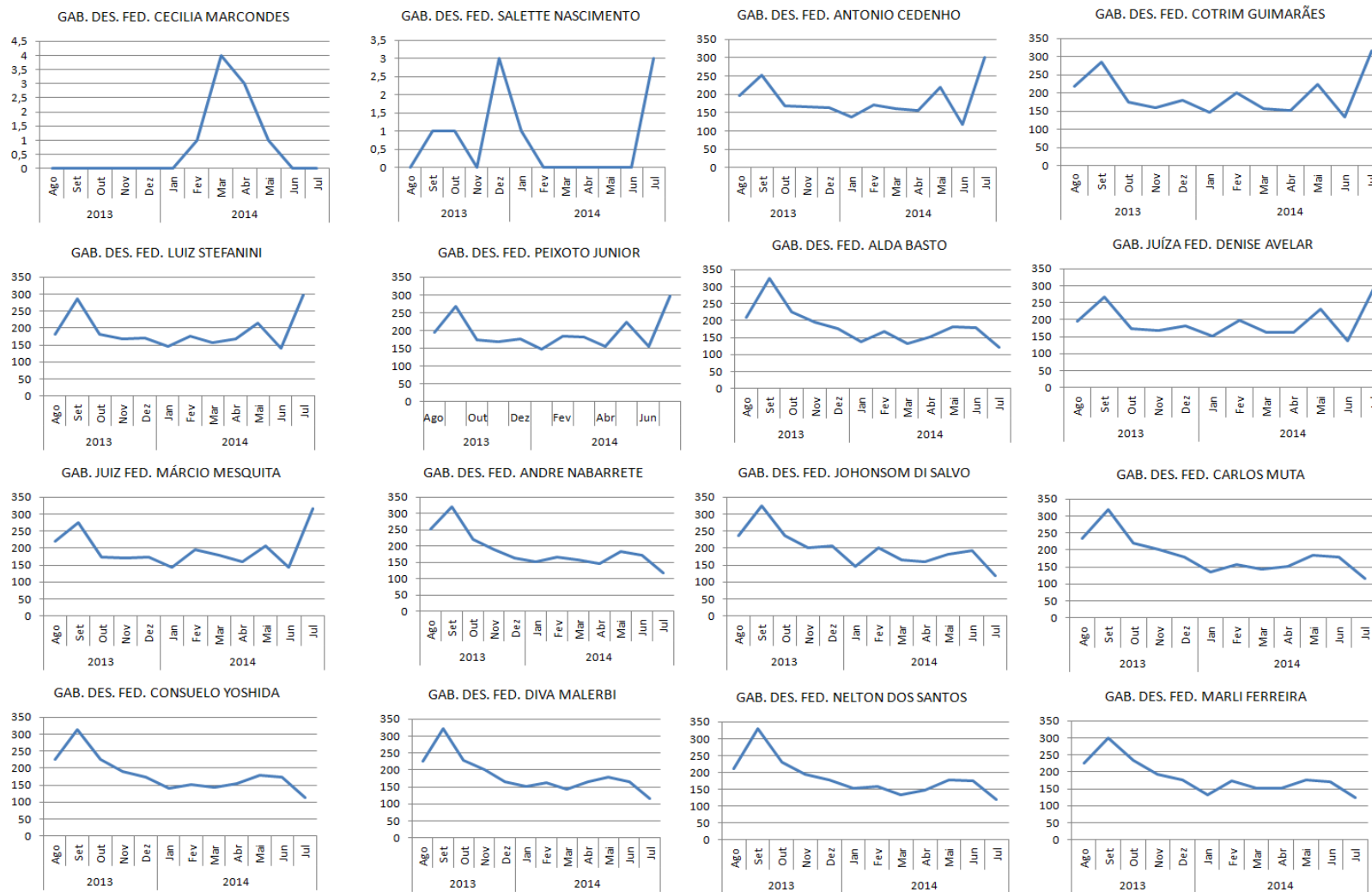
I. ANEXOS

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

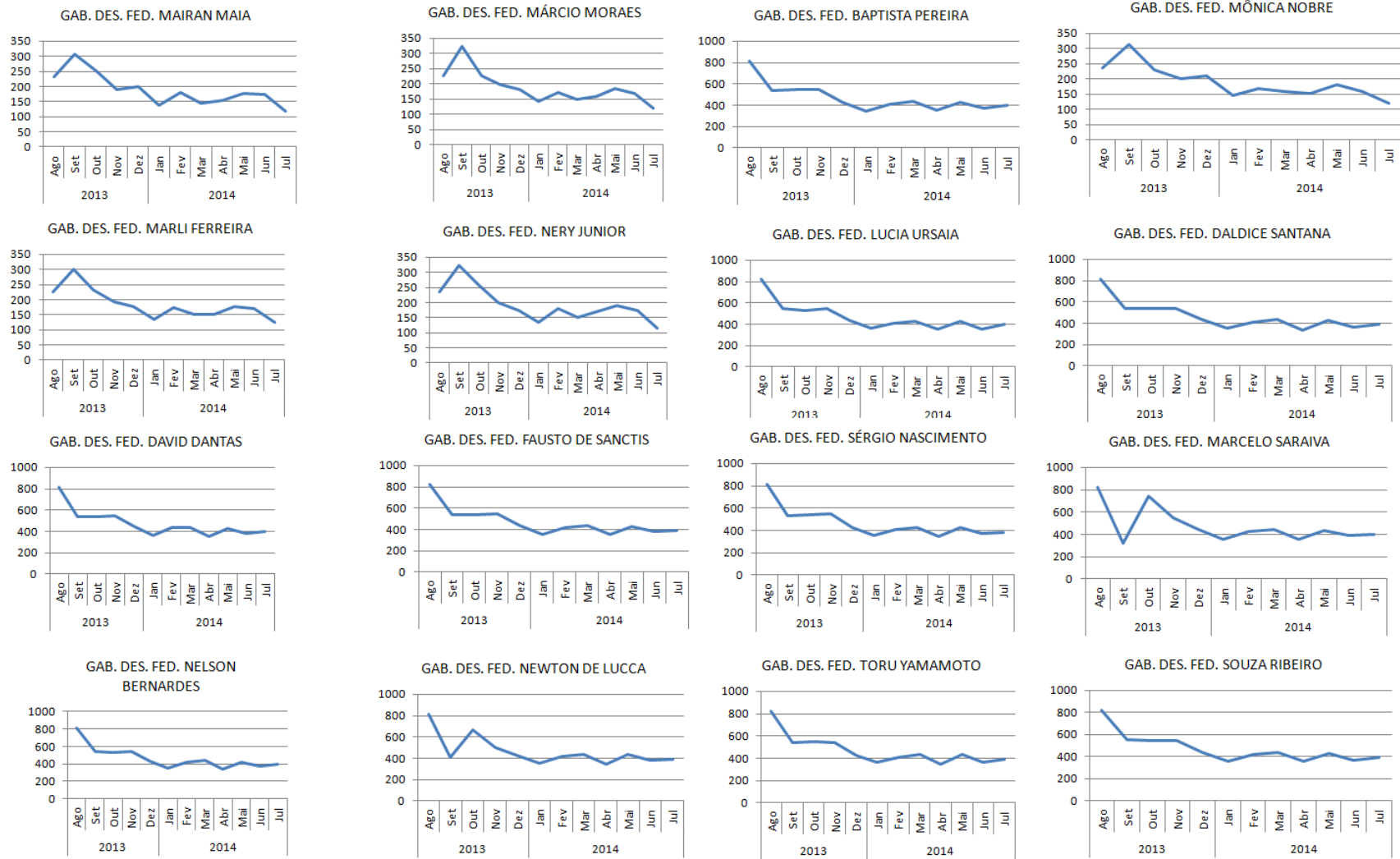
Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB. DES. FED. CECILIA MARCONDES	0	0	0	0	0	0	1	4	3	1	0	0	9	1
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	0	1	1	0	3	1	0	0	0	0	0	3	9	1
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	196	254	168	166	163	137	172	160	157	220	118	300	2.211	184
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	218	285	175	159	181	146	201	156	152	225	135	315	2.348	196
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	183	286	183	168	170	145	177	157	167	214	141	298	2.289	191
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	196	268	174	168	177	148	184	183	156	223	155	296	2.328	194
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	221	275	174	171	173	144	195	179	161	207	143	316	2.359	197
GAB. JUIZA FED. DENISE AVELAR	196	267	175	168	183	152	199	163	163	231	139	298	2.334	195
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	210	324	226	196	177	139	168	133	152	182	178	121	2.206	184
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	251	320	221	190	165	151	167	157	147	183	171	119	2.242	187
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	235	318	221	202	178	136	158	144	153	186	180	115	2.226	186
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	226	315	226	190	173	140	151	143	154	180	174	112	2.184	182
GAB. DES. FED. DIVA MALERBI	227	321	229	202	166	153	162	144	166	180	166	116	2.232	186
GAB. DES. FED. JOHNSOM DI SALVO	238	326	238	201	207	146	201	165	160	182	193	119	2.376	198
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	232	308	253	189	199	138	179	143	154	178	173	118	2.264	189
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	227	323	226	198	183	143	172	148	158	184	169	121	2.252	188
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	225	301	233	193	177	133	174	151	152	177	171	125	2.212	184
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	237	315	231	202	209	145	168	159	154	183	159	121	2.283	190
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	210	329	231	194	179	153	159	134	147	179	174	120	2.209	184
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	236	322	258	199	173	135	179	152	170	189	172	116	2.301	192
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	811	541	545	545	430	347	411	439	352	426	371	397	5.615	468
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	818	539	534	541	431	351	411	440	338	425	366	393	5.587	466
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	816	539	540	546	446	365	440	437	357	425	383	397	5.691	474
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	819	540	533	546	434	349	414	434	348	424	376	393	5.610	468
GAB. DES. FED. LUCIA URSAIA	819	546	530	545	435	364	408	427	352	428	357	396	5.607	467
GAB. DES. FED. MARCELO SARAIVA	822	317	746	548	442	357	422	439	358	430	387	402	5.670	473
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	810	539	532	543	433	350	418	436	345	424	372	397	5.599	467
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	814	411	670	499	429	348	413	436	342	434	377	387	5.560	463
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	812	530	537	549	424	357	411	427	350	428	368	383	5.576	465
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	817	551	543	545	437	360	419	436	357	427	370	391	5.653	471
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	830	537	538	536	433	353	408	430	347	435	373	384	5.604	467
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	820	545	548	556	432	354	422	430	352	434	357	408	5.658	472
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	821	535	540	537	437	350	415	429	353	442	375	394	5.628	469
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	820	536	549	536	429	361	407	431	345	435	360	393	5.602	467
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	822	537	554	542	439	354	431	470	351	424	366	396	5.686	474
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	814	537	540	540	435	354	407	438	352	424	375	394	5.610	468
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	209	280	187	165	187	146	191	166	156	229	129	52	2.097	175
GAB. DES. FED. CECILIA MELLO	201	280	188	184	175	131	184	159	143	152	132	32	1.961	163
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	200	260	184	161	190	140	182	158	172	219	133	20	2.019	168
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	205	263	190	172	170	146	172	170	164	226	135	65	2.078	173
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	209	277	168	179	171	156	187	178	155	224	140	52	2.096	175
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	195	277	180	173	167	147	199	180	148	230	139	34	2.069	172
Total	18.268	15.375	13.919	13.044	11.242	9.125	10.939	10.765	9.363	11.649	9.652	9.809	143.150	11.929

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

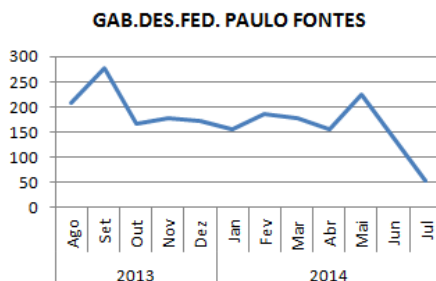
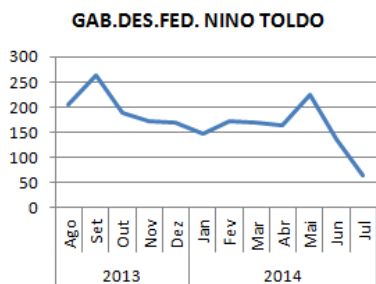
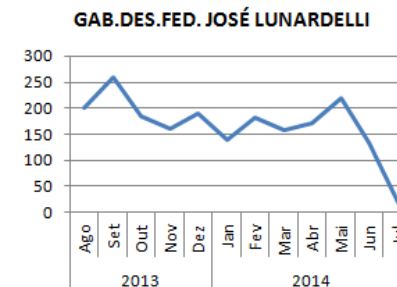
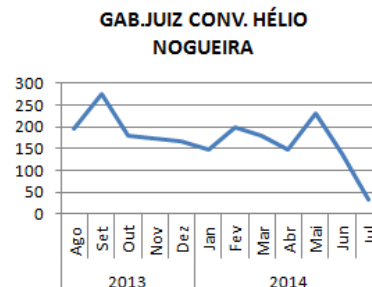
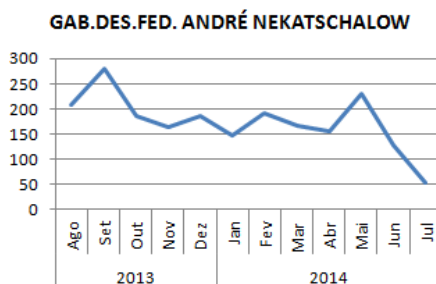
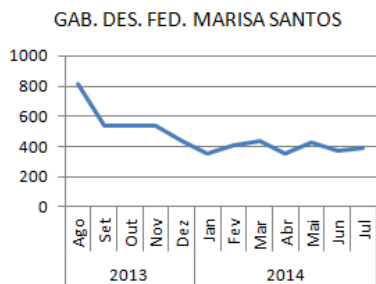
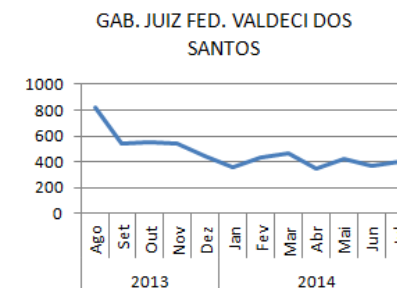
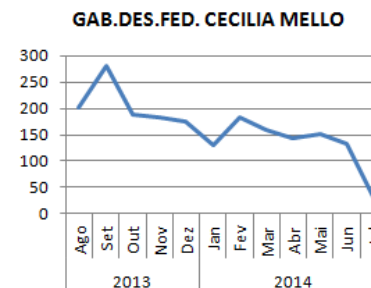
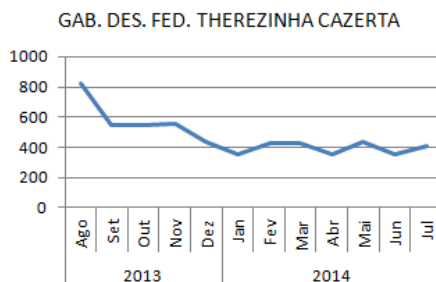
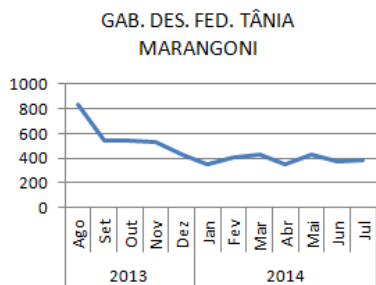
Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



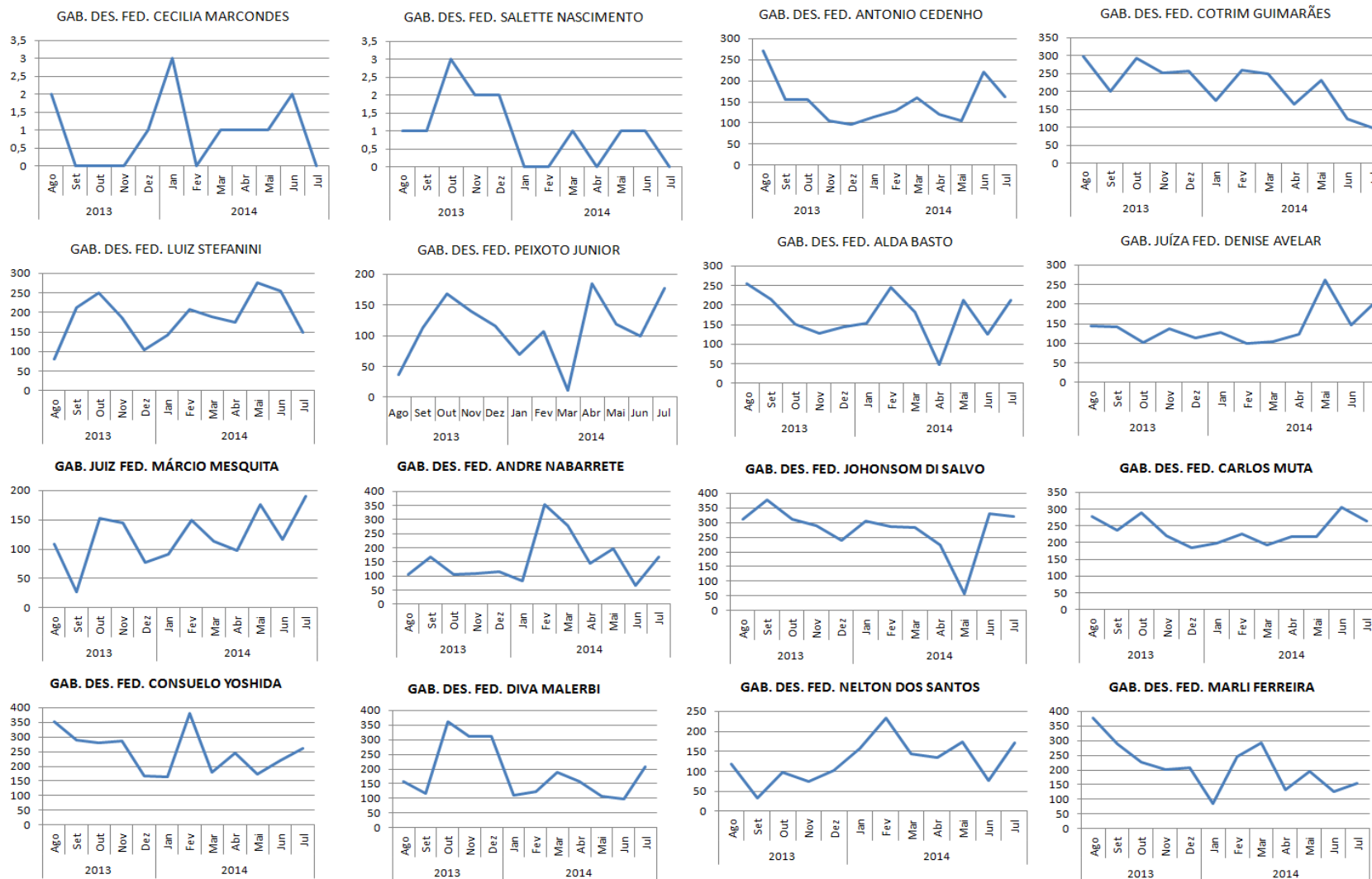
Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB. DES. FED. CECILIA MARCONDES	2	0	0	0	1	3	0	1	1	1	2	0	11	1
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	1	1	3	2	2	0	0	1	0	1	1	0	12	1
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	272	155	155	105	96	113	130	160	120	106	220	161	1.793	149
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	297	201	293	252	256	174	259	250	164	232	125	97	2.600	217
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	80	213	251	186	103	142	208	189	174	275	255	150	2.226	186
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	36	113	168	140	116	70	107	11	185	119	100	178	1.343	112
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	109	27	153	144	77	92	150	114	98	176	116	190	1.446	121
GAB. JUÍZA FED. DENISE AVELAR	145	142	101	136	113	128	99	105	124	263	146	207	1.709	142
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	255	214	152	127	143	153	246	182	47	213	125	213	2.070	173
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	104	167	105	110	114	82	355	277	144	196	65	167	1.886	157
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	277	237	288	221	185	198	227	194	218	219	305	265	2.834	236
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	352	291	281	285	168	164	380	179	246	174	219	261	3.000	250
GAB. DES. FED. DINA MALERBI	158	117	363	310	312	110	124	188	158	106	99	209	2.254	188
GAB. DES. FED. JOHONSOM DI SALVO	310	377	312	290	239	306	285	284	225	57	331	321	3.337	278
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	237	310	323	316	190	100	367	216	208	214	131	233	2.845	237
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	258	220	168	302	190	233	307	301	265	157	183	328	2.912	243
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	377	289	228	203	209	85	245	294	132	196	127	153	2.538	212
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	327	392	62	71	104	98	79	132	72	126	47	61	1.571	131
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	117	32	97	75	101	157	233	144	135	174	76	172	1.513	126
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	435	346	251	197	211	191	318	301	218	205	206	297	3.176	265
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	505	539	452	557	404	452	681	529	651	631	632	734	6.767	564
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	1057	818	785	699	271	357	568	521	521	531	386	481	6.995	583
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	531	523	401	850	997	1.080	750	1.053	1.122	1.244	1.076	1.097	10.724	894
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	1074	726	735	295	720	450	770	669	469	722	624	496	7.750	646
GAB. DES. FED. LUCIA URSAIA	436	785	607	197	653	459	475	520	286	600	354	648	6.020	502
GAB. DES. FED. MARCELO SARAVA	919	213	0	1022	662	269	886	515	1.505	780	821	740	8.332	694
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	813	592	565	619	403	421	344	391	540	460	372	317	5.837	486
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	607	630	612	343	739	362	478	532	525	536	490	665	6.519	543
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	541	32	127	351	412	236	712	434	111	170	152	2	3.280	273
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	794	615	578	437	369	403	772	554	417	437	343	460	6.179	515
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	514	560	1176	1399	947	920	1.051	1.069	678	1.266	922	860	11.362	947
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	610	515	286	811	931	655	1.432	996	1.019	1.127	818	834	10.034	836
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	627	605	516	572	278	266	467	3	1.036	983	605	694	6.652	554
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	510	681	768	583	672	611	602	525	618	542	473	579	7.164	597
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	441	222	362	468	341	417	249	546	433	293	436	343	4.551	379
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	1094	927	616	451	106	826	542	193	299	641	432	558	6.685	557
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	159	133	250	200	201	68	251	183	202	184	229	46	2.106	176
GAB. DES. FED. CECILIA MELLO	481	262	114	152	125	169	159	83	115	405	215	202	2.482	207
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	311	165	225	218	232	164	279	53	177	144	216	217	2.401	200
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	200	84	165	83	116	88	195	140	125	147	64	184	1.591	133
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	127	141	219	201	108	142	316	227	221	181	190	132	2.205	184
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	86	42	32	38	66	65	131	85	179	288	297	48	1.357	113
Total	16.586	13.654	13.345	14.018	12.683	11.479	16.229	13.344	14.183	15.522	13.026	14.000	168.069	14.006

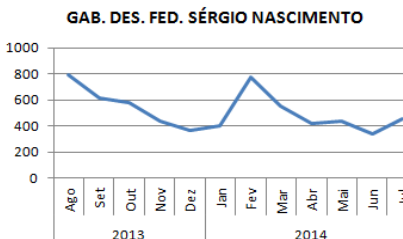
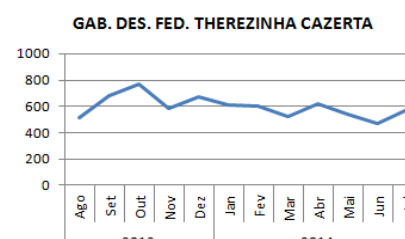
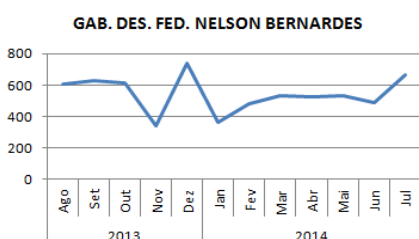
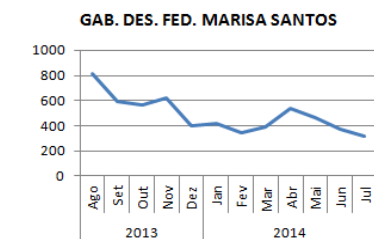
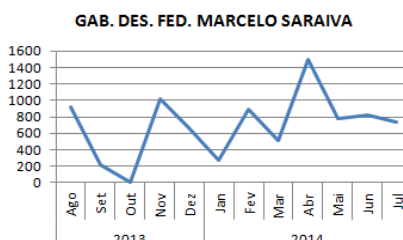
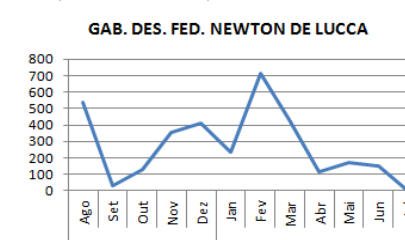
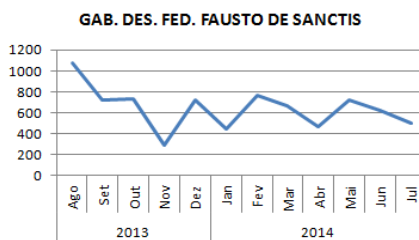
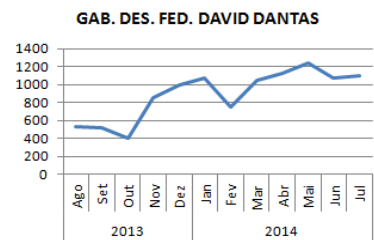
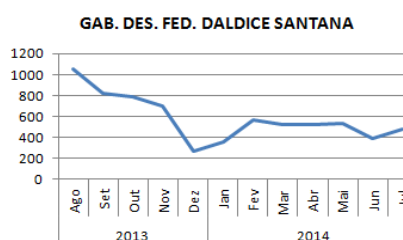
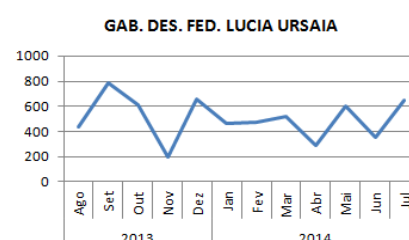
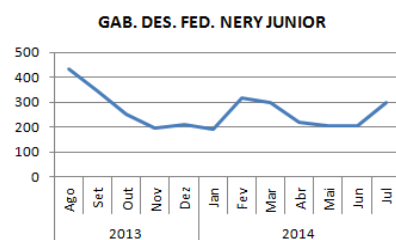
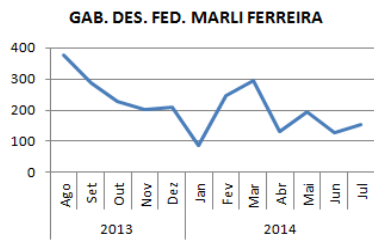
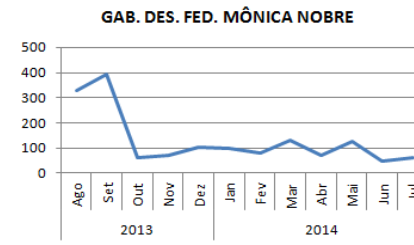
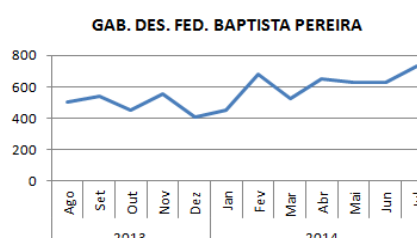
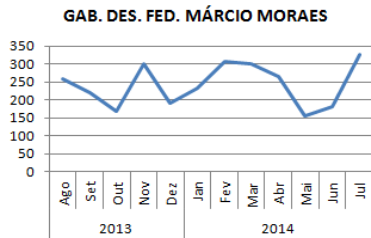
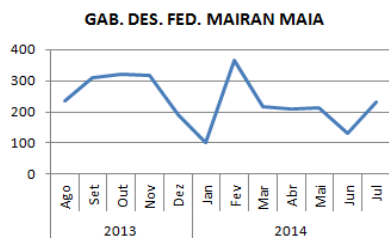
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nota: * Não inclui os embargos e agravos julgados

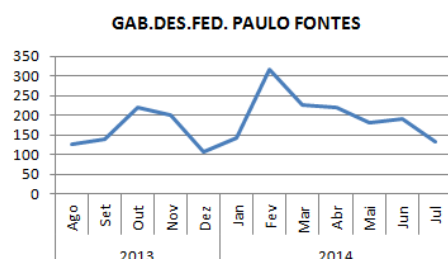
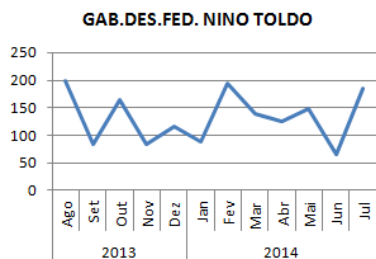
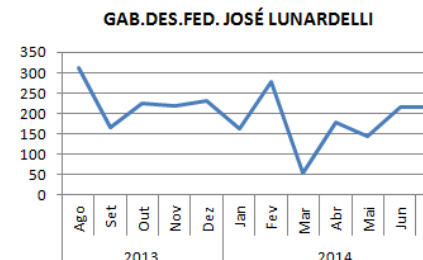
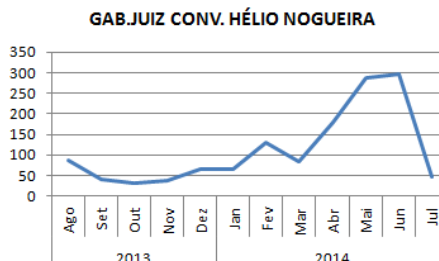
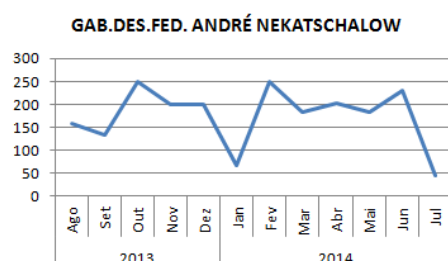
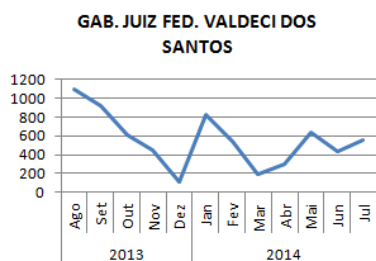
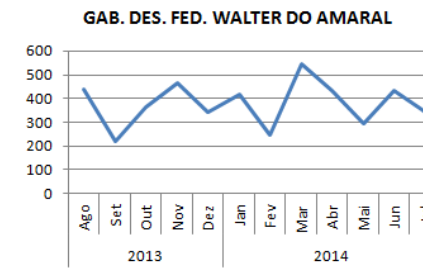
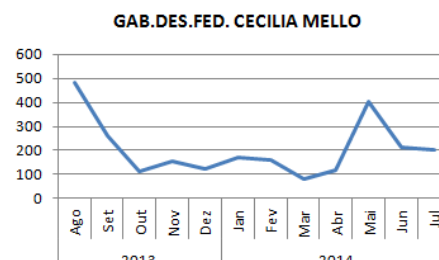
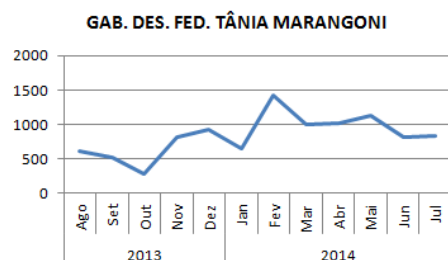
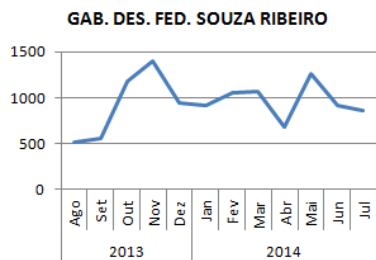
Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014

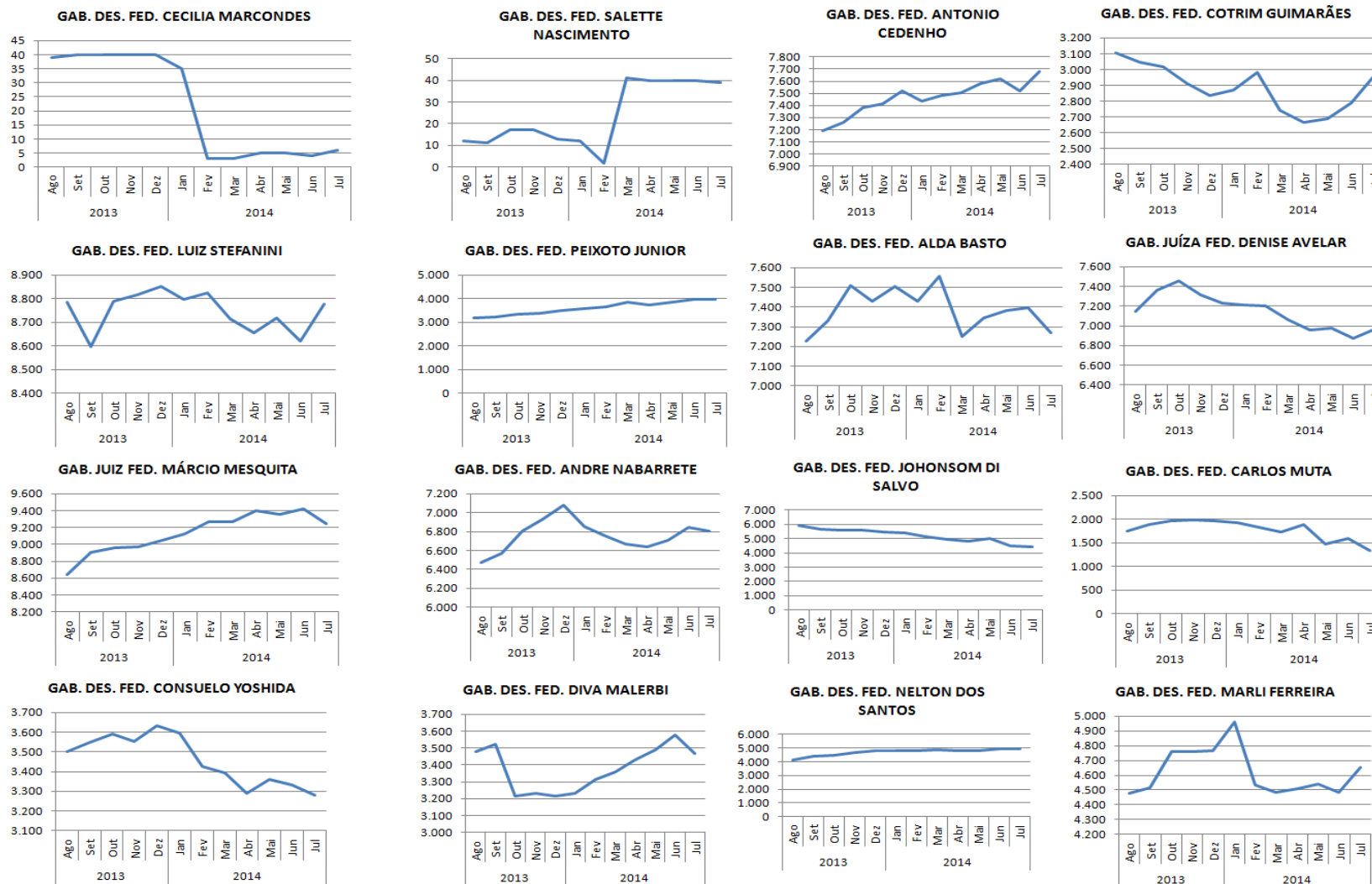


Quantidade de processos judiciais CONCLUSOS por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

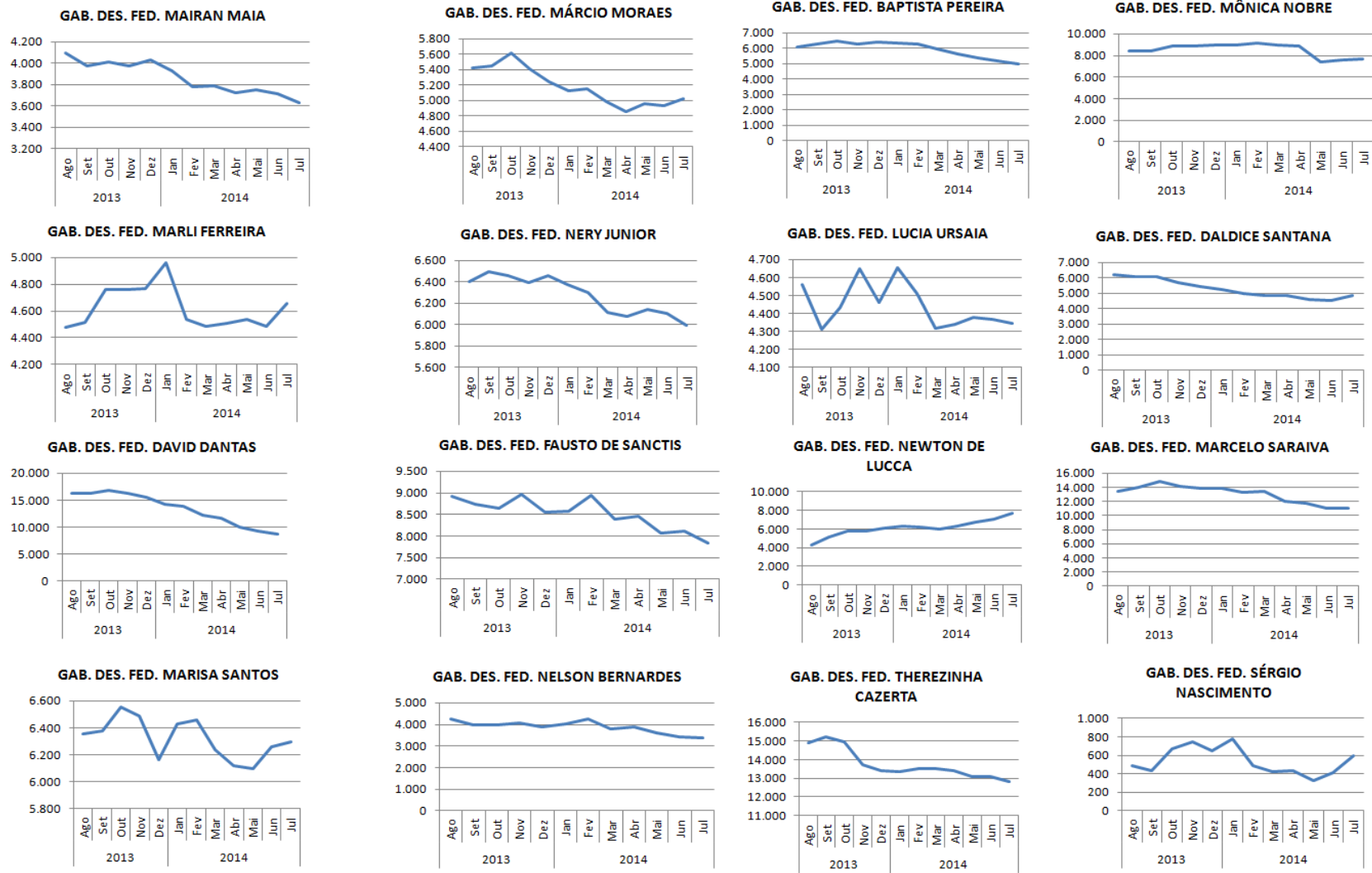
Desembargadores Federais	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
GAB. DES. FED. CECÍLIA MARCONDES	39	40	40	40	40	35	3	3	5	5	4	6	22
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	12	11	17	17	13	12	2	41	40	40	40	39	24
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	7.188	7.258	7.381	7.413	7.520	7.436	7.483	7.504	7.583	7.623	7.524	7.678	7.466
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	3.105	3.049	3.016	2.909	2.837	2.873	2.981	2.743	2.668	2.688	2.788	2.961	2.885
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	8.787	8.596	8.790	8.815	8.853	8.799	8.826	8.716	8.655	8.718	8.622	8.776	8.746
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	3.169	3.209	3.347	3.398	3.491	3.581	3.662	3.868	3.720	3.871	3.970	3.982	3.606
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	8.644	8.910	8.956	8.973	9.045	9.129	9.269	9.270	9.397	9.354	9.422	9.251	9.135
GAB. JUÍZA FED. DENISE AVELAR	7.145	7.364	7.461	7.320	7.227	7.213	7.201	7.062	6.954	6.975	6.872	6.971	7.147
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	7.228	7.331	7.510	7.428	7.506	7.430	7.556	7.252	7.344	7.383	7.398	7.269	7.386
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	6.475	6.572	6.808	6.929	7.077	6.853	6.753	6.665	6.642	6.710	6.849	6.807	6.762
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	1.746	1.898	1.963	1.981	1.973	1.930	1.832	1.737	1.880	1.471	1.590	1.345	1.779
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	3.500	3.548	3.589	3.552	3.633	3.595	3.428	3.395	3.289	3.361	3.331	3.280	3.458
GAB. DES. FED. DIVA MALERBI	3.482	3.524	3.215	3.234	3.213	3.233	3.317	3.356	3.432	3.489	3.579	3.469	3.379
GAB. DES. FED. JOHNSOM DI SALVO	5.928	5.649	5.599	5.566	5.477	5.418	5.163	4.959	4.789	5.007	4.519	4.437	5.209
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	4.099	3.971	4.009	3.975	4.028	3.926	3.777	3.785	3.720	3.752	3.713	3.627	3.865
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	5.422	5.454	5.611	5.406	5.241	5.122	5.152	4.987	4.856	4.963	4.935	5.022	5.181
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	4.475	4.516	4.762	4.763	4.765	4.961	4.537	4.486	4.506	4.539	4.485	4.656	4.621
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	8.374	8.451	8.850	8.895	8.982	9.012	9.124	8.972	8.908	7.394	7.541	7.713	8.518
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	4.129	4.384	4.492	4.674	4.799	4.802	4.804	4.889	4.833	4.813	4.974	4.942	4.711
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	6.405	6.494	6.463	6.395	6.456	6.371	6.305	6.117	6.073	6.144	6.104	5.996	6.277
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	6.105	6.253	6.485	6.257	6.426	6.344	6.271	5.983	5.638	5.357	5.194	4.996	5.942
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	6.230	6.091	6.061	5.670	5.445	5.254	4.995	4.889	4.848	4.580	4.550	4.830	5.287
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	16.199	16.231	16.791	16.216	15.503	14.282	13.799	12.300	11.638	10.070	9.190	8.642	13.405
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	8.910	8.731	8.647	8.969	8.556	8.566	8.942	8.390	8.459	8.062	8.118	7.845	8.516
GAB. DES. FED. LUCIA URSAIA	4.558	4.313	4.436	4.651	4.459	4.656	4.510	4.319	4.340	4.379	4.365	4.343	4.444
GAB. DES. FED. MARCELO SARAIVA	13.399	14.007	14.883	14.196	13.866	13.888	13.279	13.494	12.029	11.680	11.066	10.994	13.065
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	6.354	6.377	6.553	6.489	6.160	6.428	6.458	6.239	6.118	6.099	6.256	6.297	6.319
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	4.248	3.969	3.991	4.080	3.864	4.016	4.248	3.774	3.896	3.612	3.401	3.379	3.873
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	4.319	5.122	5.812	5.762	6.128	6.264	6.245	5.948	6.352	6.720	7.006	7.644	6.110
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	489	434	672	744	649	779	492	424	435	320	408	599	537
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	15.081	15.398	15.025	14.460	13.880	13.491	13.394	12.276	11.691	10.915	10.470	10.305	13.032
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	8.699	8.660	9.165	8.898	8.697	8.129	7.344	6.729	6.161	5.107	4.568	4.218	7.198
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	10.002	9.649	10.084	9.974	10.440	10.245	10.457	10.604	9.694	9.214	9.057	8.861	9.857
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	14.889	15.243	14.979	13.749	13.406	13.364	13.539	13.532	13.394	13.074	13.064	12.805	13.753
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	18.630	18.828	19.225	19.224	18.050	18.066	18.165	18.214	18.226	19.490	19.145	17.947	18.601
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	10.210	9.925	9.822	10.116	10.346	9.943	9.957	10.531	10.723	10.443	10.195	10.022	10.186
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	3.186	3.263	3.287	3.324	3.373	3.402	3.323	3.335	3.395	3.302	3.218	3.430	3.320
GAB. DES. FED. CECÍLIA MELLO	4.475	4.340	4.799	4.797	4.798	4.843	5.065	5.176	5.231	5.040	4.831	4.683	4.840
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	1.034	1.152	1.090	1.106	1.093	1.099	1.098	1.122	1.050	1.278	1.196	1.058	1.115
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	4.866	5.072	5.130	5.285	5.246	5.350	5.263	5.230	5.313	5.340	5.494	5.388	5.248
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	6.193	6.137	6.066	6.001	6.104	6.250	6.239	6.153	6.127	6.153	6.219	6.224	6.156
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	8.979	9.173	9.361	9.424	9.673	9.679	9.751	9.823	9.725	9.632	9.427	9.635	9.524
Total	276.407	278.597	284.243	281.075	278.338	276.069	274.009	268.292	263.777	258.167	254.698	252.372	270.504

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

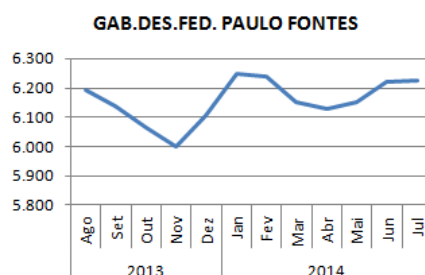
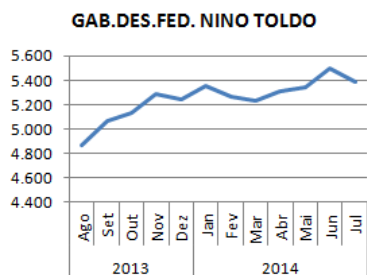
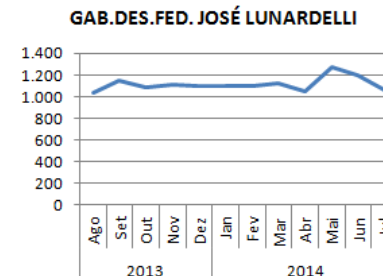
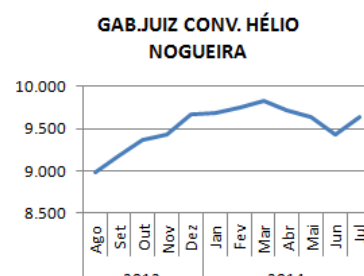
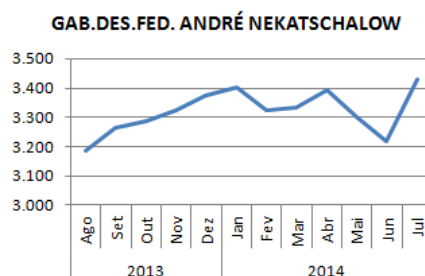
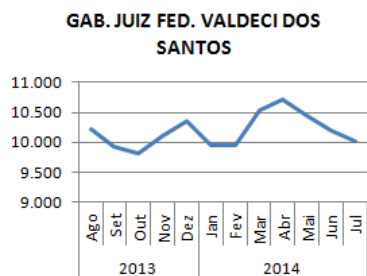
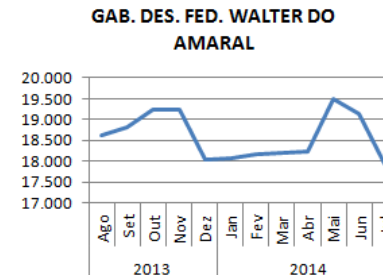
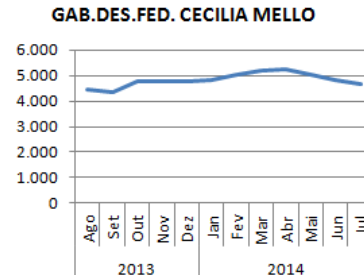
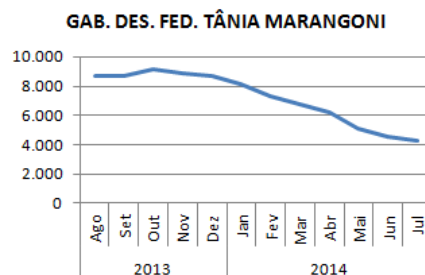
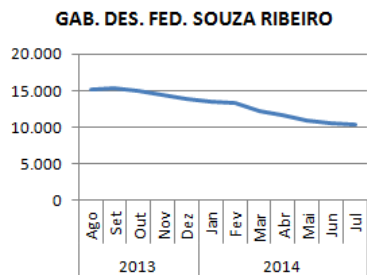
Quantidade de processos judiciais concluídos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais conclusos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de processos judiciais concluídos por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014

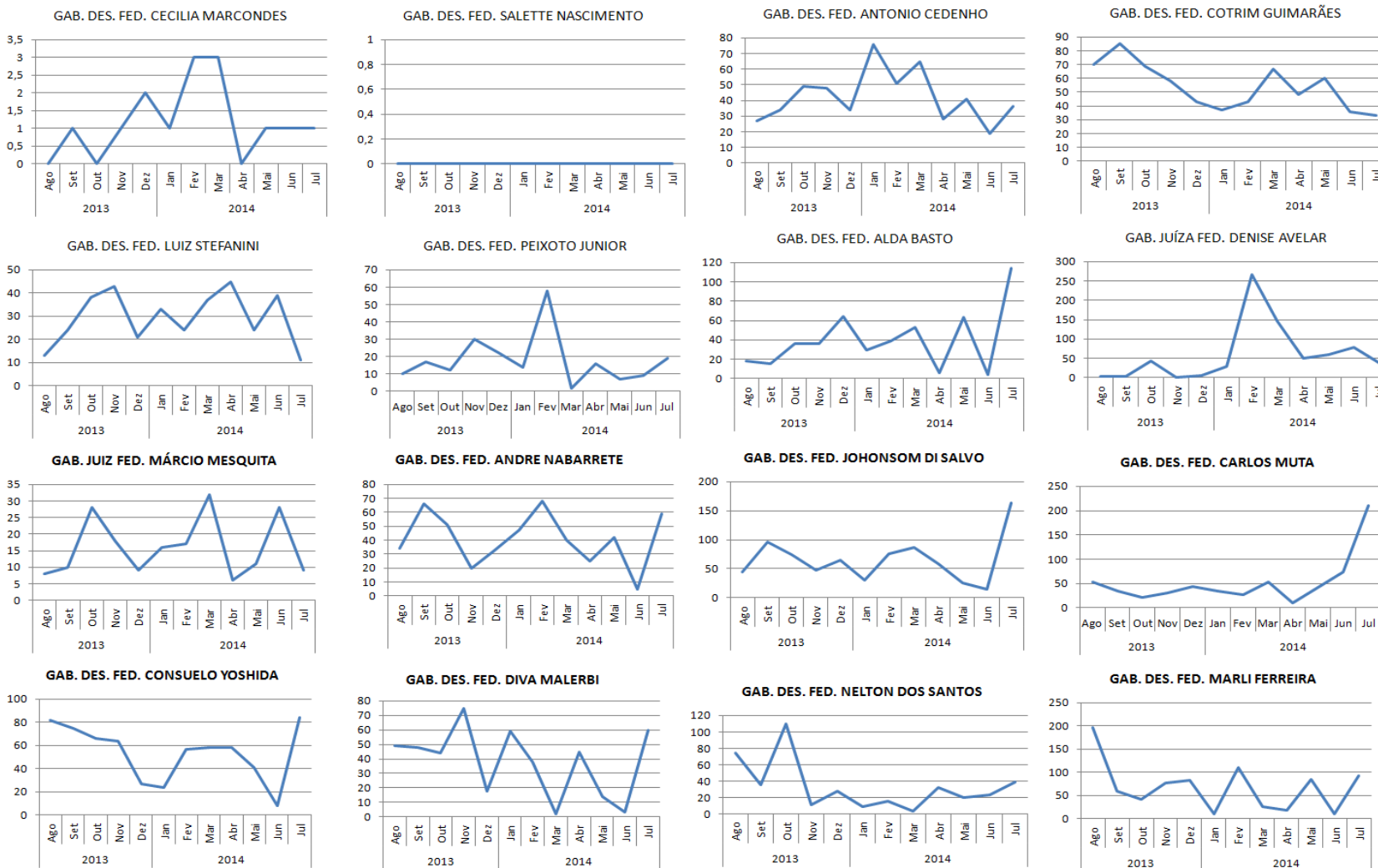


Quantidade de embargos julgados por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

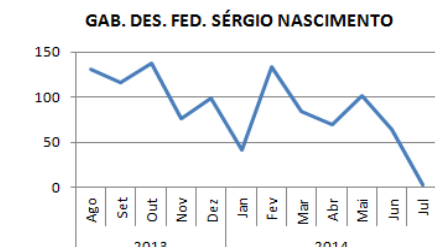
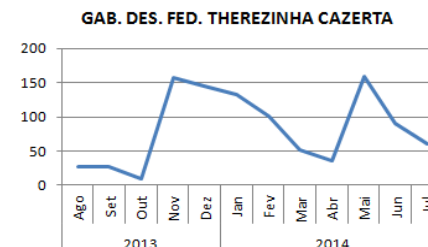
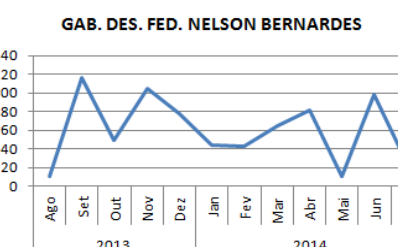
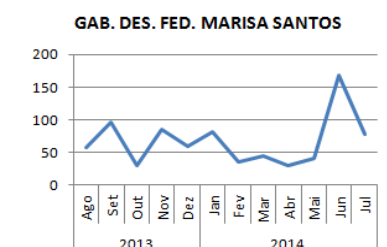
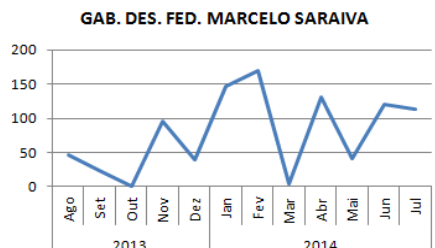
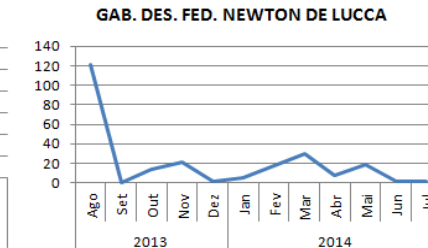
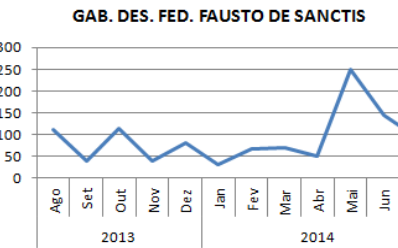
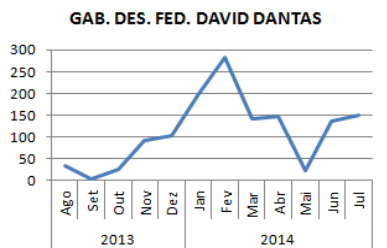
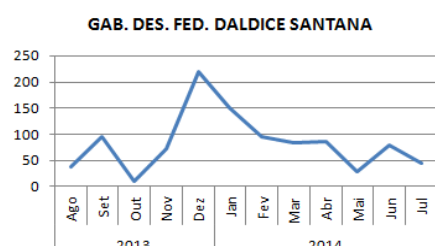
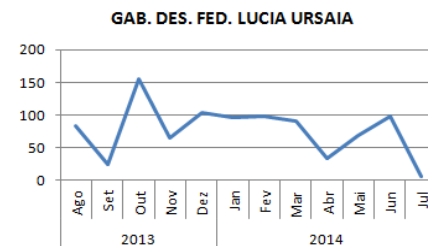
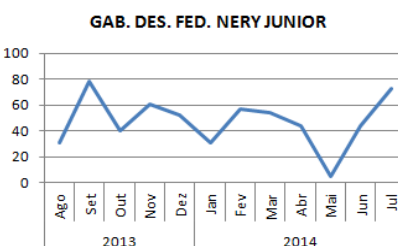
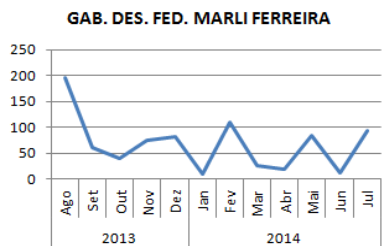
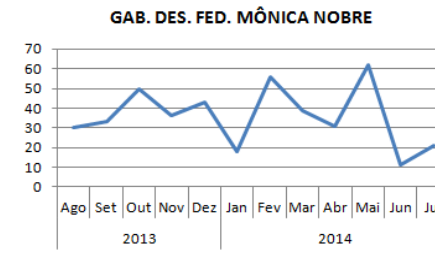
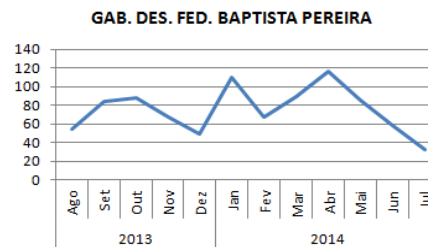
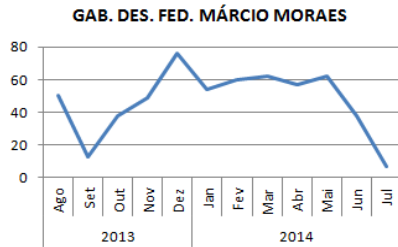
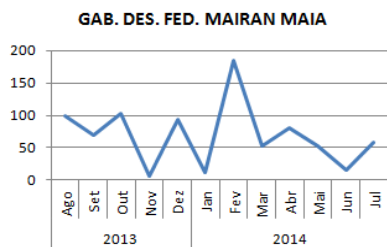
Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
GAB. DES. FED. CECILIA MARCONDES	0	1	0	1	2	1	3	3	0	1	1	1	14	1
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	27	34	49	48	34	76	51	65	28	41	19	36	508	42
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	70	85	69	58	43	37	43	67	48	60	36	33	649	54
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	13	24	38	43	21	33	24	37	45	24	39	11	352	29
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	10	17	12	30	22	14	58	2	16	7	9	19	216	18
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	8	10	28	18	9	16	17	32	6	11	28	9	192	16
GAB. JUÍZA FED. DENISE AVELAR	3	4	42	1	5	29	266	146	49	59	78	37	719	60
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	18	15	36	64	29	29	39	53	6	63	4	114	477	40
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	34	66	51	20	33	47	68	40	25	42	5	59	490	41
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	54	34	21	30	44	34	27	54	10	42	74	210	634	53
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	82	75	66	64	27	24	57	58	58	41	8	84	644	54
GAB. DES. FED. DIVA MALERBI	49	48	44	75	18	59	38	2	45	14	3	60	455	38
GAB. DES. FED. JOHNSOM DI SALVO	45	96	74	47	64	30	75	86	59	26	15	163	780	65
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	99	70	102	6	93	12	184	52	81	53	15	58	825	69
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	50	13	38	49	76	54	60	62	57	62	38	7	566	47
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	196	60	41	76	83	10	111	26	19	85	11	93	811	68
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	30	33	50	36	43	18	56	39	31	62	11	21	430	36
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	74	36	110	11	28	9	16	3	32	20	23	39	401	33
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	31	78	40	61	52	31	57	54	44	5	44	73	570	48
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	55	84	88	67	50	110	68	90	116	86	58	32	904	75
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	37	96	10	72	219	151	94	83	85	27	80	44	998	83
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	35	2	26	93	103	201	282	142	147	23	136	150	1.340	112
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	112	40	115	39	82	30	66	71	51	249	145	96	1.096	91
GAB. DES. FED. LUCIA URSAIA	83	24	156	65	103	97	98	90	34	68	98	5	921	77
GAB. DES. FED. MARCELO SARAIVA	46	24	0	96	40	147	170	4	131	41	121	114	934	78
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	57	96	30	86	60	82	36	45	30	41	168	77	808	67
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	10	117	49	105	78	44	43	65	82	11	98	24	726	61
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	121	0	14	21	2	5	17	30	8	19	2	1	240	20
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	131	116	138	77	99	41	134	85	70	102	65	3	1.061	88
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	55	44	16	52	56	117	68	213	103	229	166	127	1.246	104
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	136	81	64	15	24	3	137	30	45	40	24	221	820	68
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	54	184	67	91	103	34	138	7	105	26	24	29	862	72
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	26	27	9	158	145	132	101	51	35	160	91	60	995	83
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	22	146	39	75	20	160	1	88	93	93	97	41	875	73
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	126	28	62	0	0	27	42	0	20	105	165	180	755	63
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	55	29	41	29	38	65	71	25	22	53	54	5	487	41
GAB. DES. FED. CECILIA MELLO	125	62	37	66	7	20	20	11	16	9	64	99	536	45
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	65	71	109	23	62	31	71	31	54	8	55	34	614	51
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	60	37	40	13	31	46	75	46	57	63	6	36	510	43
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	23	11	60	43	19	37	15	18	36	19	9	4	294	25
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	0	3	2	12	9	11	35	23	26	24	80	10	235	20
Total	2.327	2.121	2.083	2.008	2.111	2.154	3.032	2.129	2.025	2.214	2.267	2.519	26.990	2.249

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

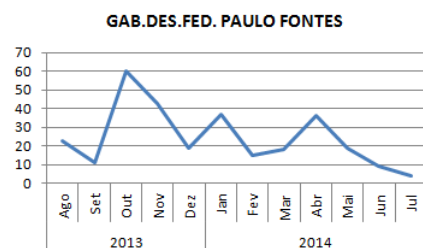
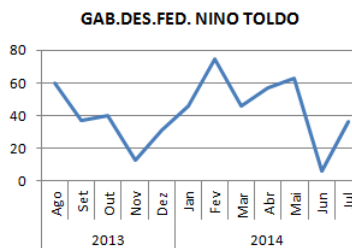
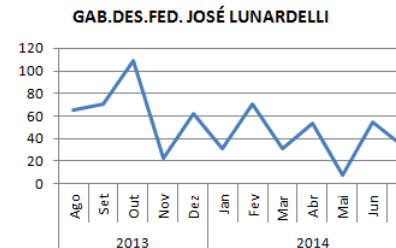
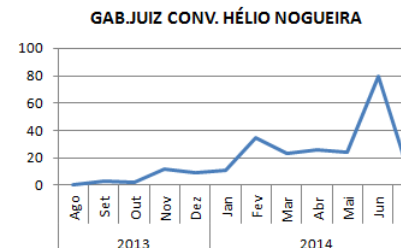
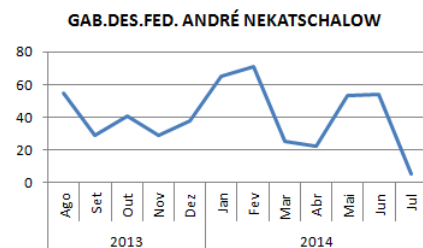
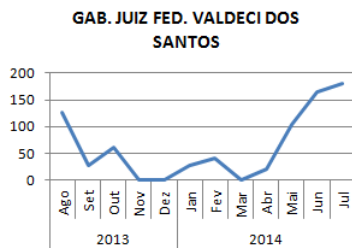
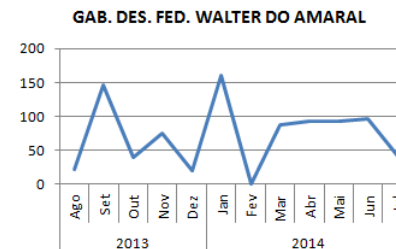
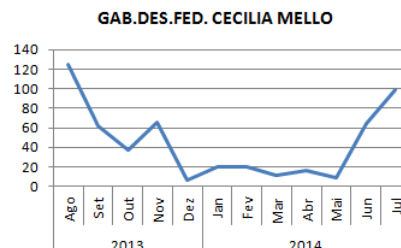
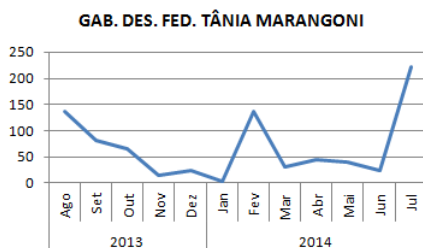
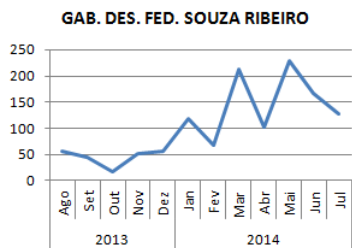
Quantidade de embargos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de embargos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de embargos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014

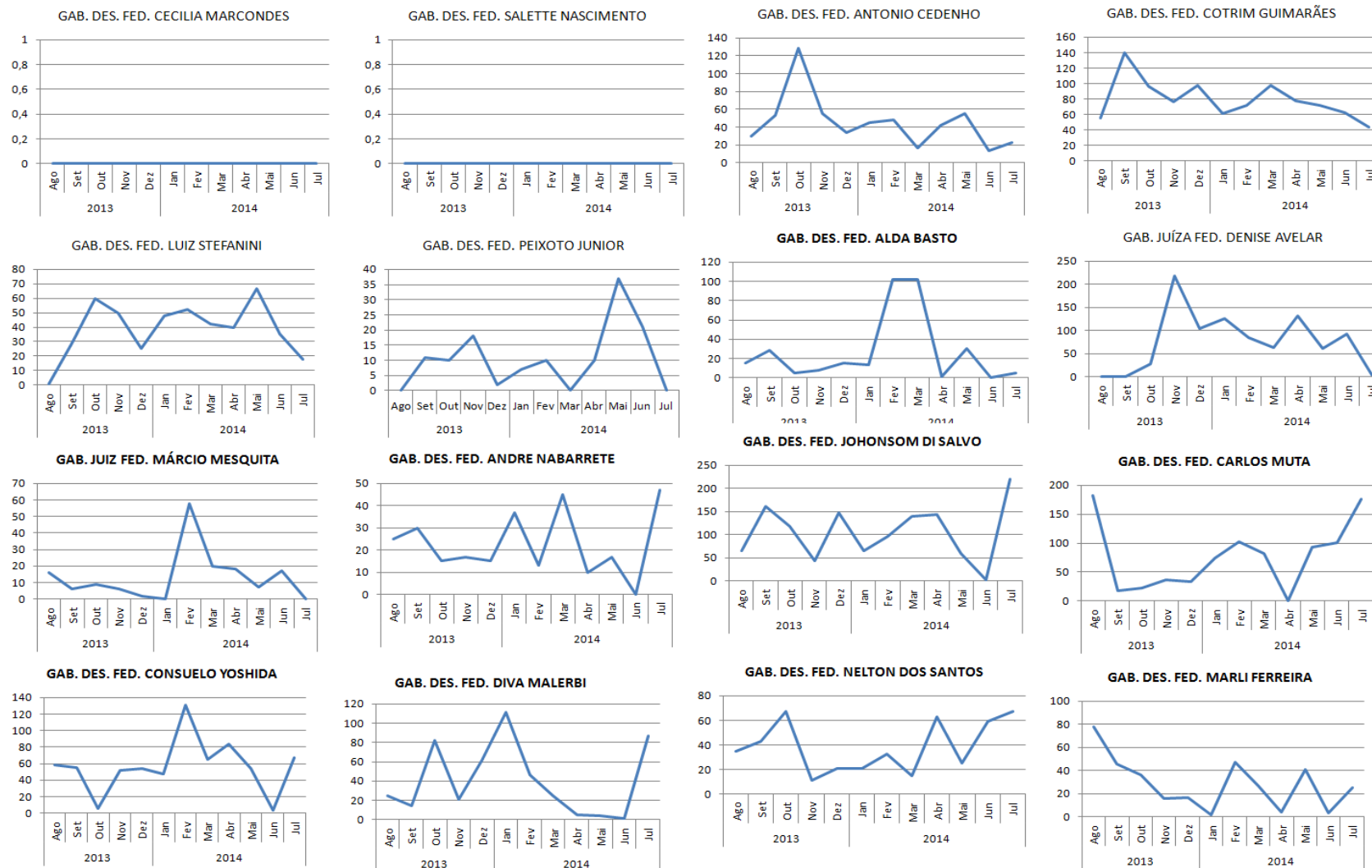


Quantidade de agravos julgados por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

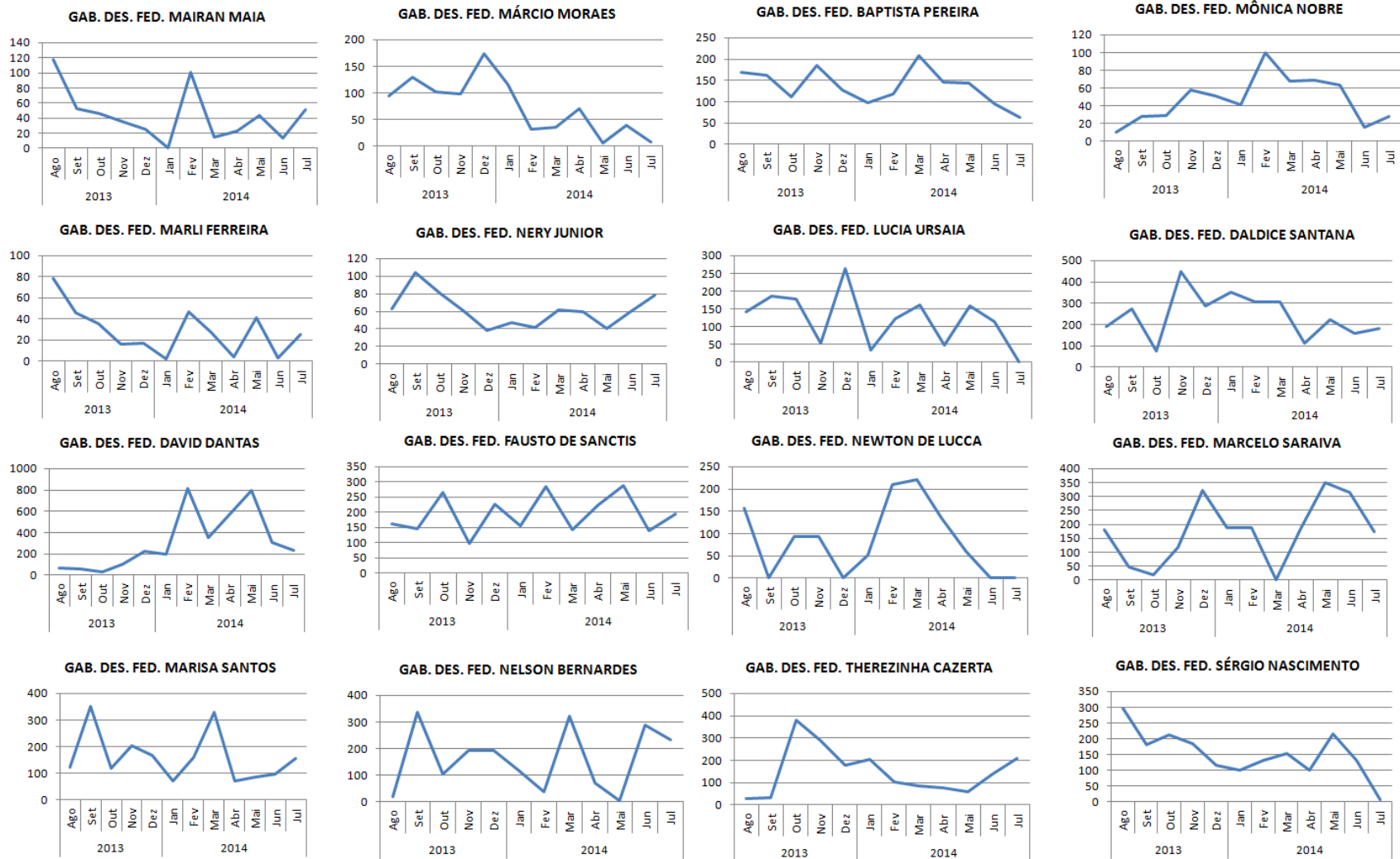
Desembargadores Federais	2013					2014							Total	Média	
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul			
GAB. DES. FED. CECILIA MARCONDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	30	53	129	55	34	45	48	17	42	55	13	23	544	45	
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	55	140	97	76	98	61	72	98	78	72	63	44	954	80	
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	1	29	60	50	25	48	52	42	40	67	35	18	467	39	
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	0	11	10	18	2	7	10	0	10	37	21	0	126	11	
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	16	6	9	6	2	0	58	20	18	7	17	0	159	13	
GAB. JUÍZA FED. DENISE AVELAR	0	0	28	219	104	126	85	64	132	62	93	5	918	77	
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	15	28	5	8	15	13	102	102	1	30	0	5	324	27	
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	25	30	15	17	15	37	13	45	10	17	0	47	271	23	
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	183	17	23	37	34	74	102	82	1	93	101	176	923	77	
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	58	55	6	52	54	47	131	65	84	54	3	67	676	56	
GAB. DES. FED. DIVA MALERBI	25	14	82	21	61	111	46	25	5	4	1	87	482	40	
GAB. DES. FED. JOHONSOM DI SALVO	66	162	118	43	147	65	97	139	143	60	2	220	1.262	105	
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	118	53	46	35	25	0	101	15	22	43	13	51	522	44	
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	94	129	102	98	173	116	32	36	70	6	40	7	903	75	
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	78	46	36	16	17	2	47	27	4	41	3	25	342	29	
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	10	28	29	58	51	41	100	68	69	63	16	28	561	47	
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	35	43	67	11	21	21	33	15	63	25	59	67	460	38	
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	63	104	81	61	38	47	42	62	59	41	59	78	735	61	
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	170	163	111	186	127	98	117	207	146	144	94	63	1.626	136	
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	191	272	76	447	289	351	307	306	112	221	157	183	2.912	243	
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	70	54	26	101	226	193	814	354	575	797	307	233	3.750	313	
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	161	147	264	97	227	155	286	142	222	289	141	195	2.326	194	
GAB. DES. FED. LUCIA URSAIA	143	185	177	54	263	34	121	162	49	158	113	1	1.460	122	
GAB. DES. FED. MARCELO SARAIVA	181	48	18	118	322	186	187	0	183	351	315	175	2.084	174	
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	123	350	119	203	168	71	160	331	72	85	95	154	1.931	161	
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	20	336	103	192	193	120	37	322	70	6	290	233	1.922	160	
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	156	0	92	93	1	51	210	220	136	60	0	0	1.019	85	
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	296	182	213	183	117	101	131	153	99	216	130	8	1.829	152	
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	112	125	13	172	362	351	371	506	236	299	297	315	3.159	263	
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	160	66	208	94	161	0	216	128	299	423	141	147	2.043	170	
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	70	211	58	78	83	23	58	0	220	65	43	29	938	78	
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	29	33	381	286	177	204	101	83	74	59	136	207	1.770	148	
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	51	68	51	57	24	58	1	60	70	58	44	2	544	45	
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	176	264	350	0	128	140	25	2	33	10	293	167	1.588	132	
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	76	63	28	7	1	48	17	9	13	83	122	0	467	39	
GAB. DES. FED. CECILIA MELLO	132	155	15	27	3	21	6	26	15	41	110	55	606	51	
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	99	65	78	15	57	12	84	48	66	8	36	30	598	50	
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	45	20	90	27	59	42	116	61	67	70	2	33	632	53	
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	29	89	117	101	26	20	13	32	60	26	16	2	531	44	
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	0	15	29	28	17	3	10	10	57	39	82	0	290	24	
Total	3.362	3.859	3.560	3.447	3.947	3.143	4.559	4.084	3.725	4.285	3.503	3.180	44.654	3.721	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

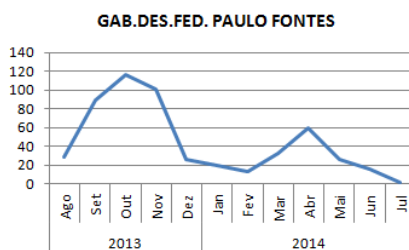
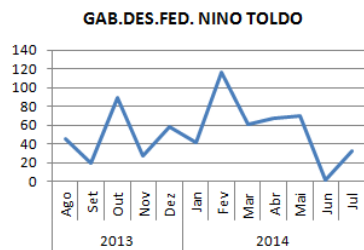
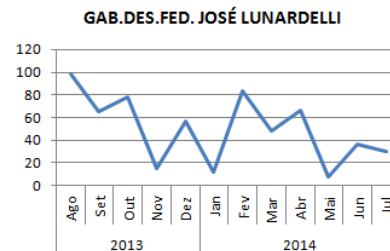
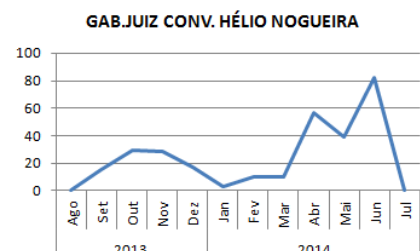
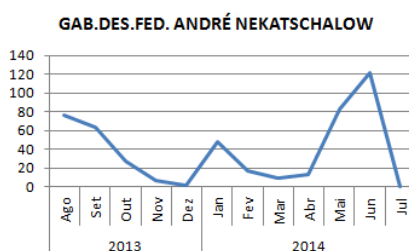
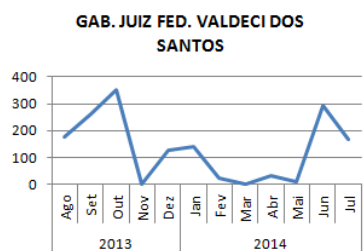
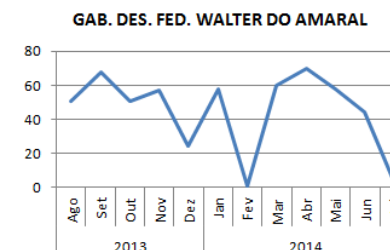
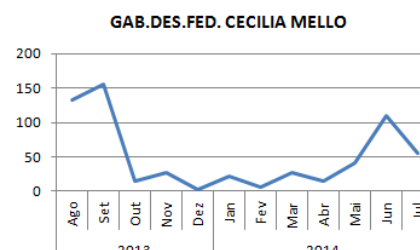
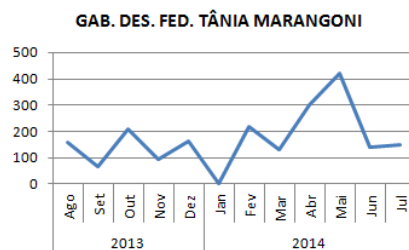
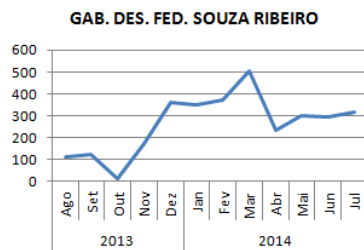
Quantidade de agravos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de agravos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014



Quantidade de agravos julgados por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014

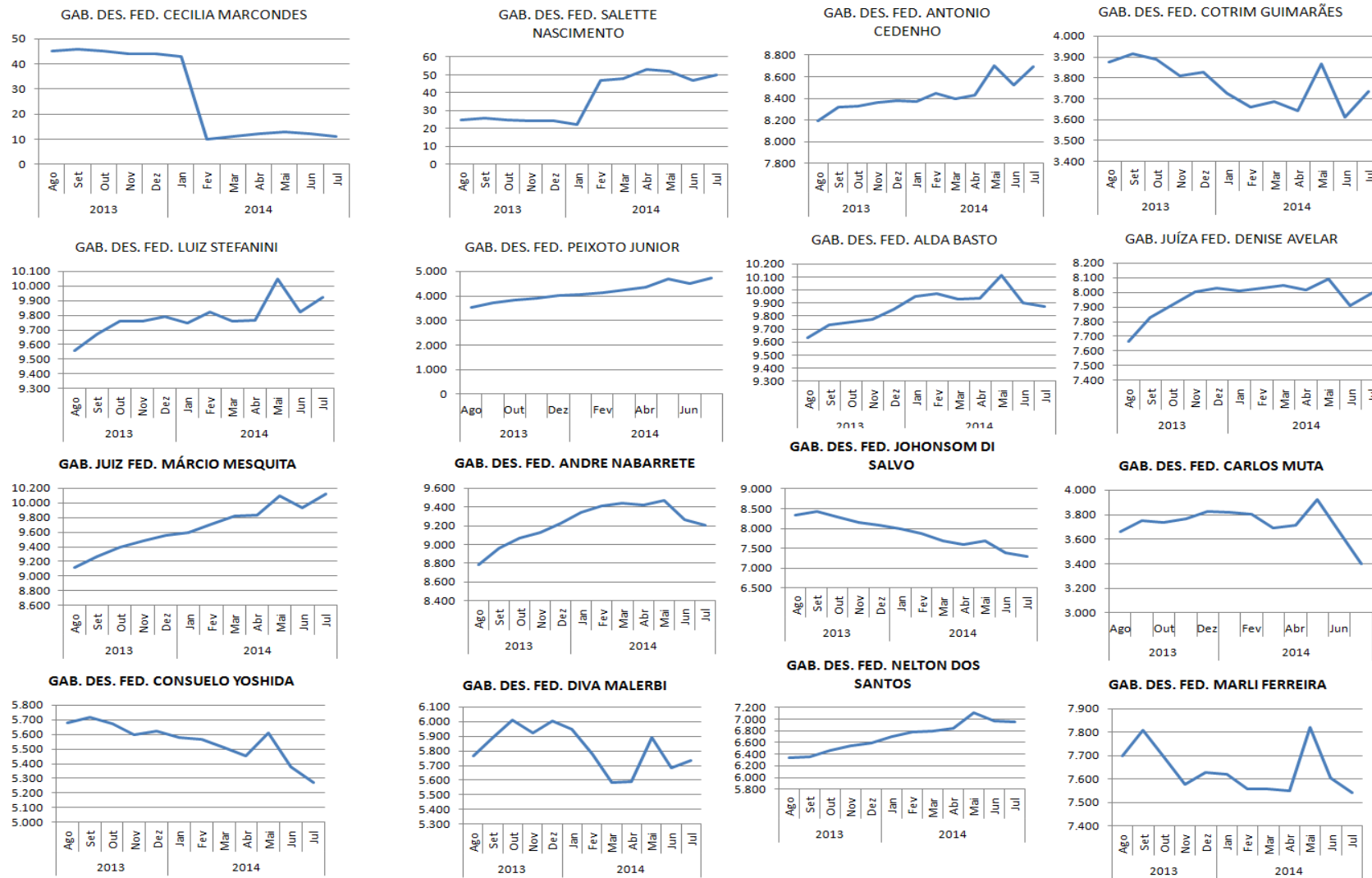


Quantidade de processos judiciais em tramitação por Desembargador Federal - Período: Agosto/2013 a Julho/2014 (incluídos os sobrestados)

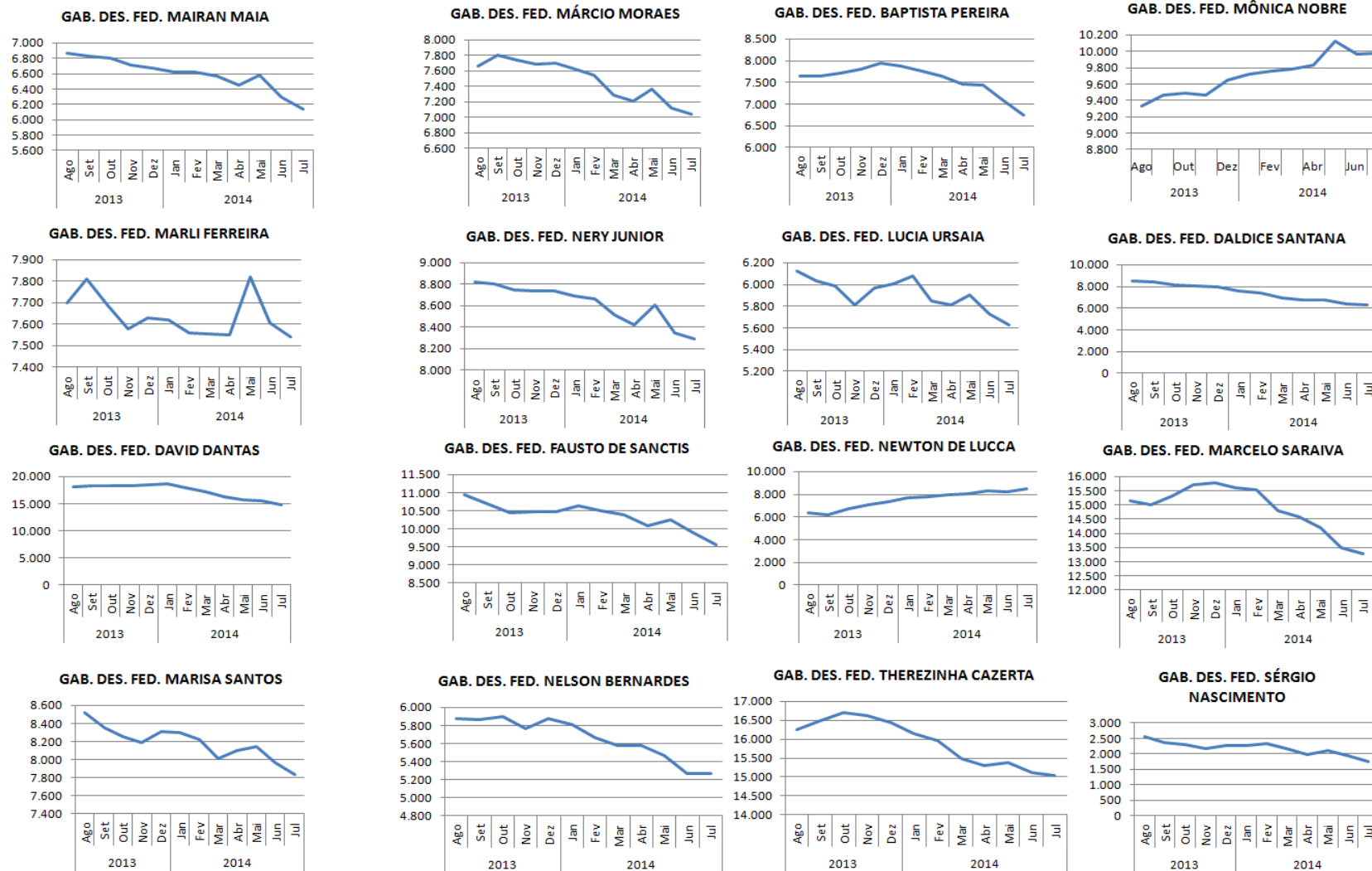
Desembargadores Federais	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
GAB. DES. FED. CECÍLIA MARCONDES	45	46	45	44	44	43	10	11	12	13	12	11	28
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO	25	26	25	24	24	22	47	48	53	52	47	50	37
GAB. DES. FED. ANTONIO CEDENHO	8.192	8.319	8.324	8.365	8.375	8.374	8.448	8.400	8.433	8.705	8.522	8.690	8.429
GAB. DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	3.877	3.916	3.889	3.811	3.828	3.725	3.661	3.685	3.645	3.866	3.611	3.735	3.771
GAB. DES. FED. LUIZ STEFANINI	9.559	9.672	9.759	9.759	9.790	9.745	9.825	9.762	9.769	10.050	9.821	9.925	9.786
GAB. DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	3.528	3.710	3.837	3.918	4.021	4.055	4.124	4.263	4.339	4.712	4.511	4.721	4.145
GAB. JUIZ FED. MÁRCIO MESQUITA	9.123	9.267	9.397	9.476	9.554	9.601	9.713	9.827	9.833	10.098	9.934	10.120	9.662
GAB. JUIZA FED. DENISE AVELAR	7.666	7.828	7.918	8.007	8.029	8.010	8.032	8.047	8.016	8.092	7.913	7.998	7.963
GAB. DES. FED. ALDA BASTO	9.635	9.730	9.757	9.774	9.856	9.954	9.972	9.932	9.939	10.116	9.899	9.874	9.870
GAB. DES. FED. ANDRE NABARRETE	8.781	8.963	9.070	9.125	9.226	9.341	9.411	9.438	9.419	9.469	9.268	9.206	9.226
GAB. DES. FED. CARLOS MUTA	3.663	3.754	3.735	3.766	3.824	3.822	3.802	3.693	3.713	3.923	3.655	3.398	3.729
GAB. DES. FED. CONSUELO YOSHIDA	5.677	5.717	5.671	5.598	5.622	5.579	5.564	5.511	5.452	5.613	5.378	5.273	5.555
GAB. DES. FED. DIRLI MALERBI	5.766	5.893	6.008	5.926	6.004	5.946	5.776	5.582	5.592	5.892	5.686	5.735	5.817
GAB. DES. FED. JOHNSOM DI SALVO	8.345	8.424	8.287	8.158	8.073	7.995	7.874	7.693	7.583	7.679	7.387	7.283	7.898
GAB. DES. FED. MAIRAN MAIA	6.868	6.829	6.805	6.710	6.674	6.617	6.617	6.573	6.449	6.578	6.295	6.139	6.596
GAB. DES. FED. MÁRCIO MORAES	7.667	7.798	7.740	7.685	7.701	7.624	7.545	7.285	7.215	7.367	7.118	7.046	7.483
GAB. DES. FED. MARLI FERREIRA	7.700	7.809	7.691	7.579	7.629	7.621	7.558	7.556	7.549	7.819	7.604	7.541	7.638
GAB. DES. FED. MÔNICA NOBRE	9.327	9.468	9.483	9.467	9.642	9.720	9.760	9.779	9.834	10.119	9.968	9.976	9.712
GAB. DES. FED. NELTON DOS SANTOS	6.346	6.358	6.471	6.538	6.594	6.704	6.774	6.790	6.847	7.104	6.972	6.949	6.704
GAB. DES. FED. NERY JUNIOR	8.823	8.801	8.749	8.742	8.736	8.691	8.662	8.510	8.424	8.611	8.350	8.291	8.616
GAB. DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	7.644	7.637	7.712	7.797	7.951	7.879	7.753	7.644	7.454	7.446	7.081	6.736	7.561
GAB. DES. FED. DALDICE SANTANA	8.509	8.403	8.160	8.039	8.000	7.591	7.436	6.941	6.783	6.763	6.393	6.255	7.439
GAB. DES. FED. DAVID DANTAS	18.095	18.238	18.324	18.340	18.421	18.679	17.877	17.194	16.330	15.815	15.497	14.718	17.294
GAB. DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	10.953	10.695	10.457	10.471	10.483	10.639	10.501	10.378	10.083	10.253	9.896	9.551	10.363
GAB. DES. FED. LUCIA URSALIA	6.129	6.035	5.986	5.810	5.967	6.009	6.081	5.846	5.808	5.905	5.730	5.622	5.911
GAB. DES. FED. MARCELO SARAIVA	15.138	14.991	15.330	15.718	15.782	15.612	15.530	14.789	14.590	14.209	13.488	13.273	14.871
GAB. DES. FED. MARISA SANTOS	8.519	8.359	8.259	8.187	8.310	8.296	8.223	8.015	8.097	8.147	7.966	7.829	8.184
GAB. DES. FED. NELSON BERNARDES	5.876	5.860	5.894	5.770	5.875	5.805	5.671	5.580	5.572	5.464	5.264	5.269	5.658
GAB. DES. FED. NEWTON DE LUCCA	6.336	6.210	6.687	7.085	7.343	7.713	7.743	7.939	8.050	8.307	8.230	8.465	7.509
GAB. DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	2.574	2.353	2.295	2.170	2.277	2.267	2.327	2.160	1.985	2.112	1.941	1.747	2.184
GAB. DES. FED. SOUZA RIBEIRO	17.112	17.226	17.369	17.357	17.288	17.020	16.514	15.660	15.420	14.920	13.983	13.130	16.083
GAB. DES. FED. TÂNIA MARANGONI	10.585	10.799	10.739	10.701	10.669	10.997	10.569	10.055	9.624	9.514	9.377	8.713	10.195
GAB. DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	12.472	12.398	12.381	12.119	12.193	12.305	12.384	12.447	12.422	12.878	12.817	12.457	12.439
GAB. DES. FED. TORU YAMAMOTO	16.243	16.488	16.698	16.621	16.431	16.143	15.971	15.500	15.289	15.389	15.115	15.037	15.910
GAB. DES. FED. WALTER DO AMARAL	20.025	20.185	20.312	20.573	20.820	20.866	20.815	20.869	20.944	21.041	20.964	20.934	20.696
GAB. JUIZ FED. VALDECI DOS SANTOS	12.093	11.812	11.383	11.352	11.642	11.634	11.707	11.332	11.502	11.800	11.866	12.057	11.682
GAB. DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	4.129	4.203	4.253	4.276	4.303	4.329	4.379	4.319	4.258	4.653	4.374	4.148	4.302
GAB. DES. FED. CECÍLIA MELLO	5.793	5.815	5.593	5.555	5.612	5.622	5.670	5.720	5.777	6.053	5.836	5.614	5.722
GAB. DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	2.051	1.977	1.922	1.924	1.895	1.895	1.876	1.871	1.843	2.171	1.902	1.798	1.927
GAB. DES. FED. NINO TOLDO	5.539	5.621	5.700	5.748	5.832	5.936	5.978	5.997	5.949	6.179	5.985	5.925	5.866
GAB. DES. FED. PAULO FONTES	6.969	7.066	7.122	7.162	7.112	7.069	7.121	7.204	7.205	7.423	7.215	7.076	7.145
GAB. JUIZ CONV. HÉLIO NOGUEIRA	9.415	9.604	9.738	9.890	10.008	10.124	10.231	10.332	10.395	10.668	10.418	10.239	10.089
Total	342.812	344.303	344.975	345.137	347.460	347.619	345.532	340.177	337.496	342.988	333.289	328.554	341.695

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

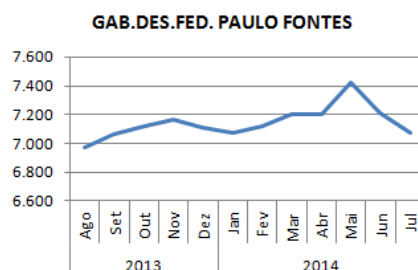
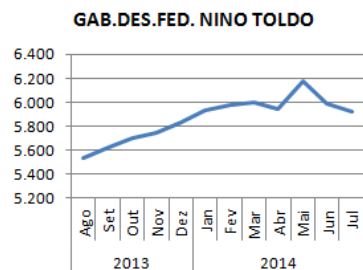
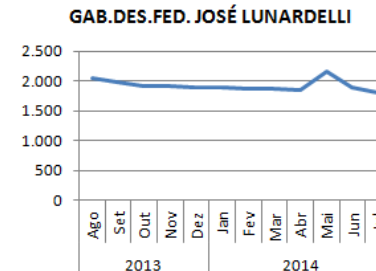
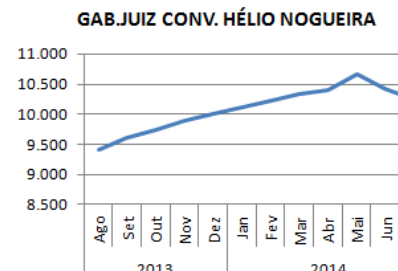
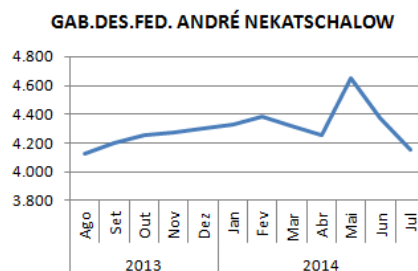
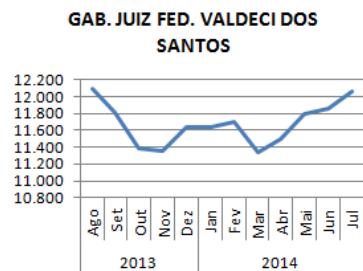
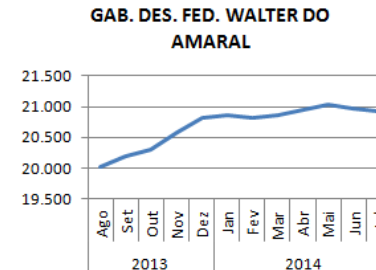
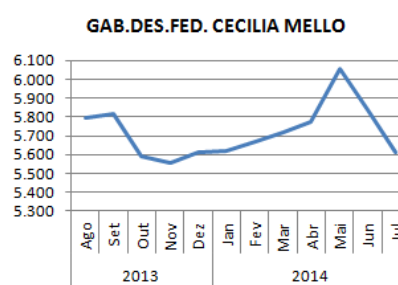
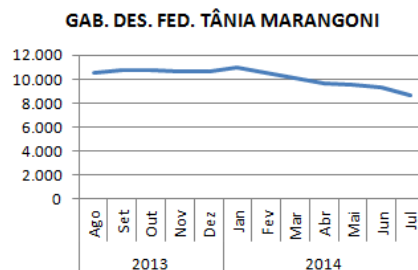
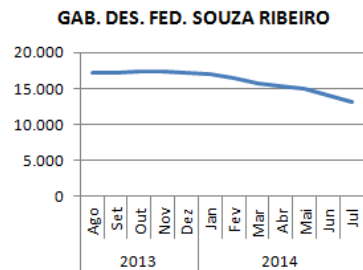
Quantidade de processos judiciais em tramitação por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014 (incluídos os sobrestados)



Quantidade de processos judiciais em tramitação por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014 (incluídos os sobrestados)



Quantidade de processos judiciais em tramitação por Desembargador Federal - Período: agosto/2013 a julho/2014 (incluídos os sobrestados)



Quantidade de processos judiciais em Tramitação na Vice-Presidência - Período: Agosto/2013 a Julho/2014

GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO - SP01G0992	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
Total em tramitação ajustada	76.979	77.238	78.192	78.536	79.510	81.203	82.481	82.966	82.598	82.621	79.473	79.634	80.119
Processos Sobrestados	43.992	44.887	45.424	46.341	46.206	46.210	46.527	47.582	48.256	49.379	50.849	50.702	47.196
Total em tramitação	120.971	122.125	123.616	124.877	125.716	127.413	129.008	130.548	130.854	132.000	130.322	130.336	127.316

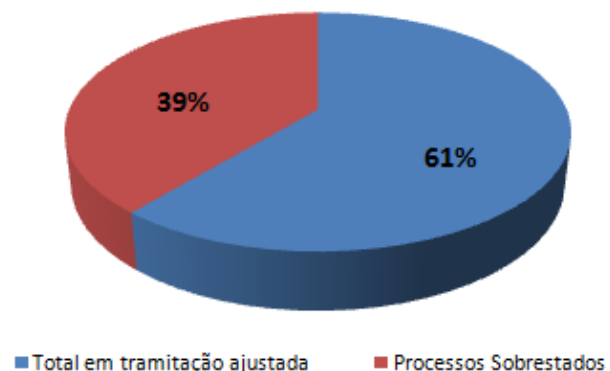
Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Quantidade de DECISÕES na Vice-Presidência - Período Agosto/2013 a Julho/2014

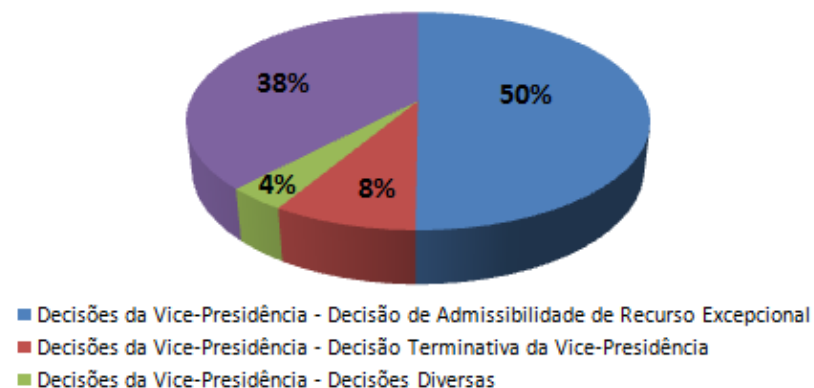
GAB. DES. FED. SALETTE NASCIMENTO - SP01G0992	2013					2014							Média
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	
Decisões da Vice-Presidência - Decisão de Admissibilidade de Recurso Excepcional	4.034	3.479	1.172	2.653	1.254	4.200	631	912	1.512	3.236	2.237	2.753	2.339
Decisões da Vice-Presidência - Decisão Terminativa da Vice-Presidência	217	211	112	282	39	30	101	210	610	329	153	464	230
Decisões da Vice-Presidência - Decisões Diversas	19	25	6	15	29	577	3	148	225	233	296	193	147
Decisões da Vice-Presidência - Suspensão/Sobrestamento	2.566	1.267	1.074	1.442	916	856	217	2.174	1.506	1.833	2.174	2.080	1.509
Total em tramitação	6.836	4.982	2.364	4.392	2.238	5.663	952	3.444	3.853	5.631	4.860	5.490	4.225

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Relação entre processos ativos e sobrestados em Julho/2014



Relação entre processos ativos e sobrestados em Julho/2014



ANEXO I

GRADE DE AULAS				
MÓDULO I Estrutura Administrativa e Judiciária da Justiça Federal da 3ª Região (Coord. Otávio Port)				
Dia 01 (14/05)				
TÍTULO	PALESTRANTE	CARGA HORÁRIA	DATA	TURNO
Abertura	Des. Mairan Maia	30 min		9h
O Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Des. Newton de Lucca	1 hora		9h30
O Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e Centro de Estudos Judiciários	Min. Arnaldo Esteves Lima	1 hora		10h
A história da Justiça Federal	Des. Marli Ferreira	1 hora		11h
A Vice-Presidência	Des. Salette Nascimento	1 hora		14h
Os órgãos administrativos: A Presidência e Conselhos	JF Leila Paiva	1 hora		14h45
A Corregedoria Regional	Des. Fábio Prieto	1 hora		16h
Encerramento				17h30
DIA 02 (15/05)				
Os órgãos judiciais: O Pleno, as Seções, as Turmas e o Órgão Especial	Des. Carlos Muta	1,5 horas		9h30
O Conselho da Magistratura	Fabiana Couto	1 hora		11h

O Gabinete de Conciliação	Des. Daldice Santana	1 hora		14h
A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região	Des. Mairan Maia	1,5 horas		15h
Visita ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Des. Vesna Kolmar	2 horas		16h30

DIA 03 (16/05)				
Panorama Geral da Justiça Federal: as varas cíveis, criminais, de execução fiscal, previdenciárias, juizados federais, turmas recursais e varas mistas.	JF Paulo Cesar Conrado e JF Alessandra Reis	3 horas		9h30
Seminário de Previdência Complementar para Membros do Judiciário CNJ				
Credenciamento		1 hora		14h
Abertura		30 min		14h30
A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP)	Jaime Mariz de Faria Júnior e Mediador: Otávio Henrique Martins Port	1,5 hora		14h30
O Sistema de Previdência Atual e seus Impactos nas Finanças Públicas: Diagnóstico e Perspectiva	Paulo César dos Santos e Mediador: Otávio Henrique Martins Port	1,5 hora		16h20
		TOTAL DO MÓDULO = 21 HORAS		
Dia 04 (17/05)				

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e os planos de benefícios	Adacir Reis e Mediadora: Márcia Hoffmann	1,5 hora		9h
Principais desafios para a FUNPRESP e o regime de previdência complementar no âmbito das entidades	Jefferson Kravchychyn e Mediador: Márcio Ferro Catapani	1,5 hora		10h30
Workshop e Debates em grupos		1,5 horas		13h30
Apresentação: conclusões dos grupos		1,5 hora		16h
Encerramento		30 min		17h30
MÓDULO II Administração Judiciária e Gestão Administrativa de Pessoas (Coord. Otávio Port)				
Dia 05 (20/05)				

Produtividade X Qualidade: eficiência jurisdicional	Paulo Eduardo Alves da Silva	2 horas		9h
Planejamento e organização (metas, estratégias, relatórios)	JF José Denilson Branco	1 hora		11h
O Juiz como gestor liderança e dinâmicas	Maria Raimunda da Veiga	2 horas		14h
Boas Práticas Administrativas Dinâmica em grupo	JF José Denilson Branco e JF Otávio Port	2 horas		16h
DIA 06 (21/05)				
Aspectos administrativos da atuação jurisdicional: lotação, remoção, promoção, licenças, ausências,	JF Leila Paiva	1 hora		9h30
Recursos Humanos, quadro de pessoal, funções e gratificações	Joceli Guerra Castelfranchi	1 hora		10h30
Treinamento de colaboradores	Gisele Molinari Fessori	1 hora		11h30

Atuação do Juiz Distribuidor, do Juiz Plantonista e Coordenador do Fórum	JF Renata Lotufo	2 horas		14h
Inspeção e correição	JF Miguel Di Pierro	2 horas		16h
		TOTAL DOS MÓDULOS II E III = 21 HORAS		
MÓDULO III Jurisdição Federal Civil (Curso de Direito Civil Formação Continuada) (Coord. Mairan Maia)				
Dia 07 (22/05)				
Credenciamento e Abertura		1 hora		9h
A Revisão dos Contratos	Nelson Nery Júnior e Debatedor Mairan Maia	1,5 hora		10h
Grupos de Debates: SFH		1 hora		14h
Contratos Imobiliários da Caixa do Sistema Financeiro da Habitação	Daldice Santana, André Marinho de Souza Filho e Debatedora Rosa Nery	2 horas		15h15
Plenária: conclusão de grupos		1 hora		17h
Dia 08 (23/05)				
Inadimplemento Contratual	Min. Ruy Rosado de Aguiar e Debatedor Antonio Carlos Morato	3 horas		9h30
Grupos de Debates: estudo de caso		1 hora		12h30
A intervenção judicial e o reequilíbrio do contrato a teor do art. 480 do CC	Araken de Assis e Debatedor Otávio Luiz Rodrigues Júnior	2 horas		15h15
Plenária: conclusões de grupos		1 hora		17h

Dia 09 (24/05)				
Autonomia Privada no Direito Contemporâneo	Paulo Sanseverino e Debatedor Luciano Godoy	3 horas		9h30
Risco como elemento comum a todos os contratos no mercado financeiro	Marcos Cavalcante de Oliveira	2 horas		14h
Regime Jurídico de Preços das Operações Financeiras	Marcos Cavalcante de Oliveira e Debatedor Arnaldo Laudísio	2 horas		16h
Conclusões e Encerramento	Min. Antonio Carlos Ferreira			
		TOTAL DO MÓDULO = 21 HORAS		
DIA 10 (27/05)				
Segurança de Informática Laboratório	Emmanuel Félix	3 horas		9h30
Sistemas de Informação da Justiça Federal - Laboratório	Ricardo Cinali e Jader Carlos Videira	4 horas		14h
Módulo V Relacionamento Interpessoal e Interinstitucional (Coord. JF Raecler Baldresca)				
DIA 11 (28 /05)				

O Poder Judiciário e os Meios de Comunicação	Marcelo Coelho e Heródoto Barbeiro	1 hora		9h30
Redes Sociais e Exposição do Magistrado	Regiane Zanatta	1,5 horas		10h30
Panorama da Mídia	Hélio Cesário Martins Júnior	2 horas		13h
O Papel das Assessorias de Imprensa	Hélio Cesário Martins Júnior e Ricardo Acedo Nabarro	1 hora		15h15
Técnicas para a Boa Entrevista	Hélio Cesário Martins Júnior	1,5 horas		16h15

DIA 12 (29/05)				
Apresentação de Cases	Equipe de Comunicação Social do TRF e EMAG	1,5 horas		9h30
Atividade Prática: avaliação de cases e discussão	Equipe de Comunicação Social do TRF e EMAG	1 hora		11h
Reunião em Sala para Diretrizes de Atividades	Clarice Michielan	30 min		13h
Círculo de mídia e oficina	Equipe de Comunicação Social do TRF e EMAG	1,5 horas		13h30
Círculo de mídia e oficina (inversão)	Equipe de Comunicação Social do TRF e EMAG	1,5 horas		14h30
Feedback	Equipe de Comunicação Social do TRF e EMAG	1 hora		15h40
		TOTAL DO MÓDULO= 21 HORAS		
DIA 13 (03/06) MÓDULO VI Jurisdição Federal em Juizados Especiais Federais (Coord. Marisa Cucio)				
Coordenadoria do JEF	Des. Marisa Santos	1 hora		9h30
Visão Panorâmica Organizacional do JEF	JF Alexandre Cassetari	1 hora		10h30
Visita ao Juizado Especial Federal	JF Alexandre Cassetari	1 hora		11h30
Sistemas de Informática nos Juizados Especiais Federais	Maíra Zaú Serpa Spina D'eva	2 horas		14h
Prática de Laboratório/TERA/CNIS/PLENUS/INFOSEG	Leandro Damião Mello	2 horas		16h

DIA 14 (04/06)					
Os recursos nos Juizados Especiais Federais	JF Leonardo Safi de Melo	1,5 horas			9h30
As Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais	Jf David Rocha L M e Silva	1h30m			11h
A Turma Nacional de Uniformização e as Turmas Regionais	Jf Paulo Arena	2 horas			14h
Organização administrativa e visita às Turmas Recursais	JF Marisa Cuccio	2 horas			14h
		TOTAL DO MÓDULO=			14 HORAS
MÓDULO VII Processo Civil (Coord. Marisa Cuccio)					
Dia 15 (05/06)					
Abertura	Des. Marisa Santos	1 hora			9h30
Presidência e Vice-Presidência do Juizado Especial Federal e Varas Gabinete e Secretaria Única	JF Cláudia Mantovani Arruga	2 horas			10h
Atendimento às partes sem advogados, protocolo e distribuição. Acompanhamento processual.	JF Paulo Sérgio Ribeiro e JF Luciana Jacó Braga	2 horas			14h
Perícias Contábeis e Contadoria	JF Fernando Henrique Corrêa Custódio	2 horas			16h
Dia 16 (06/06)					
Execução de Sentenças. Obrigação de Fazer. Questões Polêmicas. Obrigação de Pagar - Requisições e Precatórios. Questões Polêmicas.	JF Caio Moysés de Lima	3,5 horas			9h30
Atos Ordinatórios no JEF.	JF Miguel Thomaz di Pierro Jr e JF Gustavo Brum	2 horas			14h

Expedição de RPV. Questões incidentes.	JF Raecler Baldresca	1,5 hora		16h
Dia 17 (07/06)				
Audiência no JEF (Simulação)	JF Luciano Tertuliano e JF Adriana Galvão Starr	3,5 horas		9h30
Perícias Médicas. Procedimentos e Direitos do Periciado e dos Médicos	JF Fabiano Henrique de Oliveira, JF Kátia Hermínia Martins Lazarano Roncada e JF Alessandra P. Rodrigues d'Aquino de Jesus	2 horas		14h
Revisão do Manual. Oficina Redacional.		1,5 hora		16h
		TOTAL DO MÓDULO = 21 HORAS		
MÓDULO VIII Jurisdição Federal Criminal (Coord. Raecler Baldresca)				
DIA 18 (10/06)				
Aspectos Práticos da Atuação da Advocacia Privada nas Varas Criminais	Leonardo Massud	1 hora		9h30
Aspectos Práticos da Atuação do Ministério Público Federal nas Varas Criminais	Carlos Renato Silva e Souza	1 hora		10h30
Aspectos Práticos da Atuação da Defensoria Pública Federal nas Varas Criminais	Leonardo Henrique Soares Chefe da DPU em SP	1 hora		11h30
Organização e Funcionamento das Varas Criminais	JF Renata Lotufo	1,5 hora		14h
Visita ao Fórum Criminal Audiência Criminal	JF Renata Lotufo	2,5 horas		16h
Dia 19 (11/06)				
Investigação de lavagem de ativos dinâmica e prática, tratamento de RIFs do COAF	Otávio M. Russo	1 hora		8h30

Investigação de crimes praticados por meio cibernético Projeto Tentáculos, fraudes eletrônicas e pedofilia	Carlos Eduardo M. Sobral	1 hora		9h30
Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas dinâmica e prática	Victor Hugo R. Alves	1 hora		10h30
Visita ao Departamento de Polícia Federal de São Paulo	Representantes da Polícia Federal	4 horas		14h30
Dia 20 (12/06)				
Técnicas de Elaboração de Decisões e Despachos Criminais: Prisão, Liberdade, Interceptação, etc.	JF Márcio Rached Millani	1,5 hora		9h30
Decisões Peculiares ao Casos de Lavagem de Dinheiro	JF Marcelo Cavali	1,5 hora		11h
Simulação e Estudos de Caso	JF Márcio Rached Millani e JF Marcelo Cavali	4 horas		14h
Dia 21 (13/06)				
Dosimetria da pena	Des. Vesna Kolmar	3 horas		9h30
Técnicas de elaboração de sentenças criminais	Des. Nelson dos Santos	2 horas		14h
Simulação e estudos de caso	JF Renata Lotufo	2 horas		16h
Dia 22 (14/06)				
Técnicas de realização de audiência criminal	JF Fernando Mendes, JF Samuel de Castro e JF Bruno Cezar da Cunha Teixeira	3 horas		MANHÃ

Simulação (Role Playing)	JF Fernando Mendes, JF Samuel de Castro e JF Bruno Cezar da Cunha Teixeira	4 horas		TARDE
		TOTAL DO MÓDULO = 35 HORAS		
Módulo IX Aduaneiro (Coord. Herbert Cornelio)				
Dia 23 (17/06)				
Aspectos Práticos da Compensação de Tributos no âmbito da Secretaria da Receita Federal	Fábio Kirzner Ejchel	1 hora		9h30
Aspectos Práticos relativos ao parcelamento no âmbito da Secretaria Federal	Paulo E. Armiliato	1 hora		10h30
Aspectos práticos na emissão da Certidão Negativa de Débitos	Therezinha R. Moreira Pagni	1 hora		11h30
Visita à Superintendência da Receita Federal e à Aduana do Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos		4 horas		14h
Dia 24 (18/06)				
O Estado na Regulação do Comércio Exterior	José Guilherme Antunes de Vasconcelos	30 min		9h30
Regimes de Tributação do Imposto de Importação: tributação de bagagem, da remessa postal internacional, tributação especial e normal	Dimas Monteiro de Barros	1 hora		10h
Noções Básicas de Classificação Fiscal: significado e fundamento legal. O sistema harmonizado, a TEC e o "extarifário".	Dimas Monteiro de Barros	30 min		11h
O Despacho Aduaneiro de Importação	Dimas Monteiro de Barros	1 hora		11h30
O procedimento do despacho aduaneiro de importação	Dimas Monteiro de Barros	2 horas		14h

Os principais aspectos relativos aos regimes especiais aduaneiros	Dimas Monteiro de Barros	1 hora		16h
Práticas mais frequentes de ilícito aduaneiro e a pena de perdimento: a falsa declaração de conteúdo (diversa da declaração inexata) e a interposição fraudulenta.	Dimas Monteiro de Barros	1 hora		17h
		TOTAL DO MÓDULO = 14 HORAS		
Módulo X Direito Tributário (Coord. Paulo Cesar Conrado)				
Dia 25 (19/06)				
Abertura do curso e apresentação de sua metodologia	Des. Mairan Maia e JF Paulo César Conrado	3 horas		9h30
Primeira Sessão de Debates	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
Conferência I sobreposição de processos: execução fiscal e anulatória; execução fiscal e declaratória; limites lógicos e cronológicos da discussão tributária e prejudicialidade	DF Nelton dos Santos	4 horas		14h
Segunda Sessão de Debates	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
Dia 26 (20/06)				
Conferência II: decadência, prescrição e prescrição intercorrente: o comportamento da jurisprudência	JF Renato Lopes Becho	3 horas		9h30

Primeira Sessão de Debates	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
Conferência III: a prova no direito tributário: presenças relativas ao crédito tributário e os casos de requalificação dos negócios jurídicos realizados pelo contribuinte	Fabiana Del Padre Tomé (não compareceu)	4 horas		14h
Segunda Sessão de Debates	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
Dia 27 (21/06)				
Conferência IV: responsabilidade de terceiros e caso dos denominados "grupos econômicos"	Maria Rita Ferragut	3 horas		9h30
Quinta Sessão de Debates	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
Conferência V: compensação tributária: efeitos da distinção entre os casos de compensação não-homologada e compensação não-declarada	Juliana Furtado Costa Araújo	4 horas		14h
Sessão de Encerramento de Debates (consolidação das conclusões)	JF Marcelo Guerra Martins, JF Otávio Port e JF Paulo César Conrado			
		TOTAL DO MÓDULO = 21 HORAS		
MÓDULO XI Jurisdição Federal Cível e Previdenciária (Coord. Marisa Cúcio)				
DIA 28 (24/06)				
Organização e funcionamento das Varas Cíveis e Previdenciárias Boas práticas	JF Miguel Di Pierro e JF Paulo Cezar Neves Jr.	3 horas		9h30

A produção da prova pericial nas Varas Cíveis e Previdenciárias: perícia contábil e perícia médica	JF Márcia Hoffmann e Akemi Ikeda e Aldina Paulos Cabral	2 horas		14h
Visita ao Fórum Cível e ao Fórum Previdenciário	JF Miguel Di Pierro	2 horas		16h
DIA 29 (25/06)				
Relacionamento com Advogados Públicos e Privados e MPF	JF Bruno Lorencini, Márcio Padula e Luiz Fabrício Vergueiro	3 horas		MANHÃ
Relacionamento com Advogados Públicos e Privados e MPF	JF Bruno Lorencini, Márcio Padula e Luiz Fabrício Vergueiro	1 horas		TARDE
Visita ao INSS	JF Marisa Cucio	3 horas		TARDE
DIA 30 (26/06)				
Concessão e implementação de medidas de urgência em matéria cível e previdenciária	JF Vanessa Vieira de Mello	1,5 horas		9h30
Técnicas de elaboração de decisões e despachos cíveis e previdenciários	JF Luciano Pedrotti Coradini e JF Miguel di Pierro	1,5 horas		11h
Simulação e estudo de casos	JF Nilson Martins L. Jr. e JF Luciano Pedrotti Coradini	4 horas		14h
DIA 31 (27/06)				
Técnicas de elaboração de sentenças cíveis e previdenciárias	JF Clécio Braschi e JF Carolina Castro Costa	3 horas		9h30
Simulação e estudo de casos Sentença	JF Caio Greggio e JF Carolina Castro Costa	4 horas		14h

DIA 32 (28/06)				
Prática de audiência cível e previdenciária Estrutura Formal e Técnicas para se evitar situações de nulidade	JF Ana Lúcia lucker e JF Fabiano Henrique de Oliveira	3 horas		9h30
Simulação (Role Playing)	JF Ana Lúcia lucker e JF Fabiano Henrique de Oliveira	4 horas		14h
		TOTAL DO MÓDULO = 35 HORAS		

ESTÁGIO Prática das Varas Criminais Comuns				
DIAS 33 A 37 (01 A 05/07)				
	JF Raecler Baldresca	30 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 30 HORAS		
ESTÁGIO Juizado Especial Federal				
DIAS 38 (10 a 12/07)				
	JF Raecler Baldresca	18 horas		

		TOTAL DO MÓDULO = 30 HORAS		
ESTÁGIO Prática das Varas Previdenciárias				
DIAS 39 a 43 (15 A 19/07)				
	JF Miguel di Pierro	30 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 30 HORAS		
ESTÁGIO Prática das Varas Cíveis				
DIAS 44 a 48 (22/07 A 26/07)				
	JF Marisa Cucio	30 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 30 HORAS		
MÓDULO XII Execução Fiscal (Coord. Otávio Port)				
dia 49 (29/07)				
Questões Problemáticas no âmbito das Execuções Fiscais: redirecionamento da execução. Reconhecimento de grupo econômico	JF Roberto Facchini e JF Raphael Silva	3 horas		9h30

Organização e funcionamento das Varas de Execução Fiscal boas práticas 1	JF Renato Lopes Becho	1 hora		14h
Central de Hastas Públicas: Finalidade e Funcionamento	JF Renato Lopes Becho	1 hora		16h
A Exceção de Pré-Executividade e os limites de sua utilização e técnicas de elaboração de decisões, despachos e sentenças na Execução Fiscal. Simulação e Estudo de Caso	JF Renato Lopes Becho e JF Raphael Silva	2 horas		17h
		TOTAL DO MÓDULO = 30 HORAS		
ESTÁGIO Prática das Varas de Execução Fiscal				
DIAS 50 a 53 (30/07 A 02/08)				
	JF Renato Becho	24 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 24 HORAS		
MÓDULO XIII Conciliação e Medição (Coord. Des. Daldice Santana)				
Dia 54 (05/08)				
Moderna Teoria do Conflito	JF Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Junior e JF Bruno Takahashi	1,5 hora		9h

Inovações ao acesso à justiça. Políticas públicas de tratamento adequado dos conflitos de interesse: novas exigências impostas ao Poder Judiciário. Resolução 125/10CNJ	JF Bruno Takahashi	1 hora		10h45
Introdução aos Meios Adequados de Administração e Resolução de Conflitos: Administração e Resolução de Conflitos e Continuum do Processo de Resolução de Disputas. Panorama do Processo de Conciliação: Introdução; Agentes e Fatores; Escopo; Procedimento e Formação do Conciliador	JF Bruno Takahashi	1 hora		11h45
Etapas de Conciliação: 1) Preparação para a conciliação; 2) Início da Sessão de Conciliação (Declaração de Abertura) do Conciliador; 3) Reunião de Informações (Escuta Ativa); 4) Identificação de Questões, Interesses e Sentimentos; 5) Esclarecimento da controvérsia e dos interesses e reconhecimento dos sentimentos; 6) Apresentação da proposta do ente federal; 7) Aproximação do acordo; 8) Encerramento da sessão.	Des. Daldice Santana	4 horas		14h
Dia 55 (06/08)				
Técnicas: Ferramentas para provocar mudanças (Rapport, Escuta Positiva, Recontextualização, Organização, Questões e Interesses, Normalização, Enfoque prospectivo, Geração de opções, Troca ou Inversão de papéis, Afago, Perguntas orientadas à solução, Sessões privadas, individuais ou caucus, Silêncio, Teste de Realidade).	Des. Daldice Santana e JF Paulo Marcos Rodrigues de Almeida	4 horas		9h

Exercícios Simulados. Exibição de Vídeos.	Des. Daldice Santana e JF Paulo Marcos Rodrigues de Almeida	1 hora		14h
Autocomposição na Justiça federal. Discurso Organizado. Experiências específicas. Conclusão.	Des. Daldice Santana e JF Paulo Marcos Rodrigues de Almeida	3 horas		15h
		TOTAL DO MÓDULO = 16 HORAS		
ESTÁGIO Central de Conciliação				
DIAS 56 a 58 (07a 09/08)				
	Des. Daldice Santana	18 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 18 HORAS		
MÓDULO XIV Jurisdição Federal em Vara de Competência Cumulativa (Coord. Raecler Baldresca)				
Dia 59 (12/08)				
Organização e funcionamento das Varas de competência cumulativa Boas práticas	JF José Denilson Branco e JF Audrey Gasparini	3 horas		9h30
Apresentação Comando Militar do Sudeste	aguardar programação	4 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 7 HORAS		
Dia 60 (13/08)				
Ética e Deontologia Jurídica	Celso Campilongo	3 horas		10h
Ética na Atividade Jurisdicional	JF Marcelo Souza Aguiar	4 horas		14h
		TOTAL DO MÓDULO = 7 HORAS		

dia 61 (14/08) MÓDULO XV Impactos ambientais, Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais (Coord. Mairan Maia)				
Impactos Ambientais, Recuperação e Gerenciamento de Áreas Contaminadas	Claudio Benedito Baptista Leite	1,5 horas		9h30
Impactos Ambientais da Ocupação Irregular na Zona Costeira no Meio Ambiente Marinho/ Impactos Ambientais da Atividade Portuária e da Indústria do Petróleo no Meio Ambiente Marinho	Alexander Turra	2 horas		11h
Avaliação e Recuperação de Áreas Degradadas	Ricardo Ribeiro Rodriguez	3,5 horas		14h30
		TOTAL DO MÓDULO = 7 HORAS		
FONACRIM				

DIAS 62 e 63 (15 E 16/08)				
	PROGRAMA EM ELABORAÇÃO	14 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 14 HORAS		
DIA 64 (19/08)				
Diálogos com o Poder Judiciário sobre Comércio Exterior	FIESP	3,5 horas		

Curso de Direito Antitruste	Eduardo Molan Gaban	3,5 horas		
DIA 65 (20/08)				
Diálogos com o Poder Judiciário sobre Comércio Exterior	FIESP	3,5 horas		
Curso de Direito Antitruste	Eduardo Molan Gaban	3,5 horas		
		TOTAL DO MÓDULO = 14 HORAS		
MÓDULO XVI DIREITO CONSTITUCIONAL				
DIA 66 (21/08)				
Direito e desenvolvimento: o direito promove mudanças sociais?	Celso Campilongo	1,5 hora		9h30
A eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais e a efetivação de direitos fundamentais pelo Poder Judiciário	Ingo Wolfgang Sarlet	1,5 hora		11h
Direito à saúde e políticas públicas: uma abordagem empírica	Ana Paula de Barcellos	2 horas		14h
Possibilidades interpretativas da Constituição, atividade jurisdicional e seus limites	Oscar Vilhena	1,5 hora		16h30
DIA 67 (22/08)				
Supremo e Opinião Pública	Joaquim Falcão	1,5 hora		9h30
Ativismo Judicial	Diego Werneck Arguelhes	1,5 hora		11h
Supremo: uma corte constitucional? Uma abordagem empírica	Ivar Hartmann	2,5 horas		14h
A concretização da Constituição pela aplicação de princípios e a racionalidade da ponderação.	Fernando Leal	1,5 hora		16h30

Experiências na conciliação: TRF1 - Conciliação com a Caixa Econômica Federal	DF Reynaldo Soares da Fonseca Debatedor: Representante da CEF Alexander da Silva Moraes	2 horas	16h
DIA 70 (03/09)			
Experiências na conciliação: TJ/SP - Conciliação com grandes litigantes na Justiça Estadual	Juíza de Direito Valéria Ferioli Lagrasta Luchiani	1 hora 9h30	
A qualidade na conciliação	Ada Pellegrini Grinover	2 horas 10h30	
Experiências na conciliação: TRF4 - Capacitação Virtual/Conciliação com o INSS	Palestrante: DF Paulo Afonso Brum Vaz Debatedor: Procurador-Geral Federal Marcelo de Siqueira Freitas	2 horas 14h	
Experiências na conciliação: TRF2 - Conciliação em matérias envolvendo servidores públicos federais	Palestrante: JF Marcella Nova Brandão Debatedora : Procuradora Regional da União da 2ª Região Mariana	2 horas 16h	
DIA 71 (04/09)			
Meios consensuais de solução de conflitos: técnicas, práticas e análise empírica	Daniela Monteiro Gabbay	3 horas 9h30	
Capacitação de Prepostos	André Gomma	1,5 horas 14h	
Oficinas de Trabalho: discussões temáticas (previdenciário, servidor público, execução fiscal, contratos bancários etc.) sobre as propostas para melhoria da conciliação na Justiça Federal	Palestrante: Naoko Kano Debatedor: Masato Ninomiya	2 horas 16h	
		TOTAL DO MÓDULO = 21 HORAS	
		TOTAL DO CURSO= 488 HORAS	

ANEXO II

Cód.	Credenciamento	período de realização	Carga horária	Evento	2013		jurídicos		ético- humanistas		outros temas	
					Magistrados	Outros	Magistrados	outros	magistrados	outros		
205	S	27/02 a 01/03	21	Módulo I - Direito Processual Civil - Recursos e Órgãos Recursais nos JEFs	26	0						
206	S	6 a 8/3	21	Módulo II - Direito Administrativo Direito Aduaneiro	21	4						
207	S	20 a 22/3	21	Módulo III – Gestão e Administração Judiciária - "Curso De Gestão de Varas e Gabinetes: Planejamento Estratégico"	32	0						
208	S	10 a 12/04	21	Módulo IV – Direito Previdenciário - A prova pericial nas ações previdenciárias e acidentárias de benefício por incapacidade	17	1						
209	S	17 a 19/4	21	Módulo V – Direito Penal e Processual Penal "Aspectos Penais E Processuais Penais Da Ação Penal 470 do STF"	22	0						
210	S	8 a 10/5	21	Módulo VI – Direito Constitucional - Limites e possibilidades da atividade jurisdicional no constitucionalismo brasileiro	31	0						
211/237	S	22 a 24/05	21	Módulo VII – Direito Civil - A revisão contratual nos processos de competência da JF	35	0						
212/237	S	05 a 07/06	21	Módulo VIII– Direito Processual Civil - Juizado Especial Federal e Revisão do Manual de Procedimentos do JEF	24	0						
213/237	S	19 a 21/06	21	Módulo IX – Direito Tributário - Temas atuais de Direito Tributário e Processo Tributário	26	0						
214	N	6/3 a 6/6	24	"Curso de História Da Arte (Módulo II) – Do Renascimento ao Impressionismo"			0	37				
215	S	03/04 a 21/05	12	Direito, Arte e Sociedade			2	34				
216	N	04/03	20	Erro e Dúvida no Direito Penal	2	63						
217	S	18/02 a 04/03	20	Reuniões Eficazes Turma 1							12	22
218	S	18/02 a 04/03	20	Reuniões Eficazes Turma 2							0	19
219	S	18/02 a 04/03	20	Reuniões Eficazes Turma 3							0	21
220	S	18/02 a 04/03	20	Reuniões Eficazes Turma 4							0	19
221	S	18/03 a 05/04	20	Reuniões Eficazes Turma 5							3	16
222	S	18/03 a 05/04	20	Reuniões Eficazes Turma 6							0	18
223	S	18/03 a 05/04	20	Reuniões Eficazes Turma 7							0	13

Conselho da Justiça Federal
 Corregedoria-Geral da Justiça Federal
 Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – 18 a 29/8/2014
 Processo CJF-PCO 2014/00021

Cód.	Credenciamento	período de realização	Carga horária	Evento	Magistrados	Outros	Magistrados	outros	magistrados	outros
224	S	18/03 a 05/04	20	Reuniões Eficazes Turma 8					0	14
225	S	18/04 a 03/05	20	Reuniões Eficazes Turma 9					0	16
226	S	18/04 a 03/05	20	Reuniões Eficazes Turma 10					0	15
227	S	18/04 a 03/05	20	Reuniões Eficazes Turma 11					1	16
228	S	18/04 a 03/05	20	Reuniões Eficazes Turma 12					4	11
229	S	11/03	8	Media Training					8	0
230	N	11 a 15/3	54	Curso de Formação de Conciliadores SJRP	0	38				
231	N	15/03	2	Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	8	46				
232	S	25 e 26/4	10	Evento Comemorativo dos 10 anos do JEF Ribeirão 25 e 26 de abril	3	36				
233	S	08 e 09/05	5	Seminário de Direito Previdenciário – Araraquara	0	185				
234/237	S	16 e 17/05	16	Seminário Previdência Complementar CNU	25	1				
235	S	13/05	8	O enfrentamento à Escravidão Contemporânea	3	71				
236	N	17/5	2	A identidade do Direito, o retributivismo e os tribunais	4	20				
237	S	14/05 a 04/09	488	Formação Inicial dos Magistrados	17	0				
238	N	24 a 28/06	12	Introdução ao Processo Civil Alemão	5	33				
239	S	26 e 27/6	4	Como endurecer o alvo					36	170
240/237	S	21 a 23/8	21	Módulo X – 25 anos da Constituição da República: Atividade Jurisdicional e Desenvolvimento	30	0				
241/237	S	02 a 04/09	21	Módulo XI - Teorias e Técnicas da Conciliação aplicadas à Justiça Federal	35	0				
242	S	25 a 27/09	21	Módulo XII - Direito Processual Civil Coletivo* - Processo Coletivo	33	0				
243	S	7 a 9/10	21	Módulo XIII - Tráfico Internacional De Drogas, Crime Organizado e Meios de Investigação	32	0				

Cód.	Credenciamento	período de realização	Carga horária	Evento	Magistrados	Outros	Magistrados	outros	magistrados	outros
244	S	23 a 25/10	21	Módulo XIV - Regime Jurídico Dos Bens Públicos	29	0				
245	S	6 a 8/11	21	Módulo XV - Direito Processual III "Recursos E Ações Rescisórias	20	12				
246	S	11 a 13/11	21	Módulo XVI – Responsabilidade Civil	20	3				
247/237	S	19 a 20/08	7	Diálogos com o Poder Judiciário sobre Comércio Exterior	21	1				
248/237	S	19 a 20/08	8	Direito Antitruste para a Justiça Federal	24	0				
249	N	29/08 a 13/11	24	Curso de História da Arte Módulo III			1	26		
250	N	5 a 7/08	7,5	Semana Jurídica em Bauru	1	53				
251	S	14 a 16/08	19	II Fonacrim	27	8				
252	S	04 a 06/12	21	Módulo XVII Tributos em Espécie	15	3				
253	N	08 a 09/10	12	Workshop para implantação de Gestão de processos de trabalho nas turmas recursais					12	44
254	N	22/10	3	Mesa científica sobre busca e apreensão	4	92				
255	N	30/09 a 03/10	12	Atualização em Perícia Médica					6	69
256	S	11/10	8	Media Training II					7	0
257	S	07 a 14/10	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T1					0	22
258	S	21 a 25/10	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T2					0	18
259	S	14 a 29/10	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T3					0	12
260	S	14 a 29/10	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T4					0	16
261	S	21/10 a 04/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T5					0	12
262	S	21/10 a 04/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T6					0	17
263	S	21/10 a 04/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T7					0	27

Conselho da Justiça Federal
 Corregedoria-Geral da Justiça Federal
 Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – 18 a 29/8/2014
 Processo CJF-PCO 2014/00021

Cód.	Credenciamento	período de realização	Carga horária	Evento	Magistrados	Outros	Magistrados	outros	magistrados	outros
264	S	21/10 a 04/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T8					0	9
265	S	04 a 19/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T9					0	22
266	S	04 a 19/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T10					0	17
267	S	04 a 19/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T11					0	14
268	S	04 a 19/11	10	EAD Acentuação e Nova Ortografia T12					0	18
269	S	23/10 a 08/11	20	Francês Jurídico T1					0	34
270	S	23/10 a 08/11	20	Francês Jurídico T2					0	31
271	S	23/10 a 08/11	20	Francês Jurídico T3					0	31
272	S	12 a 28/11	20	Francês Jurídico T4					15	0
273	S	12 a 28/11	20	Francês Jurídico T5					0	40
274	S	12 a 28/11	20	Francês Jurídico T6					0	40
S/N	N	18/02 a 28/06	57	Espanhol Instrumental 1					2	0
S/N	N	05/08 a 13/12	57	Espanhol Instrumental 1					2	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Espanhol Instrumental 2					2	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Espanhol Instrumental 2					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Francês Instrumental 1					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Francês Conversação					4	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Francês Conversação					2	0
S/N	N	18/02 a 28/06	66,5	Francês Instrumental 2					5	0
S/N	N	05/08 a 13/12	66,5	Francês Instrumental 2					2	0

Conselho da Justiça Federal
 Corregedoria-Geral da Justiça Federal
 Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – 18 a 29/8/2014
 Processo C/JF-PCO 2014/00021

Cód.	Credenciamento	período de realização	Carga horária	Evento	Magistrados	Outros	Magistrados	outros	magistrados	outros
S/N	N	18/02 a 28/06	12	Francês Iniciante					4	0
S/N	N	05/08 a 13/12	38	Francês Iniciante					4	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Francês Instrumental 3					2	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Francês Instrumental 3					2	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Francês Instrumental 4					3	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Francês Instrumental 4					3	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Inglês - Prep. Proficiência					6	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Inglês - Prep. Proficiência					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Inglês Instrumental 1					4	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Inglês Instrumental 1					3	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Inglês Instrumental 2					1	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Inglês Instrumental 2					3	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Inglês Instrumental 3					5	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Inglês Instrumental 3					3	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Inglês Jurídico					4	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Inglês Jurídico					3	0
S/N	N	18/02 a 28/06	57	Italiano Instrumental 1					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Italiano Instrumental 2					1	0
S/N	N	05/08 a 13/12	28,5	Italiano Instrumental 2					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	28,5	Italiano - Prep. Proficiência					1	0
S/N	N	18/02 a 28/06	12	Italiano Iniciação					1	0
S/N	N	05/08 a 13/12	38	Italiano Iniciação					1	0
S/N	N	11 a 13/09	24	Treinamento sobre investigações financeiras transnacionais	12	0				
				TOTAL	604	670	3	97	182	863

2657,5 TOTAL MAGISTRADOS CAPACITADOS
 TOTAL OUTROS CAPACITADOS
 TOTAL GERAL

789
 1630
 2419

Anexo III

Questionário para acompanhamento das Escolas de Magistratura Federal

Introdução

No ano de 2010 foi realizado o primeiro diagnóstico das Escolas de Magistratura Federal. O intuito era ter um panorama geral das Escolas para orientar e pautar as discussões do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa – CTAP e do Conselho das Escolas de Magistratura Federal – CEMAF nos trabalhos de atualização do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para juízes federais - PNA.

Foram objeto do primeiro diagnóstico: 1. a estrutura física de que dispunham as Escolas; 2. sua estrutura orgânica; 3. seu orçamento; 4. a normatização seguida; 5. o seu planejamento; 6. o seu quadro de pessoal; 7. a tecnologia de que dispunham; 8. suas ações educacionais; 9. seu programa de pesquisa; 10. seu desempenho organizacional; 11. programas de intercâmbio; 12. suas publicações.

Os resultados obtidos dessa investigação contribuíram para situar os membros do CTAP e do CEMAF no que diz respeito à profundidade dos pontos a serem trabalhados e à profundidade das mudanças requeridas.

Assim, em 2011, tiveram início os trabalhos de definição das linhas mestras e objetivos do novo PNA. No decorrer das discussões houve a publicação de duas normas importantes com relação às Escolas de Magistratura: a Resolução n. 1, de 6 de junho de 2011, da ENFAM; e a Resolução n. 159, de 12 de novembro de 2012, do CNJ. Ambos os instrumentos normativos foram considerados na elaboração do novo PNA.

A Resolução n. 233, de 4 de março de 2013, do CJF, consolidou as propostas do CEMAF para a formação e aperfeiçoamento de juízes federais e atualizou o PNA de acordo com as

necessidades contemporâneas da magistratura federal e com as normas vigentes da ENFAM e do CNJ.

Passado um ano da publicação do novo PNA, cumpre averiguar como o programa tem sido implementado nas Escolas de Magistratura Federal, seus êxitos e dificuldades.

Sendo assim, lançamos novo questionário, abordando pontos ligados, principalmente, à Resolução n. 233, mas também dialogando com o diagnóstico anterior e avaliando a evolução experimentada desde a retomada do PNA em 2010.

QUESTIONÁRIO

Estrutura física

1. Houve alguma alteração na estrutura das salas de aula da Escola desde 2010 (ampliação do número de salas, novos espaços, reformas etc.)?

A Escola de Magistrados dispõe de um auditório, uma vara-padrão, salas de aula de menor porte e salas administrativas.

O auditório e a vara-padrão, onde são realizados cursos e simulações, não sofreram alterações. As salas de aula de menor porte, para usos diversos, são dotadas de divisórias de fácil adaptação para a demanda: laboratório de informática, salas de estudo, salas de aula, etc.

Estrutura Orgânica

2. Houve alguma alteração no organograma e nas atribuições da Escola desde 2010 (novos setores, cargos, atribuições)?

Cumpre destacar a alteração efetivada na estrutura organizacional da EMAG por

meio da Resolução n. 494, de 26 de junho p.p., subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração desta Corte. Com a referida reestruturação, houve no quadro de funções comissionadas, bem como na quantidade de cargos destinados à Escola, gerando uma redistribuição, entre os setores da atual estrutura organizacional, das atividades desenvolvidas pela EMAG.

Planejamento

3. Houve alguma modificação na forma de definição da programação anual de ações educacionais e eventos? Em caso positivo, descreva os novos critérios.

A programação bienal é estipulada pela Diretoria da Escola com base nas determinações do CJF, Enfam, metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal e análise das necessidades de aperfeiçoamento mencionadas em pesquisa realizada junto aos magistrados anualmente.

Pessoal

4. Professores e instrutores têm participado de alguma ação de formação de formadores promovido pela sua Escola de Magistratura Federal?

No ano de 2012, o curso “Laboratório de Aprimoramento Docente”, estruturado pela EMAG/FGV –SP (24 horas-aula), contou com a participação de 39 magistrados e dois servidores da própria Escola, graduados em Pedagogia.

4.1 Desde a aprovação da Resolução que atualiza o PNA, houve alguma modificação na capacitação da equipe administrativa e pedagógica para fins de adaptação ao novo plano?

A equipe administrativa e pedagógica da EMAG procura atualização técnica nos assuntos afetos ao desenvolvimento das atividades da Escola em caráter permanente. Nesse contexto, alguns servidores frequentaram os cursos: Formação de Formadores, Tutores em EAD, Currículos e Projetos Pedagógicos, Formação de Coordenadores e Analistas em Educação Corporativa, dentre outros.

Não há como considerar que houve capacitação específica para adaptação ao novo plano.

Tecnologia

5. Houve algum melhoramento ou a aquisição de sistemas informatizados para a Escola desde 2010? Em caso positivo, qual a finalidade e aplicação?

Não houve aquisição de sistemas informatizados. A Escola utiliza o sistema SEMAG, desenvolvido pela equipe de informática do próprio Tribunal, responsável também pelas atualizações e ajustes.

Ações Educacionais

Formação Inicial

6. A Escola já teve oportunidade de executar uma formação inicial de magistrados federais nos moldes da Res. 233/2013? Quando?

O Curso de Formação dos Juízes aprovados no XVI Concurso, com início em maio de 2013, foi estruturado com base na Resolução 233/2013. O mesmo se deu com o Curso de Formação, em andamento, para os juízes aprovados no XVII Concurso.

6.1 Como foi estruturado o programa de formação inicial de magistrados federais para atender aos artigos 5º ao 17, da Res. 233/2013. Anexe o programa elaborado pela Escola, assegurando-se de que ele contempla todos os incisos do artigo 6º da Resolução 233.

O programa de formação inicial de 2013 foi distribuído em módulos temáticos de forma a contemplar o conteúdo estabelecido no art. 9º. Além do proposto pela Resolução, outros temas de interesse dos magistrados foram agregados à programação. O curso contou com aulas teóricas, simulações, visitas, trabalhos em grupo e estágio supervisionado.

6.2 Anexe as ementas e fichas pedagógicas dos conteúdos da formação inicial.

EMENTA:

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TRF3. ÉTICA E DEONTOLOGIA DO MAGISTRADO. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E INTERINSTITUCIONAL. RECURSOS DA INFORMAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS. JURISDIÇÃO FEDERAL CRIMINAL, CIVIL, PREVIDENCIÁRIA, EXECUÇÃO FISCAL. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONOMICOS E SOCIAIS DAS DECISÕES JUDICIAIS. PRÁTICA JURISDICIONAL.

O programa do Curso de Formação Inicial – ANEXO I.

Formação Continuada

7 A Escola já teve oportunidade de estruturar o programa de formação continuada nos moldes dos arts. 18 a 29, da Res. 233/2013? Em caso positivo, anexe e informe:

- O programa de ações educacionais de aperfeiçoamento para o vitaliciamento. Qual foi a quantidade e tipologia (curso, seminário, *workshop* etc.) das ações executadas.

No ano de 2012 foi oferecido curso específico para os juízes em fase de vitaliciamento, com programa estruturado com base nas dificuldades apontadas pelos magistrados em pesquisa formulada para este fim.

“CURSO DE VITALICIAMENTO DOS JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS”

PROGRAMAÇÃO

Processo Civil

TEMA: “A regra da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade na fundamentação da decisão judicial”

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Conciliação. Principais dificuldades dos novos juízes no exercício da atividade jurisdicional. Atuação no plantão judicial: organização, finalidade e limites à atuação do magistrado no plantão. Avaliação das situações vivenciadas pelos magistrados no primeiro ano de judicatura.

Direito Penal e Processo Penal

TEMA: “A dosimetria da pena: casos específicos: tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, concursos formais e materiais”

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Elaboração da sentença criminal. Principais razões de reforma e anulação da sentença penal pelo Tribunal.

Direito Constitucional

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Práticas do cotidiano

GRUPOS DE DISCUSSÃO: O processo executivo fiscal: procedimentos e rotinas administrativas da Vara de Execução Fiscal. Os grandes devedores e as dificuldades na constrição do patrimônio. Questões processuais práticas do cotidiano. A atuação jurisdicional no JEF. Manual de Padronização do JEF.

Direito Previdenciário

TEMA: "Questões atuais do direito previdenciário"

GRUPOS DE DISCUSSÃO: A relação do Juiz com os outros profissionais do direito: representantes do MPF, advogados, e ainda, com os servidores da vara e outras autoridades públicas. Relação com a imprensa. Problemas frequentes na administração de pessoal e gestão de secretaria.

TEMA: "Problemas frequentes na administração de pessoal e gestão de secretaria"

Filosofia e Ética

TEMA: "O Direito, a ética e a atuação do Magistrado na sociedade brasileira contemporânea"

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Segurança da informação: conceitos básicos, ameaças e métodos de proteção no mundo virtual

- O programa de aperfeiçoamento para promoção. Foi oferecido (diretamente ou em parceria com instituições) cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, cuja titulação também habilita para a promoção por merecimento?

No ano de 2013, o programa de aperfeiçoamento para promoção ofereceu 17 módulos, de 21 horas-aula cada um, de atualização legislativa além de cursos na modalidade a distância na área administrativa e língua portuguesa. Os programas constam do item 7.2.

Não foram oferecidos cursos de pós-graduação.

- O programa de divulgação de pesquisas, monografias e anais de eventos.
 Publicado em 2013 “Anais da Jornada de Direito Eleitoral”.
- O programa de cursos complementares. Quais os cursos oferecidos e o quantitativo de magistrados atendidos.

AÇÕES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES	Magistra- dos
<p>Direito, Arte e Sociedade</p> <p>“A Origem do Mundo de Courbet e a Censura” “Antígona – Direito Natural e Direito Positivo” “As Obras de Monteiro Lobato sob ataque” “Sonhos de uma noite de verão”</p>	2
<p>Reuniões Eficazes</p> <p>1) A REUNIÃO 1.1 Conceito de Reunião 1.2 Quando e por que fazer uma reunião 1.3 Tipos de reuniões 2) A PREPARAÇÃO DE UMA REUNIÃO 2.1 Definindo objetivos e tema 2.2 Definindo os participantes 2.3 Montando a pauta 2.4 Delegando funções e tarefas 2.5 Distribuindo material de apoio 2.6 Cuidando da ambientação 3) REALIZAÇÃO DA REUNIÃO 3.1 Abertura 3.2 Exposição 3.3 Ação Final 3.4 Sequência lógica da reunião 4) CONDUZINDO A REUNIÃO 4.1 Dinâmica da reunião 4.2 O Grupo</p>	20

<p>4.3 Controlando o horário da reunião</p> <p>5) ENCERRAMENTO DO CURSO</p> <p>5.1 Estudo de caso</p>	
<p>Media Training</p> <p>PANORAMA DA MÍDIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mídia e Judiciário <ul style="list-style-type: none"> O mercado da mídia brasileira Tempo e prazos das matérias A abertura do Judiciário (das Assessorias à TV Justiça) Opinião pública Pessoas públicas (magistrados e servidores) • Internet, redes sociais e tecnologias de informação (Youtube, Wikipédia, Wikileaks, etc.) • Imagem Corporativa e Profissional • <i>Cases</i> e debate <p>ASSESSORIA DE IMPRENSA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atribuição • Consultoria e Intermediação • Prevenção de crises • Triangulação (Assessoria > Magistrado > Gabinete) • Agenda positiva <p>TÉCNICAS PARA A BOA ENTREVISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Postura • O poder de síntese • Linguagem • Mensagens chaves • <i>Cases</i> <p>CIRCUITO DE MÍDIA E OFICINA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas: • Rádio telefonemídia impressa • TV (coletiva de imprensa) • 'Oficina de Gestão de Crise • Produção de um <i>paper</i> • Debate sobre as soluções para a crise <p>FEEDBACK E FINALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Feedback</i> • Principais tópicos “manchetes” • Considerações finais • Entrega dos formulários de avaliação do curso 	<p>15</p>

18h – Encerramento	
Evento Comemorativo dos 10 anos do JEF Ribeirão <i>Perspectivas e desafios das Turmas Recursais organizadas após o advento da Lei 12.665/12.</i> <i>O Sistema Recursal do Juizado Especial Federal</i> <i>Da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU)</i> <i>A Conciliação no âmbito do Judiciário brasileiro. O seu impacto e perspectivas. A atuação do CNJ para a propagação e ampliação desta prática</i> <i>O Juizado Especial e o acesso à Justiça em regiões remotas</i>	3
Seminário Previdência Complementar CNJ <i>A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP)”</i> - Experiências Internacionais; - Características; - O que muda para o servidor público; - Vantagens para os Participantes, União e Sociedade; - Aspectos Legais. <i>“O sistema de previdência atual e seus impactos nas finanças públicas: diagnóstico e perspectiva”</i> - Avaliação do Sistema de Previdência: Regime Geral da Previdência Social, Regime Próprio de Previdência Social e Regime de Previdência Complementar (Principais características e perfil dos Regimes); - Os impactos nas finanças públicas; - A Lei de Responsabilidade Fiscal. <i>“As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e os planos de benefícios”</i> - Aspectos legais: Constituição Federal e Leis Complementares n. 108 e 109, de 2001;	25

<p>- Estrutura da entidade, classificação e modelagem de planos;</p> <p>- Diferenças entre Entidades Fechadas Previdência Complementar (EFPC) e Entidades Abertas Previdência Complementar (EAPC);</p> <p>- O Contrato Previdenciário.</p> <p><i>“Principais desafios para a FUNPRESP e o regime de previdência complementar no âmbito das entidades fechadas”</i></p> <p>- Principais demandas judiciais e os impactos na gestão da entidade e do plano de benefícios(Código de Defesa do Consumidor, Competência para julgamento, Prescrição e Expurgo Inflacionário, dentre outros)</p> <p><i>Workshop: debate em grupos</i></p> <p><i>Apresentação: conclusões dos grupos</i></p> <p><i>Encerramento</i></p>	
<p>O enfrentamento à escravidão contemporânea</p> <p>Solenidade de Abertura</p> <p>Palestra: Políticas Públicas para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas</p> <p>Palestra: O Papel da Justiça do Trabalho e a Atuação do Ministério Público do Trabalho</p> <p>Palestra: Escravos da Moda</p> <p>Palestra: A Atuação da Justiça Federal e do Ministério Público Federal</p> <p>Palestras de Encerramento</p>	3
<p>A identidade do Direito, o retributivismo e os tribunais.</p>	4
<p>Introdução ao Processo Civil Alemão</p> <p>Fontes Normativas, Organização Judiciária, Instâncias, Partes, Foros, Princípios do Processo.</p> <p>O Processo Principal, Tipos de Ações, Organização do Processo, Meios de Prova.</p> <p>Formas de Finalizar o Processo: Desistência, Compensação, Composição,</p>	5

Sentença. Medidas Cautelares, Execução da Sentença, Recursos.	
Diálogos com o Poder Judiciário sobre Comércio Exterior Defesa Comercial Panorama sobre as regras relativas ao comércio internacional Dumping, Subsídios e Salvaguardas Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP Fiscalização e Regras de Origem Investigações de origem não preferencial Fiscalização das importações Defesa comercial sob a ótica do setor privado Operações e tributação de Comércio Exterior Tratamento Administrativo Regimes aduaneiros especiais “Guerra dos Portos”: a Resolução 13/2012 do Senado Federal Propriedade Intelectual Sistema nacional de proteção à Propriedade Intelectual Pirataria, falsificação e outras práticas ilícitas decorrentes Regulamentação técnica Produtos Nacionais e Importados- A igualdade de atuação e fiscalização do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro O papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	21
Direito Antitruste para a Justiça Federal A. Parte 1 (teórica): 1. Princípios e regras constitucionais do Direito Antitruste: livre iniciativa, livre concorrência, defesa do consumidor, função social da propriedade, repressão ao abuso do poder econômico. 2. Direito Antitruste: controle de condutas, controle de estruturas e advocacia da	24

concorrência.

3. As autoridades: CADE, SEAE. A atuação do MP e da AGU. O papel do Judiciário.

4. Advocacia da concorrência. O papel da SEAE. Limitações à sua atuação. O papel do CADE.

5. Concorrência em setores regulados.

6. Controle de estruturas: análise prévia e *gunjumping*. Critérios de notificação. Etapas e procedimentos de análise. Sanções. Controle de Estruturas e Poder Judiciário (anulatórias).

7. Controle de condutas (1): hipóteses legais e sanções. Condutas unilaterais (alguns exemplos): exclusividade, discriminação de rivais, aumento de custos de rivais, recusa de venda, fixação de preço de revenda etc.

B. Parte 2 (prática – estudo de casos e dinâmica de grupos):

Controle de Estruturas

- Unimed Franca / Hospital Regional de Franca (julgado em abril de 2013)
- Votorantim Cimentos S.A. / Cimpor Cimentos do Brasil Ltda. e Votorantim Cimentos S.A. / Lafarge Brasil S.A (julgado em julho de 2012)
- Sadia / Perdigão (julgado em julho de 2011)
- Polimix Concreto Ltda./Cimento Tupi S.A. (julgado em outubro de 2010)
- Caso hipotético (Unimed Marília / Hospital Gota de Leite)

Abuso de Posição Dominante

- SDE v. AMBEV (“Tô Contigo”) (julgado em julho de 2009)
- SDE v. SKF et. al. (julgado em janeiro de 2013)
- FESEMPRE v. Banco do Brasil S.A. (julgado em outubro de 2012)
- Caso hipotético (a definir)

A. Parte 1 (teórica):

1. Controle de condutas(2): Acordos: conceito de cartel, cartel clássico e não clássico, paralelismo de conduta, *priceleadership*, condições de sucesso para o

<p>cartel, troca de informações entre concorrentes, cartéis em licitações, associações de classe e sindicatos.</p> <p>2. Legislação e procedimentos criminais.</p> <p>3. Análise de provas.</p> <p>4. Reparação de danos.</p> <p>5. Principais procedimentos judiciais: cautelares de busca e apreensão, inspeções, indenizações, ações civis públicas, procedimentos criminais, outros procedimentos incidentais (Mandado de Segurança).</p> <p>6. Execução de decisões do CADE.</p> <p>B. Parte 2 (prática – estudo de casos e dinâmica de grupos):</p> <p>Cartéis</p> <p>Cartel dos Medicamentos Genéricos (julgado em outubro de 2005)</p> <p>- Cartel do Peróxido de Hidrogênio (julgado em maio de 2012)</p> <p>- Caso hipotético (a definir)</p>	
<p>Curso de História da Arte Módulo III</p> <p>Tema: Introdução ao Módulo III - QUESTÕES DE ESTÉTICA EM HISTÓRIA DA ARTE</p> <p>Palestra: RELAÇÕES ENTRE DIREITO, ARTE E SOCIEDADE</p> <p>Tema: A FOTOGRAFIA E O CINEMA NO SÉCULO XX E SEU IMPACTO SOCIAL</p> <p>Tema: IMPRESSIONISMO E PÓS-IMPRESSIONISMO</p> <p>Tema: ABSTRAÇÃO (KANDINSKY E MONDRIAN)</p> <p>Tema: VANGUARDAS DO SÉCULO XX: CUBISMO, FAUVISMO E FUTURISMO</p> <p>Tema: EXPRESSIONISMO, NAS ARTES PLÁSTICAS E NO CINEMA E O PERÍODO ENTRE GUERRAS</p> <p>Tema: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE A ESCOLA BAUHAUS E O ESTILO ART DÉCO</p> <p>Tema: DADA E SURREALISMO – ANTIARTE E PSICANÁLISE</p>	1

<p>Tema: A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922 E SEUS IMPACTOS</p> <p>Tema: EXPRESSIONISMO ABSTRATO (ACTION PAINTING), TACHISMO, OP ART E NOVAS VERTENTES DA ABSTRAÇÃO (APÓS 1950)</p> <p>Tema: POP ART NOS EUA E NO BRASIL – ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS</p> <p>Tema: TROPICÁLIA NAS ARTES PLÁSTICAS, NO CINEMA E NO TEATRO - ARTE CONCEITUAL - DEBATE SOBRE O MÓDULO III</p>	
<p>Semana Jurídica em Bauru</p> <p>As novas técnicas de julgamento e o modelo recursal do projeto do Código de Processo Civil</p> <p>A EC n. 72/2013 - Regime Jurídico do Empregado Doméstico</p> <p>Lavagem de Dinheiro e as alterações da Lei n. 12.683/2012</p>	1
<p>Workshop para implantação de Gestão de processos de trabalho nas turmas recursais</p> <p>Planejamento Estratégico do Poder Judiciário</p> <p>Metas Nacionais para 2014 e Macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2019</p> <p>Apresentação dos trabalhos desenvolvidos para cumprimento das Metas 11/2012 e 6/2013: “Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) nas turmas recursais”</p>	12
<p>Mesa científica sobre busca e apreensão</p>	4
<p>Atualização em Perícia Médica</p>	6
<p>Francês Jurídico</p> <p>A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA</p> <p>1.1 Vídeo: A Organização da Justiça</p> <p>1.2 A Organização da Justiça</p> <p>1.3 As Ordens Judiciárias</p> <p>1.4 As Jurisdições Cíveis</p> <p>1.5 As Jurisdições Penais</p> <p>1.6 O Tribunal de Conflitos</p>	15

1.7 Resumo: A Organização da Justiça	
1.8 Exercício - Módulo 1	
OS ATORES DA JUSTIÇA	
2.1 Os Magistrados	
2.2 Os Membros do Ministério Público	
2.3 Os Notários/Tabelião	
2.4 O Oficial de Justiça	
2.5 Os Servidores da Justiça	
2.6 Os Advogados	
2.7 Advogados de Empresas	
2.8 Exercício - Módulo 2	
AS JURISDIÇÕES CIVIS DE 1º GRAU	
3.1 As Jurisdições Civas de 1º Grau	
3.2 Juiz de Proximidade – atribuições e competência	
3.3 Tribunal de Instância	
3.4 Vídeo: Juiz de Instância	
3.5 Tribunal de Grande Instância	
3.6 Vídeo: Juiz de Família	
3.7 Tribunal de Comércio	
3.8 Conseil de Prud'hommes – atribuições e competência	
3.9 Exercício - Módulo 3	
AS JURISDIÇÕES PENAIS DE 1º GRAU	
4.1 As Jurisdições Penais de 1º Grau	
4.2 Tribunal de Polícia	
4.3 Tribunal Correccional	
4.4 Tribunal d'Assises – atribuições e competência	
4.5 A Justiça para menores de idade	
4.6 Juiz da Infância	
4.7 Tribunal da Infância	
Erro e Dúvida no Direito Penal	2

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	8
--------------------------------------------------	----------

7.1 Qual o mecanismo adotado para a avaliação do magistrado em formação ao final dos cursos, desde a publicação do PNA?

Estudo de caso. Tem sido privilegiado o trabalho em grupo durante o evento.

7.2 Anexe as ementas e fichas pedagógicas dos conteúdos da formação continuada, organizando-os segundo as categorias do art. 19 da Resolução 233/2013

AÇÕES EDUCACIONAIS DE APERFEIÇOAMENTO PARA VITALICIAMENTO
<p>EMENTA</p> <p>PODERES INSTRUTÓRIOS DO MAGISTRADO NO PROJETO DO NOVO CPC. DOSIMETRIA DA PENA: TRÁFICO DE DROGAS, LAVAGEM DE DINHEIRO. CONCURSOS FORMAIS E MATERIAIS. SENTENÇA CRIMINAL. PROVAS NO PROCESSO CIVIL. AÇÕES COLETIVAS. QUESTÕES ATUAIS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO. MANUAL DE PADRONIZAÇÃO DO JEF. VARA DE EXECUÇÃO FISCAL: GRANDES DEVEDORES E AS DIFICULDADES NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO. REGRA DA PROPORCIONALIDADE E PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE NA FUNDAMENTAÇÃO DO MAGISTRADO. ÉTICA E A ATUAÇÃO DO MAGISTRADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.</p> <p>Detalhamento do Projeto de Curso</p> <p>1 Objetivo Geral</p> <p>Oferecer ao magistrado federal em fase de vitaliciamento programa atualizado de capacitação, aperfeiçoamento e troca de experiências, de molde a complementar sua formação jurídica, viabilizando a construção dos subsídios teóricos exigidos para o desempenho de seu mister, no exercício funcional.</p> <p>2 Objetivo Específico</p> <p>Aprofundamento, conformação e troca de experiências do período de vitaliciamento, com enfoque nas principais dificuldades e problemas relacionados ao exercício da magistratura pelos referidos magistrados e diagnosticados pela EMAG e pelo TRF3.</p>

3 Justificativas

Institucional

Preparação e orientação dos Juízes vitaliciandos em processo de formação funcional

Teórica

A participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados em processo de vitaliciamento constitui, desde o advento da emenda Constitucional 45, etapa obrigatória para a aquisição da garantia da vitaliciedade (v. artigo 93,IV, da CF/88).

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Com vistas à obtenção de sumário prático decorrente de troca de experiências, bem como preparação do magistrado para atividade jurisdicional, inclusive responder perante plantões, os conteúdos serão ministrados com primeira parte expositiva, seguida de workshop, debates e discussões, adotando-se como sistema de trabalho a divisão em grupos e posteriormente em plenário, no qual um dos integrantes será encarregado de listar as principais dúvidas e sugestões discutidas em seu grupo e atuará como relator no Plenário. Registro e elaboração com as conclusões dos magistrados, com o objetivo de ser utilizado na preparação do próximo curso de formação para os futuros magistrados.

5 Programa

Processo Civil

TEMA: “A regra da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade na fundamentação da decisão judicial”

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Conciliação. Principais dificuldades dos novos juízes no exercício da atividade jurisdicional. Atuação no plantão judicial: organização, finalidade e limites à atuação do magistrado no plantão. Avaliação das situações vivenciadas pelos magistrados no primeiro ano de judicatura.

Direito Penal e Processo Penal

TEMA: “A dosimetria da pena: casos específicos: tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, concursos formais e materiais”

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Elaboração da sentença criminal. Principais razões de reforma e anulação da sentença penal pelo Tribunal.

Direito Constitucional

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Práticas do cotidiano

GRUPOS DE DISCUSSÃO: O processo executivo fiscal: procedimentos e rotinas administrativas da Vara de Execução Fiscal. Os grandes devedores e as dificuldades na constrição do patrimônio. Questões processuais práticas do cotidiano. A atuação jurisdicional no JEF. Manual de Padronização do JEF.

Direito Previdenciário

TEMA: “Questões atuais do direito previdenciário”

GRUPOS DE DISCUSSÃO: A relação do Juiz com os outros profissionais do direito: representantes do MPF, advogados, e ainda, com os servidores da vara e outras autoridades públicas. Relação com a imprensa. Problemas frequentes na administração de pessoal e gestão de secretaria.

TEMA: "Problemas frequentes na administração de pessoal e gestão de secretaria"

Filosofia e Ética

TEMA: "O Direito, a ética e a atuação do Magistrado na sociedade brasileira contemporânea"

GRUPOS DE DISCUSSÃO: Segurança da informação: conceitos básicos, ameaças e métodos de proteção no mundo virtual

6. Sistema de avaliação do cursista³

A avaliação final será aferida com base:

- na frequência do magistrado vitaliciando;
- apresentação de relatório circunstanciado de sua atividade no período;
- elaboração de artigo relacionado ao exercício da jurisdição, de livre escolha do magistrado.

A análise do relatório circunstanciado de atividade jurisdicional e a avaliação dos artigos serão realizadas por Comissão indicada pelo Diretor da EMAG, gerando nota de 0 a 10, sendo aprovados os cursistas que obtiverem nota igual ou superior a 7 (sete) inteiros, além de 75% de frequência às aulas.

AÇÕES EDUCACIONAIS DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROMOÇÃO

Modulo I - Direito Processual Civil - Recursos e Órgãos Recursais nos JEFs

EMENTA

TURMA RECURSAL. ESTRUTURA DO SISTEMA RECURSAL. UNIFORMIZAÇÃO E INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAL. ESTRUTURA DO SISTEMA RECURSAL. SISTEMA ELETRÔNICO. PROCESSO JUDICIAL. RECURSOS. MANDADO DE SEGURANÇA. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÕES REPRESENTATIVAS. SÚMULAS. ANULAÇÃO DE JULGAMENTOS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1. Objetivo Geral

Propiciar aos magistrados federais o estudo dos atuais temas e aspectos do Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais, após as alterações legislativas e da instalação das Turmas Recursais nos moldes da Lei 12.655/2012.

2. Objetivos Específicos

Introduzir os conceitos específicos do sistema recursal do micro sistema processual do Juizado Especial Federal, capacitando os juízes federais para a nova estrutura das Turmas Recursais e das alterações ocorridas no sistema recursal, propiciando conhecimento para solução de casos práticos e reflexão sobre o tema e, ainda, buscar reflexão de temas relacionados aos procedimentos a fim de colher propostas, sugestões e alterações na sistemática recursal, com o intuito do aprimoramento da prestação jurisdicional.

3. Justificativa

Nos dez anos de existência dos Juizados Especiais Federais, houve grande evolução na prática processual dos órgãos jurisdicionais deste sistema na jurisdição federal, demonstrando que todos os órgãos criados tiveram importante evolução e contribuíram para a efetiva prestação jurisdicional, culminando com a alteração da composição e funcionamento das Turmas Recursais, com aparelhamento para que fosse criados cargos de juízes federais nestes órgãos recursais, possibilitando que os magistrados dediquem-se exclusivamente ao julgamento de causas na fase recursal ordinária, com perspectivas de melhoria da prestação jurisdicional, em especial quanto a celeridade e efetividade das decisões judiciais. Nos próximos anos, vários cargos de juízes federais de turmas recursais serão oferecidos, de modo que o conhecimento dos recursos cabíveis, seus pressupostos e requisitos, bem como o constante aprimoramento da estrutura administrativa, do arcabouço normativo e a discussão de temas relevantes são indispensáveis para o aperfeiçoamento dos magistrados.

4. Abordagem Pedagógica (metodologia)

Seminário composto de conferência inaugural, seguida de painéis que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes.

Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5. Programa

Abertura

Tema: Dez anos do Sistema dos Juizados Especiais Federais e de seus Órgãos Recursais

Tema: Perspectivas e desafios das Turmas Recursais organizadas após o advento da Lei 12.665/2012.

Tema: Estrutura do Sistema Recursal – Panorama Atual – Legislação Federal e Regras Administrativas – Organização - Secretaria única e Gabinetes

Tema: Turma Recursal – Boas Práticas e Experiências de Sucesso. Reuniões Administrativas /

Voto-Ementa / Uniformização de entendimentos dos Integrantes das Turmas

Tema: Sistema Eletrônico e Processo Judicial. Acesso Remoto. Ferramentas de auxílio e Sustentabilidade. Planilhas *Excell* e *hiperlinks*.

Tema: Recursos para a Turma Recursal. Competência Cível e Criminal. Recurso de Sentença. Recurso em face da decisão que concessiva ou denegatória da liminar ou antecipação dos efeitos da tutela.

Tema: Mandado de Segurança. Recursos em face das decisões interlocutórias. Questões Polêmicas.

Tema: Turma Regional de Uniformização e Incidente de Uniformização Regional

Tema: Turma Nacional de Uniformização e Incidente de Uniformização Nacional – Requisitos de Admissibilidade e Efeitos das Decisões.

Tema: Turma Nacional de Uniformização – Decisões Representativas e Súmulas. Anulação de Julgamentos e devolução à Turmas de origem para readequação de julgados

6. Sistema de avaliação do cursista⁴

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Recursos e Órgãos Recursais do Sistema dos Juizados se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de paper, de no mínimo de 5 laudas.

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo II - Direito Administrativo Direito Aduaneiro

EMENTA

REGULAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR. FUNÇÕES E CONTROLE ADMINISTRATIVO. ARRECADAÇÃO. EXTRAFISCALIDADE. SECEX. BACEN. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ANVISA . SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB. TRIBUTOS INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO.BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTAS. II. IE. IPI. PIS. COFINS. ICMS. IOF. CIDE. TAXAS. O AFRMM ATP . RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO II. DUMPING. PREÇO DE TRANSFERÊNCIA. TRÂNSITO ADUANEIRO. ADMISSÃO TEMPORÁRIA. EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA. DRAWBACK. ENTREPOSTOS ADUANEIROS. O ILÍCITO ADUANEIRO. FALSA DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO. INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA. AUTO DE INFRAÇÃO. REPRESENTAÇÃO PARA FINS PENAIIS. PENA

DE PERDIMENTO. DESCAMINHO. CONTRABANDO. PIRATARIA. SELOS DE CONTROLE. RÓTULOS. ADUANA. DIREITO ADUANEIRO.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivos Gerais

Fornecer subsídios para uma melhor resolução de problemas no campo do Direito Aduaneiro.

2 Objetivos Específicos

Informar sobre os principais atores do comércio exterior no país, a legislação que rege o assunto, o papel do comércio exterior na economia do país e os aspectos tributários envolvidos neste comércio.

3 Justificativa

Atender a necessidade de aprimoramento de conhecimento nessa área em face da complexidade da legislação e, em certos casos, defasagem ou contradições jurisprudenciais.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Curso presencial com palestras expositivas e discussão de casos, em grupos, para verificar as eventuais soluções possíveis, as quais, depois, serão discutidas com os profissionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil e, quando for o caso, cotejadas com a decisão judicial aplicada. Neste último caso, portanto, haverá a participação dos alunos.

5. Conteúdo programático

1. O Estado na regulação do comércio exterior:
 - 1.1 Funções e controle administrativo. A arrecadação e extrafiscalidade. Noções.
 - 1.2 Os órgãos envolvidos no comércio exterior: SECEX, BACEN, Ministério da Agricultura, Anvisa e Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - 1.3 Estrutura da SRFB e os problemas de competência jurisdicional decorrentes.
 - 1.4 Distinção entre zona primária e secundária e situações práticas decorrentes.
2. Os tributos incidentes na importação – hipóteses de incidência, base de cálculo e alíquotas.
 - 2.1. Noções gerais sobre as hipóteses de incidência previstas nas operações de comércio exterior: II, IE, IPI, PIS, COFINS, ICMS, IOF, CIDE e taxas. O AFRMM e o ATP. Bases de cálculo e alíquotas.
 - 2.2. Regimes de Tributação do II – tributação da bagagem, da remessa postal internacional, tributação especial e normal. Mala diplomática. Mudanças de domicílio.

2.3. Noções de classificação fiscal: significado e fundamento legal. O Sistema Harmonizado, a TEC e o “ex-tarifário”.

2.4. Decorrências da classificação inexata. Diferença em relação à falsa declaração.

2.5. Responsabilidade tributária no imposto de importação: importador, transportador e agente marítimo.

3. O Despacho Aduaneiro de Importação.

3.1. Conceito. Documentação necessária: fatura e conhecimento de carga. Licença de Importação. Espécies de conhecimento de carga (equivalentes). O manifesto de carga.

3.2. A Declaração de Importação e as Fases do Despacho Aduaneiro.

3.3. Intercorrências no Despacho: conferência aduaneira, valoração e abandono. O problema do “dumping”. Preço de transferência.

- Estudo de Caso.

4. Os principais regimes especiais aduaneiros.

4.1 Noções de Trânsito aduaneiro, Admissão Temporária, Exportação Temporária, Drawback e Entrepósitos Aduaneiros.

4.2 Controles dos regimes aduaneiros.

- Estudo de Caso

5. O ilícito aduaneiro.

5.1. Práticas mais frequentes:

a) falsa declaração de conteúdo. Diferenciação com a classificação inexata;

b) interposição fraudulenta.

5.2. O Auto de Infração e noções sobre o procedimento administrativo consequente Representação para Fins Penais.

5.3. Considerações sobre a pena de Perdimento: hipóteses mais frequentes: descaminho, contrabando e pirataria. Casos especiais: selos de controle e rótulos.

- Estudo de Casos

6 Sistema de avaliação do cursista

Estudo de caso na forma de artigo relativo a um dos temas abordados no curso, excetuada a organização administrativa dos órgãos envolvidos.

Módulo III – Gestão e Administração Judiciária - “Curso De Gestão de Varas e Gabinetes: Planejamento Estratégico

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Estabelecer a compreensão da gestão da vara como uma necessidade, visando à equalização do binômio qualidade da prestação jurisdicional/produtividade, de acordo com as demandas da sociedade atual

2 Objetivo Específico

Desenvolver e aprimorar as ferramentas necessárias a um incremento de produtividade e de qualidade na prestação jurisdicional, por intermédio da habilidade de gerenciar pessoas, treinar colaboradores, tratando dos processos como fluxos de trabalho e sabendo como enfrentar as dificuldades de ordem interna e externa na direção da vara.

3 Justificativa

A realização de um curso dedicado à gestão da vara é exigência de uma nova realidade. A sociedade atual, com demandas múltiplas e cada vez mais complexas, não prescinde de um Judiciário ágil, sem descuidar da qualidade da prestação jurisdicional. A figura do magistrado moderno traz em seu bojo o juiz que sabe administrar a unidade judiciária e tem plena consciência do conhecimento dos fluxos de trabalho e de todos os óbices que atravancam o bom andamento processual.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Expositiva e participativa visando a uma sinergia na troca de experiências e na transmissão do conhecimento.

Formação de grupos de estudo, com a indicação de um coordenador por grupo, que ficará encarregado da elaboração da compilação das boas práticas adotadas em cada área.

Debates sobre as compilações das boas práticas, a serem conduzidos pelo Coordenador do curso e pelos coordenadores dos grupos.

5. Programa

“O Juiz como gestor. Como conciliar a produtividade com a boa qualidade da prestação jurisdicional?”

Debates

“Breves exposições sobre boas práticas de gestão cartorária e de gabinetes”

1. Gabinete de Tribunal
2. Vara Criminal e Vara de Lavagem de Dinheiro
3. Execuções Fiscais

Debates

“Breves exposições sobre boas práticas de gestão cartorária e de gabinetes”

4. Cível

5. Vara com competência Plena

6. Vara de Juizado Especial Federal

Debates

Grupos de estudo (compilação de boas práticas)

“Gestão de Pessoas e liderança. Dinâmica de grupo”

“ Capacitação em sistemas de informação”

1.Sistema do JEF

2. PJ-e – Processo Eletrônico

3.BACENJUD, RENAJUD E ARISP

4. CNIS e PLENUS

6. Sistema de avaliação do cursista⁵

Cada grupo ficará encarregado de apresentar uma compilação com as boas práticas em cada área de competência. Será avaliada também a participação de cada cursista durante o desenvolvimento dos trabalhos do curso.

Módulo IV – Direito Previdenciário - A prova pericial nas ações previdenciárias e acidentárias de benefício por incapacidade

EMENTA

AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-ACIDENTE. CONVERSÃO DE BENEFÍCIOS.INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. DOENÇA E INCAPACIDADE.READAPTAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. PROVA PERICIAL: OBJETO. PERÍCIA PSIQUIÁTRICA

Detalhamento do Projeto de Curso

1. Objetivo Geral

O curso de “Direito Previdenciário – A prova pericial nas ações previdenciárias e acidentárias

de benefício por incapacidade” tem por objetivo geral proporcionar aos operadores do direito o aprofundamento teórico e prático dos principais temas ligados ao Direito Previdenciário, além de tornar possível a discussão sobre as questões gerais que envolvem a legislação previdenciária.

2 Objetivo Específico

- Aprofundar o estudo da legislação previdenciária;
- Ampliar a compreensão de questões atuais no âmbito do direito previdenciário;
- Analisar os institutos da Seguridade Social que foram objeto das últimas alterações legislativas;
- Estimular os participantes a desenvolverem argumentos juridicamente convincentes para as soluções dos problemas e questões objetivas apresentadas para debate.

3 Justificativa

O ramo do Direito Previdenciário, por também influenciar diretamente a vida das pessoas e instituições, exige do operador do direito constante atualização.

O Curso de “Direito Previdenciário – A prova pericial nas ações previdenciárias e acidentárias de benefício por incapacidade” prioriza questões atuais que mereçam o aprofundamento de seus estudos ou mesmo a inserção nos debates para fins de pacificação dos litígios e o desenvolvimento do setor segurador nacional.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

A abordagem pedagógica consiste na exposição dos temas na forma de palestras e mediante grupos de trabalho que discutirão casos concretos. Os grupos, ao discutirem os casos concretos (estudo de caso), deverão redigir um artigo que proponha soluções para esses casos. Os artigos serão objeto de avaliação.

O curso será avaliado pelos participantes.

5 Programa

ABERTURA

Painel I - NOÇÕES SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS POR INCAPACIDADE. O ACIDENTE DO TRABALHO

- A. Auxílio doença
- B. Aposentadoria por invalidez
- C. Auxílio-acidente
- D. Conversão de benefícios

Painel II – O PEDIDO NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ACIDENTÁRIAS. FUNDAMENTOS: DOENÇA E INCAPACIDADE

Painel III – READAPTAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- A. Conceito e natureza jurídica
- B. Reflexos no contrato de trabalho

Painel IV – CONCEITO DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO

- A. Incapacidade total
- B. Incapacidade parcial
- C. Incapacidade permanente
- D. Incapacidade temporária
- E. Data do início da incapacidade: importância para avaliar o direito à cobertura previdenciária
- F. Doença pré-existente: progressão e agravamento
- G. Nexo causal entre a doença e a incapacidade: a natureza previdenciária ou acidentária do benefício

Painel V – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A. O pedido inicial
- B. Conceito de deficiência
- C. Conceito de incapacidade

Painel V – CONTINUAÇÃO

- A. Impedimentos de longo prazo
- B. Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e Saúde –CIF

Painel VI – PROVA PERICIAL: OBJETO

- A. Natureza jurídica da atividade pericial
- B. Direitos e deveres do perito
- C. Sigilo profissional x sigilo pericial: diferenças e implicações

Painel VI - CONTINUAÇÃO

- A. Elaboração do laudo pericial
- B. O laudo pericial padrão
- C. Respostas aos quesitos
- D. Necessidade de médico especialista para o diagnóstico da incapacidade. Laudo pericial feito por profissional não médico (fisioterapeuta)

Painel VI (CONTINUAÇÃO) – PERÍCIA PSIQUIÁTRICA

A. Peculiaridades

B. Doença psiquiátrica

C. Esquizofrenia. Depressão

6. Sistema de avaliação do cursista⁶

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Direito Previdenciário – A prova pericial nas ações previdenciárias e acidentárias de benefício por incapacidade ” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de paper.

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo V – Direito Penal e Processual Penal “Aspectos Penais E Processuais Penais Da Ação Penal 470 do STF”

EMENTA

APRECIÇÃO E ÔNUS DA PROVA NA AÇÃO PENAL 470 DO STF. O TRABALHO DA POLÍCIA FEDERAL NA COLETA DAS PROVAS: TÉCNICAS ATUAIS DE INVESTIGAÇÃO. OS CRIMES TRATADOS NA AÇÃO PENAL 470 DO STF. FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PENAS

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Fornecer um panorama geral aos magistrados sobre as principais questões penais e processuais penais debatidas durante o julgamento da Ação Penal 470 do Supremo Tribunal Federal e que são muito comuns nos processos criminais em trâmite perante a Justiça Federal.

2 Objetivos Específicos

Capacitar e auxiliar os magistrados no julgamento de processos criminais de competência da Justiça Federal , por meio da análise dos elementos do julgamento da Ação Penal 470 pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Refletir e debater sobre a forma como foram apreciadas as provas, tratados os crimes e fixadas

as penas.

Destacar os conceitos jurídicos existentes, compreender as principais questões abordadas no julgamento e suas consequências para os inúmeros processos criminais que tramitam na Justiça Federal.

3 Justificativa

A referida ação penal tornou-se um marco na jurisprudência da Suprema Corte que, no exercício de sua competência originária quebrou paradigmas e enfrentou questões comumente abordadas pela primeira instância, mas que eram estranhas aos julgados da Corte. Desta sorte, é de suma importância para os juízes, mormente aqueles com atuação na seara penal, o estudo aprofundado dos votos e decisões relativos a ação penal 470, bem como o acompanhamento da consolidação do entendimento da Corte Superior.

É fundamental que os juízes conheçam o entendimento dos Tribunais sobre determinados assuntos, sobretudo o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para melhor desempenho da atividade jurisdicional. Contudo, no caso da Ação Penal 470, esta tarefa merece um trabalho em conjunto, tendo em vista as peculiaridades do julgamento em que foram discutidos diversos tipos penais, vários réus e inúmeras questões penais e processuais penais.

O curso pretende, portanto, dividir os vários pontos polêmicos do julgamento e fornecer subsídios para que os magistrados possam refletir sobre o processo e seu resultado, extraindo suas próprias conclusões.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

A ideia inicial é estudar os votos proferidos na ação penal 470 pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal e analisar quais foram as inovações trazidas para a jurisprudência da Corte, bem como acompanhar os desdobramentos e as consequências deste julgamento nos demais processos que ainda serão examinados naquela instância para, posteriormente, compartilhar tais informações e as conclusões obtidas pelo grupo de estudos com os demais juízes federais da Justiça Federal da 3ª Região.

O curso foi dividido em painéis na parte da manhã, nos quais haverá palestras expositivas e debates sobre os aspectos da análise da prova na Ação Penal 470, dos crimes tratados e da dosimetria da pena, sendo que na parte da tarde serão realizados grupos de discussão sobre os temas tratados, além de comparação com outros materiais.

5 Programa

Abertura

“Apreciação e ônus da prova na Ação Penal 470 do STF”

“O trabalho da Polícia Federal na coleta das provas: técnicas atuais de investigação”

Grupos de Estudo: “Questões processuais enfrentadas pelo STF na Ação Penal 470”

Grupos de Estudo: A jurisprudência dos Tribunais quanto ao exame da prova – A Ação Penal 470 é um divisor de águas?

“Os crimes tratados na Ação Penal 470 do STF”

Grupos de Estudo: “Limites do concurso de crimes – *iter criminis*, exaurimento, consunção, consumação e tentativa”

Grupos de estudo: “A lavagem de dinheiro como crime autônomo”

“Fixação e Execução das Penas”

Grupos de Estudo: “Análise da dosimetria da pena na Ação Penal 470 do STF”

Grupos de Estudo: “Efeitos da Sentença e formas de execução da pena na ação penal 470 do STF”

6 Sistema de avaliação do cursista⁷

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso Aspectos Penais e Processuais Penais da Ação Penal 470 do STF, se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de relatório, contendo as principais conclusões obtidas durante os grupos de estudo realizados.

Módulo VI – Direito Constitucional - Limites e possibilidades da atividade jurisdicional no constitucionalismo brasileiro

EMENTA

NEOCONSTITUCIONALISMO E O PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO. AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DA CONSTITUIÇÃO E SEUS LIMITES. DIREITO, POLÍTICA E A FUNÇÃO JURISDICIONAL. O PODER JUDICIÁRIO COMO POLO IRRADIADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS. POLITIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NO CONSTITUCIONALISMO SOCIAL. ATIVISMO JUDICIAL E SEGURANÇA JURÍDICA. ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL. O PODER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA: LIMITES DA FUNÇÃO JURISDICIONAL. DIREITO, JUDICIÁRIO E ECONOMIA. O ARGUMENTO ECONÔMICO EM JUÍZO. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA MUNDIAL: SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivos Gerais

A atividade jurisdicional sofreu importante modificação com a evolução do movimento constitucionalista. Se, sob o âmbito do constitucionalismo liberal, a atividade do juiz era circunscrita à solução dos conflitos individuais de interesses, hodiernamente não se pode dizer o mesmo. A introdução, no seio das constituições do século XX, de diversos direitos sociais, bem como o estabelecimento de tarefas e metas a serem concretizadas pela atividade política quotidiana, trouxeram novos conflitos, renovados em virtude da titularidade coletiva dos interesses em jogo, bem como aqueles que se baseiam diretamente na força normativa da Constituição. Tal movimento desemboca de maneira sensível na atividade jurisdicional, obrigando os juízes a implementarem políticas públicas ao decidirem os conflitos, o que gera críticas, notadamente de ordem democrática. Acrescente-se a isso que, se outrora a Constituição se limitava a estruturar o poder político de forma a limitá-lo, atualmente aqueles preceitos acima referidos são expressos precipuamente por meio de princípios, cuja abertura semântica permite ao intérprete conduzir o julgamento segundo critérios jurídicos e morais pessoais. Dentro deste panorama, indaga-se qual o limite da atividade jurisdicional no Estado Democrático de Direito, cujas decisões políticas fundamentais competem aos representantes políticos, e não aos juízes. E mais, quais as causas que justificam, nesse panorama, a atividade alargada dos juízes como proteção dos direitos humanos e da própria democracia. Os objetivos gerais do curso, conseqüentemente, se direcionam à compreensão do constitucionalismo e da inserção da atividade jurisdicional nos contextos históricos que impulsionaram seu movimento.

2 Objetivos Específicos

Compreensão crítica da atividade jurisdicional no contexto do constitucionalismo social e dos novos conflitos de interesse, das causas das perplexidades geradas e dos limites que lhe são inerentes;

Compreensão da função do juiz no âmbito do constitucionalismo brasileiro;

Identificação e compreensão das causas históricas e políticas que conduziram o Poder Judiciário ao protagonismo na formulação de políticas públicas (força normativa da Constituição, efetivação dos direitos fundamentais, conflitos coletivos de interesses, abertura semântica da Constituição, inserção de direitos sociais e objetivos estatais, controle de constitucionalidade).

3 Justificativa

Faz-se mister estabelecer com a Magistratura um diálogo crítico diante da natureza dos conflitos de interesse que somos instados a julgar diariamente. Como afirmado algures, se se alteram as estruturas jurídico-políticas do Estado contemporâneo, modificam-se, também, os perfis dos poderes que o compõem. Este perfil do Poder Judiciário, sem perder a qualidade de resolução de conflitos individuais, depara-se com novas espécies de problemas, que reclamam soluções diferenciadas e cuja repercussão não se circunscreve aos interesses das partes. No âmbito do constitucionalismo social, a análise do papel do Poder Judiciário como

implementador de políticas públicas e garantidor da efetividade dos direitos fundamentais entremostra-se de extraordinária e atual valia. Paralelamente, buscar-se-á identificar as causas principais do alargamento da atividade do Poder Judiciário (força normativa da Constituição, efetivação dos direitos fundamentais, conflitos coletivos de interesses, abertura semântica da Constituição, inserção de direitos sociais e objetivos estatais, controle de constitucionalidade), bem como os desafios para compatibilizar-se com o regime democrático.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Palestras expositivas pelos professores convidados e oportunamente arrolados e, ao final de cada dia de curso, debates acerca de casos concretos e temas fundamentais envolvendo a matéria em discussão.

A exposição e os debates serão entrelaçados e costurados a partir da técnica do “método socrático”, por meio do qual o professor, por meio de perguntas, estimula os participantes a refletir e a formar o conhecimento sobre o objeto da aula, tomando como ponto de partida as ideias e conceitos já presentes em seu cabedal cultural.

Os cursistas serão encorajados a opinar e a participar efetivamente da construção do conhecimento, o que deverá ocorrer em um ambiente de troca de informações e de experiência, não somente entre o aluno e o professor, mas entre todos os presentes.

5. Programa

- Neoconstitucionalismo e o protagonismo do Poder Judiciário
- As possibilidades interpretativas da Constituição e seus limites
- Direito, política e a função jurisdicional
- O Poder Judiciário como polo irradiador de políticas públicas
- Politização do Poder Judiciário
- O controle difuso de constitucionalidade no constitucionalismo social
- Ativismo judicial e segurança jurídica. Análise das tendências do processo tributário constitucional
- O Poder Judiciário e a democracia: Limites da função jurisdicional
- Direito, Judiciário e Economia
- O argumento econômico em Juízo
- As transformações recentes na economia mundial: suas consequências sobre o mundo do trabalho e as políticas sociais

6. Sistema de avaliação do cursista

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Limites e possibilidades da Justiça Federal da 3ª Região” se dará por

meio atividades práticas individuais ou em grupo bem como de um estudo de caso, apresentado na forma de paper.

O curso visa despertar a consciência crítica acerca da atividade jurisdicional, bem como compreender o papel do Poder Judiciário no constitucionalismo brasileiro, suas possibilidades e limites. Desta forma, entremostra-se de grande valia a troca de experiência entre os cursistas, com posicionamentos dirigidos de maneira contraposta, a fim de possibilitar a reflexão sobre os temas abordados no curso.

Assim, a avaliação contará com uma questão prática a ser submetida aos cursistas, que serão divididos em grupos de posição contraposta, e, após a resposta, serão submetidos ao outro grupo para que lancem suas críticas e sugestões. A avaliação abrangerá tanto a solução a ser dada quanto as críticas e impressões lançadas pelos demais grupos.

Paper: Elaboração de paper envolvendo questão complexa que provoque dúvida quanto à competência do Poder Judiciário e os limites da atividade jurisdicional, incluindo a análise de argumentos contrapostos, ou ainda, acerca de um dos temas tratados nas palestras.

Módulo VII – Direito Civil - A revisão contratual nos processos de competência da JF

EMENTA

RELAÇÃO CONTRATUAL. REVISÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL NO DIREITO CIVIL E NO DIREITO DO CONSUMIDOR. TEORIA DA IMPREVISÃO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. A LESÃO. ESTADO DE PERIGO. REVISÃO CONTRATUAL E INTERNET. CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. CONTRATO DE GAVETA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO PARA CUSTEIO DO ENSINO SUPERIOR (FIES). CONTRATO DE ARRENDAMENTO IMOBILIÁRIO

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivos Gerais

Promover o aprofundamento e atualização dos conhecimentos dos magistrados acerca das questões jurídicas relativa à revisão de contratos nos processos da competência da Justiça Federal.

2 Objetivos Específicos

Proporcionar reflexão, discussão e troca de experiências entre magistrados sobre a temática da

revisão contratual, com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional.

3 Justificativa

A temática da revisão contratual envolve grande número de processos da Justiça Federal, especialmente com a Caixa Econômica Federal, atualmente a segunda maior litigante do país. Em razão do volume de processos e consequente amplitude socioeconômica, há necessidade de atualização e aprofundamento da matéria por parte dos magistrados, para o aprimoramento das suas decisões, as quais repercutirão no seio social e econômico.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Seminário composto de conferência inaugural, seguida de painéis que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes. Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5. Programa

Noções gerais acerca da relação contratual.

A revisão da relação contratual no Direito Civil e no Direito do Consumidor.

A teoria da imprevisão.

A onerosidade excessiva.

A cláusula *rebus sic stantibus*.

A lesão.

O estado de perigo.

Revisão contratual e Internet.

Questões específicas referentes aos contratos do Sistema Financeiro da Habitação.

Contrato de financiamento imobiliário.

Contrato de gaveta.

Contrato de empréstimo financeiro para custeio do Ensino Superior (FIES).

Contrato de arrendamento imobiliário.

Tema da palestra: “Revisão dos contratos”

Tema da palestra: “Boa-fé objetiva nos contratos de adesão” –

Tema da palestra: “Autonomia privada no Direito Privado contemporâneo”.

Tema da palestra: “Conciliação nos contratos imobiliários da Caixa Econômica Federal.”

6 Sistema de avaliação do cursista

Estudo de caso na forma de artigo.

Módulo VIII– Direito Processual Civil - Juizado Especial Federal e Revisão do Manual de Procedimentos do JEF

EMENTA

MICROSSISTEMA NORMATIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. COMPETÊNCIA. PARTES. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES. SENTENÇA. EXECUÇÃO. QUESTÕES ESPECÍFICAS REFERENTES AS PRÁTICAS A SEREM OBJETO DE ATUALIZAÇÃO NO MANUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Promover o aprofundamento e atualização dos conhecimentos dos magistrados acerca das questões jurídicas relativas ao procedimento dos Juizados Especiais Federais.

2 Objetivo Específico

Proporcionar reflexão, discussão e troca de experiências entre magistrados com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional; bem como proceder à atualização do Manual de Padronização dos JEF.

3 Justificativa

A temática envolve práticas processuais adotadas nos diversos Juizados da 3ª Região, representando expressivo volume de demandas de natureza previdenciária, cível e tributária. Em razão do volume de processos e consequente amplitude socioeconômica, há necessidade de atualização e aprofundamento da matéria por parte dos magistrados, para o aprimoramento das suas decisões, as quais repercutirão no seio social e econômico, bem como das práticas na condução dos serviços diretos e indiretos prestados, haja vista abrangência que atingem, principalmente, a população de baixa renda.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Seminário composto de conferência inaugural, seguida de painéis que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes. Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5. Programa

Apresentação

Presidência e Vice-Presidência do Juizado Especial Federal, Varas Gabinete e

Secretaria Única.

Atendimento às Partes sem advogados, Protocolo e Distribuição. Acompanhamento Processual.

Perícias Contábeis e Contadoria.

Execução de Sentenças. Obrigação de Fazer. Questões Polêmicas.

Obrigação de Pagar – Requisições e Precatórios. Questões Polêmicas.

Atos ordinatórios no JEF.

Expedição de RPV. Questões incidentes.

Audiência no JEF (simulação).

Perícias Médicas. Procedimentos e Direitos do Periciado e dos Médicos.

Revisão do Manual. Oficina Redacional.

- Anexo – Atos ordinatórios

- Anexo – Portarias de Segurança

6 Sistema de avaliação do cursista⁸

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Juizado Especial Federal e Revisão do Manual de Procedimentos do JEF” se dará por meio de estudo de caso, apresentado na forma de artigo.

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo IX – Direito Tributário - Temas atuais de Direito Tributário e Processo Tributário

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ANULATÓRIA. DECLARATÓRIA. LIMITES LÓGICOS E CRONOLÓGICOS DA DISCUSSÃO TRIBUTÁRIA. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. EFEITOS DA DISTINÇÃO ENTRE OS CASOS DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA E COMPENSAÇÃO NÃO DECLARADA. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS. GRUPOS ECONÔMICOS. PROVA. REQUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

O curso “Temas Atuais de Direito Tributário e Processo Tributário” tem como objetivo geral proporcionar o conhecimento, atualização, aprimoramento e formação continuada dos magistrados frente ao Direito Tributário e seus fundamentos.

2 Objetivos Específicos

- Aprofundar o estudo de temas atuais de direito tributário e processo tributário
- Compreendera sobreposição de processos em matéria tributária
- Discutir as principais questões polemicas a respeito de decadência, prescrição e prescrição intercorrente: o comportamento da jurisprudência, a compensação tributária, a prova no direito tributário: presunções relativas ao crédito tributário e os casos de requalificação dos negócios jurídicos realizados pelo contribuinte.

3 Justificativa

Institucional: A Escola de Magistrados consciente de sua missão institucional na busca pela constante formação de seus magistrados e em atendimento aos anseios e demandas legítimas do jurisdicionado, oferecerá o Curso “Temas Atuais de Direito Tributário e Processo Tributário”, seguindo balizas da ENFAM e do CEJ.

Teórica: O impacto provocado pelo Direito Tributário e Processo Tributário na vida das pessoas e das instituições faz com que o presente curso seja importante para a formação continuada e atualização dos magistrados.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Curso composto de conferências que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes.

As sessões de debates são organizadas a partir de questões lançadas pelos coordenadores; os participantes serão organizados em pequenos grupos em que essas questões serão debatidas; dos grupos parciais os debates serão reconduzidos para o grupo geral. O fundo temático de cada sessão de debates corresponde ao da conferência que lhe seguirá.

Nas conferências, após a correspondente apresentação, o conferencista será chamado a emitir opinião sobre as questões que foram previamente debatidas.

Na sessão de encerramento, as conclusões tiradas em cada uma das sessões de debates serão reavaliadas pelo grupo geral.

5. Programa

Abertura

Conferência I

Sobreposição de processos: execução fiscal e anulatória; execução fiscal e declaratória; limites lógicos e cronológicos da discussão tributária e prejudicialidade.

Conferência II

Decadência, prescrição e prescrição intercorrente: o comportamento da jurisprudência.

Conferência III

Compensação tributária: efeitos da distinção entre os casos de compensação não homologada e compensação não declarada.

Conferência IV

Responsabilidade de terceiros e caso dos denominados “grupos econômicos”.

Conferência V

A prova no direito tributário: presunções relativas ao crédito tributário e os casos de requalificação dos negócios jurídicos realizados pelo contribuinte.

6 Sistema de avaliação do cursista⁹

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Temas Atuais De Direito Tributário E Processo Tributário” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de paper.

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo X – 25 anos da Constituição da República: Atividade Jurisdicional e Desenvolvimento

EMENTA

DIREITO E DESENVOLVIMENTO. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PELO PODER JUDICIÁRIO. ATIVISMO JUDICIAL. SUPREMO. A CONCRETIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO PELA APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS E A RACIONALIDADE DA PONDERAÇÃO. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS. A REFORMA DO JUDICIÁRIO. CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

NACIONAL. DIREITO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Os objetivos gerais do curso se direcionam à compreensão da evolução da Constituição de 1988 ao longo de 25 anos e a inserção da atividade jurisdicional neste contexto histórico. A atividade jurisdicional sofreu importante modificação com a evolução do movimento constitucionalista. Tal movimento desemboca de maneira sensível na atividade jurisdicional; se outrora a Constituição se limitava a estruturar o poder político de forma a limitá-lo, atualmente aqueles preceitos acima referidos são expressos precipuamente por meio de princípios, cuja abertura semântica permite ao intérprete conduzir o julgamento segundo critérios jurídicos e morais pessoais. Dentro deste panorama, buscar-se-á avaliar quais as causas que justificam a atividade alargada dos juízes como proteção dos direitos humanos e da própria democracia.

2 Objetivos Específicos

Compreensão crítica da atividade jurisdicional no contexto dos 25 anos da Constituição da República e dos novos conflitos de interesse, e como a função jurisdicional atual em prol do desenvolvimento nacional.

3 Justificativa

Estabelecer com a Magistratura um diálogo crítico diante da natureza dos conflitos de interesse que somos instados a julgar diariamente e quais os impactos da evolução da Constituição da República ao longo dos 25 anos sobre tal atividade.

No plano do direito e desenvolvimento, impõe-se estabelecer a correlação entre a alteração das estruturas jurídico-políticas do Estado brasileiro contemporâneo e as modificações sobre o perfil dos poderes que o compõem. O perfil do Poder Judiciário, sem perder a qualidade de resolução de conflitos individuais, depara-se, por exemplo, com novas espécies de problemas, que reclamam soluções diferenciadas e cuja repercussão não se circunscreve aos interesses das partes. Neste contexto, impõe-se a análise do papel do Poder Judiciário como implementador de políticas públicas e garantidor da efetividade dos direitos fundamentais. Paralelamente, buscar-se-á identificar as causas principais do alargamento da atividade do Poder Judiciário, bem como os desafios diante de um quadro que lhe impõe pensar as repercussões econômicas de suas decisões, seu posicionamento perante o regime democrático e sua relação com a opinião pública. Em tal ambiente de modificação ao longo de 25 anos, buscar-se-á analisar criticamente as reformas do Poder Judiciário e suas consequência para a atividade jurisdicional.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Palestras expositivas pelos professores convidados e oportunamente arrolados e, ao final de cada dia de curso, debates acerca de casos concretos e temas fundamentais envolvendo a

matéria em discussão.

A exposição e os debates serão entrelaçados e costurados a partir da técnica do “método socrático”, por meio do qual o professor, por meio de perguntas, estimula os participantes a refletir e a formar o conhecimento sobre o objeto da aula, tomando como ponto de partida as ideias e conceitos já presentes em seu cabedal cultural.

Os cursistas serão encorajados a opinar e a participar efetivamente da construção do conhecimento, o que deverá ocorrer em um ambiente de troca de informações e de experiência, não somente entre o aluno e o professor, mas entre todos os presentes.

5. Programa

- Direito e desenvolvimento - o direito promove mudanças sociais?
- A eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais e a efetivação de direitos fundamentais pelo Poder Judiciário.
- Direito à saúde e políticas públicas: uma abordagem empírica.
- Supremo e opinião pública.
- Ativismo judicial.
- Supremo: uma corte constitucional? Uma abordagem empírica.
- A concretização da Constituição pela aplicação de princípios e a racionalidade da ponderação.
- Financiamento de Campanha e a participação das pessoas jurídicas.
- A Reforma do Judiciário - um balanço crítico.
- Constituição e desenvolvimento nacional -dogmática e eficácia social do art. 219 da Constituição
 - Direito Econômico e Desenvolvimento.

6 Sistema de avaliação do cursista

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “25 anos da Constituição da República: Atividade Jurisdicional e Desenvolvimento” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de um paper acerca de um dos temas tratados nas palestras; envolvendo reflexões sobre como um ou mais temas do curso impacta(m) decisões ou sentenças já proferidas (ou a serem proferidas) pelo magistrado em sua atividade jurisdicional; ou tratando de temas do curso que provocaram dúvidas quanto à competência do Poder Judiciário e os limites da atividade jurisdicional, incluindo a análise de argumentos contrapostos.

Módulo XI - Teorias e Técnicas da Conciliação aplicadas à Justiça Federal

EMENTA

MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS. TEORIA GERAL DO CONFLITO. JURISDIÇÃO FEDERAL. SISTEMAS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS. EXPERIÊNCIAS NA CONCILIAÇÃO

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Promover o aprimoramento de magistrados em relação aos aspectos técnicos e teóricos empregados na conciliação realizada na Justiça Federal.

2 Objetivos Específicos

Adotar uma abordagem crítica que avalie o estágio atual da conciliação e que traga uma discussão acerca das perspectivas futuras para que haja uma melhoria qualitativa nas práticas conciliatórias. Para tanto, será buscado o diálogo entre professores, magistrados da Justiça Federal de diversas regiões e representantes dos grandes litigantes da Justiça Federal (INSS, AGU, CEF e Conselhos).

3 Justificativa

A conciliação na Justiça Federal foi ampliada significativamente nos últimos anos. Atualmente, são realizadas conciliações não apenas em relação a dívidas do Sistema Financeiro de Habitação, mas também em relação a ações previdenciárias, ações de danos morais, execuções fiscais nas quais se pretende a cobrança de anuidades de Conselhos de Fiscalização Profissional, ações que envolvem gratificações de servidores públicos etc. No âmbito da capacitação, o Gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região organizou diversos cursos de formação de conciliadores e instrutores. No entanto, como forma de aprimoramento, e dentro da ideia de formação continuada, reputa-se importante que, neste momento, haja também uma abordagem mais crítica das práticas conciliatórias, divulgando-se as práticas de sucesso e discutindo-se aspectos que podem ser melhorados.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Seminário composto de conferencia inaugural, seguida de painéis que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes.

Será oportunizado momento para realização de Oficinas de Trabalho onde ocorrerão discussões temáticas (previdenciário, servidor público, execução fiscal, contratos bancários etc.) sobre as propostas para melhoria da conciliação na Justiça Federal.

Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5. Programa

Palestra inaugural

- Meios Consensuais de Resolução de Controvérsias e política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos de interesses.

Temas das demais palestras:

- Teoria Geral do Conflito e Jurisdição Federal.
- Desenho de Sistemas de Resolução de Disputas (DSD) e o desenvolvimento de projetos de conciliação na Justiça Federal.
- Experiências na Conciliação: TRF1 – Conciliação com a Caixa Econômica Federal.
- Experiências na conciliação: TJ/SP - Conciliação com grandes litigantes na Justiça Estadual.
- A qualidade na conciliação.
- Experiências na conciliação: TRF4 - Conciliação com o INSS.
- Experiências na conciliação: TRF2 – Conciliação em matérias envolvendo servidores públicos federais.
- Meios consensuais de solução de conflitos: técnicas, práticas e análise empírica.
- Capacitação de Prepostos.

6. Sistema de avaliação do cursista¹⁰

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Teorias e Técnicas da Conciliação aplicadas à Justiça Federal” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de um artigo que trate da conciliação na Justiça Federal. Podem realizar uma abordagem teórica crítica ou apresentar uma experiência de sucesso que venham adotando nos locais onde exercem suas atividades.

Módulo XII - Direito Processual Civil Coletivo“- Processo Coletivo

EMENTA

TUTELA COLETIVA. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. LITISPENDÊNCIA. CONTINÊNCIA. CONEXÃO.

SENTENÇA. COISA JULGADA. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Aprofundar o estudo sobre a importância do processo civil coletivo como resguardo das garantias fundamentais.

2 Objetivos Específicos

Examinar o perfil constitucional da tutela coletiva.

Debater as questões processuais do direito coletivo.

Estimular a reflexão crítica do papel poder judiciário face aos direitos coletivos.

Identificar as particularidades de múltiplos instrumentos de tutela coletiva de direitos.

3 Justificativa do Curso

A escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, por entender a importância do tema no âmbito da Justiça Federal solicita o credenciamento do CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – SEGUNDA ETAPA – VITALICIAMENTO/ FORMAÇÃO CONTINUADA denominado “ Direito Processual Civil Coletivo”.

Em razão da ampliação das relações humanas entre si e bem assim com o meio em que vivem o direito coletivo só tende a se desenvolver, logo se faz necessário o aprimoramento constante dos magistrados na ritualística coletiva.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

O curso será composto por palestras expositivas que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes. Ao final de cada palestra ocorrerão debates acerca de casos concretos e temas fundamentais envolvendo a matéria em discussão.

Os cursistas serão encorajados a opinar e a participar efetivamente da construção do conhecimento, o que deverá ocorrer em um ambiente de troca de informações e de experiência.

Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5. Programa

Perfil constitucional da tutela coletiva.

Competência e legitimidade.

Litispêndência, continência e conexão.

Sentença e coisa julgada.

Inquérito Civil Público e Termo de Ajustamento de Conduta.

Cumprimento da sentença.

Tutela de urgência e tutela de evidência.

6. Sistema de avaliação do cursista¹¹

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Direito Processual Civil Coletivo” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de paper .

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo XIII - Tráfico Internacional De Drogas, Crime Organizado e Meios de Investigação

EMENTA

TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. CRIME ORGANIZADO. MEIOS DE INVESTIGAÇÃO. INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS. INTERPOL.DEA. DROGAS. CULTURA E SOCIEDADE. TRÁFICO DE DROGAS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Aprofundar o estudo no que diz respeito às características da criminalidade organizada, bem assim examinar os principais instrumentos jurídicos para o seu enfrentamento, analisando os elementos processuais penais de maior impacto doutrinário e jurisprudencial relativos aos processos penais que envolvam organizações criminosas.

2 Objetivos Específicos

- Examinar o conceito de “tráfico Internacional de Drogas,”crime organizado e Meios de

Investigação”.

- Refletir sobre os mecanismos de cooperação internacional em investigações criminais.
- Comparar as experiências dos órgãos de Inteligência Internacional e a relação com o Brasil.
- Analisar o aumento da participação feminina no tráfico de drogas.
- Debater a respeito de casos concretos da Justiça Federal envolvendo o combate ao crime organizado.

3 Justificativa do Curso

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – EMAG, por entender a importância do tema no âmbito da Justiça Federal solicita o credenciamento do CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – SEGUNDA ETAPA – VITALICIAMENTO/ FORMAÇÃO CONTINUADA denominado “**Tráfico Internacional de Drogas, Crime Organizado e Meios de Investigação**”.

Justificativa Institucional: A melhoria contínua da prestação jurisdicional relacionada à Justiça Federal, pela manutenção do aprimoramento dos magistrados, seguindo balizas da ENFAM e do CEJ, e pela busca do saneamento de dificuldades constatadas no exercício da atividade jurisdicional.

Justificativa Teórica: e fundamental propor um estudo aprofundado a respeito do tráfico internacional de drogas com vistas a compreender os principais problemas e desafios a serem enfrentados pela Justiça Federal na luta contra as organizações criminosas.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Conjugação do conhecimento teórico à vivência jurisdicional, fomentada pela análise em grupos de questões pertinentes à atuação concreta dos magistrados.

O curso será dividido em três encontros, com apresentação de palestras seguidas de discussão.

No primeiro encontro será realizada Mesa Redonda com os Órgãos de Inteligência Internacional - A investigação e a relação com o Brasil - Interpol, Dea.

Nos demais dias serão reservadas as tardes dos encontros para reunião em grupos para discussão e conclusão das questões propostas pelos debatedores .

5. Programa

Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas

Mecanismos de cooperação internacional em investigações criminais – cooperação policial, auxílio direto, recuperação de ativos

Investigação de tráfico internacional de drogas praticado por organizações criminosas

A investigação e a relação com o Brasil - Interpol, Dea, etc – SOCA (Serious Organised Crime)

O Tráfico Internacional de Drogas Hoje: principais problemas e desafios

A questão do gênero na farmacodependência.

O aumento da participação feminina no tráfico de drogas

Questões problemáticas envolvendo organização criminosa: práticas de uma vara especializada

Discussão e conclusões sobre crime organizado, tráfico, fase de investigação e seus reflexos na fase judicial

Tráfico Internacional de Drogas, Crime Organizado e Meios de Investigação: hoje e amanhã

6 Sistema de avaliação do cursista

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “**Tráfico Internacional de Drogas, Crime Organizado e Meios de Investigação**” se dará por meio de um estudo de caso, apresentado na forma de paper .

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo XIV - Regime Jurídico Dos Bens Públicos

EMENTA

ASPECTOS CIVIS DO REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS. REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS. BENS DA UNIÃO. AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO DE BENS PÚBLICOS. USO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULAR. TERRENOS DE MARINHA. ILHAS, PRAIAS. REGIME JURÍDICO. PROTEÇÃO AMBIENTAL. UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR. PLATAFORMA CONTINENTAL E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO. TERRAS INDÍGENAS. REGIME JURÍDICO. CONFLITOS FUNDIÁRIOS. RECURSOS MINERAIS. MINAS E JAZIDAS. EXPLORAÇÃO E MEIO AMBIENTE. REGIME FLORESTAL. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. REGIME DE ÁGUAS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivos Gerais

Uma maior preocupação com as necessidades individuais e a busca pela justiça social acarretou sérias mudanças no papel do Estado, que deixou de ser mero prestador de serviço público, criador do direito e mantenedor da ordem, para exercer relevante influência na ordem econômica e social. Esse papel de intervenção estatal gerou reflexos na ordem jurídica e na forma de proteção aos bens, estimulando a discussão a respeito da função social que acomete a propriedade pública e privada, urbana e rural. Nesse sentido, o presente curso visa trazer à tona

os reflexos desse papel do Estado e da noção jurídica que acomete os bens públicos, com uma abordagem que leve em consideração o Direito Civil e o Direito Administrativo, em consonância com a Constituição da República e as leis vigentes. O conhecimento dos conflitos decorrentes da utilização de bem público por particular e as formas de sua exploração, seja na questão fundiária envolvendo os indígenas, ou na questão econômica relacionada à exploração do petróleo na plataforma continental ou dos recursos minerais, com reflexos de ordem ambiental, são fundamentais no mundo de hoje para preparar o magistrado federal no exercício de suas atividades.

2 Objetivos Específicos

Compreensão crítica da atividade jurisdicional no contexto dos bens públicos, sua utilização e formas de exploração;

Identificação e compreensão dos conflitos decorrentes da exploração dos bens públicos e das formas de controle submetidas ao Judiciário.

3 Justificativa

A magistratura federal frequentemente se depara com problemas relacionados à utilização e exploração de bens públicos, seja em decorrência de atos administrativos, seja em razão de contratos firmados com terceiros. O curso visa trazer aos juízes federais uma visão moderna do arcabouço jurídico que envolve os bens públicos, os problemas decorrentes da sua utilização por particulares e indígenas, bem como a exploração econômica e afetação ao meio ambiente, propiciando melhores condições para decidir frente aos conflitos de interesses a eles relacionados, e que são cada vez mais comuns na Justiça Federal.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Palestras expositivas pelos professores convidados e oportunamente arrolados e, ao final de cada dia de curso, debates acerca de casos concretos e temas fundamentais envolvendo a matéria em discussão.

A exposição e os debates serão entrelaçados e costurados a partir da técnica do “método socrático”, por meio do qual o professor, por meio de perguntas, estimula os participantes a refletir e a formar o conhecimento sobre o objeto da aula, tomando como ponto de partida as ideias e conceitos já presentes em seu cabedal cultural.

Os cursistas serão encorajados a opinar e a participar efetivamente da construção do conhecimento, o que deverá ocorrer em um ambiente de troca de informações e de experiência, não somente entre o aluno e o professor, mas entre todos os presentes.

5. Programa

- Aspectos civis do regime jurídico dos bens públicos.
- Regime jurídico dos bens públicos. Bens da União. Autorização, permissão e concessão de bens

públicos. Uso de bens públicos por particular.

- Terrenos de marinha. Ilhas. Praias. Regime jurídico. Proteção ambiental. Utilização de bem público por particular.
- Plataforma continental e exploração de petróleo.
- Terras indígenas. Regime jurídico. Conflitos fundiários.
- Recursos minerais. Minas e jazidas. Exploração e meio ambiente.
- Regime florestal. Unidades de conservação. Regime de águas.

6 Sistema de avaliação do cursista

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Regime Jurídico dos Bens Públicos” se dará por meio atividades práticas individuais ou em grupo bem como de um estudo de caso, apresentado na forma de paper.

O curso visa despertar a consciência crítica acerca da atividade jurisdicional, bem como compreender as questões atinentes aos conflitos decorrentes da utilização dos bens públicos. Desta forma, entremostra-se de grande valia a troca de experiência entre os cursistas, com posicionamentos dirigidos de maneira contraposta, a fim de possibilitar a reflexão sobre os temas abordados no curso.

Assim, a avaliação contará com uma questão prática a ser submetida aos cursistas, que serão divididos em grupos de posição contraposta, e, após a resposta, serão submetidos ao outro grupo para que lancem suas críticas e sugestões. A avaliação abrangerá tanto a solução a ser dada quanto as críticas e impressões lançadas pelos demais grupos.

Paper: Elaboração de paper envolvendo questão complexa que trate da utilização/exploração dos bens públicos, ou ainda, acerca de um dos temas tratados nas palestras.

Módulo XV - Direito Processual III: Recursos e Ações Rescisórias

EMENTA:

AÇÃO RESCISÓRIA - CABIMENTO - CONTAGEM DE PRAZO – CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. MÉRITO NA APELAÇÃO DO TRIBUNAL. VIOLAÇÃO LITERAL DA LEI. *QUERELLA NULLITATIS*.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Promover e aprofundar os conhecimentos técnicos e práticos a respeito de temas polêmicos e atuais que envolvem Recursos e Ações Rescisórias.

2 Objetivos Específicos

- Aprofundar a compreensão dos principais aspectos pertinentes aos Recursos e Ações Rescisórias, por meio da abordagem detalhada das questões que lhe são próprias, questionando a sua aplicabilidade à luz do vigente ordenamento pátrio.
- Reconhecer o cabimento das Ações Rescisórias em situações jurídicas nas quais se exija reflexão apurada.
- Desenvolver argumentos juridicamente convincentes para as soluções dos problemas e questões objetivas apresentadas para debate.
- Analisar os dispositivos legais que cuidam dos Recursos e Ações Rescisórias, bem assim os entendimentos doutrinários e posicionamentos jurisprudenciais vigentes.

3 Justificativa do Curso

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, por entender a importância do tema no âmbito da Justiça Federal solicita o credenciamento do CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – SEGUNDA ETAPA – VITALICIAMENTO/ FORMAÇÃO CONTINUADA denominado “Recursos e Ações Rescisórias”. O interesse em propor o tema se deu em razão da existência de amplo debate em torno dos mais diversos aspectos que envolvem os Recursos e Ações Rescisórias.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

O curso será composto por palestras expositivas que observarão o conjunto de temas definidos por seus coordenadores e palestrantes. Ao final de cada palestra ocorrerão debates acerca de casos concretos e temas fundamentais envolvendo a matéria em discussão.

Os cursistas serão encorajados a opinar e a participar efetivamente da construção do conhecimento, o que deverá ocorrer em ambiente de troca de informações e de experiência.

Ao final, haverá conferência de encerramento.

5 Programa

Temas da Ação Rescisória

Cabimento da Ação Rescisória: Aspectos Polêmicos no cotidiano do Tribunal

Julgamento do Mérito na Apelação no Tribunal

Ação rescisória com base em violação literal da lei

Ação rescisória e *quelellanullitatis*

6. Sistema de avaliação do cursista¹²

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Recursos e Ações Rescisórias” se dará por meio de estudo de caso, apresentado na forma de paper .

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo XVI Direito Civil II – Responsabilidade Civil

EMENTA

RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO. QUANTIFICAÇÃO DO DANO. DANO MORAL E SUA PROVA NAS QUESTÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. JURISPRUDÊNCIA DO STF. DANO COLETIVO. DANO SOCIAL. INDENIZAÇÕES PUNITIVAS. RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

Promover o aprofundamento e atualização dos conhecimentos dos magistrados acerca das questões jurídicas relativa à responsabilidade civil nos processos da competência da Justiça Federal.

2 Objetivos Específicos

Proporcionar reflexão, discussão e troca de experiências entre magistrados sobre a temática da responsabilidade civil, com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional.

3 Justificativa do Curso

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, por entender a importância do tema no âmbito da Justiça Federal solicita o credenciamento do CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – SEGUNDA ETAPA – VITALICIAMENTO/ FORMAÇÃO CONTINUADA denominado

“Responsabilidade civil nos processos de competência da Justiça Federal”.

A temática da responsabilidade civil envolve grande número de processos da Justiça Federal. Em razão do volume de processos e consequente amplitude socioeconômica, há necessidade de atualização e aprofundamento da matéria por parte dos magistrados, para o aprimoramento das suas decisões, as quais repercutirão no seio social e econômico.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Seminário composto de conferência inaugural, seguida de painéis que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes. Ao final haverá uma conferência de encerramento.

5 Programa

Abertura

A quantificação do dano

Debates

Grupos de debate: Questões relativas à quantificação do dano

A responsabilidade civil pelo risco da atividade

O Dano Moral e sua prova nas questões de competência da Justiça Federal

Discussão em Plenária Grupos de discussões: A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STF

A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STF

Plenária: conclusões dos grupos

O Dano Coletivo e o Dano Social

Indenizações Punitivas

Responsabilidade pós consumo

Conclusões

6. Sistema de avaliação do cursista¹³

Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, o sistema de avaliação do participante no Curso “Responsabilidade civil nos processos de competência da Justiça Federal”

se dará por meio de estudo de caso, apresentado na forma de artigo.

O caso a ser analisado deve ser extraído de um dos temas abordados durante o evento.

Módulo XVII Tributos em Espécie e Processo Tributário: aspectos práticos

EXECUÇÃO FISCAL. ANULATÓRIA. DECLARATÓRIA. LIMITES LÓGICOS E CRONOLÓGICOS DA DISCUSSÃO TRIBUTÁRIA. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. EFEITOS DA DISTINÇÃO ENTRE OS CASOS DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA E COMPENSAÇÃO NÃO DECLARADA. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS. GRUPOS ECONÔMICOS. PROVA. REQUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.

Detalhamento do Projeto de Curso

1 Objetivo Geral

O curso “Tributos em espécie e processo tributário: aspectos práticos” tem como objetivo geral proporcionar o conhecimento, atualização, aprimoramento e formação continuada dos magistrados em relação a temas candentes relacionados aos tributos em espécie e ao processo tributário.

2 Objetivos Específicos

- Aprofundar o estudo de temas atuais dos tributos em espécie e do processo tributário.
- Compreender a sobreposição de processos em matéria tributária.
- Discutir as principais questões polêmicas em torno do *fator acidentário de prevenção – FAP, de conceitos contábeis aplicados na prática judicial tributária, das relações jurídico-tributárias continuativas e a modificação do respectivo suporte (fático e/ou jurídico), dos limites objetivos da coisa julgada, sua relativização e o Parecer PGFN 492/2011, do PIS e da COFINS (não cumulatividade, direito de crédito e definição do conceito de insumo), de tributação internacional e dos recursos repetitivos no STJ, da repercussão geral no STF e da súmula vinculante (tudo no contexto tributário).*

3 Justificativa

Institucional: A Escola de Magistrados, consciente de sua missão institucional na busca pela constante formação de seus magistrados e em atendimento aos anseios e demandas legítimas do jurisdicionado, oferecerá o Curso “Tributos em espécie e processo tributário: aspectos

práticos”, seguindo balizas da ENFAM e do CEJ.

Teórica: O impacto provocado por questões de direito tributário e de processo tributário na vida das pessoas e das instituições faz com que o presente curso seja importante para a formação continuada e atualização dos magistrados.

4 Abordagem Pedagógica (metodologia)

Curso composto de conferências que observarão o conjunto de temas definidos pelos palestrantes com momentos para debates entre os participantes.

As sessões de debates são organizadas a partir de questões lançadas pelos coordenadores; os participantes serão organizados em pequenos grupos em que essas questões serão debatidas; dos grupos parciais os debates serão reconduzidos para o grupo geral. O fundo temático de cada sessão de debates corresponde ao da conferência que lhe seguirá.

Nas conferências, após a correspondente apresentação, o conferencista será chamado a emitir opinião sobre as questões que foram previamente debatidas.

Na sessão de encerramento, as conclusões tiradas em cada uma das sessões de debates serão reavaliadas pelo grupo geral.

5. Programa

Abertura do curso e apresentação de sua metodologia

Conferência I

O fator acidentário de prevenção – FAP

Primeira sessão de debates (preparatória para a Conferência II)

Conferência II

Conceitos contábeis aplicados na prática judicial tributária: “patrimônio conhecido” e “bens do ativo permanente” na medida cautelar fiscal; “percentual do faturamento” na penhora online; a definição do regime tributário (lucro presumido ou lucro real) e a acomodação da pessoa jurídica no conceito de micro ou pequena empresa para fins de aplicação da regra de impenhorabilidade de bens indispensáveis ao exercício de sua atividade

Segunda sessão de debates (preparatória para a Conferência III)

Conferência III

As relações jurídico-tributárias continuativas e a modificação do respectivo suporte (fático e/ou jurídico): limites objetivos da coisa julgada, sua relativização e o Parecer PGFN 492/2011

Terceira sessão de debates (preparatória para a Conferência IV)
Conferência IV
PIS e COFINS, não cumulatividade, direito de crédito e definição do conceito de insumo
Quarta sessão de debates (preparatória para a Conferência VI)
Conferência V
Tributação internacional: questões atuais
Conferência VI
Recursos repetitivos no STJ, repercussão geral no STF e súmula vinculante no contexto tributário
Sessão de encerramento de debates (consolidação das conclusões)
6 Sistema de avaliação do cursista¹⁴
Em atendimento ao disposto no anexo 2 da Resolução n. 2/2009, a avaliação do participante no curso “Tributos em espécie e processo tributário: aspectos práticos” dar-se-á por meio de estudos de casos, apresentados na forma de paper.
Os casos a serem analisados serão extraídos dos temas abordados durante o evento.
AÇÕES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES
Relacionados no item 7

Formação de Formadores

8 Houve alguma ação de formação de formadores feita pela Escola ou disseminação do curso oferecido pelo CEJ em parceria com a ENAMAT e ENM França, em 2012 e 2013? Em

caso positivo, quantas pessoas participaram? Se a Escola tiver desenvolvido um conteúdo próprio para essa formação, anexe o programa.

Foi oferecido no ano de 2012, o curso “Laboratório de Aprimoramento Docente”, estruturado pela EMAG/FGV –SP (24 horas-aula). Contou com a participação de 39 magistrados e dois servidores da própria Escola, formados em Pedagogia.

Um magistrado e uma servidora da Escola participaram do curso oferecido pelo CEJ. Não foi desenvolvido conteúdo próprio pela Escola.

Pesquisa

9 Foram promovidas ações de fomento a pesquisa pela Escola, de 2010 até hoje?

Em consonância com a Resolução n. 01/2012, emanada da atual Diretoria da Escola, incentivou-se e consolidou-se a pesquisa institucional, individual ou em grupos de estudo, sobre temas prioritários para a Justiça Federal, propiciando a identificação de problemas, a proposição de soluções e a difusão do conhecimento. Assim, a EMAG deu sequência às atividades de coordenação e apoio institucional aos grupos de estudo com projetos de pesquisa. Foram aprovados pela Diretoria, no Programa de Pesquisa da EMAG, cinco projetos, quais sejam: (1) “Ação Penal 470 do STF”; (2) “Direito Penal e Processual Penal”; (3) “Juizados Especiais Federais”; (4) “Levantamento de Dados Criminológicos da Subseção Judiciária de Guarulhos”; e (5) “O Planejamento Estratégico da Justiça Federal, Gerenciamento de Projetos e a Gestão da Comunicação”.

Deve ser anotada, também, a atuação da EMAG na sistematização do Banco de Sentenças, destinado à organização do acervo de sentenças enviadas pelos magistrados federais vitaliciandos, como recurso auxiliar no levantamento de necessidades e no diagnóstico das dificuldades correntes, encontradas no começo da atividade judicante. Esse

acervo será um instrumento para aprimorar as ações de capacitação e aperfeiçoamento. O projeto, iniciado no segundo semestre de 2012, teve sequência em 2013.

10 Como a Escola tem avaliado o seu próprio desempenho em sua atividade principal (metodologia aplicada, relatórios e avaliação de resultados)?

Com base em indicadores de desempenho estipulados pelo Planejamento Estratégico da Justiça Federal e dados estatísticos (como participação, carga horária, temática pedagógica).

Anexo II

10.1 A Escola tem averiguado a satisfação dos magistrados em formação? Em caso positivo, anexar os instrumentos aplicados e respectivos relatórios.

Ao final do evento são distribuídos questionários de pesquisa de reação. Modelo fornecido pelo Conselho quando da implantação do PNA.

Intercâmbio

11 Sua Escola tem atuado em conjunto com outras Escolas de Magistratura? Como tem se dado essa parceria?

A Escola de Magistrados da 3ª Região participa dos encontros promovidos pela Enfam e outras Escolas de Magistratura, oferece vagas nos cursos que realiza e encaminha magistrados e representantes da 3ª Região para participar dos cursos oferecidos pelas demais.

Orçamento

12 Como o seu Tribunal e sua Escola têm cumprido o disposto nos arts. 7º e 8º da Res. 159, de 12 de novembro de 2012, do CNJ?

Inicialmente, cumpre informar que todo o processo de implementação da Resolução 159/2012, do CNJ, no TRF3 e na Escola de Magistrados da Justiça Federal da Terceira Região pode ser acompanhado pelo processo SEI 0005278-28.2014.4.03.8000, referente ao Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0001076-35.2013.2.00.0000, proferida pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Das informações contidas em referido processo SEI, destacamos do Ofício EMAG 0420006 os seguintes trechos relacionados à questão proposta:

“Sobre o *caput* do artigo 7º, o TRF3 incluiu em seu orçamento rubrica específica para atender às necessidades desta Escola. Registro que, em 29 de agosto de 2013, pelo Ofício n. 0373/2013 – EMAG (Anexo I), o então Diretor, Desembargador Federal Mairan Maia, relatou as primeiras providências para a implementação da Resolução nº 159/2012. Destaco o seguinte trecho:

Nesse sentido, em julho de 2013, por deliberação administrativa, houve individualização da conta de capacitação de magistrados do TRF da 3ª Região, criando-se rubrica autônoma, identificada com a numeração 015. Cuidou a EMAG, desde então, intensificar o diálogo com as áreas vinculadas à execução orçamentária do Tribunal para colher orientações e implementar novas rotinas administrativas e procedimentos de controle destinados a fundamentar a execução das despesas decorrentes de ações de formação inicial, atualização e aperfeiçoamento de magistrados.

No tocante ao § 1º do art. 7º, esta Escola tem remetido à Presidência do TRF3 as propostas orçamentárias, conforme suas necessidades, considerando as ações a serem desenvolvidas e o planejamento estratégico plurianual. Em breve histórico, a Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGE processou integralmente a execução orçamentária até 2012 e apresentou a proposta orçamentária da EMAG para 2013. Em 2014, a proposta orçamentária da EMAG já foi recebida pela

Secretaria de Orçamento e Finanças – SOFI, separadamente da SEGE. Assim, a proposta orçamentária de 2015 será a segunda a ser processada nos termos da Resolução n. 159/2012.

Em relação ao § 2º do art. 7º, a EMAG vem atuando como unidade gestora responsável pelos valores consignados no orçamento deste TRF3, de acordo com os limites estabelecidos pela Resolução n. 159/2012 e pela Resolução n. CJF-RES-2013/00253, de 22 de agosto de 2013. Assim como até o final da gestão anterior (biênio 2012-2014), esta Diretoria posiciona-se no sentido de manter a ordenação de despesas como competência do Presidente do Tribunal.

Quanto à disponibilização de dados acerca de atividades ou planejamentos desenvolvidos (arts. 8º a 10), seja por obrigação legal ou por vinculação institucional, esta Escola tem adotado uma postura transparente e cooperativa, sempre procurando conciliar a frequência dos magistrados aos cursos obrigatórios e a manutenção da atividade jurisdicional.”

Tais medidas permanecem no estado atual desta Escola, tal como declarado por sua diretoria pelo Ofício EMAG 0589683, de 7 de agosto p.p.

Planejamento Estratégico

13 A Escola possui planejamento estratégico? Qual a periodicidade de revisão?

Sim. Bienal

13.1 O Planejamento estratégico da Escola está alinhado ao planejamento da Justiça Federal?

Sim.

13.2 O Planejamento estratégico é alinhado com algum modelo de levantamento de necessidades de aperfeiçoamento dos magistrados?

Sim.

Dificuldades

14 Elenque quais têm sido as principais dificuldades em cumprir o estabelecido na Res. 233/2013, do CJF.

A gestão atual assumiu em 25 de junho p.p e está estabelecendo as diretrizes orçamentárias e metodológicas para cumprimento da Resolução 233/2013 do CJF para implantação no biênio 2014/2015.